

República dos Estados Unidos do Brasil



Câmara dos Deputados

( Do Senado )

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º

Altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências; tendo parecer, com substitutivo, da Comissão Mista de Reforma Eleitoral (Resolução nº 8-55), com declaração de voto dos Srs. Lucio Bittencourt e Colombo de Souza. (Discussão única)

DESPACHO:

em de 19

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de  
Ao Sr. , em 19  
O Presidente da Comissão de

PROJETO N.º 19 DE 19



155 223-1/1-122

## SINOPSE

Projeto N.º ..... de ..... de ..... de 19.....

Ementa: .....

Autor : .....

Discussão única .....

Discussão inicial .....

Discussão final .....

Redação final .....

Remessa ao Senado .....

Emendas do Senado aprovadas em ..... de ..... de 19.....

Sancionado em ..... de ..... de 19.....

Promulgado em ..... de ..... de 19.....

Vetado em ..... de ..... de 19.....

Publicado no "Diário Oficial" de ..... de ..... de 19.....

Lote: 32  
PL N.º 4601/1954  
1

Caixa: 227



*apresenta a redação final, veja o projeto final.*  
*1. 7. 55*



*J. J. J.*

## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### REDAÇÃO FINAL

Projeto n.º 4.601-C — 1954

Redação Final da emenda substitutiva da Câmara dos Deputados ao Projeto n.º 4.601-B, de 1954, do Senado Federal, que altera dispositivos do Código Eleitoral, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O escrivão eleitoral, recebendo o requerimento de inscrição, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo art. 33 do Código Eleitoral, dará recibo do mesmo ao requerente, registrando-o no livro competente, e, depois de autuá-lo, dentro do prazo de 48 horas do seu recebimento, o fará concluso ao juiz eleitoral, que, dentro do prazo máximo de cinco (5) dias, o despachará, obedecendo à ordem cronológica do seu recebimento pelo Cartório Eleitoral.

§ 1.º Se houver qualquer omissão ou irregularidade que possa ser sanada, fixará o juiz eleitoral para isso prazo razoável.

§ 2.º Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição, cabe recurso ao Tribunal Regional Eleitoral, interposto pelo alistando, dentro de três (3) dias; e do despacho que o deferir, poderá qualquer delegado de partido recorrer, dentro de três (3) dias.

§ 3.º Os recursos referidos no parágrafo anterior serão julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral dentro de cinco (5) dias.

Art. 2.º Quando o documento que instruir o requerimento de inscrição não fôr um dos referidos no artigo 33, letras d e e, do Código Eleitoral, e surgirem dúvidas quanto

à identidade do requerente o juiz eleitoral converterá o pedido em diligência para que o alistando comprove sua identidade, ou, não possuindo documento hábil para aquele fim, compareça pessoalmente à sua presença.

Art. 3.º Quinzenalmente, o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa, quando houver, ou por editais, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, os indeferidos e os convertidos em diligência, contando-se desta publicação o prazo para os recursos a que se refere o § 2.º do art. 1.º desta lei.

Art. 4.º O título eleitoral, sob pena de suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias, somente será assinado pelo juiz eleitoral depois de preenchido pelo cartório e neste assinado pelo eleitor.

Art. 5.º O título eleitoral será entregue, pessoalmente, ao eleitor pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou por escrivão, eleitoral especialmente designado.

Art. 6.º O juiz eleitoral, o juiz preparador ou o escrivão eleitoral especialmente designado, em dias previamente marcados e anunciados, fará a entrega dos títulos eleitorais nos distritos, povoados e na zona rural.

Art. 7.º Ao receber o título em cartório ou não, o eleitor deverá fir-



mar recibo, que ficará junto ao processo de seu alistamento.

§ 1.º Será cancelado o título cuja assinatura não fôr idêntica à do requerimento de inscrição.

§ 2.º Da decisão do juiz, determinando o cancelamento nos termos do § 1.º deste artigo, o eleitor ou delegado de partido poderá recorrer, dentro de três (3) dias, para o Tribunal Regional Eleitoral, que decidirá dentro de (5) cinco dias.

Art. 8.º Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive para cegos, e nos leprosários.

Parágrafo único. Sob pena de responsabilidade do juiz eleitoral, não poderão, todavia, ser localizadas seções eleitorais em fazenda, sítio ou qualquer outra propriedade rural privada, mesmo existindo no local prédio público.

Art. 9.º Não poderão servir como escrivão eleitoral ou juiz preparador, sob pena de demissão, os membros dos diretórios dos partidos políticos ou os candidatos a cargos eletivos, assim o cônjuge e os parentes destes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau, inclusive.

Art. 10. Até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição, todos os que requererem inscrição como eleitor já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para a entrega, se deferidos pelo juiz eleitoral.

§ 1.º Os títulos eleitorais resultantes de pedidos de transferência de domicílio eleitoral também devem estar prontos para entrega até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição.

§ 2.º O juiz eleitoral, o juiz preparador, o escrivão eleitoral especialmente designado ou o funcionário responsável pela transgressão do preceituado neste artigo ou pela não entrega do título pronto ao eleitor que o procurar, será punido nos termos do art. 175, n.º 15, do Código Eleitoral.

Art. 11. Não constarão das listas de eleitores e da respectiva distribuição pelas seções eleitorais os que, até 60 (sessenta) dias antes da eleição, não retirarem de cartório seus títulos eleitorais.

Art. 12. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral será recebido dentro dos 100 (cem) dias anteriores à data da eleição.

Art. 13. A transferência de título eleitoral, como decorrência da transferência do domicílio eleitoral, só será admitida satisfeitas as seguintes exigências, além das mencionadas no art. 39 e parágrafos do Código Eleitoral:

a) entrada no cartório eleitoral do novo domicílio até 100 (cem) dias antes da data da eleição;

b) transferência pelo menos de um (1) ano da inscrição primitiva;

c) residência mínima de três (3) meses no novo domicílio, atestada pela autoridade policial.

Parágrafo único. Quando removidos, a transferência de título eleitoral de servidores públicos ou autárquicos, civis ou militares e membros das respectivas famílias está dispensada das exigências relacionadas letras b e c deste artigo.

Art. 14. Os requerimentos de transferência de domicílio eleitoral serão publicados, até o prazo máximo de 10 (dez) dias de sua entrada em cartório, pela imprensa, onde houver, ou por editais.

§ 1.º Transcorrido o prazo acima mencionado, será publicado pela mesma forma anterior, durante 5 (cinco) dias, o despacho do juiz eleitoral negando ou deferindo o pedido.

§ 2.º Poderão recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o eleitor que pediu a transferência, sendo-lhe a mesma negada, ou qualquer delegado de partido, quando o pedido fôr deferido.

§ 3.º Dentro de 5 (cinco) dias o Tribunal Regional Eleitoral decidirá do recurso interposto nos termos do parágrafo anterior.

§ 4.º Só será expedido o novo título decorridos os prazos previstos neste artigo e respectivos parágrafos.

Art. 15. Nenhum requerimento de segunda via de título eleitoral, sob fundamento de perda ou extravio, será recebido dentro dos 80 (oitenta) dias anteriores à data da eleição.

Parágrafo único. O requerimento de segunda via de título eleitoral, sob o fundamento de estrago ou inutili-



zação, será obrigatoriamente instruído com a primeira via do título e recebido até 30 (trinta) dias antes da eleição.

Art. 16. O requerimento de segunda via de título eleitoral, sob fundamento de perda ou extravio, será sempre apresentado pessoalmente no cartório eleitoral pelo eleitor.

Art. 17. Os eleitores com 2.<sup>a</sup> via de título eleitoral votarão sempre em separado, pela forma mencionada no art. 87, § 4.<sup>o</sup>, letras b, c e d, do Código Eleitoral, escrevendo o presidente da mesa receptora na sobre-carta maior o seguinte: "Segunda via de título eleitoral".

Art. 18. No dia imediato ao do encerramento dos prazos para alistamento e transferência de eleitores, iniciarão os juizes eleitorais a organização das listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, as quais serão publicadas pela imprensa, se houver, ou por editais, até 30 (trinta) dias antes da eleição.

§ 1.<sup>o</sup> No município em que as listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais não forem publicadas pela imprensa, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório municipal de partido regularmente registrado.

§ 2.<sup>o</sup> A infração do disposto neste artigo será punida nos termos do artigo 175, n.<sup>o</sup> 15, do Código Eleitoral.

Art. 19. A organização das listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, observado o disposto no artigo anterior desta lei e no art. 66 do Código Eleitoral, será feita com a assistência e fiscalização dos delegados dos partidos, à vista das fichas dos títulos eleitorais e dos processos de inscrição, de transferência e de segundas vias existentes em cartório.

Art. 20. Em audiência pública, que se realizará às 14 horas do sexagésimo nono dia anterior à eleição, o juiz eleitoral declarará encerrada a inscrição de eleitores na respectiva zona e proclamará o número dos inscritos até às 18 horas do dia anterior, o que comunicará incontinenti ao Tribunal Regional Eleitoral, por telegrama, e fará público em edital, imediatamente afixado no lugar próprio do juízo e divulgado pela imprensa, onde o houver, declarando nêles o nome do último eleitor inscrito e o número do respectivo título,

fornecendo aos diretórios municipais dos partidos cópia autêntica deste edital.

§ 1.<sup>o</sup> Na mesma data, serão encerradas a transferência de eleitores e a expedição da 2.<sup>a</sup> via do título, por perda ou extravio, devendo constar do telegrama do juiz eleitoral ao Tribunal Regional Eleitoral, do edital e da cópia deste fornecida aos diretórios municipais dos partidos e da publicação da imprensa, os nomes dos últimos eleitores, cujos processos de transferência e pedido de 2.<sup>a</sup> via do título, por perda ou extravio, estejam definitivamente ultimados, e o número dos respectivos títulos eleitorais.

§ 2.<sup>o</sup> O despacho de pedido de inscrição, transferência, ou 2.<sup>a</sup> via de título, por perda ou extravio, proferido após esgotado o prazo legal, sujeita o juiz eleitoral às penas do art. 175, n.<sup>o</sup> 7, do Código Eleitoral.

Art. 21. O eleitor só poderá votar satisfeitas estas exigências:

a) exibição do respectivo título eleitoral;

b) constando o seu nome da lista de eleitores da seção eleitoral em que deva votar, salvo as exceções expressamente consignadas em lei.

Art. 22. Salvo o disposto nos parágrafos seguintes, é vedada a votação em seção eleitoral diversa daquela em que o eleitor tiver o seu nome incluído.

§ 1.<sup>o</sup> Votarão perante as mesas receptoras, nas quais estiverem servindo, os seus componentes e os fiscais de partidos, sem a exigência da letra b do artigo anterior desta lei, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma referida no art. 87, § 4.<sup>o</sup>, do Código Eleitoral.

§ 2.<sup>o</sup> O juiz eleitoral poderá votar em qualquer seção eleitoral da zona eleitoral sob sua jurisdição, e os delegados de partidos em qualquer seção eleitoral do município para o qual foram designados, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma referida no art. 87, § 4.<sup>o</sup>, do Código Eleitoral.

§ 3.<sup>o</sup> Podem votar, tomando-se-lhes o voto pela forma referida no artigo 87, § 4.<sup>o</sup>, do Código Eleitoral, os candidatos:

a) a Presidente e Vice-Presidente da República, em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições para Presidente



e Vice-Presidente da República e, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que estiverem inscritos, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;

b) ao Congresso Nacional, a Governador, a Vice-Governador e às Assembleias Legislativas, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que forem registrados;

c) a Prefeito e às Câmaras Municipais, em qualquer seção eleitoral do município correspondente à zona eleitoral em que forem registrados;

d) a juiz de paz, em qualquer seção eleitoral do respectivo distrito.

§ 4.º Podem votar, tomando-se-lhes os votos pela forma referida no artigo 87, § 4.º, do Código Eleitoral;

a) o Presidente e o Vice-Presidente da República em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que estiverem inscritos, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;

b) o Governador e o Vice-Governador, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, em qualquer seção eleitoral da circunscrição que representarem;

c) o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores em qualquer seção eleitoral do município que representarem;

d) o juiz de paz, em qualquer seção eleitoral do respectivo distrito.

§ 5.º O Presidente e o Vice-Presidente da República, o Governador e o Vice-Governador, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, bem como os candidatos a esses cargos, poderão votar em qualquer seção eleitoral do município em que estiverem inscritos, tomando-se-lhes o voto pela forma referida no art. 87, § 4.º do Código Eleitoral.

Art. 23. A distribuição dos eleitores, por seção, será organizada de preferência obedecendo à ordem alfabética do sobrenome.

Art. 24. Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz,

recolhendo-se os seus votos à urna da seção em que deveriam votar, a qual será transportada para aquela em que tiverem de votar.

§ 1.º As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da seção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobrecartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2.º O transporte da urna e dos documentos da seção será providenciado pelo membro da mesa ou secretário que comparecer, ou pelo próprio juiz ou pessoa que ele designar para esse fim, acompanhando-a os fiscais que o desejarem.

Art. 25. Serão punidos, com a pena de detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses, o eleitor que votar sem cumprir as exigências referidas nos arts. 21 e 22 desta lei, e o presidente da mesa receptora responsável.

Art. 26. As sobrecartas para votação serão rubricadas e numeradas de 1 (um) a 9 (nove) pelo presidente da mesa receptora, sucessivamente, à medida e no momento em que forem sendo entregues aos eleitores.

Art. 27. O eleitor que deixar de votar sem causa justificada perante o juiz eleitoral, até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), imposta pelo juiz eleitoral e cobrada mediante executivo fiscal.

§ 1.º Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

a) inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se nele ou nela;

b) receber o vencimento, remuneração ou salário do emprego ou função pública, ou os proventos da inatividade, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

c) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

d) obter empréstimos nas Caixas Econômicas Federais ou Estaduais, nos Institutos e Caixas de Previdência Social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe;



e) praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou do imposto de renda.

§ 2.º O disposto no parágrafo anterior sobre emprêgo ou função pública aplica-se também aos que fôrem exercidos em autarquias ou sociedades de economia mista.

Art. 28. Os brasileiros natos, naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os exceptuados nos artigos 3.º e 4.º, n.º I, do Código Eleitoral, não poderão, sem a prova de que são eleitores, praticar os atos relacionados no § 1.º do art. 27 desta lei.

Art. 29. Os responsáveis pela inobservância do disposto nos arts. 27 e 28 desta lei incorrerão na pena de multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), ou de suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias.

Art. 30. O juiz eleitoral fornecerá aos que não votaram por causa justificada e aos não alistados nos termos dos arts. 3.º e 4.º, n.º I, do Código Eleitoral, documento que os isente das sanções legais.

Art. 31. Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargos de representação proporcional, a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas.

Art. 32. Cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados em cada município e dois (2) fiscais junto a cada mesa receptora.

Parágrafo único. Quando o município abranger mais de uma zona eleitoral, cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados junto a cada uma delas.

Art. 33. A mesa receptora não poderá ser constituída de membros pertencentes a um só partido ou de coligação, a menos que esta abranja a totalidade dos mesmos.

§ 1.º O juiz eleitoral escolherá e nomeará os membros das mesas receptoras dentre os nomes indicados em lista triplice, até quarenta e cinco (45) dias antes da eleição, pelos partidos e alianças de partidos.

§ 2.º A nomeação dos membros das mesas receptoras será feita em audiência pública, anunciada pela imprensa, onde houver, e por edital, afixado no lugar próprio do juiz eleitoral, com, pelo menos, 5 dias de antecedência.

§ 3.º As mesas receptoras serão constituídas de forma a atender, sempre que possível, a todos os partidos e coligações de partidos.

§ 4.º Se os partidos e as coligações de partidos não fizerem a indicação no prazo fixado, o juiz eleitoral fará as nomeações atendendo aos critérios referidos neste artigo.

§ 5.º A escolha de fiscal de partido não poderá recair em quem, por nomeação do juiz eleitoral, já faça parte de mesa receptora.

Art. 34. Da nomeação para membro da mesa receptora, caberá reclamação ao juiz eleitoral, dentro de 48 horas, devendo dentro de igual prazo ser decidida.

Parágrafo único. Da decisão do juiz eleitoral, caberá recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, sem efeito suspensivo, interposto dentro de três (3) dias, devendo, dentro de igual prazo, ser resolvido.

Art. 35. O membro da mesa receptora que não comparecer no local, dia e hora determinados para realização da eleição ou abandonar os trabalhos no decurso da votação, sem justa causa apresentada ao juiz eleitoral até 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência, incorrerá na multa de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), cabrada mediante executivo fiscal.

§ 1.º Se o faltoso fôr servidor público, ou autárquico, a pena será de suspensão até 15 (quinze) dias.

§ 2.º As penas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro, se a mesa receptora deixar de funcionar por culpa do faltoso.

Art. 36. Pelas mesas receptoras serão admitidos a fiscalizar a votação, formular protestos e fazer impugnações, inclusive sobre a identidade do eleitor, os candidatos registrados, os delegados e os fiscais dos partidos.

Art. 37. É expressamente vedado o uso de propriedade ou habitação, para funcionamento de mesa receptora, pertencente a candidato, membro de diretório de partido, delegado de partido ou autoridade policial, bem como dos respectivos cônjuges e parentes, consanguíneos ou afins, até 2.º grau, inclusive.

Art. 38. O prazo para a entrada em cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às deztoito (18) horas do trigésimo (30.º) dia anterior à data marcada para a eleição.

Art. 39. Nenhum servidor público federal, estadual ou municipal poderá ser removido ou transferido, *ex-officio*, para cargo ou função que deva exercer fora da localidade de sua residência, no período de seis meses



antes até três meses depois à data da eleição.

Parágrafo único. A proibição vigorará:

a) para todo o território nacional, nas eleições para Presidente da República, Vice-Presidente da República e Congresso Nacional;

b) para o respectivo Estado, quando as eleições forem para Governador, Vice-Governador e Assembleias Legislativas;

c) para o respectivo município ou Distrito Federal, quando a eleição for para Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador.

Art. 40. As eleições serão sempre realizadas com a garantia de força federal, posta à disposição das autoridades competentes.

Art. 41. Depositado o voto na urna, o eleitor, logo em seguida, introduzirá o dedo mínimo da mão esquerda em um recipiente que contenha tinta fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pelos Tribunais Regionais Eleitorais.

§ 1.º Se o eleitor se encontrar impossibilitado de utilizar o dedo mínimo da mão esquerda para o fim previsto neste artigo, seja em virtude de lesão física temporária ou permanente, seja por qualquer outro motivo, deverá ser assinalado, pela mesma forma, em lugar visível, de preferência no dedo mínimo da mão direita.

§ 2.º A tinta a que se refere este artigo deverá possuir características tais que, aderindo à pele, somente desapareça após 12 horas, no mínimo.

§ 3.º Não será admitido a votar o eleitor que, no ato da votação, apresente vestígio da tinta de que trata este artigo e seus parágrafos.

Art. 42. Competirá aos Tribunais Regionais Eleitorais aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão até 30 dias aos juizes eleitorais e julgar, em grau de recurso, as que forem por estes aplicadas aos funcionários do juízo eleitoral, que poderão recorrer, sem efeito suspensivo, no prazo três (3) dias.

Art. 43. O Desembargador do Tribunal Regional Eleitoral, que não exercer as funções de Presidente ou Vice-Presidente do mesmo, será o Corregedor Geral da Justiça Eleitoral da circunscrição a que pertencer.

§ 1.º As atribuições do Corregedor Geral serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal

Regional Eleitoral perante o qual servir.

§ 2.º No desempenho de suas atribuições, o Corregedor Geral se locomoverá para as zonas eleitorais, nos seguintes casos:

a) por determinação do Tribunal Superior Eleitoral ou do Tribunal Regional Eleitoral;

b) a pedido dos juizes eleitorais;

c) a requerimento do Partido, deferido pelo Tribunal Regional;

d) sempre que entender necessário.

Art. 44. No alistamento eleitoral que se reabrirá a 1.º de janeiro de 1956, serão adotadas "fôlhas individuais de votação", de acordo com o modelo anexo (n.º 1).

§ 1.º As fôlhas individuais de votação serão conservadas em pastas, uma para cada seção eleitoral; remetidas, por ocasião das eleições, às mesas receptoras, serão por estas encaminhadas com a urna e os demais documentos da eleição às Juntas Eleitorais, que as devolverão, findos os trabalhos da apuração, ao respectivo cartório, onde ficarão guardadas.

§ 2.º Ao alistar-se, receberá o eleitor um extrato de sua fôlha individual de votação, de acordo com o modelo a ser aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que terá a denominação de "Título Eleitoral" e conterá, além dos elementos necessários à sua identidade, inclusive fotografia, o número correspondente ao da referida fôlha individual e a indicação, por extenso, da seção eleitoral em que tiver sido inscrito.

§ 3.º O eleitor ficará vinculado permanentemente à seção eleitoral indicada no seu título, salvo:

a) se se transferir de zona ou município, hipótese em que a fôlha individual será enviada ao Juiz Eleitoral do novo domicílio;

b) se, até 60 dias antes da eleição, provar, perante o Juiz Eleitoral, que mudou de residência dentro do mesmo município, de um distrito para outro ou para lugar muito distanciado da seção em que se acha inscrito, caso em que serão feitas, nas referidas fôlhas e no título eleitoral para esse fim exibido, as alterações correspondentes, devidamente autenticadas pela autoridade judiciária.

§ 4.º O título eleitoral a que se reporta o parágrafo anterior servirá de prova de que o eleitor está inscrito na seção em que deve votar. E, uma vez datado e assinado pelo presidente da mesa receptora da respectiva se-



ção, servirá também de prova de haver o eleitor votado.

§ 5.º O eleitor será admitido a votar ainda que deixe de exhibir no ato da votação o seu título, desde que seja inscrito na seção e conste da respectiva pasta a sua fôlha individual de votação. Neste caso, a prova de ter votado será feita mediante certidão que obterá, posteriormente, no juízo competente.

§ 6.º No caso de omissão da fôlha individual na respectiva pasta, verificada no ato da votação, será o eleitor, ainda, admitido a votar, desde que exiba o título eleitoral e seja inscrito na seção, sendo o seu voto, nesta hipótese, tomado em separado. Como ato preliminar da apuração do voto, averiguar-se-á se se trata de eleitor em condições de votar, inclusive se realmente pertence à seção.

§ 7.º Verificada a ocorrência de que trata o parágrafo anterior, a Junta Eleitoral, antes de encerrar os seus trabalhos, apurará a causa da omissão. Se tiver havido culpa ou dolo, será aplicada ao responsável, na primeira hipótese, a pena de suspensão até trinta (30) dias, e, na segunda, a de detenção, por um (1) a três (3) meses, ou multa, de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00.

Art. 45. A partir de 1.º de janeiro de 1956, o cidadão, para alistar-se, deverá preencher, do próprio punho, em cartório, na presença do escrivão ou de funcionário designado pelo Juiz, a fórmula impressa que lhe será fornecida (modelo anexo n.º 2), entregando, no ato, três retratos com a dimensão de 3x4 e um dos documentos a que se refere o § 1.º do art. 33 do Código Eleitoral.

§ 1.º O escrivão ou funcionário designado, depois de atestar, a seguir, ter sido a fórmula preenchida em sua presença, pelo próprio requerente, tomará a assinatura do mesmo na "fôlha individual de votação" e do pedido lhe dará o recibo (modelo número 3).

§ 2.º Deferido o pedido no prazo de cinco dias, o título a que se refere o § 2.º do art. 44 será entregue mediante a apresentação do recibo mencionado no parágrafo anterior, ao próprio eleitor, ou a quem o apresente.

§ 3.º Se indeferido o pedido, o Juiz, na mesma data, inutilizará a fôlha individual de votação assinada pelo requerente, a qual ficará fazendo parte integrante do processo, dele não podendo, em qualquer tempo, ser re-

tirada ou substituída, sob pena de incorrer o responsável nas sanções previstas no art. 175, n.º 12, do Código Eleitoral.

Art. 46. Os atuais títulos eleitorais e os expedidos até 31 de dezembro de 1955 perderão sua validade a partir de 1.º de julho de 1956, sendo substituídos por fôlhas individuais de votação, segundo o disposto nos artigos 44 e 45, facultado, porém, ao requerente instruir o pedido com o título atual em substituição aos documentos referidos no § 1.º do artigo 33 do Código Eleitoral.

Art. 47. As despesas com o retrato do eleitor, a que se referem os artigos anteriores, ficarão a cargo da União e serão feitas pela Justiça Eleitoral, de acordo com as instruções a serem baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, por conta das dotações que este deverá distribuir anualmente aos Tribunais Regionais, na proporção do volume e crescimento do alistamento eleitoral em cada circunscrição.

Art. 48. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, e por tempo não excedente a dois dias, para o fim de se alistar eleitor.

Art. 49. Não se aplicará esta lei aos prazos nela referidos, relativamente à eleição de 3 de outubro de 1955, quando já esgotados na data de sua publicação.

Parágrafo único. Os demais prazos entrarão em vigor 10 (dez) dias depois da publicação desta lei.

Art. 50. Além dos casos previstos no art. 123 do Código Eleitoral, é nula a votação:

a) quando votar eleitor indevidamente inscrito, ou que haja sido excluído do alistamento, desde que o seu voto não tenha sido tomado com as cautelas do § 4.º do art. 87 do Código Eleitoral;

b) quando votar eleitor de outra seção, a não ser nos casos expressamente admitidos em lei.

Parágrafo único. Na apuração das eleições, a Junta Eleitoral verificará, previamente, se ocorreu qualquer dos casos de nulidade de votação previstos no art. 123 do Código Eleitoral e neste artigo.

Art. 51. Até às 12 horas do dia seguinte à realização da eleição, o juiz eleitoral é obrigado, sob as penas do art. 175, n.º 15, do Código Eleitoral, a comunicar ao Tribunal Regional, bem assim aos delegados de



partido perante êle credenciados, o número de eleitores que votou em cada uma das seções da zona sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da zona.

§ 1.º Se houver retardamento nas medidas referidas no art. 89 do Código Eleitoral, o juiz eleitoral, assim que as receba, fará a comunicação constante dêste artigo.

§ 2.º Essa comunicação será feita por via postal, em ofícios registrados, de que o juiz eleitoral guardará cópia no arquivo eleitoral, acompanhada do recibo de correio.

§ 3.º Qualquer eleitor ou candidato poderá obter, por certidão, o teor da comunicação a que se refere êste artigo, sendo defeso ao juiz eleitoral recusá-la ou procrastinar a sua entrega ao requerente.

Art. 52. Os trabalhos da Comissão Apuradora, a que se refere o art. 103 do Código Eleitoral, poderão ser acompanhados por delegados dos partidos nêles interessados, sem que, entretanto, nêles intervenham com protestos, impugnações ou recursos.

§ 1.º Terminados os trabalhos da Comissão Apuradora, o seu relatório, de que trata o § 3.º do art. 103 do Código Eleitoral, ficará na Secretaria do Tribunal pelo prazo de 3 (três) dias para exame dos Partidos e candidatos interessados, que poderão examinar também os documentos em que êle se baseou.

§ 2.º Terminado o prazo supra, os Partidos poderão apresentar as suas reclamações, dentro das 48 horas seguintes, sendo estas submetidas a parecer da Comissão Apuradora, que, no prazo de 3 (três) dias, apresentará aditamento ao relatório, com a proposta das modificações que julgar procedentes ou com a explicação da improcedência das arguições dos Partidos.

§ 3.º A Comissão Apuradora fará publicar no órgão oficial, diariamente, um boletim com a indicação dos trabalhos realizados e do número de votos atribuídos a cada candidato.

Art. 53. É vedado promover, no dia da eleição, com o fim de impedir, embaraçar ou fraudar o exercício do sufrágio, a concentração de eleitores, sob qualquer forma, e o fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo.

Pena: detenção de 6 meses a dois anos.

Art. 54. O serviço público de qualquer repartição, federal, estadual, mu-

nicipal, autárquica ou de sociedade de economia mista, inclusive o respectivo prédio e suas dependências, não poderá ser utilizado para beneficiar partido ou organizações de caráter político.

Parágrafo único. O disposto neste artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada de autoridade pública, representante partidário ou de qualquer eleitor.

Art. 55. As estações de rádiodifusão irradiarão gratuitamente durante meia hora por dia e durante dois meses antes de cada pleito um programa organizado pela Justiça Eleitoral, para a divulgação de instruções sobre o pleito, inclusive data, horário e local onde se realizarão os comícios, bem como os partidos que os promovem.

Art. 56. O art. 46, § 3.º, do Código Eleitoral passa a ter a seguinte redação:

"Art. 46. ....

§ 3.º Quando os lugares a serem preenchidos nas Câmaras Legislativas forem dois, serão êles distribuídos segundo as regras 1 e 2 do art. 59 e quando forem 3 ou mais, serão êles distribuídos pela forma estabelecida no artigo 58 dêste Código".

§ 3.º A Comissão Apuradora fará dia, se a junta eleitoral não cumprir o disposto no art. 91 do Código Eleitoral, cada um dos seus membros será multado em Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Parágrafo único. A reincidência acarretará a destituição da junta eleitoral, sem prejuízo da responsabilidade penal que no caso couber.

Art. 58. Ficam expressamente revogados o art. 127 e os §§ 5.º, 6.º e 9.º do art. 37 do Código Eleitoral.

Art. 59. Será feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955.

Art. 60. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão Mista, em 30 de junho de 1955. — *Cunha Mello*, Presidente. — *Ulysses Guimarães*, Relator. — *Costa Pereira*. — *Heitor Medeiros*. — *Raimundo Brito*. — *Aarão Steinbruck*. — *Lucio Bittencourt*. — *Ernani Sátiro*. — *Oliveira Brito*. — *Ruy Palmeira*.

Caixa: 227

Lote: 32

PL N° 4601/1954

5



MODELOS A QUE SE REFERE ESTA LEI:

(Modelo I)

N.º \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_  
SOBRENOME DO ELEITOR

## JUSTIÇA ELEITORAL

\_\_\_\_\_  
CIRCUNSCRIÇÃO

\_\_\_\_\_  
ZONA

( \_\_\_\_\_ )

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO

\_\_\_\_\_  
SEÇÃO



RETRATO

# FÔLHA DE VOTAÇÃO



IMPRESSÃO DIGITAL  
DO  
POLEGAR DIREITO

De \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
NOME POR EXTENSO DO ELEITOR

\_\_\_\_\_  
DATA DO NASCIMENTO

\_\_\_\_\_  
NATURALIDADE

\_\_\_\_\_  
ESTADO CIVIL

FILIAÇÃO

\_\_\_\_\_  
PAI

\_\_\_\_\_  
MÃE

\_\_\_\_\_  
PROFISSÃO

\_\_\_\_\_  
RESIDÊNCIA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO ELEITOR

\_\_\_\_\_  
DE

\_\_\_\_\_  
DE 19

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO JUIZ

## ANOTAÇÕES

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



(Modelo 1, verso)

## COMPARECIMENTO ÀS ELEIÇÕES

ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM ____ / ____ / 19 ____	EM ____ / ____ / 19 ____
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM ____ / ____ / 19 ____	EM ____ / ____ / 19 ____
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM ____ / ____ / 19 ____	EM ____ / ____ / 19 ____
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM ____ / ____ / 19 ____	EM ____ / ____ / 19 ____
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM ____ / ____ / 19 ____	EM ____ / ____ / 19 ____
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM ____ / ____ / 19 ____	EM ____ / ____ / 19 ____
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM ____ / ____ / 19 ____	EM ____ / ____ / 19 ____
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE

Lote: 32  
Caixa: 227  
PL N° 4601/1954



(Modelo 2)

Senhor Juiz Eleitoral da ..... Zona.

.....  
(Nome por extenso do requerente)

.....  
(Estado civil)

..... com .....  
(Profissão)

..... anos de idade, nascido em ..... de ..... de 19.....

natural de .....

.....  
(Município e Estado)

filho de .....

e de .....

residente em .....

.....  
(cidade, rua, número, bairro, vila ou povoado)

requer a sua inscrição como eleitor, para o que oferece o seguinte documento  
comprobatório de suas declarações .....

.....  
(art. 33, § 1.º, do Código Eleitoral)

..... de ..... de .....  
(Cidade)

.....  
(Assinatura do requerente)

Atesto que a presente fórmula foi preenchida em minha presença pelo  
requerente, do seu próprio punho.  
Data supra.

.....  
(Escrivão ou funcionário responsável)

Recebi

(Modelo 3)

Estado de .....

..... Zona Eleitoral

.....  
(Nome do requerente)

fêz entrega nesta data do seu pedido de inscrição como eleitor. O seu tí-  
tulo será entregue, oportunamente, mediante a apresentação d'este recibo.

..... de ..... de .....  
(Cidade)

.....  
(Escrivão ou funcionário responsável)



Lote: 32

Caixa: 227

PL N° 4601/1954

7

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL  
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1955



*Apresentado, a Câmara unânime, o substitutivo do Código Eleitoral e as emendas, de acordo com os pareceres favoráveis, sobre os de ns. 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 423, 424, 425, 426, 427, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 472, 473, 474, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 483, 484, 485, 486, 487, 488, 489, 490, 491, 492, 493, 494, 495, 496, 497, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 511, 512, 513, 514, 515, 516, 517, 518, 519, 520, 521, 522, 523, 524, 525, 526, 527, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 543, 544, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 574, 575, 576, 577, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 589, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 599, 600, 601, 602, 603, 604, 605, 606, 607, 608, 609, 610, 611, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 618, 619, 620, 621, 622, 623, 624, 625, 626, 627, 628, 629, 630, 631, 632, 633, 634, 635, 636, 637, 638, 639, 640, 641, 642, 643, 644, 645, 646, 647, 648, 649, 650, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659, 660, 661, 662, 663, 664, 665, 666, 667, 668, 669, 670, 671, 672, 673, 674, 675, 676, 677, 678, 679, 680, 681, 682, 683, 684, 685, 686, 687, 688, 689, 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696, 697, 698, 699, 700, 701, 702, 703, 704, 705, 706, 707, 708, 709, 710, 711, 712, 713, 714, 715, 716, 717, 718, 719, 720, 721, 722, 723, 724, 725, 726, 727, 728, 729, 730, 731, 732, 733, 734, 735, 736, 737, 738, 739, 740, 741, 742, 743, 744, 745, 746, 747, 748, 749, 750, 751, 752, 753, 754, 755, 756, 757, 758, 759, 760, 761, 762, 763, 764, 765, 766, 767, 768, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 779, 780, 781, 782, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 793, 794, 795, 796, 797, 798, 799, 800, 801, 802, 803, 804, 805, 806, 807, 808, 809, 810, 811, 812, 813, 814, 815, 816, 817, 818, 819, 820, 821, 822, 823, 824, 825, 826, 827, 828, 829, 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 866, 867, 868, 869, 870, 871, 872, 873, 874, 875, 876, 877, 878, 879, 880, 881, 882, 883, 884, 885, 886, 887, 888, 889, 890, 891, 892, 893, 894, 895, 896, 897, 898, 899, 900, 901, 902, 903, 904, 905, 906, 907, 908, 909, 910, 911, 912, 913, 914, 915, 916, 917, 918, 919, 920, 921, 922, 923, 924, 925, 926, 927, 928, 929, 930, 931, 932, 933, 934, 935, 936, 937, 938, 939, 940, 941, 942, 943, 944, 945, 946, 947, 948, 949, 950, 951, 952, 953, 954, 955, 956, 957, 958, 959, 960, 961, 962, 963, 964, 965, 966, 967, 968, 969, 970, 971, 972, 973, 974, 975, 976, 977, 978, 979, 980, 981, 982, 983, 984, 985, 986, 987, 988, 989, 990, 991, 992, 993, 994, 995, 996, 997, 998, 999, 1000*

# CÂMARA DOS DEPUTADOS

*28. 11. 55*

## PROJETO

N.º 4.601-B — 1954

*92-9ha*  
*56/82/*  
*93*

Altera dispositivos do Código Eleitoral, e dá outras providências; tendo parecer, com substitutivo, da Comissão Mista de Reforma Eleitoral, com declarações de voto dos Srs. Lúcio Bittencourt e Colombo de Souza. Parecer da referida Comissão sobre emendas de discussão única: favorável às de ns. 7 — 11 — 49 — 50 — 53 — 54 e 131; com subemendas às de ns. 6 — 12 — 14 (2 subemendas), 15 (2 subemendas), 34 (2 subemendas), 45 — 46 — 47 (8 subemendas); 126 — 135 — 137 — 149 — 153; contrário às de ns. 1 a 5 — 8 a 10 — 13 — 16 — 17 — 19 — 21 — 26 a 29 — 31 a 33 — 35 a 43 — 48 — 51 — 56 — 58 a 81 — 83 — 85 — 86 — 88 a 115 — 117 a 120 — 124 — 125 — 127 a 130 — 132 a 134 — 136 — 138 a 143 — 145 a 148 — 151 e 152; considerando prejudicadas às de ns. 44 — 57 — 116 — 121 — 122 — 123 — 144 — 150 — 154, com emendas da Comissão ns. I — II e III), com declarações de votos dos Srs. Aarão Steinbruch, Oliveira Brito, Heitor Medeiros, Costa Pereira, Arnaldo Cerdeira e Ernani Sátiro

(Do Senado Federal)

*Ver se tratar de Código Eleitoral e se há projeto de lei para a Comissão Mista de Reforma Eleitoral que opinou sobre o projeto*

PROJETO N.º 4.601-54 - A QUE SE REFERE O PRIMEIRO PARECER DA COMISSÃO MISTA DE REFORMA ELEITORAL.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Quando o documento que instruir o requerimento de inscrição eleitoral não fôr o referido na letra l, do artigo 33, do Código Eleitoral e surgir qualquer dúvida sobre a identidade do alistando, poderá o juiz exigir a apresentação de documento que comprove essa identidade.

Parágrafo único. O juiz fará publicar, quinzenalmente, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos e os indeferidos.

Art. 2.º O escrivão eleitoral, recebendo o requerimento de inscrição, instruído com qualquer dos documen-

tos exigidos pelo artigo 33 do Código Eleitoral, dará recibo do mesmo ao apresentante, registrando-o no livro competente ao juiz eleitoral, que dentro do prazo máximo de cinco dias o despachará.

§ 1.º Se houver qualquer omissão ou irregularidade, que possa ser sanada, fixará o juiz para isso prazo razoável.

§ 2.º Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição cabe recurso interposto pelo alistando, e do que o deferir, poderá recorrer qualquer delegado de partido.

Art. 3.º O título, que somente será assinado pelo juiz, sob pena de suspensão disciplinar, depois de o ter feito o eleitor, a este será entregue, pessoalmente, pelo próprio juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou pelo escrivão especialmente designado para esse fim.

*Liberto - pag. 16*

*Luiz - pag. 34*



Parágrafo único. Tratando-se de eleitor residente na zona rural, a entrega do título, uma vez assinado pelo eleitor e pelo juiz, poderá ser feita a procurador munido de poderes especiais ou a delegado de partido devidamente credenciado perante o juiz da zona eleitoral.

Art. 4.º E' vedada a expedição de 2.ª via de título, por motivo de perda ou extravio, dentro de 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para a eleição no Estado ou Municípios em que o pretendente fôr eleitor.

§ 1.º Os pedidos de 2.ª via, em qualquer caso, serão apresentados em cartório, pessoalmente, pelo eleitor, instruído o requerimento, no caso de estrago ou inutilização, com a 1.ª via do título.

§ 2.º No caso de perda ou extravio do título, o juiz, após receber o requerimento de 2.ª via, fará pelo prazo de 5 (cinco) dias, publicar pela imprensa, onde houver, ou por editais, a notícia do extravio ou perda e do requerimento de 2.ª via, deferindo o pedido, findo este prazo, se não houver impugnação.

Art. 5.º A transferência do domicílio eleitoral somente será permitida após 2 (dois) anos da inscrição primitiva, e 3 (três) meses de residência no novo domicílio, salvo em relação aos servidores públicos, civis ou militares, removidos por motivo de interesse do serviço, e membros de suas respectivas famílias.

§ 1.º E' vedada a transferência de circunscrição, zona, município ou Distrito de paz, dentro de prazo inferior a 90 (noventa) dias da realização de qualquer pleito na circunscrição, zona, município ou distrito de paz da nova residência do eleitor.

§ 2.º Os pedidos de transferência do domicílio eleitoral serão publicados durante 10 (dez) dias e o despacho que os deferir durante 5 (cinco) só podendo ser expedido o novo título após decorridos, sem impugnação, os referidos prazos.

§ 3.º Expedido o novo título o Juiz ordenará a remessa do anterior ao Tribunal Regional competente, para os efeitos do seu cancelamento salvo se se tratar de transferência de município ou distrito de paz, dentro da mesma zona, caso em que não haverá o cancelamento senão na lista de distribuição dos eleitores pelas seções (Art. 6.º letra a).

Art. 6.º O Juiz não poderá alterar as listas de distribuição dos eleitores pelas seções da última eleição realizada, salvo:

a) para excluir os mortos, os que foram legalmente transferidos e os que tiveram sido eliminados do alistamento por sentença passada em julgado;

b) para atender a requerimento do eleitor que tenha mudado a residência para lugar mais próximo de outra seção do mesmo distrito.

Art. 7.º As mesas receptoras serão constituídas de um presidente, de um primeiro e segundo mesários, de 3 (três) suplentes e de 2 (dois) secretários.

§ 1.º Os mesários e seus suplentes serão escolhidos e nomeados pelo juiz dentre os nomes indicados, em lista triplice, pelos partidos políticos ou aliança, de maneira a que sejam atendidos, sempre que possível, todos os partidos que hajam feito indicação.

§ 2.º Não poderão servir na mesma mesa receptora mesários e suplentes pertencentes a um só partido, cabendo ao Juiz, caso apenas 1 (um) haja feito a indicação de nomes, nomear, para completá-lo, pessoas que gozem de boa reputação, mas que não estejam filiadas ao partido já contemplado com a nomeação.

§ 3.º Se nenhum dos partidos fizer no prazo fixado, a indicação dos nomes a que se refere o § 1.º, o juiz fará a nomeação de todos os mesários e suplentes, obdecendo ao disposto no parágrafo anterior.

§ 4.º A indicação dos mesários e seus suplentes deverá ser feita até 5 (cinco) dias antes do prazo a que se refere o art. 69 do Código Eleitoral.

§ 5.º O presidente será escolhido pelo Juiz dentre os mesários indicados e nomeados.

§ 6.º Os Secretários serão nomeados pelo presidente da mesa receptora, não podendo a nomeação recair em pessoas filiadas a um só partido ou a partidos que mantenham aliança entre si, ou tenham candidatos comuns.

§ 7.º Os suplentes substituirão os mesários, observado o disposto nos §§ 1.º, 2.º, e 3.º.

§ 8.º Os secretários serão substituídos pelos eleitores designados no ato da instalação da mesa, não podendo a designação recair em eleitores de



um só partido ou do partido a que pertencer o secretário presente.

§ 9.º O presidente, mesário ou secretário que comparecer depois de feita a sua substituição, não poderá tomar parte nos trabalhos da mesa.

Art. 8.º As pessoas nomeadas para constituírem as mesas receptoras que sem justa causa apresentada nas 48 horas seguintes à falta, deixarem de comparecer no dia e hora determinados para a sua reunião ou abandonarem os trabalhos no decurso da votação, incorrerão em multa de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) cobrada mediante executivo fiscal.

§ 1.º Se o faltoso for funcionário público ou autárquico, a pena de multa será substituída pela de suspensão de 15 (quinze) dias.

§ 2.º As penas previstas neste artigo, serão aplicadas, em dobro, aos faltosos, se a mesa, pelo motivo do seu não comparecimento, deixar de se reunir.

Art. 9.º Pelas mesas receptoras serão admitidos a fiscalizar as votações, fazer impugnações e formular protestos, os candidatos registrados, os delegados de partidos ou alianças partidárias credenciados perante o juiz eleitoral da zona, e os fiscais nomeados para as respectivas seções.

Parágrafo único. Os partidos ou alianças de partidos, que tenham registrado candidatos, poderão nomear até 3 (três) fiscais para servirem perante cada mesa receptora, os quais revezarão na fiscalização, de maneira a não permanecer no recinto mais de um do mesmo partido ou aliança.

Art. 10. Somente serão admitidos a votar, em qualquer eleição os eleitores pertencentes à seção, excetuando-se, apenas, os candidatos, os membros da mesa, os fiscais que perante a mesma servirem, os delegados de partido, os juizes eleitorais, os eleitores cujos nomes hajam sido omitidos na lista ou nela figurarem erradamente, e aqueles cuja identidade tenha sido impugnada.

§ 1.º Os membros do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas poderão exercer o direito do voto em qualquer localidade da circunscrição que representem.

§ 2.º Os candidatos, os membros da mesa, os fiscais, ou delegados de par-

tido, os juizes eleitorais e os eleitores referidos neste artigo, votarão mediante as cautelas enumeradas no § 4.º, do art. 87, do Código Eleitoral, não sendo, porém, os seus votos recolhidos à urna, e sim, a um envólucro especial de papel ou pano forte, o qual será lacrado e rubricado pelos membros da mesa e fiscais presentes e encaminhado à junta eleitoral, com a urna e os demais documentos da eleição.

§ 3.º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, os juizes eleitorais enviarão aos presidentes das mesas receptoras, juntamente com o material referido no art. 77 do Código Eleitoral um envólucro especial, de pano ou papel forte, com as dimensões de 30 x 20 cms.

Art. 11. Nas cidades, vilas, bairros e subúrbios onde funcionarem mais de 3 (três) seções eleitorais, poderá o juiz fazer instalar uma seção especial para nela votarem os eleitores cujos nomes não figurem na lista da seção a que pertençam, ou nela figurem erradamente, bem como aqueles cuja identidade houver sido impugnada, sendo os votos tomados com as cautelas constantes do § 4.º do artigo 87, do Código Eleitoral.

Art. 12. Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à turma da seção em que deveriam votar a qual será transportada para a em que tiverem de votar.

§ 1.º As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da seção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobrecartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2.º O transporte da urna e dos documentos da seção será providenciado pelo membro da mesa ou secretário que comparecer, acompanhando-a os fiscais que o desejarem.

Art. 13. Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e nos povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva inclusive leprosários, onde haja pelo menos 50 (cinquenta) eleitores.

Art. 14. Não poderá ser usada a propriedade ou habitação de candidato, de membro de diretório ou delegado permanente de partido poli-



tico, bem como de parente de qualquer deles, até o 3.º (terceiro) grau inclusive nem de autoridade policial para nela funcionar mesa receptora.

Art. 15. No ato da votação, poderão os membros da mesa receptora os candidatos, os fiscais ou delegados de partido, bem como qualquer eleitor da seção, impugnar a identidade do eleitor, desde que o façam, mesmo verbalmente, antes de ser ele admitido a votar.

Art. 16. A incoincidência entre o número de votantes e o de sobrecartas encontradas na urna não constituirá motivo de nulidade da votação desde que não resulte de fraude comprovada.

Art. 17. A Junta Eleitoral deverá concluir os trabalhos de apuração no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1.º Ao presidente da Junta é facultado nomear escrutinadores e auxiliares em número capaz de atender à boa marcha dos trabalhos.

§ 2.º Concluída a apuração de cada urna, um membro da junta para tal designado expedirá boletim do pleito na seção respectiva. Neste boletim consignar-se-á apenas o número de votantes, a votação dos candidatos a cargos isolados e legendas partidárias.

§ 3.º A votação de cada pleiteante figurará na ata prevista no art. 91 do Código Eleitoral.

Atr. 18. É anulável a votação quando se apurar coação ou fraude na votação ou na apuração.

Art. 19. Não serão registrados diretórios de partidos políticos, cujos pedidos de registro sejam apresentados à justiça eleitoral em prazo inferior a 30 (trinta) dias de qualquer eleição, como não serão admitidas nesse prazo, quaisquer alterações nos já registrados.

Art. 20. Nenhum eleitor será admitido a votar sem a apresentação do respectivo título.

Art. 21. As sobrecartas oficiais para a votação, além de rubricadas pelo presidente da mesa e um dos mesários, serão numeradas de 1 (um) a 9 (nove) sucessivamente, à medida que forem sendo entregues aos eleitores.

Art. 22. O eleitor que deixar de votar sem causa, justificada perante o juiz eleitoral dentro de 8 (oito) dias da data da eleição, incorrerá na

multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), imposta pelo mesmo juiz e cobrável mediante executivo fiscal.

§ 1.º Sem a prova de ter votado ou pago a multa prevista neste artigo, não poderá o eleitor:

- a) inscrever-se em concurso;
- b) investido em função pública de qualquer natureza;
- c) participar de concorrências públicas ou administrativas;
- d) pleitear o gozo de favores ou isenções estabelecidas em lei;
- e) obter passaporte ou carteira profissional;
- f) praticar qualquer ato para o qual se exija prova de quitação com o serviço militar e o imposto de renda.

§ 2.º Os que concorrerem para a inobservância das interdições constantes deste artigo incorrerão na pena pecuniária imposta aos faltosos.

Art. 23. Os brasileiros natos ou naturalizados maiores de 18 anos não poderão, sem a prova de serem eleitores, praticar qualquer dos atos mencionados no § 1.º do artigo anterior.

Parágrafo único. Os que concorrerem para a inobservância das interdições constantes do artigo anterior incorrerão na pena pecuniária imposta aos faltosos.

Art. 24. A nulidade de qualquer ato, não arguida quando de sua prática, ou na primeira oportunidade que para tanto se apresente, não mais poderá ser alegada, salvo se a arguição se basear em motivo superveniente ou de ordem constitucional.

Art. 25. Os atos requeridos ou propostos em tempo oportuno, mesmo que não sejam apreciados no prazo legal, não prejudicarão aos interessados.

Art. 26. Não serão admitidos recursos contra a votação ou a apuração, se não tiver havido protestos contra as irregularidades ou nulidades arguidas, perante as mesas receptoras; no ato da votação ou perante as juntas eleitorais, no da apuração.

Art. 27. São preclusivos os prazos para interposição de recurso, salvo quando neste se discutir matéria constitucional.

Art. 28. Os recursos parciais no caso de eleições municipais serão jul-



gados pelos Tribunais Regionais à medida que derem entrada nas respectivas secretarias, observando-se, quanto ao seu processo, o disposto nos arts. 152 e seguintes do Código Eleitoral.

§ 1.º O disposto neste artigo aplica-se ao Tribunal Superior Eleitoral, em se tratando de eleições estaduais e federais.

§ 2.º Somente se aplicará o disposto no art. 169 do Código Eleitoral aos recursos parciais ainda não distribuídos quando derem entrada nos Tribunais os referentes às diplomações.

§ 3.º Ao julgar os recursos de diplomação, os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior conhecerão dos recursos parciais referidos no parágrafo anterior, interpostos pelos diplomados que não houverem recorrido da própria diplomação, como matéria de defesa.

§ 4.º O Tribunal Superior somente tomará conhecimento de recursos com relação a eleições municipais nos casos previstos nos ns. I, II e IV do artigo 121 da Constituição Federal.

Art. 29. Além dos embargos de declaração, caberão contra as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, quando não forem unânimes, embargos infringentes e de nulidade interpostos dentro do prazo de três (3) dias, contados da publicação do acórdão.

§ 1.º Articulados os embargos, serão os mesmos contestados em igual prazo, findo o qual com a contestação ou sem ela, apresentá-los-á o Relator em Mesa para julgamento na primeira sessão seguinte.

Art. 20. Nas eleições que se realizarem para o preenchimento dos dois terços do Senado não será apurada a cédula que contiver nomes de candidatos por partidos diferentes, ressalvado o caso de aliança partidária devidamente registrada.

§ 1.º O eleitor poderá, porém, votar em candidatos registrados por partidos diferentes, desde que o faça em cédulas separadas.

§ 2.º Também não poderá conter uma mesma cédula nome de candidato a senador registrado por um partido e de suplente registrado por outro partido.

§ 3.º Em nenhum caso será considerado eleito suplente pertencente a partido diverso do que houver eleito o senador, salvo no caso de aliança partidária.

Art. 31. As decisões sobre exclusão de eleitores passam à competência dos juizes eleitorais, com recurso voluntário, no prazo de dez dias, para o Tribunal Regional.

Art. 32. Será negado o registro a candidatos que, pública ou ostensivamente, façam parte, ou sejam adeptos de partido político cujo registro tenha sido cassado com fundamento no art. 141, § 13 da Constituição Federal.

Art. 33. Competirá aos Tribunais Regionais aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão, até 30 (trinta) dias, aos juizes eleitorais, e julgar, em grau de recurso, as que forem por estes aplicadas aos serventuários do juízo eleitoral.

Parágrafo único. Das penas impostas pelos Tribunais Regionais caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o Tribunal Superior.

Art. 34. As juntas eleitorais decidirão por maioria de votos, cabendo recurso de suas decisões, na forma prescrita pelo Código Eleitoral.

Art. 35. O Tribunal Superior Eleitoral, ao baixar as instruções para as primeiras eleições que se realizarem após a vigência desta lei, tomará as medidas necessárias para a sua completa execução, inclusive estabelecendo os modelos para o novo material que passa a ser exigido.

Art. 36. O Presidente e o Vice-Presidente dos Tribunais Regionais serão eleitos por estes dentre os três desembargadores do Tribunal de Justiça; o terceiro exercerá as funções de corregedor geral da justiça eleitoral da circunscrição a que pertencer com as atribuições que forem fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 37. Salvo o requerimento de inscrição eleitoral que deve ser escrito e assinado do próprio punho do alistando, todos os demais podem ser simplesmente assinados pelo eleitor.

Art. 38. A expressão "já tiverem exercido o mandato" da letra c do n.º I da letra b do n.º II do art. 140 da Constituição da República abrange qualquer mandato de Deputado ou Senador do Poder Legislativo da República desde o regime de 1891.



Parágrafo único. O exercício do mandato para o Senado como para a Câmara, qualquer que seja o mandato legislativo federal anteriormente exercido.

Art. 39. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de junho de 1954. — *João Café Filho* — *Alfredo Neves*. — *Francisco Gallotti*.

TRABALHO ELABORADO PELO  
RELATOR, DEPUTADO ULISSES  
GUTMARAES, NA COMISSÃO  
MISTA DE REFORMA ELEITORAL  
ANTEPROJETO DE REFORMA DE EMERGÊNCIA  
DA LEI ELEITORAL

Art. 1.º O escrivão eleitoral, recebendo o requerimento de inscrição, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo artigo 33 do Código Eleitoral, dará recibo do mesmo ao apresentante, registrando-o no livro competente, e, depois de autuá-lo, o fará concluso ao juiz eleitoral, que, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, o despachará.

§ 1.º Se houver qualquer omissão ou irregularidade que possa ser sanada, fixará o juiz eleitoral para isso prazo razoável.

§ 2.º Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição cabe recurso ao Tribunal Regional, interposto pelo alistando, dentro de 3 (três) dias; e do despacho que o deferir, poderá qualquer delegado de partido recorrer dentro de 3 (três) dias.

§ 3.º Os recursos referidos no parágrafo anterior serão julgados pelo Tribunal Regional dentro de 5 (cinco) dias.

Art. 2.º Quando o documento que instruir o requerimento de inscrição eleitoral não fôr a carteira de identidade e surgir qualquer dúvida sobre esta, poderá o juiz exigir a comprovação da identidade.

Art. 3.º Quinquenalmente o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa, quando houver, ou por editais, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos e os indeferidos.

Art. 4.º O título, sob pena de suspensão disciplinar até de 30 (trinta) dias, somente será assinado pelo juiz eleitoral depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor.

Art. 5.º O título será entregue, pessoalmente, ao eleitor pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou por escri-

vão eleitoral especialmente designado.

Art. 6.º O juiz eleitoral, o juiz preparador ou o escrivão eleitoral especialmente designado, em dias previamente marcados e anunciados, farão a entrega dos títulos eleitorais nos distritos, povoados e na zona rural.

Art. 7.º Até 60 (sessenta) dias antes da data marcada para a eleição, todos os que pediram inscrição já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para entrega, se deferidos pelo juiz eleitoral.

§ 1.º Os títulos resultantes de pedidos de transferência de domicílio eleitoral também devem estar prontos para entrega até 60 (sessenta) dias antes da data marcada para a eleição.

§ 2.º O Juiz ou funcionário responsável pela transgressão do preceituado neste artigo será punido nos termos do artigo 175, n.º 15 do Código Eleitoral.

Art. 8.º Não constarão das listas de votação os que até 60 (sessenta) dias antes da eleição não retirarem de cartório seus respectivos títulos eleitorais.

Art. 9.º Nenhum pedido de inscrição eleitoral será mais recebido dentro dos 90 (noventa) dias anteriores à data marcada para a eleição.

Art. 10. A transferência do título eleitoral, como decorrência da transferência do domicílio eleitoral, só será admitida satisfeitas estas exigências, além das mencionadas no artigo 39 e parágrafos do Código Eleitoral.

a) o respectivo requerimento der entrada no cartório eleitoral do novo domicílio até 90 (noventa) dias antes da data da eleição;

b) transcorrência pelo menos de 1 (um) ano da inscrição primitiva;

c) residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio, atestada pela autoridade policial.

Parágrafo único. Quando removidos, a transferência do título eleitoral de servidores ou funcionários públicos ou autárquicos, civis ou militares, e membros das respectivas famílias, está dispensada das exigências relacionadas nas letras b e c deste artigo.

Art. 11. Os pedidos de transferência de domicílio eleitoral serão publicados, até o prazo máximo de 10 (dez) dias de sua entrada em cartório, pela imprensa, onde houver, ou por editais.

§ 1.º Transcorrido o prazo acima mencionado, será publicado pela mesma forma anterior e durante 5 (cinco) dias o despacho do juiz, negando ou deferindo o pedido de transferência.



§ 2.º Poderão recorrer ao Tribunal Regional, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o eleitor que pediu a transferência, sendo-lhe a mesma negada, ou qualquer delegado de partido, quando o pedido fôr deferido.

§ 3.º Dentro de 5 (cinco) dias o Tribunal Regional decidirá do recurso interposto nos termos do parágrafo anterior.

§ 4.º Só será expedido o novo título após decorridos os prazos assinalados neste artigo e respectivos parágrafos.

Art. 12. É vedada o pedido de segunda via de título eleitoral, por motivo de extravio ou perda, dentro dos 70 (setenta) dias anteriores à data da eleição.

Art. 13. O requerimento de segunda via do título eleitoral será sempre apresentado pessoalmente em cartório pelo eleitor.

Art. 14. Os eleitores com segunda via de título eleitoral votarão sempre em separado, pela forma mencionada no artigo 87, § 4.º, letras b, c e d, do Código Eleitoral, escrevendo o presidente da mesa receptora na sobrecarta maior o seguinte: "2.ª via de título eleitoral".

Art. 15. Imediatamente após o encerramento dos prazos para alistamento e transferência de eleitores (artigos 9.º e 10), iniciarão os juizes eleitorais a organização das listas de votação, as quais serão publicadas pela imprensa, se houver, ou por editais, até 30 (trinta) dias antes da eleição.

Parágrafo único. A infração ao disposto neste artigo será punida nos termos do artigo 175, n.º 15, do Código Eleitoral.

Art. 16. A organização das listas de votação será feita com a fiscalização dos delegados dos partidos e à vista dos processos de inscrição, transferência e 2.ª via, notadamente daqueles contra os quais existam denúncia ou suspeita de irregularidade.

§ 1.º Serão, pelo juiz eleitoral excluídos do alistamento e das folhas de votação, os eleitores cuja inscrição não tiver preenchido, manifestamente, as condições ou requisitos legais, cabendo recurso para o Tribunal Regional, pelo eleitor ou delegado de partido, dessa decisão.

§ 2.º O recurso referido no parágrafo anterior deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias e não terá efeito suspensivo.

§ 3.º. O Tribunal Eleitoral decidirá, no prazo de cinco (5) dias, o recurso referido nos parágrafos anteriores.

Art. 17. O eleitor só poderá votar satisfeitas estas exigências:

a) — exibição do respectivo título eleitoral;

b) — constando o seu nome na lista de votação, salvo as exceções expressamente consignadas em lei.

Art. 18. É terminantemente vedada a votação em seção eleitoral diversa daquela em que o eleitor tiver seu nome incluído.

§ 1.º. Os membros das mesas receptoras e os fiscais de partidos, estes em número são superior a dois (2) para cada partido votarão perante as mesas receptoras em que estiverem servindo, sem a exigência da letra b deste artigo, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma do artigo 87, § 4.º do Código Eleitoral.

§ 2.º O juiz eleitoral e os delegados de partidos, estes últimos em número não superior a dois (2) em cada município, poderão votar em qualquer seção da zona eleitoral ou do município, respectivamente, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma do art. 87, § 4.º, do Código Eleitoral.

§ 3.º Podem votar, tomando-se-lhes os votos pela forma referida no artigo 87, § 4.º do Código Eleitoral, os candidatos:

a) — a Presidente ou Vice-Presidente da República, em qualquer seção eleitoral do País;

b) — ao Congresso Nacional, a Governador, a Vice-Governador e às Assembléias Legislativas, em qualquer seção da circunscrição em que foram registrados;

c) — a Prefeito e às Câmaras municipais, de qualquer seção do município correspondente à zona eleitoral em que foram registrados;

d) — a Juiz de Paz, em qualquer seção do respectivo distrito.

§ 4.º — Podem votar:

a) — O Presidente ou Vice-Presidente da República em qualquer seção eleitoral do País;

b) — o Governador e o Vice-Governador do Estado, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas em qualquer seção eleitoral do Estado;

c) — O Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores em qualquer seção eleitoral do município.

Art. 19. Serão punidos, com a pena de detenção de 1 (um) a seis (6) me-



ses, o presidente da mesa receptora e o eleitor que votar sem cumprir as exigências referidas nos artigos 17 e 18 desta lei.

Art. 20. As sobrecartas para votação, além de rubricadas pelo presidente da mesa receptora e um dos mesários, serão numeradas de 1 a 9, sucessivamente e à medida e no momento em que forem sendo entregues aos eleitores.

Art. 21. O eleitor que deixar de votar sem causa justificada perante o juiz eleitoral, dentro de oito (8) dias da data da eleição, incorrerá na multa de cem (100) a mil (1.000) cruzeiros imposta pelo juiz eleitoral e cobrada mediante executivo fiscal.

Parágrafo único. Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou se justificou devidamente não poderá o eleitor:

a) — ser investido ou empossado em cargo ou função pública de qualquer natureza;

b) — inscrever-se em concurso para cargo público;

c) — participar de concorrências públicas ou administrativas;

d) — obter empréstimos nas Caixas Econômicas Federais ou Estaduais;

e) — praticar qualquer ato para o qual se exija a prova de quitação com o serviço militar ou com o imposto de renda;

f) — receber o vencimento correspondente ao mês subsequente à eleição, quando funcionário ou servidor público, ou de autarquia.

Art. 22. Os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 (dezoito) anos, salvo os excetuados nos artigos 3.º e 4.º, n.º I, do Código Eleitoral, não poderão, sem a prova de que são eleitores, praticar os atos relacionados no parágrafo único do art. 21 desta lei.

Art. 23. Os responsáveis pela inobservância do disposto nos arts. 21 e 22 desta lei incorrerão na multa de 500 (quinhentos) cruzeiros e 2.000 (dois mil) cruzeiros ou suspensão disciplinares por 7 (sete) dias.

Art. 24. O juiz eleitoral fornecerá aos que não votaram com causa justificada e aos não alistados nos termos dos arts. 3.º e 4.º, I, do Código Eleitoral, documento que os isente das sanções legais.

Art. 25. Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargo de

representação proporcional a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas.

Art. 26. Se o número de sobrecartas autenticadas exceder o de vontantes far-se-á a apuração desde que os votos excedentes não alterem na mesma urna a colocação das legendas ou a colocação dos candidatos quando eleitos segundo o princípio majoritário. Caso contrário proceder-se-á nos termos do art. 97, § 2.º, do Código Eleitoral.

Art. 27. Os membros da mesa receptora não podem pertencer a um mesmo partido ou partidos coligados.

Art. 28. Da nomeação para membro da mesa receptora, caberá reclamação ao juiz eleitoral dentro de 48 (quarenta e oito) horas, devendo, dentro do mesmo prazo, ser decidido.

Parágrafo único. Da decisão do juiz eleitoral, caberá recurso ao Tribunal Regional, dentro de 3 (três) dias, devendo dentro do mesmo prazo ser resolvido.

Art. 29. O membro da mesa receptora que não comparecer no local, dia e hora determinados para realização da eleição ou abandonar os trabalhos no decurso da votação, sem justa causa apresentada ao juiz eleitoral 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência, incorrerá em multa de Cr\$ 400,00 (quatrocentos) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), cobrada mediante execução fiscal.

§ 1.º Se o faltoso for funcionário ou servidor público ou autárquico, a pena será suspensão por 15 (quinze) dias.

§ 2.º As penas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro se a mesa receptora deixar de funcionar por culpa do faltoso.

Art. 30. Pelas mesas receptoras serão admitidos a fiscalizar a votação, formular protestos e fazer impugnações, inclusive sobre a identidade do eleitor, os candidatos registrados, os delegados, e os fiscais de partidos.

Parágrafo único. Nas ocorrências motivadas pela fiscalização o presidente da mesa receptora procederá de conformidade com o disposto no artigo 87 do Código Eleitoral.

Art. 31. Improrrogavelmente até às 18 (dezoito) horas de 45 (quarenta e cinco) dias antes da data marcada para a eleição, poderão os candidatos ser registrados.

Art. 32. A substituição de um candidato por outro só será admitido em caso de falecimento do registrado.

Lote: 32  
Caixa: 227

PL N.º 4601/1954

11



Art. 33. As eleições serão sempre realizadas também com a garantia de força federal, posta à disposição das autoridades eleitorais competentes.

Art. 34. Fica expressamente revogado o art. 127 do Código Eleitoral.

Art. 35. São preclusivos os prazos para interposição de recursos, salvo quando interpostos contra ato arguido de manifestamente infringente da Constituição Federal.

Art. 36. Os recursos parciais no caso de eleições municipais, serão julgados pelos Tribunais Regionais, à medida que derem entrada nas respectivas secretarias, observando-se, quanto ao seu processo, o disposto nos arts. 152 e seguintes do Código Eleitoral.

§ 1.º O disposto neste artigo aplica-se ao Tribunal Superior Eleitoral, em se tratando de eleições estaduais e federais.

§ 2.º Somente se aplicará o disposto no art. 169 do Código Eleitoral aos recursos parciais ainda não distribuídos quando derem entrada nos Tribunais os referentes às diplomações.

§ 3.º Ao julgar os recursos de diplomação (os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior conhecerão dos recursos parciais referidos no parágrafo anterior, interpostos pelos diplomados que não houverem recorrido da própria diplomação, como matéria de defesa).

§ 4.º O Tribunal Superior somente tomará conhecimento de recursos com relação a eleições municipais nos casos previstos nos ns. I, II e IV do artigo 21 da Constituição Federal.

Art. 37. Além dos embargos de declaração, caberão contra as decisões do Tribunal Superior Eleitoral quando não forem unânimes, embargos infringentes e de nulidade interpostos dentro do prazo de três (3) dias, contados da publicação do acórdão.

§ 1.º — Articulados os embargos, serão os mesmos contestados em igual prazo, findo o qual, com a contestação ou sem ela, apresenta-los-á o Relator em mesa para julgamento na primeira sessão seguinte:

Art. 38. — Competirá aos Tribunais Regionais aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão até trinta (30) dias aos juizes eleitorais e julgar, em grau de recurso, as que forem por estes aplicadas aos funcionários do juízo eleitoral, que poderão recorrer, sem efeito suspensivo, no prazo de três (3) dias.

Art. 39. — O desembargador do Tribunal Regional Eleitoral, que não exercer as funções de presidente ou vice-presidente do mesmo, será o Corregedor Geral da Justiça Eleitoral da circunscrição a que pertencer.

§ 1.º — As atribuições do Corregedor Geral serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional perante o qual servir.

§ 2.º — No desempenho de suas atribuições, o Corregedor Geral se locomoverá para as zonas eleitorais ou seções eleitorais, nos seguintes casos.

a) — por determinação do Superior Tribunal Eleitoral ou do Tribunal Regional Eleitoral.

b) — a pedido dos juizes eleitorais.

c) — a requerimento do partido, deferido pelo Tribunal Regional.

d) — sempre que atender necessário.

Art. 40. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

*Ulysses Guimarães*

### *Justificação*

Dentro do prazo que a Comissão Mista de Elaboração da Reforma Eleitoral nos assinalou (6 dias) como seu Relator, para organização de anteprojeto do substitutivo que lhe cumpre elaborar, nos termos de sua decisão com base na Resolução que a criou (n.º 8) examinou todas as proposições existentes no Congresso, sobre a matéria, bem como avultado número de emendas e sugestões escritas e orais, que nos foram endereçadas por senadores, deputados, juizes eleitorais, entidades de classe e particulares.

Os projetos mais importantes são os de n.º 94-55 (elaborado pelo Ministro Edgar Costa e encaminhado pelo Executivo, o de n.º 4.601-54 (chamado "reforma eleitoral de emergência", já aprovado no Senado); o de número 4.636-54 (também já aprovado no Senado, sendo seu autor principal o nobre senador João Villas Boas, objetivando reformar totalmente o Código Eleitoral); o de n.º .... 2.377-52 do (Deputado Coutinho Cavalcanti); o de n.º 1.984-52 (do Deputado Arnaldo Cerdeira), e de n.º .... 887-51 (do Deputado Tarso Dutra); o de n.º 33-51 (do Deputado João Agripino); o de n.º 479-50 (do Deputado Samuel Duarte).



É de justiça ressaltar a importância dos Projetos Arnaldo Cerdeira e Villas Bôas (1.984-52 e 4.636-54), notadamente o primeiro, pela sua extensão, pois é realmente proposta de novo código eleitoral, pela profundidade das alterações oferecidas, inclusive a instituição de modalidade de voto distrital compatível com o sistema proporcionalista exigido pela Constituição Federal, e, finalmente, pela fundamentação com que a matéria foi justificada. Servirão, ambos como preciosos subsídios para a tão anunciada quão procrastinada reforma da legislação eleitoral vigente, a qual deverá ser imediatamente atacada pelo Congresso após as eleições de 3 de outubro próximo, a fim de que trabalho tão importante e sério, condicionador da pureza do regime, se forre da premência de tempo que atropela a reforma que ora se quer editar.

Uma palavra de justiça ao combativo Dep. Raul Pila, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, na legislatura anterior, pela forma criteriosa e autorizada com que a examinou.

A seguir exporemos a orientação geral imprimimos à feitura do presente anteprojeto. Não o justificamos cumulativamente, artigo por artigo, como era nosso propósito inicial, por estes motivos principais.

a) — isso será feito com respeito ao Substitutivo da responsabilidade da Comissão Mista, porque este será o encaminhado ao Plenário da Câmara dos Deputados.

b) — perante a Comissão, quando da discussão, oralmente apresentaremos as razões de ser de cada artigo.

c) — a exiguidade do prazo assinado impossibilitou semelhante trabalho, por sua natureza necessariamente longo, porque casuístico.

O substitutivo, conforme já decidiu a Comissão, será ao Proj. n.º 4.601-54, aprovado pelo Senado. É a apelidada "reforma de emergência", contendo 39 artigos. Fundamentam a escolha do Proj. n.º 4.601 como base, o art. 2.º da Res. n.º 8, que constituiu esta Comissão Mista e a celeridade de tramitação, uma vez que assim dois turnos regimentais são ganhos; o substitutivo sofrerá só uma discussão e votação na Câmara e outra no Senado.

Como subsídio principal, o anteprojeto socorreu-se do Proj. 94-55, de

autoria do eminente Ministro Edgar Costa e enviado ao Congresso pelo Executivo. Trata-se de obra sucinta e precisa (16 artigos), que muito honra o preclaro magistrado que a prolatou. Dela se poderá dissentir, como em certos passos, o fez o relator. Semelhante discrepância, de resto normal em matéria das mais controvertidas da literatura jurídica universal, valoriza ainda mais a homenagem de respeito e admiração que deve ser tributada ao desejo que invariavelmente evidencia, de cooperar pelo aprimoramento de nossas instituições democráticas, através da difícil busca da verdade na captação da vontade popular.

A "reforma" deve ser "de emergência", diz, analiticamente, o art. 2.º da Resolução n.º 8.

Fiel a essa ordem e convictos da que uma das formas de não se reformar o Código vigente, no que seja absolutamente necessário com tempo de alcançar o pleito de 3 de outubro próximo, será o propósito ambicioso de reforma ampla ou total, fizemos constatar do anteprojeto o essencial e inadiável. Este o critério preliminar para seleção do fato e heterogêneo material legislativo examinado: no anteprojeto, para a emergência do pleito que se avizinha, somente o indispensável e urgente.

Em geral, foram dilatados os prazos, a fim de que a Justiça Eleitoral possa, com tempo e serenidade, organizar a eleição. É indispensável que ela trabalhe desafogada dos atropelos de última hora, responsáveis, frequentemente, pela criação de um clima tolerante à fraude e a corrupção. Não é justo que os morosos no resguardo de seus direitos, os esbaforidos retardatários da nudécima hora, turvem com sua imprevidência as águas para os astuciosos pescadores de vantagens ilícitas.

Note-se, e isto é de suma importância, que os prazos para encerramento de alistamento e transferência de títulos, registros de candidatura, expedição de segundas vias, devem ser concatenados em sistema, encadeados organicamente. Esses prazos não podem ser escoteiros, nem funcionar avulsamente. Assim, o alistamento será encerrado 90 dias antes do pleito (art. 9), para haver tempo para expedição cuidadosa e fiscalizada dos títulos; a transferência também só será admitida no mesmo prazo:



90 dias (art. 10). a expedição de 2.<sup>o</sup> via de título, por perda ou extravio, 70 dias antes da eleição (art. 12). Semelhantes prazos possibilitados a providência moralizadora do art. 7.<sup>o</sup>, todos títulos, os de novo alistamento, os resultantes de transferência os em 2.<sup>a</sup> via, estarem prontos para entrega 60 (sessenta) dias antes da eleição.

A confecção da lista de votantes, que será feita sob fiscalização dos partidos (art. 16). estará pronta e publicada, para conhecimento geral e oferecimento de recurso, dentro do prazo máximo de 30 dias antes da eleição (art. 15). Para que isso seja possível, acautelando interesses dos eleitores e dos partidos, é indispensável a providência do art. 8.<sup>o</sup>. Não constarão da lista de votação os eleitores que não retirarem os seus títulos até 60 (sessenta) dias antes da eleição.

As listas não podem estar sujeitas a contínuas alterações, por obra dos retardatários, pois do contrário perderão a característica, que lhes é estrutural, de segurança e permanência, sem o que a fiscalização será fatalmente precária.

A experiência tem apontado estas fraudes mais comuns:

- a) um eleitor votar várias vezes;
- b) obtenção de 2.<sup>a</sup> via de título para fins fraudulentos;
- c) transferência em massa de títulos, especialmente de Municípios limítrofes, na época das eleições, especialmente as municipais.

Para colir a fraude focalizada na letra "a", o anteprojeto veda que o eleitor vote em seção eleitoral diferente daquela em que conste o seu nome (art. 17 e 18). Amarrou o eleitor à respectiva seção eleitoral. Terminará, assim, a calamitosa votação itinerante. As exceções, mínimas, aliás, a essa interdição geral, são justificadas pelas funções que os beneficiários exercem, ou pela alta responsabilidade dos cargos que ocupam. Nesses casos votarão, como regra, com a cautela do voto em separado. Punição severa é cominada ao presidente de mesa receptora e ao eleitor faltoso: 1 a 6 meses de detenção, (art. 19). A indústria explorada de utilização viciosa de 2.<sup>as</sup> vias será assim combatida: impedir que sejam pedidos e expedidos títulos à última hora. Só poderá ser requerida 2.<sup>a</sup> via de título 70 dias antes da eleição (art. 12).

A presença pessoal do requerente é exigida em cartório, para a respectiva

entrega do requerimento (art. 13), para evitar que o verdadeiro detentor do título tenha-o fraudulentamente eliminado pela baixa, impedindo-o de votar. Além disso, esse eleitor votará sempre em separado.

A transferência de domicílio eleitoral só será admitida até 90 dias antes do pleito (art. 10), possibilitando, mediante reclamações de recursos, as anulações das ilegitimamente conseguidas (art. 11).

Os pedidos de transferências serão publicados (art. 11), serão instruídos com a prova de residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio (art. 10 letra c) e transcorrência de um ano da inscrição primitiva (art. 10 letra b).

O anteprojeto procura dar vigência à obrigatoriedade constitucional do alistamento e do voto, preceituando que a validade de atos da vida civil e profissional dos cidadãos dependa do título e da prova de haver votado na última eleição, estar isento ou haver pago a respectiva multa.

Eis a única providência efetiva para combater a abstenção, pois a possibilidade legal de imposição de multas nenhum resultado tem dado na prática.

O art. 25, resultante do art. 10 do Projeto Edgard Costa; quer evitar a injusta e feroz luta dentro da mesma legenda, na qual as armas da corrupção são terçadas. A eleição suplementar só foi autorizada porque poderá influir na colocação dos partidos e não dos candidatos do mesmo partido.

O art. 33 aproveitou o ar. 11 do Projeto Edgard Costa. E' dos mais importantes. Não trata da outorga de possibilidade de requisição de força federal. Ela estará automaticamente requisitada por esse artigo de lei, com que se evitarão as barunhentas explorações de uma ou outra das facções em luta, com reflexos no pleito, quando a justiça eleitoral requisita.

A força federal estará à disposição das autoridades eleitorais nos pontos-chaves de cada Estado, Território ou Distrito Federal. A redação deste artigo diz que as eleições serão "sem-tava força federal.

tos-chaves de cada Estado, Território pre" realizadas "também" com a garantia da força federal. "Também", para não excluir outros policiamentos (polícia estadual, polícia militar ou força pública estaduais, polícia municipal, etc.), que normal-



mente asseguram a ordem como até o presente momento vem acontecendo.

O art. 34 impõe a revogação do artigo 127 do Código Eleitoral, que determina que a eleição em seção anulada se renovará uma só vez. A prática tem revelado que tal anulação tem sido muitas vezes provocada, na votação originária e na re-novação da mesma, com o fito pré-determinado de evitar presumida vantagem de determinado candidato ou partido em determinada seção. Ora, a não renovação da eleição mais uma vez iria possibilitar que o esbulho lograsse seu criminoso objetivo. Eis a razão da revogação proposta pelo art. 34.

A instituição da Corregedoria Geral da Justiça Eleitoral (art. 39) objetiva fiscalizar e instaurar a responsabilidade das autoridades puníveis por omissão ou comissão, a começar dos juizes eleitorais. O desembargador corregedor se locomoverá inclusive para o interior, por entender espontaneamente ser seu dever ou pelas formas provocadas conforme o art. 39 (trinta e nove) e seus respectivos parágrafos discriminam. Infelizmente pesam às vezes acusações contra juizes eleitorais, devendo a própria justiça eleitoral se esmerar em punilos exemplarmente, sendo para isso a Corregedoria Eleitoral eficiente e vigilante instrumento premonitório e corretivo.

A preclusão é a grande aliada da celeridade no apurar os pleitos e julgar-lhes os incidentes. A presteza é requisito nodular da justiça encarregada da aplicação de uma legislação como a eleitoral, eminentemente circunstancial e emergente, cuja seiva é a realidade e são os fatos. Com relação a ela, o clássico "*bis dat, qui cito dat*" há de ceder lugar ao "*solus dat, qui cito dat*". Realmente: ou decide cedo ou praticamente não adiantará decidir. A preclusão deve, pois, ter sua incolumidade preservada e até alargada. Mas ela não pode operar contra a Constituição. O que é inconstitucional é nulo e a preclusão não poderá convaler nulidades. É o que diz o art. 35, sendo que o adverbio "manifestante" resguardará o instituto contra abusivas exegeses, que pretendam ressuscitar recursos peremptos invocando presumidas vulnerações do Estatuto Cívico.

O art. 26 enfrenta delicado problema de apuração. A incoincidência do número de sobrecartas com o de vo-

tantes, verificada na apuração da urna, pode ser:

- a) mais sobrecartas do que votantes;
- b) mais votantes do que sobrecartas.

A anulação pura e simples dessa urna poderá servir aos objetivos criminosos dos que eventualmente forjaram a irregularidade para se beneficiarem dela. Seria premiar o delito. Com justeza pondera o nobre Deputado Raul Pilla, ao falar, como relator, sobre o art. 16 do Projeto 4.601-54:

"Procedendo a votação com regularidade e cuidado, coincide necessariamente o número de votantes com o de sobrecartas encontradas na urna. Entretanto, o nervosismo de algum eleitor e a distração da mesa podem explicar a falta de uma ou duas sobrecartas. Mais difícil de justificar é o excesso, já que a deposição da sobrecarta na cédula constitui o ato final e não pode ser praticado, senão depois do exame do título e da assinatura do eleitor na folha de votação. O excesso é, pois, resultado de fraude, praticada pelo eleitor ou por outra pessoa que se aproxime da urna. Por isto, a tendência tem sido relevar a falta, não o excesso de sobrecartas.

A maior importância da fraude não está porém, em acrescer a votação da legenda ou do candidato, senão em determinar a anulação de uma votação que se presume desfavorável. Daí a dificuldade da questão. Deixar de anular a votação é admitir a fraude; anulá-la, é favorecer uma fraude ainda mais grave.

Procurou o Projeto resolver a dificuldade do art. 16, estipulando que a incoincidência entre o número de votantes e o de sobrecartas encontradas não constituirá motivo de nulidade da votação, desde que não resulte da fraude comprovada. A fraude, porém, é difícil de apanhar e talvez só pudesse comprovar-se quando grande fosse a diferença entre o número de votantes e o das sobrecartas posta na urna. O art. 16 poderia, assim, abrir caminho a uma fraude generalizada, mediante a qual alguns votos a mais e cada seção poderiam decidir o pleito, já que nunca ou raramente se anularia a votação.

Mais razoável nos parece a sugestão do Tribunal Eleitoral. Pelo Código vigente, faz-se apuração, se o número de sobrecartas for inferior ao de votantes (art. 98 § 1.º); se tal nú-

Lote: 32  
Caixa: 227

PL N° 4601/1954

13



mero fôr superior (art. 98 § 2.º) faz-se em separado a apuração dos votos para ulterior decisão do Tribunal Eleitoral (art. 97 § 2.º). Surgere o Tribunal que o excesso de sobrecartas não importará em nulidade da urna, desde que o número dos excedentes não acarrete a alteração na mesma urna, da colocação das legendas, ou dos candidatos nas eleições pelo sistema majoritário".

Entendemos que o art. 26 oferece solução consentânea com a moral e a verdade.

Os arts. 36 e 37 foram trasladados do Projeto 4.601-54 (arts. 28 e 29). O então Senador Dario Cardoso, presidente da Comissão de Constituição ao Senado, inspirou essas modificações de teor processualístico, justificando-as cumprimamente.

Não figura no anteprojeto a adoção da cédula oficial de votação, preconizada no projeto Edgard Costa. Não nos convencemos de sua conveniência, pelas razões principais que passaremos a relacionar:

1.º) — o eleitor, na cabine indevas-savel, com as cédulas oficiais que receber do presidente da mesa receptora, quando a eleição fôr regulada pelo princípio majoritário, assinalada com um "X" o seu ou seus candidatos, quando as eleições coincidirem. Por essa forma serão eleitos o Presidente da República, e o Vice-Presidente da República, o Governador do Estado, o Vice-Governador, os Senadores, os Suplentes de Senadores e os Prefeitos Municipais.

Quando a eleição fôr regida pelo sistema proporcionalista, o eleitor deverá fixar qual a legenda a que pertence o candidato de sua preferência, bem como o número com que este foi registrado na Justiça Eleitoral, para à esquerda da referida legenda por um "X" e à direita escrever o número de registro do candidato.

Deverá saber, ainda, que não poderá colocar o número de registro em legenda diferente da assinalada, sob pena de nulidade do seu voto. Todas essas cautelas deverá ter o eleitor para sufragar seus candidatos a Deputado Federal, a Deputado Estadual e a Vereador Municipal.

Pondere-se que a recordação ou a investigação dos nomes exatos, a fim de evitar enganos, isso no momento da votação e sob a possível influência de nervosismo, poderão ter as naturais dificuldades acrescidas pela co-existência de homônimos ou de nomes

assemelhados. Em São Paulo, por exemplo, cerca de 700 candidatos concorrem à Assembléia Legislativa e 250 à Câmara dos Deputados. Principalmente com relação aos nomes mais comuns as parecenças são frequentes. Os parlamentares sabem, de dor de cabeça própria, as confusões de que são vítimas pela semelhança de seus nomes com os de colegas.

Isso se verifica na entrega da correspondência, do Diário do Congresso, nas chamadas pelo telefone, até no registro das votações, apartes, etc. Nas eleições pelo critério proporcionalista, além dos nomes dos partidos e dos candidatos, devem ser lembrados os respectivos números de registro. Se forem simultâneas as eleições para Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador, terá que reter ou procurar 3 nomes, 3 números de registro e possivelmente 3 nomes diferentes de partidos. Toda essa operação de memória ou de busca há de ser feita em um minuto, pois este é o tempo máximo de permanência na cabine indevassável de que dispõe.

O resultado fatalmente será o grande número de votos anulados. Parece que o próprio Projeto n.º 94-55 o previu, pois em seu art. 9.º determinou que a soma dos votos em branco com os anulados, se atingir a mais da metade dos votos, a eleição será anulada.

2.º) Pelo art. 7.º do Projeto Edgard Costa, as mesas receptoras serão as detentoras das cédulas oficiais.

Quando falciosas, poderão entregar cédulas assinaladas ou adulteradas, motivando-lhes a anulação. Não precisará toda a mesa ser conivente. Ao primeiro descuido, algum de seus membros, fiscal ou delegado de partido, até mesmo estranhos, poderão fazê-lo.

O aprimoramento do sufrágio, no Brasil, está historicamente vinculado à luta contra a corrupção em que eram vezeiras mesas receptoras todo-poderosas e sectárias. Desde a primeira lei eleitoral que tivemos, de origem espanhola, outorgada por D. João VI, em 7 de maio de 1821, até o grande Código Eleitoral de 1931, mais de um século foi consumido no combate às espoliações dominadas por islogans "a mesa é a chave da eleição"; "ganhar a mesa, para ganhar a eleição".

No império, a mesa eleitoral foi proclamada "a grande primeira figura da Corte".



Na República, antes de 1930, eram as famigeradas eleições "a bico de pena", de vasta e até hilariante crônica. Contra o poder desvirtuado pelas mesas, nada puderam a Lei n.º 842, de 13 de setembro de 1855, conhecida como "Lei dos Círculos"; a "Lei Saraiva", baseada em anteprojeto de Rui Barbosa (Lei n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881); nem a lei "Rosa e Silva" (n.º 1.269, de 15 de novembro de .. 1.904).

3.º) O não envio ou a não impressão de cédulas, bem como sua insuficiência na decorrência da votação; o desaparecimento de canetas e escassês de tinta nas cabines poderão suscitar delongas, paralização e até suspensão dos trabalhos eleitorais.

Reiteramos a afirmação com que iniciamos a presente justificativa: reconhecemos o propósito sempre leal e benemérito do preclaro Ministro Edgar Costa. Mas a dolorosa lição do passado e as amargas constatações do presente desaconselham a inovação.

Somos contrários à substituição dos títulos eleitorais pelas folhas individuais de votação, preconizada pelo artigo 12 do Projeto n.º 94-55, pelos seguintes motivos fundamentais:

1.º O Projeto n.º 94-56 determina que essa substituição somente passará a ser feita depois das próximas eleições de 3 de outubro. Não é assim matéria para a reforma de emergência. Milite-lhe contrariamente a preliminar de inoportunidade.

#### *De Meritis*

2.º) Entendemos que a folha individual de votação, na verdade o futuro título eleitoral, conservada em cartório, esta sujeita à perda, extravio e manipulações. O título é do eleitor. E documento seu. À sua guarda deve ser confiado e não de terceiros. Perdendo-o, diligenciará no sentido de obter outro, a fim de evitar as sanções previstas. A folha individual de votação, na maioria dos casos, sua alta só poderá ser constatada no momento da votação, originando dificuldades.

3.º) Há descontinuidade na direção dos serviços dos cartórios eleitorais, motivada pela rotatividade na designação dos escrivães. Isso dilui, senão suprime, a responsabilidade por atos negligentes ou fraudulentos.

4.º) O fracionamento do arquivo eleitoral em cada eleição — e elas costumam ser seguidas — motivado pelo envio das pastas com as folhas indi-

viduais de votação, às respectivas seções e o conseqüente retôrno, além de outros inconvenientes, ensejam extravios e danificações.

5.º) A boa política eleitoral é prestigiar o título. Exigi-lo para a prática de determinados atos. Isso determinará o cumprimento da obrigatoriedade do alistamento, instituído pela Constituição Federal. E' o que fez o anteprojeto no art. 22.

6.º) Uma vez que se amarre o eleitor à respectiva seção eleitoral, fora da qual não poderá votar, como propõe os arts. 17 e 18 do anteprojeto, desaparece a grande vantagem com tanta ênfase anunciada em favor da substituição dos títulos pela folha individual de votação.

7.º) A partir de 1.º de janeiro de 1956, pela Lei n.º 2.084, de 12 de novembro de 1953, será exigida a fotografia nos títulos eleitorais. Será mais um elemento de identificação e autenticidade a militar pela sua permanência.

Sr. Presidente:

Não bastam leis boas. Serão inócuas, se descumpridas. Sem povo capaz e autoridade competentes, não há excelência legal que baste. As leis não se realizam mecânica ou automaticamente. "O primeiro artigo da Constituição Inglesa é o povo inglês, "eis a grande lei britânica".

O Código Eleitoral vigente municia nossa democracia com poderosas armas contra as fraudes e corrupções que mereiam os pronunciamentos populares. Mas estes não são patrulhados devidamente. E' lamentável a inércia dos partidos, eleitores, candidatos e até fiscais!

Depois de ocorridas as irregularidades, maxime quando vítimas dela, são pressurosos em fulminar de inepta ou imperfeita a legislação eleitoral.

E' velho o vêzo!

Já em 1875, D. Pedro II assim se desabafava com Rio Branco: "Cada vez me entristeço e me envergonho mais do que tem sido, e serão ainda por muito tempo, adotem-se as medidas que se adotarem, as eleições entre nós. Não é o vestido que tornará vestal a Messalina, porém, sim, a educação do povo e, portanto, a do governo".

Recorda Barbosa Lima Sobrinho, o saboroso apólogo da "Sereníssima República", no qual Machado de Assis satirizou os costumes eleitorais da época: Ouçamo-lo:



"Machado de Assis, num de seus contos, que me parece ter sido escrito na fase da campanha pelo voto direto, quando ainda eram recentes as experiências e as decepções da lei dos círculos e da lei do terço, traçou uma espécie de apólogo dos costumes eleitorais, sob o título de "A Sereníssima República". Empolgadas pela importância do ato eleitoral, as aranhas, que compunham essa república exemplar, viviam mudando as proporções e a forma do saco, em que seriam recolhidos os sufrágios dos votantes. E sempre — dizia o mestre — "o conhecimento da lei é a eterna malícia". Novos processos de fraude burlava as intenções das melhores reformas e dos sistemas mais perfeitos. Um dos sábios da República das Aranhas, Erasmo, contou a seus concidadãos a fábula de Penépole que fazia e desfazia a famosa teia, à espera do espôso Ulisses. E concluía:

— "Vos sois a Penélope da nossa República; tendes a mesma castidade, paciência e talentos. Refazei o saco, amigas, refazei o saco até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar, entre nós, o lugar que lhe cabe. Ulisses e a Sapiência".

Sr. Presidente:

O anteprojeto que ora submetemos às luzes e aos suplementos da Comissão Mista de Reforma Eleitoral escopa, principalmente, eliminar malversões e suprir lacunas. Mas a dinâmica de sua vigência eficiente dependerá do eleitor exercitar o voto como função pública e não como mercadoria: dos partidos indormidamente patrulharem o respeito à verdade eleitoral e não serem bulhentos sindicatos de ambições ou cobiças, e, finalmente, que a justiça eleitoral, uma das achas da fogueira que queimou a República Velha em 1930, prossiga na dura jornada de materializar as esperanças com que foi saudada como suprema guardiã da pureza do regime.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1955. — *Ulysses Guimarães*, Relator.

#### PARECER DA COMISSÃO MISTA DE REFORMA ELEITORAL

(Resolução n.º 8-55)

Por iniciativa da Câmara dos Deputados foi criada, pela Resolução n.º 8, de 1955, a Comissão Mista de Reforma Eleitoral e designados para compô-la os Srs. Senadores Filinto Müller, Rui Palmeira, Atílio Vivac-

qua, Alô Guimarães, Lúcio Bittencourt e Cunha Mello, e Deputados Ernani Sátiro, Ulysses Guimarães, Raimundo Brito, Colombo de Souza, Oliveira Brito e Pereira Filho, para, no período de 30 dias de sua instalação, apresentar projeto de reforma da Lei Eleitoral.

Realizou, a Comissão, a sua primeira reunião, em que instalou os seus trabalhos, a 19 de abril, elegendo os Srs. Cunha Mello, Rui Palmeira e Ulysses Guimarães, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator.

Atendendo à complexidade da matéria e do curto prazo de que dispunha a Comissão para a elaboração do substitutivo, achou por bem e conveniente solicitar sugestões que pudessem auxiliá-la o que fez por intermédio de ofícios, em número de 33, dentre os quais, convém salientar, os remetidos aos Senhores Presidente da Câmara dos Deputados Presidente do Senado, Líderes de Bancadas dos Partidos nas duas Casas do Congresso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Presidentes dos Partidos e Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Desde a data da sua instalação, dia 19 de abril, até a conclusão dos seus trabalhos, dia 13 de maio, realizou a Comissão 12 reuniões. Na primeira concedeu-se ao Relator o prazo de 10 dias, a fim de que o mesmo apresentasse seu anteprojeto independentemente das sugestões que fossem recebidas, cuja prazo para tal também era de 10 dias. O procedimento antecipado da Comissão, visava a que pudesse a mesma realizar o seu objetivo dentro do período estabelecido. Assim, as sugestões que fossem recebidas, no que aproveitáveis, seriam absorvidas no texto do ante-projeto.

No dia 29, como fôra resolvido, o Sr. Relator apresentou o seu trabalho, salientando tomara por base elementos dos projetos ns. 4.601 de 1954 e 94, de 1955, consoante fôra deliberado na reunião do dia 22, aproveitando, também, algumas das sugestões recebidas pela Comissão.

Do dia 2 a 7 do corrente realizou a Comissão 7 reuniões em que foi discutido o anteprojeto, havendo sido apreciadas 28 emendas que lhe foram apresentadas, das quais 23 aprovadas.



Incumbido o Relator de apresentar redação final do substitutivo, fê-lo no dia 11, quando o mesmo foi emendado, depois de discutido, na parte redacional.

No dia 13 foi aprovada a redação final do substitutivo, que ora tenho a honra de apresentar a essa Casa agradecendo a atenção dos meus nobres pares a assiduidade e o brilhantismo com que se houveram nos trabalhos da Comissão.

Em 6 de maio de 1955. — Senador Cunha Mello, Presidente da Comissão Mista de Reforma Eleitoral.

#### PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Mista de Reforma de Emergência da Lei Eleitoral, nos termos da Resolução n.º 8-55, elaborou ao Projeto n.º 4.601-54, o seguinte

#### SUBSTITUTIVO

Art. 1.º O escrivão eleitoral, recebendo o requerimento de inscrição, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo art. 33 do Código Eleitoral, dará recibo do mesmo ao apresentante, registrando-se no livro competente, e, depois de autuá-lo, o fará concluso ao juiz eleitoral, que, dentro do prazo máximo de cinco (5) dias o despachará.

§ 1.º Se houver qualquer omissão ou irregularidade que possa ser sanada, fixará o juiz eleitoral para isso prazo razoável.

§ 2.º Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição cabe recurso ao Tribunal Regional Eleitoral, interposto pelo alistando, dentro de três (3) dias; e do despacho que o deferir, poderá qualquer delegado de partido recorrer, dentro de três (3) dias.

§ 3.º Os recursos referidos no parágrafo anterior serão julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral dentro de cinco (5) dias.

Art. 2.º Quando o documento que instruir o requerimento de inscrição não fôr um dos referidos no artigo 33, letras "d" e "e" do Código Eleitoral, e surgirem dúvidas quanto a identidade do requerente, o juiz eleitoral converterá o pedido em diligência para que o alistando comprove sua identidade, ou, não possuindo documento hábil para aquele fim, compareça pessoalmente à sua presença.

Art. 3.º Quinzenalmente, o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa,

quando houver, ou por editais, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, os indeferidos e os convertidos em diligência.

Art. 4.º O título eleitoral sob pena de suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias, sómente será assinado pelo juiz eleitoral depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor.

Art. 5.º O título eleitoral será entregue, pessoalmente, ao eleitor pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou por escrivão eleitoral especialmente designado.

Art. 6.º O juiz eleitoral, o juiz preparador ou o escrivão eleitoral especialmente, designado em dias previamente marcados e anunciados, farão a entrega dos títulos eleitorais nos distritos povoados e na zona rural

Art. 7.º Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive leprosários, onde haja, pelo menos, 50 (cinquenta) eleitores.

Parágrafo único. Sob pena de responsabilidade do juiz eleitoral não poderão todavia ser localizadas seções eleitorais, em fazenda, sítio ou qualquer outra propriedade rural privada mesmo existindo no local prédio público.

Art. 8.º Não poderão servir como escrivão eleitoral ou juiz preparador e como funcionário de qualquer órgão da Justiça Eleitoral, sob pena de demissão, os membros dos diretórios dos partidos políticos ou os candidatos a cargos eletivos.

Art. 9.º Até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição todos os que requererem inscrição como eleitor já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para a entrega, se deferidos pelo juiz eleitoral.

§ 1.º Os títulos eleitorais resultantes de pedidos de transferência de domicílio eleitoral também devem estar prontos para entrega até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição.

§ 2.º O juiz eleitoral ou o funcionário responsável pela transgressão do preceituado neste artigo será punido nos termos do art. 175, n.º 15, do Código Eleitoral.

Art. 10. Não constarão das listas de eleitores com a respectiva distribuição pelas seções eleitorais, os



que até 60 (sessenta dias antes da eleição não retirarem de cartório seus títulos eleitorais.

Art. 11. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral será recebido dentro dos 100 (cem) dias anteriores à data da eleição.

Art. 12. A transferência de título eleitoral, como decorrência da transferência do domicílio eleitoral só será admitida satisfeitas as seguintes exigências, além das mencionadas no art. 39 e parágrafos do Código Eleitoral:

a) entrada no cartório eleitoral do novo domicílio até 100 (cem) dias antes da data da eleição;

b) transcorrência pelo menos de 1 (um) ano da inscrição primitiva;

c) residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio atestada pela autoridade policial.

Parágrafo único. Quando removidos, a transferência de título eleitoral de servidores públicos ou autárquicos, civis ou militares e membros das respectivas famílias está dispensada das exigências relacionadas nas letras "b" e "c" deste artigo.

Art. 13. Os requerimentos de transferência de domicílio eleitoral serão publicados até o prazo máximo de 10 (dez) dias de sua entrada em cartório pela imprensa, onde houver ou por editais.

§ 1.º Transcorrido o prazo acima mencionado, será publicado pela mesma forma anterior durante 5 (cinco) dias o despacho do juiz eleitoral negando ou deferindo o pedido.

§ 2.º Poderão recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral, dentro de 48 (quarenta e oito) horas o eleitor que pediu a transferência sendo-lhe a mesma negada ou qualquer delegado de partido quando o pedido for deferido.

§ 3.º Dentro de 5 (cinco) dias o Tribunal Eleitoral decidirá do recurso interposto nos termos do parágrafo anterior.

§ 4.º Só será expedido o novo título após decorridos os prazos previstos neste artigo e respectivos parágrafos.

Art. 14. Nenhum requerimento de segunda via de título eleitoral sob fundamento de perda ou extravio será recebido dentro dos 80 (oitenta) dias anteriores à data da eleição.

Parágrafo único. O requerimento de segunda via de título eleitoral

sob o fundamento de estrago ou inutilização obrigatoriamente inscrito com a primeira via do título será recebido até 30 (trinta) dias antes da eleição.

Art. 15. O requerimento de segunda via de título eleitoral sob fundamento de perda ou extravio será sempre apresentado pessoalmente no cartório eleitoral pelo eleitor.

Art. 16. Os eleitores com segunda via de título eleitoral votarão sempre em separado pela forma mencionada no art. 87, letra "b", "c" e "d" do Código Eleitoral escrevendo o presidente da mesa receptora na sobrecarta maior o seguinte: "Segunda via de título eleitoral".

Art. 17. Imediatamente após o encerramento dos prazos para alistamento e transferência de eleitores iniciarão os juizes eleitorais a organização das listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, as quais serão publicadas pela imprensa, se houver, ou por editais, até 30 (trinta) dias antes da eleição.

§ 1.º No município em que as listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais não forem publicadas pela imprensa, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório municipal de partido regularmente registrado.

§ 2.º A infração do disposto neste artigo será punida nos termos do art. 173, n.º 15 do Código Eleitoral.

Art. 18. A organização das listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, observado o disposto no art. 17 desta lei e no art. 66 do Código Eleitoral, será feita com a assistência e fiscalização dos delegados dos partidos, à vista das fichas dos títulos eleitorais e dos processos de inscrição, de transferência de segundas vias existentes em cartório.

§ 1.º Serão, pelo juiz eleitoral, excluídos do alistamento, das listas de eleitores e das folhas de votação, os eleitores cuja inscrição não tiver preenchido, manifestando, as condições ou requisitos legais, cabendo recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, pelo eleitor ou pelo delegado de qualquer partido, dessa decisão.

§ 2.º O recurso referido no parágrafo anterior deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias e não terá efeito suspensivo.

§ 3.º O Tribunal Regional Eleitoral decidirá, no prazo de 5 (cinco) dias, o recurso referido nos parágrafos anteriores.



Art. 19. O eleitor só poderá votar satisfeitas estas exigências.

a) exibição do respectivo título eleitoral;

b) constando o seu nome da folha de votação da seção eleitoral em que deva votar, salvo as exceções expressamente consignadas em lei.

Parágrafo único. Ficam expressamente revogados os parágrafos 5.º e 6.º do artigo 87 do Código Eleitoral.

Art. 20. É terminantemente vedada a votação em seção eleitoral diversa daquela em que o eleitor tiver seu nome incluído, salvo as exceções previstas no § 4.º deste artigo.

§ 1.º Votarão perante as mesas receptoras, nas quais estiverem servindo os seus componentes e os fiscais de partidos, sem a exigência da letra b, do artigo 19, desta lei, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma referida no art. 87, § 4.º, do Código Eleitoral.

§ 2.º O juiz eleitoral poderá votar em qualquer seção eleitoral da zona eleitoral sob sua jurisdição e os delegados de partidos em qualquer seção eleitoral do município para o qual foram designados, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma referida no art. 87, § 4.º, do Código Eleitoral.

§ 3.º Podem votar, tomando-se-lhes o voto pela forma referida no art. 87, § 4.º, do Código Eleitoral, os candidatos:

a) a Presidente e Vice-Presidente da República, em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que estiverem inscritos, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;

b) ao Congresso Nacional, a Governador, a Vice-Governador, e às Assembleias Legislativas, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que forem registrados;

c) a Prefeito e às Câmaras Municipais, em qualquer seção eleitoral do município correspondente à zona eleitoral em que forem registrados;

d) a Juiz de Paz, em qualquer seção eleitoral do respectivo distrito.

§ 4.º Podem votar, tomando-se-lhes os votos pela forma referida no artigo 87, § 4.º, do Código Eleitoral:

a) o Presidente e o Vice-Presidente da República em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições para

Presidente e Vice-Presidente da República e, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que estiverem inscritos, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;

b) o Governador e o Vice-Governador, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados, e das Assembleias Legislativas, em qualquer seção eleitoral da circunscrição que representarem;

c) o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores em qualquer seção eleitoral do município que representarem;

d) o Juiz de Paz, em qualquer seção eleitoral do respectivo distrito.

§ 5.º O Presidente e o Vice-Presidente da República, o Governador e o Vice-Governador, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, bem como os candidatos a esses cargos, poderão votar em qualquer seção eleitoral do município em que estiverem inscritos, tomando-se-lhes o voto pela forma referida no artigo 87, § 4.º, do Código Eleitoral.

Art. 21. Serão punidos com a pena de detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses o eleitor que votar sem cumprir as exigências referidas nos artigos 19 e 20 desta lei, e o presidente da mesa receptora responsável.

Art. 22. As sobrecartas para votação serão rubricadas numeradas de 1 (um) a 9 (nove) pelo presidente da mesa receptora, sucessivamente, à medida e no momento em que forem sendo entregues aos eleitores.

Art. 23. O eleitor que deixar de votar sem causa justificada perante o juiz eleitoral, até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), imposta pelo juiz eleitoral e cobrada mediante executivo fiscal.

Parágrafo único. Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

a) ser investido ou empossado em cargo ou função pública de qualquer natureza, bem como ocupar emprego em sociedade de economia mista;

b) inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública de qualquer natureza, bem como de sociedade de economia mista;

c) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios;



d) obter empréstimo nas Caixas Econômicas Federais, Estaduais, bem como em qualquer estabelecimento público de crédito mantido ou administrado pelo Governo;

e) praticar qualquer ato para o qual se exija quitação com o serviço militar ou com o imposto de renda;

f) receber o vencimento, remuneração ou salário correspondente ao segundo mês subsequente ao da eleição, quando servidor público, de autarquia e de sociedade de economia mista;

Art. 24. Os brasileiros natos, naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os excetuados nos artigos 3.º e 4.º, n.º I, do Código Eleitoral, não poderão, sem a prova de que são eleitores, praticar os atos relacionados no parágrafo único do artigo 23 desta lei.

Art. 25. Os responsáveis pela inobservância do disposto nos artigos 23 e 24 desta lei incorrerão na multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), ou suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias.

Art. 26. O juiz eleitoral fornecerá aos que não votaram por causa justificada e aos não alistados nos termos dos artigos 3.º e 4.º, n.º I, do Código Eleitoral, documento que os isenta das sanções legais.

Art. 27. Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargos de representação proporcional, a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas.

Art. 28. Cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados em cada município e dois fiscais junto a cada mesa receptora.

Parágrafo único. Quando o município abranger mais de uma zona eleitoral, cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados junto a cada uma delas.

Art. 29. A mesa receptora não poderá ser constituída de membros pertencentes a um só partido ou de coligação, a menos que esta abranja a totalidade dos mesmos.

§ 1.º Os juizes eleitorais escolherão e nomearão os membros das mesas receptoras dentre os nomes indicados em lista triplice, até 45 (quarenta e cinco) dias antes da eleição, pelos partidos e alianças de partidos.

§ 2.º As mesas receptoras serão constituídas de forma a atender, sempre que possível, todos os partidos e coligações de partidos.

§ 3.º Se os partidos e as coligações de partidos não fizerem a indicação no prazo fixado, o juiz eleitoral fará as nomeações atendendo aos critérios referidos neste artigo.

§ 4.º A escolha de fiscal de partido não poderá recair em quem, por nomeação do juiz eleitoral, já faça parte de mesa receptora.

Art. 30. Da nomeação para membro da mesa receptora, caberá reclamação ao juiz eleitoral, dentro de 48 horas, devendo dentro do mesmo prazo ser decidido.

Parágrafo único. Da decisão do juiz eleitoral, caberá recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, sem efeito suspensivo, interposto, dentro de 3 (três) dias, devendo, dentro do mesmo prazo, ser resolvido.

Art. 31. O membro da mesa receptora que não comparecer no local, dia e hora determinados para realização da eleição ou abandonar os trabalhos no decurso da votação, sem justa causa apresentada ao juiz eleitoral 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência, incorrerá em multa de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) cobrada mediante executivo fiscal.

§ 1.º Se o faltoso for servidor público, ou autárquico, a pena será de suspensão até quinze dias.

§ 2.º As penas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro se a mesa receptora deixar de funcionar por culpa do faltoso.

Art. 32. Pelas mesas receptoras serão admitidos a fiscalizar a votação, formular protestos e fazer impugnações, inclusive sobre a identidade do eleitor, os candidatos registrados, os delegados e os fiscais dos partidos.

Parágrafo único. Nas ocorrências motivadas pela fiscalização, o presidente da mesa receptora procederá de conformidade com o disposto no art. 87, do Código Eleitoral.

Art. 33. O prazo para a entrada em cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às 18 (dezoito) horas do trigésimo (30.º) dia anterior a data marcada para a eleição.

Art. 34. Nenhum servidor público federal, estadual ou municipal poderá ser removido ou transferido, *ex-officio*, para cargo ou função que deva exercer fora da localidade de sua residência, no período de seis meses antes até três meses depois à data da eleição.



Parágrafo único. A proibição vigorará:

a) para todo território nacional nas eleições para Presidente da República, Vice-Presidente da República e Congresso Nacional;

b) para o respectivo Estado quando as eleições forem para Governador, Vice-Governador e Assembleias Legislativas;

c) para o respectivo município ou Distrito Federal quando a eleição for para Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador.

Art. 35. As eleições serão sempre realizadas com a garantia de força federal posta à disposição das autoridades competentes.

Art. 36. Fica expressamente revogado o art. 127 do Código Eleitoral.

Art. 37. Depositado o voto na urna o eleitor, logo em seguida, introduzirá o dedo mínimo da mão esquerda em um recipiente que contenha tinta fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pelos tribunais regionais eleitorais.

§ 1.º A tinta a que se refere este artigo deverá possuir características tais que, aderindo à pele, somente desapareça após 12 horas no mínimo.

§ 2.º Não será admitido a votar nenhum eleitor cujo dedo apresente vestígios da tinta de que trata este artigo, devendo o Presidente da mesa receptora, antes de admiti-lo a votar, proceder à necessária verificação.

Art. 38. Competirá aos Tribunais Regionais Eleitorais aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão até 30 dias aos juizes eleitorais e julgar, em grau de recurso, as que forem por estes aplicadas aos funcionários do juízo eleitoral que poderão recorrer, sem efeito suspensivo, no prazo de três dias.

Art. 39. O desembargador do Tribunal Regional Eleitoral que não exercer as funções de Presidente ou Vice-Presidente do mesmo, será o Corregedor Geral da Justiça Eleitoral da circunscrição a que pertencer.

§ 1.º As atribuições do Corregedor Geral serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servir.

§ 2.º No desempenho de suas atribuições, o Corregedor Geral se locomoverá para as zonas eleitorais, nos seguintes casos:

a) por determinação do Superior Tribunal Eleitoral ou do Tribunal Regional Eleitoral;

b) a pedido dos juizes eleitorais;

c) a requerimento do Partido, deferido pelo Tribunal Regional;

d) sempre que entender necessário.

Art. 40. No alistamento eleitoral que se reabrirá de 1.º de janeiro de 1956, serão adotadas "fôlhas individuais de votação", de acordo com o modelo anexo.

§ 1.º As fôlhas individuais de votação serão conservadas em pastas, uma para cada seção eleitoral; remidas por ocasião das eleições, às mesas receptoras, serão por estas encaminhadas com a urna e os demais documentos da eleição, às Juntas Eleitorais que as devolverão, findos os trabalhos da apuração, ao respectivo cartório, onde ficarão guardadas.

§ 2.º Ao alistar-se, receberá o eleitor um extrato de sua fôlha individual de votação, de acordo com o modelo a ser aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que terá a denominação de "Título Eleitoral" e conterá, além dos elementos necessários à sua identidade, inclusive fotografia, o número correspondente ao da referida fôlha individual e a indicação, por extenso, da seção eleitoral em que tiver sido inscrito, a qual ficará vinculado permanentemente para todas eleições que se realizarem, salvo em caso de transferência de zona ou município, hipótese em que a fôlha individual será enviada ao Juiz Eleitoral do novo domicílio.

§ 3.º O título eleitoral a que se reporta o parágrafo anterior servirá de prova de que o eleitor está inscrito na seção em que deve votar. E, uma vez datado e assinado pelo presidente da mesa receptora da respectiva seção, servirá também de prova de haver o eleitor votado.

§ 4.º O eleitor será admitido a votar ainda que deixe de exhibir no ato da votação o seu título, desde que seja inscrito na seção e conste da respectiva pasta a sua fôlha individual de votação. Neste caso, a prova de ter votado será feita mediante certidão que obterá, posteriormente, no juízo competente.

§ 5.º No caso de omissão da fôlha individual na respectiva pasta, verificada no ato da votação, será o elei-

Lote: 32  
Caixa: 227

PL N° 4601/1954

17



tor, ainda, admitido a votar, desde que exiba o Título Eleitoral e seja inscrito na seção, sendo o seu voto, nesta hipótese, tomada em separado. Como ato preliminar da apuração do voto, averiguar-se-á se se trata de eleitor em condições de votar, inclusive se realmente pertence à seção.

§ 6.º Verificada a ocorrência a que se refere o parágrafo anterior, a Junta Eleitoral, antes de encerrar seus trabalhos, apurará a causa da comissão. Se tiver havido culpa ou dolo do escrivão, a este será aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até 30 dias, e, na segunda, a de detenção por 1 a 3 meses, ou multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00.

§ 7.º A partir de 1.º de julho de 1956, perderão seu valor todos os títulos eleitorais expedidos até 31 de dezembro de 1955, os quais serão substituídos por fôlhas individuais de votação, mediante requerimento do próprio punho do eleitor, no qual declarará o seu nome, idade, estado civil, profissão, lugar do nascimento e residência, com expressa referência ao município, cidade e bairro, vila ou povoado onde mora.

§ 8.º Deferido, no prazo de 5 dias, o requerimento de que trata o parágrafo anterior o qual será instruído com o atual título de eleitor ou com qualquer dum dos documentos a que se refere o art. 33 do Código Eleitoral, o eleitor comparecerá ao cartório eleitoral, onde entregará três fotografias e assinará a fôlha individual de votação.

§ 9.º As despesas com as fotografias serão feitas diretamente pela Justiça Eleitoral.

§ 10. Para atender ao disposto no parágrafo anterior, o Tribunal Superior Eleitoral destacará e distribuirá anualmente aos Tribunais Regionais dotação destinada a este fim na proporção do volume e crescimento do alistamento de cada circunscrição eleitoral.

Art. 41. Será feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955.

Art. 42. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1955. — *Cunha Melo*, Presidente — *Ulisses Guimarães*, Relator, vencido quanto aos arts. 37 e 40, em parte quanto a este último, e a não explicitação de funcionário público nos

artigos que se a referem a obrigações e direitos do servidor. — *Oliveira Brito*, aos artigos 9 e 11 — *Lucio Bittencourt*, vencido, em parte, de acordo com o voto em separado — *Ernani Sátiro*, vencido quanto à rejeição da cédula oficial — *Colombo de Souza*, vencido de acordo com a declaração de voto anexa. — *Ruy Palmeira*, vencido — *Atílio Vivacqua*, vencido parcialmente, nos termos de minha declaração de voto anexa à ata. — *Adylio Viana*.

#### Justificação

Dentro do prazo que a Comissão Mista de Elaboração da Reforma Eleitoral nos assinalou (6 dias) como seu Relator, para organização de anteprojeto do substitutivo que lhe cumpre elaborar, nos termos de sua decisão com base na Resolução que a criou (n.º 8) examinamos todas as proposições existentes no Congresso, sobre a matéria, bem como avultado número de emendas e sugestões escritas e orais, que nos foram endereçadas por Senadores, Deputados, Juizes eleitorais, entidades de classe e particulares.

Os projetos mais importantes são os de n.º 94-55 (elaborado pelo Ministro Edgard Costa e encaminhado pelo Executivo) o de n.º 4.601-54 (chamado "reforma eleitoral de emergência", já aprovado no Senado); o de n.º 4.636-54 (também já aprovado no Senado, sendo seu autor principal o nobre Senador João Villasboas objetivando reformar totalmente o Código Eleitoral); o de n.º 2.377-52 (do Deputado Coutinho Cavalcanti) o de n.º 1.984-52 (do Deputado Arnaldo Cerdeira) o de n.º 887-51 (do Deputado Tarso Dutra) o de n.º 33-51 (do Deputado João Agripino); o de número 479-50 (do Deputado Samuel Duarte).

E' de justiça ressaltar a importância dos projetos Arnaldo Cerdeira e Villasboas (1.984-52 e 4.636-54), notadamente o primeiro, pela sua extensão, pois é realmente proposta de novo código eleitoral, pela profundidade das alterações oferecidas inclusive a instituição de modalidade do voto distrital compatível com o sistema proporcionalista exigido pela Constituição Federal, e, finalmente, pela fundamentação com que a matéria foi justificada. Servirão, ambos, como preciosos subsídios para a tão anunciada quão procrastinada reforma da legislação eleitoral vigente, a



qual deverá ser imediatamente atacada pelo Congresso após as eleições de 3 de outubro próximo, a fim de que trabalho tão importante e sério, condicionador da pureza do regime, se forre da premência de tempo que atropela a reforma que ora se quer editar.

Uma palavra de justiça ao combativo Deputado Raul Pilla, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, na legislatura anterior, pela forma criteriosa e autorizada com que a examinou.

A seguir exporemos a orientação geral que inspirou a elaboração do presente Substitutivo.

Antes que expirasse o prazo assinalado pela Resolução n.º 8 — o que só se dará no dia 18 do corrente — após exaustivos trabalhos, inclusive com realizações freqüentes de duas sessões diárias, a Comissão Mista examinou o anteprojeto oferecido pelo Relator, aprovando-o em suas linhas mestras, salvo emendas supressivas, modificativas e aditivas.

O Substitutivo, conforme já decidiu a Comissão, será ao Projeto n.º 4.601, de 1954, aprovado pelo Senado. É o apelidado "reforma de emergência", contendo 39 artigos. Fundamentam a escolha do Projeto 4.601, como base, o art. 2.º da Resolução n.º 8, que constituiu esta Comissão Mista e a celeridade de tramitação, uma vez que assim dois turnos regimentais são ganhos: o Substitutivo sofrerá só uma discussão e votação na Câmara e outra no Senado.

Como subsídio principal o Substitutivo socorreu-se do Projeto 94-55, de autoria do eminente Ministro Edgard Costa e enviado ao Congresso pelo Executivo, bem como do Projeto 4.601-54. Trata-se, o primeiro, de obra sucinta e precisa (16 artigos), que muito honra o preclaro magistrado que a prolatou. Dela se poderá dissentir, como, em certos passos, o fez o relator. Semelhante discrepância, de resto normal em matéria das mais controvertidas da literatura jurídica universal, valoriza ainda mais a homenagem de respeito e admiração que deve ser tributada ao desejo, que invariavelmente evidencia, de cooperar pelo aprimoramento de nossas instituições democráticas, através da difícil busca da verdade na captação da vontade popular.

A "reforma" deve ser "de emergência", diz, analiticamente o art. 2.º da Resolução n.º 8.

Fiel a essa ordem e convictos de que uma das formas de não se reformar o Código vigente, no que seja absolutamente necessário, com tempo de alcançar o pleito de 3 de outubro próximo, será o propósito ambicioso de reforma ampla ou total, a Comissão buscou estruturar com o essencial e inadiável. Esse o critério preliminar para seleção do farto e heterogêneo material legislativo examinado: no Substitutivo, para a emergência do pleito que se avizinha, somente o indispensável e urgente.

Passamos à justificação do Substitutivo, artigo por artigo:

#### Artigo 1.º

Derroga o art. 35 do Código Eleitoral. Os autos de alistamento serão imediatamente conclusos ao Juiz eleitoral. Esta a primeira modificação. Segunda: o Juiz tem prazo improrrogável para despacho (5 dias). O prazo é máximo, não mínimo. Dentro de 5 dias, diz a redação oferecida. O Juiz eleitoral poderá despachar na hora 1, 2, 3, 4 até 5 dias, no máximo.

O § 2.º cuida dos recursos aos despachos nos autos de alistamento, serão em qualquer caso, 3 dias, para o alistando que tem seu requerimento indeferido e para qualquer partido, através de seu respectivo delegado, contra deferimentos em desacordo com a lei. O recurso será sempre à instância superior: o Tribunal Regional Eleitoral.

O prazo é de 3 dias. O Substitutivo se orientou no sentido da admissibilidade dos recursos. Assim, sempre se abrirão vias para denunciar e corrigir abusos, fraudes, irregularidades. Mas os prazos devem ser curtos. Precisam todos ou quase todos estar esgotados até a publicação da lista dos votantes (art. 15), a qual não pode estar sujeita a contínuas flutuações. O § 3.º assinala prazo para o Tribunal Regional Eleitoral decidir: 5 dias.

#### Artigo 2.º

O Substitutivo, aqui, quis obviar uma das fraudes comumente denunciadas: a expedição de títulos eleitorais com fundamentação falsa quanto à identidade. O art. 33 do Código Eleitoral relaciona os documentos que devem instruir a petição de inscrição. Quando forem os das letras "d"



e "e" — carteira de identidade ou certificado de reservista — a exigência da prova de identidade está satisfeita.

Quando o documento fôr outro, cuja função específica não seja atestar a identidade, o pedido de alistamento baixará em diligência, caso surjam dúvidas razoáveis quanto à identidade. O alistamento deverá prová-la (carteira profissional, carteira da Ordem dos Advogados, diploma, etc.). Se não dispuser de prova hábil, o Juiz exigirá sua presença em cartório, para, através de interrogatório, dirimir dúvida. O dispositivo é inovação, dele não cuidando o Código Eleitoral.

#### Artigo 3.º

O Substitutivo se orientou pelo princípio de publicidade dos atos eleitorais. Tudo que seja importante deve ser publicado. O artigo 3.º é coerente com semelhante princípio. A publicação deve ser *sempre* pela imprensa. Quando não houver, por editais. Não consta do Código Eleitoral semelhante dispositivo.

#### Artigo 4.º

Foi sugerido pelo Professor Edgard Costa (artigo 2.º). E dos mais salutaros. Juizes eleitorais assinavam títulos em branco. Seriam preenchidos depois pelo escrivão eleitoral. Graves e abundantes fraudes originavam-se dessa irregularidade. Em certos Estados ocorria torrencial derrame de títulos falsos nas proximidades das eleições. O Juiz eleitoral, pelo artigo 4.º, só assinará por último: "depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor", diz a redação proposta. Não assinará, assim, *título a mais*. Poderá, até o último momento, evitar irregularidades, como é de sua função e para o que tem autoridade. Foi agravada a pena proposta no projeto Edgard Costa. Será de suspensão até 30 dias, sendo designado outro Juiz para responder pelo Juiz eleitoral faltoso. Preceito novo, inexistindo na atual legislação eleitoral.

#### Artigo 5.º

Derroga o § 2.º do artigo 37, do Código Eleitoral. A entrega do título poderá ser feita pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou por escrivão especialmente designado. Mas o eleitor deverá, *pessoalmente*, recebê-lo. Não poderá fazê-lo por procurador

ou delegado de partido. Pessoalmente, dirá a lei, em caráter *imperativo*, inexceptuável. Isso na cidade. O preceito quer obviar manipulações eleitorais pelos "cabos". Será mais um meio de coibir a titulação irregular de eleitores. Se as cautelas anteriores forem burladas, subsistirá ainda a entrega pessoal.

#### Artigo 6.

Derroga o parágrafo 2.º do artigo 37 do Código Eleitoral. A regra deve ser: a justiça eleitoral deve ir ao eleitorado e não o eleitorado à justiça eleitoral. O caminho das urnas deve ser encurtado e não encomprido. E neste País, nada melhor para alongar, se não entulhar caminhos do que burocracia. O eleitorado rural — o das vilas, povoados, distritos — não deve ser deslocado. A entrega de títulos será no local, em *dias certos*, marcados *previamente* e devidamente anunciados, para conhecimento geral.

#### Artigo 9.º

O Substitutivo buscou com prazos duas fases distintas: a organização do eleitorado (alistamento, transferências, 2.ªs vias, etc.) da organização da eleição (distribuição do eleitorado pelas seções, organização das mesas receptoras, etc.). O Código Eleitoral não o fez destacadamente. Tumultuava-se o processo eleitoral. Os prazos, em geral, como se verá, foram recuados. O artigo 7.º assinala prazo máximo à justiça eleitoral para qualificar e inscrever o eleitorado.

Até 70 dias dirá a lei. Não basta recuar os prazos para os eleitores pedirem inscrição ou transferência (ou 100 dias). A justiça eleitoral também deve ser expedita. Até 70 dias antes do pleito, os títulos devem estar prontos. O prazo é máximo, não mínimo. Poderão e deverá estar prontos *antes* do limite fatal, cujo desrespeito importará na pena administrativa de suspensão até 30 dias, além da multa de Cr\$ 200,00 e Cr\$ .. Cr\$ 1.000,00 (artigo 175, n.º 15, punição para o descumprimento dos prazos legais). Punição para o responsável: juiz ou funcionário do cartório eleitoral.

#### Artigo 10

O regime dos prazos encadeia-se num sistema, concatena-se organicamente. São dentes da mesma engrenagem: funcionamento regular da justiça eleitoral. Não é suficiente prazo



para o eleitorado requerer e para o cartório aprontar-lhe os títulos. As listas não podem ficar em cartório indefinidamente. Os retardatários, os aflitos da undécima hora, não podem imprimir o ritmo de sua morosidade aos trabalhos eleitorais. A justiça eleitoral precisa organizar a lista de votação, distribuindo nela os eleitores pelas seções eleitorais, até 30 dias antes do pleito (art. 17). Como poderão fazê-lo, se os eleitores não retirarem seus títulos? Essa lista de votação, documento de importância fundamental para a fiscalização, não pode estar sujeita a contínuas modificações. Esses os pressupostos do art. 10, que versa matéria não cogitada no Código Eleitoral.

#### Artigo 11

Alistamento é gênero abrangendo: o pedido de inscrição, a qualificação e a inscrição do eleitor. O art. 11 determina prazo para o início do alistamento, ou seja, a entrega do pedido de título em cartório. Nenhum deles será recebido a partir dos 100 dias anteriores à eleição. Mesmo para os pedidos entregues no limite máximo, a justiça eleitoral terá mais 30 dias para apresentar os respectivos títulos (art. 9.º). Sem estipular prazo para entrega dos pedidos de inscrição eleitoral, o trabalho dos cartórios não se normaliza, ensejando seu atrasamento clima desfavorável à fiscalização, conseqüentemente propício às fraudes. O art. 64 do Código Eleitoral estipula 60 dias para encerramento do alistamento. Serviu-se da palavra "alistamento" para significar sua primeira fase: o recebimento do pedido de título em cartório. O art. 11 recua o prazo para 100 dias. O projeto Edgard Costa propôs 120 dias. Cem (100) dias são suficientes para evitar atropelos de última hora. Situam-se organicamente no sistema concatenado de prazos assinalados no Substitutivo.

#### Artigos 12 e 13

Os pedidos dos eleitores, quanto a títulos eleitorais, obedecem esta escala decrescente de frequência: alistamento novo, transferência por mudança, 2.ªs vias por perda ou extravio e 2.ªs vias por estrago ou deterioração.

Num país de migração interna como o nosso, não só intensa como constante, no mesmo ou em Estados diferentes, principalmente do Norte para o Sul, a transferência de título

é fato corrente nas circunscrições e zonas eleitorais. É um direito que deve ser respeitado com cautelas para evitar irregularidades. A transferência tem sido porta aberta à fraude. E a 2.ª via por perda ou extravio, portão escancarado à mesma. Principalmente nas eleições municipais, ou, nas estaduais, nas regiões limítrofes, eleitores são exportados ou importados pelo contrabando da transferência, mal patrulhada, como sóe acontecer, pelos candidatos e partidos. Primeira medida acauteladora: recuar o prazo para recebê-la em cartório para 100 dias. Logo após o encerramento deste prazo, as listas dos votantes, inclusive os de transferência, passarão a ser organizadas pela justiça eleitoral (art. 17), sob a fiscalização direta dos partidos e à vista dos processos e fichas de inscrição (art. 18). Segunda providência: além dos requisitos que o requerimento deve adimplementar, "ex vi" do art. 39 do Código Eleitoral (ser instruído com o título do domicílio antigo e ter a declaração de que mudou abonada por duas testemunhas; decorrência de pelo menos um ano da inscrição primitiva), a letra "c" do art. 12 fixa mais um: residência mínima de 3 meses no novo domicílio.

Quando se trata de funcionário ou servidor público, só prevalecerá a exigência do prazo de 100 dias para ingresso em cartório do pedido de transferência. Isso para que a lista dos que votarão no pleito, organizada sob fiscalização dos partidos e publicada para conhecimento geral, possa ser elaborada no prazo e com as cautelas devidas.

A terceira medida contra os abusos ensejados pela transferência é a aventada no art. 13. A imprensa ou editais, dentro de 10 dias, publicarão os pedidos. O juiz despachará 5 dias após. Os recursos para a instância superior serão admitidos dentro de 48 horas e o Tribunal Regional decidirá dentro de 5 dias. O regime de ampla publicidade e de admissibilidade dos recursos policiará essa forma de alistamento. Aqui, como em tudo o mais, os partidos, tempestivamente, devem estar vigilantes, serem expeditos e não se lembrarem de Santa Bárbara somente quando no céu há trovada, trombeteando, póstumamente, cabeludas infrações quando a casa da derrota lhes caiu em cima.



#### Artigos 14, 15 e 16

Cuidam do pedido de 2.<sup>a</sup> via de título eleitoral. Sob falsa alegação de extravio e perda, títulos são obtidos para fins fraudulentos. A votação em separado em seções eleitorais diferentes, no mesmo município ou em outro, ensejava a utilização do título original e o em 2.<sup>a</sup> via. O Substitutivo cuidou de garantir a expedição da 2.<sup>a</sup> via com novas precauções. Há duas espécies de 2.<sup>a</sup> via: a por perda ou extravio e a por deterioração ou inutilização. Esta última não oferece perigo, uma vez que o respectivo pedido virá sempre acompanhado do título originário.

Eis por que o prazo é menor: 30 dias. Cautelas para a expedição da 2.<sup>a</sup> via por perda ou extravio: 1.<sup>a</sup>) o requerente deverá apresentar pessoalmente o pedido em cartório. Entre outras vantagens, essa exigência evitará que alguém requeira, sem conhecimento do legítimo detentor do título, a 2.<sup>a</sup> via do mesmo. Obtendo-a, será dada baixa ao título originário, impedindo que com ela seu verdadeiro possuidor possa votar. 2.<sup>a</sup>) somente até 80 dias antes da eleição poderão ser pedidos. O § 3.<sup>o</sup>, do art. 37, do Código Eleitoral, admite-os até 10 dias antes do pleito. A organização da lista de votação sob fiscalização dos partidos (arts. 17 e 18) e sua publicação, relacionando todos os eleitores, possibilitará escoimar o alistamento de irregularidades correlacionado com as 2.<sup>as</sup> vias de títulos. 3.<sup>o</sup>) Os eleitores titulados com 2.<sup>a</sup> via votarão sempre em separado. Outra irregularidade: eleitores que vendiam os títulos, que ficavam em poder do comprador. Depois requeriam novo título, alegando perda ou extravio. A votação, só possível na respectiva seção acabará com tal irregularidade.

#### Artigos 17 e 18

É de grande importância a organização da lista completa dos eleitores de cada zona eleitoral, com sua distribuição por municípios e por seções eleitorais. Principalmente a distribuição por seções. Disso se ocupará a justiça eleitoral assim que terminem os prazos para alistamento e transferência (100 dias). Têm no máximo 70 dias para desenvolver metódica e meticulosamente esse trabalho, pois 30 dias antes da eleição (art. 17) deverão estar publicadas semelhantes listas.

Quando não houver jornal, a divulgação será por editais e cada diretório municipal receberá uma cópia. O art. 18 admite a fiscalização dos partidos na elaboração desse documento, o que se fará à vista dos processos e fichas. No caso de exclusão, o eleitor ou o delegado de partido poderá recorrer, sendo estipulados os respectivos prazos e os para decisão pelo Tribunal Regional Eleitoral. Os arts. 17 e 18 contêm disposições não constantes do Código Eleitoral.

#### Artigos 19, 20 e 21

Estatuem as duas exigências capitais para que o eleitor vote. Não poderá fazê-lo: a) — sem que exiba seu título; b) — fora da seção eleitoral de que conste seu nome. O que o Substitutivo quer é amarrar o eleitor à respectiva seção eleitoral. O que se quer é acabar com a votação itinerante, com o eleitor em trânsito. Só pode votar uma vez e na seção correspondente. A vedação não é absoluta. Mas suas exceções são taxativamente discriminadas. Só foram estabelecidas em função de altos dignatários da República, a maioria com atribuições no dia do pleito, que requerem mobilidade. Os membros da mesa, os fiscais de partido nela acreditados, nela votarão. Não poderão abandonar suas tarefas e não devem ser privados do exercício do voto. O juiz eleitoral, com jurisdição sobre toda zona eleitoral, votará em qualquer seção da mesma. Os delegados de partido, em número de 2 para cada partido, votarão em qualquer seção do respectivo município. Muitas vezes seus deveres funcionais exigem sua presença em determinado distrito, povoado, vila ou mesmo junto a certa mesa receptora.

E' lícito que se lhe facilite a votação, pois os interesses de todo um partido dependem do seu zelo e da constância de sua vigilância. Os candidatos, aos cargos executivos e legislativos, poderão votar em qualquer seção da circunscrição. E' lógico que o candidato a Presidência correspondente à eleição em candidato da República ou mesmo o Presidente da República só poderão votar, nas eleições estaduais ou municipais, no Estado ou no Município em que sejam eleitores. Os candidatos desempenham importante papel no dia do pleito. Frequentemente sua presença é requisitada por correli-



gionários residentes longe do seu domicílio eleitoral, a fim de ampará-los na luta contra a perseguição, ameaças, prisões arbitrárias. O mesmo sucede com deputados, senadores. Interessa à regularidade do pleito que cidadãos assim credenciados participem de sua manutenção. A votação sempre é tomada em separado, inclusive por ser a única forma que caracterizará sua excepcionalidade e justificará a inclusão de mais um nome na lista de votação da seção. Penas severas foram especificamente estabelecidas para punir os desrespeitadores do salutar princípio.

#### Artigo 22

Há infrações decorrentes do mau uso das sobrecartas, que pelo art. 77 do Código Eleitoral serão enviadas pelos juizes eleitorais aos presidentes de cada mesa receptora pelo menos são inescrupulosamente entregues a 72 horas antes da eleição. As vezes cabos eleitorais. Uma das formas de utilização viciosa das sobrecartas já autenticadas é na formação das chamadas "correntes". O eleitor leva uma somrecarta já autenticada e fechada, obrigando-se a voltar com a que o presidente da mesa lhe entregar. A numeração evitará essa e outras fraudes, se os fiscais e os membros da mesa se dispuserem a realmente fiscalizar. O número do envelope recebido deve coincidir com o do envelope que será introduzido na urna. A numeração deve ser em séries repetidas de 1 a 9. Se fôsse continuada, violaria o sigilo do voto. A rubrica e a numeração serão feitas sucessivamente, à medida e no momento em que as sobrecartas forem sendo entregues. Rubricas e numeração prévias ensejam fraudes.

#### Artigos 23, 24, 25 e 26

O eleitor é obrigado a votar. Mais do que a lei eleitoral, é a Constituição que o exige (art. 175, n. 2, do Código Eleitoral). So a causa justificada o eximirá das penas cominadas. Terá prazo para justificar-se: 30 dias. A multa estipulada no art. 21 reproduz a fixada no art. 175, n. 2, do Código Eleitoral. Mas a imposição de multa revelou-se incapaz, na prática, de efetivar a obrigatoriedade do voto. Mesmo porque a regra tem sido o descumprimento do preconceito que puna a infração. O Substitutivo, para combater a abstenção, instituiu a prova de haver votado, pago a multa correspondente

ou haver se justificado, como condição para realização de certos atos da vida civil ou profissional. Proceder da mesma forma com relação à prova de que é eleitor. Só se eximem da exigência os não alistáveis. A boa política é a da valorização do título eleitoral. Quem não o tem não é cidadão "pleno jure". O art. 25 prescreve multa de (Cr\$ 500,00 a ..... Cr\$ 2.000,00) ou suspensão disciplinar para os que, geralmente funcionários públicos, deixarem de exigir, na realização dos atos descritos no art. 23, e no art. 24, a prova de que votou, pagou a respectiva multa ou se justificou, bem como de que é eleitor ou está legalmente isento. A justiça eleitoral fornecerá atestado (art. 26 documentando a situação do requerente a seu respeito).

#### Artigo 27

É o art. 10 do Projeto Edgard Costa. Evitará a injusta e até feroz luta dentro da mesma legenda, circunscrita a poucas urnas. A experiência atesta que nessa caça furiosa ao eleitor as urnas da corrupção são as preferidas. Sofre o partido com a cruenta competição doméstica. O art. 107 do Código Eleitoral só autoriza a renovação de eleições quando a mesma possa alterar o quociente partidário. Só é ordenada quando possa alterar a posição das legendas e não dos candidatos da mesma legenda. Coerente com o pressuposto que remeteu a novo pleito é fazer com que na apuração, fase final do mesmo, o cômputo de votos só se faça para as legendas.

#### Artigo 28

Os partidos exercem fiscalização limitada ou específica, pelos fiscais, e ampla ou genérica, pelos delegados. A primeira junto a cada Mesa receptora, no dia da eleição, por intermédio de 2 fiscais. A segunda sobre toda a área partidária do Município através de 2 delegados. Cuidou, no parágrafo único, do caso singular dos municípios, como soem ser as capitais, abrangem mais de uma zona eleitoral. Em geral a zona eleitoral, abrange vários municípios, ou, mais raramente, um só município. Na hipótese de municípios com várias zonas eleitorais a fiscalização não poderia ser comprometida. Os partidos nomearão delegados, em número de 2, junto a cada zona eleitoral. O art. 28 sistematizou o assunto.



#### Artigos 29, 30 e 31

Objetivam: a) — impedir que um só partido ou coligação monopolizem a constituição na mesma mesa receptoras pela indicação das listas triplíces; c) — fornecer aos juizes eleitorais voluntários para essa tarefa, o que, em geral, gera embaraços, principalmente nas pequenas cidades, pela inexistência de pessoas com as luzes, em número e com a boa vontade necessários.

O Substitutivo impede que pessoas desejosas de recusar sua colaboração como partícipe da mesa receptora, logrem fazê-lo provocando impedimento com posterior designação de fiscal de partido. Por seu turno o Substitutivo protege os partidos contra nomeações facciosas de seus mais atuantes elementos para membro de mesas receptoras, a fim de imobilizá-los. Em tempo (até 45 dias), deverão fazer as indicações de seus filiados mais apropriados à função. Apesar das cautelas enumeradas, o Substitutivo admite os remédios da reclamação e do recurso. Este sem efeito suspensivo, só produzindo efeito se provido.

São estipuladas penas para os membros da mesa faltosos, agravadas se a mesa, por esse motivo, não funcionar.

#### Artigo 32

Admite fiscalização mais ampla, junto às mesas receptoras, que a permitida pelo art. 87 do Código Eleitoral. Não somente os fiscais terão qualidade para exercê-la, notadamente a atinente à identidade dos eleitores. Também os delegados de partido. E' claro: quem pode o mais, fiscalizar em todo município, implicitamente pode o menos, fazê-lo em determinada seção. O mesmo argumento aproveita aos candidatos, representantes e próceres mais categorizados dos partidos.

#### Artigo 33

O art. 48 do Código Eleitoral fixou o prazo de 15 dias para o registro dos candidatos. Coerente com o recuo geral dos prazos, para desfogo dos trabalhos eleitorais, o Substitutivo propõe 30 dias. E' preciso que se recorde que o registro dos candidatos poderá gerar impedimentos (junto a membros de mesas receptoras, juizes eleitorais, etc.). E' indispensável que haja tempo para boa solução de semelhantes incidentes supervenientes. O prazo de 30 dias será suficiente.

#### Artigo 34

E' derogatório do art. 250 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Ampliou a segurança aos funcionários estaduais e municipais. A experiência tem confirmado a esperança que o Congresso depositou no art. 250 como preventivo contra perseguições ao funcionalismo federal. O art. 34 procurou corrigir a imprevisão do art. 250 do Estatuto. Aqui se fala genericamente em "cada eleição". E' evidente que se o pleito é municipal, a administração não está impedida de remover ou transferir em outros Municípios. Se a eleição é num Estado, só neste funciona a proibição.

#### Artigo 35

Aproveitou o art. 11 do Proj. Edgard Costa. É dos mais importantes. Não se trata da outorga de possibilidade de requisição de força federal. Ela estará automaticamente requisitada por esse artigo de lei, com o que se evitará as barulhentas explorações de uma ou de outra das facções em luta, com reflexos no pleito, quando a justiça eleitoral requisitava força federal.

A força federal estará à disposição das autoridades eleitorais nos pontos-chaves de cada Estado, Território ou Distrito Federal. A redação deste artigo diz que as eleições serão "*sempre*" realizadas com a garantia de força federal. Não excluirá outros policiamentos (polícia estadual, polícia militar ou força pública estaduais, polícia municipal, guarda civil, etc.), que normalmente asseguram a ordem, como até o presente momento vem acontecendo.

#### Artigo 36

Impõe a revogação do artigo 127 do Código Eleitoral, que determina que a eleição em seção anulada se renovará uma só vez. A prática tem revelado que tal anulação tem sido muitas vezes provocada, na votação originária, e na renovação da mesma, com o fito pré-determinado de evitar presumida vantagem de determinado candidato ou partido em determinada seção. Ora, a não renovação da eleição mais de uma vez iria possibilitar que o esbulho lograsse seu criminoso objetivo. Eis a razão da revogação proposta pelo art. 34.

#### Artigo 38

A competência do Tribunal Regional Eleitoral é para aplicar penas dis-



ciplinares. Da advertência e de suspensão até 30 dias. Este teto da punição, 30 dias, é o referido nesta lei, inclusive com respeito aos juizes (artigo 4.º).

#### Artigo 39

A instituição da Corregedoria Geral da Justiça Eleitoral (art 39) objetiva fiscalizar e instaurar a responsabilidade das autoridades puníveis por omissão ou comissão, a começar dos juizes eleitorais. O desembargador corregedor se locomoverá inclusive para o interior, por entender espontaneamente ser do seu dever ou pelas formas provocadas conforme artigo 39 (trinta e nove) e seus respectivos parágrafos discriminam. Infelizmente pesam às vezes graves acusações contra juizes eleitorais, devendo a própria justiça eleitoral se esmerar em puni-los exemplarmente, sendo para isso a Corregedoria Eleitoral eficiente e vigilante instrumento premonitório e corretivo.

#### Artigo 41

O art. 81 da Constituição Federal ordena:

“O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente, em todo o país, cento e vinte dias antes do término do período presidencial”.

Cento e vinte dias fala o Estatuto Cívico. Fixou, dia a dia, a data. Funcionará o prazo em razão do término do mandato presidencial (dia 31 de janeiro, cinco anos após iniciado). Não disse o texto “até 120 dias antes” nem “dentro de 120 dias”. Expressou-se peremptoriamente: — “Cento e vinte dias antes ...”. O ato do Superior Tribunal Eleitoral é meramente declaratório. Não poderá designar outro dia, nem o Congresso igualmente, através de lei ordinária. Conclusivamente se manifestou o Código Supremo. Na próxima sucessão, a data recairá numa segunda-feira. Daí a proposta de que seja feriado nacional, para permitir a todos que cumpram seu dever eleitoral, principalmente os trabalhadores da indústria e da agricultura.

A disposição é transitória: este ano o três de outubro será feriado, porque nesse dia realizam-se as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República. Aliás, sempre que estas se realizarem, será preciso que se declare o respectivo dia feriado, a não ser que

coincida com domingo. Porque semelhante pleito *sempre* será travado no dia 3 de outubro. Andou mal a Constituição em regular rigidamente a matéria. Deveria ter dito, por exemplo: “no primeiro domingo dentro de 120 dias”. Assim se evitaria criar mais feriado, num país que já os tem tantos, nacionais, estaduais e municipais, isso sem contar essa híbrida instituição, essa esdrúxula figura dos apelidados “pontos facultativos”, cuja incerteza tantos males causam ao comércio e ao mundo dos negócios.

#### CÉDULA OFICIAL

Não figura no substitutivo a adoção da cédula oficial de votação, preconizada no projeto Edgard Costa. Por estas razões principais:

1.º) — o eleitor, na cabine indevasável, com as cédulas oficiais que receber do presidente da mesa receptora, quando a eleição fôr regulada pelo princípio majoritário, assinalará com um “x” o seu ou os seus candidatos, quando as eleições coincidirem. Por essa forma serão eleitos o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Governador do Estado, o Vice-Governador, os Senadores, os Suplentes de Senadores e os Prefeitos Municipais.

Quando a eleição fôr regida pelo sistema proporcionalista, o eleitor deverá fixar qual a legenda a que pertence o candidato de sua preferência, bem como o número com que este foi registrado na Justiça Eleitoral, para à esquerda da referida legenda pôr um “X” e à direita escrever o número de registro do candidato.

Deverá saber, ainda, que não poderá colocar o número de registro em legenda diferente da assinalada, sob pena de nulidade do seu voto. Todas essas cautelas deverá ter o eleitor para sufragar seus candidatos a Deputado Federal, a Deputado Estadual e a Vereador Municipal.

Pondere-se que a recordação ou a investigação dos nomes exatos, a de evitar enganos, isso no momento da votação e sob a possível influência de nervosismo, poderá ter as naturais dificuldades acrescidas pela coexistência ou de nomes assemelhados. Em São Paulo, por exemplo, cerca de 700 candidatos concorrem à Assembléia Legislativa e 250 à Câmara dos Deputados. Principalmente com relação aos nomes mais comuns as parecenças são



frequentes. Os parlamentares sabem, de dor de cabeça própria, as confusões de que são vítimas pela semelhança de seus nomes com os de colegas.

Isso se verifica na entrega da correspondência, do Diário do Congresso, nas chamadas pelo telefone, até no registro das votações, apartes etc. Nas eleições pelo critério proporcionalista, além dos nomes dos partidos, e dos candidatos, devem ser lembrados os respectivos números de registro. Se forem simultaneamente as eleições para Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador, terá que reter ou procurar 3 nomes, 3 números de registro e possivelmente 3 nomes diferentes de partidos. Toda essa operação de memória ou de busca há de ser feita em um minuto, pois este é o tempo máximo da permanência na cabine indevassável de que dispõe.

O resultado fatalmente será o grande número de votos anulados. Parece que o próprio projeto n.º 94-55 o previu, pois em seu art. 9.º determinou que a soma dos votos em branco com os anulados, se atingir a mais da metade dos votos, a eleição será anulada.

2 — Pelo art. 7.º do Projeto Edgard Costa, as mesas receptoras serão as detentoras das cédulas oficiais.

Quando facciosas, poderão entregar cédulas assinaladas ou adulteradas, motivando-lhes a anulação. Não precisará toda a mesa ser conivente. Ao primeiro descuido, algum de seus membros, fiscal ou delgado de partido, até mesmo estranhos, poderão fazê-lo.

Nos termos do art. 77 do Código Eleitoral, *pelo menos* 72 horas da eleição todo o material de votação será enviado ao presidente de cada mesa receptora. Portanto, *pelo menos* 3 dias antes do pleito as cédulas oficiais a esta serão confiadas. Sim, porque isso poderá suceder 4, 5, 6 ou mais dias. O prazo é máximo, não mínimo. Nesse espaço de tempo, presidentes de mesa facciosos poderão viciar esse material, inclusive assinalando-o previamente. Poderão, ainda, entregar cédulas a cabos eleitorais, que com elas munirão o "eleitorado cabresto". Poderão, por fim, simular perda ou roubo das cédulas, não podendo a eleição se realizar no dia, pois a impressão ou envio de novas reclama tempo.

O aprimoramento do sufrágio, no Brasil, está historicamente vinculado à luta contra a corrupção em que eram vezeiras mesas receptoras todo-poderosas e sectárias. Desde a primeira lei eleitoral que tivemos, de origem espanhola, outorgada por D. João VI, em 7 de maio de 1821, até o grande Código Eleitoral de 1931, mais de um século foi consumido no combate às espoliações dominadas por "slogans": "a mesa é a chave da eleição"; "ganhar a mesa, para ganhar a eleição".

No império, a mesa eleitoral foi proclamada "a grande primeira figura da Corte".

Na República, antes de 1930, eram as famigeradas eleições "a bico de pena" de vasta e até hilariante crônica. Contra o poder desvirtuado pelas mesas, nada puderam a Lei 842, de 13 de setembro de 1855, conhecida como "Lei dos Círculos"; a "Lei Saraiva", baseada em anteprojeto de Rui Barbosa (Lei n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1881); nem a lei "Rosa e Silva" (n.º 1.269, de 15 de novembro de 1904).

3 — O não envio ou a não impressão de cédulas, bem como sua insuficiência na decorrência da votação; o desaparecimento de canetas e escassez de tinta nas cabines poderão suscitar delongas, paralisação e até a suspensão dos trabalhos eleitorais.

Reiteramos a afirmação com que iniciamos a presente justificativa: reconhecemos o propósito sempre leal e benemérito do preclaro Ministro Edgard Costa. Mas a dolorosa lição do passado e as amargas constatações do presente desaconselham a inovação.

Sr. Presidente:

Não bastam leis boas. Serão inúteis, se descumpridas. Sem povo capaz e autoridades competentes, não há excelência legal que baste. As leis não se realizam mecânica ou automaticamente. "O primeiro artigo da Constituição inglesa é o povo inglês", eis a grande lei britânica.

O Código Eleitoral vigente municia nossa democracia com poderosas armas contra as fraudes e corrupções que mareiam os pronunciamentos populares. Mas estes não são patrulhados devidamente. É lamentável a inércia dos partidos, eleitores, candidatos e até fiscais!



Depois de ocorridas as irregularidades, maximé quando vítima dela, são pressurosos em fulminar de inepta ou imperfeita a legislação eleitoral.

É velho o vêzo.

Já em 1875, D. Pedro II assim se desabafava com Rio Branco: "Cada vez me entristeço e me envergonho mais do que tem sido, e serão ainda por muito tempo, adotem-se as medidas que se adotarem, as eleições entre nós. Não é o vestido que tornará vestal a Mesalina, porém, sim, a educação do povo e, portanto, a do governo".

Recorda Barbosa Lima Sobrinho, o saboroso apólogo da "Sereníssima República", no qual Machado de Assis satirizou os costumes eleitorais da época. Ouçamo-lo:

"Machado de Assis, num de seus contos, que me parece ter sido escrito na fase da campanha pelo voto direto, quando ainda eram recentes as experiências e as decepções da lei dos círculos e da lei do terzo, traçou uma espécie de apólogo dos costumes eleitorais, sob o título de "A Sereníssima República". Empolgadas pela importância do ato eleitoral, as aranhas, que compunham essa república exemplar, viviam mudando as proporções e a forma do saco, em que seriam recolhidos os sufrágios dos votantes. E sempre — dizia o mestre — "o conhecimento da lei é a eterna malícia". Novos processos de fraude burlava as intenções das melhores reformas e dos sistemas mais perfeitos. Um dos sábios da República das Aranhas, Erasmus, contou a seus concidadãos a fábula de Penélope que fazia e desfazia a famosa teia, à espera do espôso Ulisses. E concluía:

— Vós sois a Penélope da nossa República; tendes a mesma castidade, paciência e talentos. Refazei o saco, amigas, refazei o saco até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar, entre nós, o lugar que lhe cabe. lises e a Sapiência".

Sr. Presidente:

O substitutivo ora submetido às luzes, aos suplementos e à patriótica decisão do Congresso Nacional escopa, principalmente, eliminar malversações e suprir lacunas. Mas a dinâmica de sua vigência eficiente dependerá do eleitor exercitar o voto

como função pública e não como mercadoria; dos partidos indeterminadamente patrulharem o respeito à verdade eleitoral e não serem buhentos sindicatos de ambições ou cobiças, e, finalmente, que a justiça eleitoral, uma das achas da fogueira que queimou a República Velha em 1930, prossiga na dura jornada de materializar as esperanças com que foi saudada como suprema guardiã da pureza do regime.

Sala da Comissão Mista, em 10 de maio de 1955. — *Ulysses Guimarães*, Relator.

#### Artigos 37 e 40

Justificativa do Relator, Deputado Oliveira Britto.

Distinguido com a designação de Relator do vencido, relativamente às emendas de que resultaram os artigos 37 e 40 do Substitutivo da Comissão Mista, resumo nas palavras que se seguem o entendimento da maioria de seus membros.

#### Artigo 37

Resulta de emenda do nobre Senador Lúcio Bittencourt, com pequenas alterações de redação sugeridas pelo Relator. Justificando a iniciativa, escreveu o eminente representante de Minas Gerais: "Uma das mais graves críticas ao atual sistema eleitoral é a que concerne às práticas em vigor, pelas quais o mesmo indivíduo, valendo-se de vários processos fraudulentos, vota mais de uma vez, já pelo decurso ao próprio alistamento múltiplo, já pela utilização de títulos alheios. É justamente pela reiteração do voto pela mesma pessoa que se torna possível a existência do chamado "eleitorado fantasma", verificando-se em vários municípios, com dados estatísticos de fidedignidade indiscutível, o comparecimento às urnas de número de eleitores consideravelmente superior ao dos adultos alfabetizados. Manifestações do emiente Ministro Edgard Costa e outros vultos da Justiça Eleitoral apontam precisamente êsse como um dos males mais sérios, que viciam e afetam, de maneira profunda, a verdade das urnas.

É certo que o projeto, aceito como base do nosso estudo na Comissão Especial, procura coibir êsse meio de fraude, instituindo a chamada "ficha individual", que dará, sem dúvida, excelentes resultados, mas que, a meu



ver, não evitará completamente a prática assinalada, pois bastará a convivência do escrivão eleitoral ou a atuação facciosa do Presidente da mesa receptora para que um eleitor vote por outro, sem que disso se apercebem os fiscais e o público. Além do mais, essa providência não estará em vigor na próxima eleição do 3 de outubro, na qual o "eleitorado fantasma" poderá atuar livre e, o que é mais grave, talvez decisivamente.

Dai a necessidade de uma solução imediata, de execução pronta e fácil, aplicável, sem maiores tropeços, na primeira eleição. É justamente a isso que visa a emenda, objetivando "marcar todo aquele que tenha exercido o direito do voto de tal como que qualquer tentativa para repetir aquele ato seja facilmente verificável pela mesa, pelos fiscais e pelo público, tornando, assim, inviável a reiteração fraudulenta".

Adotando e defendendo a medida no seio da Comissão Mista, tive oportunidade de acentuar, secundando as palavras do Senador Aúcio Bittencourt, que, sendo difícil, senão impossível, evitar que o mesmo eleitor nas grandes cidades, nos Estados limítrofes e em municípios vizinhos, se inscreva em mais de uma zona eleitoral, não há como impedir-se que, posse de mais de um título, com ou sem retrato, ou mesmo, de dois de adotada a folha individual de votação, de que trata o art. 4.º, compareça a mais de uma seção eleitoral e vote mais de uma vez, a não ser assinalando ostensivamente todo aquele que haja acabado de votar.

Pode parecer que a medida é pitoresca, ou "exótica" e divorciada de nossa tradição jurídica". Mas não há dúvida, de que sendo meio hábil de coibir um dos vícios que mais comprometem a verdade eleitoral, ninguém poderá sentir-se diminuído em, ao cumprir o mais importante dos deveres cívicos que a democracia impõe ao cidadão, deixar-se "marcar" para, deste modo, impedir que o mau eleitor, usando de um fraude tão generalizada, contamine e comprometa o voto do eleitorado consciente e honesto.

Esta, também, a convicção do honrado Senador Lúcio Bittencourt, traduzida nas seguintes palavras que se encontram na justificativa com que apresentou a emenda à consideração

da Comissão de que o ilustre e destacado membro: "A população carioca, há poucos meses, teve ensêjo de testemunhar a prática em aprêço, em país amigo, da América do Sul, através de um jornal cinematográfico amplamente divulgado no Rio de Janeiro.

Nas cenas, então exibidas, via-se o orgulho com que algumas senhoras mostravam os dedos manchados de tinta, o que constitui argumento contra os que supõem esperar reação do sexo feminino contra a medida proposta. Estou certo de que a mulher brasileira também sentirá felicidade e orgulho em poder exibir a prova de haver cumprido o seu dever cívico de colaborar na escolha democrática dos dirigentes da Pátria."

#### Artigo 40

Corresponde, com as alterações adiante enumeradas, ao art. 12 e seus parágrafos do projeto n.º 94, de iniciativa do Poder Executivo e elaborado pelo Ministro Edgard Costa, eminente e honrado Presidente do Superior Tribunal Eleitoral.

Justificando a medida, diz aquele grande Juiz: "O dispositivo institui a folha individual de votação, em substituição ao Título Eleitoral, e regula nos seus parágrafos a sua implantação nos cartórios. Trata-se de alteração substancial no sistema de alistamento existente e somente poderá ser adotado a longo prazo, isto é, em época distanciada das eleições.

E' providência que, adotada, elimina de plano todas as farudes praticadas em torno dos títulos eleitorais, como as relacionadas sob os números 4, 5, 6, 7 e 8 desta justificacão", vale dizer, impedirá:

— "Obtenção dolosa de segundas vias de títulos não extraviados, possibilitando ao seu autor o voto duplo, sendo um deles exercido fora de sua seção, em separado ;

— Emissão de títulos formalmente perfeitos (inclusive com a assinatura do Juiz), sem existência de processo de inscrição em cartório

— Emissão de títulos falsos, utilizados para votação fora do município eleitoral nêles indicado, votando o eleitor em separado;

— Compra de votos e seu controle mediante as seguintes práticas:



Lote: 32  
Caixa: 227  
PL N° 4601/1954  
23

a) Retenção dos títulos dos eleitores cujos votos foram comprados (geralmente através de cabos eleitorais), ou prometidos em consequência de situação de dependência do eleitor ou prestação de favores;

b) Concentração de eleitores em recintos privados (currais ou quartéis) para chapeamento (distribuição de chapas) e sua condução até a boca da urna, sob fiscalização;

— Retenção de títulos de eleitores de adversários, impedindo-os de exercerem o direito do voto”.

“Além disso apresenta as seguintes vantagens:

a) Fixação do eleitor na mesma seção eleitoral, facilitando-lhe o exercício do voto;

b) Supressão da periódica distribuição dos eleitores pelas seções eleitorais, e da organização das folhas de votação, com a dispensa consequente da publicação pela imprensa das respectivas listas, de difícil consulta às vezes, o que importará em poupar a grande soma de trabalho que essas formalidades acarretam para os cartórios eleitorais, às vésperas das eleições, e nem sempre executadas com a perfeição que a deficiência do tempo não permite: nomes truncados ou omitidos, com a consequente votação em separado, sempre prejudicial à lisura do pleito;

c) Finalmente, a revisão do alistamento atual, em que implicará razão de sua adoção somente após as eleições presidenciais de 1955, dada a exiguidade do tempo, para anteriormente às mesmas, a ela se proceder. Constituirá um trabalho preliminar da reforma geral do Código Eleitoral”.

O dispositivo que se vê no Substitutivo resultou de emenda de minha autoria, com sub-emenda do Senador Lucio Bittencourt.

Examinemos o artigo e seus parágrafos:

— A redação definitiva do artigo, afastando-se da do artigo 12 do projeto do Poder Executivo, contém mérito de tornar mais claro o pensamento a partir de 1.º de janeiro de 1956, em substituição aos títulos eleitorais atualmente adotados segundo as normas do Código Eleitoral.

Mas, de que consiste, afinal, a folha individual de votação?

É o documento que habilitar o cidadão a exercer o direito do voto e cujo anverso contém, além dos elementos de identidade, constantes dos atuais títulos eleitorais, mais a fotografia e a impressão digital do eleitor e o número correspondente a seção em que deve votar, e à qual ficará permanentemente vinculado para todas as eleições que se seguirem, salvo os casos de transferência de domicílio eleitoral.

No verso, conterá ainda espaço para a assinatura do eleitor no ato da votação e rubrica do presidente da mesa receptora, pois que substitui também as atuais “folhas de votação”, vale dizer, no ato de votar, o eleitor assinará na sua própria folha individual de votação.

Os parágrafos do artigo além de outras providências, regulam a forma da conservação e utilização das folhas individuais e estabelecem que o eleitor, ao alistar-se, receberá um extrato de sua folha individual, o qual, conservando, embora, a denominação de “título eleitoral”, tem por finalidade essencial servir de prova de que seu portador é eleitor inscrito em determinada seção do seu domicílio eleitoral.

Ao comparecer à sua seção para votar, o eleitor apresentará o seu título, isto é, o extrato de sua folha de votação, como prova de que está ali inscrito. Todavia se, porventura, não apresentar o título, o eleitor será, não obstante, admitido a votar, desde que na pasta correspondente à seção a que compareceu se encontre a sua folha individual de votação provando-se, assim, que se trata, realmente, de eleitor da seção.

Com essa providência, protege-se o direito do eleitor que, por qualquer motivo, não esteja de posse do título e, ao mesmo tempo, acauteia-se a verdade das urnas, evitando-se que vote em mais de uma seção eleitoral.

A única objeção que se poderia levantar contra a folha individual de votação seria a possibilidade do escrivão faccioso deixar de remetê-la à seção eleitoral impedindo, assim, que o eleitor exerça o seu direito de voto. A objeção deixa de proceder, porém, ante a medida adotada no projeto, permitindo que o eleitor vote, mesmo que da pasta da seção haja sido omitida a sua folha de votação, desde que, com o título, prove que é realmente, ali inscrito eleitor. Nessa hi-



pótese, o seu voto será tomado em separado para ulterior verificação se, na verdade, estava em condições de exercer o direito de voto na seção em que o fez.

Cuida ainda o projeto de declarar, que a partir de julho de 1956, os títulos eleitorais expedidos até o fim deste ano, perderão a sua validade, sendo substituídos por folhas individuais de votação, a requerimento do próprio punho do eleitor, inscrito com o título atual ou com qualquer um dos documentos referidos no artigo 33 do Código Eleitoral, e em que mencione o bairro, vila ou povoado em que reside ou em cujas proximidades more, a fim de facilitar a sua inscrição na seção mais próxima de sua residência.

Estabelecem, finalmente, os dois últimos parágrafos do artigo 40 que as despesas com o retrato do eleitor serão pagas pela Justiça Eleitoral, segundo a forma que lhe parecer mais própria e por meio das dotações orçamentárias que lhe são consignadas anualmente no Orçamento da União.

Com esse conjunto de providências, grande passo se dará para que o resultado das urnas corresponda à vontade livre do povo brasileiro na escolha dos seus representantes e dirigentes.

Sala das sessões da Comissão Mista, em 12 de maio de 1955. — *Oliveira Brito.*

#### DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. LUCIO BITTENCOURT

Vencido, particularmente no que tange a recusa da "cédula oficial, bem como a outros pontos de menor importância. Apresentando ao substitutivo, elaborado pelo nobre Deputado Ulisses Guimarães, emenda no sentido de restabelecer o art. 7.º e seus parágrafos do Projeto n.º 9455 que instituía a "cédula oficial de votação", o fiz certo de que sem essa providência redundará praticamente inócua a reforma de emergência que se projeta.

Embora reconhecendo que, nas eleições que se processam pelo sistema da representação proporcional, a cédula tal como foi proposta apresenta alguma complexidade, tenho para mim que, sendo reduzido o número de municípios em que ocorrerá eleição de vereadores, nenhuma ocasião mais propícia para um teste sobre o assun-

to, dado que o risco de um fracasso terá consequências mínimas, justificando e aconselhando a experiência. Aliás, no tocante às eleições majoritárias nenhum inconveniente maior poderá ser apontado.

A cédula oficial, a meu ver, é, dentre as soluções até agora apresentadas, a única suficientemente capaz de pôr cõbro ao chamado "voto em cédula" e ao controle exercido pelos cabos eleitorais sobre o voto individual, pela prática generalizada da concentração em "currais", revista e acompanhamento do eleitor até a boca da urna, com uma grande margem de segurança quanto à utilização da cédula que lhe é entregue.

Afastada essa razoável margem de garantia, os compradores de votos não terão grande ânimo de efetuar as vultosas inversões que hoje fazem e as quais se animam precisamente pela segurança que o atual sistema lhes dá de que na quasi totalidade dos casos, ao dinheiro dispendido corresponderá o voto na urna.

Igualmente, não ficarão os desprovidos de fortuna impedidos de concorrer eficientemente ao pleito, em paridade de situação com os mais abastados, pois não terão de dispendar, como hoje ocorre, vultuosas importâncias com a impressão das cédulas, cada vez reclamada em maior número pelo eleitorado. Ficarão, pelo menos para esse fim, libertos do auxílio ou do financiamento de grupos econômicos sempre que não dispuserem das quantias indispensáveis para o preparo e a distribuição das cédulas atualmente em uso.

Não vejo, entre as várias soluções propostas, nenhuma que mais eficientemente se oponha à influência do poder econômico nos pleitos eleitorais. Nenhuma que mais democraticamente assegure a todos os cidadãos iguais oportunidades. Nenhuma que, com maior profundidade e sucesso, possa combater o "coronelismo" pondo termo ao chamado "eleitorado de cabresto".

Ademais é preciso atentar para a circunstância de que a sugestão promana de uma das figuras da nossa Justiça Eleitoral que, pela operosidade, pela cultura, pela integridade moral e, maximé, pela experiência haurida em longo contacto com o problema, bem merece ser ouvido pelo Congresso Nacional. Se após longos anos de estudo, no trato diuturno das ques-



tões eleitorais, na luta permanente contra a fraude, o Ministro Edgard Costa chegou à conclusão de que a "cédula oficial" é indispensável para a moralização do processo eleitoral, não vemos razão para repelirmos essa sugestão, submetendo-a a uma prova, sem grandes riscos.

Por isso, dei o meu voto a favor da inovação. — *Lucio Bittencourt.*

#### DECLARAÇÃO DE VOTO DO

SR. COLOMBO DE SOUSA

Colombo de Sousa, vencido na parte referente à instituição da cédula oficial de votação. De há tempos havia se acumulado uma série de pesadas críticas ao processo eleitoral em vista da fraude verificada.

Após o último pleito estas críticas assumiram a proporção de um clamor nacional, atingindo à própria legitimidade da investidura do poder por parte daqueles que a ele assumiram em virtude de eleições maculadas.

A Justiça Eleitoral, mercê de sua experiência acumulada com o contato dos fatos e advinda do manuseio dos casos submetidos a seu julgamento, para atender a este reclamo da consciência nacional, propôs, na emergência dos acontecimentos e na exiguidade do tempo, uma reforma cujo ponto nuclear era a adoção da cédula oficial de votação.

A lei é um instrumento vivo de aperfeiçoamento e de correção da sociedade. Após a debacle do antigo regime, corroído em grande parte pelo desvirtuamento das eleições a bico de pena e pelas depurações, levando o povo à descrença total no regime representativo, tornou-se imperativo a instituição da "Justiça Eleitoral" efetivamente a grande conquista da revolução de 1930.

E com a justiça eleitoral, federal, veio a adoção de medidas asseguratórias do perscrutamento e captação da vontade popular. E os antigos envelopes individuais que cada um depositava na urna foram substituídos pelas sobrecartas uniformes e oficiais garantidoras do sigilo do voto.

Mas a lei não pode ser estática, tem de ser profundamente dinâmica. Uma medida outro dia considerada suficiente, já, amanhã, se tornaria ineficiente.

Um dos espetáculos mais degradantes das eleições, dispendiosos e provocadores de conflitos e trabalhadoras é o da distribuição das chapas. Toda a luta eleitoral, ao invés de se con-

centrar na propaganda de ideais e programas e convencimento do eleitorado, fica desgraçadamente concretizada na distribuição, troca e imposição de chapas nas vésperas e dia da eleição, inclusive no momento de votar.

A instituição da cédula oficial de votação terminaria com todo este capítulo, o eleitor seria solicitado a votar, mas quando ele entrasse na cabine, só o acompanharia sua consciência. Aí, então, e somente então, o voto seria livre. Dentro da nossa organização sócio-econômico-política observadas nossas realidades, seria a única maneira de dar liberdade ao homem do campo, para votar. Não se pode considerar livre um eleitor que é trazido de um curral eleitoral, sob custódia, previamente revistado, com uma única série de cédulas para depositar na urna. Ou ele deposita aquela ou não deposita nenhuma. A instituição da cédula oficial de votação teria o mesmo objetivo e justificação que a sobrecarta oficial. Todos os argumentos contra uma têm um a outra.

Por estes e outros motivos, votei pela instituição da cédula oficial de votação, quanto mais não fôr, porque não poderia negar uma medida que a Justiça Eleitoral solicita como indispensável à eralização da verdade eleitoral e como processo de combater a fraude e à corrupção. Negar a Justiça as medidas que ela requer para desempenho de suas funções é se jogar a sociedade no desespero e no caos. Nada dela podendo exigir também para ninguém podemos apelar. — *Colombo de Souza.*

#### PARECER DA COMISSÃO MISTA DE REFORMA ELEITORAL SOBRE EMENDAS DE DISCUSSÃO ÚNICA

##### PARECER

Recebidas no dia 6 de junho pela Comissão Mista e no dia imediato encaminhadas pelo seu digno Presidente ao Relator, no prazo de 15 dias que foi assinalado, todas emendas e sub-emendas apresentadas à Reforma da Lei Eleitoral foram relatadas, discutidas e votadas naquela Comissão temporária.

Poucas proposições, abstraídas as orçamentárias, sofreram tantas emendas e sub-emendas: cerca de 200, ao todo.



O Relator defrontou com estas dificuldades:

a) matéria reconhecidamente complexa e controvertida;

b) clima predominantemente polêmico, às vezes renteando à paixão, em que o País e o Congresso vivem, inevitável emergência que é da vizinhança do pleito sucessório presidencial;

c) avultado número de emendas e sub-emendas;

d) prazos sumários, assinalados ao Relator e à Comissão Mista, em nenhum caso excedidos. Vigados pela imprensa, pelo rádio e pela opinião pública, injustiçados até por tendenciosas arguições de impontualidade, quanto a prazos, e de propósitos subreptícios, o que importa é que a tarefa ordenada pela Resolução n.º 8 foi feita;

e) a quasi totalidade das emendas não foi justificada ou o foi incompletamente, em rápidas palavras. Não esclarecem se disciplinam matéria nova, derogatória ou revogatória do Código Eleitoral. Isso obrigou a demorada e frequente pesquisa da legislação vigente;

f) remissões erradas. Foram apresentadas emendas ao Projeto 4.601, ao Substitutivo a este elaborado pela Comissão e até ao Projeto n.º 94, que não estava em pauta;

g) apresentação de emendas sem o teor de emergência ou vinculação direta ao pleito de 3 de outubro.

A Comissão e o Relator não exorbitaram os poderes que a Resolução n.º 8 lhes outorgou. Sua missão foi a elaboração de uma Reforma de Emergência.

Foi isso que o Congresso singularizadamente mandou que fizessem. E foi isso que fizeram.

A preliminar, com força de prejudicial, ditada pela Resolução n.º 8 é esta: *a atual reforma da legislação eleitoral é para a emergência da eleição de 3 de outubro, tendo por pressupostos o que for urgente e inadiável, de preferência para erradicar a fraude e a corrupção.*

Na presente conjuntura, não será possível reformar tudo que é reformável em nossa legislação eleitoral.

A de agora será a reforma possível, não a ideal. Nem por isso, menos patriótica, pois armará, e isso desafia contestação bem intencionada, nossa democracia com poderosos meios de destruição da fraude e da corrupção.

A fraude e a corrupção, como ilícito

eleitoral, são fatos históricos e universais. Os monografistas se alarmam pela ubiquidade e pela perenidade dessa delinquência. Na Inglaterra real, na França parlamentarista, nos Estados Unidos presidencialista, no governo colegiado da Suíça, — por toda parte, em maior ou menor proporção, roubam-se votos como se rouba a propriedade ou a vida. E' o duro salário da condição humana. Não há eleição perfeita, porque é feita por homens para eleger homens. Isso não quer dizer que resignadamente devamos ensarilhar as armas. Se a fraude e a corrupção não forem combatidas com perseverança e energia, crescerão em número e ousadia para apodrecer o regime e contaminar de ilegitimidade a representação democrática.

A presente Reforma testemunhará o desejo leal e honesto do Congresso de que sejam puras e sinceras as eleições no Brasil. Bastariam três das medidas que postula para documentá-lo: a proibição de votar fora da respectiva seção; a adoção da folha individual de votação, que renovará todo alistamento a partir de 1.º de janeiro de 1956, com exigências mais severas, inclusive a identificação por fotografias; finalmente, a criação da Corregedoria Geral da Justiça Eleitoral.

A seguir, o Relator examinará singularmente cada emenda colocando-lhe ao pé, o respectivo parecer. O nobre deputado Oliveira Brito é o Relator das Emendas ns. 6, 24, 25, 42, 90, 93, 131 e 139, pois versam matéria em que fomos voto vencido.

Um último esclarecimento: A Comissão não apresentou ao projeto número 4.601-A, oriundo do Senado, emendas avulsas, *mas um Substitutivo*, porque foi com essa autorização que a Resolução n.º 8 a criou. A referência à feitura de Substitutivo é literal. Mesmo porque se assim não fôsse, poderia resultar um todo justaposto e descozido, sem sistema e despojado de técnica.

Sala das Comissões, em 20 de junho de 1955. — *Cunha Mello*, Presidente, de acôrdo com o voto do relator e mais com as considerações proferidas na sessão e taquigrafadas. — *Ulysses Guimarães*, Relator. — *Oliveira Brito*. — *Arnaldo Cerdeira*, de acôrdo com a declaração de voto aqui anexa. — *Ruy Palmeira*, Vencido quanto à cédula oficial. — *Ernani Sátiro*, conforme declaração de voto. — *Aarão Steinbruch*. — *A. Medeiros*. — *Costa Pereira*. — *Lúcio Bittencourt*, venci-



do quanto à recusa da adoção da "cédula oficial" e em outros pontos de menor importância. Os argumentos em contrário não informaram as considerações expendidas no voto em separado que ofereci, em anexo, ao parecer anterior da Comissão.

N.º 1

Art. É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos anexos.

§ 1.º Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas, além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos registrados (Mod. 1); e nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito (Modelo II).

§ 2.º Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, sem qualquer expressão de preferência, mas apenas para o efeito da votação.

§ 3.º Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas e a competente sobrecarta, todas por ele devidamente rubricadas no anverso, sob pena de nulidade, o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará à tinta: a) nas eleições majoritárias, com um cruz (x) o nome do candidato de sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional por forma idêntica, o partido ou legenda em que vote, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará a cédula ou cédula na sobrecarta, fechando-a.

§ 4.º Se somente a legenda partidária tiver sido assinada, apurar-se-á o voto apenas para o partido ou legenda; se somente o número do candidato o voto será contado para esse candidato e para o partido correspondente.

§ 5.º Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinaladas mais de uma legenda, ou número de candidato e legenda de partidos diferentes.

§ 6.º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse

trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior. A impressão, sob pena de responsabilidade de quem a ordenar, far-se-á, para cada eleição, em ordem de colocação variável de nomes e partidos, em tantos grupos quantos o seu número, de tal forma que, em cada grupo, figure na cabeça da cédula, nome ou partido diverso, com alteração na ordem dos subsequentes. A distribuição das cédulas pelas mesas receptoras será feita de modo que disponham todas elas, de vários grupos impressos, para que sejam entregues, indistintamente, aos eleitores, no ato de votar.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — Arnaldo Cerdeira. — Colombo de Souza.

Como relator, várias vezes fixamos nossa posição quanto à adoção da chamada "cédula oficial" em nossa legislação eleitoral.

Sistematizaremos as principais razões que desaconselharam a inovação.

PRINCIPAIS RAZÕES QUE  
DESACONSELHAM A CÉDULA  
OFICIAL

1.º) — Para cada tipo de eleição o eleitor receberá uma cédula-envelope. (Um todo só). No Brasil, coincidem, em média 6 eleições. Quando das eleições de deputados e senadores, poderão ir a 8 ou 10. Em Minas, são também eleitos três juizes de paz. O Presidente da Mesa, assim, deverá, em média, assinar para cada eleitor 6 vezes no verso dos envelopes com os quais este votará. Digamos que compareçam 300 dos 400 eleitores de cada seção eleitoral. Terá o Presidente da Mesa de assinar 1.800 vezes.

Argumentemos que assine os 6 envelopes de cada eleitor em meio minuto. Consumirá duas horas e meia, no mínimo, somente para autenticar os 1.800 envelopes.

2.º) — Se a cédula oficial for confiada exclusivamente à guarda, distribuição e autenticação do Presidente da Mesa, este poderá entregá-las antes aos cabos eleitorais ou no ato ao eleitor, já assinalada. Pretende-se, então, para obviar esta fraude, que no ato da entrega da cédula-envelope ao eleitor, a mesma seja assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois mesários. Na base do cálculo médio anterior, serão 5.400 assinaturas, consumindo cerca de 6 horas.



3.º) — O Presidente da Mesa e os Mesários não podem ter o tempo absorvido em assinaturas. Isso impedirá o bom exercício de outros atos fundamentais à votação: examinar o título de cada eleitor, não ter dúvida quanto sua identidade, certificar-se de que o eleitor assinou correto na fôlha de votação, entregar-lhe as cédulas-envelopes, verificar se são as mesmas que, de volta da cabine indevassável, depositará na urna e, finalmente, deverá o Presidente da Mesa *assinar e datar o título do eleitor*. As 1.800 rubricas, pois, teremos que acrescentar mais 600 registros ou escritos, só pelo Presidente da Mesa.

Recordemos que podem surgir incidentes durante a votação (impugnação de identidade, não constar o nome da lista, etc.) Isso demandará tempo. Admitamos que para cada eleitor seja necessário um minuto para realização de todos os atos mencionados neste item 3.º. Ao todo serão 300 minutos, 5 horas portanto.

4.º) — Cada urna receberá, em média, 1.800 envelopes. As atuais não comportarão. Deverão ser 3 vezes maiores, dificultando transporte, depósito e guarda, depois das eleições.

5.º) — Cada eleitor receberá 6 cédulas-envelopes antes de votar. Deverá depositar na urna 6 cédulas-envelopes, depois de votar. Isso obrigará *vigilância contínua*, o que a prática tem revelado impossível. Se forem postos na urna cédulas a mais ou a menos, surgirá na apuração o sério problema da *incoincidência entre votos e votantes*, motivando complicações que podem acarretar até *nullidade da votação*.

6.º) — Sendo atualmente o ato de votar mais simples, o Código Eleitoral determina que seja efetuado em um minuto. Pelo menos dois serão necessários pela cédula oficial, como coerência com o voto consciente que se quer instituir. Para 300 comparecimentos, teremos 10 horas, só para essa parte da votação. Portanto: 10 horas para votação; 5 horas para os atos preliminares da votação (examinar títulos, identidade, verificar o número de envelopes depositados na urna, etc.); 2.30 horas ou 6 horas para autenticar as sobrecartas, conforme o faça o Presidente da Mesa só ou acompanhado dos dois mesários; uma hora para o Presidente da Mesa assinar e datar os 300 títulos que votaram perante ele.

7.º) — As cédulas oficiais possibilitam:

a) — *fraude anterior ao dia da eleição*. Será entregue pelo menos 3 dias antes ao Presidente da Mesa que poderá: I entregá-las aos cabos eleitorais; II — Alegar perda, extravio ou roubo, para impedir a realização da eleição em determinada seção, onde seu adversário teria vantagem.

b) — *fraude no dia da votação*: entregar cédulas já assinaladas aos eleitores, notadamente aos que se venderam, cujo silêncio ou não protesto, quando as receberem, será a confirmação do negócio.

c) — *fraude na apuração ou depois dela*. Consistirá em assinalar cédulas em branco ou já assinaladas, neste último caso anulando-as. Os recursos de recontagem de votos tornar-se-ão inoperantes.

8.º) — As cédulas oficiais devem ser remetidas em número exato para cada Presidente de Mesa; 400 eleitores, em média 2.400 cédulas. O excesso poderá ser desviado criminosamente. Mas o número exato não admite os casos de cédulas que devem ser inutilizadas por defeito de impressão, erro, engano ou borrão, quando o Presidente da Mesa assinar as sobrecartas, etc.

9.º) — Pelo Código Eleitoral, os candidatos podem ser registrados até 15 dias antes da eleição. O Substitutivo propõe 30 dias. E' da natureza dos pleitos, que só com a aproximação dos mesmos, com o clima político gerado pela campanha e pela propaganda, se definam as situações, possibilitando alianças, etc. Principalmente para formação das chapas de deputados federais e estaduais. A regra, para as primeiras, é a aliança. Isso não permitirá que os partidos, muito antes, decidam sobre o registro dos respectivos candidatos aos cargos executivos e legislativos. Admitamos o prazo de 30 dias para registro, proposto pelo Substitutivo. Só depois dele esgotado a justiça eleitoral poderá mandar confeccionar as cédulas. Primeiro deverá haver tempo para impressão. Depois a remessa: a) do Tribunal Superior Eleitoral para os Tribunais Regionais Eleitorais do País; b) — de cada Tribunal Regional a cada Juiz eleitoral do Estado; c) — do juiz eleitoral a cada Presidente de Mesa Receptora. E' preciso que se medite se será suficiente o prazo de 30 dias, bem



cômo no extravio ou na chegada após a eleição, dêsse material. Mandar imprimir nos Municípios essas cédulas terá estes inconvenientes: — a) a maioria dêles estão desaparelhados para tal; b) — se as cédulas não forem uniformes, surgindo tipos delas, feitos pela própria Justiça Eleitoral, em tipografias e lugares diferentes, os fraudadores disso se aproveitarão para impressão também de cédulas. Nas temporadas líricas, nos grandes jogos de futebol, apesar da complicada impressão dos ingressos, estes são falsificados.

10.º) — Os candidatos e deputado, a senador e aos cargos do Executivo, são registrados 30 dias antes. As cédulas oficiais serão então impressas. E se desistirem, inclusive por motivo patriótico, para propiciar uniões? E se morrerem? E se o respectivo registro for casado pela Justiça Eleitoral, por serem inelegíveis, por exemplo? E se perderem os direitos políticos, pela superveniência de condenação judicial, por exemplo? Até 10 dias antes do pleito (artigo 49 do Código Eleitoral), qualquer candidato poderá requerer o cancelamento do seu registro. Como fazer, nesse e em outros casos semelhantes, se as cédulas são oficiais. Já estão impressas, não poderão ser confeccionadas no lugar, até à máquina, como o regime atual admite?

11.º) — Quando qualquer mesa receptora não se instala, os respectivos eleitores votarão na seção mais próxima (artigo 1, § 4.º, do Código Eleitoral). Aliás, o regime da cédula oficial ensejará que só o não comparecimento do Presidente da Mesa impedirá a instalação da mesma, pois a este foram confiadas as cédulas e sem estas a votação é impossível. Pelo sistema atual, essa ausência será automaticamente suprida pelo 1.º ou pelo 2.º mesário (artigo 71). Seja como for, cabe a pergunta: como irão votar, sem cédulas, na mesma ou em outra seção? Responder-se-á seguramente: com o juiz eleitoral. Estes serão os inconvenientes se isso for admitido: a) — nem sempre será fácil localizar o juiz eleitoral. Poderá até estar em outro Município de sua zona eleitoral, em distrito ou seção eleitoral distante, inspecionando o pleito, ou mesmo atendendo à requisição de partido para restabelecer a ordem ameaçada ou subvertida por tumulto, conflito, etc.; b) — o Juiz eleitoral deverá ter estoque excedente de cédulas. Se o juiz for

faccioso ou não guardar esse material com a cautela devida, as cédulas excedentes entrarão a circular clandestinamente, notadamente manipuladas por escrivães inescrupulosos. E' o que acontece, atualmente, com os títulos assinados em branco pelos juizes eleitorais e criminosamente preenchidos com nomes fictícios. Assim se fabricou parte do eleitorado fantasma. Futuramente serão as "cédulas fantasmas".

12.º) — Os candidatos a deputado correrão com números o páreo eleitoral.

Desvantagens: a) Frequentemente o eleitor conhece há muito o nome de seu candidato. As vésperas da eleição deverá fixar o número, pois votará com este e não com o nome; b) se um mesmo candidato disputa várias eleições, o fará sempre com o mesmo nome. A propaganda que fez para uma eleição aproveitará às demais. No regime da cédula oficial, em cada eleição devendo ter número diferente, será necessário renovar todo o trabalho e toda a despesa para disso cientificar o eleitorado. c) haverá números, dois pelo menos, que atrairão chacotas ou zombarias. Em particular eu conto. d) os cabos eleitorais, pessoalmente ou através de boletins, passarão astuciosamente a orientar os eleitores que o número do candidato em quem quer votar é o daquele para quem quer angariar sufrágios.

13.º) — As eleições ficarão mais dispendiosas para os candidatos. Não terão que custear a impressão das cédulas, é certo. Mas terão que custear a propaganda pelo rádio e pelos jornais, da Capital e de cada Município, informando qual seu número, seu partido e que eleição postula. Terá de imprimir imitação de cédulas oficiais, remetendo-a gráficamente assinalada aos eleitores, para informá-los ou orientá-los. Terá de custear as despesas de pessoas que irão pessoalmente explicar isso aos eleitores, notadamente os das zonas industrial e rural. Serão abertos, assim, novos caminhos ao poder econômico.

14.º) — O eleitor culto, médio ou alfabetizado poderá encontrar no ato da votação dificuldades insuperáveis. Bastará esquecer o número de qualquer dos seus candidatos ou seu partido. Então necessitará recordar bem o nome dele ou deles. Isso nem sempre é fácil, com 12 partidos de nomes às vezes semelhantes — quantos deles levam a designação "trabalhista"? —,



bem como com candidatos de nomes também parecidos. Sabedor do nome do candidato e do partido é que tentará dirimir sua dúvida, consultando um verdadeiro catálogo telefônico, em certos Estados, como São Paulo, com 1.500 nomes e números de registro.

15.º) — Na hipótese de não se recordar dos Partidos e dos números dos seus candidatos, e não conseguir descobri-los, estas serão as consequências:

a) *não votará*. O voto em branco não significará mais protesto contra os candidatos discutantes. Será o protesto contra um sistema de votação que torna inexecutível para muitos o direito e o dever de votar.

b) *votará mal ou errado*. Assinalará de forma incoincidente legendas e os números. Assinalará duas ou mais legendas ou dois ou mais números. A consequência será elevada percentagem de votos nulos.

c) *votará a esmo*. Devido ao escasso tempo de que dispõe para votar, devendo em certos casos assinalar nomes e em outros legendas, acrescentando-lhes números, se tiver dúvida ou estiver nervoso, o eleitor votará a esmo, a torto e a direito. Os pleitos passarão a ser influenciados por fatores aleatórios. Eleição será loteria.

16.º) — A cédula oficial não exclui nem impede o eleitor de votar sendo pouco esclarecido, até o analfabeto, ilegalmente inscrito. Isso porque esse eleitor comparecerá para votar, *mas votará errado ou lotêricamente, como já foi esclarecido*. A norma deve ser: *todo rigor e escrúpulo*, para cumprimento da lei, *no alistamento, e toda facilidade*, para cumprimento do direito-dever de votar, *na votação*.

17.º) — A maioria, mesmo no sistema atual, vota bem. São honestas as duas maiorias: dos eleitores e dos políticos. Justo não é que a culpa de minoria que rouba, compra ou se vende, complique todo um sistema, *para a maioria honesta, dificultando-lhe ou lhe impedindo* o exercício do sufrágio. Os inocentes não devem pagar pelos pecadores. O que se deve é localizar e punir os delinquentes eleitorais. A justiça eleitoral escarmentará muitos se exemplarmente punir alguns. A certeza da punição será eficaz arma no combate à fraude. O Substitutivo extirpará muitas das fraudes ora praticadas, sem a necessidade da adoção da cédula oficial, que substituirá erros antigos por novos.

18.º) — Consequência prática da cédula oficial: o eleitor sabe *em quem* quer votar; mas não sabe *como* votar, dada a complexidade do sistema.

19.º) — Erro capital da cédula oficial: *a ser incompatível com o sistema misto, majoritário e proporcional, que rege as eleições no Brasil*. Nos Estados Unidos o deputado é eleito por distrito. O mesmo na Inglaterra. São poucos deputados — em geral dois (do Partido Republicano ou Democrático; do Partido Conservador ou Trabalhista) registrados e votados. Cada Partido registrará um. Sendo registrado para o distrito, porque nele tem prestígio, uma vez que já o representa, nele nasceu, nele mora, nele praticou muitos benefícios, o nome do candidato é muito conhecido. Diferente entre nós: o voto é circumferencial. Em São Paulo cerca de 1.500 candidatos postulam votos em Municípios até de 200 eleitores. Não há entre as nações civilizadas no mundo a que, tendo o sistema híbrido majoritário-proporcional, adote a cédula oficial, tal qual o projeto 94 a propõe. A cédula oficial não pode funcionar avulsa, ascoteiro, desgarrada de pressupostos de que é consecutória, o principal deles o voto distrital.

20.º) — Em outros países, *tudo se faz para facilitar a votação*. Certos Estados da União Americana admitem que as cédulas contenham símbolos: o elefante, representando o Partido Republicano, e o burro, o Partido Democrático. Na Itália, a mesma facilidade: a cruz simboliza o Partido Democrata Cristão e a foice e o martelo, o Partido Comunista. O que se quer no Brasil: ora o eleitor marca nomes, ora legendas, acompanhando-as de números, isso com 12 partidos disputantes e às vezes mais de mil candidatos.

21.º) — A cédula oficial é forma oblíqua, ou indireta de descumprir a ordem do sufrágio universal, inscrita no art. 134 da Constituição Federal. É sabido que o sufrágio universal não é o censitário. Mas também não é o voto capacitário. A cédula oficial afastará das urnas ou impedirá que sufraguem, bem e conscientemente, milhares de eleitores, legitimamente habilitados a fazê-lo. Nos Estados Unidos, igualmente, sutilezas foram inventadas e construções jurídicas concertadas, para possibilitar discriminações, notadamente por motivo de cor. O que aqui se quer fazer agora com o art. 153, lá se fez com a



Lote: 32  
PL N° 4601/1954  
Caixa: 227  
27

Emenda XV. Os Estados do Sul para privar o negro do direito de voto subilaneamente frustraram o sufrágio universal e igualitário proclamado pela Constituição Federal e confirmado por acórdãos da Corte Suprema. Uma delas foi o imposto de voto (poll-tax), contra o negro e o "Populist party", que ameaçou os partidos tradicionais.

Conclusão: a ojeriza à universalidade do voto não é mal novo, nem peculiaridade nossa.

O sistema de votação é meio, é o aparelho, para chegar ao sufrágio, que é o fim, meios complicados interceptam os fins. Devem ser afastados, pois o que importa são estes e não aqueles.

22.º) — Assinalar a tinta ou a lápis compromete o sigilo do voto. Os monografistas americanos e ingleses insistem muito na adoção de carimbos. Consulte-se, a propósito, "Foreign Governments and their Backgrounds", de John Clarke Adams e outros.

#### N.º 2

Acrescente-se, onde convier:

Atr. — A Justiça Eleitoral não fará coincidir, em hipótese alguma, eleições municipais, estaduais e federais.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955 — Ruy Santos.

#### PARECER A EMENDA N.º 2

##### Pela rejeição.

É de autoria do nobre deputado Ruy Santos. Focaliza velho e controvertido problema de nosso direito público: a coincidência ou a incoincidência das eleições.

Júlio de Castilhos resolveu a questão em termos de dogmática legislativa. Na Constituição do Rio Grande do Sul, 14 de julho de 1891, eminente presidencialista, fixou a discriminação dos mandatos executivos e legislativos, quanto à duração consequente quanto à eleição.

A Escolha popular para a investidura é momento fundamental de seu acerto. Frequentemente, confundir as eleições é confundir as escolhas. Os problemas específicos não são suficientemente debatidos. Essas, entre muitas outras, as alegações dos adeptos da tese corporificada na Emenda Ruy Santos. De outro lado, os prosélitos das eleições gerais, se apegam em argumentos de redução do custo

das eleições, quando simultâneas; poupar o País às continuas agitações, com reflexos na ordem social e na vida econômica; finalmente, não absorver tanto tempo do Judiciário com a competência cumulativa eleitoral que a Constituição Federal se impôs, obrigando-o a paralisar seguidamente suas atividades para organizar e apurar eleição sucessivas, tende que a mesma não deve ser aprofundada de 3 de outubro. Quanto à constitucional. Certas eleições estão

Abstraidas as razões doutrinárias sugeridas pela emenda, o relator entende que a mesma não deve ser aprovada pelos seguintes motivos.

1.º — Não é "matéria urgente e inadiável", preliminar que a Comissão, no método de trabalho que se traçou, sempre pesquisa para inclusão de qualquer preceito na chamada Reforma de Emergência. Seu objetivo precípuo é adotar normas para as eleições de 3 de outubro. Quanto à data, esta já está marcada para os pleitos que nesse dia terão lugar.

2.º — A matéria é de estrutura constitucional. Certas eleições estão marcadas, de forma peremptória, pelas Constituições Federal e dos Estados.

Quando da justificação do art. 41 do Substitutivo, dissemos isso:

Artigo 41.

O art. 81 da Constituição Federal ordena:

O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente, em todo o país, cento e vinte dias antes do término do período presidencial.

Cento e vinte dias fala o Estatuto Cívico. Fixou, dia a dia, a data. Funcionará o prazo em razão do término do mandato presidencial (dia 31 de janeiro, cinco anos após iniciado). Não disse o texto: "até 120 dias antes nem dentro de 120 dias". Expressou-se peremptoriamente: — "Cento e vinte dias antes...". O ato do Tribunal Superior Eleitoral é meramente declaratório. Não poderá designar outro dia, nem o Congresso igualmente, através de lei ordinária. — Concluíamos se manifestou o Código Supremo. A Constituição dos Estados Unidos, na Emenda 20 à Seção I, fixa até a hora do término do mandato presidencial: Ao meio dia do terceiro dia de janeiro quatro anos após essa mesma data. A Cláusula 2.ª da Seção 4 do art. I, fixava até



a hora exata em que o Congresso elegeria o Presidente da República. Na próxima sucessão, no Brasil, a data recairá numa segunda-feira. Daí a proposta de que seja feriado nacional, para permitir a todos que cumprem seu dever eleitoral, principalmente os trabalhadores da indústria e da agricultura.

A disposição é transitória: este ano o três de outubro será feriado, porque nesse dia realizam-se as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República. Aliás, sempre que estas se realizarem, será preciso que se declare o respectivo dia feriado, a não ser que coincida com domingo. Porque semelhante pleito *sempre* será travado no dia 3 de outubro. Andou mal a Constituição em regular rigidamente a matéria. Deveria ter dito, por exemplo: "no primeiro domingo dentro de 120 dias". Assim se evitaria criar mais um feriado, num país que já os tem tantos, nacionais estaduais e municipais, isso sem contar essa híbrida instituição, essa esdrúxula figura dos apelidados "pontos facultativos", cuja incerteza tantos males causam ao comércio e ao mundo dos negócios.

O art. 38 da Constituição Federal estatui que a eleição "para Deputados e Senadores far-se-á, simultaneamente, em todo o país".

Art. 20, § 2.º, da Constituição de Alagoas, estabelece a eleição concomitante dos deputados estaduais e dos vereadores municipais. E no art. 94 predetermina data fatal para as referidas eleições. Além da Constituição Federal, constituições estaduais além da alagoana, cuidam da matéria. Nessa conformidade, só por emenda constitucional a discriminação das datas poderá ser efetuadas.

3. — A emenda diz. "a justiça eleitoral não fará coincidir, em hipótese alguma, as eleições municipais, estaduais e federais". Como poderá a Justiça Eleitoral fazê-lo, se tais eleições têm, ou frequentemente, os termos assinalados pela Constituição ou pela lei?

A Justiça Eleitoral tem, na espécie, função supletiva. É o que dizem os art. 12, letra "e" e 17 letra "d" do Código Eleitoral. No silêncio da lei, poderá fixar a data. É o que não ocorre habitualmente, como demonstrou o Parecer.

N.º 3

Acrescente-se ao art. 27 um parágrafo:

Parágrafo único. Somente haverá eleições suplementares para cargos de representação proporcional, quando os votantes das seções anuladas e das não realizadas ultrapassem um décimo do total do comparecimento ao pleito apurado.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955 — Ruy Santos.

PARECER À EMENDA

N.º 3

Pela rejeição. O pressuposto que fundamenta a eleição suplementar é este: a renovação da eleição poderá influir na classificação das legendas ou na eleição dos candidatos majoritários. Não importa o número dos votantes. Importa a possível modificação que a votação renovada determinará na situação dos disputantes. A suplementar pode ser desnecessária, mesmo em 5.000 votos anulados. E poderá ser indispensável, num mínimo até de 10 ou 15 eleitores que votem em uma seção anulada. O critério aritmético mínimo ou máximo invalida por incoerência o princípio fundamental de que a suplementar é consertária. Já houve eleição em São Paulo no Município de Cafelândia, em que ocorreu empate, sendo proclamado Prefeito o concorrente mais idoso. Tentou-se, através de recursos, validar votos anulados. Mas a preclusão já operara seus efeitos. Uns votos, pois, e não somente uma seção eleitoral, podem decidir de uma eleição.

N.º 4

Acrescente-se ao parágrafo único do art. 14, após as expressões "Título eleitoral":

"sempre acompanhado de três retratos"...

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — Ruy Santos.

PARECER À EMENDA

N.º 4

Pela rejeição. Os futuros títulos, em sua extração originária, ou através de 2.ª via, terão fotografia, nos termos do art. 40, § 2.º, do Substitutivo. Aliás, o parágrafo único do art. 14 estabelece nova forma de obtenção de título por 2.ª via: sob o fundamento de estrago ou inutilização. Como o requerimento será obrigatoriamente



instruído com o título a ser substituído, essa mesma substituição não dará ensejo a fraudes ou irregularidades. Aqui é que não haverá ensanchar para elas. A emenda teria mais cabimento ao artigo que cuida da 2.<sup>a</sup> via por perda ou extravio. Mas o alistamento atual está praticamente findo futuramente, o art. 14 do substitutivo se entrozará com o 40, que exige a fotografia.

N.º 5

Onde couber:

Art. ... Após a apuração em cada mesa das respectivas Juntas Apuradoras, serão fornecidas aos fiscais, devidamente autenticadas pelos respectivos juizes, com as cautelas que evitem alterações propositais, relações dos candidatos e votos recebidos na dita mesa apuradora.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955.

#### Justificação

Com esta medida haverá melhor controle dos partidos da apuração final por parte dos respectivos Tribunais. — *Abg. Bastos*.

#### PARECER À EMENDA

N.º 5

Pela rejeição. A apuração do próximo pleito, na sua quase totalidade circunscrito aos cargos majoritários, é mais simples, sendo suficientes para resguardá-la as providências descritas no Título V — Da apuração — do Código Eleitoral. O que se deve é punir o não cumprimento das preceituações aí ordenadas às juntas eleitorais, principalmente o fornecimento aos delegados ou fiscais dos partidos os boletins diários dando conta da respectiva apuração. Para esse efeito, o Relator manifestou-se pela aprovação com subemenda n.º 153, estatuinto punição com multa e até destituição, em caso de reincidência, da junta responsável. A apuração é perante a junta eleitoral e os Tribunais Regionais e não perante cada mesa.

N.º 6

Artigo 37

Parágrafo que deve anteceder o parágrafo 1.º do artigo:

Quando se verificar doença ou mutilação impeditivas de aplicação deste artigo, a exigência se fará com o dedo mínimo da mão direita do eleitor.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Abg. Bastos*.

#### PARECER À EMENDA

N.º 6

O assunto estava regulado, de acordo com a sugestão da emenda, no parágrafo 3.º do art. 37 do substitutivo infelizmente não só da publicação do Diário do Congresso, como no avulso.

Aceitamos, pois, a emenda com subemenda que, além de restabelecer o dispositivo já aprovado pela Comissão, dá melhor redação ao atual parágrafo 2.º do substitutivo.

#### Subemenda

A) Acrescente-se ao art. 37 mais um parágrafo que será o 1.º, passando os atuais 1.º e 2.º e 3.º, respectivamente:

§ 1.º Se o eleitor se encontrar impossibilitado de utilizar o dedo mínimo da mão esquerda para o fim previsto neste artigo, seja em virtude de lesão física temporária ou permanente, seja por qualquer outro motivo, deverá ser assinalado, pela mesma forma, em lugar visível, de preferência no dedo mínimo da mão esquerda.

b) O parágrafo 2.º do art. 37, que passa a 3.º, terá a seguinte redação:

§ 3.º Não será admitido a votar o eleitor que, no ato da votação, apresente vestígio da tinta de que trata este artigo e seus parágrafos.

N.º 7

Parágrafo único do art. 32 — (Elimine-se).

#### Justificação

Se as ocorrências a que se refere o parágrafo são previstas no Código Eleitoral, não há necessidade de novas referências no projeto.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Abg. Bastos*.

#### PARECER À EMENDA

N.º 7

Pela aprovação. A boa técnica legislativa aconselha a supressão. Todas as normas do atual Código Eleitoral continuarão vigentes, desde que não revogadas expressamente. A remissão feita pelo art. 32 do Código Eleitoral foge ao sistema adotado pelo Substitutivo. É superfluidade, que deve ser corrigida.

N.º 8

Art. 25. As autoridades competentes nos casos de emergência usa-



rão a força federal, posta à sua disposição, para garantir a realização das eleições.

#### *Justificação*

Nos termos do substitutivo tem-se a impressão de que as eleições só são realizáveis quando garantidas por força federal. A emenda visa considerar a força federal como garantia, que só se transformará em prática, nos casos de emergência.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Abguar Bastos.*

#### *PARECER À EMENDA*

##### *PARECER À EMENDA N.º 8*

Pela rejeição. Todas as forças capazes de garantir a eleição devem ser mobilizadas e estar à disposição da autoridade eleitoral. A polícia municipal, a guarda civil, a polícia civil, as milícias estaduais, a guarda noturna, a força federal. Simultaneamente, todas elas estarão às ordens da autoridade eleitoral, que terá o arbítrio de mobilizá-la conforme as necessidades. A lei não deverá fixar critérios, de resto confiados ao julgamento subjetivo das autoridades de direito, pois poderá gerar os embaraços e as explorações de que a experiência atual tem sido fértil. Na emergência, os responsáveis pela ordem convocarão a força mais apropriada para assegurá-la. A lei não deverá discriminar qual delas. Isso se situa na área da competência e da responsabilidade da autoridade em causa.

##### *EMENDA N.º 9*

Substitua-se pelo seguinte o texto do Substitutivo aprovado:  
(Em anexo).

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — *Oscar Corrêa.*

*Introduz alterações no Código Eleitoral e dá outras providências.*

(Do Poder Executivo)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O requerimento de inscrição eleitoral será entregue pessoalmente em cartório pelo requerente, e instruído, obrigatoriamente, com a prova de residência e de identidade do eleitor.

Parágrafo único. As certidões de registro de nascimento feitas fora do prazo legal, na conformidade da legislação vigente, só terão valor, para fins eleitorais, como prova de idade, após um ano da data do mesmo registro.

Art. 2.º O título somente será assinado pelo juiz depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor, sob pena de multa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) aplicada de ofício pelo presidente do Tribunal Regional competente, e cobrada executivamente.

Art. 3.º O alistamento encerrar-se-á cento e vinte (120) dias antes da data marcada para a eleição.

Art. 4.º É expressamente vedada a expedição de 2.ª via de título dentro dos sessenta (60) dias anteriores à data do pleito, quando requerida sob alegação de extravio ou perda da 1.ª via; bem assim, a transferência de eleitor dentro do prazo de 120 dias anteriores à eleição, observado o disposto pelo artigo 39, § 3.º, do Código Eleitoral.

Art. 5.º Serão excluídos das listas de votação: a) os eleitores que não tiverem, até 90 dias antes da eleição, retirado de cartório os seus títulos eleitorais; b) os que tiverem deixado de votar, sem causa justificada, nas duas eleições anteriores ao pleito; c) aqueles cujo falecimento seja notório.

Art. 6.º O eleitor, a nenhum pretexto, sob pena de anulação da votação e responsabilidade do presidente da mesa receptora, nos termos do artigo 175 n.º 21 do Código Eleitoral, — poderá votar: a) sem a exibição do respectivo título; b) sem que conste da lista de votação o seu nome; c) em seção diversa daquela em que tiver sido incluído o seu nome, excetuados, apenas, os membros das mesas receptoras e os fiscais de partido, em número não superior a dois para cada um.

Parágrafo único. Não constando do título o retrato do eleitor, será exigida a exibição de documento que prove a sua identidade, mencionando-se a sua natureza na coluna de observações da folha de votação.

Art. 7.º É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos anexos, confeccionadas em papel opaco, e em cores diferentes para cada eleição quando realizada mais de uma simultaneamente.

§ 1.º Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas, além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos registrados (Mod. I); e nas eleições para a Câmara dos Deputados, As-



Lote: 32  
Caixa: 227  
PL N° 4601/1954  
29

sembléias Legislativas e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito. (Mod. II).

Parágrafo 2.º. Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numerária, mediante sorteio, para o efeito da votação (§ 3.º).

Parágrafo 3.º. Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas, por ele rubricadas no ato sob pena de nulidade e responsabilidade (Código Eleitoral. Art. 175, n. 21), o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará a tinta: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X) o nome do candidato da sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, dobrará e colocará a cédula ou cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente corresponderem, em número e cores, às que lhe foram entregues.

§ 4.º Se somente a legenda partidária tiver sido assinalada, apurar-se-á o voto apenas para o partido ou legenda; se somente o número do candidato, o voto será contado para esse candidato e para o partido correspondente.

§ 5.º Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinalada mais de uma legenda, ou número de candidato e legenda de partidos diferentes.

§ 6.º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior. A impressão, sob pena de responsabilidade de quem a ordenar, far-se-á, para cada eleição, em ordem de colocação variável de nomes e partidos, em tantos grupos quantos o seu número, de tal forma que, em cada grupo, figure na cabeça da cédula, nome ou partido diverso, com alteração na ordem dos subsequentes. A distribuição das cédulas pelas mesas receptoras será feita de modo que disponham todas elas, de vários grupos impressos, para que sejam entregues, indistintamente, aos eleitores, no ato de votar.

§ 7.º Aos Partidos Políticos é facultado afixar à porta ou no próprio recinto das secções eleitorais, e até dentro das cabines indevassáveis, cartazes contendo a relação dos seus candidatos e os respectivos números com que tiveram sido registrados.

Art. 8.º O registro de candidatos será feito, improrrogavelmente, até noventa (90) dias anteriores ao pleito, e, em se tratando de eleição pelo princípio proporcional, em número não excedente ao de lugares a preencher, quando superiores a dez (10).

Parágrafo único. A substituição de um candidato por outro só será permitida em se tratando de eleição pelo princípio majoritário, e em caso de falecimento do registrado, apurando-se para o substituto, se já impressas as cédulas de votação, os votos dados ao substituído.

Art. 9.º Para os efeitos do art. 125 do Código Eleitoral, somam-se aos votos anulados os votos em branco.

Art. 10. Nas eleições suplementares quando se referirem a cargo de representação proporcional, a votação far-se-á apenas nas legendas registradas.

11. As eleições serão sempre realizadas com a garantia da força federal, posta à disposição das autoridades eleitorais competentes.

Art. 12. No alistamento eleitoral, que se reabrirá em 1.º de janeiro de 1956, os títulos eleitorais serão substituídos por "fôlhas individuais de votação", de acordo com o modelo anexo (n.º III).

§ 1.º As "Fôlhas individuais de votação" serão conservadas em pastas, uma para cada secção eleitoral; remetidas às mesas receptoras das respectivas secções por ocasião das eleições, serão, findos os trabalhos da apuração, devolvidas a cartório, onde serão guardadas.

§ 2.º Ao alistar-se receberá o eleitor apenas um cartão (mod. IV) contendo a indicação, por extenso, da secção eleitoral em que tiver sido inscrito, à qual ficará vinculado permanentemente para todas as eleições que se realizarem, salvo em caso de transferência de zona ou município, quando a "fôlha" será enviada ao juízo eleitoral do novo domicílio.

§ 3.º O eleitor será admitido a votar ainda que deixe de exibir o cartão a que se refere o parágrafo anterior; nesse caso a prova de ter



votado será feita mediante certidão que obtiver, posteriormente, do juiz competente.

§ 4.º No caso de omissão da folha individual na respectiva pasta, verificada no ato da votação, será o eleitor, não obstante, admitido a votar dês que exiba o cartão de inscrição na secção, sendo o seu voto tomado em separado. Como ato preliminar da apuração do voto, será averiguado em cartório o motivo da omissão. Se tiver ocorrido por culpa ou dolo do escrivão, a êste será aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até 30 dias, na segunda, a de detenção, por 1 a 3 meses ou multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00.

§ 5.º A partir de 1.º de julho de 1956 perderão seu valor todos os títulos eleitorais até então expedidos, os quais serão substituídos por folhas individuais de votação, de acordo com as instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

#### *Disposições Transitórias*

Art. 13. Imediatamente após o encerramento do alistamento (art. 3.º), iniciarão os juizes eleitorais a organização das listas de votação para a eleição de 3 de outubro do corrente ano, as quais serão publicadas até 30 dias antes do mesmo pleito, sob pena de multa de Cr\$ 2.000,00 imposta, de ofício, ao responsável pelo Presidente do Tribunal Regional, e cobrada executivamente.

§ 1.º A organização das listas, observado o disposto no art. 5.º, será feita, com a assistência de delegados

dos Partidos especialmente credenciados para êsse fim à vista dos processos de inscrição existentes no cartório, notadamente daqueles em que haja denúncia ou fundada suspeita de irregularidades.

§ 2.º Serão, pelo juiz eleitoral, excluídos do alistamento e das folhas de votação aqueles eleitores cuja inscrição não tiver preenchido, manifestamente, as condições ou requisitos legais, cabendo dessa decisão recurso voluntário, sem efeito suspensivo, e no prazo de três dias, para o Tribunal Regional.

Art. 14. Os títulos dos eleitores que votarem nas eleições de 3 de outubro serão retidos pelas mesas receptoras e enviados, afinal, com as respectivas folhas de votação, aos competentes cartórios eleitorais.

§ 1.º Na hipótese de eleições suplementares e de outras que eventualmente se realizarem até 1.º de julho de 1956, aquêles eleitores votarão nas mesmas secções em que tiverem votado em 3 de outubro, a cujas mesas receptoras serão presentes, para êsse fim, os títulos retidos.

§ 2.º A partir de 1.º de janeiro de 1956 os títulos assim retidos poderão ser substituídos, a requerimento dos interessados, após a competente revisão da inscrição, por folhas individuais de votação como se dispõe no art. 12.

Art. 15. É considerado feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas tôdas as disposições em contrário.



Lote: 32  
PL N° 4601/1954  
30

Lote: 32

Lote: 32  
PL N° 4601/1954  
30

Lote: 32  
PL N° 4601/1954  
30

Modèle I—Veracé



PARA \_\_\_\_\_ (\*)

五五五

.....  
tribuna do presidente da mesa receptora


(\*) Presidente da República — Vice-presidente — Senador — Governador — Vice-governador — Prefeito — Vice-prefeito.



Modelo II - Verso

(rubrica do presidente da mesa receptora)

Modelo II



PARA ..... (\*)

Voto em legenda	Partidos ou Legendas	N.º do candidato
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

(\*) 1) Deputados federais; 2) Deputados à Assembleia Legislativa; 3) Vereadores.



(MODELO Nº 3)



\_\_\_\_\_  
Sobrenome do Eleitor

## JUSTIÇA ELEITORAL

\_\_\_\_\_  
CIRCUNSCRIÇÃO

\_\_\_\_\_  
ZONA

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO

\_\_\_\_\_  
SEÇÃO

\_\_\_\_\_  
RUBRICADO

### FOLHA DE VOTAÇÃO

\_\_\_\_\_  
IMPRESSÃO DIGITAL  
DO  
POLEGAR DIREITO

De \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
NOME POR EXTENSO DO ELEITOR

\_\_\_\_\_  
DATA DO NASCIMENTO

\_\_\_\_\_  
NATURALIDADE

\_\_\_\_\_  
ESTADO-CIVIL

FILIAÇÃO

\_\_\_\_\_  
PAI

\_\_\_\_\_  
MÃE

\_\_\_\_\_  
PROFISSÃO

\_\_\_\_\_  
RESIDÊNCIA

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO ELEITOR

\_\_\_\_\_  
DE

\_\_\_\_\_  
DE 10

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO JUIZ

### ANOTAÇÕES

Caixa: 227

Lote: 32  
PL Nº 4601/1954

31



[illegible]



Lote: 32 Caixa: 227  
PL Nº 4601/1954  
32



(MODELO IV)  
FRENTE

JUIZO ELEITORAL DA ..... ZONA  
DO

ESTADO DE ..... (.....)  
.....  
(MUNICÍPIO)

O SR. ....

É ELEITOR NESTA ZONA, INSCRITO EM ..... / ..... / 195.....

E VOTARÁ NA ..... SEÇÃO ELEITORAL.  
(POR EXTENSO)

..... DE ..... DE 195.....

O Juiz Eleitoral,



# VOTOU:

VERSO

Em..... / ..... / 19.....  ..... RUBRICA DO PRESIDENTE	Em..... / ..... / 19.....  ..... RUBRICA DO PRESIDENTE	Em..... / ..... / 19.....  ..... RUBRICA DO PRESIDENTE
Em..... / ..... / 19.....  ..... RUBRICA DO PRESIDENTE	Em..... / ..... / 19.....  ..... RUBRICA DO PRESIDENTE	Em..... / ..... / 19.....  ..... RUBRICA DO PRESIDENTE
Em..... / ..... / 19.....  ..... RUBRICA DO PRESIDENTE	Em..... / ..... / 19.....  ..... RUBRICA DO PRESIDENTE	Em..... / ..... / 19.....  ..... RUBRICA DO PRESIDENTE
Em..... / ..... / 19.....  ..... RUBRICA DO PRESIDENTE	Em..... / ..... / 19.....  ..... RUBRICA DO PRESIDENTE	Em..... / ..... / 19.....  ..... RUBRICA DO PRESIDENTE



*Parecer à emenda n.º 9*

Pela rejeição.

A emenda n.º 9 é, na realidade, um Substitutivo ao Substitutivo da Comissão Mista.

A Comissão Mista, como declarou o relator em seu parecer, valeu-se do projeto n.º 94, enviado pelo Executivo à Câmara dos Deputados, como um dos seus subsídios principais.

A emenda n.º 9 nada mais é do que a reprodução "*verbis*", do referido projeto n.º 94.

O parecer é contrário por dois motivos principais:

1) dos 16 artigos do referido projeto 94 e, conseqüentemente, da emenda n.º 9, cerca de 13 deles foram aproveitados, embora em certos casos com modificações, no Substitutivo já enviado pela Comissão Mista à Câmara dos Deputados.

2) como já foi dito, a adoção em emenda n.º 9 iria quebrar todo o sistema adotado pela Comissão Mista, na elaboração do Substitutivo de sua responsabilidade, anulando praticamente todo o seu trabalho anterior.

N.º 10

Onde couber:

Artigo — E' admitida a inscrição eleitoral e conseqüente voto do cego alfabetizado pelo sistema denominado "Brasille".

§ 1.º O cego fará o seu requerimento em "Braille" e o lerá em seguida, perante o Juiz Eleitoral de seu domicílio, em audiência previamente marcada e nos termos da lei.

§ 2.º O título será igual aos demais e conterá, além dos requisitos exigidos, apenas a palavra cego ao lado do nome do eleitor.

§ 3.º O voto do cego será sempre tomado em separado. No decorrer da votação o cego procederá como as pessoas de vista, conforme a lei, exceto com relação à assinatura da folha de votação. O cego não assinará a folha, mas deixará no princípio da linha sua impressão digital, enquanto o presidente da mesa, logo em seguida, lançará na referida linha, em presença dos demais componentes, a justificativa de que o eleitor é cego.

§ 4.º O cego usará preferencialmente a cédula escrita em "Braille", levando-a consigo quando fôr votar. Esta cédula deverá ser feita obedecendo a todas as demais exigências legais.

§ 5.º A apuração do voto em "Braille" será à vista de um alfabeto desse sistema, autêntico ou impresso, de existência obrigatória em cada Junta apuradora.

§ 6.º Cada seção eleitoral, além do material exigido por lei, terá obrigatoriamente, material necessário para impressão digital.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955.  
— França Camp<sup>os</sup>.

*Justificativa*

Faço minhas as palavras de numerosos cegos, residentes em Belo Horizonte, com as quais, certamente, estarão todos os cegos do Brasil, em memorial que me remeteram, pleiteando, perante o Congresso Nacional, o direito de votarem.

O art. 132 da Constituição Federal bem como a Lei Eleitoral declaram o seguinte: "Não podem alistar-se eleitores: a) os analfabetos; b) os que não saibam exprimir-se na língua nacional; c) os que estejam privados temporária ou definitivamente dos direitos políticos. Parágrafo único: Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, etc".

O art. 87, § 7.º diz: "O eleitor cego poderá votar desde que possa assinar a folha de votação em letras do alfabeto comum".

Se atentarmos para os dispositivos acima, veremos, claramente, que o cego alfabetizado pelo sistema "Braille" é perfeitamente alistável, dependendo apenas da regulamentação do processo de alistamento e exercício do voto, a menos que o legislador o tenha como analfabeto, o que seria absurdo. Não é possível considerar-se como tais indivíduos que, embora usando caracteres diferentes, escrevem e lêem as mesmas letras do nosso alfabeto. Escrevem não só a máquina mas do próprio punho. E, substituindo a tinta pelo alto relêvo e a vista pelo tato, escrevem e lêem com a mesma rapidez das pessoas de vista. Enviam e recebem mensagens manuscritas, estudam em livros e chegam a adquirir cultura geral e se salientar, muitas vezes, nas letras e nas artes, como é sobejamente sabido. Notório é que o cego alfabetizado pelo sistema "Braille", somente difere dos demais alfabetizados pelo modo de escrever e de ler. E se é assim, urge, portanto, que o Congresso Nacional faça, sem mais delonga, essa tão esperada regulamentação. O que não é possível é que o Legislativo, na impossibilidade de remover pequenos obstáculos, continue, por mais tempo,

Lote: 32  
Caixa: 227

PL N.º 4601/1954

33



privando um grande número de cidadãos alfabetizados, esclarecidos, conscientes de seus deveres cívicos e, não raras vezes, até cultos, de um direito líquido e certo, ou seja, um dos direitos essenciais de que deve gozar todo cidadão livre e consciente, o direito de escolher seus governantes. E não são poucos os que estão impedidos de exercer o voto por essa razão. Segundo o último censo demográfico existem no Brasil 75.000 cegos. É tranquilo e fora de dúvida que nesse número se inclui grande porcentagem de cidadãos alistáveis.

Se aprovado o projeto de reforma da Lei Eleitoral, digo se aprovado o substitutivo, tal como está, nem mesmo os cegos que escrevem pelo sistema comum poderão mais votar. Daí mais se alargará o número dos impedidos e, conseqüentemente, mais se acentuará a necessidade de uma providência garantidora dos direitos desses cidadãos.

Alegam que o "Braille" é letra de forma e deste modo, as letras de um cego não diferem das letras dos demais cegos. Pouco importa, uma vez que para eliminar qualquer dúvida o cego poderá fazer o seu requerimento diante do próprio juiz. Além disso, o "Braille" é o único processo pelo qual o cego pode, realmente, escrever e ler.

Quanto à assinatura do título e da folha de votação, não nos parece de extrema importância, pois, que, na verdade, nada poderá identificar com mais precisão do que a fotografia e, sobretudo, a impressão digital.

Sugerimos a cedual "Braille" para que o cego possa votar com absoluta

consciência, o que nos parece um dos requisitos essenciais do voto livre. E embora isso venha identificar o voto como sendo de um cego, só acidentalmente votante. Aconteceria isso quando na mesma seção votasse um só cego ou quando votassem todos no mesmo candidato. Mas, também, o voto das pessoas de vista, em determinados casos, perde o sigilo. *peri* sos, perde o sigilo. Haja vista quando todos os eleitores da mesma seção votam no mesmo candidato, o que alias já aconteceu. O que é suficiente e digno de nota é que a cédula em "Braille" nem de leve ferirá o art. 54 do Código vigente.

Há quem alegue que o "Braille" não é reconhecido como alfabeto nacional. Ainda assim, seria de incontestável justiça que, em atenção ao grande número de cegos brasileiros, se reconhecesse em lei um alfabeto modelo com a respectiva tradução, mesmo que fosse para fins eleitorais exclusivamente. E, então munido de instrumento dessa natureza, fácil seria aos Cartórios e às Juntas Apuradoras interpretarem os requerimentos de inscrição e as cédulas "Braille", com a mais absoluta clareza. Mas nada impede que adote-se para as próximas eleições o conhecido alfabeto "Braille", do qual juntamos um exemplar.










Fica, portanto, aqui, nossa sugestão, e cremos que dessa forma seria sanada mais uma grande lacuna de nossa legislação eleitoral e garantido o exercício natural de um direito há longos anos reclamado e sempre relegado sem justificativa ponderável e convincente.

— *França Campos.*




A L F A B E T O B R A I L L E




A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
U	V	X	Y	Z	Ç	Ê	Á	Ê	Ú
À	Ê	Ï	Ô	Ù	Ä	Ë	Ü	Ö	Ó
Í	Ó	À	SINAL DE ALGARISMO NIPSH		APÓSTROFO				


1	2	3	4	5	6	7	8
9	10	100	1000				







Caixa: 227

Lote: 32  
PL N° 4601/1954  
34



*Parecer à emenda n.º 10*

Pela rejeição, pela preliminar de inoportunidade na lei de emergência que ora se quer elaborar. A simples leitura da emenda comprova sua complexidade. Na lei de emergência só devem constar os preceitos exequíveis na eleição de 3 de outubro, esse o critério imposto à Comissão pela Resolução n.º 8.

A matéria deverá ser examinada e decidida posteriormente. A emenda França Campos consubstancia valiosa contribuição para respeito ao direito dos cegos de votarem. Aliás, embora por forma diferente, esse direito já é assegurado pelo art. 87, § 7.º, do Código Eleitoral. E o relator pronunciou-se favoravelmente à emenda número 11, também oportuna iniciativa do nobre Deputado França Campos, determinando a instalação de mesa receptora nas coletividades de cegos.

Pelas razões apontadas no Parecer à emenda n.º 11, esta emenda poderia ser havida até como prejudicada.

*N.º 11*

Fica assim redigido o art. 7.º:

Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive para cegos e leproários.

Sala das Sessões, 24 de maio de 1955. — *França Campos.*

*Parecer à emenda n.º 11*

Pela aprovação. O art. 87, § 7.º, do Código Eleitoral, disciplina providências para o eleitor cego votar. O cego não figura entre os inabilitados pela Constituição para votar. Tem esse direito, como qualquer outro cidadão. E no Brasil as estatísticas atestam existirem cerca de 100.000 patricios sem vista. Para facilitar-se o exercício do direito-dever do voto, justo é que nos estabelecimentos onde se concentrem sejam localizadas urnas. Poupar-se-iam, assim, às dificuldades e até aos riscos de locomoção. Sempre que possível a justiça eleitoral deve ir até ao eleitorado e não o inverso. E' o que quer a oportuna emenda França Campos. A forma pela qual tão grande número de eleitores tenha seu direito político resguardado é problema de regulamentação. E o poder competente para expedí-la é a justiça eleitoral. E' o que dizem as letras d e t do artigo 12, do Código Eleitoral. A letra d constitui caso de habilitação de autoridade, em que o Tribunal

Superior Eleitoral pode até, face a caso omissso e urgente, produzir normas materialmente legislativas. Quanto mais mera regulamentação para exercício de direito proclamado na Constituição e reconhecido no art. 87, § 7.º, do Código Eleitoral e no art. 7.º do Substitutivo.

*N.º 12*

Substitua-se no parágrafo único do at. 30 a expressão "o mesmo prazo" por *igual prazo*.

Sala das Sessões, em 21-5-55. — *Teixeira Gueiros.*

Nota: A justificação será feita oralmente em plenário.

*Parecer à emenda n.º 12, com subemenda*

Pela aprovação. Trata-se de emenda redacional, que evitará ambiguidade na interpretação. Realmente, o prazo é "igual", isto é, 3 dias. "Mesmo prazo" poderia levar à exegese de que dentro dos mesmos 3 dias, devesse ser o recurso interposto e decidido. Os prazos são distintos.

Deverá ser aprovada a emenda número 12 com a seguinte subemenda:

Também no art. 30, onde está:

"do mesmo prazo"

escreve-se:

"de igual prazo".

A subemenda é consequência da emenda. A redação "igual prazo" deve ser uniformizada no art. 30 e no seu Parágrafo único.

*N.º 13*

Art. ... (onde couber).

O uso do retrato a que se refere o art. 40 § 3.º do Substitutivo Ulisses Guimarães, somente se tornará obrigatório para o alistamento às eleições que se processarem a partir de 2 de janeiro de 1956.

Nota: A justificação será apresentada oportuna e oralmente em plenário.

Sala das Sessões, em 21-5-55. — *Teixeira Gueiros.*

*Parecer à emenda n.º 13*

Além de redigida defeituosamente, inclusive na parte em que faz remissão ao § 3.º do art. 39, visa a adotar uma providência já consagrada expressamente no art. 40, do qual o § 3.º é um desdobramento, não podendo, assim, haver dúvida de que a formalidade do retrato nos títulos eleitorais somente será exigida a partir de 1 de janeiro de 1956.

Parecer contrário.



N.º 14

*Subemenda modificadora*  
*2.ª*  
O art. 8.º do Substitutivo, após as palavras "sob pena de demissão" redija-se pela seguinte forma: "os membros dos diretórios dos partidos políticos, os candidatos a cargos eletivos e os parentes destes, até o 3.º grau consanguíneo ou afim".

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — *Nicanor Silva*.

PARECER À EMENDA N.º 14,  
COM SUB-EMENDAS

Pela aprovação. A regra é que o impedimento se estenda aos parentes até o 2.º grau inclusive. Se o candidato não pode ser escrivão eleitoral, suspeito por presunção de parcialidade, não poderão sê-lo, igualmente, o pai, o irmão, o marido ou a mulher, etc. O art. 140 da Constituição Federal fixa as inelegibilidades por parentesco até 2.º grau. A emenda, porém, deve sofrer as alterações ora oferecidas como subemenda:

*subemenda modificadora*  
1.ª — Após "cargos eletivos" continue-se "assim como do cônjuge e os parentes destes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau".

A inclusão do cônjuge, por motivos óbvios, é indispensável. Mais do que qualquer parente, ele é suscetível de parcialidade. Aliás a explicitação do cônjuge sempre se faz em nossa legislação, nas hipóteses semelhantes, como o próprio art. 140 do Estatuto Cívico oferece exemplo. Aliás, ainda que em termos genéricos e por extensão, a espécie está regulada no art. 15, § 7.º, do Código Eleitoral.

Aqui está dito que "Perante o Tribunal Regional e nem recurso voluntário para o Tribunal Superior, qualquer interesse poderá arguir a suspeição dos seus membros da Procuradoria Regional ou de funcionários de sua Secretaria, assim como dos juizes e escrivães eleitorais, nos casos previstos na lei processual civil e por motivos de parcialidade partidária, mediante o processo previsto em regimento". Contudo, nem a matéria tem ensejado interpretações que não resguardam contra a parcialidade, tal qual ora é regulada, opinamos pela aceitação, com subemendas, da emenda n.º 15, pois taxativamente especifica a proibição e automaticamente determina o afastamento em casos discriminados, sem necessidade de provocação pelas partes. Além do mais, estabelece o limite do parentesco.

2.ª Subemendas — Exclua-se "e como funcionário de qualquer órgão da justiça eleitoral". A generalização é imprópria. O impedimento deve se circunscrever às autoridades e funcionários categorizados. Estendê-lo a todos os funcionários, inclusive os mais humildes, significará à justiça eleitoral. Nos Estados maiores, São Paulo por exemplo, teríamos, por ocasião da eleição de deputados, entre estes e os diretórios, inclusive os de mais de 400 municípios e de 12 partidos cerca de 30.000 pessoas afastando componentes de "qualquer órgão da justiça eleitoral". Aliás o já mencionado art. 15, § 7.º do Código Eleitoral faz menção aos juizes e escrivães eleitorais.

N.º 15

*subemenda*  
Ao artigo 2.º:

Onde se lê: registrando-o no livro competente e, depois de autuá-lo, o fará concluso ao Juiz Eleitoral, que dentro do prazo máximo de cinco dias o despachará", diga-se: "registrando-o no livro competente e, depois de autuá-lo, dentro do prazo de 24 horas do seu recebimento, o fará concluso ao Juiz Eleitoral, que dentro do prazo máximo de cinco dias o despachará".

Justificação

A emenda tem em vista estabelecer prazo para que o escrivão organize o processo e o faça conduzir ao Juiz, para despachá-lo.

Não seria razoável se deixasse ao alvedrio do escrivão a execução desse trabalho simplíssimo, sem a fixação de prazo para realizá-lo, tal qual se fez em relação ao Juiz.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — *Arino de Matos*.

PARECER À EMENDA N.º 15,

COM SUB-EMENDAS

Pela aprovação, com subemendas O prazo para o escrivão eleitoral quando receba requerimento de inscrição, a fim de autuá-lo, se entrosa na sistemática do Substitutivo de sempre assinalar prazo para cumprimento das providências eleitorais, a fim de resguardar em tempo hábil os direitos ofendidos dos eleitores ou dos partidos. O escrivão deve diligenciar no sentido do pronto encaminhamento dos autos ao juiz. Para isso o prazo é medida oportuna, pois seu desatendimento acarretará as penas do n.º 15, do art. 175, do Código



Eleitoral. E' exíguo, contudo, o prazo de 24 horas. Deve ser de 48 horas. Outra correção que deverá ser feita é que a emenda se refere ao art. 1.º e n.º 2.º, como erroneamente remete a emenda n.º 15.

São as seguintes, as subemendas:

- 1.ª) — Onde está, no art. 1.º, "24 horas" diga-se "48 horas".  
2.ª) — Onde está na Emenda n.º 15 "ao art. 2.º", redija-se "ao artigo 1.º".

O prazo é bom, inclusive para proteger contra delongas o alistamento, pedido por partidos não simpáticos ao escrivão.

#### N.º 16

Ao artigo 3.º:

Onde se diz: "pelo próprio Juiz Eleitoral, pelo Juiz preparador, ou pelo escrivão especialmente designado para esse fim". diga-se: "pelo próprio Juiz Eleitoral, pelo Juiz preparador, pelo escrivão ou por funcionário especialmente designado para esse fim".

#### Justificação

Seria equitativo que a entrega do título se fizesse na zona urbana como se estabeleceu com referência à rural.

O projeto adotou anterior mais restrito, não admitindo a interferência de procurador ou de delegado de partido na entrega alusiva a eleitores da cidade.

Parece-nos, entretanto, que não se deva excluir a colaboração de funcionário especialmente designado para o fim.

A prática nos tem mostrado que nem sempre o Juiz, o preparador e o escrivão podem desempenhar-se do mister de entrega de título, tendo sido produtiva a ação de outros funcionários atuantes na Justiça Eleitoral na execução desse serviço.

Dai, a modificação do texto que propomos, incluindo também os funcionários especialmente designado.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — Arino de Matos.

#### PARECER À EMENDA N.º 16

Pela rejeição. O substitutivo facilitou o que era possível: a entrega do título ser feita, além do juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou pelo escrivão eleitoral. A rigor o ato devia ser efetuado pelo juiz eleitoral. Fa-

cilitou também o substitutivo, determinando a locomoção das mesmas autoridades até os distritos, povoados e zona rural, para o mesmo efeito (art. 6.º). A entrega do título é importante. Tanto assim que se deliberou a presença pessoal do eleitor para recebê-lo, não se aceitando a representação por procurador ou delegado. O que se quer é evitar a manipulação dos títulos pelos cabos eleitorais, o que começava do recebimento dos mesmos. Há mais, porém. Ainda na entrega, certas fraudes podem ser desmascaradas, notadamente quanto à identidade. Só funcionários categorizados podem ser incombidados desse mister, para que sejam responsabilizados por irregularidades. Anote-se, ainda, a remissão errada da emenda n.º 16: ela se vincula aos artigos 5.º e 6.º e não ao art. 3.º. O presente parecer aproveita a emenda n.º 51, que versa sobre matéria semelhante.

#### N.º 17

Ao art. 1.º.

"Parágrafo — Não terá valor para a inscrição eleitoral certidão Acrescente-se como parágrafo:

do registro de nascimento efetuado a menos de seis meses da data do pedido de alistamento".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — Martins Rodrigues.

#### PARECER À EMENDA N.º 17

Pela rejeição, inclusive por inconstitucionalidade. O art. 31, n.º IV da Constituição proíbe a recusa de fé aos documentos públicos. Uma vez efetuado o registro do nascimento, a respectiva certidão faz fé pública. Para todos os efeitos, inclusive patrimoniais, para casamento, matrículas em colégios, etc. O que não é jurídico, será uma lei instituir um meio de documentação, que leis posteriores arguam de suspeito, frágil ou incerto. Principalmente para fins eleitorais, em que se reconhece fé mesmo a certidões de batismo. (Art. 33, "c" do Código Eleitoral).

#### N.º 18

Ao art. 7.º, parágrafo único — Passe a parágrafo 1.º. Acrescente-se, em seguida:

"Parágrafo 2.º — Em nenhuma hipótese, poderá ser usada a propriedade ou habitação de candidato, de membro de diretório ou de delegado de partido, bem como de parente de



qualquer deles até o terceiro grau, inclusive, nem ainda de autoridade policial, para nele funcionar mesa receptora”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA N.º 18, COM  
SUBEMENDA

Pela aprovação, com esta redação, adotando alterações oferecidas como subemenda:

Art. “E expressamente vedado o uso de propriedade ou habitação, para funcionamento de mesa receptora, pertencente a candidato, membro de diretório de partido, delegado de partido ou autoridade policial, bem como dos respectivos cônjugues e parentes, consaguíneos ou afins, até 2.º vrau”.

O preceito amplia os impedimentos relacionados no art. 79, § 2.º, do Código Eleitoral. Estende a proibição aos parentes, mesmo os dos delegados de partido ou membros de diretório partidário. Essa é a sistemática adotada, na espécie, pela legislação vigente. Até em matéria da responsabilidade política da inelegibilidade, como refere o art. 140 da Constituição Federal.

Por isso o relator manifestou-se pela adoção de emenda ao art. 8.º do Substitutivo, fiel ao princípio e ao mesmo escalonamento do parentesco.

Se uma pessoa é, por presunção, suspeita, seu cônjuge e seus parentes próximos também o são. Por contaminação, o impedimento deve ser estendido. A emenda o faz até o 3.º vrau. Deve ser até o 2.º, conforme sistematicamente o tem decidido a legislação vigente, como testemunham o art. 140 da Constituição Federal e o art. 79, § 2.º do Código Eleitoral.

A subemenda subordina a matéria ao sistema. Outra inovação da subemenda: incluiu a autoridade policial na vedação. Sabe-se que às vezes é ela instrumento do situacionismo. Tudo deverá fazer para proteger o pleito contra tais beleguins, responsáveis por acontecimentos violentos que envergonham nossa democracia.

N.º 19

Ao art. 11 — Redija-se assim:

“Art. 11 — O alistamento encerrar-se-á cem dias antes da data marcada

para a eleição, não podendo ser recebido requerimento de inscrição eleitoral depois dessa data e até a reabertura do alistamento (Código Eleitoral, art. 64, § 2.º)”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA N.º 19

Pela rejeição. A remissão é interpretativa e dispensável. Foge à técnica legislativa de todo o Substitutivo. Ou a remissão se faz sempre ou jamais, para evitar interpretações equivocadas. O Substitutivo, em alguns passos, se refere a dispositivos do Código Eleitoral. Mas não se trata de remissão pura e simples, mas de aplicar, por extensão, os mesmos a preceitos de lei nova. A reabertura do alistamento se opera pelo § 2.º do art. 64, do Código Eleitoral. Não tendo sido revogado, como tudo mais que o não foi, continua a vigir. Legisla de novo, sobre a espécie, seria superflua superfetação.

N.º 20

Ao artigo 18 — Redija-se assim:

“A organização da lista dos eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, observado o disposto no artigo 17 desta lei e no artigo 66 e parágrafos do Código Eleitoral, será feita com a assistência e fiscalização dos delegados de partido, à vista das fichas dos títulos eleitorais e dos processos de inscrição, de transferência e de expedição de segundas vias.

§ 1.º — Serão excluídos, pelo juiz eleitoral, das folhas de votação e das listas de eleitores aqueles cuja inscrição não houver preenchido, manifestamente, as condições ou requisitos legais.

§ 2.º — Dessa decisão cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, manifestado pelo eleitor ou por delegado de partido, no prazo de três dias. O recurso não terá efeito suspensivo.

§ 3.º — O Tribunal Regional decidirá no prazo de cinco dias o recurso a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4.º — Poderá também reclamar verbalmente, por escrito ou por telegrama ao juiz eleitoral ou ao Tribunal Regional Eleitoral o eleitor cujo nome tenha sido omitido ou figure erradamente na lista, observado, para esse



fim, o disposto no artigo 67, parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do Código Eleitoral”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER A EMENDA N.º 20, COM SUB-

EMENDA

Pela aprovação, com as modificações decorrentes das seguintes subemendas:

1.º) No § 2.º da emenda, suprima-se: “O recurso não terá efeito suspensivo”. Pelo art. 156 do Código Eleitoral não o tem, como regra. A regra é seu devolutivo o recurso. A Comissão apresentou subemenda suprimindo do art. 18, § 1.º, do Substitutivo a referência supérflua.

2.º) Substitua-se no § 2.º da Emenda o adjetivo “manifestado” por “interposto”.

3.º) Acrescente-se no § 3.º da Emenda “Eleitoral” após “Regional”.

4.º Suprima-se o § 4.º da Emenda. A Emenda é até o § 3.º redacional. Torna mais claro o texto e com boa técnica legislativa ordenou todo o recurso cabível na espécie na autonomia de um parágrafo (§ 2.º).

As subemendas, igualmente, até a 3.ª, inclusive, são redacionais.

Não será demasia já se ir preocupando com a concisão e pureza da so se deva cuidar, regimentalmente, linguagem da futura lei, embora disso se deva cuidar, mentalmente, na redação final. Mas cooperação, ainda que meramente vernacular, como a em boa hora trazida pelo operoso Martins Rodrigues, caracteriza o empenho, até apaixonado, do Congresso em dar ao País boa legislação eleitoral, a começar pela língua escoreita com que enunciará suas preceituações.

O parágrafo 4.º é meramente remissível do art. 67 do Código Eleitoral. Será superfetação dispensável. O Substitutivo perfilhou a técnica legislativa de não fazer remissões puras ou simples. Fazê-lo agora, significará quebrar todo o sistema.

N.º 21

Ao artigo 19 — Substitua-se pelo seguinte:

“Art. 19 — O eleitor só poderá votar, em regra, satisfeitas as seguintes exigências: — a) — exibição do respectivo título de eleitor; b) — constando o nome da seção eleitoral em que deva votar.

§ 1.º — Todavia, os eleitores cujo nome não conste da lista de votan-

tes da seção, ou nela figure com inexatidão, poderão votar na seção especial a que se refere o art. ...., ou, se ela não funcionar, na própria seção em que deviam fazê-lo, mas sempre com as cautelas do § 4.º, letras a, b e c, do artigo 87 do Código Eleitoral.

§ 2.º — Não pertencendo o eleitor à seção e não constando do título a fotografia, será obrigatória a exibição de documento de identidade, que ficará retido, juntamente com o título, até a apuração.

§ 3.º — No caso do parágrafo 1.º, não se fará a apuração dos votos tomados em separado pelo motivo ali previsto senão depois de verificar a Junta Eleitoral a legitimidade da inscrição e a identidade do eleitor, bem assim não haver ele votado em outra seção da mesma zona.

§ 4.º — Verificada a ocorrência a que se refere o artigo 1.º, a Junta Eleitoral, antes de encerrar seus trabalhos, apurará a causa da omissão. Se tiver havido culpa ou dolo do juiz ou do escrivão eleitoral, ser-lhe-á aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até trinta dias, e, na segunda, a de detenção por um a três meses, ou multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00 cabendo ao Tribunal Regional Eleitoral a aplicação da penalidade ao juiz”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER DA EMENDA N.º 21

Pela rejeição. A emenda excepciona a vedação dos arts. 12 e 21 do Substitutivo como novos casos. O grande mérito da exigência de só admitir, o voto do eleitor na respectiva seção eleitoral, e exclusivamente nela, será o de vigor com rigor quase absoluto. Do contrário cairemos no regime atual, propiciador, na espécie, de tantas fraudes. Outras providências aventadas pelo eminente autor da emenda deverão ser examinadas em ulterior oportunidade.

N.º 22

Ao artigo 20 — Redija-se assim:

“Art. 20 — Salvo o disposto nos parágrafos seguintes, é vedada a votação em seção eleitoral diversa daquela em que o eleitor tiver o seu nome incluído”.

Acrescente-se, como parágrafo 6.º:

“§ 6.º — Quando os fiscais de partido votarem em seção diversa daquela em que o seu nome esteja incluindo (§ 1.º) a apuração dos seus



votos não se fará sem que, antes, a Junta Apuradora competente verifique se os mesmos votaram em outras seções da mesma zona".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA N.º 22, COM  
SUB-EMENDA

Pela aprovação, com a seguinte sub-emenda: suprima-se o parágrafo 6.º proposto. Nessa parte, a emenda é redacional. Corrigirá evidente lapso tipográfico. Obviamente a exceção à vedação do art. 20 não se circunscreve ao parágrafo 4.º do mesmo.

A providência focalizada no parágrafo 6.º da emenda 22 é dispensável, por estes motivos principais.

1.º) O título do fiscal que votar fora de sua sessão será detido, pois votará em separado (parágrafo 1.º do art. 20 do Substitutivo)

2.º) O fiscal só poderá votar perante a mesa receptora, cujos serviços está credenciado a fiscalizar (parágrafo 1.º do art. 20).

3.º) Não poderá votar em qualquer outra seção, primeiro porque não tem título, retido na votação, segundo porque não poderá votar a não ser nas condições especialíssimas referidas no art. 20.

O Parecer da Comissão Mista, quanto a essa parte da Emenda, é reconhecer seu louvável propósito mas que a matéria deverá ser examinada e decidida quando da tramitação de posterior Reforma da Lei Eleitoral.

N.º 23

Ao parágrafo único do artigo 23 — Substitua-se pelo seguinte:

"Parágrafo 1.º — Sem a prova de que votou na última eleição, ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

a) inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se nele ou nela;

b) receber o vencimento, remuneração ou salário do emprego ou função pública, ou os proventos da inatividade, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

c) formular requerimento, por si ou por procurador, e repartição pública federal, estadual ou municipal, ou a entidade autarquia;

d) estar em juízo como autor, réu, assistente ou oponente;

e) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos

Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

f) pleitear o gozo de favores ou isenções estabelecidas em lei;

g) obter passaporte, carteira de identidade ou carteira profissional;

h) obter empréstimos nas Caixas Econômicas ou nos Institutos e Caixas de Previdência Social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito, mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe;

i) matricular-se em estabelecimento escolar oficial, equiparado, reconhecido ou subvencionado, ou registrar diploma de curso nêles realizados;

j) praticar qualquer ato para o qual exija quitação do serviço militar ou do imposto de renda".

Acrescente-se:

§ 2.º O disposto no parágrafo anterior sobre emprego ou função pública aplica-se também aos que forem exercidos em autarquias ou sociedades de economia mista".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA N.º 23, COM  
SUB-EMENDA

Pela aprovação, nos termos da seguinte sub-emenda:

"Ao parágrafo único do artigo 23 — Substitua-se pelo seguinte:

"Parágrafo 1.º — Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa, ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor.

a) inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se nele ou nela;

b) receber o vencimento, remuneração ou salário do emprego ou função pública, ou os proventos da inatividade, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

c) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

d) obter empréstimos nas Caixas Econômicas Federais ou

Estaduais, nos Institutos e Caixas de Previdência Social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe;

e) praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou do imposto de renda".

Caixa: 227

Lote: 32  
PL N.º 4601/1954

37

*Calamita  
supressão  
§ 6.º*

*Em substituição  
substituição*

*substituição*



§ 2.º O disposto no parágrafo anterior sobre emprego ou função pública aplica-se também aos que forem exercidos em autarquias ou sociedades de economia mista”.

A emenda 23 eminentemente redacional. As inclusões que faz, como dos aposentados, são oportunas.

N.º 24

Ao § 9.º do art. 39 — Converta-se em artigo, com a seguinte redação:

“Art. — O alistamento eleitoral será feito sem ônus para o eleitor, correndo todas as despesas do mesmo, inclusive as de fotografias, à conta da Justiça eleitoral”.

“§ 1.º — Para atender às despesas com a inscrição de eleitores, o Tribunal Superior Eleitoral destacará e distribuirá anualmente aos Tribunais Regionais dotação correspondente ao volume e crescimento do alistamento.

“§ 2.º — O Tribunal Superior Eleitoral também distribuirá aos Tribunais Regionais, para ocorrer às despesas com o transporte de eleitores por ocasião da eleição, a importância estimada necessária, mediante pedido justificado dos mesmos.

“§ 3.º — O pedido de crédito para transporte a que se refere o parágrafo anterior, será formulado pelos Tribunais Regionais ao Tribunal Superior Eleitoral, antes da realização da eleição, com base na distribuição do eleitorado pelas secções eleitorais”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA N.º 24, COM  
SUBEMENDA

Refere-se, sem dúvida, ao § 9.º do art. 40 e não do 39.

Ao discutirmos o substitutivo afinal aprovado pela Comissão, oferecemos emenda visando a atribuir à Justiça eleitoral as despesas com o alistamento, as eleições e sua apuração.

A Comissão entendeu, porém mais aconselhável manter o sistema vigente, acolhendo apenas a parte da emenda que se referia às despesas com a fotografia no alistamento a reiniciar-se no ano viradouro.

Isso não obstante, não podemos deixar de reconhecer que a medida sugerida pelo nobre Deputado Martins Rodrigues deve merecer toda atenção de quantos realmente se empenham no combate à influência do poder eco-

nômico nas eleições para a escolha dos representantes do povo nos diversos postos eletivos.

Ficamos, porém, com o entendimento da Comissão, ao considerar que, dada a complexidade da execução da medida e sobretudo, o volume das despesas que só o transporte e a hospedagem dos eleitores por ocasião do alistamento e da eleição, mais aconselhável seria adiar a solução do problema para a oportunidade da elaboração da reforma do atual sistema eleitoral.

O parecer é, assim, contrário à emenda, exceto quanto à sugestão de passarem os §§ 9.º e 10.º a constituir um artigo, motivo porque oferecemos a seguinte.

SUBEMENDA

Os §§ 9.º e 10.º do art. 40 passam a constituir um artigo com a seguinte redação:

Art. As despesas com o retrato do eleitor, a que se referem os §§ 2.º e 8.º do art. 40, ficarão a cargo da União e serão feitos pela Justiça Eleitoral, de acordo com as instruções a serem baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, por conta das dotações que este deverá distribuir anualmente aos Tribunais Regionais, na proporção do volume e crescimento do alistamento eleitoral em cada Circunscrição.

N.º 25

Ao § 2.º do art. 40 — Suprimam-se as expressões finais — “à qual ficará vinculado permanentemente”.

Acrescente-se, depois do parágrafo 2.º, o seguinte:

“§ 3.º — O eleitor ficará vinculado permanentemente à secção eleitoral indicada no seu título, salvo:

a) se se transferir de zona ou município, hipótese em que a folha individual será enviada ao Juiz Eleitoral do novo domicílio;

b) se, entre uma eleição e outra e pelo menos até dias antes da remessa das folhas individuais de votação às secções eleitorais, provar, perante o Juiz Eleitoral, que mudou de residência dentro do mesmo município, de um distrito para outro, ou para lugar muito distanciado da secção em que se acha inscrito, caso em que serão feitas, nas referidas folhas e no título eleitoral para esse fim exibido, as alterações correspondentes, devidamente autenticadas pela autoridade judiciária.

*Emenda mod.*  
*Monte*

*em emenda*



Altere-se a numeração dos parágrafos subsequentes, a partir do § 3.1.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955 — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA N.º 25, COM  
SUBEMENDA

A solução proposta corrige uma omissão do substitutivo, merecendo, por isso, nossa acolhida, meros quanto ao prazo da transferência de seção dentro do mesmo município.

Permitir que o eleitor mude de seção eleitoral, mesmo provando haver mudado de residência, até as proximidades do pleito seria deixar aberta não só ao tumulto na preparação da eleição, como à fraude, sobretudo nos Estados onde a Justiça de Paz é eletiva.

Dai por que, adotando a emenda, oferecemos-lhe subemenda fixando o prazo da transferência de seção em 60 dias antes do pleito.

SUBEMENDA À EMENDA N.º 25,  
LETRA "B"

Onde se diz "até dias antes da remessa das folhas individuais de votação às seções eleitorais", diga-se: "até 60 dias antes da eleição".

Com essa ressalva, o nosso parecer é, pois, favorável.

N.º 26

Acrescente-se onde convier:

"Art. — Serão custeadas pela Justiça Eleitoral todas as despesas de transporte dos eleitores, quando, por não haver seção eleitoral dentro de um raio de dois quilômetros de sua residência, sejam os mesmos obrigados a deslocar-se para cumprir o dever de votar.

Parágrafo único — Os veículos necessários ao transporte serão postos, pelos seus proprietários, à disposição do Juiz Eleitoral, o qual, com a assistência dos delegados de partido adotará providências que assegurem, sem qualquer preferência, a condução oportuna dos eleitores aos lugares designados para a votação".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*

PARECER À EMENDA N.º 26

Pela rejeição. A medida não deve estar afeta à Justiça Eleitoral, por fugir aos limites institucionais de suas atribuições. Semelhante atribuição iria desgastá-la senão desautorá-la

pelo acesso das paixões em jogo. De qualquer forma, esta não é matéria de emergência. Para o próximo pleito, a justiça eleitoral não teria, em tempo, recursos hábeis para colerir esse gênero de gastos. A questão de transporte deverá ser disciplinada posteriormente.

N.º 27

Acrescente-se onde convier:

"Art. — Cabe recurso contra a expedição de diploma, nos seguintes casos:

a) inelegibilidade de candidato, ainda que não arguida por ocasião do registro;

b) eleição viciada por fraude ou coação, em qualquer das fases do processo eleitoral;

c) errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional;

d) erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda;

e) pendência de recurso anterior, cuja decisão possa influir na determinação de quociente eleitoral ou partidário, inelegibilidade ou classificação de candidato".

"Parágrafo único — Nesses casos tem cabimento o recurso da diplomação, ainda que não tenham sido interpostos parciais das decisões da justiça eleitoral anteriores a ela".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955 — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA N.º 27

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade na lei de emergência.

Foi esse o critério com que a Comissão Mista, por maioria, expunziu do anteprojeto os preceitos constantes dos arts. 27, 28 e 29 do Projeto número 4.601. Entendeu que o assunto deverá ter disciplinamento posterior. Recorde-se que o Código Eleitoral, do art. 152 "usque" 174 cuidou dos recursos. Quanto aos admissíveis contra a diplomação, cautelosamente se circunscreveu aos casos de vulneração da Constituição Federal.

N.º 28

Acrescente-se onde convier:

"Art. — Nos distritos onde funcionarem mais de três seções eleitorais poderá o Juiz fazer instalar uma



secção especial para nela votarem os eleitores cujos nomes não figurem na lista da secção a que pertençam, ou que nela figurem erradamente, sendo os votos tomados com as cautelas constantes do § 4.º do art. do Código Eleitoral combinado com o § 2.º, recolhendo a mesa receptora o título e a prova de identidade oferecida”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955 — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA N.º 28

Pela rejeição nos termos do Parecer à Emenda n.º 21.

Os precedentes tornarão frouxa até à inoperância a interdição fixada nos arts. 29 e 20 do Substitutivo, remédio eficaz para extirpar as fraudes decorrentes da compra de títulos obtenção com intuito fraudulento de 2.ª via de título eleitoral e finalmente o eleitorado fantasma.

N.º 29

Acrescente-se onde convier:

“Art. Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva secção votar na secção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da secção em que deveriam votar, a qual será transportada para aquela em que tiverem de votar.

§ 1.º As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da secção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobrecartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2.º O transporte da urna e dos documentos da secção será providenciado pelo membro da mesa ou secretário que comparecer, ou pelo próprio juiz ou pessoa que ele designar para esse fim, acompanhando-a os fiscais que o desejarem”.

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER

Pela rejeição. A emenda visa derogar o § 4.º do art. 71 do Código Eleitoral. A matéria na legislação atual oferece a vantagem de admitir a hipótese de impossibilidade de votarem os eleitores na urna da secção em que deveriam tê-lo feito, principalmente pelo fato de com a ausência do presidente da mesa também falte o material confiado à sua guarda, prin-

cipalmente as folhas de votação e a urna. Pela rejeição, pois

N.º 30

Acrescente-se onde convier: *em anexo*

“Art. Além dos casos previstos no art. 123 do Código Eleitoral, é nula a votação:

a) quando votar eleitor indevidamente inscrito, ou que haja sido excluído do alistamento, desde que o seu voto não tenha sido tomado com as cautelas do § 4.º do art. 87 do Código Eleitoral;

b) quando, sem as cautelas referidas no artigo anterior, votar eleitor de outra secção, ou aquele cujo nome não conste da lista de votantes, ou nela figure erradamente.

“Art. Na apuração das eleições, a Junta Eleitoral verificará, previamente, se ocorre qualquer dos casos de nulidade de votação previstos no art. 123 do Código Eleitoral e no artigo anterior.

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA

N.º 30, COM SUB-EMENDAS

Pela aprovação, com as seguintes sub-emendas: *sub-emenda 1.ª*

1.ª. Redija-se assim a letra “b”:

“b) quando votar eleitor de outra secção, a não ser nos casos expressamente admitidos em lei” .. *2.ª* *distinção*

2.ª. sub-emenda: Transforme-se em parágrafo único o segundo artigo da Emenda n.º 30, suprimindo-se a palavra “anterior”, que será substituída pelo número do artigo respectivo do Substitutivo.

A emenda amplia o elenco das nulidades referidas no art. 123 do Código Eleitoral. Além disso, ajusta os deveres preliminares da Junta Apuradora mencionados no art. 97 do Código Eleitoral, com as nulidades estabelecidas no art. 123 do mesmo Código e as oferecidas na futura lei

Os novos casos de nulidade, isto é, votar quem não tem capacidade para fazê-lo, inclusive desatendendo à vedação terminante e altamente moralizadora, que agora se quer instituir, de votar fora da respectiva secção, tais casos, pela gravidade que assumem, devem anular toda a votação da secção. E’ claro: nenhum defeito legal maior do que a incapacidade. As pessoas em causa são incapazes para sufragar. Logo, se o fizerem, praticam ato nulo, inexistente, que por conta-



minação vicia toda a respectiva urna, pois será impossível, na apuração, localizar o voto válido do ilegítimo. Recorde-se que a anulação da seção não significará prêmio ao fraudador ao invés de castigo, possibilitando sua ação premeditada tendente a obstar, criminosamente, presumida vantagem adversária na seção propositadamente anulada. Isso porque pelo art. 126 do Código Eleitoral, a votação será renovada, nas condições do respectivo art. 107.

A alteração oferecida à letra "b" decorre de sub-emenda à Emenda número 21.

N.º 31

Acrescente-se onde convier:

"Art. As estações de rádio, salvo as oficiais, nos 90 dias anteriores às eleições gerais de todo o país ou de cada circunscrição eleitoral, reservarão diariamente duas horas, pelo menos, à propaganda partidária, sendo uma delas à noite.

§ 1.º A distribuição das horas de irradiação será feita entre os diferentes partidos, sob rigoroso critério de rotatividade.

§ 2.º Compete à justiça eleitoral o controle dessa distribuição, bem como o estabelecimento, sob proposta das empresas concessionárias, da tabela dos preços, que devem ser iguais para todos os partidos e candidatos. Esse controle se fará com a fiscalização dos delegados de partidos.

§ 3.º A justiça eleitoral estabelecerá também normas para a propaganda de candidatos e partidos na imprensa escrita, registrando os contratos de publicidade que a esse fim se destinarem".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA

N.º 31

Pela rejeição, pelos mesmos fundamentos da preliminar invocados a propósito da Emenda n.º 88. Recorde-se que o Código Eleitoral, nos artigos 129, n.º 8 e 130, cuidam da espécie, quasi que nos mesmos termos propostos na Emenda 31. Substancialmente não há diferenças.

N.º 32

Acrescente-se onde convier:

"Art. O ato eleitoral, desde o alistamento até a diplomação dos candidatos, compreendendo a inscrição dos

eleitores, a organização das seções eleitorais, a votação, a apuração e a proclamação dos eleitos, é indivisível, para o efeito de poder ser declarada a sua invalidade pela justiça, desde que verificada a qualquer tempo e em qualquer das fases que o constituem, infração substancial dos preceitos legais, bem assim a ocorrência de coação ou fraude, devidamente apurada.

"Art. No caso da ocorrência de fraude e qualquer das fases do processo eleitoral, definidas no artigo anterior, bem assim no de coação que vicia a vontade do eleitorado, a justiça eleitoral poderá proceder de ofício, para a sua apuração em qualquer tempo; e, havendo ou não provocação dos interessados, é ampla a sua competência para a investigação dos fatos".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade da matéria ser disciplinada na lei de emergência que agora se quer elaborar.

O presente parecer é coerente com outros, sobre emendas versando matéria semelhante. Aliás, a Comissão Mista, desde a elaboração do Substitutivo, timbrou em circunscrever a reforma aos aspectos urgentes e inadiáveis, com o objetivo de alcançarem o próximo pleito de 3 de outubro.

Lei posterior decidirá sobre a relevante matéria focalizada pelo eminente Deputado Martins Rodrigues na emenda 32.

N.º 33

Acrescente-se onde convier:

"Art. Não há preclusão de prazo para a interposição de recurso, quando nele se discutir matéria constitucional, bem assim quando se tratar de casos de fraude ou de nulidade substancial, que invalide o ato eleitoral".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA

N.º 33

Pela rejeição, pela inoportunidade da matéria ser disciplinada na lei de emergência que agora se quer elaborar.

O relator foi vencido na Comissão, quando ofereceu no anteprojeto que apresentou à mesma, dispositivo tendente a evitar que a preclusão operasse contra ato manifestamente in-

Caixa: 227

Lote: 32  
PL N.º 4601/1954

39



constitucional, sob alegação de que a matéria, pela sua importância e pelo cuidado com que deve ser disciplinada, deve ser decidida em reforma posterior da legislação eleitoral.

Ocorre, ainda, que as próximas eleições, sendo em sua quase totalidade regidas pelo princípio majoritário, os incidentes motivadores de recursos serão, necessariamente, em número muito menor. A legislação eleitoral é eminentemente circunstancial pela preeminência, nela, do *fato* e do *tempo*. E a preclusão é consectária desses dois pressupostos. Sem a preclusão não haveria apuração, diplomação ou posse. Sua incolumidade deve ser preservada. Mas não a ponto de operar contra a Constituição. O que a descumpra é nulo, maxista. A preclusão não poderá convaler ato nulo, que não existiu. Essa a exegese da preclusão. Como já foi dito, porém, só futuramente o assunto deverá ser regulado mais detidamente.

N.º 34

Acrescente-se onde convier:

"Art. Até às 12 horas do dia seguinte à realização da eleição, o Juiz Eleitoral é obrigado, sob as penas do art. 175, n.º 15, do Código Eleitoral, a comunicar ao Tribunal Regional, bem assim aos delegados de partido perante ele credenciados, o número de eleitores que votou em cada uma das seções da zona sob sua jurisdição, bem assim o total de votantes da zona.

§ 1.º Essa comunicação será feita por via postal, em ofícios registrados, de que o Juiz guardará cópia no arquivo eleitoral, acompanhada do recibo do correio.

§ 2.º Qualquer eleitor ou candidato poderá obter, por certidão, o teor da comunicação a que se refere este artigo, sendo defeso ao Juiz recusá-la ou procrastinar a sua entrega ao requerente".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

#### PARECER

Pela aprovação (com subemendas). Nos termos da letra *g* do art. 89 do Código Eleitoral, encerrada a votação, o Presidente de cada mesa receptora "comunicará em ofício, ao juiz eleitoral da zona a realização da eleição, o número de eleitores que votaram e a remessa da urna e dos documentos à Junta Eleitoral".

Portanto, no próprio dia da eleição, todos os presidentes de mesa recepto-

ra enviarão aos juizes os totais parciais dos eleitores que compareceram. Bastará somar essas parcelas para que se obtenha o total geral dos comparecentes de cada zona eleitoral.

Imaginemos uma zona eleitoral com 10.000 eleitores. Sendo a média de comparecimento de 300 eleitores por seção, o juiz eleitoral receberá 33 comunicações parciais, bastando somar os respectivos resultados.

Note-se, ainda, que o total de 10.000.000 é elevado para ser cálculo médio da densidade eleitoral dos municípios no Brasil. As grandes cidades e capitais abrangem várias zonas eleitorais. A emenda sugere medida de real importância moralizadora, pois fixa em documento oficial, com a autenticidade e a sinceridade da flagrância, pois as comunicações serão sucessivas dos presidentes de mesa ao juiz eleitoral, assim que se encerre a votação, e dêste ao Tribunal Regional, no dia imediato ao da eleição. — fixa oficialmente o número de eleitores que votarem em cada seção e em toda a zona eleitoral. Isso impedirá futuras adulterações criminosas ou "arranjos" para coonestar fraudes.

Pode acontecer, contudo, que comunicações de presidentes de mesa receptora cheguem atrasadas ao juiz eleitoral. Ele não poderá se desemburçar da obrigação referida na emenda no prazo nela estipulado. Daí a necessidade de sub-emenda provendo a ocorrência.

#### SUB-EMENDAS

1.ª

Dê-se esta redação ao § 1.º da Emenda 34, passando seus atuais parágrafos 1.º e 2.º a §§ 2.º e 3.º respectivamente:

"§ 1.º Se houver retardamento nas medidas referidas no art. 89 do Código Eleitoral, o juiz eleitoral, assim que as receba, fará a comunicação constante dêste artigo".

2.ª

Onde está, no fim do artigo "bem assim o total" redija-se "bem como o total".

N.º 35

Acrescente-se onde convier:

"Art. Os partidos políticos terão representantes credenciados perante a justiça eleitoral e as mesas receptoras, observado o seguinte:



a) O número de delegados de cada partido será de dois, junto ao Juízo Eleitoral de cada zona.

b) Perante as mesas receptoras, os partidos poderão ter fiscais, em número de dois para cada uma delas.

c) Cada partido poderá acreditar até dois delegados perante a Junta Eleitoral, funcionando um de cada vez no curso dos trabalhos; e tantas vezes dois fiscais quantas forem as turmas de apuração, reveesando-se eles no serviço de fiscalização.

d) O número de delegados de partido perante os Tribunais Regionais não excederá de três. Cabe a esses delegados agir também junto à Comissão Apuradora, cujos trabalhos poderão acompanhar.

e) Perante o Tribunal Superior do Trabalho, cada partido poderá ter também até três delegados, que se reveesarão em seus trabalhos.

"Parágrafo 1.º Os partidos, através dos respectivos delegados e fiscais, poderão acompanhar o processo eleitoral em qualquer de suas fases, desde o alistamento até a proclamação dos eleitos. Cabe-lhe a representação dos partidos perante a justiça, no interesse dos mesmos, podendo seguir os processos de inscrição de eleitores e requerer por estes quando for o caso; promover a exclusão de eleitores, ou impugnar a sua inscrição; fazer a indicação de mesários; assistir aos trabalhos de distribuição das seções eleitorais; reclamar contra quaisquer atos ou decisões dos Juizes Eleitorais, das mesas receptoras, das Juntas Eleitorais, da Comissão Apuradora e dos Tribunais; interpor recursos, produzir provas, arrazoá-los e segui-los.

"§ 2.º Constitui garantia eleitoral a efetiva participação dos partidos, por seus delegados ou fiscais, em todo os atos eleitorais, nas diferentes fases do respectivo processo, incidindo a autoridade ou funcionário da justiça eleitoral, que a impedir, na sanção do art. 175, n.º 15, do Código Eleitoral".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER

Pela rejeição.

A matéria deverá ser regulada em reforma posterior da lei eleitoral. Ela oferece dificuldades que a prática tem evidenciado. Há zona eleitoral abrangendo vários municípios. Por outro

lado, há municípios, como em geral as capitais, que pela sua densidade eleitoral, compreendem várias zonas eleitorais. Assim, circunscrever a designação de delegados dos partidos às zonas eleitorais, exclusivamente oferece o inconveniente, de, em certos casos vários municípios serem representados por um mesmo número de delegados.

Os delegados acreditados junto ao Tribunal Superior Eleitoral são atualmente em número fixado pelo mesmo Tribunal, no seu regimento interno. Presentemente são 5. Evidentemente, cometer-se esta função ao órgão superior da justiça eleitoral poderia ter a vantagem de possibilitar que, com maior flexibilidade, os partidos tivessem seus interesses tutelados, conforme as circunstâncias, por um maior ou menor número de representantes.

O problema de acompanhar através de delegados o trabalho da Comissão Apuradora é cogitado na emenda número 46, aceita pela Comissão.

Essas são razões de mérito. O Relator, porém, se pronuncia, pela preliminar já arguida, contra a emenda. Ela deverá constituir projeto à parte, pois traz excelente contribuição para a boa solução dessa importante questão.

N.º 36

Acrescente-se onde convier:

"Art. Para o registro de novos partidos político será exigido, como condição básica, contar o mesmo, como aderentes, em duzentos mil eleitores, distribuídos por dez ou mais circunscrições eleitorais, com o mínimo de dez mil eleitores em cada uma.

"Parágrafo único Será cancelado o registro do partido político que, em eleições gerais, não satisfizer os requisitos deste artigo, salvo se, sob sua legenda exclusiva, eleger pelo menos cinco representantes ao Congresso Nacional, por circunscrições diversas".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1956. — *Martins Rodrigues*.

PARECER

Pela rejeição, pela inoportunidade da matéria ser disciplinada na lei de emergência que agora se quer elaborar.

Seu teor consubstância, talvez, a matéria mais relevante de quantas constituíram objeto das emendas e proposi-



ções tendentes a modificar a legislação do País. Pode-se, mesmo, admitir que a emenda se filia à categoria das leis complementares, uma vez que seu objetivo precípuo é outorgar exegibilidade à cláusula constitucional inscrita no art. 134 do Estatuto Cívico, que preceitua a exigência de serem nacionais os partidos políticos.

Evidentemente, o Código Supremo não é apto para definições. A ele não cumpre, pois, explicitar o que seja "partido político nacional". Assim, a fixação dos critérios definidores d'esse âmbito nacional deve estar relegada à legislação suplementar. Um desses critérios é o lembrado na emenda Martins Rodrigues, só admitindo o registro de partido político quando possua um mínimo de 200 mil eleitores, distribuídos por 10 ou mais circunscrições eleitorais do país. Melhor andaria a emenda se dissesse 11 ou mais circunscrições. Isto porque, como cada circunscrição corresponde a um Estado, mínimo de 11 Estados define a maioria destes no total da Federação. Dessa forma, os partidos teriam, pelo menos aritmeticamente, um critério que lhes certificasse o caráter de nacionais.

No regime atual é que não poderemos continuar. A pluralidade partidária é conecetária do regime democrático, mas a multiplicidade partidária já atomiza o poder público no Brasil. Temos os paradoxos de partidos ditos nacionais com diretórios regionais em dois ou três Estados somente, e mesmo sem representação na Câmara ou no Senado.

Como se vê, a matéria é sobremodo complexa. Deverá, necessariamente, ser cuidada em reforma posterior, acarretaria como, também, porque seu alcance não aproveitará em nada ao próximo pleito de 3 de outubro.

Pode o relator se valer do dispositivo regimental que possibilita emendas serem transformadas em projetos autônomos. Fará isso com a re n.º 36, a fim de que sua tramitação não se interrompa. O seguinte comentário do Correio da Manhã de 1.º de junho do corrente, traz valiosos subsídios à tese.

Embora a Constituição assegure a pluralidade de partidos políticos, essa pluralidade, entre nós, tem sido apenas nociva, segundo demonstram os fatos. É que se tem abusado d'esse dispositivo em prejuízo das próprias organizações partidárias, ou melhor, em prejuízo do próprio regime democrático,

que é o povo organizado através dos partidos políticos. E por que? Porque essa facilidade com que se organizam, no país, os partidos políticos, só tem redundado em malefícios para a estabilidade do próprio regime. Que se tem constatado, nos pleitos realizados no país? Uma coisa: o fracionamento do eleitorado, com uma dispersão incalculável de votos.

Nem mesmo os chamados grandes partidos, dentre os doze registrados na Justiça Eleitoral, conseguem, sôzinhos, eleger um presidente da República, um governador de Estado, ou mesmo um prefeito municipal. Pior que isso: não elegem sôzinhos muitas vezes, o total de suas bancadas nas Casas do Legislativo Federal, Estadual ou Municipal. Para a constituição das suas bancadas — têm sempre, de recorrer a outros partidos menores, formando com eles, as alianças ou coligações partidárias. Onde está, pois a propalada densidade eleitoral d'esses grandes partidos, que não conseguem, só com suas legendas, constituir suas próprias bancadas e eleger seus candidatos para os postos do Executivo? Essa densidade eleitoral não a possui nenhum dos nossos grêmios políticos, nem mesmo os tidos como grandes partidos.

E não o possuem, porque o eleitorado se dispersa e se fragmenta entre as numerosas legendas partidárias.

Enquanto não se reformar fundamentalmente a Lei Eleitoral no que diz respeito à organização e registro de partidos políticos, essa fragmentação do eleitorado prosseguirá e se agravará. Embora respeitando-se o princípio, constitucional e democrático, da pluralidade partidária, torna-se imprescindível a reforma da legislação, estabelecendo-se normas mais rígidas e severas para o registro de partidos. Uma delas, anossa ver deveria ser a exigência da comprovação pelos partidos, de sua capacidade eleitoral. Só deveria ser mantido o registro daquêles que tivessem alcançado, em eleições já realizadas, um mínimo de um milhão de legendas em todo o país.

Para se constatar o que afirmamos, basta apenas, que se consulte as estatísticas referentes aos pleitos. E o que vamos encontrar? Exatamente isso: falta de lastro eleitoral em qualquer dos partidos. Todos eles lançam mão — uns mais outros menos — do recurso a que já nos referimos, das coligações ou alianças com outros partidos menores.



Não seria mais lógico, pois que se reduzissem a três ou quatro, os doze partidos existentes? Que refletem essas coligações e alianças organizadas às vésperas dos pleitos, senão a fragilidade dos partidos?

Que nos adianta possuir doze partidos se apenas três ou quatro contam com uma certa base eleitoral e os demais servem apenas para desorientar a opinião pública e dispersar votos? Que adianta ter três ou quatro partidos com certa base eleitoral sem que, nenhum deles, sozinho, possa congrega, sob sua legenda, ponderável parte do eleitorado que lhe garanta a posse do governo?

Nada, a não ser o caos e a confusão em meio aos quais nos debatemos, a procurar, em vão, uma solução para os problemas políticos, sociais e econômicos que nos afligem.

E nesse ambiente sem horizontes, infelizmente, viveremos, enquanto nossos políticos não se convencerem da necessidade, urgente e inadiável, de se congregarem em torno apenas de uns poucos partidos, extinguindo os demais, que de um modo geral só têm servido, às vésperas dos pleitos, para formar esses arranjos a que denominam alianças ou coligações.

São os fatos — apenas fatos — que nos levam a essas considerações. Ou melhor, os números. Vamos, pois, a eles.

#### *O que dizem números*

Pelos resultados oficiais, contidos nos quadros ns. 1 e 2, anexos a essa reportagem, apurados pelo Tribunal Superior Eleitoral, referentes às eleições de 3 de outubro do ano passado, para a Câmara dos Deputados, o número de legenda obtido, por todos os doze partidos atingiu o total de 6.148.67. O total de votos apurados, porém, nessas eleições, foi de 9.166.890. E por quê, então essa diferença de mais de três milhões de votos? Porque só as coligações e alianças levaram um terço daquele total, ou seja em número exatos, 3.018.423, legendas.

Esses números comprovam o que afirmamos, ou melhor, demonstram que, de um modo geral, nenhum dos nossos partidos conta com contingentes eleitorais suficientes a lhe assegurar uma sólida base política e mesmo acentuada supremacia de um sobre outros. Isso quanto aos maiores. Quanto aos menores, nem se fala.

E daí a verdadeira colcha de retalhos em que se transformam os resultados eleitorais dos pleitos realizados no país. O fracionamento do eleitorado e a consequente dispersão de votos é que formam esse mosaico constituído de números que não exprimem, nunca, as tendências do eleitorado votante, que se divide e se subdivide, diluindo-se entre a infinidade de legendas dos nossos excessivos partidos políticos.

E disso tudo, o que resulta, é que estamos vendo ainda agora, nessa longa agonia da susseção: o enfraquecimento do regime representativo através da confusão e do tumulto que provocam esse divisionismo.

Mas, voltemos aos números que nos oferecem as estatísticas eleitorais.

#### *Legendas que pouco representam*

Pelos dados agora coligidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, que publicamos no corpo desta reportagem, verifica-se que o PSD, a UDN e o PTB, tidos como os maiores dos nossos partidos, alcançaram, isoladamente, pouco mais de dez por cento do eleitorado que elegeu a atual Câmara dos Deputados.

Com isto elegeram, apenas, em suas respectivas legendas: o PSD., 56 deputados; a UDN., 54 e o PTB., 49. Os demais representantes, que figuram, que figuram, agora, nessas legendas, integrando as respectivas bancadas, na Câmara, foram eleitos, nos diversos Estados, pelas Coligações e Alianças formadas entre esses e outros partidos menores.

Assim é que o PSD. apareceu com 114 deputados, dos quais apenas 56 eleitos sob sua legenda; a UDN., com 72, dos quais 18 eleitos em Coligações e Alianças; o PTB., com 57, sendo que oito eleitos em Coligações.

Dos três o que fez maior número de Coligações e Alianças — treze — foi o PSD. Foram feitas nos seguintes Estados: Amazonas, Piauí, Paraíba, Para, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Santa Catarina.

Em segundo lugar vem o PTB. com oito: Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, e Santa Catarina.

A UDN. realizou sete Coligações e Alianças: no Amazonas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Goiás e Distrito Federal.



Essas e outras Coligações e Alianças, feitas em quase todos os Estados, figuram, com todos os detalhes no quadro nº 2 anexo a essa reportagem. Com esses elementos, poderá o leitor constatar a procedência das considerações que fazemos, referentes não apenas à fragilidades das legendas chamados grandes partidos, como, também, da dispersão de votos e fracionamento do eleitorado.

#### *A Composição da Câmara*

Dos 326 deputados que compõem a Câmara, 224 pertencem às bancadas do PSD, UDN e PTB. Os 82 restantes estão distribuídos entre as legendas dos outros partidos, sendo que o quarto colocado é o PSP, com 31 deputados e o quinto o PR, com oito. As demais agremiações possuem representações numericamente inexpressivas.

Os 206 deputados eleitos sob as respectivas legendas partidárias estão assim distribuídos, por Estados e partidos:

Amazonas: PTB, 4.  
Pará: PSP, 3.  
Maranhão: PSD, 8; PSP, 2.  
Ceará: PSD, 6; PSP, 3.  
Rio G. do Norte: PSP, 2; UDN, 2; PSD, 3.  
Paraíba: UDN, 5.  
Alagoas: UDN, 5.  
Sergipe: UDN, 3; PTB, 1.  
Bahia: UDN, 6; PTB, 4.  
Rio de Janeiro: PSD, 6; UDN, 6; PTB, 5.  
São Paulo: PSP, 11; PTB, 8; PTN, 5; UDN, 4; PSB, 2; PDC, 2.  
Paraná: PSP, 1; PTB, 4; PSD, 4; UDN, 3; PR, 2.  
Santa Catarina: UDN, 5.  
Rio Grande do Sul: PTB, 11; PSD, 7; PL, 3; PRP, 2; UDN, 1.  
Minas Gerais: PSD, 18; UDN, 10; PR, 5; PTB, 5; PSP, 1.  
Mato Grosso: UDN, 4.  
Distrito Federal: PSD, 2; PSP, 2; PTB, 7; PRT, 1.  
Acre: PSD, 1; PTB, 1.  
Amapá: PSD, 1.  
Guaporé: PSP, 1.

Os restantes, em número de 120, que integram os 326 deputados que compõem a Câmara, foram eleitos em Coligações e Alianças.

Estão eles assim distribuídos, por Estados e pelas respectivas legendas das alianças e coligações:

Estado do Amazona — Aliança Partidária (PSD, PDC, PTN, UDN) 3.

Estado do Pará — Aliança Social Democrática (PSD e PRP) 6.

Estado do Piauí — Coligação Democrática Trabalhista (PSD e PTB) 4.

Estado do Piauí — Aliança Democrática Progressista (PSP, UDN e PL) 3.

Estado do Ceará — Oposições Coligadas (UDN, PTB e PR, 9).

Estado da Paraíba — Coligação Democrática Paraibana (PSD e PL) 6.

Estado de Pernambuco — Frente Democrática Pernambucana (PSD, PSP, PL, PDC e PRP) 11.

Estado de Pernambuco — Movimento Popular Autonomista (PTB, PST e UDN) 11.

Estado de Alagoas — Oposições Coligadas (PSD, PTB, PDC, PSB, PSP e PR) 4.

Estado de Sergipe — Aliança Social Democrática (PSD, PSB e PR) 3.

Estado da Bahia — Coligação Baiana (PSD, PRP e PL) 11.

Estado da Bahia — Aliança Republicana Cristã (PR e PDC) 6.

Estado do Espírito Santo — Aliança (PSD e UDN) 4.

Estado do Espírito Santo — Coligação Democrática (PTB, PR, PRP e PSP) 3.

Estado de São Paulo — Aliança (PSD e PR) 13.

Estado de Santa Catarina — Aliança Social Trabalhista (PSD e PTB) 5.

Estado de Goiás — Coligação Democrática (UDN e PSP) 4.

Estado de Goiás — Aliança (PSD e PTB) 4.

Estado de Mato Grosso — Aliança Democrática Trabalhista (PTB e PSD) 3.

Distrito Federal — Aliança.

N. da R. — Pelos dados acima verifica-se que apenas três partidos — o PSD, o PTB e a UDN — obtiveram, em todo o país, mais de um milhão de legendas. Dos nove restantes é praticamente inexpressiva a votação, a não ser o PSP, que alcançou 654.264 legendas, das quais, entretanto, mais da metade procedem de São Paulo. Constata-se, também, que dos doze partidos, oito deles não têm nenhuma projeção de âmbito nacional. Sua penetração é restrita a limitadíssimas regiões do país. Não



constituem, assim, como determina a lei, agremiações de âmbito nacional. Há dois dêles, mesmo, que são tipicamente locais: o PTN, que figura apenas em São Paulo, e o PRP, no Rio Grande do Sul. O primeiro com 190.726 e o segundo com 70.346 legendas. E eis aí, na linguagem irresponsável dos números, tudo aquilo que afirmamos no decorrer desta reportagem: o excesso de partidos, sem o mínimo lastro eleitoral, a tumultuar e comprometer o funcionamento normal do regime.

Popular (UDN, PR e PL) 6.  
Território do Rio Branco — Coligação (PTN e PR) 1.

*As Legendas Partidárias e as Coligações e Alianças*

São os seguintes os dois quadros a que nos referimos no texto desta reportagem, organizados pelo Tribunal Superior Eleitoral, contendo os resultados finais das eleições para a Câmara dos Deputados, por legendas partidárias e pelas Coligações e Alianças:

Caixa: 227

Lote: 32

PL N° 4601/1954

42



QUADRO N.º 2  
II — VOTAÇÃO OBTIDA PELAS ALIANÇAS E COLIGAÇÕES

CIRCUNSCRIÇÕES	ALIANÇAS E COLIGAÇÕES		LEGEN- DAS
	DENOMINAÇÃO	PARTIDOS	
Amazonas .....	Pela Democracia Cristã .....	PSD UDN PDC PTN .....	23.455
Pará .....	Aliança Social Democrática .....	PSD PRP .....	78.129
Maranhão .....	Coligação Democrática Trabalhista .....		5.966
Piauí .....	Unidos pelo Maranhão .....	PSD PTB .....	109.814
	Aliança Democrática Progresista ..	PSP UDN PL .....	67.515
Ceará .....	Oposições Coligadas .....	UDN PTB PR .....	251.891
Rio Grande do Norte.....	Aliança Social Progressista .....	PSP PST .....	44.720
Paraíba .....	Coligação Democrática Paraibana ..	PSD PL .....	123.839
Pernambuco .....	Frente Democrática Pernambucana ..	PSD PDC PSP PL PRP .....	221.259
	Movimento Popular Autonomista ..	PTB PST .....	207.757
Alagoas .....	Oposições Coligadas .....	PSD PTB PDC PSB PSP PR ....	53.123
Sergipe .....	Coligação .....	UDN PST PSP .....	50.099
	Aliança Social Democrática .....	PSP PSB PR .....	48.968
Bahia .....	Coligação Baiana .....	PSD PRP PL .....	257.247
	Aliança Republicana Cristã .....	PR PDC .....	151.003
Espirito Santo .....	Aliança .....	PSD UDN .....	85.937
	Coligação Democrática .....	PTB PR PRP PSP .....	81.756
São Paulo .....	Coligação .....	PSD PR .....	523.550
Santa Catarina .....	Aliança Social Trabalhista .....	PSD PTB .....	146.333
Goiás .....	Aliança .....	PSD PTB .....	108.767
	Coligação .....	UDN PS .....	96.680
Mato Grosso .....	Aliança .....	PSD PTB .....	46.607
	Aliança Popular .....	UDN PR PL .....	218.503
Distrito Federal .....	Frente Trabalhista Nacional .....	PST PTN .....	13.518
Rio Branco .....	Coligação .....	PTN PR .....	1.053
		UDN PSP .....	924
TOTAL .....			3.018.423



ESTADOS	PSD	PTB	UDN	PSP	PR	PTN	PSB	PDC	PL	PRP	PRT	PST	AL	COL.	Total legendas parti- dárias	Total legendas AL. e COL.	TOTAL GERAL
Amazonas .....	—	29.075	—	7.031	—	—	—	—	—	—	—	—	23.445	—	—	—	—
Pará .....	—	—	—	45.551	—	—	—	—	—	—	—	—	78.129	—	—	—	—
Maranhão .....	118.992	—	—	28.617	—	—	—	7.863	—	—	—	—	—	5.966	—	—	—
Piauí .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	109.814	—	—	—	—
													37.515	—	—	—	—
Ceará .....	169.230	—	—	98.567	—	—	119	—	—	—	—	—	—	251.891	—	—	—
Rio Grande do Norte .....	68.147	3.676	63.431	—	—	—	—	—	—	—	—	—	44.720	—	—	—	—
Paraíba .....	—	17.927	92.454	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	123.839	—	—	—
Pernambuco .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	221.259	—	—	—	—
													207.757	—	—	—	—
Alagoas .....	—	—	58.194	—	—	—	—	—	—	—	—	2.670	53.122	—	—	—	—
Sergipe .....	—	18.541	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	48.968	50.099	—	—	—
													257.247	—	—	—	—
Bahia .....	—	93.214	135.270	919	—	—	—	—	—	—	—	—	151.003	—	—	—	—
Espírito Santo .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	31.756	85.937	—	—	—
Rio de Janeiro .....	172.278	125.642	148.825	24.664	—	—	12.888	13.162	20.851	—	266	—	—	—	—	—	—
São Paulo .....	—	308.052	113.851	437.929	—	190.726	83.896	45.118	—	—	9.308	29.770	523.560	—	—	—	—
Paraná .....	109.000	167.787	75.953	39.748	51.680	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Catarina .....	—	—	125.886	8.720	—	—	—	30.350	—	—	—	—	146.333	—	—	—	—
Rio Grande do Sul .....	232.007	3.8892	39.117	10.785	—	—	15.728	4.518	93.811	70.346	—	—	—	—	—	—	—
Minas Gerais .....	650.604	180.814	361.963	65.036	187.705	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás .....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	108.767	96.680	—	—	—
Mato Grosso .....	—	—	46.821	8.770	—	—	—	—	—	—	—	—	46.607	—	—	—	—
Distrito Federal .....	67.986	195.679	—	74.215	—	—	21.827	16.313	—	—	55.751	—	218.503	13.518	—	—	—
Acre .....	7.106	5.451	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amapá .....	3.517	597	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Branco .....	914	388	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.053	924	—	—	—
Guaporé .....	—	3.273	—	3.712	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL .....</b>	<b>1.599.781</b>	<b>1.328.008</b>	<b>1.301.765</b>	<b>854.264</b>	<b>339.385</b>	<b>190.726</b>	<b>134.438</b>	<b>117.324</b>	<b>114.665</b>	<b>70.346</b>	<b>65.325</b>	<b>32.440</b>	<b>2.389.569</b>	<b>628.854</b>	<b>48.467</b>	<b>3.018.423</b>	<b>9.166.890</b>

\* Excluídos os resultados da 41ª zona e das eleições suplementares.



N. da R. — Este é o quadro nº 2, a que nos referimos no texto da reportagem, relativo às Alianças e Coligações. Pelos dados nele contidos constata-se, também, o que afirmamos: nem os chamados grandes partidos puderam fugir ao recurso das alianças e coligações com o único meio, talvez, de tentar diminuir a dispersão de votos, provocada pela infinidade de partidos, que, de um modo geral, de partidos têm penas a legenda ou, melhor, duas ou três letras do alfabeto.

C N.º 37

Acrescente-se onde convier:

Art. Realizando-se simultaneamente várias eleições, a votação far-se-á por meio de cédulas distintas, a serem encerradas na mesma sobre-carta, salvo para as eleições de presidente e vice-presidente da República, cujas cédulas serão colocadas em sobrecartas especiais.

“Parágrafo único. O eleitor fora do seu domicílio eleitoral no dia da eleição somente poderá votar para presidente e vice-presidente da República, recebendo da mesa receptora, no caso de eleições simultâneas, apenas a sobrecarta destinada àquelas eleições”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER

Pela rejeição.

As providências aventadas não melhoram o sistema atual de votação. Seu parágrafo único consubstancia propósito inconciliável com a redação estabelecida nos arts. 19 e 20 do substitutivo.

O eleitor só vota na seção eleitoral onde consta seu nome e isso acontecerá exclusivamente no respectivo domicílio eleitoral. Não arrombemos com exceções sucessivas a porta que os artigos 19 e 20 do Substitutivo fecharam às fraudes mais frequentes atualmente.

E N.º 38

Acrescente-se ao art. 11:

“Parágrafo único. No dia imediato ao fim do prazo para o alistamento, o juiz da zona comunicará ao Tribunal Regional e aos diretórios locais dos partidos políticos o número

de eleitores que poderá participar da eleição, mencionando o nome e o número correspondente ao último eleitor inscrito”.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER

Pela rejeição. A rigor prejudicada pelos arts. 17 e 18 do Substitutivo, que disciplinam a matéria.

A elaboração da lista dos eleitores com a competente distribuição pelas seções eleitorais, com as cautelas enunciadas nos artigos 17 e 18 pre-mencionados, inclusive sua obrigatória publicação até 30 dias antes da eleição, assegura a garantia que, certamente, o douto autor da emenda quis conseguir por forma diferente.

A lista é oficial e completa. Nela estarão relacionados nominalmente todos os eleitores aptos a votar. Assim sendo, será do conhecimento geral, para todos os efeitos, inclusive para fundamentar recursos eleitorais. O número exato de eleitores de determinada zona eleitoral. Dessas listas constará, ainda, a distribuição do eleitorado pelas seções eleitorais onde deverá votar.

A emenda n.º 38 também foi prejudicada pela aprovação da emenda n.º 47, que regulou com maior extensão a matéria.

N.º 39

Ao art. 1.º:

Acrescente-se, como parágrafo:

“§ Não será deferida a inscrição de eleitor cujo requerimento não tiver letra e firma reconhecidas por tabelião. O reconhecimento deve conter, obrigatoriamente, o número do documento de identidade do requerente, ou a declaração de que o requerimento foi assinado diante do notário ou de seu preposto”.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER

Pela rejeição. As cautelas enunciadas no art. 1.º do Substitutivo são suficientes para resguardar contra a fraude a inscrição eleitoral. A exigência de reconhecimento de firma irá complicar a titulação dos cidadãos para o exercício do direito-dever do voto.

O § 1.º do art. 33 do Código Eleitoral taxativamente dispensou o reconhecimento de firma. Essa superfeição, que arranhou até os



preceitos da boa técnica legislativa, caracteriza, contudo, o desejo do legislador de evitar essa providência.

Entendemos que a razão está com o legislador de 1950.

N.º 40

Redija-se assim o § 1.º do art. 17:  
§ 1.º Além da publicação das listas pela imprensa, ou por editais, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório municipal de partido, regularmente registrado.

Acrescente-se:

§ 2.º A remessa a que se refere o parágrafo anterior será feita pelo escrivão eleitoral até vinte dias antes da eleição; e será comprovada pela exibição de recibo da repartição postal.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues.*

PARECER

Pela rejeição. O § 1.º amplia a exigência do envio de cópias de lista dos eleitores a cada diretório municipal. Isso porque, pelo § 1.º do artigo 17 do Substitutivo, essa remessa só se verificará na hipótese de não ter havido publicação da referida lista de eleitores, por inexistência de imprensa local.

Quer a emenda que tal envio também se efetue mesmo quando a lista seja publicada pela imprensa. Parece-nos que a exigência não deve ser acatada. Se foi publicada pela imprensa, não é possível que os diretórios municipais desconheçam um documento dessa importância. Se isso acontecer, é porque são negligentes, não sendo admissível que a justiça eleitoral tenha seus serviços agravados para suprir a desídia desses órgãos partidários.

Quanto ao § 2.º, entre outras desvantagens, aponte-se a decorrente do fato do envio das listas só ser necessário, pelo § 1.º do art. 17, do Substitutivo, nos pequenos municípios, onde nem imprensa há. Não há por que, nesses lugares, enviar pelo Correio cópias das listas, quando essa repartição talvez inexista ou tenha seus serviços lamentavelmente defeituosos.

N.º 41

Ao art. 4.º

Redija-se assim:

“O título eleitoral somente será assinado pelo juiz, depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor, sob pena de multa de Cr\$ 500,00 a ...

Cr\$ 1.000,00 e suspensão disciplinar de sessenta (60) dias aplicada de ofício pelo presidente do Tribunal Regional competente”.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues.*

PARECER

Pela rejeição. A agravação da pena disciplinar para mais de 30 dias foi matéria exaustivamente debatida na Comissão Mista, quando da elaboração do Substitutivo.

Fixou-se ela na suspensão máxima até 30 dias, primeiro porque esse interregno lhe pareceu punição suficiente, segundo porque o mesmo é o que o sistema eleitoral vigente adotou para casos semelhantes. Não há razão para agravação da sanção. O importante é que seja aplicada. A certeza da punição age preventivamente mais do que sua gravidade.

Recorde-se, ainda, que o art. 4.º do Substitutivo fala em “até 30 dias”. Trata-se de pena fixada no seu teto, com o que admitirá que, com a necessária flexibilidade, se graduem as punições a fim de com justiça punir de acordo com a maior ou menor gravidade constatada em cada caso, examinado concretamente. É o princípio da dosimetria, vitorioso no direito penal.

A emenda, rigidamente, fixa a suspensão em 60 dias, para os reincidentes ou não, para os juizes eleitorais que assinam o título em branco dolosamente ou por simples culpa, no intuito de facilitar o serviço eleitoral.

Recorde-se que por força dos artigos 117 e 122, III, § 3.º, da Constituição Federal, os juizes de direito cumulativamente o são eleitorais e do trabalho. Normalmente estão congestionadas suas atividades originárias, agravadas com as cumulativas. A solução será a criação da magistratura eleitoral independente. Sem tempo e sem especialização, não poderá haver perfeita justiça eleitoral.

N.º 42

Ao art. 37 e §§ 1.º e 2.º

Suprimam-se.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues.*

PARECER

Parecer contrário pelas razões que levaram a Comissão a adotar a medida e que constam do justificativo que acompanhou o Substitutivo.

Caixa: 227

Lote: 32  
PL N.º 4601/1954

44



N.º 43

Acrescente-se, onde convier:

Art. ... Será admitido admitido recurso contra a diplomação de candidato sob fundamento de ter usado ele, um terceiro em seu favor, de corrupção por qualquer modo.

§ 1.º Se a corrupção foi empregada pelo candidato ou com sua aprovação, não será expedido o diploma em seu favor, anulados os votos com seu nome.

§ 2.º Se o candidato foi estranho à corrupção utilizada por terceiro em seu favor, anular-se-ão apenas os votos que contiverem seu nome nas seções impugnadas sob fundamento daquêle vício.

*Justificação*

O Código limita-se a punir quem praticar a corrupção para fins eleitorais. O Ministério Público, no interior, vê e sabe da fraude ou do suborno. Não há mistério que o "curral" é na casa de Fulano e que Sicrana paga a tanto, dá roupa, chapéu etc.

O candidato, atualmente, não tem interesse em investigar um crime, que lhe levará inimizade, despesa e trabalho sem qualquer proveito.

A emenda assegura ao prejudicado com a corrupção o direito de anular os votos dados ao corruptor ou ao beneficiário dêste. — *Aliomar Baleeiro*.

*PARECER*

O Art. 170 do Código Eleitoral enumera os casos em que o recurso contra a expedição de diploma é admitido:

Art. 170 — O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos seguintes casos:

a) inelegibilidade de candidato,  
b) errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de apresentação proporcional;

c) erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda.

d) pendência de recurso anterior, cuja decisão possa influir na determinação de quociente eleitoral ou partidário, inelegibilidade ou classificação de candidato.

Pelo que se vê, o Código disciplinou a matéria em consonância com

a Constituição Federal; a não diplomação, vale dizer, a impossibilidade de ser deputado, somente por vulneração das normas constitucionais de inelegibilidade e da representação proporcional. Ser ou não candidato, ser ou não registrado ter o mandato cassado ou não, — só o Estatuto Civil é competente para regular semelhante matéria.

Não poderia estar ao sabor caprichoso das maiorias ocasionais. Recorde-se que o art. 124 do Código Eleitoral torna anulável a votação obtida por coação ou fraude, um dos objetivos da presente emenda.

As considerações expendidas caracterizam a complexidade do problema, devendo ser examinado na reforma posterior que se elaborar ao Código Eleitoral.

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade na emergência da presente reforma.

N.º 44

Art. 22 do substitutivo (21 do Projeto):

Substitua-se pelo seguinte:

Artigo:

Providenciará a Justiça Eleitoral a confecção de cédulas oficiais, para as eleições majoritárias, as quais serão impressas de forma a assegurar e facilitar a missão do eleitor, resguardando o sigilo do voto, sendo distribuídos às seções eleitorais em número não superior ao dos eleitores que nela devem votar e identificados com a respectiva seção de modo a não ser possível a utilização de cédula de uma seção em outra; a mesa receptora providenciará a devolução das cédulas não utilizadas ao Juiz Eleitoral respectivo, bem como inutilizará cada uma delas com a data da eleição, rubrica do presidente e mesário, circunscrição, zona e número da seção e a declaração: "não utilizada" e ainda, um nome de eleitor da seção, se houver, que não tenha votado, para início do processo previsto em lei.

Parágrafo:

Da ata da eleição constará o número de eleitores que votaram e o dos que não o fizeram, devendo haver coincidência dêste com o número de cédulas inutilizadas e devolvidas à Justiça Eleitoral após cada eleição, desconcados os votos em separado.



Artigo:

Nas eleições proporcionais será usada a sobrecarta oficial.

Artigo:

O eleitor ao apresentar o seu título à mesa receptora receberá do presidente a cédula e sobrecarta oficial, rubricadas pelo presidente e um dos mesários, e numeradas, sucessivamente, de um (1) até nove (9); havendo coincidência de eleições majoritárias e proporcional, o eleitor irá duas vezes à cabine indevassável para votar, em primeiro lugar, com a cédula oficial.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *João Machado.*

*Justificação*

As emendas propostas atendem, tanto quanto possível, ao que pretende a Justiça Eleitoral, de um lado, e aos Srs. Congressistas, de outro.

Tanto quanto possível porque admitem a cédula oficial para as eleições majoritárias, onde a utilização da mesma é mais fácil por parte de eleitor, e mais aconselhável, por motivos já conhecidos.

Com a redação proposta (que poderá ainda ser melhorada pelos doutos na matéria) pretendemos:

a) maior rigor na seleção do voto nos cargos de maior relevo, visto que o eleitor deve ser suficientemente esclarecido para escolher, na cabine indevassável, o nome ou os nomes dos candidatos do ou dos cargos a preencher;

b) impossibilidade de utilização de cédula de uma seção, ou de uma eleição, em outra;

c) identificação fácil dos eleitores que não votarem para necessária punição;

d) facilidade e sigilo no exercício do voto;

e) impossibilidade de confusão por parte do eleitor que, indo duas vezes à cabine indevassável, ficará resguardado de cometer o erro de colocar a cédula oficial dentro da sobrecarta oficial o que, além de dificultar a apuração pela falta de coincidência de número de votos em eleições coincidentes, com o de eleitores, ainda permite a fraude, pois o eleitor pode dizer que colocou a cédula oficial dentro da respectiva sobrecarta, porém, leva-la consigo para utilização por outro eleitor;

f) redução da influência do poder econômico de candidatos majoritários ricos aos quais ficarão equiparados aos candidatos pobres postos que dispensados todos da impressão de cédulas.

Quanto as eleições proporcionais, é mantido o critério da sobrecarta oficial tanto de agrado de alguns legisladores; parece-nos mesmo prudente que esse sistema seja mantido, por enquanto, admitindo-se que futuramente ceda, também, lugar ao da cédula oficial, isto é, quando houver maior celectionamento que só a prática de cédula oficial para eleições majoritárias poderá permitir.

São as razões, às quais outras acrescentaremos oportunamente, que nos levam a submeter à elevada, consideração dos Srs. Deputados as emendas ao Projeto n.º 4.601-A de 1954.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *João Machado.*

PARECER À EMENDA

N.º 44

Pela rejeição, por estar prejudicada.

A Comissão Mista apreciou conjuntamente as emendas referentes a Cédula Oficial, rejeitando-as. Cronologicamente, esta foi a primeira emenda preconizando a limitação da cédula oficial às eleições majoritárias.

N.º 45

Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao artigo 20 do substitutivo — (artigo 10 do Projeto).

Parágrafo — Na hipótese da ausência de membros da mesa receptora, ou ocorrendo qualquer motivo que dificulte a sua instalação, providenciará a respectiva autoridade eleitoral, substituída na sua ausência pelos fiscais ou delegados de partidos, para instalação da referida mesa receptora, no local previamente designado e com eleitores que a mesma seção pertencam.

Parágrafo — Verificada a absoluta impossibilidade de instalação da mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da sua seção, a qual será removida para a em que tiverem de votar juntamente com o indispensável material.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *João Machado.*



### Justificação

O Projeto havia previsto a hipótese da impossibilidade da instalação da mesa receptora, incluindo em seu texto o artigo n.º 12 (que constitui o segundo parágrafo da presente emenda).

O substitutivo, além de dar forma muito mais rígida ao seu artigo 20, que versa sobre a matéria, omitiu qualquer medida capaz de assegurar a coleta dos votos de eleitores de qualquer seção cuja mesa receptora não se instale, excluindo, de uma só vez quatrocentos cidadãos do seu direito de voto.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *João Machado.*

### PARECER À EMENDA

N.º 45

(Com subemenda)

Pela aprovação, com a seguinte subemenda:

#### SUBEMENDA À EMENDA N.º 45

"Art. — Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos a turma da seção em que deveriam votar a qual será transportada para a em que tiverem de votar.

§ 1.º — As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da seção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobrecartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2.º — O transporte da urna e dos documentos da seção será providenciado pelo membro da mesa ou secretário que comparecer, acompanhando-a os fiscais que o desejarem".

N.º 46

Acrescente-se onde convier:

"Art. Os trabalhos da Comissão Apuradora, a que se refere o art. 108 do Código Eleitoral, poderão ser acompanhados por Delegados dos Partidos nela interessados, sem que, entretanto, nela intervenham com protestos, impugnações ou recursos.

§ 1.º Terminados os trabalhos da Comissão Apuradora, o seu relatório, de que trata o § 3.º do art. 108 do Código Eleitoral, ficará na Secretaria do Tribunal pelo prazo de 3 (três dias) para exame dos Partidos e candidatos

interessados, que poderão examinar também os documentos em que ele se baseou.

§ 2.º Terminado o prazo supra, os Partidos poderão apresentar as suas reclamações, dentro das 48 horas seguintes, sendo estas submetidas a parecer da Comissão Apuradora, que no prazo de 3 (três dias) apresentará aditamento ao relatório, com a proposta das modificações que julgar procedentes ou com a explicação da improcedência das arguições dos Partidos.

§ 3.º A Comissão Apuradora fará publicar no órgão oficial, diariamente, um boletim com a indicação dos trabalhos, realizados e do número de votos atribuídos a cada candidato.

### Justificação

A falta de dispositivo expresso no Código Eleitoral, autorizando aos Partidos a fiscalização dos trabalhos apuratórios de eleições nos Tribunais Regionais, determinou que o Tribunal Superior Eleitoral interpretasse a lei como proibitiva daquela medida. Entretanto, apatentaram-se elevados de erros em diversas regiões, nascendo daí os frequentes pedidos de recomtagem de votos. A emenda visa, justamente, sanar esta falha da presente legislação eleitoral.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, 24 de maio de 1955. — *Ernani Satiro.*

(1) Estas emendas, em número de 13, foram elaboradas pelo Senador Vilas Boas. Como no Senado não se passa mais emenda o Projeto, trago à Câmara colaboração do ilustre líder da U.D.N. naquela casa do Congresso.

### PARECER À EMENDA

N.º 46

(Com Subemenda)

Pela aprovação. A Comissão Apuradora, referida no art. 108 do Código Eleitoral, intervém na fase final da apuração. Seu trabalho deve ser acompanhado pelos partidos, que com os elementos colhidos nessa oportunidade e nos três dias de exame do seu relatório, referido no § 1.º, possam defender-se contra erros, pelo direito de reclamação conferido pelo § 2.º da Emenda.

O regime da ampla publicidade e fiscalização deve ser adotado sempre.



Adotem-se as modificações redacionais consatntes da seguinte subemenda:

No artigo, onde está "nela interessados" escreva-se "nêles interessados"; ainda no artigo, onde está "nela intervenham" redija-se "nêles intervenham".

N.º 47

Substituam-se os artigos 9.º e 11.º pelo seguinte:

Art. — Em audiência pública, que se realizará às 14 horas do nonagésimo dia anterior à eleição, o juiz Eleitoral declarará encerrada a inscrição de eleitores na respectiva zona e proclamará o número dos inscritos até às 18 horas do dia anterior, o que comunicará incontinenti ao Tribunal Regional Eleitoral, por telegrama, e fará público em edital, imediatamente afixado no lugar próprio do juízo e divulgado pela imprensa, onde já houver, declarando nele o nome do último eleitor inscrito e o número do respectivo título, fornecendo aos Partidos Políticos cópia autêntica deste edital.

§ 1.º — Na mesma data será encerrada a transferência de eleitores, devendo constar da comunicação, do edital e da cópia deste fornecida aos partidos o nome do último eleitor cujo processo de transferência esteja definitivamente ultimado nos termos do art. 13 § 4.º desta lei e o número do seu título eleitoral.

§ 2.º — O despacho de pedido de inscrição ou de transferência de eleitor, proferido após o encerramento do alistamento eleitoral, sujeita o Juiz às penas do art. 175 n.º 7 do Código Eleitoral.

#### Justificação

Uma das fontes de fraude no alistamento eleitoral é a faculdade conferida ao Juiz de despachar pedidos de inscrição e de transferência após o encerramento do alistamento eleitoral, facultando-lhe, assim, despachar favoravelmente os requerimentos de determinado partido, indeferindo ou exigindo diligências em relação ao de outros partidos.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA  
N.º 47

(Com Subemendas)

Pela aprovação, com as alterações constantes das subemendas oferecidas neste parecer.

O art. 11 do Substitutivo proíbe o recebimento de requerimento de alistamento dentro dos 100 dias anteriores à eleição. Mas os requerimentos recebidos até o limite máximo do prazo serão autuados, seguindo-se a qualificação e a inscrição.

São três as fases do alistamento: o pedido de inscrição, a qualificação e, finalmente, a inscrição. O encerramento da qualificação e da inscrição será aos 70 dias da eleição, diz o art. 9.º do Substitutivo. E' em função deste prazo que a emenda n.º 47 será exequível.

No dia posterior ao término do prazo para o encerramento, pois a partir daí *todos os títulos* devem estar prontos para a entrega (os de inscrição originária, os pedidos de transferência e os de 2.ª via de título, por perda ou extravio do mesmo), por força dos arts. 9.º, §§ 1.º e 2.º e art. 14 do Substitutivo, — isto é, no 69.º dia da eleição, as providências lembradas na emenda n.º 47 poderão ser adotadas.

Com as alterações constantes de subemendas, a idéia central da proposição ora em causa deverá ser aceita pois como com acerto diz o seu ilustre autor:

"Uma das fontes de fraude no alistamento eleitoral é a faculdade conferida do juiz de despachar pedidos de inscrição e de transferência após o encerramento do alistamento eleitoral, facultando-lhe, assim, despachar favoravelmente os requerimentos de determinado partido, indeferindo ou exigindo diligências em relação aos de outros partidos".

A emenda, como já foi dito, deverá sofrer as alterações constantes das seguintes subemendas:

1.ª) Onde está: "do nonagésimo dia anterior à eleição" — Escreva-se: "do sexagésimo nono dia anterior à eleição".

2.ª) Onde está: "declarando nele o nome" — Escreva-se: "declarando nêles o nome".

#### Justificação

"Nêles", no plural, pois a exigência será comum ao telegrama, expe-

Caixa: 227

PL N.º 4601/1954

46

Lote: 32



dido Tribunal Regional, ao edital e à publicação pela imprensa.

3.<sup>a</sup>) Onde está: "fornecendo aos partidos políticos cópia autêntica deste edital." — Escreva-se: "fornecendo aos diretórios municipais dos partidos cópia autêntica deste edital."

4.<sup>a</sup>) No § 1.<sup>o</sup>, após: "será encerrada a transferência de eleitores". — Prossiga-se: "e a expedição de 2.<sup>a</sup> via do título, por perda ou extravio".

5.<sup>a</sup>) No § 1.<sup>o</sup>, onde está:

"devendo constar da comunicação" escreva-se:

"devendo constar do telegrama do Juiz Eleitoral ao Tribunal Regional Eleitoral".

6.<sup>a</sup>) Onde está, no § 1.<sup>o</sup>:

"aos partidos"

diga-se:

"aos diretórios municipais dos partidos e da respectiva publicação pela imprensa".

7.<sup>a</sup>) No § 1.<sup>o</sup>, onde está:

"o nome do último eleitor, cujo processo de transferência esteja definitivamente ultimado nos termos do artigo 13 § 4.<sup>o</sup> desta lei e o número do seu título eleitoral".

escreva-se:

"respectivamente os nomes dos últimos eleitores, cujos processos de transferência e pedido de 2.<sup>a</sup> via do título, por perda ou extravio, estejam definitivamente ultimados e o número dos respectivos títulos eleitorais".

8.<sup>a</sup>) Redija-se assim o § 2.<sup>o</sup>:

"O despacho de pedido de inscrição, transferência ou 2.<sup>a</sup> via de título, por perda ou extravio, proferido após esgotado o prazo legal sujeita o Juiz Eleitoral às penas do art. 175, n.<sup>o</sup> 7, do Código Eleitoral".

9.<sup>a</sup>) A Emenda n.<sup>o</sup> 47 e respectivas sub-emendas não foram aceitas como Substitutivas aos arts. 9.<sup>o</sup> e 11.<sup>o</sup> do Substitutivo, como foram proposta.

Serão emendas *aditivas*.

N.<sup>o</sup> 48

Suprima-se a letra "a" do art. 12.

*Justificação*

A supressão aqui proposta decorrerá da aceitação da emenda anterior.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

N.<sup>o</sup> 48

PARECER À EMENDA

*Pela rejeição.*

Apesar da aceitação, com sub-emenda, da emenda n.<sup>o</sup> 47, a letra "a" do art. 12 não deve ser suprimida.

Este artigo cuida da transferência, relacionando as condições que devem ser cumpridas, a fim de que ela seja decorrida. Entre elas está o ingresso do pedido de transferência em cartório, até 100 dias antes de cada eleição. É um caso importante, cuja menção é de inteiro propósito no referido art. 12 letra "a".

N.<sup>o</sup> 49

Acrescente-se no art. 1.<sup>o</sup> *in-fine* o seguinte:

— "obedecendo à ordem cronológica do seu recebimento pelo Cartório Eleitoral".

*Justificação*

Constitui garantia para os Partidos ficar o Juiz obrigado a despachar os pedidos de inscrição pela ordem da sua apresentação.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

PARECER À EMENDA

N.<sup>o</sup> 49

*Pela aprovação.*

Realmente, o adendo sugerido constitui garantia para os partidos. A ordem cronológica será um critério objetivo preservador, de rigoroso imparcialidade na qualificação. Protegerá partidos e eleitores contra preterições ou procrastinações.

N.<sup>o</sup> 50

Acrescente-se no art. 3.<sup>o</sup> *in-fine* o seguinte:

"contando-se desta publicação o prazo para os recursos a que se refere o parágrafo 2.<sup>o</sup> do art. 1.<sup>o</sup>".

*Justificação*

A emenda visa evitar dúvidas futuras sobre o prazo para os recursos ali referidos.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

PARECER À EMENDA

N.<sup>o</sup> 50

*Pela aprovação.*

Realmente, é necessário explicar que o prazo para o recurso admitido no § 2.<sup>o</sup> do art. 1.<sup>o</sup> seja contado da data



da publicação do respectivo despacho do Juiz, a que faz menção o art. 3.º do Substitutivo.

N.º 51

Acrescente-se nos artigos 5.º e 6.º depois da palavra — “escrivão” as seguintes:

— “ou escrevente”.

*Justificação*

No caso de afluência de trabalhos no Cartório Eleitoral, como também no de zona vasta, com núcleos eleitorais disseminados e distantes, será de conveniência que o Juiz Eleitoral confira atribuição de entrega títulos a escreventes juramentados.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA

N.º 51

Pela rejeição, nos termos do parecer contrário à emenda n.º 16, de teor semelhante.

N.º 52

Substitua-se o art. 16 pelo seguinte:

— “Art. — Os eleitores com 2.ª via de títulos eleitoral votarão sempre em separado, pela forma mencionada no art. 87, § 4.º, letras A, B, C e D do Código Eleitoral, escrevendo o Presidente da mesa receptora na sobrecarta maior o seguinte: — “Segunda via de título eleitoral”.

*Justificação*

A emenda corrige a omissão do parágrafo 4.º e da letra A no texto de projeto.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA

N.º 52 (com Subemenda)

Pela aprovação, excluída a referência à letra a do § 4.º do art. 87.

Nesse sentido faz-se necessária a seguinte

SUBEMENDA

— Onde está, na emenda, “letra a, b, c e d” escreva-se: “letras b, c e d”.

A emenda 52 é redacional. Corrige evidente engano resultante de omissão do § 4.º do art. 87 do Código Eleitoral, único, aliás, que disciplina a matéria sob a forma ordenatória pelas letras do alfabeto.

A subemenda é indispensável, porquanto a impugnação é automática, por força da lei, isto é, sempre se dará, quando o eleitor votar com segunda via do título eleitoral. Não é possível, pois, que se escreva na sobrecarta maior que esse voto foi impugnado por Fulano ou Beltrano. Foi a lei quem impugnou.

N.º 53

Substituam-se no art. 17 as palavras iniciais: — “imediatamente após o encerramento dos prazos para” — pelas seguintes:

— “no dia imediato ao do encerramento do”.

*Justificação*

A presente emenda será uma decorrência da aceitação pelo plenário da emenda n.º 2 referente ao encerramento do alistamento e da transferência de eleitor.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA

N.º 53

Pela aprovação. É redacional. “Imediatamente” obrigaria o início da organização das listas de eleitores no mesmo dia, horas depois do encerramento do alistamento. A redação oferecida é acertada.

N.º 54

Substituam-se na letra “B” do artigo 19 as palavras — “fôlhas de votação” — pelas seguintes:

— “lista de eleitores”.

Acrescente-se depois de — “6.º — o seguinte :

— “9.º — ”.

*Justificação*

Alem de a fôlha de votação não ser feita com a fiscalização dos Partidos, determinada no art. 18, não há dispositivo algum legal determinando que nela se contenha, sob qualquer penalidade, os nomes dos eleitores da seção.

— A revogação do parágrafo 9.º do art. 87 do Código Eleitoral é uma consequência da letra “B” do art. 19 e do art. 20 do projeto.

PARECER À EMENDA

N.º 54

Pela aprovação.

Realmente, o documento que, na espécie, faz fé por excelência é a lista



de eleitores. E' elaborada com as cautelas dos arts. 17 e 18 do Substitutivo, sob a fiscalização direta dos partidos, iniciada e terminada, respectivamente, 99 e 30 dias antes do pleito e publicada para conhecimento geral e retificação, através de reclamações ou recursos, pois haverá tempo para isso. Só a não existência do nome nessa lista, que também distribui o eleitorado pelas seções, impedirá o voto.

A inclusão do § 9.º na remissão do art. 87 do Código Eleitoral, para expressamente revogá-lo, também deve ser aceita. A permissão de votar fora da respectiva seção eleitoral, que esse § 9.º do art. 87 permite, não mais será permitida. O § 9.x do art. 87 será implicitamente revogado pelos arts. 19 e 20, do Substitutivo. Mas para obviar dúvidas, também o será, literalmente, pelo parágrafo único do art. 19 do Substitutivo, como consequência da aprovação da Emenda número 54.

N.º 55

Substitua-se o art. 22 pelo seguinte:  
Art. As sobrecartas para votação serão numeradas pelo Presidente da mesa receptora de 1 a 9, sucessivamente, à medida e no momento em que forem entregues aos eleitores, sendo rubricadas por aquele e pelos mesários.

#### Justificação

Já tem acontecido substituir-se toda a votação duma seção, desde que o Presidente da mesa concorde em rubricar outras sobrecartas. Uma vez que o projeto adota a organização da mesa por indicação dos Partidos, torna-se impossível esta modalidade de fraude.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA

N.º 55

#### Pela rejeição.

O teor da presente emenda constava do anteprojeto elaborado pelo relator. Ali também se exigia a rubrica dos mesários, além da do presidente da mesa receptora. Entendeu a maioria da Comissão Mista que a exigência de numeração de 1 a 9, aliada à rubrica exclusiva do presidente da mesa receptora, já defende suficientemente essa fase eleitoral contra a fraude.

O relator enuncia, assim, a propósito da emenda, ponto de vista já manifestado pela Comissão Mista sobre a matéria. Entendeu esta, que isso acarretaria complicação dispensável à votação.

N.º 56 *a. n.º 56*

Acrescente-se no final do § 1.º do art. 29 as seguintes palavras:

— “em audiência pública anunciada pela imprensa, onde há houver, e por edital afixado no lugar próprio do juízo eleitoral, com, pelo menos, 5 dias de antecedência”.

#### Justificação

Ato dessa natureza deve ser processado em audiência pública designada com antecedência.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA N.º 56, COM SUB-EMENDAS

Pela aprovação.

O anúncio em audiência pública confere merecido relevo a ato da importância da nomeação dos membros das mesas receptoras. Será mais uma forma de torná-lo público, notório, do conhecimento geral. Além disso, essa notoriedade permitirá melhor fiscalização de sua regularidade e consequente interposição de recursos para restaurá-la, se ofendida, antes que a preclusão os torne ineptos. A emenda, contudo, deverá constituir parágrafo específico, conforme sugere a seguinte

#### SUB-EMENDAS

1.ª) Inclua-se a Emenda 56 como § 2.º do art. 29, alterando-se a numeração dos demais parágrafos:

“§ 2.º A nomeação dos membros das massas receptoras será feita em audiência pública, anunciada pela imprensa, onde houver, e por edital, afixado no lugar próprio do juízo eleitoral, com, pelo menos, 5 dias de antecedência.”

2.ª) No parágrafo 1.º do art. 29, onde está:

“Os juizes eleitorais escolherão e nomearão” diga-se:

“O juiz eleitoral escolherá e nomeará”.

N.º 57

Substituam-se no art. 30 e seu parágrafo único as palavras.

— “do mesmo” — Pelas seguintes:  
— “de igual”. —



*Justificação*

A emenda é puramente de redação. S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

PARECER À EMENDA N.º 57

*Prejudicada* pela aprovação da emenda n.º 12 e respectiva subemenda, de igual teor.

## N.º 58

Ao art. 31 acrescente-se o seguinte: — “§ 3.º — O Juiz Eleitoral comunicará ao Tribunal Regional as seções da sua zona onde os eleitores tenham sido impedidos de votar por não haver funcionado a respectiva mesa receptora, devendo o Tribunal determinar que a eleição ali se realize, no prazo máximo de 10 dias sob a presidência de Juiz de Direito auxiliado por dois mesários e dois secretários que este designar.

*Justificação*

A realização de eleição, onde se verificar fato daquela natureza, não deverá ficar dependente dos fatos a que alude o art. 107 do Código Eleitoral.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

PARECER À EMENDA N.º 58.

Pela rejeição. Os eleitores impedidos de votar, a que alude o art. 107 do Código Eleitoral, só deverão fazê-lo nas condições em que este artigo admite. Evidentemente, se a nova eleição não trouxer consequência alguma, pois não alterará a classificação das legendas partidárias ou dos candidatos eleitos pelo sufrágio majoritário, para que fazê-la?

## N.º 59

Acrescente-se ao art. 35 o seguinte: “parágrafo único — Quando a Força Federal tiver de garantir a eleição em seção onde não esteja presente o Juiz Eleitoral, este designará Promotor Público ou funcionário do seu Juízo para acompanhar aquela Força e lhe orientar a ação dentro da lei, sob as penas do art. 175 número 31 do Código Eleitoral.

*Justificação*

Tem acontecido várias vezes que a Força Federal é mandada para Vila ou Povoado onde não existe qualquer autoridade judiciária, que lhe oriente a ação garantidora da liberdade do voto. E, como ela fica à disposi-

ção do Juízo Eleitoral, este, quando possa acompanhá-la ao local onde deva prestar as garantias legais, designará pessoa idônea e de sua confiança para aquele fim.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

PARECER À EMENDA N.º 59

*Pela rejeição.*

A força federal deverá estar à disposição da justiça eleitoral, como todas as demais forças asseguradoras da ordem: Polícia Municipal, Polícia Civil do Estado, Milícias Estaduais, Força Pública, etc. etc.

O juiz eleitoral será o árbitro de convocar esta ou aquela, no sentido de enfrentar as ocorrências. O que importa é que ele tenha à mão força suficiente, para que não seja desautorado no seu propósito de garantir um clima de segurança, indispensável à boa transcorrência do pleito. Além do mais, permitir que qualquer funcionário da justiça eleitoral acompanhe e oriente inclusive a força federal, que poderá estar comandada por patente militar, parece ao relator inexequível.

## N.º 60

Acrescente-se onde convier:

Art. — Não serão admitidos recursos contra validade da votação nem da apuração, se os fatos ou atos que lhe servirem de fundamento não tiverem sido objeto de protesto ou impugnação, respectivamente, perante a mesa receptora ou perante a junta apuradora, no momento de serem praticados.

*Justificação*

Busca-se aqui evitar a fraude tentada por meio de recursos após verificar-se o resultado desfavorável da apuração.

*Ernani Satiro*.

PARECER À EMENDA N.º 60

Pela rejeição, pela preliminar de que a matéria é inoportuna na reforma de emergência que se quer elaborar. Todas as emendas disciplinadoras de recursos foram remetidas a posterior reforma por parte do Congresso. A emenda regula a preclusão. É dela ainda, um elastério que abrange os casos focalizados na emenda 60, o art. 152, § 2.º, do Código Eleitoral.



N.º 61

Acrescente-se onde convier:

Art. — Verificando-se que os votos das seções anuladas, ou a soma destes com os daqueles cujos eleitores ficaram impedidos de votar, poderão alterar o número de candidatos de qualquer legenda, ou classificação de candidato eleito pelo princípio majoritário, ordenará o Tribunal a realização de eleições suplementares.

Parágrafo único — Essas eleições obedecerão ao estabelecido no parágrafo único do art. 107 do Código Eleitoral, mas só serão marcadas após o julgamento em última instância dos recursos das anulações que as determinaram.

Art. — A representação de aliança de partidos compete exclusivamente aos delegados e fiscais nomeados pela comissão interpartidária, a que se refere o § 3.º do art. 140 do Código Eleitoral, não lhe aproveitando, nem aos Partidos que a constituírem, as impugnações e recursos interpostos por Delegados e Fiscais destes.

Art. — Os Tribunais não conhecerão de recurso que não esteja devidamente instruído, nem dos que, nas eleições simultâneas, não declararem com precisão a qual delas se refere.

*Justificação*

Constitui um erro do art. 107 do Código Eleitoral determinar que só haja eleição suplementar, no caso daquelas que obedecer ao sistema proporcional, quando os votos anulados possam alterar qualquer quociente partidário, pois que, sem essa alteração, poderá modificar o número dos eleitos pelas sobras. Também é de toda conveniência que as complementares se realizem após a confirmação das anulações na instância superior, de vez que, muitas vezes, o provimento do recurso contra a anulação vem depois da realização daquelas, com grandes dispêndios inúteis para a União e para os interessados.

Ainda não firmaram de modo uniforme e definitivo os Tribunais jurisprudência no sentido de que as alianças partidárias tenham Delegados e Fiscais próprios para a defesa de seus interesses. Isso, porém, exige esclarecimento na lei para uma perfeita observância do § 3.º do art. 140 do Código Eleitoral.

A primeira parte do último art. já constitui jurisprudência do Tribunal

Superior Eleitoral. A segunda parte é uma decorrência de preceito contido nas instruções para eleição de 3 de outubro do ano passado e faz desaparecer as dúvidas e incertezas com relação a extensão dos recursos nas eleições simultâneas.

S. S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. — *Ernani Satiro*.

PARECER À EMENDA N.º 61

Pela rejeição. A matéria não é de legislação de emergência. Notadamente o primeiro artigo, estabelecendo novo critério para renovação da eleição. A preliminar da inoportunidade prejudica cogitações "de meritis". A emenda quer estender a renovação da votação impedida ou anulada até ao regime das sobras.

N.º 62

Inclua-se onde couber:

Art. — É constituída a Comissão Mista de Reforma da Lei Eleitoral, composta de cinco magistrados da Justiça Eleitoral, três deputados e três senadores, escolhidos, respectivamente, pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelas duas Casas do Congresso Nacional, cuja missão será a elaboração da reforma integral a que deve ser submetido o atual Código Eleitoral.

Parágrafo único — A escolha dos membros dessa Comissão ocorrerá na segunda quinzena de março de 1956, começando o órgão a trabalhar logo seja organizada, elaborado o seu regimento interno e eleita a sua direção devendo a proposição de reforma ser apresentada em setembro do mesmo ano, à Câmara dos Deputados.

Em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

*Justificação*

É preciso assegurar-se a brevidade da apresentação do Projeto de reforma do Código Eleitoral.

A emenda que se apresenta tem esse objetivo.

Nessa reforma caberá a adoção da cédula oficial de votação, que então vigorará, a partir das eleições gerais de 1958, quando se procederá à renovação da Câmara e do Senado.

Instituído esse novo processo de votação na reforma, haverá tempo bastante para a companhia educativa que é mister fazer-se em todo o país, para tornar apto e esclarecido o eleitor a votar por esse novo processo.

Em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.



PARECER À EMENDA N.º 62

Pela rejeição.

A reforma da lei eleitoral, a ser feita após 3 de outubro próximo, deverá ser efetivada segundo critérios que a ocasião julgar mais convenientes.

A matéria não tem pertinência com a próxima eleição. Assim, não deverá constar da lei de emergência que se quer elaborar.

Além do mais, será inconstitucional cometer-se a um poder independente, como a justiça eleitoral em caráter obrigatório, a missão que a emenda focaliza. Ela consubstancia extralimitação do legislativo.

N.º 63

Dê-se a seguinte redação ao artigo 35 do Substitutivo da Comissão Mista:

"Art. 35 — Comprovada a intervenção, por meio de força policial militar ou guarda civil estadual ou municipal, de autoridades do Estado ou do Município nas eleições, serão as mesmas realizadas sob garantia da força federal, mediante a necessária requisição dos órgãos de Justiça Eleitoral."

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

*Justificação*

A redação dada pela Comissão Mista ao art. 35 do Substitutivo é quase a mesma apresentada no artigo 11 da proposição governamental. Ambas propõem que as eleições sejam "sempre" realizadas com a garantia da força federal. Ora, nunca, de forma geral, houve falta de garantia em qualquer Estado ou Município, às eleições, de parte das autoridades responsáveis pelo cumprimento das leis federais. Casos excepcionais têm ocorrido, de compressão dos governos estaduais ou municipais, sobre os eleitores que lhe são adversos. Então aí, quando falha a energia do juiz eleitoral, o jeito é pedir a garantia da força federal.

Uma eleição realizada "sempre" *manu militari*, especialmente tendo-se em consideração a possibilidade da existência de candidatos militares aos cargos eletivos, não primaria por um pleito livre, especialmente no interior do Brasil.

A emenda, portanto, merece acolhida.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

PARECER À EMENDA N.º 63

Pela rejeição da emenda. Seu teor já está abrangido no texto da legislação atual, que outorga à justiça eleitoral o poder de requisição de força federal. Seria, pois, superfetação.

O que o art. 35 do Substitutivo quer é a garantia das eleições também pelo exército, sem prejuízo das outras forças, estaduais ou municipais, que também cooperam na tarefa geral e necessária de assegurar clima de absoluta ordem e imparcialidade.

A força federal não preterirá nenhuma outra. O Juiz tê-la-á imediatamente à mão, quando for ineficiente ou parcial o policiamento comum. Sem convocação, que se tem prestado a explorações com reflexos no eleitorado. A convocação não é do juiz porque será da lei. Será automática, não é provocada, porque é espontânea.

N.º 64

Inclua-se onde couber:

"Art. — Em qualquer fase do processo eletivo, pode o partido requerer o cancelamento do registro de candidato que haja, em tal período, repudiado a sua legenda, transferindo-se ao partido adverso àquele que o inscreveu."

Parágrafo único. — Nos casos deste artigo, o candidato egresso de seu partido perderá a votação nominal já obtida e a que venha obter, tratando-se de eleição suplementar, apurando-se apenas os votos da legenda partidária."

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

*Justificação*

A emenda resguarda os direitos e interesses dos partidos, em relação aos efeitos do registro de seus candidatos. Por outro lado, assegura respeito ao princípio da proporcionalidade da representação partidária.

Como no sistema do Código não há candidato que não seja partidário, somente os partidos podendo registrá-los, não é possível deixar-se ao candidato a faculdade de continuar concorrendo ao pleito sob a legenda

abjurada. O candidato que muda de partido durante o processo eletivo está sujeito às restrições e às penalidades do Código Eleitoral. A sua qualidade de concorrente partidário desaparece automaticamente com o



seu ato de egressão, devendo, porém, ser provocada a justiça pelas partes interessadas, para decretação do cancelamento de sua inscrição, o que poderá ser feito até mesmo por meio de recurso de diplomação.

A emenda é altamente moralizadora e vem em prestígio do fortalecimento dos partidos políticos, que são pessoas jurídicas de direito público interno.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

PARECER À EMENDA N.º 64

Coerente com o critério com que norteou seus pareceres, a Comissão Mista opina pela rejeição da emenda n. 64, pela preliminar de que a matéria não é caracteristicamente peculiar à Reforma de Emergência da legislação eleitoral. Assim agiu uniformemente com relação às proposições regulando recursos, reclamações, qualquer remédio judiciário enfim.

E a emenda n. 64 filia-se a essa categoria jurídica. O nobre deputado Pereira da Silva focaliza mais um capítulo da luta de sobrevivência dos partidos contra as defecções, as traições, as infidelidades partidárias. O tráfugo toma uma cadeira ao partido e este nada pode fazer. Urge encontrar-se um meio de polir o indecoroso turismo político pelas legendas. O art. 56 da Constituição diz, é certo, que o deputado é representante do povo. Mas representa o povo através, por intermédio, dos partidos. Uma representação não exclui a outra. Elas são simultâneas. O art. 56 diz também que o método para elegê-lo é o "sistema proporcional." No art. 40, ainda da Constituição e no art. 134, os partidos políticos têm assegurada a respectiva representação proporcional.

A fuga ao partido, que via de regra entra com 2/3 dos votos necessários para atingir o quociente eleitoral, vulnera direitos que a Constituição lhe confere e sem os quais perecerá porque são da legítima defesa.

Como se vê, o tema é complexo e de suma importância, já tendo sugerido vasta literatura jurídica e motivado rumorosas decisões de nossos pretórios.

Estão em causa preceitos do Estatuto Cívico, interpretados autonomicamente (arts. 56 e 134). De outro lado, não será possível disparar para extremo oposto, instalando as ditaduras partidárias, contra candidatos e

representantes que não se subordinem aos caprichos e ao mandonismo dos sobas, que empalmam a direção dos grêmios políticos. Sendo punitiva, a norma deverá descer ao cauísmo, para tipificar claramente as ocorrências que devem ser castigadas, por ser impossível e extremamente perigoso aplicar sanções por abusiva interpretação extensiva ou analógica. Um exemplo: depois de inscrito, certo candidato a deputado que passasse a ser incômodo concorrente a prestigiosa figura do seu partido, correria sério risco de ter sua candidatura guilhotinada pelo cancelamento, com a agravante de não poder pedir guarda a outra legenda, pois o prazo de inscrição já poderia estar esgotado. Pseudo infidelidades não faltariam.

Evidentemente, as razões expendidas são "de meritis". O Relator as enunciou como homenagem ao nobre propósito revelado pelo operoso deputado Pereira da Silva, ao mesmo passo que elas comprovam as razões de preliminar de inoportunidade que militam pela não aprovação da emenda n. 64.

N.º 65

Art. A publicidade das campanhas políticas, quer de partidos, quer de candidatos, far-se-á pelo livro, pela imprensa, pelo rádio, cinema e televisão e por comícios populares, sendo vedado a propaganda de cartazes, letreiros, dísticos, faixas e bandeiras, como de todo e qualquer processo que provoque escândalo ou incite paixões coletivas.

Parágrafo único. Cabe à Justiça Eleitoral zelar pelo cumprimento deste dispositivo.

Sala das Sessões, em 24-5-55 — *Nestor Duarte*.

PARECER

O art. 151 do Código Eleitoral disciplina com estas palavras a propaganda partidária:

"....."

Art. 151. Aos partidos políticos, por seus diretórios, independente de licença de autoridade pública e de qualquer tributo, é assegurado o direito de:

1 — ter, na fachada de suas sedes e dependências, o nome que os designe, pela forma que melhor lhes parecer;

2 — instalar auto-falantes nas suas sedes e dependências, assim como em veículos seus ou que estejam à sua



disposição em trânsito por qualquer ponto de território nacional, podendo fazê-los funcionar normalmente das dezesseis às vinte horas, e no período da campanha eleitoral, das quatorze às vinte e duas horas.

3 — fazer a propaganda própria ou de seus candidatos, mediante cartazes, assim como no período da campanha eleitoral, por meio de faixas afixadas em qualquer logradouro público.

§ 1.º A propaganda de que trata a alínea 3 poderá também ser feita diretamente por qualquer candidato registrado.

§ 2.º A administração municipal, no período da campanha eleitoral, fará colocar, em lugares apropriados, quadros para a afixação de cartazes. Se o não fizer, poderá fazê-lo qualquer partido.

§ 3.º A afixação de cartazes ou faixas nos prédios particulares ou não pertencentes ao domínio público dependerá de prévia autorização respectivamente, do proprietário ou locatário ou da autoridade sob cuja guarda estiverem. Neste último caso a autorização concedida a um partido ou candidato se estenderá automaticamente aos demais.

§ 4.º Ninguém poderá impedir o exercício dessas mesmas faculdades nem inutilizar, alterar ou perturbar meio de propaganda devidamente empregado. O infrator, além de ficar sujeito à ação penal competente, responderá pelo dano.

§ 5.º No período da campanha eleitoral, independente do critério da prioridade, os serviços telefônicos, oficiais ou concedidos, farão instalar, na sede dos diretórios devidamente registrados, telefones necessários, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas.

§ 6.º O período da campanha eleitoral, para os efeitos deste artigo, compreenderá em todo o país os três meses anteriores às eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e, em cada circunscrição eleitoral, os três meses anteriores às suas eleições gerais.

.....  
Como se leu, parte da emenda Nestor Duarte já encontra guarida na legislação vigente, quando esta regula, condiciona e limita ao interesse coletivo o direito de propaganda política.

A parte proibitiva da emenda não deve ser acolhida. A propaganda deve

ser patrulhada, condicionada; mas não deve ser interdita de forma absoluta. A lei deve coibir abusos. Não suprimir o uso, pelo abuso. o uso, pelo abuso.

Em minha casa, devo conservar o direito de, em sua frente, colocar faixas e cartazes do candidato de meu grado. Se não o fôr, o Código Eleitoral não permite que sem minha permissão, isso seja feito (art. 151, parágrafo 3.º).

Neste passo, como em outros, o que a experiência indica é que o Código, via de regra, não tem sido cumprido, notadamente sua preceituação primitiva. E o que acontece com o parágrafo 6.º do artigo 151: admite a propaganda pela maneira que discrimina, nos 3 meses antes das eleições, no chamado oficialmente "período da campanha eleitoral". Transladou-se para nossa legislação preceito adotado em outros países de avançada educação e tradução políticas.

Ora, nas eleições atuais, ainda não atingimos esse interregno e o país está vestido de cartazes e sapintado de rótulos presidenciais.

O poder público, principalmente as municipalidades, e os particulares, estão legalmente armados contra a propaganda desautorizada que lhes suja, borra e afeia as ruas, os monumentos, os prédios públicos ou as residências.

O relator, respeitando embora o nobre propósito evidenciado pelo operoso deputado Nestor Duarte, entende que providências complementares às já existentes devem ser objeto de exame na reforma posterior que o Congresso deverá elaborar.

Essa a razão de preliminar contra a aprovação da emenda n.º 65.

#### N.º 66

Acrescente-se onde convier:

Art. Para efeito de registro de candidatos não serão requisitadas nem aceitas informações policiais tenham por objetivo limitar as cautelas previstas no art. 141 e parágrafos 1.º, 3.º, 5.º, 7.º e 8.º, ou ampliar o disposto no artigo 135 e seus parágrafos, no artigo 139, incisos II, III, IV e V e no artigo 140, tudo da Constituição da República.

#### Justificação

Quando a Constituição é violada por Instruções ou Portarias deve o legislador socorrê-la com medidas que evitem atentados ao direito dos candidatos e ao respeito ao voto.



Qualquer limitação a direitos ou garantias individuais ou ampliação das formas de inelegibilidade prescritas em lei, não só fere as cautelas do regime democrático, como abre caminho a precedentes que alteram a fisionomia da liberdade do voto no que concerne ao direito de escolha e promove continuas perturbações na esfera dos recursos judiciais. Por outro lado, a intervenção policial, para efeito de caracterização ideológica do candidato é impertinente e vexatória à própria justiça.

O candidato se eleito, deve, quanto a isto, responder perante o Poder Legislativo, nos termos do artigo constitucional pertinente ao assunto. Campo de intrigas políticas e mesmo de difamação, qualquer restrição ao espírito constitucional deve ser evitada pelo legislador.

Sala das Sessões, em 24-5-55. —  
*Abguar Bastos.*

PARECER À EMENDA  
N.º 66

Pela rejeição, pela inoportunidade da matéria ser disciplinada na lei de emergência que agora se quer elaborar.

A espécie deverá ser regulada na reforma que posteriormente se fará à legislação eleitoral. Verifica-se que a atinência da emenda é principalmente, com as eleições regida pelo princípio proporcionalista, ao passo que a quase totalidade do pleito próximo se refere a candidaturas subordinadas ao princípio majoritário.

O assunto é de suma importância, mesmo porque bastará ler a emenda 66 para que se verifique que estão em causa direitos e garantias decorrentes da Constituição Federal. Recorde-se, aliás que, na espécie, o órgão apto para restaurar o império de direitos conferidos até pelo Código Supremo e desrespeitados, é o judiciário. O problema não é de lei, uma vez que já existe. Mas do seu cumprimento, problema do judiciário.

N.º 67

Acrescente-se onde couber:

(Do Sr. Abguar Bastos).

Art. — Não cabe, após a diplomação de governador, prefeito, senador, deputado ou vereador, recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, baseado em inelegibilidade que não esteja expressa na Constituição.

§ 1º Os Tribunais Eleitorais Regionais não encaminharão ao Tribu-

nal Superior Eleitoral recursos de registros concedidos a candidatos e já passados em julgado, quando, pelo recorrente, seja alegada inelegibilidade por atividades político-sociais.

*Justificação*

Os acórdãos do Tribunal Superior Eleitoral são unânimes em negar provimento aos recursos que visem, na fase de diplomação, contestar registros de candidatos fora dos prazos de lei. Tais recursos, na maioria dos casos, dizem respeito a atividades políticas do candidato em pretensa convivência com organização por ventura extinta por lei. Acontece que os Tribunais Eleitorais Regionais, examinando a matéria, concedem ou não o registro. Se o concedem, julgaram o candidato isento de filiações políticas inidôneas perante as cautelas da lei. Se no prazo de impugnação não surgem recursos, não poderão ser encaminhados na fase da diplomação, por quanto será o mesmo que rever coisa julgada e matéria preclusa. Assim o tem entendido o Tribunal Superior Eleitoral. Para coibir o abuso que não só faz aumentar o trabalho judiciário, prejudicando o andamento rápido dos demais processos eleitorais, como deixa em suspenso por longo tempo a legitimidade do mandato concedido, convém evitar que tais recursos sejam encaminhados, ao mesmo tempo que se disciplinem os recursos permitidos na fase da diplomação nos termos expressos pelos dispositivos constitucionais, do Código Eleitoral e Regimentos Internos dos respectivos Tribunais. Ocorre ainda como inconveniência da intempestividade, que o eleito pode tomar posse, sem estar dela garantido, o que julgamos incompatível com os cuidados jurídicos do legislador.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1955 — *Abguar Bastos.*

PARECER À EMENDA

N.º 67

Pela rejeição, uma vez que a matéria deverá ser regulada em reforma posterior e mais completa da legislação eleitoral.

A Comissão Mista circunscreveu ao mínimo inadiável e urgente a reforma de emergência que agora deve ser feita. Além disso, ateve-se à vinculação direta e imediata ao pleito de 3 de



butubro. Assim, tôdas as emendas focalizando matéria semelhante à da versada na de n.º 67 mereceram parecer análogo ao ora exarado.

**N.º 68**

Acrescente-se ao art. 1.º o seguinte:

Parágrafo — O Juiz poderá verificar a alfabetização do alistando por iniciativa própria ou a requerimento de delegado de Partido. A verificação constará de leitura e cópia de pequeno trecho de livro adotado em curso primário.

**Justificação**

A emenda visa dar ao Juiz poderes para verificar a alfabetização dos alistandos sempre que achar necessário, ou quando assim o solicitar algum delegado de Partido.

Sala das Sessões, em 11-5-55 — Lincoln Feliciano.

**PARECER À EMENDA**

**N.º 68**

Pela rejeição. O objetivo da emenda já é alcançado na legislação atual. Assim o art. 45, parágrafo 1.º, do Código Eleitoral, focaliza as providências que o juiz eleitoral deverá tomar no sentido de verificar, em caso de dúvida, se o eleitor satisfaz o requisito constitucional de ser alfabetizado.

Quanto a iniciativa de ofício do juiz eleitoral, êle a tem nos termos das letras b", "k" e "r" do artigo 20 do Código Eleitoral.

Aliás, a impressão que se tem é que o douto autor da emenda ofereceu-a ao Projeto n.º 4.601-A e não ao Substitutivo, uma vez que o art. 1.º daquele, e não o dêste, é que versa matéria pertinente com a tartada em sua proposição.

**N.º 69**

Ao art. 5.º.

Substitua-se a expressão "aquêles cujo falecimento seja notório" por "aquêles que tiverem falecido".

**Justificação**

Naturalmente, o que se quer é excluir das folhas de votação todos os que tiverem falecido e disso tenha conhecimento o Juiz Eleitoral. Não apenas aquêles cujo falecimento seja notório, isto é, público, conhecido de todos.

Sala das Sessões, em 11-5-55. — Lincoln Feliciano.

**PARECER À EMENDA**

**N.º 69**

Pela rejeição. Saliente-se, inicialmente, que a emenda é ao Projeto número 4.601, de 1954 e não ao Substitutivo da Comissão Mista.

Em segundo lugar, a remissão está errada: é ao art. 6.º, letra "a", e não ao art. 5.º. A Comissão Mista considerou aconselhável a fixação legal da inalterabilidade, como regra, das listas dos eleitores.

Não aceitando o art. 6.º, que é o todo, tornou-se prejudicada sua parte, objeto da Emenda n.º 69.

**N.º 70**

Acrescente-se onde convier:

Art. As prefeituras poderão proibir a afixação de cartazes de propaganda, em lugares impróprios, bem como a inscrição de letreiros por pichamento ou qualquer outro forma desde que coloque, em lugares públicos apropriados, quadros ou pranchetas destinados à colocação dos programas partidários e plataformas dos candidatos.

Parágrafo único — O plano para execução do disposto neste artigo será elaborado pelo Prefeito e aprovado pelo Juiz Eleitoral.

Sala das Sessões, em 22-5-1955. — Lincoln Feliciano.

**Justificação**

A propaganda eleitoral, por meio de cartazes e letreiros pichados ou escritos a giz, feita de maneira desordenada, é um espetáculo dos mais tristes que oferecem as nossas eleições.

A campanha para que se coíba esse abuso, que tanto enfeia as cidades, parte do "Correio do Litoral", em Itanhaem no meu Estado.

A medida cabe perfeitamente na lei de emergência que ora se discute, e, pela sua necessidade evidente, terá certamente o apoio da Câmara. Em 22-5-55. — Lincoln Feliciano.

**PARECER À EMENDA**

**1.º 70**

Pela rejeição. O Código Eleitoral, no art. 151ª rege a propaganda partidária. Inclusive especifica a interdição constante da Emenda n.º 70, no parágrafo 3.º. No parágrafo 2.º, regula a providência da colocação de quadros para a fixação de cartazes por parte da administração municipal.

Pelo que se vê, a emenda seria iterativa, portanto supérflua.



N.º 71

Art. 7.º — Acrescente-se, em seguida, ao parágrafo segundo, os seguintes parágrafos, alterando-se a numeração dos demais:

§ 3.º As sobrecartas serão opacas mas terão uma janela, em papel transparente, correspondendo ao lugar da rubrica do presidente da mesa receptora, no anverso da cédula, de forma que se possa verificar, depois de encerrada esta, que está devidamente rubricada.

§ 4.º Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas e tantas sobrecartas quantas as cédulas, todas por ele devidamente rubricadas no anverso, sob pena de nulidade, o eleitor passará à cabine indevassável onde assinalará a tinta da cor determinada pelo Tribunal Eleitoral: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X), o nome do candidato da sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica, o partido ou legenda em que vota, e o número com que estiver registrado o candidato de sua preferência. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará a cédula ou cédulas, cada uma na respectiva sobrecarta, de maneira que a rubrica do presidente da mesa coincida com a janela transparente, fechando em seguida. No ato de receber a sobrecarta ou sobrecartas, o presidente da mesa deverá verificar, pela janela transparente, se a cédula ou cédulas estão rubricadas. Igual verificação poderá ser feita pelos fiscais de partido.

§ 5.º No caso de não aparecer a rubrica, o presidente da mesa convidará o eleitor a voltar à cabine invassável para corrigir a posição da cédula ou cédulas, podendo, se necessário, substituir uma só vez a sobrecarta ou sobrecartas. Se o eleitor não colocar, ainda, a cédula ou cédulas em posição certa, terá o seu voto anulado. No caso de substituição fraudulenta da cédula ou cédulas, o presidente da mesa fará au-tuar, em flagrante, o eleitor para instauração do processo devido.

Sala das Sessões, em 18-5-55. —  
*Lincoln Feliciano*

*Justificação*

Dentre as inovações introduzidas pelo projeto, a de cédula oficial é a de maior alcance: por um lado exclui, efetivamente, os analfabetos e,

por outro, desonera os candidatos desprovidos de fortuna das pesadas despesas resultantes da impressão das cédulas. Tem, portanto, duplo efeito selecionador e democrático.

Entretanto, nos termos em que está redigido o projeto, abrem-se duas vias para a violação do sigilo do voto, que a emenda procura evitar:

Em primeiro lugar, a cor da tinta. Dada a infinita variedade de tons que se pode obter e a possibilidade do seu emprego em canetas tinteiro, será possível a identificação do voto, embora nem sempre seja fácil.

Entretanto, o voto secreto requer, para o eleitor, a absoluta certeza de que o seu voto não poderá ser identificado. A uniformização da cor da tinta, sugerida pela emenda, visa suprimir essa possibilidade de violação do sigilo do voto.

A outra hipótese da violação do sigilo é a do controle do voto de uma série de eleitores desde que se obtenha, de início, uma cédula devidamente rubricada e que iria passando de mão em mão da maneira seguinte:

Admita-se que um cabo eleitoral, contando com grande número de votos numa sessão, disponha-se a sacrificar um voto, por anulação, a fim de controlar todos os demais, rigorosamente.

Assim é que o primeiro dos eleitores colocaria na sobrecarta uma cédula qualquer e traria a cédula oficial de votação devidamente rubricada para o cabo eleitoral. Aquê-lo voto perdeu-se mas todos os demais estariam controlados a partir do segundo eleitor;

Realmente, o cabo eleitoral assinalaria na cédula assim obtida o voto que quisesse e a entregaria ao segundo eleitor com a obrigação deste colocá-la na sobrecarta e trazer intacta a cédula que recebesse. Procedendo assim sucessivamente seria possível o controle do voto dos demais eleitores.

Dir-se-á em contrário, que o cabo eleitoral não poderá ter a certeza de que o eleitor colocou na sobrecarta a cédula oficial por ele assinalada, pois o eleitor poderá rasgá-la e colocar outra cédula qualquer. Entretanto se na sessão não houver votos anulados será possível a certeza de que todos os eleitores votaram de acordo com o cabo eleitoral.



E, de qualquer forma, este poderá ter a certeza de que o eleitor se não votou no seu candidato, não votou em outro, pois, desta forma, o seu voto estaria anulado. E quanto basta para a violação do princípio do sigilo.

A emenda procura evitar esta forma de violação com as janelas transparentes através das quais o presidente da mesa e os fiscais evitarão a possibilidade de o eleitor levar consigo a cédula oficial para servir de controle ao voto dos demais.

Em 18-5-55. — *Lincoln Feliciano*

PARECER À EMENDA  
N.º 71

Rejeitada, pelas razões aduzidas nos pareceres à emenda n.º 1 e n.º 75. Sendo rejeitado o principal, a cédula oficial, tornou-se prejudicado o que lhe era acessório, como é o caso da Emenda n.º 71.

N.º 72.

Acrescente-se onde convier:

Art. É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos constantes do Projeto n.º 94-1955, confeccionados em papel opaco e de cores diferentes para cada eleição, quando realizada mais de uma, simultaneamente.

§ — Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas por ele rubricadas no ato, sob pena de responsabilidade (Cód. Eleit. art. 175, n.º 21), o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará a tinta com uma cruz (X).

a) — nas eleições majoratórias, o nome do candidato de sua escolha.

b) — nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica, o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência.

A seguir, dobrará e colará a célula ou células, e, saindo do gabinete as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente correspondenrem, em número e indetidade, as que lhe foram entregues.

*Justificação*

A presente emenda, com ligeiro retoque, é a emenda que o emiente Sr. Ministro Edgard Costa, acolhendo sugestões do Dr. Ibsen da Costa Manso, digno secretário do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo bem

como do jornalista Paulo Ferraz do "Diário de S. Paulo", a respeito da fraude conhecida pelo nome de "corrente", houve por bem encaminhar à Comissão Mista de Reforma Eleitoral. Como este órgão, entretanto pela maioria de seus membros, não adotou a cédula oficial, a aludida emenda ficou sem efeito. Entretanto, como a matéria vai ser reexaminada pelo plenário da Câmara, em face dos votos vencidos dos Srs. Senador Lúcio Bittencourt e dos deputados Ernani Sátiro e Colombo de Souza, viza a presente emenda suprir essa lacuna, na convicção de que a maioria do Congresso saberá ser fiel ao mandato outorgado pelo povo aos representantes que o integram.

Sala das Sessões, em 25-5-55.

*Plínio Mello.*

PARECER À EMENDA  
N.º 72

Rejeitada, pelas mesmas razões aduzidas nos pareceres às emendas ns. 1 e 75. Não tendo sido aprovado o principal, — a cédula oficial — tornou-se prejudicado o que lhe era acessório, no caso da Emenda n.º 72.

N.º 73.

Acrescente-se, onde convier.

Art. Os candidatos a cargos eletivos, que tenham empregado fraude suborno ou qualquer meio de corrupção para alcançar vitória no pleito serão punidos com dois a três anos de prisão e impedidos de exercerem cargos administrativos ou políticos, pelo período de dez anos.

Parágrafo único — Ficam sujeitos a mesma pena e afastados das respectivas funções os juizes ou Servidores da Justiça Eleitoral que houverem contribuído para que as eleições se realizem contra as determinações do Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1955.

*Dioclécio Duarte.*

*Justificação*

Esta sugestão me foi feita pelo antigo Deputado José Augusto, um dos sacrificados no recente pleito realizado no Rio Grande do Norte onde exerceu, durante cerca de cinquenta anos, os mais altos cargos administrativos e políticos, sendo incontestável o seu grande prestígio. Sómente



a fraude e a corrupção poderiam derrotá-lo. Aliás, a presente emenda repete a revolta do eminente socialista Alfredo Palacios, como muito bem acentua o ilustre político norte-riograndense, em relação à Argentina "aconselhando marcar com o selo da indignidade aos fraudadores do voto, para que as nossas instituições não continuem a ser deturpadas pelos falsários, pelos corruptores, para os que deveriam estar nas cadeias e (irrisão das costas) vão para as Câmaras Municipais, para a Assembléa Legislativa, para o Parlamento, para os Governos".

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1955.

*Dioclécio Duarte.*

PARECER À EMENDA N.º 73

Pela rejeição. Incompatibilidades ou inelegibilidades, só as da Constituição Federal. Maiorias ocasionais, juizes que são da conveniência das medidas adotadas por meio de legislação ordinária, não podem arbitrar matéria dessa importância, vitalmente vinculada à sobrevivência e à independência das minorias. Seria uma arbitragem política de conseqüente apaixonada e suspeita. Poderíamos regressar à época das depurações, em que maiorias onipotentes e partidárias se sobrepujavam ao soberano pronunciamento das urnas.

Só através de emenda constitucional o instituto da incompatibilidade e da inelegibilidade poderá ser ampliado. Providência essa, aliás, que necessita ser efetivada, inclusive para evitar que presidentes ou diretores de autarquias, de sociedades de economia mista, prefeitos até de capitais, com o poder de seus cargos e sem se afastarem deles, bem como às vezes, até a munificência perdulária do dinheiro do povo, concorram vitoriosamente às eleições.

Em alguns Estados já se diz que na respectiva representação há "cadeiras cativas", vinculadas a determinados cargos.

Mas não será por lei ordinária que se disciplinará válidamente a espécie.

N.º 74

Redijam-se assim.

Art. 1.º — O escrivão eleitoral, recebendo do alistando, ou do Delegado de Partido, o requerimento de inscrição, com a letra e firma reconhecidas, instruído com qualquer dos

documentos exigidos pelo art. 33 do Código Eleitoral e a prova de residência, dará recisão ao representante com especificação do dia, hora e número de ordem, registrando-o no livro competente e, depois de o autoar, o fará concluso ao juiz eleitoral que, dentro do prazo máximo de cinco (5) dias o despachará.

§ — Único. Toda a vez que o requerente não juntar a prova de ter feito pelo menos o curso primário o juiz o submeterá a exame sumário para verificar se sabe ler e escrever.

Art. 3. — Quinzenalmente, o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa onde houver, por conta da justiça eleitoral, ou por editais, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, indeferidos e convertidos em deligência.

§ Único Quando por falta de imprensa local a lista em apreço divulgar-se mediante edital, uma via da mesma será remetida a cada diretório municipal de partido regularmente registrado.

Art. 7.º — Deverão ser organizadas mesas receptoras eleitorais nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive, leprosários, onde haja, pelo menos, cinquenta eleitores.

§ 1.º — Também se organizarão mesas receptoras em sítio ou fazenda, uma vez que isso melhor consulte aos interesses dos eleitores, em número, pelo menos de duzentos (200) quanto às suas residências e meios de transporte.

§ 2.º — Essas mesas receptoras só funcionarão com a garantia de força federal posta à sua disposição.

Art. 15. — O requerimento de segunda via de título eleitoral será escrito e assinado de próprio punho, com letra e firma reconhecidas apresentado pessoalmente ao juiz que, ocorrendo dúvidas sobre a identidade e capacidade do requerente, determinará as necessárias diligências para verificá-las.

Art. 19. — a) exibição do título de eleitor e prova de identificação, se surgirem dúvidas a respeito.

Art. 34.º — Suprimam-se as palavras estadual ou municipal.

Art. 39 — Haverá em cada circunscrição, por grupo de vinte (20) zonas ou fração, um Juiz Corregedor e um Promotor da Justiça Eleitoral.

§ 1.º As atribuições dos Corregedores e Promotores serão fixadas



pelo Tribunal Superior Eleitoral e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servirem.

§ 2.º No desempenho de suas funções os Corregedores e Promotores se locomoverão para as zonas eleitorais, nos seguintes casos:

a) por determinação do Superior Tribunal ou do Tribunal Regional Eleitoral;

b) a pedido dos juizes eleitorais;

c) a requerimento de Partido deferido pelo Tribunal Regional;

d) sempre que entender necessário.

§ 3.º Os Corregedores e Promotores perceberão gratificações arbitradas pelo Superior Tribunal Eleitoral.

Acrescentem-se onde convier:

Art. — Constitui infração penal votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem.

Pena — detenção de um a dois anos.

Parágrafo único. Considera-se inafiançável a incidência nessa infração.

Art. — (§ 3.º ao art. 91 do Código Eleitoral): Será nula a apuração de cada dia em que não se observarem rigorosamente as prescrições acima estabelecidas, cabendo ao juiz presidente da Junta a pena de suspensão disciplinar até sessenta (60) dias.

#### *Justificação:*

A nova redação do art. 1.º do projeto torna obrigatório:

a) o reconhecimento de letra e firma do alistando

b) que o mesmo, ou o Delegado de Partido, apresente o pedido de inscrição;

c) a prova de residência.

As exigências das letras a) e c) constam da tradição de nossas leis eleitorais e tornam-se imprescindíveis para evitar que os cabos eleitorais façam os pedidos de inscrição, em nome dos alistandos, e que pessoas de um município se qualifiquem em outro, como está se tornando hábito.

A entrega do requerimento em cartório deve ser feita pelo requerente, ou Delegado de Partido, a fim de fixar as responsabilidades, que decorrem do pedido, e facilitar as diligências, que se tornem necessárias.

Não podemos continuar a permitir a qualificação de analfabetos, quando a proibem expressamente a Carta Magna do país (art. 132, I) e o Código Eleitoral (art. 3.º a).

Estabelece a emenda uma presunção legal de saber ler e escrever para os que tenham feito, pelo menos, o curso primário: os demais ficam sujeitos à prova de capacidade.

O art. 3.º passa a redigir-se de forma a tornar clara a responsabilidade do pagamento das despesas da publicação da lista de eleitores, pois sem se dar recursos para atender às mesmas, será inocuo estabelecer a providência.

No parágrafo único obriga-se a remessa de uma via para cada diretório de partido, que assim, fica habilitado aos recursos e reclamações necessárias à boa ordem dos trabalhos.

O projeto exclui as fazendas e sítios da localização de mesas receptoras, porque, de certo, quer afastar o perigo da influência dos "chefes" da zona rural e da insegurança ali reinante.

Reconhecemos a razão de ser do receio, mas, como se trata de medida, que muito concorrerá para reduzir as despesas eleitorais, no que tange aos transportes, urge enfrentar o problema para resolvê-lo com a exigência aditiva constante da emenda: só funcionarão as mesas em propriedades rurais com a garantia da força federal.

Consiga-se o eleitor votar, no interior, perto quanto possível for, de sua residência, e se terá reduzido, talvez à metade, as despesas tão vultosas, com o serviço de transporte, que sempre constitui objeto de soezes explorações ao tempo dos pleitos.

A concessão da 2.ª via eleitoral, em alistamento viciadíssimo, como o que ora possuímos, deve ser cercada de medidas, que coibam as atividades do chamado "eleitorado fantasma".

Entrega do requerimento ao próprio juiz, identificação da letra e firma, possibilidade de serem feitas diligências para evitar que sirva de instrumento à fraude, tudo isso constitui objetivo da nova redação do art. 15.

O art. 19, a) contém um acréscimo a respeito da prova de identificação do eleitor, quando houver dúvida sobre a mesma. Está arraigado o hábito de mandar um indivíduo votar em nome de outro, se este não comparece, ou já faleceu. A falta de retrato no título, ou de outro meio que torne conhecido e eleitor



através o título, requer que se estabeleçam todas as cautelas nêsse tocante.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre direito eleitoral, mas, parecem-nos que não está no âmbito dessa atribuição estabelecer preceitos relativos ao funcionalismo estadual ou municipal. Daí a supressão de palavras, que propomos, quanto ao art. 34.

Não há maior necessidade, em matéria de organização dos serviços eleitorais, do que dotá-los de um corpo de juizes próprios. Não sendo possível atender, agora, a essa justa aspiração, em vista do elevado montante das despesas que acarretaria, que ao menos se estabeleça um serviço de vigilante superintendência sobre as atividades nas diferentes zonas eleitorais, a fim de conter essa avalanche de fraude se irregularidades que repontam por tãda a parte, abalando a confiança nas garantias aos sufrágios populares, em que se apoiam as instituições democráticas vigorantes no país.

Será essa a atribuição da Corregedoria, que propomos como uma sugestão, que nos parece digna de exame e acolhida por parte da douda Comissão Mista de Reforma Eleitoral.

Os artigos a acrescentar, ao projeto substitutivo, visam além de tornar inafiançável, elevar a penalidade de uma das mais comuns infrações em matéria eleitoral: o voto com título de ausente ou falecido.

Eis aí uma das formas mais em voga de fraudar o resultado das urnas.

Tenho conhecimento direto de casos em que um só eleitor votou *dez vezes*, com títulos alheios, porque os mesmos não continham indicações que possibilitassem verificar a identidade do portador.

O preceito final da presente emenda destina-se a acabar com a prática, profundamente prejudicial, de não se dar boletins, nem se registrar, por qualquer forma digna de crédito, o resultado das apurações diárias.

Foi êsse sistema irregular, ilegal, que assegurou as alterações dos resultados das apurações, quando se tinham de elaborar os mapas registrados das mesmas.

Houve zonas eleitorais do interior, que somente após dois meses da apuração deram conhecimento aos Tribunais Regionais do resultado dos

mapas! E quantos não foram alterados, ao sabor dos inescrupulosos, que abusavam da fraqueza de Juntas Eleitorais...

E' imprescindível uma rigorosa prescrição para evitar que perdure esse meio de deturpar o resultado dos sufrágios.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1955 — *Alencar Araripe*.

PARECER À EMENDA N.º 74

A Emenda n.º 74 é pela su aextensão e profundidade realmente substituída à boa parte do Substitutivo. Desde a elaboração do anteprojeto, pelo Relator, e através da discussão e votação da matéria pela Comissão Mista, foi rejeitada a maioria das providências aventadas pelo eminente deputado Alencar Araripe.

Notadamente no que tange ao alistamento, que a partir de 1956 será feito de maneira diferente, nos termos do art. 40 do Substitutivo. E o do corrente ano está às vésperas do encerramento.

Há disposições na emenda análogas a existentes no Substitutivo. As razões aduzidas, concluem pela não aprovação da Emenda n.º 74.

Este é o parecer.

N.º 75

Onde convier:

Art. — São instituídas, de acôrdo com o modelo n.º 1, anexo, cédulas oficiais de votação para as eleições de Presidente, Vice-Presidente da República, senadores e seus suplentes governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito.

§ 1.º — As cédulas conterão, além da designação da eleição, os nomes dos candidatos registrados, os quais serão precedidos por um espaço demarcado que servirá para o eleitor assinalar seu voto.

§ 2.º — O presidente da mesa, depois de rubricar as cédulas e a sobrecarta, as entregará ao eleitor que, passando à cabine indevassável, assinalará a tinta o nome do candidato de sua escolha. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará as cédulas na sobrecarta, fechando-a.

§ 3.º — Serão nulas as cédulas em que aparecerem assinalados nomes de candidatos em maior número do que os postos eletivos a serem preenchidos.

§ 4.º — A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser êsse



trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior.

### Justificação

O não acolhimento da cédula oficial no substitutivo da Comissão Mista não foi pacífico. No plenário da Câmara as opiniões se dividem sendo numerosos os Srs. Deputados que se inclinam pela adoção da iniciativa contida no anteprojeto da Justiça Eleitoral.

Nossa emenda visa uma fórmula de acomodação na qual, adotando-se a cédula oficial apenas para as eleições majoritárias, seriam conseguidas muitas das indiscutíveis vantagens da medida, sem os possíveis inconvenientes que os adversários da cédula oficial indicam nas eleições do sistema proporcional, nas quais podem ser registrados centenas de candidatos. Estamos certos de que a nossa emenda, que será justificada com maior desenvolvimento da tribuna, oferece uma solução intermediária que poderá merecer o voto da maioria.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1955.  
— *Afonso Arinos.* — *Aurelio Vianna.*  
— *Ernani Satiro.*

Nota:

O modelo n.º 1 referido no texto da emenda é o mesmo que acompanha o avulso do projeto n.º 94-55.

### PARECER À EMENDA N.º 75

A Comissão confirmou, na espécie, sua decisão anterior, tomada quando da elaboração do Substitutivo, contrária à instituição da cédula oficial. Os votos em separado documentam a posição dos partidos e dos componentes da Comissão na importante matéria. O Relator, a seguir, resumirá a fundamentação de seu parecer contrário à limitação da cédula oficial às eleições regidas pelo princípio majoritário.

) — Pela preliminar de que às vésperas de uma eleição não se pode substituir elemento constitutivo e até constitucional, como o sistema de votação. A tese sugere as considerações de oportunidade, que são o pressuposto da "ocasio legis".

A lei atual deve reger a eleição atual.

A tradição jurídica nacional é de que leis novas, da importância e das conseqüências da ora em causa, devem ter vigência progressiva ou anterior a sua publicação. É o "tempus vocacionis", prudente e necessário intervalo para bom conhecimento da lei nova. A própria legislação eleitoral nos fornece exemplos disso.

A lei n.º 2.084, publicada em 12 de novembro de 1953, exigiu para 1.º de janeiro de 1956 — mais de dois anos depois — a aposição da fotografia nos títulos. A justiça eleitoral, ao propor no art. 12 do projeto n.º 94 que o alistamento se faça por "folhas individuais de votação", cautelosamente intervalou a vigência da inovação para 1.º de janeiro de 1955. E na justificação está dito que pela "exiguidade de tempo", não "poderá ser executada antes das eleições de outubro de 1955". A cédula oficial deveria ter tido tratamento idêntico. Pela justificação do projeto 94, elaborado pela justiça eleitoral, vê-se que a maioria das fraudes e corrupções só serão extirpadas pela substituição dos títulos pelas "folhas individuais de votação". "É providência que, adotada, elimina do plano todas as fraudes praticadas em torno dos títulos eleitorais, como os relacionados sob os ns. 4, 5, 6, 7 e 8, desta justificação". Os que entendem que sem cédula oficial estarão irremediavelmente comprometidas as eleições de 3 de outubro, deveriam não se esquecer de que o novo alistamento, sob o sistema de "fólya individual", não aproveitará a esse pleito. E nada se diz a respeito. O que é correto é que as providências moralizadoras constantes do projeto n.º 94, acrescidas às aduzidas no Substitutivo e nas emendas e subemendas aprovadas, farão com que o ilícito penal, mesmo sem cédula oficial e sem fólya individual de votação, se viciará a representação política, o faça de maneira insubstancial. Porque esses dois institutos não terão o condão de canonizar nossas eleições contra todos os pecados e vícios eleitorais. Ao contrário: a cédula oficial aumentará a delinquência eleitoral, como "ex abundantia". O Relator demonstrou nos sucessivos pareceres sobre sua manifesta inconveniência, inclusive o que se poderá ler ao pé da emenda n.º 1. São estes, porém, argumentos "de meritis". A preliminar é a seguinte: — já nos encontramos, praticamente, no "período eleitoral", que por definição legal (art. 151, § 6.º, do Código Eleitoral) começa, em todo País, três meses antes do pleito. Nesse "período eleitoral", a propaganda é cercada de garantia e facilidades, pois é a fase comicial da eleição, destinada a esclarecer o eleitorado, para que este decida e escolha bem.

Nenhuma outra preocupação poderá distrair desse dever, candidatos e

Lote: 32  
Caixa: 227  
PL N.º 4601/1954  
54



sufragantes. E' a lição dos doutrinadores, como por exemplo George Burdeau, no seu "Manual da Droit Constitutionnel": "Elle doit (la période électorale) être suffisamment longue pour que les candidats aient de temps de faire connaître leur programme e les électeurs celui de réfléchir". O Relator presta este depoimento. Na Capital da República e em São Paulo, depois de dois meses de amplos debates no Congresso, pela imprensa e pelo rádio, nos programas de televisão de que tem participado, a pergunta insistentemente formulada pelo público teleouvinte, reconhecidamente culto e atualizado é no sentido de que se explique o que seja "cédula oficial".

A hora, agora, é de elucidar a opinião pública nos comícios, pelo rádio, pela imprensa e pela televisão. E não na undécima hora confundí-la, senão surpreendê-la, no Congresso, com reformas políticas da profundidade da maioria absoluta, da supressão do cargo de Vice-Presidente da República, do Governo colegiado e da cédula oficial.

2) — Se se reconhece que a cédula oficial é incompatível com o sistema proporcionalista, tal como praticado entre nós, como adotá-la, principalmente circunscrita às eleições majoritárias? Na mesma eleição, coexistiriam dois processos de votação radicalmente diferentes. Argumentasse: isso, a 3 de outubro, não ocorrerá. Como não, si só em São Paulo cerca de 400 municípios renovarão suas câmaras, mobilizando aproximadamente dois milhões de eleitores? Depois, o Relator é refratário à legislação "ad rem" ou "ad personam", isso para não dizer "erga personam". Essa legislação de ocasião ou "à la minute" nunca prova bem.

O pleito de 3 de outubro não será o último do País. Futuramente, a regra será a dos pleitos proporcionais. Si de antemão se reconhece que para estes a inovação é impraticável, de que adiantará insistir na mutilação do sistema?

Configura aberração da doutrina e da técnica legislativa a solução ambivalente, híbrida, com que se quer truncar o sistema de votação, que deve ser uno, uniforme. A adoção pura e simples da cédula oficial, pelo menos tem o mérito da coerência.

3) — Tem se dito que a oportunidade é rara para se testar a inovação. Seria uma experiência. Quando se proclama, com tanta ênfase, que

a conjuntura social, financeira, econômica e política é de tal gravidade que até o direito natural dos partidos de terem candidatos próprios deva ser sacrificada, como submetê-la a teste ou experimentação? E se os resultados forem negativos? Quem arcará com as consequências da imprudência, senão o regime e o País?

4) — A cédula oficial é parte da reforma, não é reforma. Limitada, como foi proposta, não passa, pois, de parte da parte. Não será por ela, exclusivamente, que se combaterá o eleitorado fantasma, o eleitor analfabeto, e estrangeiro ilegalmente inscrito, os títulos fíctícios. Esse eleitorado continuaria votando da mesma maneira. Na realidade, na grande virtude, afirmam seus entusiastas, será acabar com a criminosa concentração de eleitores nos chamados "currais" ou "quartéis", para o "chapeamento" e sua posterior condução até à base da urna, sob fiscalização. Admitamos que isso seja exato. Porque minoria mínima, no total do eleitorado, assim age, iremos complicar para a maioria toda a votação, a ponto de embarcá-la, senão impedi-la? O remédio será impedir a concentração. Nesse sentido foi apresentada sub-emenda pela Comissão. Nem seria preciso, pois o abuso tem remédio no próprio Código, nos ns. 16 — 19 — 20 — 21 e, taxativamente, no n.º 18, todos do artigo 175. O que há é deficiência da fiscalização. Será absurdo suprimir o uso, por causa do abuso. Para acabar com "os currais", acabar também com o sufrágio universal, em toda sua extensão e pureza constitucionais.

4) — Cada urna receberá, em média, 900 envelopes. As atuais não comportarão. Deverão ser 2 vezes maiores, dificultando transporte, depósito e guarda, depois das eleições. Não haverá tempo para serem feitas novas urnas.

5.º) — Cada eleitor receberá de 2 a 5 cédulas-envelopes antes de votar. Deverá depositá-las todas na urna, depois de votar. Isso obrigará *vigilância contínua*, o que a prática tem revelado impossível. Se forem postas na urna cédulas *a mais ou a menos*, surgirá na apuração o sério problema da *incoincidência entre votos e votantes*, motivando complicações que podem acarretar até *nulidade da votação*.

6.º) — As cédulas oficiais possibilitam:



a) — *fraude anterior ao dia da eleição.* Será entregue pelo menos 3 dias antes ao Presidente da Mesa que poderá: I) entregá-las aos cabos eleitorais; II) — Alegar perda, extravio ou roubo, para impedir a realização da eleição em determinada seção, onde seu adversário teria vantagem.

b) — *fraude no dia da votação:* entregar cédulas já assinaladas aos eleitores, notadamente aos que se venderam, cujo silêncio ou não protesto, quando as receberem, será a confirmação do negócio.

c) — *fraude na apuração ou depois dela.* Consistirá em assinalar cédulas em branco ou já assinaladas, neste último caso anulando-as. Os recursos de recontagem de votos tornar-se-ão inoperantes.

7.º) — As cédulas oficiais devem ser remetidas em número exato para cada Presidente de Mesa; 400 eleitores, em média 1.200 cédulas. O excesso poderá ser desviado criminosamente. Mas o número exato não admite os casos de cédulas que devem ser inutilizadas por defeito de impressão, erro, engano ou borrão, quando o Presidente da Mesa assinar as sobrecartas, etc.

8.º) — Pelo Código Eleitoral, os candidatos podem ser registrados até 15 dias antes da eleição. O Substitutivo propõe 30 dias. E' de natureza dos pleitos, que só com a aproximação dos mesmos, com o clima político gerado pela campanha e pela propaganda, se definam as situações, possibilitando alianças, etc. Principalmente para formação das chapas de deputados federais e estaduais. A regra, para as primeiras, é a aliança. Isso não permitirá que os partidos, muito antes, decidam sobre o registro dos respectivos candidatos aos cargos executivos e legislativos. Admitamos o prazo de 30 dias para registro, proposto pelo Substitutivo, depois dêle esgotado a justiça eleitoral poderá mandar confeccionar as cédulas. Primeiro deverá haver tempo para impressão. Depois a remessa: a) do Tribunal Superior Eleitoral para os Tribunais Regionais Eleitorais do País; b) — de cada Tribunal Regional a cada juiz eleitoral do Estado; c) — do juiz eleitoral a cada Presidente de Mesa Receptora. E' preciso que se medite se será suficiente o prazo de 30 dias, bem como no extravio ou na chegada após a eleição, dêsse material. Mandar imprimir nos Municípios essas cédulas terá estes inconvenientes: a) a maio-

ria dêles estão desaparelhados para tal; b) se as cédulas nbo forem uniformes, seguindo vários tipos delas, feitos pela própria Justiça eleitoral, em tipografias e lugares diferentes, os fraudadores disos se aproveitarão para impressão também de cédulas. Nas temporadas líricas, nos grandes jogos de futebol, apesar da complicada impressão dos ingressos, estes são falsificados.

9.º) — Os candidatos aos cargos do Executivo serão registrados 30 dias antes. As cédulas oficiais serão então impressas. E se desistirem, inclusive por motivo patriótico, para propiciar uniões? E se morrerem? E se o respectivo registro fôr cassado pela Justiça eleitoral, por serem inelegíveis, por exemplo? E se perderem os direitos políticos, pela superveniência de condenação judicial, por exemplo? Até 10 dias antes do pleito (artigo 49 do Código Eleitoral), qualquer candidato poderá requerer o cancelamento do seu registro. Como fazer, nesse e em outros casos semelhantes, se as cédulas são oficiais, já estão impressas, não poderão ser confeccionadas no lugar, até a máquina, como o regime atual admite?

10.º) — Quando qualquer mesa receptora não se instala, os respectivos eleitores votarão na seção mais próxima (artigo 71, § 4.º, do Código Eleitoral). Aliás, o regime da cédula oficial ensejará que só o não comparecimento do Presidente da Mesa impedirá a instalação da mesma, pois a êste foram confiadas as cédulas e sem estas a votação é impossível. Pelo sistema atual, essa ausência será automaticamente suprida pelo 1.º ou pelo 2.º mesário (artigo 71). Seja como fôr, cabe a pergunta: como irão votar, sem cédulas, na mesma ou em outra seção? Responder-se-á seguramente: com o juiz eleitoral. Estes serão os inconvenientes se isso fôr admitido: a) — nem sempre será fácil localizar o juiz eleitoral. Poderá até estar em outro Município de sua zona eleitoral, em distrito ou seção eleitoral distante, inspecionando o pleito, ou mesmo atendendo à requisição de partido para restabelecer a ordem ameaçada ou subvertida por tumulto, conflito, etc.; b) — O Juiz eleitoral deverá ter estoque excedente de cédulas. Se o juiz fôr faccioso ou não guardar êsse material com a cautela devida, as cédulas excedentes entrarão a circular clandestinamente, notadamente manipuladas por escri-



vães eleitorais inescrupulosos. E' o que acontece, atualmente, com os títulos assinados em branco pelos juizes eleitorais e criminosamente preenchidos com nomes fictícios. Assim se fabricou parte do eleitorado fantasma. Futuramente serão as "cédulas fantasmas".

11.º) — Consequências da complicação do sistema, para o eleitor que não o entender:

a) — *não votará*. O voto em branco não significará mais protesto contra os candidatos disputantes. Será o protesto contra um sistema de votação que torna inexecutível para muitos o direito e o dever de votar.

b) — *votará mal ou errado*. A consequência será elevada percentagem de votos nulos.

c) — *votará a esmo*. Devido ao excessivo tempo de que dispõe para votar, devendo em certos casos assinalar nomes e em outros votar em legendas, pelo sistema atual, se tiver dúvida ou estiver nervoso, o eleitor votará a esmo, a torto e a direito. Os pleitos passarão a ser influenciados por fatores aleatórios. Eleição será loteria.

12.º) — A cédula oficial não exclui nem impede o eleitor de votar, sendo pouco esclarecido, até o analfabeto, ilegalmente inscrito. Isso porque esse eleitor comparecerá para votar, *mas votará errado ou lotéricamente, como já foi esclarecido*. A norma deve ser: *todo rigor e escrupulo, para cumprimento da lei, no alistamento e toda facilidade, para cumprimento do direito-dever de votar, na votação*.

13.º) — A maioria, mesmo no sistema atual, vota bem. São honestas as duas maiorias: dos eleitores e dos políticos. Justo não é que a culpa de minoria que rouba, compra ou se vende, complique todo um sistema, para a *maioria honesta, dificultando-lhe ou lhe impedindo o exercício do sufrágio*. Os inocentes não devem pagar pelos pecadores. O que se deve é localizar e punir os delinquentes eleitorais. A Justiça Eleitoral escaurmentará muitos se exemplarmente punir alguns. A certeza da punição será eficaz arma no combate à fraude. O Substitutivo extirpará muitas das fraudes ora praticadas, sem a necessidade da adoção da cédula oficial, que substituirá erros antigos por novos.

14.º) — Consequência prática da cédula oficial; o eleitor sabe *em quem*

quer votar; mas não sabe *como* votar, dada a complexidade do sistema.

15.º) — Erro capital da cédula oficial: *ser incompatível com o sistema misto, majoritário e proporcional, que rege as eleições no Brasil*. Nos Estados Unidos o deputado é eleito por distrito. O mesmo na Inglaterra. São poucos deputados — em geral dois (do Partido Republicano ou Democrático; do Partido Conservador ou Trabalhista) registrados e votados. Cada Partido registrará um. Sendo registrado para o distrito, porque nele tem prestígio, uma vez que já o representa, nele nasceu; nele mora, nele praticou muitos benefícios, o nome do candidato é muito conhecido. Diferente entre nós: o voto é circunscricional. Em São Paulo cerca de 1.500 candidatos postulam votos em Municípios até de 200 eleitores. Não há entre as nações civilizadas do mundo a que, tendo o sistema híbrido majoritário-proporcional, adote a cédula oficial, tal qual o projeto 94 a propõe. A cédula oficial não pode funcionar avulsa, escoteiro, desgarrada de pressupostos de que é conseqüência, o principal deles o voto distrital.

16.º) — Em outros países, *tudo se faz para facilitar a votação*. Certos Estados da União Americana admitem que as cédulas contêm símbolos: o elefante, representando o Partido Republicano e o burro, o Partido Democrático. Na Itália, a mesma facilidade: a cruz simboliza o Partido Democrata Cristão e a foice e o martelo, o Partido Comunista. O que se quer no Brasil: ora o eleitor marca nomes, ora legendas, acompanhando-os de números, isso com 12 partidos disputantes e às vezes mais de mil candidatos.

17.º) — A cédula oficial aumentará muito os votos nulos: por haver coincidência entre votos e votantes; por sinalizarão errada, etc. Haverá frequentemente necessidade de renovações de eleição.

N.º 76

Substitua-se o artigo 1.º pelo seguinte:

Art. 1.º — Para alistar-se deverá o requerente, de próprio punho, preencher em cartório, na presença do escrivão ou funcionário designado pelo Juiz, a fórmula impressa que lhe será fornecida — (modelo anexo) — exibindo, no ato, os documentos comprobatórios da sua identidade e residên-



cia e das suas declarações, fazendo a entrega de três retratos dimensão 3 x 4.

§ 1.º — O escrivão ou funcionário designado, depois de atestar, a seguir, ter sido a fórmula preenchida em sua presença, pelo próprio requerente, tomará a assinatura do mesmo na "fôlha individual de votação", e do pedido lhe dará o recibo.

§ 2.º — Deferido o pedido, o título a que se refere o § 2.º, do art. 40, será entregue mediante a apresentação do recibo mencionado no parágrafo an-

terior, ao próprio eleitor, ou a quem o apresente.

§ 3.º — Se indeferido o pedido, e não havendo recibo, será inutilizada, pelo cartório, a "fôlha individual de votação" com a assinatura do requerente.

§ 4.º — As certidões de registro de nascimento feito fora do prazo legal, na conformidade da legislação vigente só têm valor, para fins eleitorais, como prova de idade após um ano, da data do mesmo registro.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1955  
— *Enani Satiro*.

Senhor Juiz Eleitoral

.....  
(nome por extenso do requerente)

....., com ..... anos,  
(estado civil) (profissão)

nascido em ..... de ..... de 1 ....., em ..... (naturalidade) .....

filho de .....

e de .....

residente em .....  
(localidade, rua e número)

requer a sua inscrição como eleitor, oferecendo o seguinte.....

..... documento ..... comprobatório ..... das suas declarações.

.....

.....

..... de ..... de 195..  
(cidade)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do requerente)

Atesto que a presente fórmula foi preenchida, em minha presença, e do próprio punho, pelo requerente. Data supra.

O Escrivão,

.....  
Estado de ..... Zona Eleitoral

.....  
(nome do alistando)

tez entrega nesta data do seu pedido de inscrição como eleitor. O seu título será entregue mediante a apresentação dêste, oportunamente.

..... de ..... de 195..

\_\_\_\_\_  
Escrivão

PARECER Á EMENDA N.º 76

Pela rejeição. O alistamento que

exige, entre outros documentos, fotografia, é o do artigo 40 e não o do artigo 1.º do Substitutivo.



N.º 77

Art.

E' instituída a cédula oficial de votação, de acôrdo com os modelos anexos, confeccionadas em papel opaco, e em cores diferentes para cada eleição quando realizada mais de uma simultaneamente.

§ 1.º — Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas, além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos registrados (Mod. I); e nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito. (Mod. II).

§ 2.º — Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, mediante sorteio, para o efeito da votação (§ 3.º).

§ 3.º — Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas, por êle e pelos mesários rubricadas no ato, sob pena de nulidade e responsabilidade — (Código Eleitoral, 175, n.º 21) —, o eleitor passará à cabine indevassável, onde, à tinta, as-

sinalará, no retângulo correspondente: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X), o nome do candidato de sua escôlha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, de forma idêntica, o partido ou legenda de sua preferência, podendo substituir a cruz (X), pelo número de ordem do seu candidato, caso em que o voto será contado, também, para o partido ou legenda. A seguir dobrará e colará a cédula, ou cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente da mesa, corresponderem, em número e cores, às que lhe foram entregues.

§ 4.º — Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinalada mais de uma legenda, ou mais de um candidato de partido diferente.

§ 5.º — As cédulas oficiais serão enviadas, em invólucro fechado, lacrado e rubricado pelo juiz, a ser aberto no início dos trabalhos, em número correspondente aos dos votantes da seção eleitoral; as não utilizadas ou inutilizadas por qualquer motivo, pela mesma forma, serão devolvidas pelo presidente da mesa, com os demais papeis da eleição, aplicando-se de officio, por cédula não devolvida, a multa de mil irrzeiros, robrada executivamente.

S.S., 27-5-955. — Ernani Satiro.



PARA

☐☐☐☐☐☐

PARA

☐☐☐☐☐☐

Lote: 32  
Caixa: 227  
PL N° 4601/1954  
57

(104)



PRESIDENTE

MESÁRIO

MESÁRIO

Modelo 1 verso



PARA .....

Partidos ou Legendas

VOTO

.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>

(Mod. II)

Caixa: 227

Lote: 32  
PL N° 4601/1954

58



PRESIDENTE

MESÁRIO

MESÁRIO

Modelo 2 verso



PARECER À EMENDA N.º 77

Rejeitada, pelas mesmas razões aduzidas nos pareceres à emenda número 1. A atual emenda reedita a de n.º 1, com pequenas modificações, exceto o § 5.º. Está assim prejudicada pela Emenda n.º 1, não aprovada pela Comissão.

N.º 78

Art. 1.º .....

Parágrafo único — As certidões de registro de nascimento feito fóra do prazo legal, na conformidade da legislação vigente, só terão valor, para fins eleitorais, como prova de idade, após um ano da data do mesmo registro.

Ernani Satiro

PARECER À EMENDA N.º 78

Pela rejeição, nos termos do Parecer à Emenda n.º 17, versando matéria semelhante.

N.º 79

Art. 7.º E' instituída a cédula oficial de votação, de acôrdo com os modelos anexos, confeccionadas em papel opaco, e em cores diferentes para cada eleição quando realizada mais de uma simultaneamente.

Ernani Satiro

PARECER À EMENDA N.º 79

Rejeitada, pelas razões aduzidas no parecer à emenda n.º 1 e à emenda n.º 77, de cujo artigo inicial é transcrição. Prejudicada pela rejeição das emendas ns. 7 e 77.

N.º 80

§ 2.º — Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, mediante sorteio, para o efeito da votação. (§ 3.º).

Ernani Satiro

PARECER À EMENDA N.º 80

Pela rejeição, por estar prejudicada pela não adoção da cédula oficial, a qual é emenda aditiva. A queda do principal arrastou os acessórios ou complementares, entre eles a emenda n.º 80.

N.º 81

§ 3.º — Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cé-

dulas, por êle rubricadas no ato sob pena de nulidade e responsabilidade (Cód. Eleit., art. 175, n.º 21), o eleitor passará a cabine indevassável onde assinalará a tinta: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X) o nome do candidato da sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, dobrará e colará a cédula ou cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente corresponderem, em número e cores, às que lhe foram entregues.

Ernani Satiro

Justificação

Estas emendas foram sugeridas pelo Ministro Edgar Costa, no pressuposto de ser adotada a cédula oficial, e para melhorar, não só a redação como a própria instituição do sistema.

PARECER À EMENDA N.º 81

Pela rejeição, por estar prejudicada, uma vez que não foi aceita a cédula oficial.

N.º 82

Acrescente-se um artigo com a seguinte redação:

Art. .... — E' defeso aos Partidos e aos candidatos, por si ou por interposta pessoa, fazer ou pagar o transporte de eleitores antes, durante ou depois das eleições.

§ 1. — A violação do disposto neste artigo constitui infração penal punida com as penas do art. 175 n.º 20 do Código Eleitoral, nelas incorrendo quem proporciona o transporte, o eleitor transportado e o agente transportador.

§ 2.º — Além da pena criminal prevista no parágrafo anterior, a violação deste artigo importará:

1) se transgressor o candidato, na anulação dos votos que obteve no local do fato;

2) se transgressor o Partido, na anulação dos votos obtidos por todos os seus candidatos no local da transgressão.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — Benedito Vaz.

Justificação

Se realmente se quer acabar com a corrupção eleitoral, extingue-se o transporte de eleitores pelos Partidos



e pelos candidatos. Porque, no transporte, decisivo é o fator *dinheiro*. Quem tem mais dinheiro, ganha vantagem, ganha mais votos.

Pedro Dantas, cronista parlamentar do "Diário Carioca", descreveu bem essa corrupção na edição de 23 de outubro do ano passado, sob o título "Despesas Eleitorais". Escreveu ele:

"Entretanto, nunca houve exemplo de corrupção eleitoral como os que se têm registrado nos últimos pleitos. A situação a que chegamos é uma vergonha e tem suscitado um clamor geral contra o poder político do dinheiro em nossas eleições. Nesta parte, o voto secreto falhou, incapaz de evitar o suborno".

E, mais adiante:

"Que mais se gasta, como despesa forçada, numa eleição? No interior, o transporte dos eleitores. O eleitor sabe que seu voto é disputado: exige condução, exige alimentação, calçado e roupas, senão deixa de comparecer. Aqui pertinho, em Friburgo, informamos um amigo que lá votou — o Partido ... (ou seus candidatos) alugou 50 carros de praça para o transporte do eleitorado, a quatro mil cruzeiros por unidade. O Partido tratou apenas três ou quatro, a mil e oitocentos. O pessoal vem controlando, cédulas no bolso, segregados de qualquer contato espúrio. Em certas zonas, ficam recolhidos a locais de concentração, sob custódia".

São os célebres "currais", "viveiros" ou "quartéis" ...

E conclui o brilhante jornalista: "O essencial parece que é proibir o transporte a expensas do interessado".

Também assim pensamos. Ou acabamos de uma vez com esse cancro ou então qualquer reforma eleitoral será platônica. Apenas mais um paliativo para responder ao crescente clamor contra a corrupção, o suborno e a fraude eleitoral.

Alega-se que, sem transporte gratuito dado pelos Partidos, o eleitor rural não comparecerá.

Respondemos que a causa do comparecimento não é o transporte oferecido pelos Partidos. Prova disso, é que o eleitorado urbano também não comparece em grande número. Nas eleições municipais de São Paulo, havidas ontem, 22 de maio, dizem as primeiras notícias que a abstenção foi superior a 50%. Por que não compareceu? Falta de transporte? Absolutamente. Não compareceu porque o voto

não é realmente obrigatório, porque não há praticamente nenhuma sanção contra os faltosos.

Por outro lado, o habitante da zona rural costuma vir à cidade para suas necessidades normais, nos dias de festas, a suas próprias expensas. Se não vem para votar é que não é obrigado a isso.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Benedicto Vaz*.

PARECER À EMENDA N.º 82

Várias emendas foram oferecidas no sentido de irradiar o que a experiência te mevidenciado. Principalmente as concentrações em "viveiros" ou "currais" e o fornecimento gratuito de alimentação e transporte. Repita-se o que já foi dito aqui várias vezes: a parte punitiva do Código Eleitoral tem sido letra morta. Os eleitores, os partidos e as autoridades judiciárias têm, de fato, revogado essa legislação penal. A lei, por si só, mecânica ou automaticamente, não se realiza. Ela não tem olhos para ver e provar a fraude e a corrupção.

Não tem mãos para apanhar o delinquente eleitoral pelo gargante e trancafiá-lo no xadrez. Quem já foi multado por não haver votado neste País? E a pena está no artigo 175, n.º 2, do Código Eleitoral.

Impedir ou embaraçar o sufrágio é punido pelo artigo 175, n.º 16. Não tem passado isso de norma meramente declaratória pela inaplicabilidade.

O n.º 18 do mesmo 175 prende por 15 dias a dois meses quem troque, arrebate ou inutilize cédulas do eleitor. Não é para isso que se fazem os "currais"? O n.º 19 também encerra agora por 6 meses a dois anos, quem viole ou tente — basta a tentativa, pois! — o sigilo do voto. Não é isso precisamente que se faz nas concentrações de eleitores, revistando-os, rasgando-lhes as cédulas?

As penas aí estão, mas os "currais" igualmente, sem que seus promotores sejam castigados.

Que dizer, então do n.º 20, do art. 175?

A corrupção seria golpeada rudemente se fôsse respeitada. Bastará lê-lo:

"Oferecer, prometer, solicitar ou receber dinheiro, dádiva ou qualquer vantagem para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção.



Pena: detenção de seis meses a dois anos”

Embora profetizando seu melancólico destino, o Relator apresentará subemenda aproveitando sugestões constantes das Emendas ns. 82, 128, 143 e 146, naquilo que diga respeito à proibição de fornecimento gratuito de alimentação, transporte, bem como a concentração de eleitores. Receita que será, sua subemenda, inofensivo lãço de tapete ou canhão de museu, que assustam distraídos e só têm efeito ornamental.

#### SUBEMENDA

“É vedado promover, no dia da eleição, com o fim de impedir, embaraçar ou fraudar o exercício do sufrágio, a concentração de eleitores, sob qualquer forma, e o fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo.

Pena: detenção de 6 meses a dois anos”.

As demais medidas aventadas nas emendas ns. 82, 128, 143 e 146, ou estão prejudicadas por constarem do Código Eleitoral, do Substitutivo ou de emendas aprovadas, ou não devem ser aceitas, pelo menos na presente oportunidade, por não exibirem a característica de emergência, vinculada ao pleito de 3 de outubro próximo.

N.º 83

#### Emenda n.º

Substituam-se o art. 23 e seu parágrafo único pelos seguintes dispositivos:

Art. 23. O eleitor que deixar de votar, ou o membro da mesa que não comparecer, incorrerá na multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 1.000,00, imposta pelo Juiz, pelo simples fato do não comparecimento, independentemente de qualquer processo, à simples vista da relação de faltosos enviada pelo presidente da mesma eleitoral juntamente com os papéis da eleição.

Parágrafo único — O faltoso se eximirá da pena provando justa causa até 60 dias após a eleição.

Art. Apurada a eleição, o juiz enviará ao representante da Fazenda Nacional na Comarca certidão por ele rubricada contendo a relação dos faltosos para ser inscrita e que valerá como título de dívida líquida e certa.

Art. Os funcionários públicos federais, estaduais e municipais, inclusive os das autarquias e das sociedades de economia mista, não poderão

praticar ato algum sem que o interessado exiba previamente a prova de que votou na última eleição ou, não tendo votado, de que pagou a respectiva multa ou obteve do juiz o documento de isenção previsto no Art.

§ 1.º Os instrumentos referentes a esses atos mencionarão expressamente o documento exibido, sob pena de nulidade.

§ 2.º O funcionário que não cumprir o dispositivo deste artigo incorrerá nas penas do art. 175, n.º 1º do Código Eleitoral.

§ 3.º Para os efeitos desta lei, considerará-se funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função pública, embora transitóriamente ou sem remuneração dos cofres públicos.

#### Justificação

A emenda tem os seguintes objetivos:

1) Tornar real a *obrigatoriedade do voto*. O projeto pretendeu datin-gir o mesmo objetivo mas, data venia, o fez de maneira incompleta. E' que o projeto preferiu ser cascuístico. Por isso mesmo, omisso. Da maneira como está redigido, o projeto quase que só atinge o funcionalismo público e o das sociedades de economia mista, os participantes de concorrência pública aberta pelas pessoas jurídicas de direito público interno (excluídas as autarquias, sociedades de economia mista), os mutuários dos estabelecimentos de crédito do Governo. Isto seria uma restrição odiosa, que pesaria unicamente sobre alguns milhares, enquanto que milhões de eleitores, a imensa maioria, ficaria desobrigada praticamente, isto é, sem sanção.

2) Fazer do *título de eleitor* um documento realmente valioso, imprescindível à vida do cidadão. Para praticar qualquer ato da sua vida civil o interessado terá que provar sua qualidade de eleitor. Mais do que isso, terá que provar sua *quitação eleitoral*. Isto implicará em se ter obrigado o eleitor a votar, ou a pagar a multa, *sem necessidade de qualquer ação judicial*. O eleitor pagará a multa para poder praticar o ato que lhe interessa (vender ou comprar imóvel, casar, pagar impostos, registrar filho, etc.).

A situação se inverterá: em vez dos Partidos e candidatos estarem procurando cidadãos para alistar, estes é que terão o máximo interesse



em ser eleitores porque, sem isso, não poderão praticar qualquer ato da sua vida civil.

3) Efetivar as sanções contra os faltosos. Como a Justiça é impotente para punir os faltosos pelo sistema da lei atual, cada vez se alastra mais o *abstancionismo* (30, 40 60% de não comparecimento). E os que não cumprem seus deveres cívicos ficam no mesmo pé de igualdade dos que os cumpre rigorosamente. Pelo sistema proposto não há alternativa: atingidos os 18 anos, o cidadão é forçado a se alistar e a votar.

4) Acabar com a *burocracia* judiciária. A maioria de milhões de eleitores faltosos (30, 40, 60% em cada eleição) tem ficado impune porque a lei atual se revelou inaplicável. De fato, não é possível à Justiça, em cada eleição, promover vários milhões de processos criminais contra os faltosos, com citações, editais, interrogatórios, audiência de instrução, defesas, arrazoados, sentenças, recursos para os Tribunais (isto em cada caso), com despesas (custas) em cada processo muitíssimo superiores ao valor da multa para, depois de passada em julgado a sentença condenatória, recomençar-se a via-crucis judiciária para cobrança executiva da multa imposta. Isto é impraticável. Por isso, a lei é morta e nunca pode ser aplicada.

O dispositivo que se propõe elimina os processos criminais e os executivos para cobrança da multa, porque o faltoso terá que pagá-la para poder praticar os atos da vida civil.

O dispositivo da aplicação automática da multa foi inspirado no Código de Processo Penal quando regula a formação do Tribunal do Júri. Diz de Processos Penal quando regula a seguinte o § 1.º do art. 443 do Código de Processo Penal:

"O jurado incorrerá em multa pelo simples fato de não comparecimento, independentemente de ato do Presidente ou termo especial".

Não se diga, pois, que não há precedente.

Por outro lado, a questão da efetivação da obrigatoriedade do voto tem preocupado os nossos legisladores. Alguns projetos foram apresentados com esse objetivo.

Assim é que, em 15 de março de 1954, o então deputado Alberto Deodato apresentava o projeto n.º 4.179, que continha dispositivo semelhante ao ora proposto. Assim o projeto dizia:

"... diminui as despesas eleitorais porque o eleitor comparecerá de qual-

quer modo, sem as exigências de transporte, alimento e dádivas. É um dique à corrupção".

Isto é uma verdade. Atualmente, o voto é obrigatório apenas no papel. De fato, ele é *voluntário*. Sendo voluntário (praticamente, não há sanção), o comparecimento e o voto constituem uma espécie de favor aos Partidos e aos candidatos. Dai, a corrupção. Quem tiver mais dinheiro e puder proporcionar melhor transporte, melhor alimentação, roupas, calçados, etc., este terá o voto.

Finalmente, o art. 327 do Código Penal inspirou o § 3.º do último artigo proposto, que define o funcionário público, para os efeitos da lei.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Benedicto Vaz*.

#### PARECER À EMENDA 1.º 83

Pela rejeição. Em verdade prejudicada, uma vez que a quase totalidade dos seus preceitos já se contém no Substitutivo, notadamente nos artigos 23, 24, 25 e 26.

Quanto à abstenção, para combatê-la, além da multa, o Substitutivo relacionou os atos da vida civil e profissional que exigem a quitação com o dever de votar. A emenda n.º 83, no particular, é extensiva em demasia. "Ato algum", diz ela, sem a prova de que o interessado votou, será praticado pelos funcionários federais, estaduais e municipais. Mesmo os atos mais singelos seriam colhidos na latitude absoluta da interdição. Nem a prova de identidade sempre exigida com tal amplitude.

Como se trata de matéria penal, de interpretação restrita, norteadas pela "odiosa restringenda", o acertado será a enumeração taxativa ou a explicitação casuística.

É o que fez o Substitutivo nos artigos 23, 24 e 25.

Pela rejeição, pois.

N.º 84

Acrescente-se o seguinte artigo:

"É vedada a ocupação ou utilização, a qualquer título, no todo ou em parte, de próprio pertencente ao patrimônio público, inclusive de autarquias e sociedades de economia mista, por partidos políticos ou organizações de caráter político."

Parágrafo único. O disposto no artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente



da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada de autoridade pública, representante partidário ou de qualquer eleitor.

#### Justificação

É rigorosamente necessária a adoção do preceito proposto, para evitar a influência do poder público em favor de determinado partido ou organização de caráter político, como comitê, centro cívico, escritório eleitoral, etc.

Principalmente no interior do país, onde as autoridades administrativas usam de arbítrio para pressionar o corpo eleitoral, é de grande efeito, para subverter a vontade deste, o conhecimento, através da utilização de bens públicos, como veículos, salas concedidas ou alugadas, de que determinado partido ou entidade a ele vinculada goza da proteção ou simpatia do Governo.

A aprovação da emenda colocará em igualdade de situação todas as organizações partidárias, em seu trabalho de proselitismos das massas populares.

Salas das Sessões, 27 de maio de 1955. — *Tarso Dutra*.

#### PARECER À EMENDA N.º 84, COM SUBEMENDA

Pela aprovação. São evidentes os intutos moralizadores da emenda. Há malversações na utilização de próprios públicos, principalmente por parte de candidatos que, se afastarem de altos cargos ou funções, disputem postos eletivos. Há denúncias de repartições públicas transformadas em escritórios políticos, comitês, centros cívicos ou "bureaux" eleitorais, integralmente custeados pelo Estado, inclusive telefones, funcionários, automóveis, caminhões, papel, envelopes, etc. É preciso acabar com isso. E a bem lançada emenda Tarso Dutra mostra como.

Contudo, ela precisa ser modificada, pois poderá ensejar dificuldades inúteis e até injustiças. Exemplo: um candidato ou partido aluga dependência ou sala de um prédio pertencente ao patrimônio público, ou mesmo todo ele. Desde que o seja pelas normas uniformes, certificadoras de inexistência de burla ou protecionismo, nenhum mal há. Se um comitê ou escritório eleitoral se instala em uma

sala do Edifício "A Noite", por exemplo, isso não consistirá abuso a ser coibido.

Há prédios pertencentes ao Estado, cuja destinação poderá ser a locação, notadamente os incorporados ao patrimônio público. Se determinada pessoa aluga sala em um edifício nessas condições e posteriormente se faz candidato, pelos termos originários da emenda Tarso Dutra, dela não poderá se servir na sua campanha.

De outro lado, poderá ocorrer que o prédio ou dependência seja alugado pelo poder público. Poderá ser utilizado para fins políticos? Evidentemente não. Aprovada em seus próprios termos a emenda 84, semelhante abuso continuaria possível.

Se se quiser evitar que a título gracioso ou a preço vil, próprios do Estado sejam ocupados por Partidos, ao invés da vedação drástica, dever-se-á exigir a cláusula do aluguel obedecer a normas uniformes. É a terminologia e o critério intermediário consagrado no art. 48, inciso I, letra "a", da Constituição Federal.

A emenda 84 deverá ser aproveitada através da seguinte subemenda:

"Art. O serviço público de qualquer repartição, federal, estadual, municipal, autárquica ou de sociedade mista, inclusive o respectivo prédio e suas dependências, não poderá ser utilizado para beneficiar partido ou organizações de caráter político".

Parágrafo único. O disposto neste artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada de autoridade pública, representante partidário ou de qualquer eleitor.

N.º 85

Onde convier:

Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargo de representação proporcional, a votação só será dada às legendas e não mais aos candidatos.

*Nelson Omegna*.

#### PARECER À EMENDA N.º 85

Pela rejeição. A rigor prejudicada, pois o art. 27 do Substituto disciplina a matéria. Nas eleições suplementares o voto só será apu-

Lote: 32  
Caixa: 227  
PL N.º 4601/1954  
61



rado para a legenda, não mais para qualquer candidato. Esse o efeito do premencionado art. 27.

Ainda que o eleitor vote no candidato, a apuração só o validará para a respectiva legenda.

N.º 86

Art. — Os partidos, ao fazer o registro no T. R. E. para cargos de representação proporcional, poderão, pelas convenções preferenciais por Comarca.

Parágrafo único. Aos candidatos preferenciais serão atribuídos os votos dados só à legenda, nas sessões das Comarcas designadas pelos Partidos.

Nelson Omega.

PARECER À EMENDA N.º 86

Pela rejeição, pela preliminar de inoportunidade na lei de emergência que ora se quer elaborar. A Comissão Mista, por determinação da Resolução n.º 8, circunscreve-se às providências necessárias e relacionadas com o pleito de 3 de outubro próximo. A emenda focaliza a representação proporcional principalmente com respeito aos deputados, os quais não concorrerão no vizinho pleito. A matéria deverá ser decidida em reforma posterior da legislação eleitoral. Sua importância e complexidade demandam interior e metuculoso exame.

Admite-se que a emenda n.º 86 consubstancia medida fortalecedora dos partidos. A rejeição é aconselhada por razões de preliminar, exclusivamente.

N.º 87

Art. — As estações de rádio-difusão irradiarão gratuitamente durante uma hora por dia e durante dois meses antes de cada pleito um programa organizado pelos Juizes Eleitorais para a divulgação de instruções sobre o pleito e notícias oferecidas pelos diretórios municipais dos diferentes partidos sobre os candidatos.

PARECER À EMENDA N.º 87, COM SUBEMENDAS

Pela aprovação, com as seguintes subemendas:

- 1 — Onde está "uma hora por dia", escreva-se "meia hora por dia"
- 2 — Após "sobre o pleito" acrescente-se "inclusive data, horários e

local onde se realizar os comícios, bem como os partidos que os promovem".

3 — Onde está "pelos Juizes Eleitorais" diga-se "pela justiça eleitoral".

A emenda Nelson Omega consolida juridicamente situação de fato. Além disso, amplia a Comissão já ordenada pelo n.º 8, do art. 129, do Código Eleitoral.

As emissoras, via de regra, já oferecem sua patriótica cooperação na obra necessária de divulgação dos atos e instruções da Justiça Eleitoral. São elas concessionárias de serviços públicos pelo poder público, que poderá determinar sua atuação a favor da coletividade, como é o caso. Razões da subemenda:

1 — Meia hora parece suficiente. Principalmente no rádio e sendo diária. Pondere-se ainda, que, em muitos municípios como nas Capitais, há duas ou mais emissoras, multiplicando-se o tempo por essa forma. No interior, o serviço eleitoral é correspondentemente menor.

2 — É necessário circunscrever a publicidade aos atos da justiça eleitoral e não aos dos diretórios. Estes já têm feito preponderantemente partidário. Poderia dar margem a abusos: ou dos diretórios, pretendendo a difusão até de "slogans" de seus candidatos; ou de autoridades faciosas, interferindo também aqui com critérios de preferência. Além do mais, colocaria a justiça eleitoral em causa, em assunto tão delicado, devendo fixar difíceis, não impossíveis, pressupostos de deferimento nesses pedidos dos partidos, a fim de evitar tratamento desigual. Essas e outras inconveniências aconselham a exclusão.

3 — Os comícios só se realizam depois de autorizados. Interessa à democracia que o povo neles se esclareça ou oriente. A justiça eleitoral imparcialmente e com seguros elementos objetivos cooperará, através da divulgação, para a boa realização dessas assembleias populares.

4 — Referir à justiça eleitoral e não a juizes eleitorais.

N.º 88

Art. ... Nenhuma estação radio-difusão ou jornal poderá cobrar pela publicidade eleitoral preços maiores que os fixados em suas tabelas, seis



meses antes do pleito, para a propaganda comercial.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1955. — *Nelson Omegna*.

PARECER A EMENDA N.º 88

Pela rejeição.

O nobre deputado Nelson Omegna focaliza em sua emenda um dos setores mais pressionados pelo poder econômico. Realmente não é só o monopólio de transporte que a candidatura rica mobiliza para destroçar a candidatura pobre. E' também, praticamente, o monopólio da propaganda. Inflaciona-se o mercado de preços, elevando o custo da publicidade e níveis vertiginosos. A matéria, contudo, deverá ser disciplinada com a máxima cautela, como toda aquela que exhibe, como é o seu caso, teor intervencionista do Estado no terreno contratual da livre convenção, maxime quando uma das partes é a imprensa ou o rádio. Em conclusão: o assunto deverá ser decidido na oportunidade de reforma posterior da lei eleitoral. Para o pleito que se avizinha muitos candidatos ou partidos já firmaram contratos perfeitos e acabados. A disposição que agora se quer editar não poderá retrotrair, para revogá-los. Isso criaria, na atual emergência, o regime inconstitucional de tratamento desigual frente à lei. Argumenta-se, por fim, que o art. 130 do Código Eleitoral determina seja igual para todos as tabela de publicidade.

Pela rejeição, pela preliminar de inoportunidade na reforma de emergência, exclusivamente.

N.º 89

Acrescente-se onde convier:

Artigo ... Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula-sobre-carta para a eleição majoritária, ou cédulas-sobrecartas para as eleições proporcionais, em diferentes cores, todas por ele devidamente rubricadas no anverso, sob pena de nulidade, o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará a tinta:

a) nas eleições majoritárias com uma cruz (x) o nome do candidato de sua escolha;

b) nas eleições proporcionais por forma idêntica, o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, ainda no gabinete indevassável, fe-

chará a cédula sobre-carta ou cédulas sobre-cartas, depositando-as, em seguida, uma em cada urna distinta, tantas quantas forem as eleições.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1955. — *Yukishigue Tamura*.

PARECER A EMENDA N.º 89

Pela rejeição, uma vez que está prejudicada pela não aceitação a cédula oficial.

N.º 90

Onde convier:

Art. ... Todas as despesas do alistamento eleitoral, de organização de mesas e de apurações de eleição correrão à conta da Justiça Eleitoral as despesas de transporte e alimentação do eleitor nos distritos rurais.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1955. — *Nestor Duarte*. — *Raimundo Padilha*. — *Nelson Omegna*.

PARECER A EMENDA N.º 90

Parecer contrário pelas razões aduzidas no parecer à emenda n.º 24. A alimentação e o transporte gratuito dos eleitores foram proibidos na Subemenda oferecida à emenda n.º 82.

N.º 91

Acrescente-se, onde for oportuno, o seguinte:

Art. ... Os Juizes Eleitorais designarão dias especiais para Audiência de Qualificação, notificando às Direções dos Diretórios Partidários, que, por seu Delegado, fiscalizarão as mesmas, podendo interpor os recursos previstos pelo Código.

§ 1.º A medida que o serviço o exigir, as audiências de qualificação eleitoral poderão ser marcadas para outros dias da semana, inclusive feriados e domingos;

§ 2.º No interesse público os Juizes Eleitorais designarão audiências de qualificação eleitoral nas sedes dos Distritos e povoações do interior de suas Comarcas; notificando previamente as Direções Partidárias;

§ 3.º Os requerimentos de inscrição eleitoral serão entregues pessoalmente ao Juiz, em audiência, ou fora desta, em Cartório — pelos próprios interessados — com a documentação exigida e duas fotografias;

§ 4.º O Juiz presidente da audiência receberá os requerimentos despachando-os de imediato ou determinando o cumprimento de exigên-



cias porventura não observadas e, em seguida, expedirá o Título Eleitoral, que será assinado na sua presença e entregue ao interessado, no qual constará a Seção em que deve votar e a fotografia autenticada pela sua rubrica;

§ 5.º Das audiências de Qualificação Eleitoral o Escrivão respectivo lavrará ata na qual conste o resumo dos trabalhos e serão subscritas pelos Delegados de Partidos presentes;

§ 3.º Os requerimentos de qualificação eleitoral entregues em Cartório serão, na forma da legislação, despachados pelo Juiz, que os anunciará na primeira audiência de qualificação.

Art. ... Fica proibido aos Partidos por seus Diretórios, encarregados, delegados ou mesmo candidatos a postos eletivos, promoverem o transporte e concentração de eleitores nas vésperas o uno dia das eleições através dos chamados "Mangueirões", "Viveres", "cural", "quartel" ou "cocho", constituindo a violação deste dispositivo Fraude Eleitoral punível com multa de Cr\$ 5.000,00 a ..... Cr\$ 10.000,00 (cinco a dez mil cruzeiros), cobrável executivamente, destituição dos Diretórios responsáveis e prisão de 1 a 3 meses.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1955. — *Dionísio Côrtes*.

PARECER A EMENDA N.º 91

Pela rejeição.

As modificações propostas pelo nobre autor da emenda, elas avultando a designação de dias especiais para audiência de qualificação, introduzirão alteração substancial no sistema de qualificação.

Receia o relator até pela constitucionalidade da medida, pois parece invadir área privativa ou doméstica do Judiciário, vulnerando, assim, o art. 97 da Constituição Federal.

Não parece ao relator conveniente a inovação. Ela tem por objetivo precípuo possibilitar a fiscalização da qualificação pelos partidos. Mas o Substitutivo introduziu medidas nesse mesmo sentido, que salvaguardarão contra a fraude o alistamento, desde que delas os partidos se disponham a se servir.

Quanto a parte da emenda referente à proibição de transporte e concentração de eleitores, a emenda está prejudicada pela decisão da Comissão sobre outras semelhantes, substanciada na Sub-emenda que apresentou à emenda n.º 82.

Acrescente-se onde convier:

"Art. — Em nenhuma hipótese se compreenderá no poder regulamentar atribuído ao Tribunal Superior Eleitoral o de estabelecer casos de inelegibilidade além dos previstos na Constituição Federal".

### Justificação

Por ocasião das últimas eleições o T.S.E. baixou instruções nas quais se estabelecia discriminação ideológica para o fim de se permitir ao cidadão no pleno gozo dos seus direitos políticos candidatar-se a cargos eletivos. Estabeleceu-se, assim a atuação da polícia política, considerada a última importância em matéria ideológica, que a exerceu atrabiliariamente, impedindo a eleição de candidatos dignos e violentando a vontade do povo.

Tal esdruxularia reproduziu o proposto no art. 32 do Projeto 4.601, desprezado pela comissão Mista. Embora tal dispositivo não chegasse a se transformar em lei, teve malsinada vigência a título de regulamentação do T.S.E., que derogava a letra expressa da Carta Magna, na parte em que dispõe:

"Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém, será privado de nenhum dos seus direitos".

Por tudo isso é que salienta Ony Duarte Pereira:

"Se ninguém poderá poderá ser privado de nenhum dos seus direitos por motivo de convicção política, segue-se indeclinavelmente que nenhuma lei ordinária poderia estabelecer a perda do direito de eleger-se, por motivo ideológico. A inconstitucionalidade flagrante dispensa quaisquer outros comentários. Por isso que o eminente Professor Pedro Calmon, catedrático de Direito Constitucional, ao confrontar o art. 3 do Projeto Eleitoral com o art. 141, § 80, da Carta Magna, concluiu: — Inelegibilidades, só as da Constituição".

É a repetição do abuso de derogar a Constituição através de meras instruções, que se visa evitar com a emenda que torna expressa a proibição até então implícita.

Palácio Tiradentes, 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.



PARECER À EMENDA N.º 92

Pela rejeição.

Inelegibilidades, só as da Constituição Federal. Qualquer lei ordinária será incompetente para ampliá-las em restringi-las. Incompetente será também qualquer instrução regulamentação ou decreto para fazê-lo.

Se já está na Constituição, para que repetir em preceitos ordinários, materialmente inaptos para disciplinar o assunto? Seria superfetação inútil, norma superfluamente interativa? Quem está amparado pelo maior, porque quer o resguardo do menor? Se Instruções do Tribunal Superior Eleitoral, como alega o ilustre autor da emenda, desrespeitam a Constituição, que dizer de normas de hierarquia jurídica inferior? Só o Supremo Tribunal Federal poderá conclusivamente falar na espécie.

N.º 93

Acréscense-se ao art. 37:

§ 3.º — O eleitor que não possuir o dedo a que se refere o art. 37 será assinalado no dedo mínimo da outra mão ou em lugar visível.

Justificação P

A emenda prevê uma hipótese omissa na lei.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi de Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 93

Rejeitada, pois atendida na subemenda à emenda n.º 6.

Prejudicada, na realidade.

N.º 94

Ao art. 36 dê-se a seguinte redação:

Art. 36 — A eleição em seção anulada se renovará tantas vezes quantas necessárias a sua validade".

Justificação

Anular a seção em que o adversário possui maioria constitui uma das fraudes mais comuns e frequentes. A emenda visa castigar os que usam esses métodos anti-democráticos.

Uma vez aprovada a emenda tal fraude não mais compensará.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi de Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 94

Pela rejeição.

O art. 36 do Substitutivo disciplinou a matéria como quer a emenda 84. Essa será a consequência da re-

vogação pura e simples do art. 127 do Código Eleitoral, que só admite uma renovação da eleição anulada.

N.º 95

Onde se lê no art. 33 "trigéssimo dia" diga-se "décimo quinto dia".

Justificação

O prazo de 30 dias para encerramento do registro de candidato é longo.

Melhor será conservar o estabelecido pelo Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi de Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 95

Pela rejeição.

O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. O prazo exíguo da emenda agravaria a situação atual. Recorde-se que pelo art. 64, 2.º do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descordenados, escoteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre deputado Bruzzi de Mendonça. Este parecer, genericamente, a todas elas aproveita.

N.º 96

Suprime-se os parágrafos 2.º e 3.º do art. 29.

Caixa: 227

Lote: 32  
PL N.º 4601/1954

63



### Justificação

A emenda que apresentamos ao artigo 29 retira aos partidos e coligações políticas a preferência para fornecerem os mesários. Daí a emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi de Mendonça*.

#### PARECER À EMENDA N.º 96

Rejeitada, pela fundamentação oferecida à emenda n.º 95, mesmo autor, objetivando alterar os prazos fixados no Substitutivo para alistamento, transferência de título, registro de candidatura, etc..

#### N.º 97

Dê-se ao art. 29 a seguinte redação:

Art. 29. As mesas receptoras serão constituídas por pessoas idôneas, preferentemente que não pertençam a partidos políticos.

### Justificação

A paixão partidária poderá influir no ânimo dos mesários impedindo-os de exercerem seus encargos com a isenção com que devem fazê-lo.

Esse o sentido da emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi de Mendonça*.

#### PARECER À EMENDA N.º 97

Pela rejeição.

O Substitutivo através do art. 29 objetivou extirpar o abuso de um só partido monopolizar a constituição da mesma mesa receptora.

É evidente que o juiz eleitoral designará pessoas reconhecidamente "idôneas", como quer a emenda. Aliás quando esta não fixa critérios objetivos, comprobatórios da idoneidade, torna o juiz eleitoral árbitro dela, por pressupor eminentemente subjetivos.

#### N.º 98

Suprima-se o parágrafo único do art. 28.

### Justificação

O objetivo visado por esse artigo já foi atendido pela emenda que apresentamos ao art. 28, facultando aos partidos nomear 2 delegados para cada distrito municipal.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi de Mendonça*.

#### PARECER À EMENDA N.º 98

Pela rejeição, como consequência do parecer desfavorável exarado à emenda n.º 99.

#### N.º 99

Dê-se ao art. 28 a seguinte redação:

Art. 28. Cada partido poderá nomear 2 delegados em cada distrito e dois fiscais junto a cada mesa receptora.

### Justificação

Existem distritos municipais que pela sua extensão reclamam a fiscalização permanente de fiscais e dois fiscais para cada zona são, em numerosos casos, insuficientes.

Uma vez que a fiscalização não prejudica o serviço eleitoral, antes é uma auxiliar dêste a emenda se justifica plenamente.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi de Mendonça*.

#### PARECER À EMENDA N.º 99

Pela rejeição. A designação dos delegados de partidos deve ser para o município. Sua ação deve ser uniforme.

Os delegados, em muitas de suas atribuições, terão a cooperação dos fiscais, que serão o dobre das seções eleitorais existentes no município.

A multiplicação dos delegados criaria embaraços aos próprios partidos, pela ação descoordenada, simultânea e até contraditória deles, bem como a justiça eleitoral.

#### N.º 100

Ao § 3.º do art. 20, acrescente-se. "f": aqueles cujo nome não figure, por omissão, na lista eleitoral da seção.

### Justificação

Uma vez alistado eleitor deve o cidadão ser admitido a votar. Privá-lo dêste direito, desde que exiba seu título, constitui violência.

Se seu nome, por omissão na qual não deve participação, não figura nas listas de votação, não será legal, nem justo impedi-lo de exercer o direito de voto. Esse o sentido da emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi de Mendonça*.

#### PARECER À EMENDA N.º 100

Pela rejeição.

O adendo proposto pelo nobre Deputado Bruzzi de Mendonça irá, na rea-



lidade, tornar inócua a interdição, constante do Substitutivo, dos eleitores votarem em qualquer seção eleitoral. A lista de votação será elaborada com antecedência e fartamente publicada. Os partidos e os eleitores deverão em tempo providenciar no sentido de que as retificações necessárias sejam feitas. Exceções como a admitida na emenda irão escancarar para a fraude a porta que os arts. 19 e 20 do Substitutivo lhe querem trancar.

N.º 101

Suprima-se o parágrafo único do art. 19.

*Justificação*

Vícios ou omissões nas listas de votação não devem constituir motivo para privar o eleitor de votar embora seu voto deva ser tomado com as precauções estabelecidas nos § 5.º e 6.º do art. 87, do Código Eleitoral. O parágrafo não se justifica e sua supressão impõe-se.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 101

Pela rejeição, por não ter sido aprovada a emenda n.º 100.

A revogação expressa que o parágrafo único do artigo 19 objetiva é consequência dos dispositivos constantes do Substitutivo, que vedam terminantemente que o eleitor vote fora da respectiva seção eleitoral.

Manterem-se os parágrafos em causa significaria tornar inócua o dispositivo, que vincula o eleitor à respectiva seção. Tornaria inútil essa providência que, certamente, estancará uma das fontes mais costumeiras de fraude.

N.º 102

Suprimam-se os parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do art. 18.

*Justificação*

E' de presumir que uma vez inscrito o eleitor satisfaz os requisitos legais. Qualquer irregularidade constatada, após o alistamento, deverá ser corrigida de conformidade com o disposto no Título II da Parte Terceira do Código Eleitoral que regula o cancelamento e a exclusão do eleitor.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 102

Pela rejeição. Os parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do artigo 18 abrem nova

oportunidade aos juizes e aos partidos para patrulharem a autenticidade do eleitorado. O eleitor que fôr prejudicado, terá amplos e rápidos meios de defesa do seu direito, enunciados no próprio artigo 18 do Substitutivo. Nenhuma medida deve ser sonogada à indispensável pureza do alistamento.

N.º 103

Emenda substitutiva

Ao § 1.º do art. 17 dê-se a seguinte redação:

"No município em que as listas de eleitores e a sua distribuição pelas seções eleitorais não forem publicadas pela imprensa, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório de partido regularmente registrado e mandará afixar outras vias no fóro, sede da Prefeitura e recintos de maior movimento da localidade de livre acesso ao público".

*Justificação*

A publicidade de todos os atos eleitorais constitui a maior garantia contra as fraudes. A emenda visa dar a conhecer ao eleitorado em geral o lugar onde votará, sem prejuízo de informações partidárias pois ninguém é obrigado a pertencer a partido político para votar.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 103

Pela rejeição. A publicação das listas sempre se fará. Pela imprensa, ou, não a havendo, por editais. E' o que diz o artigo 17 *in fine*. Quando a publicação fôr por editais, será reforçada pelo envio de cópias aos diretórios municipais (§ 1.º do artigo 17). A emenda, pois, está prejudicada, uma vez que o Substitutivo prevê a espécie nela focalizada.

N.º 104

Emenda substitutiva ao art. 17:

Ode se lê "até 30 dias" diga-se "até 15 dias".

*Justificação*

Outra emenda que apresentamos reduziu para 30 dias anteriores ao pleito o prazo para encerramento do alistamento.

Esta emenda se harmoniza com aquela.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.



PARECER À EMENDA N.º 104

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo artigo 64, § 2.º, do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis, depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. Isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre Deputado Bruzzi de Mendonça.

N.º 105

Emenda aditiva ao art. 15.

Dê-se ao art. 15 a seguinte redação.

"Art. 15. O requerimento de segunda via de título eleitoral sob fundamento de perda ou extravio, será sempre apresentado pessoalmente, pelo eleitor, ou por procurador especialmente credenciado para esse fim".

*Justificação*

Nada justifica que só o próprio seja obrigado a entregar em cartório o requerimento pedindo segunda via de título eleitoral, máxime quando deverá comparecer, pessoalmente, para assinar a mesma.

Daí a emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — Bruzzi Mendonça.

PARECER À EMENDA N.º 105

Pela rejeição. A presença do eleitor em cartório para entrega do requerimento de 2.ª via de título por perda ou extravio, é providência moralizadora.

Cumpra-se essa expedição de títulos de todos os cuidados, pois é um dos caminhos franquizados à fraude. A presença é exigida para o alistamento comum. Como dispensá-la nos casos de 2.ª via?

N.º 106

Emenda substitutiva ao artigo 14:

"Art. 14. Nenhum requerimento de segunda via de título eleitoral sob fundamento de perda ou extravio será recebido dentro de 10 dias anteriores a data da eleição".

*Justificação*

Infelizmente, em diversos artigos de seu substitutivo, a Comissão Mista endossou a tendência do projeto n.º 45-1955, favorável a redução do eleitorado.

Privar o eleitor de votar, de um direito político só porque perdeu seu título, 80 dias antes da eleição é penalidade injusta e inconstitucional.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — Bruzzi de Mendonça.

PARECER À EMENDA N.º 106

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda, agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo artigo 64, § 2.º do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive



de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encaixam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escooteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre Deputado Bruzzi de Mendonça.

N.º 107

Emenda substitutiva à letra c do artigo 12.

Onde se lê "3 meses", diga-se: 30 dias.

#### Justificação

Os direitos inerentes à cidadania são nacionais e não estaduais ou municipais. O cidadão é alistável porque é brasileiro e não porque neste ou naquele estado ou município.

O "bairrismo" eleitoral é uma restrição ao direito de cidadania. Mas não pode ter guarida em lei maxime quando os próprios partidos políticos são nacionais.

O prazo de 30 dias fixado pela emenda apenas visa possibilitar o seu alistamento e não credenciá-lo a eleitor por determinada zona eleitoral.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 107

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda, agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo artigo 64, § 2.º do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob re-

gime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encaixam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escooteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre Deputado Bruzzi de Mendonça.

N.º 108

Emenda substitutiva à letra b do artigo 12.

Dê-se a seguinte redação:

"b — a transcorrência pelo menos de 3 meses da inscrição primitiva".

#### Justificação

Ninguém muda de domicílio para cometer fraude eleitoral. A mudança ocorre por razões de interesse ou conveniência do eleitor e constitui um direito que a Constituição assegura a todos os brasileiros e estrangeiros.

Punir o eleitor que muda de domicílio eleitoral é um absurdo inconstitucional porque implica na suspensão de seus direitos políticos.

A regra é e deve ser a de que todos os brasileiros em idade de votar que não incidam nas hipóteses previstas nos incisos e no parágrafo do artigo 132 da Constituição, devem votar.

Não pode a lei, sob pretexto de conveniência de motivos de natureza burocrática, privar o transferido desse direito.

Daí a emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi de Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 108

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda, agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo artigo 64, § 2.º do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua



organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encaixam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoeteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre Deputado Bruzzi de Mendonça.

N.º 109

Emenda substitutiva ao artigo 12: letra a:

Onde se lê: "até 100 dias" diga-se "até 30 dias".

#### Justificação

A transferência de um brasileiro de um para outro Estado da Federação não deve ser motivo impeditivo para que ele cumpra o dever e exerça o direito de votar.

O próprio projeto da Comissão o reconhece quando permite a transferência do eleitor, funcionário civil, militar ou autárquico fora do prazo previsto na letra a.

Claro que ao fazê-lo não quiz contemplar as pessoas nel econtempladas com um privilégio.

Provada a mudança de domicílio do eleitor, seja ele funcionário civil, militar, autárquico, ou comerciante, capitalista, trabalhador, deve ser permitida a sua transferência a fim de que ele não fique privado de um direito que a Constituição assegura a todos os brasileiros.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — Bruzi de Mendonça.

PARECER À EMENDA N.º 109

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda, agravariam a situação atual. Re-

corde-se que pelo artigo 64, § 2.º do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encaixam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoeteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre Deputado Bruzzi de Mendonça.

N.º 110

Emenda substitutiva ao artigo 11.

Onde se lê "dentro dos 100 dias", diga-se "dentro dos 30 dias".

#### Justificação

A emenda visa dilatar o prazo do alistamento a fim de que possa participar das eleições o maior número de eleitores.

O prazo do artigo 11 privaria do direito de alistarem centenas de milhares de jovens que atinjam a idade eleitoral no seu transcurso.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — Bruzi de Mendonça.

PARECER À EMENDA N.º 110

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda, agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo artigo 64, § 2.º do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.



Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre Deputado Bruzzi de Mendonça.

N.º 111

Suprima-se o artigo 10.

#### Justificação

Uma vez qualificado não é lícito privar o cidadão de exercer o direito de voto, que é também uma obrigação constitucional.

Razões, as mais variadas, podem justificar a atitude de eleitores retardatários.

Puni-los pela forma prevista no artigo 10 é uma violência, uma pena de privação de direito político não autorizado pela Constituição.

O eleitor que receba o seu título até as vésperas do pleito deve poder votar.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 111

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda, agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo artigo 64, § 2.º do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre Deputado Bruzzi de Mendonça.

N.º 112

Orde-se lê "até 70 dias" diga-se até 20 dias.

#### Justificação

O prazo para entrega de título ao eleitor transferido deve ser o mesmo que rege a entrega ao eleitor que se alista. Esta emenda seentrosa a que apresentamos ao art. 9.º.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 112

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda, agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo artigo 64, § 2.º do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista com-



pleta dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encaixam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoreiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre Deputado Bruzzi de Mendonça.

N.º 113

Emenda Substitutiva ao art. 9.º:

Art. 0.º Até 20 dias antes da data marcada para a eleição, todos os que requererem inscrição como eleitor até 30 dias antes, já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para serem entregues até 48 horas antes do pleito.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

#### Justificação

Nada justifica que seja reduzido de 0 dias o prazo para o alistamento.

O propósito de uma lei eleitoral deve ser o de ampliar o corpo de votantes com o maior número de eleitores.

Como está redigido o art. 9.º além de encurtar o prazo de alistamento de 70 dias, privando, assim de se alistarem centenas de milhares de brasileiros que completam a idade eleitoral no seu transcurso, ainda subordina a entrega do título à condição de haver o juiz deferido a sua expedição.

Para atender as necessidades do eleitorado deve a Justiça ser aparelhada convenientemente, de sorte a não privar nenhum cidadão do direito de votar.

Esse o sentido da emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 113

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda, agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo artigo 64, § 2.º do Código Eleitoral, logo que em cada

zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encaixam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoreiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre Deputado Bruzzi de Mendonça. *téria, assim, já tem disciplina legal.*

N.º 114

Emenda substitutiva ao art. 8.º:

“Art. 8.º Não poderão servir como escrivão eleitoral, juiz eleitoral ou preparador e como funcionário de qualquer órgão da Justiça Eleitoral, sob pena de demissão, os membros dos diretórios dos partidos os candidatos a cargos eletivos e os ascendente, descendentes ou o colateral destes até o terceiro grau por consanguinidade, ou afinidade.

#### Justificação

Visa o substitutivo, como o próprio art. 8.º, impedir que as pessoas nele mencionadas exerçam influência sobre o eleitorado, em favor dos partidos de sua preferência ou de parentes seus.

Como está redigido o art. 8.º do substitutivo da Comissão não contempla todas as pessoas em favor das quais é lícito estabelecer um pressuposto de suspeição e facciosismo. A emenda adota o critério seguido pelo Código Civil, do art. 142, quando impede de ser testemunha parentes ora incluídos.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 114

Pela rejeição. A rigor, aliás, prejudicada pela aprovação da Emenda



n.º 14, regulando a matéria, à qual foi oferecida subemenda pela Comissão, incluindo o cônjuge no impedimento.

N.º 115

Emenda substitutiva ao art. 5.º:

Ast. 5.º O título eleitoral quando não fôr entregue por ocasião da assinatura do mesmo, nos termos do artigo 4.º, poderá sê-lo à pessoa especialmente credenciada pelo eleitor para esse fim.

*Justificação*

Não é justo exigir-se que o eleitor perca dia de trabalho e respectivos salários, simplesmente para receber seu título eleitoral.

Em nosso direito positivo a regra é a de que pode o procurador praticar todos os atos jurídicos do procurado com exceção daqueles em que seja indispensável sua presença. Pode representá-lo em juízo ou fora dele, receber, passar recibo, dar quitação, alienar e até mesmo contrair matrimônio.

Nada justifica que se abra exceção a hipótese prevista no art. 5.º quando o eleitor, pessoalmente, já compareceu à Cartório para assinar seu título.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA N.º 115

Pela rejeição. A Comissão se manifestou contrariamente às Emendas que objetivassem a entrega não pessoal do título.

Trata-se de ato importante. Tanto assim que só autoridade categorizada o faz: o juiz eleitoral ou preparador, e o escrivão especialmente designado (artigos 5.º e 6.º do Substitutivo). Coerentemente só o eleitor, também pessoalmente, deverá recebê-lo.

N.º 116

Onde convier:

Art. — São instituídas, de acordo com o modelo n.º 1, anexo, cédulas oficiais de votação para as eleições de Presidente, Vice-Presidente da República, senadores e seus suplentes, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito.

§ 1.º As cédulas conterão, além da designação da eleição, os nomes dos candidatos registrados, os quais serão precedidos por um espaço demarcado que servirá para o eleitor assinalar seu voto.

§ 2.º O presidente da mesa, depois de rubricar as cédulas e a sobrecarta, as entregará ao eleitor que, passando à cabine indevassável, assinalará à tinta o nome do candidato de sua escolha. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará as cédulas na sobrecarta, fechando-a.

§ 3.º Serão nulas as cédulas em que aparecerem assinalados nomes de candidatos em maior número do que os postos eletivos a serem preenchidos.

§ 4.º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior.

*Justificação*

O não acolhimento da cédula oficial no substitutivo da Comissão Mista não foi pacífico. No plenário da Câmara as opiniões se dividem sendo numerosos os Srs. Deputados que se inclinam pela adoção da iniciativa contida no anteprojeto da Justiça Eleitoral.

Nossa emenda visa a uma fórmula de acomodação na qual, adotando-se a cédula oficial apenas para as eleições majoritárias, seriam conseguidas muitas das indiscutíveis vantagens da medida, sem os possíveis inconvenientes que os adversários da cédula oficial indicam nas eleições do sistema proporcional, nas quais podem ser registrados centenas de candidatos. Estamos certos de que a nossa emenda, que será justificada com maior desenvolvimento da tribuna, oferece uma solução intermediária que poderá merecer o voto da maioria.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1955. — *Afonso Arinos*. — *Ernani Satyro*.

PARECER À EMENDA N.º 116

Pela rejeição, pois esta emenda é *verbis ad verbum* análoga à de número 75. É sua reedição integral. Estará totalmente prejudicada pela Emenda n.º 75.

N.º 117

Substitua-se o art. 22, pelo seguinte:

Art. 22 — O eleitor que deixar de votar sem causa justificada perante o Juiz Eleitoral, incorrerá em pena de prisão, imposta pelo mesmo Juiz, dentro de oito dias, a partir da data que lhe for conclusa a lista de eleitores faltosos, o que o escrivão fará dentro de 15 dias após o pleito.



§ 1.º — A pena de prisão será de cinco dias.

§ 2.º — A justificação de que trata este artigo, só será despachada pelo Juiz, se ao requerimento fôr junta-da a prova de que o eleitor faltoso apresentou-se à Delegacia Policial da sede da Comarca.

§ 3.º O escrivão eleitoral ao rece-ber o requerimento da justificação certificará ao pé do mesmo a hora de seu recebimento e o fará imedia-tamente, concluso ao Juiz que o des-pachará dentro de 24 horas a partir daquela em que o mesmo for rece-bido.

§ 4.º — A repartição pagadora so-mente efetuará o pagamento dos vencimentos ao Juiz e Escrivão rela-tivos ao mês posterior ao pleito, se lhe forem apresentados comprovantes de que os mesmos deram cumprimen-to ao que estabelece este artigo.

§ 5.º — Sem a prova de ter vota-do, de ter cumprido a pena de que trata este artigo ou justificada a fal-ta, não poderá o eleitor:

- a) inscrever-se em concurso;
- b) investido em função pública de qualquer natureza;
- c) participar de concorrências pú-blicas ou administrativas;
- d) pleitear o gozo de favores ou isenções estabelecidas em lei;
- e) obter passaporte ou carteira profissional;
- f) praticar qualquer ato para o qual se exija prova de quitação com o serviço militar e o imposto de ren-da.

§ 2.º Os que concorrerem para a inobservância das interições constan-tes deste artigo incorrerão na pena imposta aos faltosos.

Sala das Sessões, 30 de maio de 1955. — *Ultimo de Carvalho.*

#### *Justificação*

Somente o estabelecimento de pri-são para o eleitor faltoso, poderá impedir o poder econômico no resul-tado do pleito. A abstenção que se tem verificado nas últimas eleições, é uma prova concreta de que a venda dos títulos eleitorais por parte da maioria dos eleitores faltosos, é a razão de serem eleitos aqueles que o possuem. Além disso, tal inovação de-terminará a influência do transporte e do "quartel" o "curral" nos prélios eleitorais.

*Ultimo de Carvalho.*

#### PARECER À EMENDA N.º 117

Pela rejeição. O substitutivo per-filhou o princípio de exigir a quita-ção com o dever cívico de votar para atos da vida civil ou profissional dos cidadãos, como remédio contra a abs-tenção.

Além dessa sanção, há a multa. A prisão será punição demasiado ri-gorosa. As sanções propostas pelo substitutivo parecem suficientes no combate à abstenção e na punição aos que recusam a cooperação de sua consciência na constituição dos pode-res representativos da Pátria. A pa-triótica intenção do autor da emenda será assim atingida.

N.º 118

Acrescenta-se onde couber:

Art. Ficam anistiados todos aque-les que incorreram em crime eleitoral até a presente data.

Sala das Sessões, 30-5-55. — *Ultimo de Carvalho.*

#### *Justificação*

Urge dar um paradeiro a uma sé-rie de processos eleitorais que abar-rotam os cartórios, sem possibilidade de qualquer medida punitiva, face à lei que regula o assunto.

*Ultimo de Carvalho.*

#### PARECER À EMENDA N.º 118

Pela rejeição, pela preliminar de que a matéria deve ser decidida em reforma posterior.

N.º 119

Onde convier:

Art. Fica abolida a faculdade de se constituírem seções especiais.

Parágrafo único Os eleitores cujos nomes hajam sido omitido na lista ou nela figurarem erradamente te-rão o prazo de 10 dias para a apre-sentação de reclamações a propósito, devendo estas ser resolvidas dentro dos 5 dias subsequentes, corrigindo-se os erros nas próprias listas e for-mando-se novas seções para os exce-dentes.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Matos.*

#### *Justificação*

A instituição das seções especiais tem dado causa a tumulto e ocasio-nado fiquem muitos eleitores priva-dos de votar. Não raras têm sido as anulações de urnas dessas seções que a emenda visa abolir, concedendo



prazo para reclamação do que não constem das seções organizadas originariamente. Idênticas oportunidade é assegurada, na emenda, aos eleitores cujos nomes figurarem erradamente nas listas.

*Arino de Matos.*

PARECER À EMENDA N.º 119

Pela rejeição. O eleitor só votará na respectiva seção eleitoral (artigos 19 e 20). Não poderá mais haver "seções especiais", pois não mais haverá "eleitores especiais", notadamente os "em trânsito". Quanto ao parágrafo único da emenda, o Código Eleitoral cuida da matéria no artigo 67. Seria dispensável iterativa. O artigo 152 do Código Eleitoral também socorre a vítima das omissões focalizadas na Emenda n.º 119, pois genericamente admite recursos dos "atos, resoluções ou despachos dos juizes ou juntas eleitorais", assinalando-se o prazo de 3 dias. A matéria, assim, já tem disciplina legal.

N.º 120

Redija-se assim o artigo 35:  
"As eleições serão realizadas com a garantia de força federal, posta à disposição das autoridades competentes, sempre que estas a requisitem".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Mattos.*

*Justificação*

O artigo tal qual está redigido torna obrigatória a presença de força federal nas eleições, prestando-se à interpretação de dever achar-se à disposição de cada uma das seções eleitorais.

Parece-nos mais consentânea com a razão a solução encaminhada pela emenda que concede a garantia de força federal, sempre que as autoridades competentes a requisitem.

*Era ut supra.*

*Arino de Matos.*

PARECER À EMENDA N.º 120

Pela rejeição. A justiça eleitoral já está armada com o poder com que a emenda a quer municiar. Para evitar explorações ou a omissão de autoridades eleitorais negligentes ou facciosas, a solução é a requisição da força federal, pela lei. O relator justificou cumpridamente a medida na justificativa oferecida a esse artigo do Substitutivo. A experiência desaconselhou o sistema atual da requisição. Porque, às vezes, o juiz elei-

toral não a fazia, ainda que necessário.

Outras vezes, essa requisição era explorada politicamente, influenciando ou mesmo amedrontando o eleitorado. O artigo 35 provê melhor à matéria *sub specie iuris*.

N.º 121

No artigo 20, onde se diz:

"...salvo as exceções previstas no § 4.º deste artigo"; diga-se: "...salvo as exceções previstas neste artigo".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Matos.*

*Justificação*

No texto do artigo 20 se ressalvam as exceções previstas no seu parágrafo 4.º.

Acontece, entretanto, que outras exceções são previstas nos outros parágrafos do mesmo artigo.

Por isso, apresentamos a emenda compreensiva de todos os parágrafos.

*Era ut supra.* — *Flavio de Matos.*

PARECER À EMENDA N.º 121

Pela rejeição, uma vez que será prejudicada, pela aprovação da emenda semelhante, de n.º 22. É redacional a emenda. Trata-se de evidente engano, em boa hora corrigido pelas emendas ns. 22 e 121.

N.º 122

No artigo 5.º, onde se diz: "...pelo Juiz eleitoral, pelo Juiz preparador ou por escrivão especialmente designado"; diga-se: "...pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador, pelo escrivão, ou por funcionário especialmente designado".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Flavio de Matos.*

*Justificação*

A emenda acrescenta entre as pessoas incumbidas da entrega do título ao eleitor o funcionário especialmente, ampliando o rol previsto no substitutivo.

A medida tem apoio nos bons resultados obtidos, na pratica, com a colaboração de funcionários designados pela Justiça Eleitoral para este mister.

*Era ut supra.* — *Flavio de Matos.*

PARECER À EMENDA N.º 122

Pela rejeição, pelas razões apontadas no Parecer à Emenda n.º 16, de teor análogo, que tornam a Emenda n.º 122 prejudicada.



N.º 123

No artigo 6.º, onde se diz: "O juiz eleitoral, o juiz preparador ou o escrivão eleitoral especialmente designado"; diga-se: "O juiz eleitoral, o juiz preparador, o escrivão eleitoral, ou o funcionário especialmente designado..."

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Matos*.

*Justificação*

A emenda decorre do pensamento contido no que se refere ao artigo 5.º.

*Era ut supra. — Flavio de Matos.*

PARECER À EMENDA N.º 123

Pela rejeição, pelas razões apontadas no Parecer à Emenda n.º 16, de teor análogo, que torna a Emenda n.º 123 prejudicada.

N.º 124

Redija-se assim o artigo 27:

"Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargos de representação proporcional, não serão admitidos nem computados votos aos candidatos, visto como a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Matos*.

Pareceu-nos que o trecho do artigo 27 do substitutivo se presta à interpretação de excluir da votação as legendas antes não registradas e não os candidatos individualmente considerados dentro da respectiva legenda.

Por isso, juntamos à sua redação, através da emenda, o período explicativo que consubstancia o pensamento de não serem admitidos nem computados votos aos candidatos, nas eleições suplementares, quando se referirem a cargos de representação proporcional.

*Era ut supra. — Flavio de Matos.*

PARECER À EMENDA N.º 124

Pela rejeição. Nas eleições suplementares serão admitidos os votos aos candidatos. Só que serão apurados ou contados somente para a legenda. O eleitor poderá votar no candidato, na legenda, ou só no primeiro. Mas o voto valerá exclusivamente para a legenda, pois é a posição desta que se quer defender e não a dos candidatos. A redação do artigo 27 caracteriza a exata posição do assunto. Impedir o voto ao candidato significará alterar substancialmente o sistema. O eleitor conhece o candidato, via de regra, o que quer é sufragá-lo.

Indiretamente ou por via de consequência é que a legenda é votada. A legislação atual admite até cédulas sem indicação da legenda. Alterar tudo isso, só porque é suplementar o pleito, não parece aconselhável. O eleitor continuará podendo votar no candidato, mas a apuração só computará para a respectiva legenda esse seu voto.

N.º 125

Substitua-se o parágrafo único do artigo 7.º, pelo seguinte: "Não poderão, todavia, ser localizadas seções eleitorais em fazenda, sítio ou qualquer outra propriedade rural privada mesmo existindo no local prédio público, quando haja fundado receio de coação, ou fraude, motivada pela localização".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Matos*.

*Justificação*

O parágrafo único do artigo 7.º do Substitutivo adota o critério de proibir absolutamente a localização de seções eleitorais em fazenda, sítio, ou qualquer outra propriedade rural, privada, mesmo existindo prédio público no local. O rigorismo do critério criará dificuldades em muitos casos e obstará em alguns a instalação de seções eleitorais, sobretudo nas regiões distantes das sedes dos distritos, onde, em regra, é usada a propriedade privada para o funcionamento da seção eleitoral. Por isso, a emenda restringe a proibição aos casos, em que haja fundado receio de coação ou fraude, motivado pela localização.

*Era ut supra. — Flavio de Matos.*

PARECER À EMENDA

N.º 125

Pela rejeição. Na propriedade rural privada, o respectivo proprietário dispõe de abundantes recursos de coação ou corrupção: o transporte lhe pertence, os eleitores habitam em residência que também lhe pertencem, dispõe de alimentação, etc. A vedação deve ser inexceptuável, pois será muito difícil caracterizar o "fundado receio". Trata-se de critério eminentemente subjetivo.

N.º 126

Acrescente-se, onde convier:

"Art. Designados os eleitores de cada seção, as respectivas listas, para publicação no *Diário da Justiça*, serão organizadas obedecendo à ordem alfabética dos respectivos sobrenomes".



Art. Ao deixar a cabine indevassável, onde preencherá as listas de votação, cada eleitor receberá do Presidente da Mesa um envelope rubricado, onde colocará as listas, depositando a seguir o referido envelope na urna eleitoral.

Art. As listas de votação inscreverão, à frente da legenda partidária, os números referentes a cada um dos candidatos".

#### Justificação

Será feita da Tribuna,  
Sala das Sessões, 30 de maio de 1955. — *Arnaldo Cerdeira*.

#### PARECER À EMENDA

##### N.º 126, Com Subemenda

Aprovada a primeira parte da emenda, com a seguinte redação, oferecida com subemenda:

"Art. — A distribuição dos eleitores, por seção, nas listas de eleitores, será organizada de preferência obedecendo à ordem alfabética do sobrenome "

A segunda parte da emenda está prejudicada, pela não aprovação da emenda instituindo a cédula oficial. Na Comissão, o nobre Deputado Arnaldo Cerdeira argumentou nem a comodidade para as famílias na organização das listas pelo sobrenome, pois todos seus componentes votação numa mesma seção.

##### N.º 127

Acrescente-se onde convier:

Art. A eleição de Deputados federais e estaduais se fará por distritos, fixados pela Justiça Eleitoral, criando-se para esse efeito tantos distritos quantos sejam os Deputados federais a serem eleitos.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955.  
— *Herbert Levy*.

#### Justificação

1.ª) — Eleições por Distritos — Esta é a medida principal. Possibilitará aos eleitores conhecerem os candidatos em quem, forem votar e impedirá a compra de votos. Para isso o Estado será dividido em tantos distritos quantos forem os deputados federais e estaduais a se eleger. No mínimo um distrito para cada deputado federal, e dois estaduais.

Essa fórmula é preferível à divisão do Estado em poucos distritos, que facilitará a ação dos compradores de

votos. Em 350.000 eleitores é fácil comprar-se 20.000 votos. Mas em 40.000 é impossível comprar-se 21.000 votos. Os distritos seriam formados por regiões abrangendo 200 a 250 mil habitantes (50.000) eleitores, mais ou menos. Cada Estado teria direito a eleger um Deputado federal por 200.000 habitantes e um estadual por 100.000 habitantes, desprezadas as frações.

A eleição por distritos viria liquidar com os pequenos partidos, com os que mudam de legenda com os cabos eleitorais, além de prestigiar os candidatos de valor que soubessem trabalhar por suas regiões. E, principalmente acabariam os candidatos que caçam alguns votos em cada comarca do Estado. As regiões do País seriam todas representadas no Parlamento. — *Herbert Levy*.

#### PARECER À EMENDA N.º 127

Pela rejeição, pela preliminar de que a matéria deverá ser decidida em lei posterior. A lei que se elabora é de emergência para o pleito que se avizinha. E neste não serão eleitos deputados, assunto de que cuida a emenda. Seu teor é de máxima relevância e seu ilustre autor declarou pessoalmente ao Relator que seu desejo é condicioná-la ao critério proporcionalista, fixado na Constituição, fazendo distrital a votação e por quociente a apuração, para o efeito de definir os eleitos.

O sufrágio distrital, adstrito e um só candidato a deputado para cada partido, é incompatível com o critério proporcionalista, fixado na Constituição. Disse não cuidou o ilustre deputado paulista. Sua proposição consubstancia reforma da profundidade, com adeptos e opositores estribados em farta messe de razões. Seu exame reeditar o que ora sucede com a adoção da cédula oficial.

##### N.º 128

Art. E' expressamente vedado a Acrescente-se onde convier: quem quer que seja oferecer ou proporcionar ao eleitor:

a) no dia da eleição: transporte, alimentação, bem como concentrá-los por qualquer forma.

b) Em qualquer fase da eleição: Qualquer vantagem material, pecuniária ou não, tendente a influir na sua escolha.

§ 1.º Pena: 1 a 2 anos de reclusão.

§ 2.º Sendo candidato o infrator, a



punição referida no § 1.º será promovida em rito sumário, a fim de que se for condenado, a consequência de perda de seus direitos políticos acarrete o cancelamento de seu registro.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955.  
— *Dagoberto Salles.*

PARECER À EMENDA

Pela rejeição, pois tornou-se prejudicada, em parte, nos termos do parecer e da subemenda oferecidas à emenda n.º 82, cronologicamente anterior. O nobre deputado paulista trás à espécie contribuição nova. Quer êle, por via indireta, obter o cancelamento do registro do candidato, responsável por fraude ou corrupção. Propõe, assim, que o processamento da culpa se faça em rito sumário. Sobrevindo a condenação, suspendem-se os direitos políticos, nos termos do art. 135, § 1.º, II, da Constituição Federal acarretando cancelamento do registro e perda de mandato, se eleito. E' muito de se meditar a contribuição que o deputado Dagoberto Salles apresenta para resolver o difícil problema de serem punidos os candidatos que se servem da fraude e da corrupção.

Realmente, o "punctum pruriens" da questão reside no direito que a Constituição reconhece aos que queiram se candidatar. Incompatibilidades ou impedimentos, só os da Constituição Federal. Fora dela, quer direta que indiretamente, quer mediata quer imediatamente, a lei ordinária é incompetente para ampliar, restringir ou modificar o instituto da incompatibilidade. Sendo preceito primitivo não são admitidas interpretações por extensão ou por analogia. Daí o acerto da tentativa da emenda n.º 128 de vincular a consequência do cancelamento do registro ao art. 135 do Estatuto Cívico. O exito da iniciativa se vincula ao rito sumaríssimo do processo.

Tudo o que se disse comprova que tão oportuna sugestão seja examinada ulteriormente, pois parece que ela indica o meio de o castigar a corrupção pela única forma eficiente: tornando-a inútil, pela cassação do registro do seu criminoso beneficiário.

N.º 129

Acrescente-se onde convier:

Art. Ficam criados seiscentos cartórios privativos do Serviço Eleitoral.

§ 1.º Os cartórios criados são divididos em três classes, correspondentes

às Zonas Eleitorais, e serão providos por serventuários vitalícios, na forma das Organizações Judiciárias de cada Estado.

§ 2.º Nas Comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª, entrâncias haverá 300, 200 e 100 cartórios eleitorais, respectivamente, distribuídos pelo Tribunal Superior Eleitoral, de acordo com o movimento eleitoral de cada Zona.

§ 3.º Ficam estabelecidos os vencimentos de Cr\$ 36.000,00, Cr\$ 60.000,00 e Cr\$ 82.000,00 para os cargos de escrivães do serviço eleitoral nas comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrâncias, respectivamente.

§ 4.º Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 45.000.000,00, com vigência até o ano de 1956, para atender às despesas constantes da presente lei.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955.  
— *Último de Carvalho.*

*Justificativa*

O serviço eleitoral é executado, presentemente, pelos escrivães do Judicial e do Crime que se revesam no officio, de dois em dois anos, o que significa que os arquivos eleitorais rolam de mão em mão e de sala em sala, periodicamente, determinando a irresponsabilidade que se verifica naquêlê serviço. Além disso, os serventuários designados não são remunerados pelos cofres federais, porquanto a gratificação que recebem d. Cr\$ 3.000,00 anuais, mal dá para o expediente. Vivem, portanto, os escrivães eleitorais neste dilema: — sacrificar o officio privativo que lhes dá os meios de subsistência ou sacrificar o serviço eleitoral que lhes priva desses mesmos meios. E' claro que ante o instinto de conservação, preferem a primeira hipótese, resultando dessa contingência, a balburdia e o descaso que se observa nos cartórios eleitorais. A despesa que a inovação trará ao erário público, é, relativamente, sem importância, tal a sua relevância para o aprimoramento do nosso sistema eleitoral e o ato de justiça que ela encerra, pois não se compreende, a não ser no regime comunista, impor a alguém a obrigação de trabalhar de graça. — *Último de Carvalho.*

PARECER

Pela rejeição. Primeiro, pela preliminar de que a matéria só poderia ser disciplinada em reforma posterior, pois seu teor não é de emergência. Segundo, porque a iniciativa da proposição é privativa do judiciário, nos



têrmos do art. 97, n.º II e 67, parágrafo 2.º da Constituição Federal. E' inconstitucional, por conseguinte.

N.º 130

Acrescente-se:

Art. O requerimento de registro do candidato nas eleições para a Câmara dos Deputados, ou para qualquer das Assembléias Legislativas dos Estados será acompanhado da prova do depósito feito pelo interessado da quantia de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), que reverterá em favor da Justiça Eleitoral, no caso da votação do candidato não atingir a um décimo do quociente eleitoral da respectiva circunscrição.

Parágrafo único. Quando o candidato obtiver votação correspondente a um décimo, ou mais, do sobredito quociente, ser-lhe-á permitido o levantamento do depósito".

S. S., 31 de maio de 1955. — *Arino de Matos.*

#### *Justificação*

A plethora de candidatos nas eleições de representação proporcional sem possibilidades eleitorais tem acarretado uma sobrecarga injustificável de trabalho à Justiça Eleitoral, influyendo paralelamente, na agravação das despesas das eleições.

Parece-nos razoável a instituição de um depósito que reverta em favor do custeio da própria Justiça Eleitoral, quando o candidato não obtenha, pelo menos, um décimo do quociente eleitoral da respectiva circunscrição.

A medida tem sido posta em execução em outros países.

Apotam-se como satisfatórios os seus resultados na Inglaterra e na França.

A douta Comissão Especial e o Congresso, afinal dirão da conveniência de sua adoção.

S. S., 31 de maio de 1955. — *Arino de Matos.*

#### *PARECER*

Pela rejeição, pela preliminar de não ser de emergência o seu teor. E' uma das emendas mais interessantes das oferecidas ao Substitutivo.

Quer seu autor trazer para a legislação brasileira preceitos em vigor em outros países, entre eles a Inglaterra e a França. Ajudaria no combate necessário ao carreirismo político. Os candidatos devem ter o sentido da auto crítica, a fim de não se aventurarem, sem a menor possibilidade de êxito.

Não é justo que um candidato ocasione despesas ao Estado, com a justiça eleitoral, com cédulas, se forem oficiais, enfim, que congestionem o movimento de toda a engrenagem eleitoral do Estado ou do País, para finalmente ser sufragado por um número irrisório de eleitores.

Já houve casos até de candidatos com 0 votos.

A multa estipulada seria como que uma indenização.

Além disso, faria com que muitos não se lançassem à luta, o que traria o benefício de evitar o número elevadíssimo de candidatos que, em geral, postulam os cargos eletivos no país.

Lamenta o relator, contudo, manifestar-se pela rejeição, porque a matéria não deve ser cuidada na presente reforma de emergência.

Como o texto da emenda evidencia, a providência que ela aventa se vincula à eleição de Deputados. Como já foi dito, a presente reforma se vincula diretamente ao pleito de 3 de outubro próximo. Nela não haveria eleições para representantes ao Congresso. Nessa conformidade, pela preliminar da inoportunidade, o relator manifesta-se contrariamente à muito bem lançada emenda, de autoria do eminente Deputado Arino de Matos.

N.º 131

No § 6.º do art. 40, na frase: "Se tem havido culpa ou dolo"... suprimam-se as palavras: "do escrivão, a este..." e acrescentem-se, em seu lugar, as palavras: "ao responsável". A frase ficará, portanto, assim redigida: "Se tiver havido culpa ou dolo, ao responsável será aplicadas, na primeira hipótese... etc...".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos.*

#### *Justificação*

A falta da fôlha individual de votação pode ser ocasionada por outro interessado, que não seja o escrivão.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos.*

#### *PARECER*

Parecer favorável.

Sugere solução mais conveniente.

N.º 132

Acrescente-se um parágrafo ao art. 28, passando o atual parágrafo único a § 1.º:



“§ 2.º Os delegados serão nomeados pelos diretórios regionais e credenciados junto aos juizes eleitorais; os fiscais serão designados pelos diretórios municipais e credenciados junto às mesas receptoras”.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*

#### *Justificação*

O Código atual e o substitutivo não esclarecem o assunto.

Daí haver o Juiz eleitoral de Cruzeiro do Sul, Acre, exigido que os fiscais fossem nomeados pelos diretórios regionais, o que impediu a nomeação e a consequente fiscalização das eleições.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*

#### *PARECER*

Pela rejeição. As designações dos fiscais e delegados dos partidos devem ser feitas pelos Diretórios Regionais. Da regularidade dessas designações, principalmente por parte de órgãos partidários constituídos e registrados de acordo com as normas estatutárias e legais, dependerá a validade jurídica dos atos que praticarem. Nem sempre os diretórios municipais satisfazem tais requisitos. A participação do Diretório Regional nessas designações é salutar, pois permitirá ao mesmo patrulhar devidamente a atuação das seções locais, às vezes prejudicial à linha estadual e até nacional do Partido. Sabemos como se processam alianças nos municípios, com a preeminência de seus interesses específicos, às vezes conflitantes com a diretriz nacional do partido.

N.º 133

N.º 133 com subemenda

Acrescente-se um § ao artigo 17.

“§ 3.º — A não inclusão do eleitor inscrito nas listas de eleitores, na distribuição pelas seções eleitorais, ou na folha de votação da seção em que deva votar, implica na infração penal, por parte do Juiz Eleitoral, do n.º 15 do art. 173 do Código Eleitoral”.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*

#### *Justificação*

Tendo em vista a limitação muito justificável, contida no art. 19, é preciso impedir, com a presente

emenda, que o escrivão propositalmente omita o nome do eleitor da folha de votação.

A providência do art. 18 do substitutivo não é suficiente, porque os delegados não podem saber quais os processos despachados e ultimados e quantos eleitores estão inscritos.

A fraude, por esta forma, é sempre possível, se não for impedida pela providência apontada na presente emenda.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*

#### *PARECER*

Pela rejeição. O objetivo da emenda está contido no art. 17 do Substitutivo. Ali se fala que “a infração do disposto” nesse artigo será punida com as penas do n.º 15, do art. 173 do Código Eleitoral. Principalmente a não inclusão criminosa do eleitor nas listas de votação. Além do mais, tal lista deverá estar pronta improrrogavelmente até 30 dias antes do pleito (art. 17 in-fine). No caso de omissão há tempo para corrigi-la através de re-  
clação ou recurso.

O Código Eleitoral socorre o eleitor omitido com os remédios referidos nos arts. 67 e 152. Sendo diligente não será prejudicado. Se não o for “*ôdormentibus, jus non socumit*”.

N.º 134

Suprima-se o art. 7.º do substitutivo, transformando-se em artigo o parágrafo único do art. 7.º

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*

#### *Justificação*

Em disposição consta do Código Eleitoral, no § 2.º do art. 66.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*

#### *PARECER*

O art. 7.º do substitutivo modifica o parágrafo 2.º do artigo 66 do Código Eleitoral. Não consta desta a explicitação “inclusive os leprosários. O art. 7.º é codificador, pois a discriminação específica dos leprosários decorre de lei vigente originária de projeto de autoria do relator, proposta em 1951. E’ a Lei n. 1.430 de 12 de setembro de 1951.

Modifica o parágrafo 2.º do artigo 66 da Lei n. 1.164, de 24 de junho de 1950 (Código Eleitoral).



O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — O parágrafo 2.º do artigo 66 da Lei n. 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral) passa a ter a seguinte redação:

§ 2.º — Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e nos povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive os leprosários onde haja pelo menos cinquenta (50) eleitores.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1951 — 130.º da Independência e 63.º da República — *Getúlio Vargas* — *Francisco Negrão de Lima*.

N.º 135

Emenda n.º 135 com subemenda

O § 2.º do art. 9.º passa a ter a seguinte redação:

O Juiz eleitoral ou o funcionario responsável pela transgressão do preceituado neste artigo, ou pela não entrega dos títulos prontos aos eleitores ou delegados de partidos que os procurarem, será punido nos termos do art. 175. § 15 do Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — *Oscar Passos*.

#### Justificação

Ai está a grande arme dos escrivães facciosos. Não entregam os títulos aos adversários, sob a alegação de que "não estão prontos".

Em Rio Branco, Acre, isto ocorreu com mais de 600 títulos em 1954.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — *Oscar Passos*.

#### PARECER

A emenda de autoria do nobre deputado Oscar Passos deverá ser aproveitada na seguinte sub-emenda.

O parágrafo 2.º do art. 9.º do substitutivo será assim redigido:

"O juiz eleitoral, o juiz preparador o escrivão eleitoral especialmente designado ou o funcionario responsável pela transgressão do preceituado neste artigo ou pela não entrega do título pronto ao eleitor que o procurar será punido nos termos do artigo 175, no 15 do Código Eleitoral."

A sub-emenda objetivou:

a) fazer refeência expressa as únicas autoridades que pelos art. 5.º e 6.º do substitutivo podem efetuar a entrega do título.

b) excluir o recebimento do título por delegado de partido.

A entrega é ato de importância no alistamento. Si se exige que o próprio juiz ou autoridade categorizada o faça, analogamente se deverá exigir que só o eleitor pessoalmente, o receba. Assim se evitará manipulação e títulos por cabos e significará mais uma oportunidade para desmascarar fraudes, inclusive falsa identidade. O objetivo principal da emenda Oscar Passos foi respeitado na sub-emenda: coibir a abusiva retenção de títulos em cartório, fazendo com que o interessado vá procurá-lo várias e até muitas vezes embora já esteja pronto. Recorde-se os transtornos desse procedimento para o operário que para isso deixa a fábrica e do agricultor que deixa a lavoura.

#### EMENDA N.º 136

Acrescente-se ao final do art. 10, as seguintes palavras: "por culpa própria".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — *Oscar Passos*.

#### Justificação

Ai está a grande arma dos escrivães facciosos. Não entregam os títulos aos adversários, sob a alegação de que "não estão prontos".

Em Rio Branco, Acre, isto ocorreu com mais de 600 títulos, em 1954.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — *Oscar Passos*.

#### PARECER

Pela rejeição. Até 70 dias antes da eleição todos os títulos devem estar prontos.

E' o que manda o art. 9.º do substitutivo.

O juiz eleitoral ou funcionario responsável pelo não cumprimento do artigo 9.º é passível de penas severas: multas de Cr\$ 200 a Cr\$ 1.000,00 cumuladas com a pena de suspensão até 30 dias (parágrafo 2.º do artigo 9.º). Não poderá pois, mais haver caso de impune retardamento criminoso na entrega de título. Os prejudicados, partido, eleitor ou candidato, estarão armados de meios de repressão da negligência ou do facosismo.



A alegação de ausência de culpa poderá ser arditosamente invocada para retirada do título fora do prazo referido no artigo 10 do substitutivo. Poderá ser alegada ainda, maliciosamente para votar sem título ou como justa causa, para se eximir das penas do art. 25 do Substitutivo. A boa intenção do emente deputado Oscar Passos poderia acarretar estes e outros inconvenientes.

*in rhe* N.º 137

Emenda n.º 137 — Com subemenda

O art. 4.º passa a ter a seguinte redação:

O título eleitoral será assinado pelo eleitor em cartório e só depois o será pelo Juiz, sob pena de suspensão disciplinar até 30 dias.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — Oscar Passos.

PARECER

Pela aprovação, com sub-emenda. A redação do art. 4.º do Substitutivo oferece a conveniência de discriminar a exigência do título só ser assinado pelo juiz, depois de preenchido pelo cartório, além de assinatura, também anterior, do eleitor. A referência ao preenchimento pelo cartório é indispensável. Para explicitar a necessidade do comparecimento do eleitor em cartório, para assinar, a emenda do nobre deputado Oscar Passos sugere a seguinte sub-emenda redacional;

Ao art. 4.º do substitutivo "in-fine onde está: "e assinado pelo leitor" redija-se "e neste assinado pelo eleitor".

Esta a parte da emenda n. 137 que deve ser aproveitada. A modificação é redacional.

N.º 138

O art. 5.º, passa a ter a seguinte redação:

O título eleitoral será entregue pelo juiz preparador ou pelo escrivão designado, ao eleitor em pessoa, ou ao seu procurador ou delegado de partido, sempre, porém, mediante apresentação do talão de recibo, de que trata o art. 1.º.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos.

Justificação

Nas regiões de pequena densidade demográfica do interior do País, é demasiado exigir que o eleitor aban-

done o seu trabalho e venha pessoalmente à cidade, para receber o título.

Não raro terão de gastar 2, 3 ou mais dias de viagem de ida e outros tantos de regresso, o que prejudicará enormemente o serviço de cada um e redundará em grave prejuízo monetário. Além disso, a exigência constante do projeto dará margem a abstenção do alistamento, o que não poderá ser controlado.

Não é daí que resultam as fraudes, desde que ele venha assinar o título, na presença do Juiz.

A fraude é feita, presentemente, quer através da entrega de títulos em branco, aos delegados do partido "do peito" dos juizes ou dos escrivães; quer da retenção indevida dos títulos dos adversários em cartório, títulos estes que "nunca estão prontos"; quer do entrave proposital dos requerimentos de inscrição dos adversários, aos quais os cartórios não fornecem o comprovante de entrega, como exige o Código Eleitoral em seu art. 35; quer ainda, como decorrência da falta de talão de protocolo, da entrega dos títulos a delegados de partidos contrários, que os sonegam aos seus legítimos donos e não raro, os utilizam para outro eleitor; quer, finalmente, da falta de ordem, em certos cartórios, onde os interessados (adversários) não são propositalmente atendidos com a presteza desejada, obrigados, por isso a voltarem 6, 8 ou mais vezes sem resultado, o que os desanima de conseguirem o almejado título.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos.

PARECER

Pela rejeição. A Comissão Mista examinou detidamente a espécie, quando elaborou o Substitutivo. O regime da entrega do título a procuradores tem ensejado fraudes e abusos. A entrega pessoal do título é formalidade constitutiva da autenticidade do alistamento. A rigor a emenda n. 138 está prejudicada, pois várias emendas anteriores e semelhantes, foram rejeitadas.

N.º 139

Ao art. 40 acrescente-se o seguinte parágrafo:

§ 11. "Nas localidades onde não houver fotografos, fica dispensada a exigência do retrato do eleitor na folha individual de votação".



Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

*Justificação*

Inúmeras localidades do interior não dispõem de fotógrafo.

Como exigir-se retrato do eleitor, na folha individual, se ele não tem como consegui-lo? Será justo, por essa falta, privar-se o cidadão do alistamento eleitoral?

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

PARECER A EMENDA N.º 139

*Parcer contrário.*

A sua aprovação abriria uma exceção que praticamente anularia a medida moralizadora que o substitutivo consagra, ao exigir o retrato do eleitor nas folhas individuais de votação no futuro alistamento eleitoral.

N.º 140

Reduza-se para 5 dias o prazo previsto nos arts. 178, 179, 181 e 182 e para 3 dias o previsto nos arts. 180 e 183 do Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

*Justificação*

Se a lei não cobrir, no menor prazo possível, a fraude e a coação, desmoralizado ficará todo o processo eleitoral e falseada a verdade das urnas.

Apesar do aparente rigor inscrito no Código, no "processo das infrações", a coação campeia impunemente, impedindo a livre manifestação da vontade popular.

Em setembro de 1954 apresentei denúncias de coações, exercidas nos municípios de Xapuri, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre. Até hoje, passados 7 meses, 7 longos meses, nenhuma delas foi julgada e em duas, pelo menos, nem o promotor se pronunciou.

A coação surtiu o efeito, ante a morosidade criminosa da própria justiça eleitoral.

Para fazer andar esses processos, tive de recorrer à autoridade do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral.

A continuar assim, as eleições, como a própria justiça eleitoral, constituirão uma farsa.

É imperioso que esses processos tenham curso rápido e que a coação, quando provada, seja sanada no menor prazo, para não surtir o efeito corrosivo que está causando, no eleitoral.

É imperioso que os órgãos da Justiça Eleitoral, em todos os seus escalões, cumpram o seu dever, dentro dos prazos inscritos na lei e com a isenção que é de desejar dos seus membros.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

PARECER A EMENDA N.º 140

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade, por ser de emergência a reforma que se quer elaborar. Quer a emenda n.º 140 reduziu os prazos no processo das infrações. Coerente com pareceres anteriores, o Relator se pronuncia pela ulterior apreciação da matéria.

N.º 141

EMENDA AO SUBSTITUTIVO  
PROJETO N.º 4.601-A/54

O art. 46, § 3º do Código Eleitoral passa a ter a seguinte redação:

"Quando os lugares a serem preenchidos nas Câmaras legislativas forem dois, serão eles distribuídos segundo as regras 1 e 2 do art. 59 e quando forem 3 ou mais, serão eles distribuídos pela forma estabelecida no art. 58".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

*Justificação*

A atual redação do § 3º do art. 46 tem dado lugar a controvérsias, que chegaram, mesmo, a dividir meio a meio o Supremo Tribunal Federal.

O entendimento do Superior Tribunal Eleitoral, apoiado na prerrogativa do art. 196 do Código e firmado em copiosa jurisprudência, é pela não aplicação, ao caso de preenchimento de dois lugares, da regra do § 2º do art. 59, pois que sua aplicação exigiria o estabelecimento do "quociente eleitoral" e, consequentemente, fundiria o caso de dois lugares a preencher — verdadeira exceção — com o de três ou mais lugares, que é a regra geral.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

PARECER A EMENDA N.º 141

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade, por ser da emergência a reforma que se quer elaborar. A emenda cuida de matéria atinente à eleição de deputados. Esta não se



efetuará a 3 de outubro próximo. O preceito proposto se filia à espécie das leis interpretativa ou declaratórias pois colima dirimir dúvidas na aplicação do art. 46 do Código Eleitoral.

N.º 142

#### EMENDA AO SUBSTITUTIVO

PROJETO N.º 4.601-A/54

O parágrafo único do art. 183 do Código Eleitoral passa a ter a seguinte redação:

"A falta de cumprimento de quaisquer prescrições ou prazos, contidos nos diversos artigos deste capítulo, seja por parte do órgão do Ministério Público, seja pelos Juizes eleitorais, determina sua suspensão da função e a imediata abertura do processo de responsabilidade do faltoso.

A suspensão e o processo serão promovidos pela autoridade competente, à vista de reclamação documentada da parte prejudicada ou de qualquer cidadão".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

#### Justificação

Se a lei não coibir, no menor prazo possível, a fraude e a coação, desmoralizado ficará todo o processo eleitoral e falseada a verdade das urnas.

Apesar do aparente rigor inscrito no Código, no "processo das infrações", a coação campeia impunemente, impedindo a livre manifestação da vontade popular.

Em setembro de 1954 apresentei denúncias de coações, exercidas nos municípios de Xapuri, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre. Até hoje, passados 7 meses, 7 longos meses, nenhuma delas foi julgada e em duas, pelo menos, nem o promotor se pronunciou.

A coação surtiu o efeito, ante a morosidade criminosa da própria justiça eleitoral.

Para fazer andar êsses processos, tive de recorrer à autoridade do Egrégio Tribunal Eleitoral.

A continuar assim, as eleições, como a própria justiça eleitoral, constituirão uma farsa.

E' imperioso que êsses processos tenham curso rápido e que a coação, quando provada, seja sanada no menor prazo, para não surtir o efeito corrosivo que está causando, no eleitoral.

E' imperioso que os órgãos da Justiça eleitoral, em todos os seus escalões, cumpram o seu dever, dentro dos prazos inscritos na lei e com a isenção que é de desejar dos seus membros.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

PARECER À EMENDA N.º 142

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade, por ser de emergência a reforma que se quer edelaborar. Poder-se, ainda que o Código Eleitoral e o Substitutivo cominam apenas para as autoridades faltosas. A suspensão imediata da função já é a consequência da condenação imposta. Além do mais, a emenda se situa no Capítulo de Processo das Infrações é no parágrafo único do art. 183, que já versa sobre a condenação final.

N.º 143

#### EMENDA AO SUBSTITUTIVO

PROJETO N.º 4.601-A/54

#### Das infrações

Art. — Deixar o responsável de consignar nos assentamentos de sua responsabilidade na repartição pública, autárquica ou empresa particular, a circunstância de ter o eleitor votado ou não:

Pena — reclusão de 1 a 6 meses.

Parágrafo único. Sendo o servidor, público ou artárquico, ou serventuário da Justiça, perda do cargo.

Art. — Promover aliciamentos de eleitores, no dia ou na véspera da eleição, inclusive mediante fornecimento de transportes gratuitos, refeições coletivas ou outros meios de atração:

Pena — reclusão de 1 a 6 meses.

Parágrafo único. São coautores os motoristas dos veículos, os cozinheiros, os garçons, copeiros ou aqueles que papel semelhante tenham exercido ou de qualquer forma contribuído para o aliciamento.

Art. — Distribuir ou mandar distribuir roupas, brindes, dinheiro, ou qualquer utilidade aos eleitores, durante a campanha eleitoral e no dia da eleição:

Pena — reclusão de 1 a 6 meses.

Parágrafo único. São coautores os intermediários, bem como os comerciantes que saibam da finalidade iniciadora da distribuição.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *José Bonifácio*.



PARECER

Pela rejeição. Parte prejudicada, nos termos do parecer da subemenda oferecidos a emenda n. 82.

O primeiro artigo da emenda consta do Substitutivo: — a pena de suspensão do funcionário responsável é cabível. Ele praticou falta funcional, devendo ser punido administrativamente. O importante na espécie não é o volume da sanção. É a certeza da repressão. É muito menos exequível o castigo proposto no Substitutivo. A perda do cargo é demasiadamente severa, principalmente sendo primário o infrator. O último artigo da emenda n. 143 é o n.º 20, do artigo 175, do Código Eleitoral. A sanção do n.º 20, do art. 175, mais rigorosa: detenção de 6 meses a 2 anos. Pondere-se, ainda, que o Código Eleitoral nas penas inferiores a um ano, como é a cominada na emenda n. 143 com melhor sistema as situa como detenção e não de reclusão.

N.º 144

Onde convier:

Art. — O eleitor que deixar de votar não poderá: promover registros públicos, habilitar-se para o casamento, celebrar contratos de qualquer natureza, participar de concorrências públicas ou administrativas receber vencimentos ou quaisquer dinheiros públicos, inclusive de autarquias e sociedades de economia mista, estabelecer-se como comerciante, extrair passaporte, extrair carteira profissional ou de identidade, matricular-se em estabelecimento de ensino, ocupar cargos públicos ou de empresas particulares, receber salários de empresas particulares, praticar qualquer ato de sua vida civil.

§ 1.º — O funcionário ou empresa certificará nos assentamentos de sua responsabilidade, sob as penas da lei, qual a seção e a data em que o eleitor votou e, em caso negativo, mencionará a certidão excusatória.

§ 2.º — Estando o cidadão impedido ou dispensado de se alistar, ou de votar, deverá exibir certidão do cartório e seu domicílio eleitoral em que conste o motivo do impedimento ou da dispensa.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955. — José Bonifácio.

PARECER À EMENDA N.º 144.

Pela rejeição.

Esta emenda realmente está prejudicada pela de n.º 23 de autoria do eminente Deputado Martins Rodrigues, aprovada numa subemenda oferecida pelo orador.

Esta emenda disciplina a matéria, relacionando a maioria dos casos focalizados pelo eminente Deputado José Bonifácio, muitos dos quais já constam do Substitutivo.

A Comissão buscou a sistematização casuística. Isso porque se trata de norma penal, de aplicação restrita. Proibições genéricas são descumpridas.

N.º 145

Onde convier:

Art. — Os cidadãos se inscreverão eleitores mediante o requerimento, feito do próprio punho perante o juiz eleitoral, observando-se o seguinte:

a) o candidato comparecerá perante o juiz munido do necessário para escrever o requerimento e de três retratos 3 por 4, na sede do Município, do Distrito, ou do Povoado, que tenha cem ou mais candidatos, em local previamente designado. Juntará, no ato, a sua prova de maioridade eleitoral;

b) o juiz fornecerá as normas do requerimento que serão copiadas em sua presença pelos candidatos;

c) o juiz irá despachando os requerimentos à medida em que forem entregues, recebendo o apresentante, recibo do mesmo e dos documentos que oferecer, procedendo na forma do artigo 35, da Lei 1.164, de 24-7-50.

Parágrafo único — Sendo notória a maioridade do candidato, o juiz poderá dispensar a prova de idade, exigindo, apenas, a identidade do candidato.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955. — José Bonifácio.

PARECER

Pela rejeição. O sistema proposta pelo nobre Deputado José Bonifácio, pelo qual a elaboração do requerimento de inscrição eleitoral será feita perante o juiz eleitoral, trará embaraços dispensáveis aos alistamentos à justiça eleitoral. (O art. 40 determina que o alistamento se fará, futuramente, por novo sistema, o das folhas individuais de votação, em que se procurou resguardar o importante ato contra a fraude.



N.º 146

Onde convier:

Art. — E' incompatível para exercer cargo eletivo aquele que, durante a campanha eleitoral, ou durante o dia da eleição, tenha:

- a) praticado, ou tentado praticar, corrupção ativa ou passiva;
- b) exercido coação sobre eleitor, ou praticado fraude eleitoral;
- c) prejudicado, de qualquer forma, os trabalhos eleitorais;
- d) promovido, ou mandado promover, a distribuição de brindes, dinheiro, roupas ou quaisquer utilidades aos eleitores;
- e) promovido, ou mandado promover, aliciamento de eleitores no dia da eleição, ou na véspera, inclusive mediante transporte gratuito, refeições coletivas, ou quaisquer meios de atração.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955. — *José Bonifácio*.

PARECER À EMENDA N.º 146

Pela rejeição. Incompatibilidades ou inelegibilidades, só as da Constituição Federal. Maiorias ocasionais, juizes que são da conveniência das medidas adotadas por meio de legislação ordinária, não podem arbitrar matéria dessa importância, vitalmente vinculada à sobrevivência e à independência das minorias. Poderíamos regredir à época das depurações, em que maiorias onipotentes e apaixonadas se sobrepujaram ao soberano pronunciamento das urnas.

Só através de emenda constitucional o instituto da incompatibilidade e da inelegibilidade poderá ser alterado. Providência essa, aliás, que necessita ser efetivada, inclusive para evitar que presidentes ou diretores das autarquias, de sociedades de economia mista, prefeitos até de capitais com o poder de seus cargos e sem se afastarem deles, bem como, às vezes, até com a munificência perdulária do dinheiro do povo, concorram vitoriosamente às eleições.

Em alguns Estados já se diz que na respectiva representação há "cadeiras cativas", vinculadas e determinados cargos. Mas so instrumento jurídico para obviar semelhantes males é o Código Político do País.

N.º 147

Onde convier:

"A gratificação aos escrivães eleitorais será de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Sala das Sessões, 31 de Maio de 1955. — *Gabriel Passos*. — *Ernani Sátiro*.

PARECER À EMENDA N.º 147.

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade, por ser de emergência a lei que se quer elaborar, do Código Eleitoral, o art. 193, § 2.º, fixa em Cr\$ 800,00, a gratificação ao escrivão e em Cr\$ 1.500,00 ao juiz eleitoral.

A matéria deverá ser decidida em reforma posterior, mesmo porque não seria justo circunscrever a majoração aos escrivães, excepcionando outros servidores da justiça eleitoral.

N.º 148

Acrescente-se:

Art. — O Diretório Regional de qualquer Partido Político com representante à Assembléia Legislativa, poderá em qualquer época, com exceção dos (6) seis dias que precederem as eleições, requerer por seu delegado, ao Presidente do Tribunal Regional, seja afastado qualquer juiz eleitoral do exercício de suas funções desde que se trate de juiz que seja parente até o 2.º grau, inclusive, ainda que por afinidade, de membro de Diretório Municipal ou regional de Partido Político registrado ou de candidato a qualquer cargo eletivo.

§ 1.º O requerimento, fundamentado ou não, será automaticamente deferido e o Presidente do Tribunal dentro de 72 (setenta e duas) horas providenciará a substituição do juiz, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), por juiz de Zona Eleitoral com jurisdição na mesma cidade, município ou município vizinho.

§ 2.º Se o requerimento não estiver instruído com as certidões necessárias, ou se não estiver em termos, o Presidente do Tribunal dentro de 48 (quarenta e oito) horas, despachará fazendo as exigências que se fizerem indispensáveis.

§ 3.º Até 48 (quarenta e oito) horas depois de oferecidas as certidões ou satisfeitas as exigências, o Presidente do Tribunal providenciará na conformidade do disposto no § 1.º deste artigo.



Art. — Fica mantido o disposto no art. 26 e seu parágrafo único do Código Eleitoral (Lei n.º 1.164, de 24 de Julho de 1950).

### Justificação

Será feita, oportunamente, no seio da Comissão e em Plenário.

Sala das Sessões, 31 de Maio de 1955. — *Chagas Rodrigues*.

PARECER À EMENDA N.º 148.

### Pela rejeição.

Parecer contrário, pela preliminar de que a matéria deverá ser disciplinada posteriormente. O afastamento do juiz eleitoral, por razões de parentesco, será ocorrência mais frequente nas eleições regidas pelo preceito proporcionalista, dado o grande número de candidatos sendo, via de regra, majoritária as próximas eleições, o menor número de candidatos caracteriza a conveniência de futura decisão sobre a espécie, com o vagar e o cuidado que sua importância exige. Em São Paulo, por exemplo, coincidindo eleições para deputados federais e estaduais, bem como as municipais, em mais de 400 municípios, teríamos cerca de 5.000 candidatos gerando impedimentos. Isso poderá acarretar sérios problemas para a justiça eleitoral. *Atualmente, o afastamento do juiz por parentesco, é feito na apuração. Portanto, Código já cuida da espécie.*

A Emenda n.º 148 cria o deferimento "automático" pelo juiz, o que se imiscue, inconstitucionalmente, na autonomia do judiciário, abstraindo aos intérpretes o poder de julgar. A limitação ao partido com representação na Assembléia Legislativa, contravem ao dogma da isonomia. Todos partidos, regularmente constituídos, grandes ou pequenos, se igualam nos deveres e nos direitos, máxime quando estes têm a força de legítima defesa como a arguição de suspensão.

Aliás, há caso "sub specie juris" já é genericamente disciplinado pelo art. 15, § 7.º do Código Eleitoral.

Qualquer interessado, admite o preceito poderá arguir a suspeição de qualquer juiz de qualquer instância eleitoral, bem como de qualquer funcionário. O elastério da norma coloca o juiz eleitoral, aliás taxativamente explicitado. "Legem habemus" pois. Seria teratativa, se adotada, a emenda n.º 148.

EMENDA N.º 149, COM SUBMENDA N.º 149

Depois do art. 6.º do Substitutivo da Comissão Mixta, acrescente-se:

Art... Ao receber o título em cartório ou não, o eleitor deverá firmar recibo que ficará junto ao processo de seu alistamento.

Parágrafo único. Será cancelado o título cuja assinatura não fôr idêntica à do requerimento de inscrição.

### Justificação

O Substitutivo ordena que a entrega do título se faça pessoalmente mas nada providencia para tornar efetiva a exigência que é excelente.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955 — *Odilon Braga*.

PARECER

Pela aprovação. Os arts. 5.º e 6.º do Substitutivo determinam a entrega pessoal do título ao eleitor, para evitar a manipulação deles pelos cabos eleitorais e para possibilitar mais uma oportunidade de aferição da identidade do eleitor. A providência aventada na Emenda n.º 149 é meritória. Inclusive para que se constate, mais uma vez, que o eleitor é alfabetizado. Com ela, ainda, se obviará a entrega de título a outro que não seu legítimo titular. Conforme sistemática do Substitutivo, deverá ser acrescida à emenda o seguinte parágrafo, que será o 2.º passando o atual parágrafo único a ser parágrafo 1.º.

"§ 2.º — Da decisão do juiz, determinando o cancelamento nos termos do § 1.º deste artigo, o eleitor ou delegado de partido poderão recorrer dentro de três dias ao Tribunal Regional Eleitoral, que decidirá dentro de cinco dias".

N.º 150

Ao art. 20, do Substitutivo da Comissão Mixta, inclua-se no princípio, tação" o inciso — "sob pena de nulidade".

### Justificação

Não basta dizer que é terminantemente proibida a votação em secção diversa. Para que a mesa cumpra o preceito deverá ficar expressa a sanção de nulidade.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955 — *Odilon Braga*.

PARECER

Pela rejeição, pois está prejudicada pela aceitação de emenda do mesmo



teor, de autoria do nobre deputado Martins Rodrigues e de n.º 30, aprovada como subemenda.

N.º 151

Acrescente-se, onde convier:

"Art... Além do número de delegados previsto para a respectiva representação no Tribunal Superior Eleitoral, cada Partido poderá nomear um delegado para cada Circunscrição eleitoral, com ação limitada aos respectivos interesses".

S. S., 31 de maio de 1955. —  
Arino de Matos.

#### Justificação

Angustiosa, muitas vezes, se apresenta a situação dos interessados na solução dos recursos interpostos para o Tribunal Superior Eleitoral, pela deficiência numérica da representação dos Partidos na mais alta Crôte da Justiça Eleitoral.

Via de regra, a conveniência é de concederem-se poderes aos representantes que, nas respectivas circunscrições, interpuzeram e arrazoaram os recursos, para os sustentarem na superior instância.

*Era ut supra.* — Arino de Matos.

#### PARECER

Pela rejeição. Atualmente, são 5 os delegados nacionais credenciados pelos Partidos junto ao Tribunal Superior Tribunal Eleitoral. O pleito de 3 de outubro, via de regra para cargos majoritários, ensejará número menor de recursos. Além do mais, sendo nacional e eleição principal, nacionais e não circunscricionais devem ser os delegados. Se a matéria deve ser regulada em moldes diferentes a oportunidade para isso seria a reforma que posteriormente se fará. Aliás, é de se discutir se a matéria não deverá ser confiada à decisão dos Tribunais em seu regimento, pois assim haveria mais flexibilidade em admitir delegados na proporção do movimento eleitoral.

A circuncrição de São Paulo tem movimento eleitor diferente da de Alagoas, por exemplo. Recordase que o Tribunal Superior, pela letra "d", do art. 12, do Código Eleitoral, tem a outorga de legislar para os casos omissos e emergentes, sendo uma das formas, rara aliás, de habilitação de autoridade em nossa legislação.

N.º 152

Acrescente-se, onde convier:

"A urna que contiver votos anulados pela Junta Eleitoral será imediatamente resguardada com as cautelas que a lei recomenda para a sua inviolabilidade e remetida, dentro de 24 horas ao Tribunal Regional Eleitoral que a manterá sob os cuidados previstos no § 2.º do artigo 90 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950, competindo ao Presidente deste Tribunal designar a pessoa que lhe deva dar guarda.

S. S., 31 de maio de 1955. —  
Arino de Matos.

#### Justificação

Dada a decisão da Junta a matéria fica afeta ao Tribunal "ad quem", não se justificando mais a permanência da urna na 1.ª instância, onde, não raro, fica por largo tempo, exposta a violação.

*Era ut supra.* — Arino de Matos.

#### PARECER

A matéria deverá ser regulada em reforma posterior da lei eleitoral. O substitutivo que ora se quer votar deve se circunscrever o urgente e inadiável, com vistas ao vizinho pleito de 3 de outubro. Essa a preliminar que milita contra a emenda da autoria do nobre Deputado Arino de Matos.

Pondere-se, aliás, que o Código Eleitoral abundou em cautelas assecuratórias da inviolabilidade da urna.

N.º 153

Acrescente-se ao Artigo 91 do Código Eleitoral um parágrafo sob a designação de 3.º, assim redigido:

§ 3.º Será aplicada, a cada um dos membros da Junta, a pena de Cr\$.... 1.000,00, por dia, sempre que não afixarem, diariamente os resultados a que aludem os dois outros parágrafos deste artigo.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955  
Alberto Tórres.

PARECER À EMENDA N.º 153, COM SUBEMENDA.

Pela aprovação; com a subemenda. O art. 91 do Código Eleitoral cuida dos deveres das juntas eleitorais, sendo um deles a publicação dos resultados da operação de cada dia, fornecendo-os aos fiscais. O art. 91 determina providências fundamentais para a eficiente fiscalização por parte dos partidos e dos candidatos, inclusive definindo o momento hábil



para interposição de recursos, a fim de que não sejam intempestivos. Infelizmente tem havido transgressão a esse dispositivo, o que constitui grave irregularidade.

Urge defender contra isso os partidos e o scanditados. E' o que propõe a emenda n.º 153.

Parece ao relator que a reincidência deve agravar a pena. Propõe assim esta subemenda, que dirá ao texto sua redação por inteiro:

"Art. Finda a apuração de cada dia, se a junta eleitoral não cumprir o disposto no art. 91 do Código Eleitoral, cada um dos seus membros será multado com Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Parágrafo único. A reincidência acarretará a destituição da junta eleitoral, sem prejuízo da responsabilidade penal que no caso couber".

N.º 154

Acrescente-se onde convier:

Art. ... Todos os meios de transporte de aluguel, existentes nos limites de cada município, serão distribuídos, equitativamente, entre os partidos registrados, pela Justiça Eleitoral, com prévio ajuste e pagamento do preço.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955  
Alberto Torres.

PARECER

A emenda quer anular um dos meios preferidos de pressão pelo poder econômico.

Candidatos ou diretórios, opulentamente municiados de dinheiro, instauram no dia do pleito o "trust" ou monopólio dos transportes. Prévia-mente alugam o que há, custe o preço que custar. Nada sobra aos adversários. Além disso, a competição estimula o cruel leilão do "quem paga mais". A emenda estatui a regra da equidade, por força da qual todos partidos terão igual tratamento com respeito aos meios de transportes; mas não patrulha os preços que chegam às raíais d aexploração facilitando aos ricos transportarem o que quiserem e impossibilitando aos pobres transportarem sequer o que precisam.

A solução só poderá surtir efeito se for drástica: proibição absoluta de fornecer transporte. Não parece conveniente atribuir à justiça eleitoral a função de investir em matéria dessa delicadeza. Em verdade, esta emenda está prejudicada pela subemenda oferecida L emenda n.º 32.

## EMENDAS ADOTADAS PELA COMISSÃO MISTA DE REFORMA ELEITORAL

### I

"Inclua-se onde convier:

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, e por tempo não excedente a dois dias, para o fim de se ausentar eleitor."

#### Justificação

Já consagra a Consolidação das Leis do Trabalho — (Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1953) — princípios idênticos, aos empregados que necessitem efetuar o registro civil de seus filhos, bem como assistir ao enterramento de seus dependentes econômicos, e ascendentes e descendentes.

Aqui, em se consagrando idêntico princípio, reforça-se o alistamento eleitoral, permitindo-se a todo empregado, desde que alfabetizado, ser eleitor e assim cumprir o mais sagrado dever de cidadã.

Cumpra, ademais, salientar, que o prazo não deverá exceder a 2 dias, podendo ser até de horas, dependendo da presteza do serviço eleitoral e o alistamento ser procedido uma vez na vida do cidadão.

PARECER

Parecer favorável. O alistamento, em regra, só se fará uma vez para cada cidadão. Trata-se de uma obrigação legal. Há penas para os que não o fizerem. Justo é que o empregado não sofra prejuízos salariais.

Além do mais, a Consolidação das Leis do Trabalho possibilita ausências remuneradas, semelhantes à prevista pela subemenda em causa.

### II

"Ao parágrafo 2.º, do artigo 18 "in fine", suprima-se "e não terá efeito suspensivo".

#### Justificação

O preceito é iterativo. Os recursos eleitorais, a não ser excepcionalmente e por força de preceituação especial, não têm efeito suspensivo. E' o que diz o artigo 156. No silêncio da lei, pois, a vigência do artigo 156 operará o efeito suspensivo. Como em outras oportunidades, o Substitutivo institui recursos, sem esclarecer se devolvi-



vos ou suspensivos, com o que funcionará a regra do artigo 156 — essa referência avulsa, feita pelo premenciado parágrafo 2.º do artigo 12 do Substitutivo, poderá gerar confusões. Além do mais, quebra o sistema, discrepando da boa técnica legislativa.

A emenda supressiva ora proposta quer excluir a superfetação.

### III

“Acrescente-se onde convier:

Art. Não se aplica esta lei aos prazos nela referidos, quando já esgotados na data de sua publicação.

Parágrafo único. Os demais prazos entrarão em vigor 10 (dez) dias depois da publicação desta lei.”

#### Justificação

Certos prazos, fixados na reforma eleitoral que ora se elabora, não poderão ser imediatamente aplicados. Isso porque, quando da publicação da lei já estarão esgotados. Exemplo: os artigos 11 e 13 proíbem o recebimento de requerimentos de inscrição eleitoral e transferência, dentro dos 100 — (cem) — dias anteriores ao pleito.

Ora, esse prazo, que é o do alistamento, em sua acepção genérica, terminará no dia 23 de junho. Evidentemente, esse prazo estará prejudicado, para operar neste pleito.

Ora, esse prazo, que é do alistamento, em sua acepção genérica, terminará no dia 23 de junho. Evidentemente, esse prazo estará prejudicado, para operar neste pleito.

Quanto aos demais, para a maioria deles, não haverá dificuldades. São prazos curtos, geralmente de 3 ou 5 dias, para interposição ou decisão de recursos. Contudo, para alguns, há o perigo da vigência da lei nova ir surpreender a situação atual, regida por prazos mais longos, instituídos pelo Código Eleitoral.

E' indispensável cuidar da matéria. Não é justo, poderá criar sérios embaraços, surpreender partidos, candidatos e eleitores com um novo regime de prazos, que, ao passarem a vigor, estiverem por alguns dias, senão horas, para se tornarem preclusos. A fase de tramitação do Substitutivo impede resolver a dificuldade.

O Substitutivo não poderá mais ser emendado. De antemão, não se poderá saber quais serão seus artigos aprovados ou rejeitados, bem como quais das quase 200 emendas e sub-

emendas serão ou não aproveitadas. Há mais: o Substitutivo aprovado pela Câmara irá ao Senado. Não se poderá saber, agora, quais as disposições desse Substitutivo que o Senado aprovará ou não. E o Senado não poderá, por igual, apresentar novas emendas, de vez que funcionará como Câmara revisora, sendo disjuntiva sua decisão: ou fica com o que aprovará antes ou com o emendado pela Câmara.

Resulta daí que a enumeração taxativa dos prazos extintos esbarra com esses óbices.

A Comissão Mista, por proposta do Relator, adotou os critérios especificados na Sub-emenda “sub especie juris”. São dois: os prazos já extintos, já esgotados, quando da publicação da lei, só vigorarão a partir de 1.º de janeiro de 1956.

Nestes casos, o regime que os regerá será o do Código Eleitoral. Quando os prazos referidos na lei em elaboração, quando da entrada em vigor desta, ainda não tenham sido esgotados, haverá um prazo de 10 dias para que isso aconteça. Não será, veja-se bem, a concessão de um prazo suplementar de 10 dias. Não serão mais 10 dias como prorrogação. Isso porque os 10 dias se contarão da publicação da lei e não da data em que o prazo novo começasse a operar seus defeitos. Aliás, pensa o Relator que esse preceito só aproveitará ao art. 14, § 2.º, encerrando aos 80 dias da eleição o prazo para os pedidos da 2.ª via de título de eleitor por perda ou extravio.

Suponhamos que a Reforma entre em vigor no dia 5 de julho. No dia 13 desse mês, operaria seus efeitos o § 2.º, do art. 14. Contudo, por força do preceituado na Subemenda agora em exame, isso se dará no dia 15 de julho. Só aí, decorreu para o prazo o decênio assinalado na Subemenda.

De qualquer forma, a norma genérica e não casuística, óbvia dificuldades futuras, quando não poderão ser resolvidos com emenda, porque estas serão inadmissíveis.

A entrada em vigor em data posterior à publicação, caracteriza o “tempus vocacionis”. “Entre a publicação e a entrada em vigor integral da norma — explica Carlos Maximiliano (Direito Intertemporal, pág. 13) — há um intervalo — *tempus vocacionis*, durante o qual a regra antiga ainda conserva um valor material e materiais consequências, e a nova, apenas uma força jurídica “formal”,



tornando-se material após o início da plenitude da atuação do preceito positivo último. A nova Lei de Introdução ao Código Civil (Decreto-lei n.º 4.657, de 4 de setembro de 1942, art. 1.º) fixou um só "tempus vocacionis", de 45 dias. Para entrar em vigor o próprio Código Civil o seu art. 1.806 estipulou prazo maior, de um ano.

O art. 2.º da antiga Lei de Introdução ao Código Civil discriminava prazos múltiplos. E' o que se chama, na técnica legislativa, sistema progressivo de vigência decorrente da publicação da Lei.

Os prazos referidos no Substitutivo são os seguintes, classificados em "longos" os superiores a 30 dias e curtos os até 30 dias.

*Prazos longos:*

Art. 9.º — 70 dias antes do pleito, a justiça eleitoral deverá ter aprontado todos os títulos;

Art. 10.º — Até 60 dias antes da eleição, os eleitores deverão retirar os títulos em cartório;

Art. 11 — 100 dias da data da eleição, encerra-se o alistamento.

Art. 12 — 100 dias antes da eleição, encerra-se a transferência de títulos;

Art. 14 — 80 dias antes da eleição, encerra-se a expedição de 2.ª via do título de eleitor, por motivo de perda ou extravio;

Art. 17 — 99 dias antes da eleição, a justiça eleitoral inicia a organização das listas de eleitores;

Art. 29 — 45 dias antes da eleição, as mesas receptoras serão constituídas;

Art. 34 — 6 meses antes e três depois do pleito, nenhum servidor público poderá ser removido.

*Prazos curtos:*

Art. 1.º — Prazo de 5 dias, para o juiz despachar o pedido de inscrição eleitoral;

§ 1.º do art. 1.º — Prazo razoável, para o juiz eleitoral sanar omissões ou irregularidades;

§ 2.º do art. 1.º — Recurso, dentro de 3 dias, pelo alistando e de 3 dias pelos Partidos;

Art. 8.º — Quinzenalmente, o juiz eleitoral fará publicar seus despachos aos requerimentos sobre títulos;

§ 1.º do art. 12 — Será publicado em 5 dias o despacho do juiz;

§ 2.º do art. 12 — Recurso em 48 horas;

§ 3.º do art. 12 — Dentro de 5 dias decidirá o Tribunal Regional;

Art. 14, § 1.º — 30 dias para expedição da 2.ª via do título, por estrago ou inutilização;

Art. 18, § 1.º — Prazo de 3 dias, recurso para exclusão na lista de eleitores;

Art. 18, § 2.º — Será interposto em 3 dias;

Art. 18, § 3.º — O Tribunal Regional decidirá em 5 dias;

Art. 23 — Justa causa não haver notado até 30 dias depois da eleição;

Art. 30 — 48 horas para reclamação da constituição de mesa receptora.

Art. 31 — Justa causa pelo não comparecimento de membros da mesa no dia da eleição; apresentação em 48 horas.

Art. 33 — Prazo registro de candidato: 30 dias.

**DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR.  
AARÃO STEINBRUCH**

Voto contra a adoção da cédula oficial.

Esta atitude não se prende ao fato de não desejar, como interessado na solução e fim da fraude eleitoral, que a nossa legislação se veja dotada de um código eleitoral que no fundo e substância atinja a aspiração de todos os bons brasileiros e que é a eleição livre, limpa e honesta.

Mas não encontro na cédula oficial nenhuma solução de nosso problema, pois a fraude, a grande fraude, não se verifica com as cédulas, além de ainda nos osbreicarregar com outro problema, de suma gravidade — o afastamento do grande eleitorado das urnas.

Em país democrata como é o nosso, e que os eleitos devem representar a vontade popular, a cédula oficial afastaria a manifestação dessa vontade e o eleito passaria a representar a minoria votante. O que causa espécie é que os propugnadores da cédula oficial que sempre se bateram por questões de maioria, considerando como tal a chamada "absoluta", pois no seu entender somente a maioria absoluta faria do eleito o representante da maioria da vontade popular, agora se esquecem dessas argumentações para, em querendo fazer vigorar a cédula oficial, pretender que o escolhido o seja por uma minoria real, já não maioria em virtude das dificuldades que esta cédula oficial apresentará ao eleitor não dotado de qualidades superiores de instrução.



Com relação à cédula oficial, o afastamento das urnas se derá não só com o eleitor de poucas letras, mas também com o de medianas, e somente o eleitorado superiormente dotado saberá manter a calma necessária na sacovão dooto para escolher o candidato de sua preferência. Há que considerar o estado psicológico do votante ao entrar na cabine, que já lhe tolhe um pouco a facilidade de desembarço e pronto raciocínio. Se, ainda dificultarmos o ato de votar, mediante uma cédula que embarace a escolha do candidato, teremos, afinal, o resultado da eleição completamente diverso da real vontade do eleitorado, o que poderia ter consequências graves.

Pretender escolher um governo por intermédio da elite do eleitorado não é democracia, mas oligarquia de elite.

Infelizmente, procura-se muito em nosso país importar idéias estrangeiras, sem atender se essas idéias se coadunam com as nossas próprias condições, se se acomodam à nossa mentalidade, se servem, realmente, às nossas necessidades.

Para problemas nossos devemos procurar soluções nossas, ou se importarmos soluções que sejam compatíveis com a nossa maneira de ser. A cédula oficial é usada em outros países cujo eleitorado é diferente, as peculiaridades são próprias e diversas e não podemos transplantar essa idéia para cá se ela não nos convence, e ao contrário, prejudica.

Basta de sermos e constituirmos uma civilização de papel carbono.

Se o nosso povo não possui habilitação suficiente para votar corretamente com complicadas cédulas, a culpa não lhe cabe, eis que os governos não cogitaram de instruí-lo, de melhorar seu nível intelectual, deixando-o ao inteiro abandono.

Não há de se querer afastar esse eleitorado que, sendo povo, não mereceu atenção dos homens do poder e por isso não podem ser afastados por esses mesmos que deles se desviaram.

Representando o Partido Trabalhista Brasileiro, como Deputado Federal nesta Comissão, estou inteiramente à vontade para votar contra a cédula oficial, adotando os demais pontos da reforma que constituem por si só maiores empecilhos à fraude que a tão louvada cédula oficial, por isso que, o eleitorado do P.T.B. é o do povo esclarecido e alfabetizado, das

fábricas, do comércio, dos escritórios, da cidade enfim, onde a fraude é mais difícil. — *Aarão Steinbruch.*

#### DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. OLIVEIRA BRITO, HEITOR MEDEIROS E COSTA PEREIRA.

Sem embargo do reconhecimento dos elevados propósitos que induziram o Ministro Edgard Costa — Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Juiz dos mais eminentes dentre quantos integram a alta magistratura nacional pelas excelsas virtudes de caráter, de patriotismo, de saber e de inteligência de que é possuidor — a sugerir a adoção da chamada cédula oficial de votação como uma das medidas indicadas para o aprimoramento da nossa legislação eleitoral, votamos contra as emendas que visavam a regular a matéria, pelas razões que vão sucintamente expostas nesta declaração de voto.

Questão da mais alta transcendência, que deveria ser tratada acima das conveniências de grupos político-partidários, foi, não obstante, muito mal colocada perante a opinião pública, por aqueles que, dominados por sentimentos irrefreáveis ou por se considerarem donos da verdade ou senhores do privilégio das virtudes cívicas e morais no Brasil, pretendem fazer acreditar que, na adoção da cédula oficial, se resume a única e exclusiva providência legal capaz de coibir a fraude no sistema eleitoral vigente entre nós. Chegam, mesmo, a sustentar que, sem a adoção dessa medida, todas as demais acolhidas pela Comissão Mista no seu trabalho — a maioria das quais por sugestão da própria Justiça Eleitoral — nenhuma valia têm. Esquecem-se, assim — ou fazem-se de ignorantes — de que, na verdade, a cédula oficial, além das vantagens de poupar aos candidatos as despesas com a impressão de cédulas individuais e de facilitar aqueles que são apoiados apenas por partidos políticos que não possuem diretórios em todos os municípios do país a distribuição de cédulas com o seu nome a todo o eleitorado brasileiro, não eliminará senão dois dentre os 15 processos de fraude eleitoral mais em uso apontados pelo honrado e eminente Presidente do Tribunal Eleitoral na justificação do anteprojeto de lei que elaborou por solicitação do Governo da República. Em outras palavras, a adoção da cédula



oficial não operaria o milagre de erradicar todos os vícios que contaminam as eleições em nossa pátria como querem crer os que desejam transformar a elaboração da lei de reforma do Código Eleitoral em mais um motivo de perturbação da normalidade das instituições políticas que nos regem, pois a verdade, que desafia contestação, é que evitaria apenas os seguintes vícios:

a) a concentração de eleitores em recintos privados ("currais" ou "quartéis") para distribuição de chapas e sua condução até a seção eleitoral sob fiscalização;

b) a inutilização de cédulas de adversários, mediante aposição subreptícia de sinais que as identifiquem (baton, tinta, etc.).

Embora tais práticas se verifiquem em campo muito limitado, restringindo-se o seu uso a seções eleitorais de municípios de alguns Estados da Federação, seria, não obstante, motivo bastante para aceitarmos a cédula oficial, se outras razões mais ponderosas não desaconselhassem a sua adoção, ao menos da maneira como foi proposta.

A Constituição Federal, no capítulo referente à declaração de direitos, adotando o princípio do sufrágio universal e direto, assegura a todos os brasileiros maiores de 18 anos e que não sejam analfabetos nem estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos, a prerrogativa de alistarem-se eleitores na forma prescrita na lei ordinária.

A seleção do eleitorado, portanto, deve ser feita na fase do alistamento, jamais durante a votação, cujo processo deve ser o mais simples possível, como acontece, aliás, em todos os países que estão na vanguarda da civilização.

Dai a razão por que, nos Estados que adotam a cédula oficial, o sistema eleitoral é estruturado de maneira a tornar fácil e, portanto, acessível à compreensão e ao discernimento de todo o eleitorado o exercício do voto. Na Inglaterra, por exemplo, onde só há eleições gerais para o Parlamento, a eleição é feita por distrito e pelo sistema majoritário. E não é só. Cada partido só poderá registrar um candidato por distrito e, como o número destes não vai além de cinco, nenhuma dificuldade existe para o eleitor escolher e assinalar o nome de sua

preferência entre os candidatos registrados. Nos Estados Unidos da América do Norte, onde também é reduzido o número de partidos políticos e está em uso a cédula oficial, foi necessário adotar-se a máquina para facilitar a votação e a apuração do pleito, só porque ali há coincidência de eleições, embora todas pelo sistema majoritário.

E o que dizer, então, do Brasil, onde o grau de politização e o nível de instrução e discernimento do povo não pode ser pôsto em termos de comparação com o do povo inglês ou do povo americano; onde temos nada menos de 15 partidos registrados concorrendo com candidatos próprios às eleições gerais, sobretudo para a renovação das câmaras legislativas; onde se realizam, na mesma data, várias eleições (seis a nove), umas pelo sistema majoritário, outras pelo sistema proporcional; e onde há sempre uma verdadeira pleitora de candidatos, principalmente para a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, havendo casos de 200, 400 e 800 pretendentes à mesma Câmara? Como o eleitor comum, que constitui a maioria em nossa pátria, em curto espaço de tempo no gabinete indevassável, assinalar em três cédulas diferentes, que receberá no ato da votação, os nomes de seus candidatos a Governador e Vice-Governador, a Senador, a Prefeito e Vice-Prefeito, e, ao mesmo tempo, em três outras cédulas, as legendas de sua preferência e os números correspondentes a seus candidatos a deputado federal, a deputado estadual e a vereador? Ou, se quisermos situar o problema nas próximas eleições, como o mesmo eleitor exercer conscientemente o seu direito de voto, escolhendo e assinalando os seus candidatos a presidente e vice-presidente da República, a Governador e Vice-Governador, a Prefeito e Vice-Prefeito, e a Vereador em vários Estados?

Não. Não somos, em princípio, contrários à cédula oficial de votação. Não a aceitamos, no momento, porque estamos convencidos, sincera e lealmente convencidos de que, na situação atual do sistema eleitoral brasileiro, a medida seria impraticável, assim, isoladamente, como nos é proposta, ainda mesmo que a restringíssemos às eleições pelo sistema majoritário, uma vez que, na mesma



data, realizar-se-á, em vários Estados, o pleito para a renovação das Câmaras Municipais.

Não teríamos dúvidas, portanto, em aceitar a cédula oficial de votação se acompanhada de outras medidas que tornassem possível o seu uso, sem o perigo de afastarmos das urnas grande parte do eleitorado brasileiro que, embora votando bem dentro das condições em que deve ser encarada a nossa realidade, não possui, todavia, o discernimento e a educação política que seriam exigidos para a prática do sistema complicado e complexo de votação cuja adoção ora se propõe.

Não tergiversaremos, assim, um só instante, em dar franco e decidido apoio à medida, desde que, simultânea ou previamente, realizemos as reformas do nosso sistema eleitoral que tornem a votação, com o seu uso, não uma operação difícil, mas um ato simples, singelo, como deve ser.

Somos e temos sido sempre contra a fraude, venha de onde vier, seja de que espécie for. O partido a que pertencemos, ao contrário do que insinuam aqueles que se julgam depositários da honra e da dignidade no Brasil, foi o pioneiro da reforma eleitoral. Foi um seu representante quem, antes das últimas eleições, elaborou e defendeu no Senado da República importante projeto de lei que consubstancia quase todas as providências que vêm de ser propostas pelo Tribunal Superior Eleitoral, como capazes de eliminar ou reduzir as possibilidades de fraude que tem sido praticada à sombra do atual Código Eleitoral.

Foi ainda o Partido Social Democrático a primeira agremiação política que, logo após o último pleito e através da palavra do presidente do seu diretório nacional, veio a público mostrar a necessidade da reforma da atual legislação eleitoral, a fim de tornar uma realidade a verdade das urnas.

E aqui, nesta Comissão, os nossos eminentes colegas não nos farão a injustiça, ao contrário, hão de nos reconhecer a ação e o interesse, a cooperação e o esforço, a dedicação e o apoio às mais variadas providências, muitas das quais de nossa própria iniciativa, em favor da erradicação dos vícios que contaminaram os últimos pleitos. E que dizer, então,

do trabalho hercúleo e proficiente realizado neste sentido pelo eminente relator geral, o nosso honrado, erudito, incansável e inteligente companheiro de representação, deputado Ulysses Guimarães?

Provados e intransigentes partidários da reforma de nossos costumes políticos e da moralização e normalidade dos pleitos eleitorais, não podemos, todavia, dar o nosso concurso para que, contrariando o preceito constitucional que consagra o princípio do sufrágio universal, se estabeleça no país o voto capacitário embuçado através de uma medida que, coibindo apenas uma ou duas formas de fraude eleitoral, por sinal das de menor repercussão e extensão na legitimidade dos pleitos, na verdade viria afastar das competições das urnas considerável soma do nosso eleitorado que, mesmo nas condições atuais, tem votado bem na sua grande maioria.

Juntando estas às razões já expostas pelo nosso preclaro colega, deputado Ulysses Guimarães, em seus brilhantes pareceres sobre a matéria, com as quais nos manifestamos de pleno acôrdo, temos por justificado o nosso ente da razão sobre o assunto, que poderíamos dizer coincidir com o do Partido Social Democrático, a que temos a honra de pertencer.

Sala das Sessões da Comissão Mista em 16 de junho de 1955. — *Oliveira Brito.* — *Heitor Medeiros.* — *Costa Pereira.*

#### DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. ARNALDO CERDEIRA

##### Voto:

O Partido Social Progressista é pela adoção da cédula oficial pura e simplesmente. Todavia, transigiria adotando a emenda Afonso Arinos e até concordando que prevalecesse essa emenda tão somente para as próximas eleições de 3 de outubro.

Pois, entende que a reforma eleitoral de profundidade, tal como está a exigir a conjuntura nacional, deve ser feita imediatamente e nesta será incluída ou não a cédula oficial consoante o resultado que se verificasse no próximo pleito.

O que não quer e nem deve o P. S. P. é associar a sua responsabilidade à negativa de medidas que a Jus-



tiça Eleitoral e a opinião pública julgam imprescindíveis para o "decôro, decência e lizura das eleições", mesmo porque julga o P. S. P. que os benefícios ou prejuízos que eventualmente decorram das medidas sugeridas e fixadas no projeto governamental atingirão igualmente a todos sendo de acrescentar que não faz o P. S. P. a injustiça de julgar a maioria do seu eleitorado incapaz de cumprir as exigências da reforma que são o mínimo que se pode pedir a um eleitor alfabetizado.

Enquanto o Código Eleitoral vedar ao analfabeto o direito de votar, não teria o P. S. P. como justificar sinceramente e patrioticamente o seu voto negando a reforma chamada Edgard Costa.

Reconhece que um dos objetivos da reforma de emergência é restringir o eleitorado. Aceita apesar disso, tal reforma. Qualquer lei que nos assegure eleições e as isenta, tanto quanto possível, de suspeita de fraude, suborno ou influência de poderio econômico terá o incondicional apoio do Partido Social Progressista.

A cédula oficial iguala, na distribuição ao eleitorado, todos os candidatos e todos os partidos. Só isto

justificaria, para os que não querem vencer pela força de maior poder econômico e nem pela prepotência de uma organização que longe de ser partidária é muito mais oriunda de passada influência governamental e da máquina político-administrativa que ainda não foi destruída, adotarem a medida democrática e salutar proposta pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ficamos, pois, embora vencidos com o princípio salutar, liberal e patriótico que dá aos candidatos pobres as mesmas possibilidades dos candidatos ricos.

Pelo Partido Social Progressista —  
*Arnaldo Cerdeira* (líder).

#### DECLARAÇÃO DE VOTO DO DEPUTADO ERNANI SATIRO

Ernani Sátiro, vencido quanto à rejeição da cédula oficial. Entendo que era essa a parte mais importante da reforma, conforme repetidos discursos proferidos no plenário da Câmara e alegações feitas perante esta Comissão. As razões apresentadas contra a medida não me convenceram. A cédula oficial é perfeitamente aplicável e, longe de dar margem à fraude e à pressão, antes as combate e elimina.

Caixa: 227

Lote: 32

PL N° 4601/1954

78





# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## Emendas oferecidas ao Projeto n.º 4.601-A, de 1954, em discussão única, para serem encaminhadas à Comissão Mista

### N.º 1

Art. É instituída a cédula oficial de votação, de acôrdo com os modêlos anexos.

§ 1.º Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas, além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos registrados (Mod. 1); e nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito (Modêlo II).

§ 2.º Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, sem qualquer expressão de preferência, mas apenas para o efeito da votação.

§ 3.º Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas e a competente sobrecarta, tôdas por êle devidamente rubricadas no anverso, sob pena de nulidade, o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará à tinta: a) nas eleições majoritárias, com um cruz (x) o nome do candidato de sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional por forma idêntica, o partido ou legenda em que vote, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará a cédula ou cédula na sobrecarta, fechando-a.

§ 4.º Se somente a legenda partidária tiver sido assinada, apurar-se-á o voto apenas para o partido ou legenda; se somente o número do candidato o voto será contado para êsse candidato e para o partido correspondente.

§ 5.º Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinaladas mais de uma legenda, ou número de candidato e legenda de partidos diferentes.

§ 6.º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser êsse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior. A impressão, sob pena de responsabilidade de quem a ordenar, far-se-á, para cada eleição, em ordem de colocação variável de nomes e partidos, em tantos grupos quantos o seu número, de tal forma que, em cada grupo, figure na cabeça da cédula, nome ou partido diverso, com alteração na ordem dos subsequentes. A distribuição das cédulas pelas mesas receptoras será feita de modo que disponham tôdas elas, de vários grupos impressos, para que sejam entregues, indistintamente, aos eleitores, no ato de votar.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — *Arnaldo Cerdeira*. — *Colombo de Souza*.

### N.º 2

Acrescente-se, onde convier:

Art. — A Justiça Eleitoral não fará coincidir, em hipótese alguma, eleições municipais, estaduais e federais.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Ruy Santos*.



N.º 3

Acrescente-se ao art. 27 um parágrafo:

Parágrafo único. Somente haverá eleições suplementares para cargos de representação proporcional, quando os votantes das seções anuladas e das não realizadas ultrapassem um décimo do total do comparecimento ao pleito apurado.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Ruy Santos*.

N.º 4

Acrescente-se ao parágrafo único do art. 14, após as expressões "Título eleitoral":

"sempre acompanhado de três retratos"...

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Ruy Santos*.

N.º 5

Onde couber:

Art. ... Após a apuração em cada mesa das respectivas Juntas Apuradoras, serão fornecidas aos fiscais, devidamente autenticadas pelos respectivos juizes, com as cautelas que evitem alterações propositais, relações dos candidatos e votos recebidos na dita mesa apuradora.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955.

*Justificação*

Com esta medida haverá melhor controle dos partidos da apuração final por parte dos respectivos Tribunais. — *Abguar Bastos*.

N.º 6

Artigo 37

Parágrafo que deve anteceder o parágrafo 1.º do artigo:

Quando se verifique doença ou mutilação impeditivas de aplicação deste artigo, a exigência se fará com o dedo mínimo da mão direita do eleitor.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Abguar Bastos*.

N.º 7

Parágrafo único do art. 32 — (Elimine-se).

*Justificação*

Se as ocorrências a que se refere o parágrafo são previstas no Código Eleitoral, não há necessidade de novas referências no projeto.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Abguar Bastos*.

N.º 8

Art. 25. As autoridades competentes, nos casos de emergência usarão a força federal, posta à sua disposição, para garantir a realização das eleições.

*Justificação*

Nos termos do substitutivo tem-se a impressão de que as eleições só são realizáveis quando garantidas por força federal. A emenda visa considerar a força federal como garantia, que só se transformará em prática, nos casos de emergência.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Abguar Bastos*.

EMENDA N.º 9

Substitua-se pelo seguinte o texto do Substitutivo aprovado:

(Em anexo).

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — *Oscar Corrêa*.

*Introduz alterações no Código Eleitoral e dá outras providências.*

(Do Poder Executivo)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O requerimento de inscrição eleitoral será entregue pessoalmente em cartório pelo requerente, e instruído, obrigatoriamente, com a prova de residência e de identidade do eleitor.

Parágrafo único. As certidões de registro de nascimento feito fora do prazo legal, na conformidade da legislação vigente, só terão valor, para fins eleitorais, como prova de idade, após um ano da data do mesmo registro.

Art. 2.º O título somente será assinado pelo juiz depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor, sob pena de multa de mil cruzeiros (Cr\$ 1 000.00) aplicada de ofício pelo presidente do Tribunal Regional competente, e cobrada executivamente.

Art. 3.º O alistamento encerrar-se-á cento e vinte (120) dias antes da data marcada para a eleição.

Art. 4.º É expressamente vedada a expedição de 2.ª via de título dentro dos sessenta (60) dias anteriores à data do pleito, quando requerida sob alegação de extravio ou perda da 1.ª via; bem assim, a transferência de eleitor dentro do prazo de 120 dias anteriores à eleição, observado o disposto pelo artigo 39, § 3.º, do Código Eleitoral.

Art. 5.º Serão excluídos das listas de votação: a) os eleitores que não



tiverem, até 90 dias antes da eleição, retirado de cartório os seus títulos eleitorais; b) os que tiverem deixado de votar, sem causa justificada, nas duas eleições anteriores ao pleito; c) aqueles cujo falecimento seja notório.

Art. 6.º O eleitor, a nenhum pretexto, sob pena de anulação da votação e responsabilidade do presidente da mesa receptora, nos termos do artigo 175 n.º 21 do Código Eleitoral — poderá votar: a) sem a exibição do respectivo título; b) sem que conste da lista de votação o seu nome; c) em seção diversa daquela em que tiver sido incluído o seu nome, excetuados, apenas, os membros das mesas receptoras e os fiscais de partido, em número não superior a dois para cada um.

Parágrafo único. Não constando do título o retrato do eleitor, será exigida a exibição de documento que prove a sua identidade, mencionando-se a sua natureza na coluna de observações da folha de votação.

Art. 7.º É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos anexos, confeccionadas em papel opaco, e em cores diferentes para cada eleição quando realizada mais de uma simultaneamente.

§ 1.º Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas, além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos registrados (Mod I); e nas eleições para a Câmara dos Deputados Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito. (Mod II).

Parágrafo 2.º Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numerária, mediante sorteio, para o efeito da votação (§ 3.º).

Parágrafo 3.º. Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas, por ele rubricadas no ato sob pena de nulidade e responsabilidade (Código Eleitoral, Art. 175, n. 21), o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará a tinta: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X) o nome do candidato da sua escolha; b) nas eleições pelo sistema propor-

cional, por forma idêntica o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, dobrará e colocará a cédula ou cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente corresponderem, em número e cores, às que lhe foram entregues.

§ 4.º Se somente a legenda partidária tiver sido assinalada, apurar-se-á o voto apenas para o partido ou legenda; se somente o número do candidato, o voto será contado para esse candidato e para o partido correspondente.

§ 5.º Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinalada mais de uma legenda, ou número de candidato e legenda de partidos diferentes.

§ 6.º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior. A impressão, sob pena de responsabilidade de quem a ordenar, far-se-á, para cada eleição, em ordem de colocação variável de nomes e partidos, em tantos grupos quantos o seu número, de tal forma que, em cada grupo, figure na cabeça da cédula, nome ou partido diverso, com alteração na ordem dos subsequentes. A distribuição das cédulas pelas mesas receptoras será feita de modo que disponham todas elas, de vários grupos impressos, para que sejam entregues, indistintamente, aos eleitores, no ato de votar.

§ 7.º Aos Partidos Políticos é facultado afixar à porta ou no próprio recinto das seções eleitorais, e até dentro das cabines indevassáveis, cartazes contendo a relação dos seus candidatos e os respectivos números com que tiveram sido registrados.

Art. 8.º O registro de candidatos será feito, improrrogavelmente, até noventa (90) dias anteriores ao pleito, e, em se tratando de eleição pelo princípio proporcional, em número não excedente ao de lugares a preencher, quando superiores a dez (10).

Parágrafo único. A substituição de um candidato por outro só será permitida em se tratando de eleição pelo princípio majoritário, e em caso de falecimento do registrado, apurando-se para o substituto, se já impressas as cédulas de votação, os votos dados ao substituído.



Art. 9.º Para os efeitos do art. 125 do Código Eleitoral, somam-se aos votos anulados os votos em branco.

Art. 10. Nas eleições suplementares quando se referirem a cargo de representação proporcional, a votação far-se-á apenas nas legendas registradas.

11. As eleições serão sempre realizadas com a garantia da força federal, posta à disposição das autoridades eleitorais competentes.

Art. 12. No alistamento eleitoral, que se reabrirá em 1.º de janeiro de 1956, os títulos eleitorais serão substituídos por "fôlhas individuais de votação", de acordo com o modelo anexo (n.º III).

§ 1.º As "Fôlhas individuais de votação" serão conservadas em pastas, uma para cada secção eleitoral; remetidas às mesas receptoras das respectivas secções por ocasião das eleições, serão, findos os trabalhos da apuração, devolvidas a cartório, onde serão guardadas.

§ 2.º Ao alistar-se receberá o eleitor apenas um cartão (mod. IV) contendo a indicação, por extenso, da secção eleitoral em que tiver sido inscrito, à qual ficará vinculado permanentemente para todas as eleições que se realizarem, salvo em caso de transferência de zona ou município, quando a "fôlha" será enviada ao juízo eleitoral do novo domicílio.

§ 3.º O eleitor será admitido a votar ainda que deixe de exibir o cartão a que se refere o parágrafo anterior; nesse caso a prova de ter votado será feita mediante certidão que obtiver, posteriormente, do juízo competente.

§ 4.º No caso de omissão da fôlha individual na respectiva pasta, verificada no ato da votação, será o eleitor, não obstante, admitido a votar desde que exiba o cartão de inscrição na secção, sendo o seu voto tomado em separado. Como ato preliminar da apuração do voto, será averiguado em cartório o motivo da omissão. Se tiver ocorrido por culpa ou dolo do escrivão, a este será aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até 30 dias, e, na segunda, a de detenção, por 1 a 3 meses ou multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00.

§ 5.º A partir de 1.º de julho de 1956 perderão seu valor todos os títulos eleitorais até então expedidos,

os quais serão substituídos por fôlhas individuais de votação, de acordo com as instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

#### *Disposições Transitórias*

Art. 13. Imediatamente após o encerramento do alistamento (art. 3.º), iniciarão os juizes eleitorais a organização das listas de votação para a eleição de 3 de outubro do corrente ano, as quais serão publicadas até 30 dias antes do mesmo pleito, sob pena de multa de Cr\$ 2.000,00 imposta, de ofício, ao responsável pelo Presidente do Tribunal Regional, e cobrada executivamente.

§ 1.º A organização das listas, observado o disposto no art. 5.º, será feita, com a assistência de delegados dos Partidos especialmente credenciados para esse fim à vista dos processos de inscrição existentes no cartório, notadamente daqueles em que haja denúncia ou fundada suspeita de irregularidades.

§ 2.º Serão, pelo juiz eleitoral, excluídos do alistamento e das fôlhas de votação aqueles eleitores cuja inscrição não tiver preenchido, manifestamente, as condições ou requisitos legais, cabendo dessa decisão recurso voluntário, sem efeito suspensivo, e no prazo de três dias, para o Tribunal Regional.

Art. 14. Os títulos dos eleitores que votarem nas eleições de 3 de outubro serão retidos pelas mesas receptoras e enviados, afinal, com as respectivas fôlhas de votação, aos competentes cartórios eleitorais.

§ 1.º Na hipótese de eleições suplementares e de outras que eventualmente se realizarem até 1.º de julho de 1956, aqueles eleitores votarão nas mesmas secções em que tiverem votado em 3 de outubro, a cujas mesas receptoras serão presentes, para esse fim, os títulos retidos.

§ 2.º A partir de 1.º de janeiro de 1956 os títulos assim retidos poderão ser substituídos, a requerimento dos interessados, após a competente revisão da inscrição, por fôlhas individuais de votação como se dispõe no art. 12.

Art. 15. É considerado feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.



Modelo 1 - Verso

(Rubrica do presidente da mesa receptora)

MOO. 1



PARA

--	--	--	--	--

(\*)

(\*) Presidente da República — Vice-presidente — Senador — Governador — Vice-governador — Prefeito — Vice-prefeito.



Lote: 32  
 Caixa: 227  
 PL N° 4601/1954  
 81

MODELO II



PARA		(*)
Voto em legenda	Partidos ou Legendas	N.º do candidato
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>

(\*) 1) Deputados federais, 2) Deputados à Assembleia Estadual, 3) Vereadores.

Modelo II - Verso

(rubrica do presidente da mesa receptora)



Nº \_\_\_\_\_



\_\_\_\_\_  
SOBRENOME DO ELEITOR

## JUSTIÇA ELEITORAL

\_\_\_\_\_  
CIRCUNSCRIÇÃO

\_\_\_\_\_  
ZONA

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO

\_\_\_\_\_  
SEÇÃO



RETRATO

# FÔLHA DE VOTAÇÃO

IMPRESSÃO DIGITAL  
DO  
POLEGAR DIREITO

De \_\_\_\_\_

NOME POR EXTENSO DO ELEITOR

DATA DO NASCIMENTO

NATURALIDADE

ESTADO CIVIL

FILIAÇÃO

PAI

MÃE

PROFISSÃO

RESIDÊNCIA

ASSINATURA DO ELEITOR

DE \_\_\_\_\_

DE 19\_\_\_\_

ASSINATURA DO JUIZ

## ANOTAÇÕES



Modelo III — Verso

COMPARECIMENTO ÀS ELEIÇÕES

ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE

Caixa: 227

Lote: 32  
PL N° 4601/1954  
82





(MODELO IV)  
FRENTE

JUIZO ELEITORAL DA ZONA  
DO

ESTADO DE ..... (.....)  
..... (MUNICÍPIO)

O SR. ....

É ELEITOR NESTA ZONA, INSCRITO EM ..... / ..... / 195.....

E VOTARÁ NA ..... SEÇÃO ELEITORAL.  
(POR EXTENSO)

..... DE ..... DE 195.....

O JUIZ ELEITORAL,



Lote: 32

Caixa: 227

PL Nº 4601/1954

83

## VOTOU:

VERSO

Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE



N.º 10

Onde couber:

Artigo — E' admitida a inscrição eleitoral e conseqüente voto do cego alfabetizado pelo sistema denominado "Brasille".

§ 1.º O cego fará o seu requerimento em "Braille" e o lerá em seguida, perante o Juiz Eleitoral de seu domicílio, em audiência previamente marcada e nos termos da lei.

§ 2.º O título será igual aos demais e conterà, além dos requisitos exigidos, apenas a palavra cego ao lado do nome do eleitor.

§ 3.º O voto do cego será sempre tomado em separado. No decorrer da votação o cego procederá como as pessoas de vista, conforme a lei, exceto com relação à assinatura da fôlha de votação. O cego não assinará a fôlha, mas deixará no princípio da linha sua impressão digital, enquanto o presidente da mesa, logo em seguida, lançará na referida linha, em presença dos demais componentes, a justificativa de que o eleitor é cego.

§ 4.º O cego usará preferencialmente a cédula escrita em "Braille", levando-a consigo quando fôr votar. Esta cédula deverá ser feita obedecendo a tôdas as demais exigências legais.

§ 5.º A apuração do voto em "Braille" será à vista de um alfabeto desse sistema, autêntico ou impresso, de existência obrigatória em cada Junta apuradora.

§ 6.º Cada seção eleitoral, além do material exigido por lei, terá obrigatoriamente, material necessário para impressão digital.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955.  
— França Camp<sup>os</sup>.

#### *Justificativa*

Faço minhas as palavras de numerosos cegos, residentes em Belo Horizonte, com as quais, certamente, estarão todos os cegos do Brasil, em memorial que me remeteram, pleiteando, perante o Congresso Nacional, o direito de votarem.

O art. 132 da Constituição Federal bem como a Lei Eleitoral declaram o seguinte: "Não podem alistar-se eleitores: a) os analfabetos; b) os que não saibam exprimir-se na língua nacional; c) os que estejam privados temporária ou definitivamente dos direitos políticos. Parágrafo único: Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, etc".

O art. 87, § 7.º diz: "O eleitor cego poderá votar desde que possa assinar a fôlha de votação em letras do alfabeto comum".

Se atentarmos para os dispositivos acima, veremos, claramente, que o cego alfabetizado pelo sistema "Braille" é perfeitamente alistável, dependendo apenas da regulamentação do processo de alistamento e exercício do voto, a menos que o legislador o tenha como analfabeto, o que seria absurdo. Não é possível considerar-se como tais indivíduos que, embora usando caracteres diferentes, escrevem e lêem as mesmas letras do nosso alfabeto. Escrevem não só a máquina mas do próprio punho. E, substituindo a tinta pelo alto relêvo e a vista pelo tato, escrevem e lêem com a mesma rapidez das pessoas de vista. Enviaem e recebem mensagens manuscritas, estudam em livros e chegam a adquirir cultura geral e se salientar, muitas vezes, nas letras e nas artes, como é sobejamente sabido. Notório é que o cego alfabetizado pelo sistema "Braille", somente difere dos demais alfabetizados pelo modo de escrever e de ler. E se é assim, urge, portanto, que o Congresso Nacional faça, sem mais delonga, essa tão esperada regulamentação. O que não é possível é que o Legislativo, na impossibilidade de remover pequenos obstáculos, continue, por mais tempo, privando um grande número de cidadãos alfabetizados, esclarecidos, conscientes de seus deveres cívicos e, não raras vezes, até cultos, de um direito líquido e certo, ou seja, um dos direitos essenciais de que deve gozar todo cidadão livre e consciente, o direito de escolher seus governantes. E não são poucos os que estão impedidos de exercer o voto por essa razão. Segundo o último censo demográfico existem no Brasil 75.000 cegos. E' tranquilo e fora de dúvida que nesse número se inclui grande porcentagem de cidadãos alistáveis.

Se aprovado o projeto de reforma da Lei Eleitoral, digo se aprovado o substitutivo, tal como está, nem mesmo os cegos que escrevem pelo sistema comum poderão mais votar. Daí mais se alargará o número dos impedidos e, conseqüentemente, mais se acentuará a necessidade de uma providência garantidora dos direitos desses cidadãos.

Alegam que o "Braille" é letra de forma e dêste modo, as letras de um cego não diferem das letras dos demais cegos. Pouco importa, uma vez que para eliminar qualquer dúvida o



cego poderá fazer o seu requerimento diante do próprio juiz. Além disso, o "Braille" é o único processo pelo qual o cego pode, realmente, escrever e ler.

Quanto à assinatura do título e da folha de votação, não nos parece de extrema importância, pois, que, na verdade, nada poderá identificar com mais precisão do que a fotografia e, sobretudo, a impressão digital.

Sugerimos a cedual "Braille" para que o cego possa votar com absoluta consciência, o que nos parece um dos requisitos essenciais do voto livre. E embora isso venha identificar o voto como sendo de um cego, só acidentalmente votante. Aconteceria isso quando na mesma seção votasse um só cego ou quando votassem todos no mesmo candidato. Mas, também, o voto das pessoas de vista, em determinados casos, perde o sigilo.

perdidos, perde o sigilo. Haja vista quando todos os eleitores da mesma seção votam no mesmo candidato, o que alias já aconteceu. O que é suficiente e digno de nota é que a cédula em

"Braille" nem de leve ferirá o art. 54 do Código vigente.

Há quem alegue que o "Braille" não é reconhecido como alfabeto nacional. Ainda assim, seria de incontestável justiça que, em atenção ao grande número de cegos brasileiros, se reconhecesse em lei um alfabeto modelo com a respectiva tradução, mesmo que fosse para fins eleitorais exclusivamente. E, então munido de instrumento dessa natureza, fácil seria aos Cartórios e às Juntas Apuradoras interpretar os requerimentos de inscrição e as cédulas "Braille", com a mais absoluta clareza. Mas nada impede que adote-se para as próximas eleições o conhecido alfabeto "Braille", do qual juntamos um exemplar.

Fica, portanto, aqui, nossa sugestão, e cremos que dessa forma seria sanada mais uma grande lacuna de nossa legislação eleitoral e garantido o exercício natural de um direito há longos anos reclamado e sempre relegado sem justificativa ponderável e convincente.

— *França Campos.*

Lote: 32  
Caixa: 227  
PL N° 4601/1954  
84



A L F A B E T O    B R A I L L E

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
U	V	X	Y	Z	Ç	È	Å	Ê	Ü
Ä	É	Ï	Ö	Ù	À	Î	Ó	Ô	Õ
Í	Ó	Ä	SINAL DE ALGARISMO HÍFEN		APÓSTROFO				

;   
 :   
 ?   
 !   
 (ou)   
 "   
 '

1	2	3	4	5	6	7	8
9	10	100	1000				

,   
 .   
 /   
 \*   
 +   
 -   
 =   
 <   
 >



N.º 11

Fica assim redigido o art. 7.º:

Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de interação coletiva, inclusive para cegos e leproários.

Sala das Sessões, 24 de maio de 1955. — *Deputado França Campos*.

N.º 12

Substitua-se no parágrafo único do art. 30 a expressão "o mesmo prazo" por *igual prazo*.

Sala das Sessões em 21-5-55. — *Teixeira Gueiros*.

Nota: A justificação será feita oralmente em plenário.

N.º 13

Art. ... (onde couber).

O uso do retrato a que se refere o artigo 40 § 3.º do Substituto Ulisses Guimarães, somente se tornará obrigatório para o alistamento às eleições que se processarem a partir de 2 de janeiro de 1956.

Nota: A justificação será apresentada oportuna e oralmente em plenário.

Sala das Sessões em 21-5-55. — *Teixeira Gueiros*.

N.º 14

O art. 8.º do Substituto, após as palavras "sob pena de demissão" redija-se pela seguinte forma: "os membros dos diretórios dos partidos políticos, os candidatos a cargos eletivos e os parentes destes, até o 3.º grau consanguíneo ou afim".

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — *Nicanor Silva*.

N.º 15

Ao artigo 2.º:

Onde se lê: registrando-o no livro competente e, depois de autuá-lo, o fará concluso ao Juiz Eleitoral, que dentro do prazo máximo de cinco dias o despachará", diga-se: "registrando-o no livro competente e, depois de autuá-lo, dentro do prazo de 24 horas do seu recebimento, o fará concluso ao Juiz Eleitoral, que dentro do prazo máximo de cinco dias o despachará".

*Justificação*

A emenda tem em vista estabelecer prazo para que o escrivão organize o processo e o faça conduzir ao Juiz, para despachá-lo.

Não seria razoável se deixasse ao alvedrio do escrivão a execução desse trabalho simplíssimo, sem a fixação de prazo para realizá-lo, tal qual se fez em relação ao Juiz.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — *Arino de Matos*.

N.º 16

Ao artigo 3.º:

Onde se diz: "pelo próprio Juiz Eleitoral, pelo Juiz preparador, ou pelo escrivão especialmente designado para esse fim", diga-se: "pelo próprio Juiz Eleitoral, pelo Juiz preparador, pelo escrivão ou por funcionário especialmente designado para esse fim".

*Justificação*

Seria equitativo que a entrega do título se fizesse na zona urbana como se estabeleceu com referência à rural.

O projeto adotou anterior mais restrito, não admitindo a interferência de procurador ou de delegado de partido na entrega alusiva a eleitores da cidade.

Parece-nos, entretanto, que não se deva excluir a colaboração de funcionário especialmente designado para o fim.

A prática nos tem mostrado que nem sempre o Juiz, o preparador e o escrivão podem desempenhar-se do mister de entrega de título, tendo sido produtiva a ação de outros funcionários atuantes na Justiça Eleitoral na execução desse serviço.

Dai, a modificação do texto que propomos, incluindo também os funcionários especialmente designado.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — *Arino de Matos*.

N.º 17

Ao art. 1.º.

"Parágrafo — Não terá valor para a inscrição eleitoral certidão

Acrescente-se como parágrafo: do registro de nascimento efetuado a menos de seis meses da data do pedido de alistamento".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 18

Ao art. 7.º parágrafo único — Passe a parágrafo 1.º. Acrescente-se, em seguida:

"Parágrafo 2.º — Em nenhuma hipótese, poderá ser usada a propriedade ou habitação de candidato, de



membro de diretório ou de delegado de partido, bem como de parente de qualquer deles até o terceiro grau, inclusive, nem ainda de autoridade policial, para nele funcionar mesa receptora”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 19

Ao art. 11 — Redija-se assim:

“Art. 11 — O alistamento encerrar-se-á cem dias antes da data marcada para a eleição, não podendo ser recebido requerimento de inscrição eleitoral depois dessa data e até a reabertura do alistamento (Código Eleitoral, art. 64, § 2.º)”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 20

Ao artigo 18 — Redija-se assim:

“A organização da lista dos eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, observado o disposto no artigo 17 desta lei e no artigo 66 e parágrafos do Código Eleitoral, será feita com a assistência e fiscalização dos delegados de partido, à vista das fichas dos títulos eleitorais e dos processos de inscrição, de transferência e de expedição de segundas vias.

§ 1.º — Serão excluídos, pelo juiz eleitoral, das folhas de votação e das listas de eleitores aqueles cuja inscrição não houver preenchido, manifestamente, as condições ou requisitos legais.

§ 2.º — Dessa decisão cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, manifestado pelo eleitor ou por delegado de partido, no prazo de três dias. O recurso não terá efeito suspensivo.

§ 3.º — O Tribunal Regional decidirá no prazo de cinco dias o recurso a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4.º — Poderá também reclamar verbalmente, por escrito ou por telegrama ao juiz eleitoral ou ao Tribunal Regional Eleitoral o eleitor cujo nome tenha sido omitido ou figure erradamente na lista, observado, para esse fim, o disposto no artigo 67, parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do Código Eleitoral”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 21

Ao artigo 19 — Substitua-se pelo seguinte:

“Art. 19 — O eleitor só poderá votar, em regra, satisfeitas as seguintes exigências: — a) — exibição do respectivo título de eleitor; b) — constando o nome da seção eleitoral em que deva votar.

§ 1.º — Todavia, os eleitores cujo nome não conste da lista de votantes da seção, ou nela figure com inexatidão, poderão votar na seção especial a que se refere o art. ...., ou, se ela não funcionar, na própria seção em que deviam fazê-lo, mas sempre com as cautelas do § 4.º, letras a, b e c, do artigo 87 do Código Eleitoral.

§ 2.º — Não pertencendo o eleitor à seção e não constando do título a fotografia, será obrigatória a exibição de documento de identidade, que ficará retido, juntamente com o título, até a apuração.

§ 3.º — No caso do parágrafo 1.º, não se fará a apuração dos votos tomados em separado pelo motivo ali previsto senão depois de verificar a Junta Eleitoral a legitimidade da inscrição e a identidade do eleitor, bem assim não haver ele votado em outra seção da mesma zona.

§ 4.º — Verificada a ocorrência a que se refere o artigo 1.º, a Junta Eleitoral, antes de encerrar seus trabalhos, apurará a causa da omissão. Se tiver havido culpa ou dolo do juiz ou do escrivão eleitoral, ser-lhe-á aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até trinta dias, e, na segunda, a de detenção por um a três meses, ou multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00 cabendo ao Tribunal Regional Eleitoral a aplicação da pena imposta ao juiz”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 22

Ao artigo 20 — Redija-se assim:

“Art. 20 — Salvo o disposto nos parágrafos seguintes, é vedada a votação em seção eleitoral diversa daquela em que o eleitor tiver o seu nome incluído”.

Acrescente-se, como parágrafo 6.º:

“§ 6.º — Quando os fiscais de partido votarem em seção diversa daquela em que o seu nome esteja incluído (§ 1.º) a apuração dos seus votos não se fará sem que, antes, a Junta Apuradora competente verifique se os mesmos votaram em outras seções da mesma zona”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.



## N.º 23

Ao parágrafo único do artigo 23 — Substitua-se pelo seguinte:

“Parágrafo 1.º — Sem a prova de que votou na última eleição, ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

a) inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se nele ou nela;

b) receber o vencimento, remuneração ou salário do emprego ou função pública, ou os proventos da inatividade, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;

c) formular requerimento, por si ou por procurador, e repartição pública federal, estadual ou municipal, ou a entidade autárquica;

d) estar em juízo como autor, réu, assistente ou oponente;

e) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;

f) pleitear o gozo de favores ou isenções estabelecidas em lei;

g) obter passaporte, carteira de identidade ou carteira profissional;

h) obter empréstimos nas Caixas Econômicas ou nos Institutos e Caixas de Previdência Social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito, mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe;

i) matricular-se em estabelecimento escolar oficial, equiparado, reconhecido ou subvencionado, ou registrar diploma de curso nêles realizados;

j) praticar qualquer ato para o qual exija quitação do serviço militar ou do imposto de renda”.

Acrescente-se:

§ 2.º O disposto no parágrafo anterior sobre emprego ou função pública aplica-se também aos que forem exercidos em autarquias ou sociedades de economia mista”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

## N.º 24

Ao § 9.º do art. 39 — Converta-se em artigo, com a seguinte redação:

“Art. — O alistamento eleitoral será feito sem ônus para o eleitor, correndo todas as despesas do mesmo, inclusive as de fotografias, à conta da justiça eleitoral”.

“§ 1.º — Para atender às despesas com a inscrição de eleitores, o Tribunal Superior Eleitoral destacará e distribuirá anualmente aos Tribunais

Regionais dotação correspondente ao volume e crescimento do alistamento.

“§ 2.º — O Tribunal Superior Eleitoral também distribuirá aos Tribunais Regionais, para ocorrer às despesas com o transporte de eleitores por ocasião da eleição, a importância estimada necessária, mediante pedido justificado dos mesmos.

“§ 3.º — O pedido de crédito para transporte a que se refere o parágrafo anterior, será formulado pelos Tribunais Regionais ao Tribunal Superior Eleitoral, antes da realização da eleição, com base na distribuição do eleitorado pelas secções eleitorais”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

## N.º 25

Ao § 2.º do art. 40 — Suprimam-se as expressões finais — “à qual ficará vinculado permanentemente”. Acrescente-se, depois do parágrafo 2.º, o seguinte:

“§ 3.º — O eleitor ficará vinculado permanentemente à secção eleitoral indicada no seu título, salvo:

a) se se transferir de zona ou município, hipótese em que a fôlha individual será enviada ao Juiz Eleitoral do novo domicílio;

b) se, entre uma eleição e outra e pelo menos até dias antes da remessa das folhas individuais de votação às secções eleitorais, provar, perante o Juiz Eleitoral, que mudou de residência dentro do mesmo município, de um distrito para outro, ou para lugar muito distanciado da secção em que se acha inscrito, caso em que serão feitas, nas referidas folhas e no título eleitoral para esse fim exibido, as alterações correspondentes, devidamente autenticadas pela autoridade judiciária.

Altere-se a numeração dos parágrafos subsequentes, a partir do § 3.º.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955 — *Martins Rodrigues*.

## N.º 26

Acrescente-se onde convier:

“Art. — Serão custeadas pela Justiça Eleitoral todas as despesas de transporte dos eleitores, quando, por não haver secção eleitoral dentro de um raio de dois quilômetros de sua residência, sejam os mesmos obrigados a deslocar-se para cumprir o dever de votar.



Parágrafo único — Os veículos necessários ao transporte serão postos, pelos seus proprietários, à disposição do Juiz Eleitoral, o qual, com a assistência dos delegados de partido adotará providências que assegurem, sem qualquer preferência, a condução oportuna dos eleitores aos lugares designados para a votação.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*

N.º 27

Acrescente-se onde convier:

“Art. — Cabe recurso contra a expedição de diploma, nos seguintes casos:

a) inelegibilidade de candidato, ainda que não arguida por ocasião do registro;

b) eleição viciada por fraude ou coação, em qualquer das fases do processo eleitoral;

c) errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional;

d) erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda;

e) pendência de recurso anterior, cuja decisão possa influir na determinação de quociente eleitoral ou partidário, inelegibilidade ou classificação de candidato”.

“Parágrafo único — Nesses casos tem cabimento o recurso da diplomação, ainda que não tenham sido interpostos parciais das decisões da justiça eleitoral anteriores a ela”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955 — *Martins Rodrigues*.

N.º 28

Acrescente-se onde convier:

“Art. — Nos distritos onde funcionarem mais de três seções eleitorais poderá o Juiz fazer instalar uma seção especial para nela votarem os eleitores cujos nomes não figurem na lista da seção a que pertençam, ou que nela figurem erradamente, sendo os votos tomados com as cautelas constantes do § 4.º do art. do Código Eleitoral combinado com o § 2.º, recolhendo a mesa receptora o título e a prova de identidade oferecida”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955 — *Martins Rodrigues*.

N.º 29

Acrescente-se onde convier:

“Art. Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da seção em que deveriam votar, a qual será transportada para aquela em que tiverem de votar.

§ 1.º As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da seção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobrecartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2.º O transporte da urna e dos documentos da seção será providenciado pelo membro da mesa ou secretário que comparecer, ou pelo próprio juiz ou pessoa que ele designar para esse fim, acompanhando-a os fiscais que o desejarem”.

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 30

Acrescente-se onde convier:

“Art. Além dos casos previstos no art. 123 do Código Eleitoral, é nula a votação:

a) quando votar eleitor indevidamente inscrito, ou que haja sido excluído do alistamento, desde que o seu voto não tenha sido tomado com as cautelas do § 4.º do art. 87 do Código Eleitoral;

b) quando, sem as cautelas referidas no artigo anterior, votar eleitor de outra seção, ou aquele cujo nome não conste da lista de votantes, ou nela figure erradamente.

“Art. Na apuração das eleições, a Junta Eleitoral verificará, previamente, se ocorre qualquer dos casos de nulidade de votação previstos no art. 123 do Código Eleitoral e no artigo anterior.

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 31

Acrescente-se onde convier:

“Art. As estações de rádio, salvo as oficiais, nos 90 dias anteriores às eleições gerais de todo o país ou de cada circunscrição eleitoral, reservarão diariamente duas horas, pelo menos, à propaganda partidária, sendo uma delas à noite.



§ 1.º A distribuição das horas de irradiação será feita entre os diferentes partidos, sob rigoroso critério de rotatividade.

§ 2.º Compete à justiça eleitoral o controle dessa distribuição, bem como o estabelecimento, sob proposta das empresas concessionárias, da tabela dos preços, que devem ser iguais para todos os partidos e candidatos. Esse controle se fará com a fiscalização dos delegados de partidos.

§ 3.º A justiça eleitoral estabelecerá também normas para a propaganda de candidatos e partidos na imprensa escrita, registrando os contratos de publicidade que a esse fim se destinarem".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 32

Acrescente-se onde convier:

"Art. O ato eleitoral, desde o alistamento até a diplomação dos candidatos, compreendendo a inscrição dos eleitores, a organização das seções eleitorais, a votação, a apuração e a proclamação dos eleitos, é indivisível, para o efeito de poder ser declarada a sua invalidade pela justiça, desde que verificada a qualquer tempo e em qualquer das fases que o constituem, infração substancial dos preceitos legais, bem assim a ocorrência de coação ou fraude, devidamente apurada.

"Art. No caso da ocorrência de fraude em qualquer das fases do processo eleitoral, definidas no artigo anterior, bem assim no de coação que vicia a vontade do eleitorado, a justiça eleitoral poderá proceder de ofício, para a sua apuração em qualquer tempo; e, havendo ou não provocação dos interessados, é ampla a sua competência para a investigação dos fatos".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 33

Acrescente-se onde convier:

"Art. Não há preclusão de prazo para a interposição de recurso, quando nele se discutir matéria constitucional, bem assim quando se tratar de casos de fraude ou de nulidade substancial, que invalide o ato eleitoral".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 34

Acrescente-se onde convier:

"Art. Até às 12 horas do dia seguinte à realização da eleição, o Juiz Eleitoral é obrigado, sob as penas do art. 175, n.º 15, do Código Eleitoral, a comunicar ao Tribunal Regional, bem assim aos delegados de partido perante ele credenciados, o número de eleitores que votou em cada uma das seções da zona sob sua jurisdição, bem assim o total de votantes da zona.

§ 1.º Essa comunicação será feita por via postal, em ofícios registrados, de que o Juiz guardará cópia no arquivo eleitoral, acompanhada do recibo do correio.

§ 2.º Qualquer eleitor ou candidato poderá obter, por certidão, o teor da comunicação a que se refere este artigo, sendo defeso ao Juiz recusá-la ou procrastinar a sua entrega ao requerente".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 35

Acrescente-se onde convier:

"Art. Os partidos políticos terão representantes credenciados perante a justiça eleitoral e as mesas receptoras, observado o seguinte:

a) O número de delegados de cada partido será de dois, junto ao Juízo Eleitoral de cada zona.

b) Perante as mesas receptoras, os partidos poderão ter fiscais, em número de dois para cada uma delas.

c) Cada partido poderá acreditar até dois delegados perante a Junta Eleitoral, funcionando um de cada vez no curso dos trabalhos; e tantas vezes dois fiscais quantas forem as turmas de apuração, reveesando-se eles no serviço de fiscalização.

d) O número de delegados de partido perante os Tribunais Regionais não excederá de três. Cabe a esses delegados agir também junto à Comissão Apuradora, cujos trabalhos poderão acompanhar.

e) Perante o Tribunal Superior do Trabalho, cada partido poderá ter também até três delegados, que se reveesarão em seus trabalhos.

"Parágrafo 1.º Os partidos, através dos respectivos delegados e fiscais, poderão acompanhar o processo eleitoral em qualquer de suas fases, desde o alistamento até a proclamação dos eleitos. Cabe-lhe a representação dos partidos perante a justiça.



no interesse dos mesmos, podendo seguir os processos de inscrição de eleitores e requerer por estes quando for o caso; promover a exclusão de eleitores, ou impugnar sua inscrição; fazer a indicação de mesários; assistir aos trabalhos de distribuição das seções eleitorais; reclamar contra quaisquer atos ou decisões dos Juizes Eleitorais, das mesas receptoras, das Juntas Eleitorais, da Comissão Apuradora e dos Tribunais; interpor recursos, produzir provas, arrazoá-los e segui-los.

“§ 2.º Constitui garantia eleitoral a efetiva participação dos partidos, por seus delegados ou fiscais, em todos os atos eleitorais, nas diferentes fases do respectivo processo, incidindo a autoridade ou funcionário da justiça eleitoral, que a impedir, na sanção do art. 175, n.º 15, do Código Eleitoral”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 36

Acrescente-se onde convier:

“Art. Para o registro de novos partidos políticos, será exigido, como condição básica, contar o mesmo, como aderentes, com duzentos mil eleitores, distribuídos por dez ou mais circunscrições eleitorais, com o mínimo de dez mil eleitores em cada uma.

“Parágrafo único. Será cancelado o registro do partido político que, em eleições gerais, não satisfizer os requisitos deste artigo, salvo se, sob sua legenda exclusiva, eleger pelo menos cinco representantes ao Congresso Nacional, por circunscrições diversas”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 37

Acrescente-se onde convier:

Art. Realibando-se simultaneamente várias eleições, a votação far-se-á por meio de cédulas distintas, a serem encerradas na mesma sobre-carta, salvo para as eleições de presidente e vice-presidente da República, cujas cédulas serão colocadas em sobre-cartas especiais.

“Parágrafo único. O eleitor fora do seu domicílio eleitoral no dia da eleição somente poderá votar para presidente e vice-presidente da República, recebendo da mesa receptora,

no caso de eleições simultâneas, apenas a sobre-carta destinada àquelas eleições”.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 38

Acrescente-se ao art. 11:

“Parágrafo único. No dia imediato ao fim do prazo para o alistamento, o juiz da zona comunicará ao Tribunal Regional e aos diretórios locais dos partidos políticos o número de eleitores que poderá participar da eleição, mencionando o nome e o número correspondente ao último eleitor inscrito”.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 39

Ao art. 1.º:

Acrescente-se, como parágrafo:

“§ Não será deferida a inscrição de eleitor cujo requerimento não tiver letra e firma reconhecidas por tabelião. O reconhecimento deve conter, obrigatoriamente, o número do documento de identidade do requerente, ou a declaração de que o requerimento foi assinado diante do notário ou de seu preposto”.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 40

Redija-se assim o § 1.º do art. 17:

§ 1.º Além da publicação das listas pela imprensa, ou por editais, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório municipal de partido, regularmente registrado.

Acrescente-se:

§ 2.º A remessa a que se refere o parágrafo anterior será feita pelo escrivão eleitoral até vinte dias antes da eleição; e será comprovada pela exibição de recibo da repartição postal.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 41

Ao art. 4.º

Redija-se assim:

“O título eleitoral somente será assinado pelo juiz, depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor, sob pena de multa de Cr\$ 500,00 a ... Cr\$ 1.000,00 e suspensão disciplinar de sessenta (60) dias aplicada de ofício pelo presidente do Tribunal Regional competente”.



Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 42

Ao art. 37 e §§ 1.º e 2.º  
Suprimam-se.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

N.º 43

Acrescente-se, onde convier:

Art. ... Será admitido admitido recurso contra a diplomação de candidato sob fundamento de ter usado ele, um terceiro em seu favor, de corrupção por qualquer modo.

§ 1.º Se a corrupção foi empregada pelo candidato ou com sua aprovação, não será expedido o diploma em seu favor, anulados os votos com seu nome.

§ 2.º Se o candidato foi estranho à corrupção utilizada por terceiro em seu favor, anular-se-ão apenas os votos que contiverem seu nome nas seções impugnadas sob fundamento daquêle vício.

#### *Justificação*

O Código limita-se a punir quem praticar a corrupção para fins eleitorais. O Ministério Público, no interior, vê e sabe da fraude ou do suborno. Não há mistério que o "curral" e na casa de Fulano é que Sicrana paga a tanto, dá roupa, chapéu etc.

O candidato, atualmente, não tem interesse em investigar um crime, que lhe levará inimizade, despesa e trabalho sem qualquer proveito.

A emenda assegura ao prejudicado com a corrupção o direito de anular os votos dados ao corruptor ou ao beneficiário dêste. — *Aliomar Baleeiro*.

N.º 44

Art. 22 do substitutivo (21 do Projeto):

Substitua-se pelo seguinte:

Artigo:

Providenciará a Justiça Eleitoral a confecção de cédulas oficiais, para as eleições majoritárias, as quais serão impressas de forma a assegurar e facilitar a missão do eleitor, resguardando o sigilo do voto, sendo distribuídos às seções eleitorais em número não superior ao dos eleitores que nela devem votar e identificados com a respectiva seção de modo a não ser possível a utilização de cédula de uma seção em outra; a mesa

receptora providenciará a devolução das cédulas não utilizadas ao Juiz Eleitoral respectivo, bem como inutilizará cada uma delas com a data da eleição, rubrica do presidente e mesário, circunscrição, zona e número da seção e a declaração: "não utilizada" e ainda, um nome de eleitor da seção, se houver, que não tenha votado, para início do processo previsto em lei.

Parágrafo:

Da ata da eleição constará o número de eleitores que votaram e o dos que não o fizeram, devendo haver coincidência dêste com o número de cédulas inutilizadas e devolvidas à Justiça Eleitoral após cada eleição, desconcados os votos em separado.

Artigo:

Nas eleições proporcionais será usada a sobrecarta oficial.

Artigo:

O eleitor ao apresentar o seu título à mesa receptora receberá do presidente a cédula e sobrecarta oficial, rubricadas pelo presidente e um dos mesários, e numeradas, sucessivamente, de um (1) até nove (9); havendo coincidência de eleições majoritárias e proporcional, o eleitor irá duas vezes à cabine indevassável para votar, em primeiro lugar, com a cédula oficial.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *João Machado*.

#### *Justificação*

As emendas propostas atendem, tanto quanto possível, ao que pretende a Justiça Eleitoral, de um lado, e aos Srs. Congressistas, de outro.

Tanto quanto possível porque admitem a cédula oficial para as eleições majoritárias, onde a utilização da mesma é mais fácil por parte de eleitor, e mais aconselhável, por motivos já conhecidos.

Com a redação proposta (que poderá ainda ser melhorada pelos doutos na matéria) pretendemos:

a) maior rigor na seleção do voto nos cargos de maior relevo, visto que o eleitor deve ser suficientemente esclarecido para escolher, na cabine indevassável, o nome ou os nomes dos candidatos do ou dos cargos a preencher;

b) impossibilidade de utilização de cédula de uma seção, ou de uma eleição, em outra;



c) identificação fácil dos eleitores que não votarem para necessária punição;

d) facilidade e sigilo no exercício do voto;

e) impossibilidade de confusão por parte do eleitor que, indo duas vezes à cabine indevidável, ficará resguardado de cometer o erro de colocar a cédula oficial dentro da sobre-carta oficial o que, além de dificultar a apuração pela falta de coincidência de número de votos em eleições coincidentes, com o de eleitores, ainda permite a fraude, pois o eleitor pode dizer que colocou a cédula oficial dentro da respectiva sobre-carta, porém, leva-la consigo para utilização por outro eleitor;

f) redução da influência do poder econômico de candidatos majoritários ricos aos quais ficarão equiparados aos candidatos pobres postos que dispensados todos da impressão de cédulas.

Quanto as eleições proporcionais, é mantido o critério da sobrecarta oficial tanto de agrado de alguns legisladores; parece-nos mesmo prudente que esse sistema seja mantido, por enquanto, admitindo-se que futuramente ceda, também, lugar ao da cédula oficial, isto é, quando houver maior celectionamento que só a prática de cédula oficial para eleições majoritárias poderá permitir.

São as razões, às quais outras acrescentaremos oportunamente, que nos levam a submeter à elevada, consideração dos Srs. Deputados as emendas ao Projeto n.º 4.601-A de 1954.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *João Machado*.

N.º 45

Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao artigo 20 do substitutivo — (artigo 10 do Projeto).

Parágrafo — Na hipótese da ausência de membros da mesa receptora, ou ocorrendo qualquer motivo que dificulte a sua instalação, providenciará a respectiva autoridade eleitoral, substituída na sua ausência pelos fiscais ou delegados de partidos, para instalação da referida mesa receptora, no local previamente designado e com eleitores que a mesma seção pertençam.

Parágrafo — Verificada a absoluta impossibilidade de instalação da mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob jurisdição do

mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da sua seção, a qual será removida para a em que tiverem de votar juntamente com o indispensável material.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *João Machado*.

### *Justificação*

O Projeto havia previsto a hipótese da impossibilidade da instalação da mesa receptora, incluindo em seu texto o artigo n.º 12 (que constitui o segundo parágrafo da presente emenda).

O substitutivo, além de dar forma muito mais rígida ao seu artigo 20, que versa sobre a matéria, omitiu qualquer medida capaz de assegurar a coleta dos votos de eleitores de qualquer seção cuja mesa receptora não se instale, excluindo, de uma só vez quatrocentos cidadãos do seu direito de voto.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *João Machado*.

N.º 46

Acrescente-se onde convier:

“Art. Os trabalhos da Comissão Apuradora, a que se refere o art. 108 do Código Eleitoral, poderão ser acompanhados por Delegados dos Partidos nela interessados, sem que, entretanto, nela intervenham com protestos, impugnações ou recursos.

§ 1.º Terminados os trabalhos da Comissão Apuradora, o seu relatório, de que trata o § 3.º do art. 108 do Código Eleitoral, ficará na Secretaria do Tribunal pelo prazo de 3 (três dias para exame dos Partidos e candidatos interessados, que poderão examinar também os documentos em que ele se baseou.

§ 2.º Terminado o prazo supra, os Partidos poderão apresentar as suas reclamações, dentro das 48 horas seguintes, sendo estas submetidas a parecer da Comissão Apuradora, que no prazo de 3 (três dias apresentará aditamento ao relatório, com a proposta das modificações que julgar procedentes ou com a explicação da improcedência das arguições dos Partidos.

§ 3.º A Comissão Apuradora fará publicar no órgão oficial, diariamente, um boletim com a indicação dos trabalhos, realizados e do número de votos atribuídos a cada candidato.



Lote: 32  
PL N° 4601/1954  
Caixa: 227  
89

### Justificação

A falta de dispositivo expresso no Código Eleitoral, autorizando aos Partidos a fiscalização dos trabalhos apuratórios de eleições nos Tribunais Regionais, determinou que o Tribunal Superior Eleitoral interpretasse a lei como proibitiva daquela medida. Entretanto, apatentaram-se eivados de erros em diversas regiões, nascendo daí os frequentes pedidos de recontagem de votos. A emenda visa, justamente, sanar esta falha da presente legislação eleitoral.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, 24 de maio de 1955. — *Ernani Satiro*.

(1) Estas emendas, em número de 13, foram elaboradas pelo Senador Vilas Boas. Como no Senado não se passa mais emenda o Projeto, trago à Câmara colaboração do ilustre líder da U.D.N. naquela casa do Congresso.

N.º 47

Substituam-se os artigos 9.º e 11.º pelo seguinte:

Art. — Em audiência pública, que se realizará às 14 horas do nonagésimo dia anterior à eleição, o juiz Eleitoral declarará encerrada a inscrição de eleitores na respectiva zona e proclamará o número dos inscritos até às 18 horas do dia anterior, o que comunicará incontinenti ao Tribunal Regional Eleitoral, por telegrama, e fará público em edital, imediatamente afixado no lugar próprio do juízo e divulgado pela imprensa, onde já houver, declarando nele o nome do último eleitor inscrito e o número do respectivo título, fornecendo aos Partidos Políticos cópia autêntica deste edital.

§ 1.º — Na mesma data será encerrada a transferência de eleitores, devendo constar da comunicação, do edital e da cópia deste fornecida aos partidos o nome do último eleitor cujo processo de transferência esteja definitivamente ultimado nos termos do art. 13 § 4.º desta lei e o número do seu título eleitoral.

§ 2.º — O despacho de pedido de inscrição ou de transferência de eleitor, proferido após o encerramento do alistamento eleitoral, sujeita o Juiz às penas do art. 175 n.º 7 do Código Eleitoral.

### Justificação

Uma das fontes de fraude no alistamento eleitoral é a faculdade conferida ao Juiz de despachar pedidos de inscrição e de transferência após o encerramento do alistamento eleitoral, facultando-lhe, assim, despachar favoravelmente os requerimentos de determinado partido, indeferindo ou exigindo diligências em relação ao de outros partidos.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

N.º 48

Suprima-se a letra "a" do art. 12.

### Justificação

A supressão aqui proposta decorrerá da aceitação da emenda anterior.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

N.º 49

Acrescente-se no art. 1.º *in-fine* o seguinte:

— "obedecendo à ordem cronológica do seu recebimento pelo Cartório Eleitoral".

### Justificação

Constitui garantia para os Partidos ficar o Juiz obrigado a despachar os pedidos de inscrição pela ordem da sua apresentação.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

N.º 50

Acrescente-se no art. 3.º *in-fine* o seguinte:

"contando-se desta publicação o prazo para os recursos a que se refere o parágrafo 2.º do art. 1.º".

### Justificação

A emenda visa evitar dúvidas futuras sobre o prazo para os recursos ali referidos.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

N.º 51

Acrescente-se nos artigos 5.º e 6.º depois da palavra — "escrivão" as seguintes:

— "ou escrevente".



### *Justificação*

No caso de afluência de trabalhos no Cartório Eleitoral, como também no de zona vasta, com núcleos eleitorais disseminados e distantes, será de conveniência que o Juiz Eleitoral confira atribuição de entrega títulos a escreventes juramentados.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

### *N.º 52*

Substitua-se o art. 16 pelo seguinte:

— “Art. — Os eleitores com 2.<sup>a</sup> via de títulos eleitoral votarão sempre em separado, pela forma mencionada no art. 87, § 4.º, letras A, B, C e D do Código Eleitoral, escrevendo o Presidente da mesa receptora na sobrecarta maior o seguinte: — “Segunda via de título eleitoral”.

### *Justificação*

A emenda corrige a omissão do parágrafo 4.º e da letra A no texto de projeto.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

### *N.º 53*

Substituam-se no art. 17 as palavras iniciais: — “imediatamente após o encerramento dos prazos para” — pelas seguintes:

— “no dia imediato ao do encerramento do”.

### *Justificação*

A presente emenda será uma decorrência da aceitação pelo plenário da emenda n.º 2 referente ao encerramento do alistamento e da transferência de eleitor.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

### *N.º 54*

Substituam-se na letra “B” do artigo 19 as palavras — “fôlhas de votação” — pelas seguintes:

— “lista de eleitores”.

Acrescente-se depois de — “6.º — o seguinte :

— “9.º — ”.

### *Justificação*

Alem da fôlha de votação não ser feita com a fiscalização dos Partidos, determinada no art. 18, não há dis-

positivo algum legal determinando que nela se contenha, sob qualquer penalidade, os nomes dos eleitores da seção.

— A revogação do parágrafo 9.º do art. 87 do Código Eleitoral é uma consequência da letra “B” do art. 19 e do art. 20 do projeto.

### *N.º 55*

Substitua-se o art. 22 pelo seguinte:

Art. As sobrecartas para votação serão numeradas pelo Presidente da mesa receptora de 1 a 9, sucessivamente, à medida e no momento em que forem entregues aos eleitores, sendo rubricadas por aquele e pelos mesários.

### *Justificação*

Já tem acontecido substituir-se toda a votação duma seção, desde que o Presidente da mesa concorde em rubricar outras sobrecartas. Uma vez que o projeto adota a organização da mesa por indicação dos Partidos, torna-se impossível esta modalidade de fraude.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

### *N.º 56*

Acrescente-se no final do § 1.º do art. 29 as seguintes palavras:

— “em audiência pública anunciada pela imprensa, onde ha houver, e por edital afixado no lugar próprio do juízo eleitoral, com, pelo menos, 5 dias de antecedência”.

### *Justificação*

Ato dessa natureza deve ser processado em audiência pública designada com antecedência.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

### *N.º 57*

Substituam-se no art. 30 e seu parágrafo único as palavras.

— “do mesmo” — Pelas seguintes:

— “de igual”. —

### *Justificação*

A emenda é puramente de redação.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro*.

### *N.º 58*

Ao art. 31 acrescente-se o seguinte: — “§ 3.º — O Juiz Eleitoral comunicará ao Tribunal Regional as seções da sua zona onde os eleitores



tenham sido impedidos de votar por não haver funcionado a respectiva mesa receptora, devendo o Tribunal determinar que a eleição ali se realize, no prazo máximo de 10 dias sob a presidência de Juiz de Direito, auxiliado por dois mesários e dois secretários que este designar.

#### *Justificação*

A realização de eleição, onde se verificar fato daquela natureza, não deverá ficar dependente dos fatos a que alude o art. 107 do Código Eleitoral.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

#### *N.º 59*

Acrescente-se ao art. 35 o seguinte: "parágrafo único — Quando a Força Federal tiver de garantir a eleição em seção onde não esteja presente o Juiz Eleitoral, este designará Promotor Público ou funcionário do seu Juízo para acompanhar aquela Força e lhe orientar a ação dentro da lei, sob as penas do art. 175 número 31 do Código Eleitoral.

#### *Justificação*

Tem acontecido várias vezes que a Força Federal é mandada para Vila ou Povoado onde não existe qualquer autoridade judiciária, que lhe oriente a ação garantidora da liberdade do voto. E, como ela fica à disposição do Juízo Eleitoral, este, quando possa acompanhá-la ao local onde deva prestar as garantias legais, designará pessoa idônea e de sua confiança para aquele fim.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

#### *N.º 60*

Acrescente-se onde convier:

Art. — Não serão admitidos recursos contra validade da votação nem da apuração, se os fatos ou atos que lhe servirem de fundamento não tiverem sido objeto de protesto ou impugnação, respectivamente, perante a mesa receptora ou perante a junta apuradora, no momento de serem praticados.

#### *Justificação*

Busca-se aqui evitar a fraude tentada por meio de recursos após verificar-se o resultado desfavorável da apuração.

*Ernani Satiro.*

#### *N.º 61*

Acrescente-se onde convier:

Art. — Verificando-se que os votos das seções anuladas, ou a soma destes com os daqueles cujos eleitores ficaram impedidos de votar, poderão alterar o número de candidatos eleitos pelo sistema proporcional em qualquer legenda, ou classificação de candidato eleito pelo princípio majoritário, ordenará o Tribunal a realização de eleições suplementares.

Parágrafo único — Essas eleições obedecerão ao estabelecido no parágrafo único do art. 107 do Código Eleitoral, mas só serão marcadas após o julgamento em última instância dos recursos das anulações que as determinaram.

Art. — A representação de aliança de partidos compete exclusivamente aos delegados e fiscais nomeados pela comissão interpartidária, a que se refere o § 3.º do art. 140 do Código Eleitoral, não lhe aproveitando, nem aos Partidos que a constituírem, as impugnações e recursos interpostos por Delegados e Fiscais destes.

Art. — Os Tribunais não conhecerão de recurso que não esteja devidamente instruído, nem dos que, nas eleições simultâneas, não declararem com precisão a qual delas se refere.

#### *Justificação*

Constitui um erro do art. 107 do Código Eleitoral determinar que só haja eleição suplementar, no caso daquelas que obedecer ao sistema proporcional, quando os votos anulados possam alterar qualquer quociente partidário, pois que, sem essa alteração, poderá modificar o número dos eleitos pelas sobras. Também é de toda conveniência que as complementares se realizem após a confirmação das anulações na instância superior, de vez que, muitas vezes, o provimento do recurso contra a anulação vem depois da realização daquelas, com grandes dispêndios inúteis para a União e para os interessados.

Ainda não firmaram de modo uniforme e definitivo os Tribunais jurisprudência no sentido de que as alianças partidárias tenham Delegados e Fiscais próprios para a defesa de seus interesses. Isso, porém, exige esclarecimento na lei para uma perfeita observância do § 3.º do art. 140 do Código Eleitoral.

A primeira parte do último art. já constitui jurisprudência do Tribunal



Superior Eleitoral. A segunda parte é uma decorrência de preceito contido nas instruções para eleição de 3 de outubro do ano passado e faz desaparecer as dúvidas e incertezas com relação a extensão dos recursos nas eleições simultâneas.

S. S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. — *Ernani Satiro*.

N.º 62

Inclua-se onde couber:

Art. — É constituída a Comissão Mista de Reforma da Lei Eleitoral, composta de cinco magistrados da Justiça Eleitoral, três deputados e três senadores, escolhidos, respectivamente, pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelas duas Casas do Congresso Nacional, cuja missão será a elaboração da reforma integral a que deve ser submetido o atual Código Eleitoral.

Parágrafo único — A escolha dos membros dessa Comissão ocorrerá na segunda quinzena de março de 1956, começando o órgão a trabalhar logo seja organizada, elaborado o seu regimento interno e eleita a sua direção devendo a proposição de reforma ser apresentada em setembro do mesmo ano, à Câmara dos Deputados.

Em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

#### Justificação

É preciso assegurar-se a brevidade da apresentação do Projeto de reforma do Código Eleitoral.

A emenda que se apresenta tem esse objetivo.

Nessa reforma caberá a adoção da cédula oficial de votação, que então vigorará, a partir das eleições gerais de 1958, quando se procederá à renovação da Câmara e do Senado.

Instituído esse novo processo de votação na reforma, haverá tempo bastante para a companhia educativa que é mister fazer-se em todo o país, para tornar apto e esclarecido o eleitor, a votar por esse novo processo.

Em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

N.º 63

Dê-se a seguinte redação ao artigo 35 do Substitutivo da Comissão Mista:

"Art. 35 — Comprovada a intervenção, por meio de força policial militar ou guarda civil estadual ou municipal, de autoridades do Estado ou do Município nas eleições, serão as mesmas realizadas sob garantia da

força federal, mediante a necessária requisição dos órgãos da Justiça Eleitoral."

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

#### Justificação

A redação dada pela Comissão Mista ao art. 35 do Substitutivo é quase a mesma apresentada no artigo 11 da proposição governamental. Ambas propõem que as eleições sejam "sempre" realizadas com a garantia da força federal. Ora, nunca, de forma geral, houve falta de garantia em qualquer Estado ou Município, às eleições, de parte das autoridades responsáveis pelo cumprimento das leis federais. Casos excepcionais têm ocorrido, de compressão dos governos estaduais ou municipais, sobre os eleitores que lhe são adversos. Então aí, quando falha a energia do juiz eleitoral, o jeito é pedir a garantia da força federal.

Uma eleição realizada "sempre" *manu militari*, especialmente tendo-se em consideração a possibilidade da existência de candidatos militares aos cargos eletivos, não primaria por um pleito livre, especialmente no interior do Brasil.

A emenda, portanto, merece acolhida.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

N.º 64

Inclua-se onde couber:

"Art. — Em qualquer fase do processo eletivo, pode o partido requerer o cancelamento do registro de candidato que haja, em tal período, repudiado a sua legenda, transferindo-se ao partido adverso àquele que o inscreveu."

Parágrafo único. — Nos casos deste artigo, o candidato egresso de seu partido perderá a votação nominal já obtida e a que venha obter, tratando-se de eleição suplementar, apurando-se apenas os votos da legenda partidária."

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

#### Justificação

A emenda resguarda os direitos e interesses dos partidos, em relação aos efeitos do registro de seus candidatos. Por outro lado, assegura respeito ao princípio da proporcionalidade da representação partidária.



Como no sistema do Código não há candidato que não seja partidário, somente os partidos podendo registrá-los, não é possível deixar-se ao candidato a faculdade de continuar concorrendo ao pleito sob a legenda abjurada. O candidato que muda de partido durante o processo eletivo está sujeito às restrições e às penalidades do Código Eleitoral. A sua qualidade de concorrente partidário desaparece automaticamente com o seu ato de egressão, devendo, porém, ser provocada a justiça pelas partes interessadas, para decretação do cancelamento de sua inscrição, o que poderá ser feito até mesmo por meio de recurso de diplomação.

A emenda é altamente moralizadora e vem em prestígio do fortalecimento dos partidos políticos, que são pessoas jurídicas de direito público interno.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

N.º 65

Art. A publicidade das campanhas políticas, quer de partidos, quer de candidatos, far-se-á pelo livro, pela imprensa, pelo rádio, cinema e televisão e por comícios populares, sendo vedado a propaganda de cartazes, letreiros, dísticos, faixas e bandeiras, como de todo e qualquer processo que provoque escândalo ou incite paixões coletivas.

Parágrafo único. Cabe à Justiça Eleitoral zelar pelo cumprimento deste dispositivo.

Sala das Sessões, em 24-5-55 — *Nestor Duarte*.

N.º 66

Acrescente-se onde convier:

Art. Para efeito de registro de candidatos não serão requisitadas nem aceitas informações policiais tenham por objetivo limitar as cautelas previstas no art. 141 e parágrafos 1.º, 3.º, 5.º, 7.º e 8.º, ou ampliar o disposto no artigo 135 e seus parágrafos, no artigo 139, incisos II, III, IV e V e no artigo 140, tudo da Constituição da República.

*Justificação*

Quando a Constituição é violada por Instruções ou Portarias deve o legislador socorrê-la com medidas que evitem atentados ao direito dos candidatos e ao respeito ao voto. Qualquer limitação a direitos ou ga-

rantias individuais ou ampliação das formas de inelegibilidade prescritas em lei, não só fere as cautelas do regime democrático, como abre caminho a precedentes que alteram a fisionomia da liberdade do voto no que concerne ao direito de escolha e promove continuas perturbações na esfera dos recursos judiciários. Por outro lado, a intervenção policial, para efeito de caracterização ideológica do candidato é impertinente e vexatória à própria justiça.

O candidato se eleito, deve, quanto a isto, responder perante o Poder Legislativo, nos termos do artigo constitucional pertinente ao assunto. Campo de intrigas políticas e mesmo de difamação, qualquer restrição ao espírito constitucional deve ser evitada pelo legislador.

Sala das Sessões, em 24-5-55. — *Abguar Bastos*.

N.º 67

Acrescente-se onde couber:

(Do Sr. Abguar Bastos).

Art. — Não cabe, após a diplomação de governador, prefeito, senador, deputado ou vereador, recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, baseado em inelegibilidade que não esteja expressa na Constituição.

§ 1.º Os Tribunais Eleitorais Regionais não encaminharão ao Tribunal Superior Eleitoral recursos de registros concedidos a candidatos e já passados em julgado, quando, pelo recorrente, seja alegada inelegibilidade por atividades político-sociais.

*Justificação*

Os acórdãos do Tribunal Superior Eleitoral são unânimes em negar provimento aos recursos que visem, na fase de diplomação, contestar registros de candidatos fora dos prazos de lei. Tais recursos, na maioria dos casos, dizem respeito a atividades políticas do candidato em pretensa convivência com organização por ventura extinta por lei. Acontece que os Tribunais Eleitorais Regionais, examinando a matéria, concedem ou não o registro. Se o concedem, julgaram o candidato isento de filiações políticas inidôneas perante as cautelas da lei. Se no prazo de impugnação não surgem recursos, não poderão ser encaminhados na fase da diplomação, por quanto será o mesmo que rever coisa julgada e matéria preclusa.



Assim o tem entendido o Tribunal Superior Eleitoral. Para coibir o abuso que não só faz aumentar o trabalho judiciário, prejudicando o andamento rápido dos demais processos eleitorais, como deixa em suspensão por longo tempo a legitimidade do mandato concedido, convém evitar que tais recursos sejam encaminhados, ao mesmo tempo que se disciplinem os recursos permitidos na fase da diplomação nos termos expressos pelos dispositivos constitucionais, do Código Eleitoral e Regimentos Internos dos respectivos Tribunais. Ocorre ainda como inconveniência da intempestividade, que o eleito pode tomar posse, sem estar dela garantido, o que julgamos incompatível com os cuidados jurídicos do legislador.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1955 — *Abguar Bastos*.

N.º 68

Acrescente-se ao art. 1.º o seguinte:

Parágrafo — O Juiz poderá verificar a alfabetização do alistando por iniciativa própria ou a requerimento de delegado de Partido. A verificação constará de leitura e cópia de pequeno trecho de livro adotado em curso primário.

*Justificação*

A emenda visa dar ao Juiz poderes para verificar a alfabetização dos alistandos sempre que achar necessário, ou quando assim o solicitar algum delegado de Partido.

Sala das Sessões, em 11-5-55 — *Lincoln Feliciano*.

N.º 69

Ao art. 5.º.

Substitua-se a expressão "aqueles cujo falecimento seja notório" por "aqueles que tiverem falecido".

*Justificação*

Naturalmente, o que se quer é excluir das folhas de votação todos os que tiverem falecido e disso tenha conhecimento o Juiz Eleitoral. Não apenas aqueles cujo falecimento seja notório, isto é, público, conhecido de todos.

Sala das Sessões, em 11-5-55. — *Lincoln Feliciano*.

N.º 70

Acrescente-se onde convier:

Art. As prefeituras poderão proibir a afixação de cartazes de propaganda, em lugares impróprios, bem como a inscrição de letreiros por pichametro ou qualquer outra forma desde que coloque, em lugares públicos apropriados, quadros ou pranchetas destinados à colocação dos programas partidários e plataformas dos candidatos.

Parágrafo único — O plano para execução do disposto neste artigo será elaborado pelo Prefeito e aprovado pelo Juiz Eleitoral.

Sala das Sessões, em 22-5 1955. — *Lincoln Feliciano*.

*Justificação*

A propaganda eleitoral, por meio de cartazes e letreiros pichados ou escritos a giz, feita de maneira desordenada, é um espetáculo dos mais tristes que oferecem as nossas eleições.

A campanha para que se coíba esse abuso, que tanto enfeia as cidades, parte do "Correio do Litoral", em Itanhaem no meu Estado.

A medida cabe perfeitamente na lei de emergência que ora se discute, e, pela sua necessidade evidente, terá certamente o apoio da Câmara. Em 22-5-55. — *Lincoln Feliciano*.

N.º 71

Art. 7.º — Acrescente-se, em seguida, ao parágrafo segundo, os seguintes parágrafos, alterando-se a numeração dos demais:

§ 3.º As sobrecartas serão opacas mas terão uma janela, em papel transparente, correspondendo ao lugar da rubrica do presidente da mesa receptora, no anverso da cédula, de forma que se possa verificar, depois de encerrada esta, que está devidamente rubricada.

§ 4.º Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas e tantas sobrecartas quantas as cédulas, todas por ele devidamente rubricadas no anverso, sob pena de nulidade, o eleitor passará à cabine indevassável onde assinalará à tinta da cor determinada pelo Tribunal Eleitoral: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X), o nome do candidato da sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica o partido ou ab-



genda em que vota, e o número com que estiver registrado o candidato de sua preferência. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará a cédula ou cédulas, cada uma na respectiva sobrecarta, de maneira que a rubrica do presidente da mesa coincida com a janela transparente, fechando em seguida. No ato de receber a sobrecarta ou sobrecartas, o presidente da mesa deverá verificar, pela janela transparente, se a cédula ou cédulas estão rubricadas. Igual verificação poderá ser feita pelos fiscais de partido.

§ 5.º No caso de não aparecer a rubrica, o presidente da mesa convidará o eleitor a voltar à cabine invassável para corrigir a posição da cédula ou cédulas, podendo, se necessário, substituir uma só vez a sobrecarta ou sobrecartas. Se o eleitor não colocar, ainda, a cédula ou cédulas em posição certa, terá o seu voto anulado. No caso de substituição fraudulenta da cédula ou cédulas, o presidente da mesa fará au-  
tuar, em flagrante, o eleitor para instauração do processo devido.

Sala das Sessões, em 18-5-55. —  
*Lincoln Feliciano*

#### *Justificação*

Dentre as inovações introduzidas pelo projeto, a de cédula oficial é a de maior alcance: por um lado exclui, efetivamente, os analfabetos e, por outro, desonra os candidatos desprovidos de fortuna das pesadas despesas resultantes da impressão das cédulas. Tem, portanto, duplo efeito selecionador e democrático.

Entretanto, nos termos em que está redigido o projeto, abrem-se duas vias para a violação do sigilo do voto, que a emenda procura evitar:

Em primeiro lugar, a cor da tinta. Dada a infinita variedade de tons que se pode obter e a possibilidade do seu emprego em canetas tinteiro, será possível a identificação do voto, embora nem sempre seja fácil.

Entretanto, o voto secreto requer, para o eleitor, a absoluta certeza de que o seu voto não poderá ser identificado. A uniformização da cor da tinta, sugerida pela emenda, visa suprimir essa possibilidade de violação do sigilo do voto.

A outra hipótese da violação do sigilo é a do controle do voto de uma série de eleitores desde que se obtenha, de início, uma cédula devi-

damente rubricada e que iria passando de mão em mão da maneira seguinte:

Admita-se que um cabo eleitoral, contando com grande número de votos numa sessão, disponha-se a sacrificar um voto, por anulação, a fim de controlar todos os demais, rigorosamente.

Assim é que o primeiro dos eleitores colocaria na sobrecarta uma cédula qualquer e traria a cédula oficial de votação devidamente rubricada para o cabo eleitoral. Aquêle voto perdeu-se mas todos os demais estariam controlados a partir do segundo eleitor:

Realmente, o cabo eleitoral assinalaria na cédula assim obtida o voto que quisesse e a entregaria ao segundo eleitor com a obrigação deste colocá-la na sobrecarta e trazer intacta a cédula que recebesse. Procedendo assim sucessivamente seria possível o controle do voto dos demais eleitores.

Dir-se-á em contrário, que o cabo eleitoral não poderá ter a certeza de que o eleitor colocou na sobrecarta a cédula oficial por ele assinalada, pois o eleitor poderá rasgá-la e colocar outra cédula qualquer. Entretanto se na sessão não houver votos anulados será possível a certeza de que todos os eleitores votaram de acordo com o cabo eleitoral.

E, de qualquer forma, este poderá ter a certeza de que o eleitor se não votou no seu candidato, não votou em outro, pois, desta forma, o seu voto estaria anulado. É quanto basta para a violação do princípio do sigilo.

A emenda procura evitar esta forma de violação com as janelas transparentes através das quais o presidente da mesa e os fiscais evitarão a possibilidade de o eleitor levar consigo a cédula oficial para servir de controle ao voto dos demais.

Em 18-5-55. — *Lincoln Feliciano*  
N.º 72.

Acrescente-se onde convier:

Art. É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos constantes do Projeto n.º 94-1955, confeccionados em papel opaco e de cores diferentes para cada eleição, quando realizada mais de uma, simultaneamente.

§ — Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas



por ele rubricadas no ato, sob pena de responsabilidade (Cód. Eleit. art. 175, n.º 21), o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará a tinta com uma cruz (X).

a) — nas eleições majoratórias, o nome do candidato de sua escolha.

b) — nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica, o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência.

A seguir, dobrará e colará a célula ou células, e, saindo do gabinete as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente correspondenrem, em número e indetidade, as que lhe foram entregues.

#### *Justificação*

A presente emenda, com ligeiro retoque, é a emenda que o eminente Sr. Ministro Edgard Costa, acolhendo sugestões do Dr. Ibsen da Costa Manso, digno secretário do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, bem como do jornalista Paulo Ferraz do "Diário de S. Paulo", a respeito da fraude conhecida pelo nome de "corrente", houve por bem encaminhar à Comissão Mista de Reforma Eleitoral. Como este órgão, entretanto pela maioria de seus membros, não adotou a cédula oficial, a aludida emenda ficou sem efeito. Entretanto, como a matéria vai ser reexaminada pelo plenário da Câmara, em face dos votos vencidos dos Srs. Senador Lúcio Bittencourt e dos deputados Ernani Sátiro e Colombo de Souza, viza a presente emenda suprir essa lacuna, na convicção de que a maioria do Congresso saberá ser fiel ao mandato outorgado pelo povo aos representantes que o integram.

Sala das Sessões, em 25-5-55.

*Plínio Mello.*

N.º 73.

Acréscete-se, onde convier.

Art. Os candidatos a cargos eletivos, que tenham empregado fraude suborno ou qualquer meio de corrupção para alcançar vitória no pleito serão punidos com dois a três anos de prisão e impedidos de exercerem cargos administrativos ou políticos, pelo período de dez anos.

Parágrafo único — Ficam sujeitos à mesma pena e afastados das respectivas funções os juizes ou Servidores da Justiça Eleitoral que houverem

contribuído para que as eleições se realizem contra as determinações do Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1955.

*Dioclécio Duarte.*

#### *Justificação*

Esta sugestão me foi feita pelo antigo Deputado José Augusto, um dos sacrificados no recente pleito realizado no Rio Grande do Norte, onde exerceu, durante cerca de cinquenta anos, os mais altos cargos administrativos e políticos, sendo incontestável o seu grande prestígio. Sómente a fraude e a corrupção poderiam derrotá-lo. Aliás, a presente emenda repete a revolta do eminente socialista Alfredo Palácios, como muito bem acentua o ilustre político norte-riograndense, em relação à Argentina "aconselhando marcar com o selo da indignidade aos fraudadores do voto, para que as nossas instituições não continuem a ser deturpadas pelos falsários, pelos corruptores para os que deveriam estar nas cadeias e (irrisão das costas) vão para as Câmaras Municipais, para a Assembléia Legislativa, para o Parlamento, para os Governos".

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1955.

*Dioclécio Duarte.*

N.º 74

Redijam-se assim.

Art. 1.º — O escrivão eleitoral, recebendo do alistando, ou do Delegado de Partido, o requerimento de inscrição, com a letra e firma reconhecidas, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo art. 33 do Código Eleitoral e a prova de residência, dará recisão ao representante com especificação do dia, hora e número de ordem, registrando-o no livro competente e, depois de o autoar, o fará concluso ao juiz eleitoral que, dentro do prazo máximo de cinco (5) dias o despachará.

§ — Único. Toda a vez que o requerente não juntar a prova de ter feito pelo menos o curso primário o juiz o submeterá a exame sumário para verificar se sabe ler e escrever.

Art. 3. — Quinzenalmente, o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa onde houver, por conta da justiça eleitoral, ou por editais, a lista dos



pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, indeferidos e convertidos em deligência.

§ Único Quando por falta de imprensa local a lista em apreço divulgar-se mediante edital, uma via da mesma será remetida a cada diretório municipal de partido regularmente registrado.

Art. 7.º — Deverão ser organizadas mesas receptoras leitorais nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive, leprosários, onde haja, pelo menos, cinquenta eleitores.

§ 1.º — Também se organizarão mesas receptoras em sítio ou fazenda, uma vez que isso melhor consulte aos interesses dos eleitores, em número, pelo menos de duzentos (200) quanto às suas residências e meios de transporte.

§ 2.º — Essas mesas receptoras só funcionarão com a garantia de força federal posta à sua disposição.

Art. 15. — O requerimento de segunda via de título eleitoral será escrito e assinado de próprio punho, com letra e firma reconhecidas, apresentado pessoalmente ao juiz que, ocorrendo dúvidas sobre a identidade e capacidade do requerente, determinará as necessárias diligências para verificá-las.

Art. 19. — a) exibição do título de eleitoral e prova de identificação, se surgirem dúvidas a respeito.

Art. 34.º — Suprimam-se as palavras estadual ou municipal.

Art. 39 — Haverá em cada circunscrição, por grupo de vinte (20) zonas ou fração, um Juiz Corregedor e um Promotor da Justiça Eleitoral.

§ 1.º As atribuições dos Corregedores e Promotores serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servirem.

§ 2.º No desempenho de suas funções os Corregedores e Promotores se locomoverão para as zonas eleitorais, nos seguintes casos:

a) por determinação do Superior Tribunal ou do Tribunal Regional Eleitoral;

b) a pedido dos juizes eleitorais;

c) a requerimento de Partido deferido pelo Tribunal Regional;

d) sempre que entender necessário.

§ 3.º Os Corregedores e Promotores perceberão gratificações arbitradas pelo Superior Tribunal Eleitoral.

Acrescentem-se onde convier:

Art. — Constitui infração penal votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem.

Pena — detenção de um a dois anos.

Parágrafo único. Considera-se inafiançável a incidência nessa infração.

Art. — (§ 3.º ao art. 91 do Código Eleitoral): Será nula a apuração de cada dia em que não se observarem rigorosamente as prescrições acima estabelecidas, cabendo ao juiz presidente da Junta a pena de suspensão disciplinar até sessenta (60) dias.

*Justificação:*

A nova redação do art. 1.º do projeto torna obrigatório:

a) o reconhecimento de letra e firma do alistando

b) que o mesmo, ou o Delegado de Partido, apresente o pedido de inscrição;

c) a prova de residência.

As exigências das letras a) e c) constam da tradição de nossas leis eleitorais e tornam-se imprescindíveis para evitar que os cabos eleitorais façam os pedidos de inscrição, em nome dos alistandos, e que pessoas de um município se qualifiquem em outro, como está se tornando hábito.

A entrega do requerimento em cartório deve ser feita pelo requerente, ou Delegado de Partido, a fim de fixar as responsabilidades, que decorrem do pedido, e facilitar as diligências, que se tornem necessárias.

Não podemos continuar a permitir a qualificação de analfabetos, quando a proibem expressamente a Carta Magna do país (art. 132, I) e o Código Eleitoral (art. 3.º a).

Estabelece a emenda uma presunção legal de saber ler e escrever para os que tenham feito, pelo menos, o curso primário: os demais ficam sujeitos à prova de capacidade.

O art. 3.º passa a redigir-se de forma a tornar clara a responsabilidade do pagamento das despesas da publicação da lista de eleitores, pois sem se dar recursos para atender às mesmas, será inócuo estabelecer a providência.

No parágrafo único obriga-se a remessa de uma via para cada diretório de partido, que assim, fica

Caixa: 227

Lote: 32  
PL N.º 4601/1954

93



habilitado aos recursos e reclamações necessárias à boa ordem dos trabalhos.

O projeto exclui as fazendas e sítios da localização de mesas receptoras, porque, de certo, quer afastar o perigo da influência dos "chefes" da zona rural e da insegurança ali reinante.

Reconhecemos a razão de ser do receio, mas, como se trata de medida, que muito concorrerá para reduzir as despesas eleitorais, no que tange aos transportes, urge enfrentar o problema para resolvê-lo com a exigência aditiva constante da emenda: só funcionarão as mesas em propriedades rurais com a garantia da força federal.

Consiga-se o eleitor votar, no interior, perto quanto possível for, de sua residência, e se terá reduzido, talvez à metade, as despesas tão vultosas, com o serviço de transporte, que sempre constitui objeto de soezes explorações ao tempo dos pleitos.

A concessão da 2.<sup>a</sup> via eleitoral, em alistamento viciadíssimo, como o que ora possuímos, deve ser cercada de medidas, que coibam as atividades do chamado "eleitorado fantasma".

Entrega do requerimento ao próprio juiz, identificação da letra e firma, possibilidade de serem feitas diligências para evitar que sirva de instrumento à fraude, tudo isso constitui objetivo da nova redação do art. 15.

O art. 19, a) contém um acréscimo a respeito da prova de identificação do eleitor, quando houver dúvida sobre a mesma. Está arraigado o hábito de mandar um indivíduo votar em nome de outro, se este não comparece, ou já faleceu. A falta de retrato no título, ou de outro meio que torne conhecido e eleitor através o título, requer que se estabeleçam todas as cautelas nêsse tocante.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre direito eleitoral, mas, parece-nos que não está no âmbito dessa atribuição estabelecer preceitos relativos ao funcionalismo estadual ou municipal. Daí a supressão de palavras, que propomos, quanto ao art. 34.

Não há maior necessidade, em matéria de organização dos serviços elei-

torais, do que dotá-los de um corpo de juizes próprios. Não sendo possível atender, agora, a essa justa aspiração, em vista do elevado montante das despesas que acarretaria, que ao menos se estabeleça um serviço de vigilante superintendência sobre as atividades nas diferentes zonas eleitorais, a fim de conter essa avalanche de fraude e irregularidades que repontam por toda a parte, abalando a confiança nas garantias aos sufrágios populares, em que se apoiam as instituições democráticas vigorantes no país.

Será essa a atribuição da Corregedoria, que propomos como uma sugestão, que nos parece digna de exame e acolhida por parte da douta Comissão Mista de Reforma Eleitoral.

Os artigos a acrescentar, ao projeto substitutivo, visam além de tornar inafiançável, elevar a penalidade de uma das mais comuns infrações em matéria eleitoral: o voto com título de ausente ou falecido.

Eis aí uma das formas mais em voga de fraudar o resultado das urnas.

Tenho conhecimento direto de casos em que um só eleitor votou dez vezes, com títulos alheios, porque os mesmos não continham indicações que possibilitassem verificar a identidade do portador.

O preceito final da presente emenda destina-se a acabar com a prática, profundamente prejudicial, de não se dar boletins, nem se registrar, por qualquer forma digna de crédito, o resultado das apurações diárias.

Foi êsse sistema irregular, ilegal, que assegurou as alterações dos resultados das apurações, quando se tinham de elaborar os mapas registrados das mesmas.

Houve zonas eleitorais do interior, que somente após dois meses da apuração deram conhecimento aos Tribunais Regionais do resultado dos mapas! E quantos não foram alterados, ao sabor dos inescrupulosos, que abusavam da fraqueza de Juntas Eleitorais...

E' imprescindível uma rigorosa prescrição para evitar que perdure esse meio de deturpar o resultado dos sufrágios.



Sala das Sessões, em 27 de maio de 1955 — *Alencar Araripe*.

N.º 75

Onde convier:

Art. — São instituídas, de acordo com o modelo n.º 1, anexo, cédulas oficiais de votação para as eleições de Presidente, Vice-Presidente da República, senadores e seus suplentes, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito.

§ 1.º — As cédulas conterão, além da designação da eleição, os nomes dos candidatos registrados, os quais serão precedidos por um espaço demarcado que servirá para o eleitor assinalar seu voto.

§ 2.º — O presidente da mesa, depois de rubricar as cédulas e a sobrecarta, as entregará ao eleitor que, passando à cabine indevassável, assinalará a tinta o nome do candidato de sua escolha. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará as cédulas na sobrecarta, fechando-a.

§ 3.º — Serão nulas as cédulas em que aparecerem assinalados nomes de candidatos em maior número do que os postos eletivos a serem preenchidos.

§ 4.º — A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior.

#### *Justificação*

O não acolhimento da cédula oficial no substitutivo da Comissão Mista não foi pacífico. No plenário da Câmara as opiniões se dividem sendo numerosos os Srs. Deputados que se inclinam pela adoção da iniciativa contida no anteprojeto da Justiça Eleitoral.

Nossa emenda visa uma fórmula de acomodação na qual, adotando-se a cédula oficial apenas para as eleições majoritárias, seriam conseguidas muitas das indiscutíveis vantagens da medida, sem os possíveis inconvenientes que os adversários da cédula oficial indicam nas eleições do sistema pro-

porcional, nas quais podem ser registrados centenas de candidatos. Estamos certos de que a nossa emenda, que será justificada com maior desenvolvimento da tribuna, oferece uma solução intermediária que poderá merecer o voto da maioria.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1955.  
— *Afonso Arinos*. — *Aurelio Vianna*.  
— *Ernani Satiro*.

Nota:

O modelo n.º 1 referido no texto da emenda é o mesmo que acompanha o avulso do projeto n.º 94-55.

N.º 76

Substitua-se o artigo 1.º pelo seguinte:

Art. 1.º — Para alistar-se deverá o requerente, de próprio punho, preencher em cartório, na presença do escrivão ou funcionário designado pelo Juiz, a fórmula impressa que lhe será fornecida — (modelo anexo) — exibindo, no ato, os documentos comprobatórios da sua identidade e residência e das suas declarações, fazendo a entrega de três retratos dimensão 3 x 4.

§ 1.º — O escrivão ou funcionário designado, depois de atestar, a seguir, ter sido a fórmula preenchida em sua presença, pelo próprio requerente, tomará a assinatura do mesmo na "fôlha individual de votação", e do pedido lhe dará o recibo.

§ 2.º — Deferido o pedido, o título a que se refere o § 2.º, do art. 40, será entregue mediante a apresentação do recibo mencionado no parágrafo anterior, ao próprio eleitor, ou a quem o apresente.

§ 3.º — Se indeferido o pedido, e não havendo recibo, será inutilizada, pelo cartório, a "fôlha individual de votação" com a assinatura do requerente.

§ 4.º — As certidões de registro de nascimento feito fora do prazo legal, na conformidade da legislação vigente só têm valor, para fins eleitorais, como prova de idade, após um ano da data do mesmo registro.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1955.  
— *Ernani Satiro*.

Lote: 32  
Caixa: 227  
PL N.º 4601/1954  
94



Senhor Juiz Eleitoral

.....  
(nome por extenso do requerente)

....., com ..... anos,  
(estado civil) (profissão)

nascido em ..... de ..... de 1 ....., em ..... (naturalidade) .....

filho de .....

e de .....

residente em .....

(localidade, rua e número)

requer a sua inscrição como eleitor, oferecendo o seguinte.....

..... documento ..... comprobatório ..... das suas declarações.

.....

.....

..... de ..... de 195..

(cidade)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do requerente)

Atesto que a presente fórmula foi preenchida, em minha presença, e do próprio punho, pelo requerente. Data supra.

O Escrivão,

\_\_\_\_\_  
Estado de ..... Zona Eleitoral

.....  
(nome do alistando)

.....  
faz entrega nesta data do seu pedido de inscrição como eleitor. O seu título será entregue mediante a apresentação dêste, oportunamente.

..... de ..... de 195..

\_\_\_\_\_  
Escrivão

N.º 77

Art.

E' instituída a cédula oficial de votação, de acôrdo com os modelos anexos, confeccionadas em papel opaco, e em côres diferentes para cada eleição quando realizada mais de uma simultaneamente.

§ 1.º — Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas, além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos registrados (Mod. I); e nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembléias Le-

gislativas, e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito. (Mod. II).

§ 2.º — Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, mediante sorteio, para o efeito da votação (§ 3.º).

§ 3.º — Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas, por êle e pelos mesários rubricadas no ato, sob pena de nulidade e responsabilidade — (Código Eleitoral, 175, n.º 21) —, o eleitor passará à cabine indevassável, onde, à tinta, as-



sinalará, no retângulo correspondente: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X), o nome do candidato de sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, de forma idêntica, o partido ou legenda de sua preferência, podendo substituir a cruz (X), pelo número de ordem do seu candidato, caso em que o voto será contado, também, para o partido ou legenda. A seguir dobrará e colará a cédula, ou cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente da mesa, corresponderem, em número e cores, às que lhe foram entregues.

§ 4.º — Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinalada mais de uma

legenda, ou mais de um candidato de partido diferente.

§ 5.º — As cédulas oficiais serão enviadas, em invólucro fechado, lacrado e rubricado pelo juiz, a ser aberto no início dos trabalhos, em número correspondente aos dos votantes da seção eleitoral; as não utilizadas ou inutilizadas por qualquer motivo, pela mesma forma, serão devolvidas pelo presidente da mesa, com os demais papéis da eleição, aplicando-se de ofício, por cédula não devolvida, a multa de mil irzeiros, robrada executivamente.

S.S., 27-5-955. — *Ernani Satiro.*

Caixa: 227

Lote: 32

PL N° 4601/1954

95



PARA

☐☐☐☐☐☐

PARA

☐☐☐☐☐☐

(Mod. I)



Lote: 32  
Caixa: 227

PL N° 4601/1954

96

PRESIDENTE

MESÁRIO

MESÁRIO

Modelo I — Verso



PARA .....

Partidos ou Legendas

VOTO

.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>
.....	<input type="checkbox"/>

(Mod. II)



PRESIDENTE

MESÁRIO

MESÁRIO

Modelo II — Verso

Lote: 32  
Caixa: 227

PL N° 4601/1954

97



N.º 78

Art. 1.º .....

Parágrafo único — As certidões de registro de nascimento feito fóra do prazo legal, na conformidade da legislação vigente, só terão valor, para fins eleitorais, como prova de idade, após um ano da data do mesmo registro.

*Ernani Satiro*

N.º 79

Art. 7.º E' instituída a cédula oficial de votação, de acôrdo com os modelos anexos, confeccionadas em papel opaco, e em côres diferentes para cada eleição quando realizada mais de uma simultaneamente.

*Ernani Satiro*

N.º 80

§ 2.º — Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, mediante sorteio, para o efeito da votação. (§ 3.º)

*Ernani Satiro*

N.º 81

§ 3.º — Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas, por êle rubricadas no ato sob pena de nulidade e responsabilidade (Cód. Eleit., art. 175, n.º 21), o eleitor passará a cabine indevassável onde assinalará a tinta: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X) o nome do candidato da sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, dobrará e colará a cédula ou cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente corresponderem, em número e côres, às que lhe foram entregues.

*Ernani Satiro*

#### *Justificação*

Estas emendas foram sugeridas pelo Ministro Edgar Costa, no pressuposto de ser adotada a cédula oficial, e para melhorar, não só a redação como a própria instituição do sistema.

N.º 82

Acrescente-se um artigo com a seguinte redação:

Art. .... — E' defeso aos Partidos e aos candidatos, por si ou por interposta pessoa, fazer ou pagar o transporte de eleitores antes, durante ou depois das eleições.

§ 1. — A violação do disposto neste artigo constitui infração penal punida com as penas do art. 175 n.º 20 do Código Eleitoral, nelas incorrendo quem proporciona o transporte, o eleitor transportado e o agente transportador.

§ 2.º — Além da pena criminal prevista no parágrafo anterior, a violação deste artigo importará:

1) se transgressor o candidato, na anulação dos votos que obteve no local do fato;

2) se transgressor o Partido, na anulação dos votos obtidos por todos os seus candidatos no local da transgressão.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Benedito Vaz.*

#### *Justificação*

Se realmente se quer acabar com a corrupção eleitoral, extingua-se o transporte de eleitores pelos Partidos e pelos candidatos. Porque, no transporte, decisivo é o fator *dinheiro*. Quem tem mais dinheiro, ganha vantagem, ganha mais votos.

Pedro Dantas, cronista parlamentar do "Diário Carioca", descreveu bem essa corrupção na edição de 23 de outubro do ano passado, sob o título "Despesas Eleitorais". Escreveu êle:

"Entretanto, nunca houve exemplo de corrupção eleitoral como os que se têm registrado nos últimos pleitos. A situação a que chegamos é uma vergonha e tem suscitado um clamor geral contra o poder político do dinheiro em nossas eleições. Nesta parte, o voto secreto falhou, incapaz de evitar o suborno".

E, mais adiante:

"Que mais se gasta, como despesa forçada, numa eleição? No interior, o transporte dos eleitores. O eleitor sabe que seu voto é disputado: exige condução, exige alimentação, calçado e roupas, senão deixa de comparecer. Aqui pertinho, em Friburgo, informamos um amigo que lá votou — o Partido ... (ou seus candidatos) alugou 50 carros de praça para o transporte do eleitorado, a quatro mil cruzeiros por unidade. O Partido tratou apenas três ou quatro, a mil e oitocentos. O pessoal vem controlando, cédulas no bolso, segregados de qualquer contato espúrio. Em certas zonas, ficam recolhidos a locais de concentração, sob custódia".



São os célebres "currais", "viveiros" ou "quartéis" ...

E conclui o brilhante jornalista: "O essencial parece que é proibir o transporte a expensas do interessado".

Também assim pensamos. Ou acabamos de uma vez com esse cancro ou então qualquer reforma eleitoral será platônica. Apenas mais um paliativo para responder ao crescente clamor contra a corrupção, o suborno e a fraude eleitoral.

Alega-se que, sem transporte gratuito dado pelos Partidos, o eleitor rural não comparecerá.

Respondemos que a causa do comparecimento não é o transporte oferecido pelos Partidos. Prova disso, é que o eleitorado urbano também não comparece em grande número. Nas eleições municipais de São Paulo, havidas ontem, 22 de maio, dizem as primeiras notícias que a abstenção foi superior a 50%. Por que não compareceu? Falta de transporte? Absolutamente. Não compareceu porque o voto não é realmente obrigatório, porque não há praticamente nenhuma sanção contra os faltosos.

Por outro lado, o habitante da zona rural costuma vir à cidade para suas necessidades normais, nos dias de festas, a suas próprias expensas. Se não vem para votar é que não é obrigado a isso.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Benedicto Vaz.*

N.º 83

*Emenda n.º*

Substituam-se o art. 23 e seu parágrafo único pelos seguintes dispositivos:

Art. 23. O eleitor que deixar de votar, ou o membro da mesa que não comparecer, incorrerá na multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 1.000,00, imposta pelo Juiz, pelo simples fato do não comparecimento, independentemente de qualquer processo, à simples vista da relação de faltosos enviada pelo presidente da mesma eleitoral juntamente com os papéis da eleição.

Parágrafo único — O faltoso se eximirá da pena provando justa causa até 60 dias após a eleição.

Art. Apurada a eleição, o juiz enviará ao representante da Fazenda Nacional na Comarca certidão por ele rubricada contendo a relação dos

faltosos para ser inscrita e que valerá como título de dívida líquida e certa.

Art. Os funcionários públicos federais, estaduais e municipais, inclusive os das autarquias e das sociedades de economia mista, não poderão praticar ato algum sem que o interessado exiba previamente a prova de que votou na última eleição ou, não tendo votado, de que pagou a respectiva multa ou obteve do juiz o documento de isenção previsto no Art.

§ 1.º Os instrumentos referentes a esses atos mencionarão expressamente o documento exibido, sob pena de nulidade.

§ 2.º O funcionário que não cumprir o dispositivo deste artigo incorrerá nas penas do art. 175, n.º 15 do Código Eleitoral.

§ 3.º Para os efeitos desta lei, considerará-se funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função pública, embora transitoriamente ou sem remuneração dos cofres públicos.

#### *Justificação*

A emenda tem os seguintes objetivos:

1) Tornar real a *obrigatoriedade do voto*. O projeto pretendeu atingir o mesmo objetivo mas, data venia, o fez de maneira incompleta. É que o projeto preferiu ser casuístico. Por isso mesmo, omissos. Da maneira como está redigido, o projeto quase que só atinge o funcionalismo público e o das sociedades de economia mista, os participantes de concorrência pública aberta pelas pessoas jurídicas de direito público interno (excluídas as autarquias, sociedades de economia mista), os mutuários dos estabelecimentos de crédito do Governo. Isto seria uma restrição odiosa, que pesaria unicamente sobre alguns milhares, enquanto que milhões de eleitores, a imensa maioria, ficaria desobrigada praticamente, isto é, sem sanção.

2) Fazer do *título de eleitor* um documento realmente valioso, imprescindível à vida do cidadão. Para praticar qualquer ato da sua vida civil o interessado terá que provar sua qualidade de eleitor. Mais do que isso, terá que provar sua *quitação eleitoral*. Isto implicará em se ter obrigado o eleitor a votar, ou a pagar a multa, *sem necessidade de qualquer ação judicial*. O eleitor pagará a multa para poder praticar o ato que lhe interessa (vender ou comprar imóvel, casar, pagar impostos, registrar filho, etc.).



A situação se inverterá: em vez dos Partidos e candidatos estarem procurando cidadãos para alistar, estes é que terão o máximo interesse em ser eleitores porque, sem isso, não poderão praticar qualquer ato da sua vida civil.

3) Efetivar as sanções contra os faltosos. Como a Justiça é impotente para punir os faltosos pelo sistema da lei atual, cada vez se alastra mais o *abstencionismo* (30, 40 60% de não comparecimento). E os que não cumprem seus deveres cívicos ficam no mesmo pé de igualdade dos que os cumpre rigorosamente. Pelo sistema proposto não há alternativa: atingidos os 18 anos, o cidadão é forçado a se alistar e a votar.

4) Acabar com a *burocracia* judiciária. A maioria de milhões de eleitores faltosos (30, 40, 60% em cada eleição) tem ficado impune porque a lei atual se revelou inaplicável. De fato, não é possível à Justiça, em cada eleição, promover vários milhões de processos criminais contra os faltosos, com citações, editais, interrogatórios, audiência de instrução, defesas, arrazoados, sentenças, recursos para os Tribunais (isto em cada caso), com despesas (custas) em cada processo muitíssimo superiores ao valor da multa para, depois de passada em julgado a sentença condenatória, recomençar-se a via-crucis judiciária para cobrança executiva da multa imposta. Isto é impraticável. Por isso, a lei é morta e nunca pode ser aplicada.

O dispositivo que se propõe elimina os processos criminais e os executivos para cobrança de multa, porque o faltoso terá que pagá-la para poder praticar os atos da vida civil.

O dispositivo da aplicação automática da multa foi inspirado no Código de Processo Penal do Brasil. Diz de Processo Penal quando regula a seguinte o § 1.º do art. 443 do Código de Processo Penal:

"O jurado incorrerá em multa pelo simples fato de não comparecimento, independentemente de ato do Presidente ou termo special".

Não se diga, pois, que não há precedente.

Por outro lado, a questão da efetivação da obrigatoriedade do voto tem preocupado os nossos legisladores. Alguns projetos foram apresentados com esse objetivo.

Assim é que, em 15 de março de 1954, o então deputado Alberto Deodato apresentava o projeto n.º 4.179,

que continha dispositivo semelhante ao ora proposto. Assim o justificava:

"... diminui as despesas eleitorais porque o eleitor comparecerá de qualquer modo, sem as exigências de transporte, alimento e dádivas. É um dique à corrupção".

Isto é uma verdade. Atualmente, o voto é obrigatório apenas no papel. De fato, ele é *voluntário*. Sendo voluntário (praticamente, não há sanção), o comparecimento e o voto constituem uma espécie de favor aos Partidos e aos candidatos. Daí, a corrupção. Quem tiver mais dinheiro e puder proporcionar melhor transporte, melhor alimentação, roupas, calçados, etc., este terá o voto.

Finalmente, o art. 327 do Código Penal inspirou o § 3.º do último artigo proposto, que define o funcionário público, para os efeitos da lei.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Benedicto Vaz*.

N.º 84

Acrescente-se o seguinte artigo:

"É vedada a ocupação ou utilização, a qualquer título, no todo ou em parte, de próprio pertencente ao patrimônio público, inclusive de autarquias e sociedades de economia mista, por partidos políticos ou organizações de caráter político.

Parágrafo único. O disposto no artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada de autoridade pública, representante partidário ou de qualquer eleitor."

#### *Justificação*

É rigorosamente necessária a adoção do preceito proposto, para evitar a influência do poder público em favor de determinado partido ou organização de caráter político, como comitê, centro cívico, escritório eleitoral, etc.

Principalmente no interior do país, onde as autoridades administrativas usam de arbítrio para pressionar o corpo eleitoral, é de grande efeito, para subverter a vontade deste, o conhecimento, através da utilização de bens públicos, como veículos, salas concedidas ou alugadas, de que determinado partido ou entidade a ele vinculada goza da proteção ou simpatia do Governo.



Lote: 32  
Caixa: 227  
PL Nº 4601/1954  
99

A aprovação da emenda colocará em igualdade de situação todas as organizações partidárias, em seu trabalho de proselitismos das massas populares.

Salas das Sessões, 27 de maio de 1955. — *Tarso Dutra*.

N.º 85

Onde convier :

Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargo de representação proporcional, a votação só será dada às legendas e não mais aos candidatos.

*Nelson Omegna*.

N.º 86

Art. ... Os partidos, ao fazer o registro no T. R. E. para cargos de representação proporcional, poderão, pelas convenções estaduais, designar candidatos preferenciais por Comarca.

Parágrafo único. Aos candidatos preferenciais serão atribuídos os votos dados só à legenda, nas sessões das Comarcas designadas pelos Partidos.

*Nelson Omegna*.

N.º 87

Art. ... As estações de rádio-difusão irradiarão gratuitamente durante uma hora por dia e durante dois meses antes de cada pleito um programa organizado pelos Juizes Eleitorais para a divulgação de instruções sobre o pleito e notícias oferecidas pelos diretórios municipais dos diferentes partidos sobre os candidatos.

*Nelson Omegna*.

N.º 88

Art. ... Nenhuma estação radio-difusão ou jornal poderá cobrar para publicidade eleitoral preços maiores que os fixados em suas tabelas, seis meses antes do pleito, para a propaganda comercial.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1955. — *Nelson Omegna*.

N.º 89

Acrescente-se onde convier :

Artigo. ... Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula-sobre-carta para a eleição majoritária, ou cédulas-sobrecartas para as eleições proporcionais, em diferentes cores, todas por ele devidamente rubricadas no anverso, sob pena de nulidade, o eleitor passará à cabine in-

devassável, onde assinalará a tinta :

a) nas eleições majoritárias com uma cruz (x) o nome do candidato de sua escolha;

b) nas eleições proporcionais por forma idêntica, o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, ainda no gabinete indevassável, fechará a cédula sobre-carta ou cédulas sobre-cartas, depositando-as, em seguida, uma em cada urna distinta, tantas quantas forem as eleições.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1955. — *Yukishigue Tamura*.

N.º 90

Onde convier :

Art. ... Todas as despesas do alistamento eleitoral, de organização de mesas e de apurações de eleição correrão à conta da Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. Correrão também à conta da Justiça Eleitoral as despesas de transporte e alimentação do eleitor nos distritos rurais.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1955. — *Nestor Duarte*. — *Raimundo Padilha*. — *Nelson Omegna*.

N.º 91

Acrescente-se, onde for oportuno, o seguinte :

Art. ... Os Juizes Eleitorais designarão dias especiais para Audiência de Qualificação, notificando às Direções dos Diretórios Partidários, que, por seu Delegado, fiscalizarão as mesmas, podendo interpor os recursos previstos pelo Código.

§ 1.º A medida que o serviço o exigir, as audiências de qualificação eleitoral poderão ser marcadas para outros dias da semana, inclusive feriados e domingos;

§ 2.º No interesse público os Juizes Eleitorais designarão audiências de qualificação eleitoral nas sedes dos Distritos e povoações do interior de suas Comarcas; notificando previamente as Direções Partidárias;

§ 3.º Os requerimentos de inscrição eleitoral serão entregues pessoalmente ao Juiz, em audiência, ou fora desta, em Cartório — pelos próprios interessados — com a documentação exigida e duas fotografias;

§ 4.º O Juiz presidente da audiência receberá os requerimentos despachando-os de imediato ou determinando o cumprimento de exigências porventura não observadas e,



em seguida, expedirá o Título Eleitoral, que será assinado na sua presença e entregue ao interessado no qual constará a Seção em que deve votar e a fotografia autenticada pela sua rubrica;

§ 5.º Das audiências de Qualificação Eleitoral: o Escrivão respectivo lavrará ata na qual conste o resumo dos trabalhos e serão subscritas pelos Delegados de Partidos presentes;

§ 6.º Os requerimentos de qualificação eleitoral entregues em Cartório serão, na forma da legislação, despachados pelo Juiz, que os anunciará na primeira audiência de qualificação.

Art. ... Fica proibido aos Partidos por seus Diretórios, encarregados, delegados ou mesmo candidatos a postos eletivos, promoverem o transporte e concentração de eleitores nas vésperas ou no dia das eleições, através dos chamados "Mangueirões", "Viveres", "cural", "quartel" ou "cocho", constituindo a violação deste dispositivo Fraude Eleitoral punível com multa de Cr\$ 5.000,00 a ..... Cr\$ 10.000,00 (cinco a dez mil cruzeiros), cobrável executivamente, destituição dos Diretórios responsáveis e prisão de 1 a 3 meses.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1955. — *Dionísio Côrtes*.

#### N.º 92

Acrescente-se onde convier:

"Art. — Em nenhuma hipótese se compreenderá no poder regulamentar atribuído ao Tribunal Superior Eleitoral o de estabelecer casos de inelegibilidade além dos provistos na Constituição Federal".

#### Justificações

Por ocasião das últimas eleições o T.S.E. baixou instruções nas quais se estabelecia discriminação ideológica para o fim de se permitir ao cidadão no pleno gozo dos seus direitos políticos candidatar-se a cargos eletivos. Estabeleceu-se, assim, a ditadura da polícia política, considerada a última instância em matéria ideológica, que a exerceu atrabiliariamente, impedindo a eleição de candidatos dignos e violentando a vontade do povo.

Tal esdruxularia reproduziu o proposto no art. 32 do Projeto 4.601, desprezado pela comissão Mista. Embora tal dispositivo não chegasse a se transformar em lei, teve malsinada vigência a título de regulamentação

do T.S.E., que derogava a letra expressa da Carta Magna, na parte em que dispõe:

"Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos".

Por tudo isso é que salienta Osny Duarte Pereira:

"Se ninguém poderá ser privado de nenhum dos seus direitos por motivo de convicção política, segue-se indeclinavelmente que nenhuma lei ordinária poderia estabelecer a perda do direito de eleger-se, por motivo ideológico. A inconstitucionalidade flagrante dispensa quaisquer outros comentários. Por isso que o eminente Professor Pedro Calmon, catedrático de Direito Constitucional, ao confrontar o art. 3.º do Projeto Eleitoral com o art. 141, § 80, da Carta Magna, concluiu: — Inelegibilidades, só as da Constituição".

É a repetição do abuso de derogar a Constituição através de meras instruções, que se visa evitar com a emenda que torna expressa a proibição até então implícita.

Palácio Tiradentes, 30 de maio de 1955. *Bruzzi Mendonça*.

#### N.º 93

Acrescente-se ao art. 37:

"§ 3.º — O eleitor que não possuir o dedo a que se refere o art. 37 será assinalado no dedo mínimo da outra mão ou em lugar visível.

#### Justificação

A emenda prevê uma hipótese omissa na lei.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi de Mendonça*.

#### N.º 94

Ao art. 36 dê-se a seguinte redação:

"Art. 36 — A eleição em seção anulada se renovará tantas vezes quantas necessárias a sua validade".

#### Justificação

Anular a seção em que o adversário possui maioria constitui uma das fraudes mais comuns e frequentes. A emenda visa castigar os que usam esses métodos anti-democráticos.

Uma vez aprovada a emenda tal fraude não mais compensará.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. *Bruzzi de Mendonça*.



N.º 95

Onde se lê no art. 33 "trigésimo dia" diga-se "décimo quinto dia".

*Justificação*

O prazo de 30 dias para encerramento do registro de candidato é longo.

Melhor será conservar o estabelecido pelo Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

N.º 96

Suprimam-se os §§ 2.º e 3.º do art. 29.

*Justificação*

A emenda que apresentamos ao art. 29 retira aos partidos e coligações políticas a preferência para fornecerem os mesários. Dai a emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi de Mendonça*.

N.º 97

Dê-se ao art. 29 a seguinte redação:

Art. 29. As mesas receptoras serão constituídas por pessoas idôneas, preferentemente que não pertençam a partidos políticos.

*Justificação*

A paixão partidária poderá influir no ânimo dos mesários impedindo-os de exercerem seus encargos com a isenção com que devem fazê-lo!

Esse o sentido da emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. *Bruzzi de Mendonça*.

N.º 98

Suprima-se o parágrafo único do art. 28.

*Justificação*

O objetivo visado por esse artigo já foi atendido pela emenda que apresentamos ao art. 28, facultando aos partidos nomear 2 delegados para cada distrito municipal.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. *Bruzzi de Mendonça*.

N.º 99

Dê-se ao art. 28 a seguinte redação:

Art. 28. Cada partido poderá nomear 2 delegados em cada distrito e dois fiscais junto a cada mesa receptora.

*Justificação*

Existem distritos municipais que pela sua extensão reclamam a fiscalização permanente de fiscais e dois fiscais para cada zona são, em numerosos casos, insuficientes.

Uma vez que a fiscalização não prejudica o serviço eleitoral, antes é uma auxiliar d'este a emenda se justifica plenamente.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.

N.º 100

Ao § 3.º do art. 20, acrescente-se.

"f": aqueles cujo nome não figure, por omissão, na lista eleitoral da seção.

*Justificação*

Uma vez alistado eleitor deve o cidadão ser admitido a votar. Privá-lo d'esse direito, desde que exhiba seu título, constitui violência.

Se seu nome, por omissão na qual não deve participação, não figura nas listas de votação, não será legal, nem justo impedi-lo de exercer o direito de voto. Esse o sentido da emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.

N.º 101

Suprima-se o parágrafo único do art. 19.

*Justificação*

Vícios ou omissões nas listas de votação não devem constituir motivo para privar o eleitor de votar embora seu voto deva ser tomado com as precauções estabelecidas nos § 5.º e 6.º do art. 87, do Código Eleitoral. O parágrafo não se justifica e sua supressão impõe-se.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.

N.º 102

Suprimam-se os parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do art. 18.

*Justificação*

E' de presumir que uma vez inscrito o eleitor satisfaz os requisitos legais. Qualquer irregularidade constatada, após o alistamento, deverá ser corrigida de conformidade com o disposto no Título II da Parte Terceira do Código Eleitoral que regula o cancelamento e a exclusão do eleitor.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.



N.º 103

Emenda substitutiva

Ao § 1.º do art. 17 dê-se a seguinte redação:

"No município em que as listas de eleitores e a sua distribuição pelas seções eleitorais não forem publicadas pela imprensa, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório de partido regularmente registrado e mandará afixar outras vias no fóro, sede da Prefeitura e recintos de maior movimento da localidade de livre acesso ao público".

*Justificação*

A publicidade de todos os atos eleitorais constitui a maior garantia contra as fraudes. A emenda visa dar a conhecer ao eleitorado em geral o lugar onde votará, sem prejuízo de informações partidárias pois ninguém é obrigado a pertencer a partido político para votar. ■

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzi Mendonça*.

N.º 104

Emenda substitutiva ao art. 17:

Onde se lê "até 30 dias" diga-se "até 15 dias".

*Justificação*

Outra emenda que apresentamos reduziu para 30 dias anteriores ao pleito o prazo para encerramento do alistamento.

Esta emenda se harmoniza com aquela.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzi Mendonça*.

N.º 105

Emenda aditiva ao art. 15.

Dê-se ao art. 15 a seguinte redação.

"Art. 15. O requerimento de segunda via de título eleitoral sob fundamento de perda ou extravio, será sempre apresentado pessoalmente, pelo eleitor, ou por procurador especialmente credenciado para esse fim".

*Justificação*

Nada justifica que só o próprio seja obrigado a entregar em cartório o requerimento pedindo segunda via de título eleitoral, máxime quando deverá comparecer, pessoalmente, para assinar a mesma.

Daí a emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzi Mendonça*.

N.º 106

Emenda substitutiva ao artigo 14:

"Art. 14. Nenhum requerimento de segunda via de título eleitoral sob fundamento de perda ou extravio será recebido dentro de 10 dias anteriores a data da eleição".

*Justificação*

Infelizmente, em diversos artigos de seu substitutivo, a Comissão Mixta endossou a tendência do projeto n.º 45-1955, favorável a redução do eleitorado.

Privar o eleitor de votar, de um direito político só porque perdeu seu título, 80 dias antes da eleição é penalidade injusta e inconstitucional.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

N.º 107

Emenda substitutiva à letra c do artigo 12.

Onde se lê "3 meses", diga-se: 30 dias.

*Justificação*

Os direitos inerentes à cidadania são nacionais e não estaduais ou municipais. O cidadão é alistável porque é brasileiro e não porque neste ou naquele estado ou município.

O "bairrismo" eleitoral é uma restrição ao direito de cidadania. Mas não pode ter guarida em lei máxime quando os próprios partidos políticos são nacionais.

O prazo de 30 dias fixado pela emenda apenas visa possibilitar o seu alistamento e não credenciá-lo a eleitor por determinada zona eleitoral.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

N.º 108

Emenda substitutiva à letra b do artigo 12.

Dê-se a seguinte redação:

"b — a transcorrência pelo menos de 3 meses da inscrição primitiva".

*Justificação*

Ninguém muda de domicílio para cometer fraude eleitoral. A mudança ocorre por razões de interesse ou conveniência do eleitor e constitui um direito que a Constituição assegura a todos os brasileiros e estrangeiros.



Punir o eleitor que muda de domicílio eleitoral é um absurdo inconstitucional porque implica na suspensão de seus direitos políticos.

A regra é e deve ser a de que todos os brasileiros em idade de votar que não incidam nas hipóteses previstas nos incisos e no parágrafo do artigo 132 da Constituição, devem votar.

Não pode a lei, sob pretexto de conveniência de motivos de natureza burocrática, privar o transferido desse direito.

Dai a emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

N.º 109

Emenda substitutiva ao artigo 12: letra a:

Onde se lê: "até 100 dias" diga-se "até 30 dias".

#### *Justificação*

A transferência de um brasileiro de um para outro Estado da Federação não deve ser motivo impeditivo para que ele cumpra o dever e exerça o direito de votar.

O próprio projeto da Comissão o reconhece quando permite a transferência do eleitor, funcionário civil, militar ou autárquico fora do prazo previsto na letra a.

Claro que ao fazê-lo não quiz contemplar as pessoas nele contempladas com um privilégio.

Prozada a mudança de domicílio do eleitor, seja ele funcionário civil, militar, autárquico, ou comerciante, capitalista, trabalhador, deve ser permitida a sua transferência a fim de que ele não fique privado de um direito que a Constituição assegura a todos os brasileiros.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

N.º 110

Emenda substitutiva ao artigo 11.

Onde se lê "dentro dos 100 dias", diga-se "dentro dos 30 dias".

#### *Justificação*

A emenda visa dilatar o prazo do alistamento a fim de que possa participar das eleições o maior número de eleitores.

O prazo do artigo 11 privaria do direito de alistarem centenas de milhares de jovens que atinjam a idade eleitoral no seu transcurso.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

N.º 111

Suprima-se o artigo 10.

#### *Justificação*

Uma vez qualificado não é lícito privar o cidadão de exercer o direito de voto, que é também uma obrigação constitucional.

Razões, as mais variadas, podem justificar a atitude de eleitores retardatários.

Puni-los pela forma prevista no artigo 10 é uma violência, uma pena de privação de direito político não autorizado pela Constituição.

O eleitor que receba o seu título até as vésperas do pleito deve poder votar.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

N.º 112

Onde se lê "até 70 dias" diga-se até 20 dias.

#### *Justificação*

O prazo para entrega de título ao eleitor transferido deve ser o mesmo que rege a entrega ao eleitor que se alista. Esta emenda seentrosa a que apresentamos ao art. 9.º.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

N.º 113

Emenda Substitutiva ao art. 9.º:

Art. 0.º Até 20 dias antes da data marcada para a eleição, todos os que requererem inscrição como eleitor até 30 dias antes, já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para serem entregues até 48 horas antes do pleito.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

#### *Justificação*

Nada justifica que seja reduzido de 0 dias o prazo para o alistamento.

O propósito de uma lei eleitoral deve ser o de ampliar o corpo de votantes com o maior número de eleitores.

Como está redigido o art. 9.º além de encurtar o prazo de alistamento de 70 dias, privando, assim de se alistarem centenas de milhares de brasileiros que completem a idade eleitoral no seu transcurso, ainda subordina a entrega do título à condição de haver o juiz deferido a sua expedição.



Para atender as necessidades do eleitorado deve a Justiça ser aparelhada convenientemente, de sorte a não privar nenhum cidadão do direito de votar.

Esse o sentido da emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

N.º 114

Emenda substitutiva ao art. 8.º:

“Art. 8.º Não poderão servir como escrivão eleitoral, juiz eleitoral ou preparador e como funcionário de qualquer órgão da Justiça Eleitoral, sob pena de demissão, os membros dos diretórios dos partidos os candidatos a cargos eletivos e os ascendente, descendentes ou o colateral destes até o terceiro grau por consanguinidade, ou afinidade.

#### Justificação

Visa o substitutivo, como o próprio art. 8.º, impedir que as pessoas nele mencionadas exerçam influência sobre o eleitorado, em favor dos partidos de sua preferência ou de parentes seus.

Como está redigido o art. 8.º do substitutivo da Comissão não contempla todas as pessoas em favor das quais é lícito estabelecer um pressuposto de suspeição e facciosismo. A emenda adota o critério seguido pelo Código Civil, do art. 142, quando impede de ser testemunha parentes ora incluídos.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

N.º 115

Emenda substitutiva ao art. 5.º:

Art. 5.º O título eleitoral quando não for entregue por ocasião da assinatura do mesmo, nos termos do artigo 4.º, poderá sê-lo à pessoa especialmente credenciada pelo eleitor para esse fim.

#### Justificação

Não é justo exigir-se que o eleitor perca dias de trabalho e respectivos salários, simplesmente para receber seu título eleitoral.

Em nosso direito positivo a regra é a de que pode o procurador praticar todos os atos jurídicos do procurado sem exceção daqueles em que seja indispensável sua presença. Pode representá-lo em juízo ou fora dele, receber, passar recibo, dar quitação, alienar e até mesmo contrair matrimônio.

Nada justifica que se abra exceção a hipótese prevista no art. 5.º quando o eleitor, pessoalmente, já compareceu à Cartório para assinar seu título.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

N.º 116

Onde convier:

Art. — São instituídas, de acordo com o modelo n.º 1, anexo, cédulas oficiais de votação para as eleições de Presidente, Vice-Presidente da República, senadores e seus suplentes, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito.

§ 1.º As cédulas conterão, além da designação da eleição, os nomes dos candidatos registrados, os quais serão precedidos por um espaço demarcado que servirá para o eleitor assinalar seu voto.

§ 2.º O presidente da mesa, depois de rubricar as cédulas e a sobrecarta, as entregará ao eleitor que, passando à cabine indevassável, assinalará à tinta o nome do candidato de sua escolha. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará as cédulas na sobrecarta, fechando-a.

§ 3.º Serão nulas as cédulas em que aparecerem assinalados nomes de candidatos em maior número do que os postos eletivos a serem preenchidos.

§ 4.º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior.

#### Justificação

O não acolhimento da cédula oficial no substitutivo da Comissão Mista não foi pacífico. No plenário da Câmara as opiniões se dividem sendo numerosos os Srs. Deputados que se inclinam pela adoção da iniciativa contida no anteprojeto da Justiça Eleitoral.

Nossa emenda visa a uma fórmula de acomodação na qual, adotando-se a cédula oficial apenas para as eleições majoritárias, seriam conseguidas muitas das indiscutíveis vantagens da medida, sem os possíveis inconvenientes que os adversários da cédula oficial indicam nas eleições do sistema proporcional, nas quais podem ser registrados centenas de candidatos. Estamos certos de que a nossa emenda, que será justificada com maior desen-



volvimento da tribuna, oferece uma solução intermediária que poderá merecer o voto da maioria.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1955.  
— Afonso Arinos. — Ernani Satyro.

N.º 117

Substitua-se o art. 22, pelo seguinte:

Art. 22 — O eleitor que deixar de votar sem causa justificada perante o Juiz Eleitoral, incorrerá em pena de prisão, imposta pelo mesmo Juiz, dentro de oito dias, a partir da data que lhe for conclusa a lista de eleitores faltosos, o que o escrivão fará dentro de 15 dias após o pleito.

§ 1.º — A pena de prisão será de cinco dias.

§ 2.º — A justificação de que trata este artigo, só será despachada pelo Juiz, se ao requerimento fôr junta da prova de que o eleitor faltoso apresentou-se à Delegacia Policial da sede da Comarca.

§ 3.º O escrivão eleitoral ao receber o requerimento da justificação certificará ao pé do mesmo a hora de seu recebimento e o fará imediatamente, concluso ao Juiz que o despachará dentro de 24 horas a partir daquela em que o mesmo for recebido.

§ 4.º — A repartição pagadora somente efetuará o pagamento dos vencimentos ao Juiz e Escrivão relativos ao mês posterior ao pleito, se lhe forem apresentados comprovantes de que os mesmos deram cumprimento ao que estabelece este artigo.

§ 5.º — Sem a prova de ter votado, de ter cumprido a pena de que trata este artigo ou justificada a falta, não poderá o eleitor:

- a) inscrever-se em concurso;
- b) investido em função pública de qualquer natureza;
- c) participar de concorrências públicas ou administrativas;
- d) pleitear o gozo de favores ou isenções estabelecidas em lei;
- e) obter passaporte ou carteira profissional;
- f) praticar qualquer ato para o qual se exija prova de quitação com o serviço militar e o imposto de renda.

§ 2.º Os que concorrerem para a inobservância das interdições constantes deste artigo incorrerão na pena imposta aos faltosos.

Sala das Sessões, 30 de maio de 1955. — Ultimo de Carvalho.

### Justificação

Somente o estabelecimento de prisão para o eleitor faltoso, poderá impedir o poder econômico no resultado do pleito. A abstenção que se tem verificado nas últimas eleições, é uma prova concreta de que a venda dos títulos eleitorais por parte da maioria dos eleitores faltosos, é a razão de serem eleitos aqueles que o possuem. Além disso, tal inovação determinará a influência do transporte e do "quartel" o "currál" nos prélios eleitorais.

Ultimo de Carvalho.

N.º 118

Acrescenta-se onde couber:

Art. Ficam anistiados todos aqueles que incorreram em crime eleitoral até a presente data.

Sala das Sessões, 30-5-55. — Ultimo de Carvalho.

### Justificação

Urge dar um paradeiro a uma série de processos eleitorais que abarrotam os cartórios, sem possibilidade de qualquer medida punitiva, face a lei que regula o assunto.

Ultimo de Carvalho.

N.º 119

Onde convier:

Art. Fica abolida a faculdade de se constituírem seções especiais.

Parágrafo único Os eleitores cujos nomes hajam sido omitido na lista ou nela figurarem erradamente terão o prazo de 10 dias para a apresentação de reclamações a propósito, devendo estas ser resolvidas dentro dos 5 dias subsequentes, corrigindo-se os erros nas próprias listas e formando-se novas seções para os excedentes.

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — Arino de Matos.

### Justificação

A instituição das seções especiais tem dado causa a tumulto e ocasionado fiquem muitos eleitores privados de votar. Não raras têm sido as anulações de urnas dessas seções que a emenda visa abolir, concedendo prazo para reclamação do que não constem das seções organizadas originariamente. Idênticas oportunidade é assegurada, na emenda, aos eleitores cujos nomes figurarem erradamente nas listas.

Arino de Matos.



N.º 120

Redija-se assim o artigo 35:

"As eleições serão realizadas com a garantia de força federal, posta à disposição das autoridades competentes, sempre que estas a requisi-tem".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Mattos*.

#### *Justificação*

O artigo tal qual está redigido torna obrigatória a presença de força federal nas eleições, prestando-se à interpretação de dever achar-se à disposição de cada uma das seções eleitorais.

Parece-nos mais consentanea com a razão a solução encaminhada pela emenda que concede a garantia de força federal, sempre que as autoridades competentes a requisiem.

*Era ut supra.*

*Arino de Mattos.*

N.º 121

No artigo 20, onde se diz:

"...salvo as exceções previstas no § 4.º deste artigo"; diga-se: "...salvo as exceções previstas neste artigo".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Mattos*.

#### *Justificação*

No texto do artigo 20 se ressalvam as exceções previstas no seu parágrafo 4.º.

Acontece, entretanto, que outras exceções são previstas nos outros parágrafos do mesmo artigo.

Por isso, apresentamos a emenda compreensivas de todos os parágrafos.

*Era ut supra.* — *Flavio de Mattos*.

N.º 122

No artigo 5.º, onde se diz: "...pelo Juiz eleitoral, pelo Juiz preparador ou por escrivão especialmente designado"; diga-se: "...pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador, pelo escrivão, ou por funcionário especialmente designado".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Flavio de Mattos*.

#### *Justificação*

A emenda acrescenta entre as pessoas incumbidas da entrega do título ao eleitor o funcionário especialmente, ampliando o rol previsto no substitutivo.

A medida tem apoio nos bons resultados obtidos, na pratica, com a colaboração de funcionários designados pela Justiça Eleitoral para este mister.

*Era ut supra.* — *Flavio de Mattos*.

N.º 123

No artigo 6.º, onde se diz: "O juiz eleitoral, o juiz preparador ou o escrivão eleitoral especialmente designado"; diga-se: "O juiz eleitoral, o juiz preparador, o escrivão eleitoral, ou o funcionário especialmente designado...".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Mattos*.

#### *Justificação*

A emenda decorre do pensamento contido no que se refere ao artigo 5.º.

*Era ut supra.* — *Flavio de Mattos*.

N.º 124

Redija-se assim o artigo 27:

"Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargos de representação proporcional, não serão admitidos nem computados votos aos candidatos, visto como a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Mattos*.

Pareceu-nos que o trecho do artigo 27 do substitutivo se presta à interpretação de excluir da votação as legendas antes não registradas e não os candidatos individualmente considerados dentro da respectiva legenda.

Por isso, juntamos à sua redação, através da emenda, o período explicativo que consubstancia o pensamento de não serem admitidos nem computados votos aos candidatos, nas eleições suplementares, quando se referirem a cargos de representação proporcional.

*Era ut supra.* — *Flavio de Mattos*.

N.º 125

Substitua-se o parágrafo único do artigo 7.º, pelo seguinte: "Não poderão, todavia, ser localizadas seções eleitorais em fazenda, sítio ou qualquer outra propriedade rural privada mesmo existindo no local predio público, quando haja fundado receio da coação, ou fraude, motivada pela localização".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Mattos*.



### Justificação

O parágrafo único do artigo 7.º do Substitutivo adota o critério de proibir absolutamente a localização de seções eleitorais em fazenda, sítio, ou qualquer outra propriedade rural, privada, mesmo existindo predio público no local. O rigorismo do critério criará dificuldades em muitos casos e obstará em alguns a instalação de seções eleitorais, sobretudo nas regiões distantes das sedes dos distritos, onde, em regra, é usada a propriedade privada para o funcionamento da seção eleitoral. Por isso, a emenda restringe a proibição aos casos, em que haja fundado receio de coação ou fraude, motivado pela localização.

*Era ut supra. — Flavio de Matos.*

N.º 126

Acrescente-se, onde convier:

"Art. Designados os eleitores de cada seção, as respectivas listas, para publicação no *Diário da Justiça*, serão organizadas obedecendo à ordem alfabética dos respectivos sobrenomes".

Art. Ao deixar a cabine indevassável, onde preencherá as listas de votação, cada eleitor receberá do Presidente da Mesa um envelope rubricado, onde colocará as listas, depositando a seguir o referido envelope na urna eleitoral.

Art. As listas de votação inscreverão, à frente da legenda partidária, os números referentes a cada um dos candidatos".

### Justificação

Será feita da Tribuna.  
Sala das Sessões, 30 de maio de 1955. — *Arnaldo Cerdeira.*

N.º 127

Acrescente-se onde convier:

Art. A eleição de Deputados federais e estaduais se fará por distritos, fixados pela Justiça Eleitoral, criando-se para esse efeito tantos distritos quantos sejam os Deputados federais a serem eleitos.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955.  
— *Herbert Levy.*

### Justificação

1.ª) — Eleições por Distritos — Esta é a medida principal. Possibilitará aos eleitores conhecerem os candidatos em quem, forem votar e impedirá a compra de votos. Para isso o Estado será dividido em tantos distritos quantos

forem os deputados federais e estaduais a se eleger. No mínimo um distrito para cada deputado federal, e dois estaduais.

Essa fórmula é preferível à divisão do Estado em poucos distritos, que facilitará a ação dos compradores de votos. Em 350.000 eleitores é fácil comprar-se 20.000 votos. Mas em 40.000 é impossível comprar-se 21.000 votos. Os distritos seriam formados por regiões abrangendo 200 a 250 mil habitantes (50.000) eleitores, mais ou menos. Cada Estado teria direito a eleger um Deputado federal por 200.000 habitantes e um estadual por 100.000 habitantes, desprezadas as frações.

A eleição por distritos viria liquidar com os pequenos partidos, com os que mudam de legenda com os cabos eleitorais, além de prestigiar os candidatos de valor que soubessem trabalhar por suas regiões. E, principalmente acabariam os candidatos que caçam alguns votos em cada comarca do Estado. As regiões do País seriam todas representadas no Parlamento. — *Herbert Levy.*

N.º 128

Acrescente-se onde convier:

Art. E' expressamente vedado a quem quer que seja oferecer ou proporcionar ao eleitor:

a) no dia da eleição: transporte, alimentação, bem como concentrá-los por qualquer forma.

b) Em qualquer fase da eleição:

Qualquer vantagem material, pecuniária ou não, tendente a influir na sua escolha.

§ 1.º Pena: 1 a 2 anos de reclusão.

§ 2.º Sendo candidato o infrator, a punição referida no § 1.º será promovida em rito sumário, a fim de que se for condenado, a consequência de perda de seus direitos políticos acarrete o cancelamento de seu registro.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955.  
— *Dagoberto Salles.*

N.º 129

Acrescente-se onde convier:

Art. Ficam criados seiscentos cartórios privativos do Serviço Eleitoral.

§ 1.º Os cartórios criados são divididos em três classes, correspondentes às Zonas Eleitorais, e serão providos por serventuários vitalícios, na forma das Organizações Judiciárias de cada Estado.

Lote: 32  
PL N.º 4601/1954  
Calixa: 227  
103



§ 2.º Nas Comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª, entrâncias haverá 300, 200 e 100 cartórios eleitorais, respectivamente, distribuídos pelo Tribunal Superior Eleitoral, de acordo com o movimento eleitoral de cada Zona.

§ 3.º Ficam estabelecidos os vencimentos de Cr\$ 36.000,00, Cr\$ 60.000,00 e Cr\$ 82.000,00 para os cargos de escrivães do serviço eleitoral nas comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrâncias, respectivamente.

§ 4.º Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 45.000.000,00, com vigência até o ano de 1956, para atender às despesas constantes da presente lei.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955.  
— *Último de Carvalho*.

#### *Justificativa*

O serviço eleitoral é executado, presentemente, pelos escrivães do Judicial e do Crime que se revezam no ofício, de dois em dois anos, o que significa que os arquivos eleitorais rolam de mão em mão e de sala em sala, periodicamente, determinando a irresponsabilidade que se verifica naquele serviço. Além disso, os serventuários designados não são remunerados pelos cofres federais, porquanto a gratificação que recebem de Cr\$ 3.000,00 anuais, mal dá para o expediente. Vivem, portanto, os escrivães eleitorais neste dilema: — sacrificar o ofício privativo que lhes dá os meios de subsistência ou sacrificar o serviço eleitoral que lhes priva desses mesmos meios. É claro que ante o instinto de conservação, preferem a primeira hipótese, resultando dessa contingência, a balburdia e o descaso que se observa nos cartórios eleitorais. A despesa que a inovação trará ao erário público, e, relativamente, sem importância, tal a sua relevância para o aprimoramento do nosso sistema eleitoral e o ato de justiça que ela encerra, pois não se compreende, a não ser no regime comunista, impor a alguém a obrigação de trabalhar de graça. — *Último de Carvalho*.

#### N.º 130

Acrescente-se:

Art. O requerimento de registro do candidato nas eleições para a Câmara dos Deputados, ou para qualquer das Assembleias Legislativas dos Estados será acompanhado da prova do depósito feito pelo interessado da quantia de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), que reverterá em favor da Justiça Eleitoral, no caso da votação do can-

didato não atingir a um décimo do quociente eleitoral da respectiva circunscrição.

Parágrafo único. Quando o candidato obtiver votação correspondente a um décimo, ou mais, do sobredito quociente, ser-lhe-á permitido o levantamento do depósito.

S. S., 31 de maio de 1955. — *Arino de Matos*.

#### *Justificação*

A pletera de candidatos nas eleições de representação proporcional sem possibilidades eleitorais tem acarretado uma sobrecarga injustificável de trabalho à Justiça Eleitoral, influyendo paralelamente, na agravação das despesas das eleições.

Parece-nos razoável a instituição de um depósito que reverta em favor do custeio da própria Justiça Eleitoral, quando o candidato não obtenha, pelo menos, um décimo do quociente eleitoral da respectiva circunscrição.

A medida tem sido posta em execução em outros países.

Apotam-se como satisfatórios os seus resultados na Inglaterra e na França.

A douta Comissão Especial e o Congresso, afinal dirão da conveniência de sua adoção.

S. S., 31 de maio de 1955. — *Arino de Matos*.

#### N.º 131

No § 6.º do art. 40, na frase: "Se tem havido culpa ou dolo" ... suprimam-se as palavras: "do escrivão, a este..." e acrescentem-se, em seu lugar, as palavras: "ao responsável". A frase ficará, portanto, assim redigida: "Se tiver havido culpa ou dolo, ao responsável será aplicadas, na primeira hipótese... etc....".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

#### *Justificação*

A falta da folha individual de votação pode ser ocasionada por outro interessado, que não seja o escrivão.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

#### N.º 132

Acrescente-se um parágrafo ao art. 28, passando o atual parágrafo único a § 1.º:



“§ 2.º Os delegados serão nomeados pelos diretórios regionais e credenciados junto aos juizes eleitorais; os fiscais serão designados pelos diretórios municipais e credenciados junto às mesas receptoras”.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*

#### *Justificação*

O Código atual e o substitutivo não esclarecem o assunto.

Daí haver o Juiz eleitoral de Cruzeiro do Sul, Acre, exigido que os fiscais fossem nomeados pelos diretórios regionais, o que impediu a nomeação e a consequente fiscalização das eleições.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*

N.º 133

Acrescente-se um § ao artigo 17.

“§ 3.º — A não inclusão do eleitor inscrito nas listas de eleitores, na de distribuição pelas secções eleitorais, ou na folha de votação da secção em que deva votar, implica na infração penal, por parte do Juiz Eleitoral, do n.º 15 do art. 175 do Código Eleitoral”.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*

#### *Justificação*

Tendo em vista a limitação muita justificável, contida no art. 19, é preciso impedir, com a presente emenda, que o escrivão propositalmente omita o nome do eleitor da folha de votação.

A providência do art. 18 do substitutivo não é suficiente, porque os delegados não podem saber quais os processos despachados e ultimados e quantos eleitores estão inscritos.

A fraude, por esta forma, é sempre possível, se não for impedida pela providência apontada na presente emenda.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*

N.º 134

Suprima-se o art. 7.º do substitutivo, transformando-se em artigo o parágrafo único do art. 7.º

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*

#### *Justificação*

Em disposição consta do Código Eleitoral, no § 2.º do art. 66.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*

N.º 135

O § 2.º do art. 9.º passa a ter a seguinte redação:

O Juiz eleitoral ou o funcionario responsável pela transgressão do preceituado neste artigo, ou pela não entrega dos titulos prontos aos eleitores ou delegados de partidos que os procurarem, sera punido nos termos do art. 175. § 15 do Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — *Oscar Passos*.

#### *Justificação*

Ai está a grande arme dos escrivães facciosos. Não entregam os titulos aos adversários, sob a alegação de que “não estão prontos”.

Em Rio Branco, Acre, isto ocorreu com mais de 600 titulos em 1954.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — *Oscar Passos*.

N.º 136

Acrescente-se ao final do art. 10, as seguintes palavras: “por culpa própria”.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — *Oscar Passos*.

#### *Justificação*

Ai está a grande arma dos escrivães facciosos. Não entregam os titulos aos adversários, sob a alegação de que “não estão prontos”.

Em Rio Branco, Acre, isto ocorreu com mais de 600 titulos, em 1954.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — *Oscar Passos*.

N.º 137

O art. 4.º passa a ter a seguinte redação:

O título eleitoral será assinado pelo eleitor em cartório e só depois o será pelo Juiz, sob pena de suspensão disciplinar até 30 dias.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — *Oscar Passos*.

N.º 138

O art. 5.º, passa a ter a seguinte redação:



O título eleitoral será entregue pelo juiz preparador ou pelo escrivão designado, ao eleitor em pessoa, ou ao seu procurador ou delegado de partido, sempre, porém, mediante apresentação do talão de recibo, de que trata o art. 1.º.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

#### *Justificação*

Nas regiões de pequena densidade demográfica do interior do País, é demasiado exigir que o eleitor abandone o seu trabalho e venha pessoalmente à cidade, para receber o título.

Não raro terão de gastar 2, 3 ou mais dias de viagem de ida e outros tantos de regresso, o que prejudicará enormemente o serviço de cada um e redundará em grave prejuízo monetário. Além disso, a exigência constante do projeto dará margem a abstenção do alistamento, o que não poderá ser controlado.

Não é daí que resultam as fraudes, desde que ele venha assinar o título, na presença do Juiz.

A fraude é feita, presentemente, quer através da entrega de títulos em branco, aos delegados do partido "do peito" dos juizes ou dos escrivães; quer da retenção indevida dos títulos dos adversários em cartório, títulos estes que "nunca estão prontos"; quer do entrave proposital dos requerimentos de inscrição dos adversários, aos quais os cartórios não fornecem o comprovante de entrega, como exige o Código Eleitoral em seu art. 35; quer ainda, como decorrência da falta de talão de protocolo, da entrega dos títulos a delegados de partidos contrários, que os sonegam aos seus legítimos donos e não raro, os utilizam para outro eleitor; quer, finalmente, da falta de ordem, em certos cartórios, onde os interessados (adversários) não são propositalmente atendidos com a presteza desejada, obrigados, por isso a voltarem 6, 8 ou mais vezes sem resultado, o que os desanima de conseguirem o almejado título.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

#### N.º 139

Ao art. 40 acrescenta-se o seguinte parágrafo:

§ 11. "Nas localidades onde não houver fotografos, fica dispensada a exigência do retrato do eleitor na folha individual de votação".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

#### *Justificação*

Inúmeras localidades do interior não dispõem de fotógrafo.

Como exigir-se retrato do eleitor, na folha individual, se ele não tem como consegui-lo? Será justo, por essa falta, privar-se o cidadão do alistamento eleitoral?

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

#### N.º 140

Reduza-se para 5 dias o prazo previsto nos arts. 178, 179, 181 e 182 e para 3 dias o previsto nos arts. 186 e 183 do Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

#### *Justificação*

Se a lei não coibir, no menor prazo possível, a fraude e a coação, desmoralizado ficará todo o processo eleitoral e falseada a verdade das urnas.

Apesar do aparente rigor inscrito no Código, no "processo das infrações", a coação campeia impunemente, impedindo a livre manifestação da vontade popular.

Em setembro de 1954 apresentei denúncias de coações, exercidas nos municípios de Xapuri, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre. Até hoje, passados 7 meses, 7 longos meses, nenhuma delas foi julgada e em duas, pelo menos, nem o promotor se pronunciou.

A coação surtiu o efeito, ante a morosidade criminosa da própria justiça eleitoral.

Para fazer andar esses processos, tive de recorrer à autoridade do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral.

A continuar assim, as eleições, como a própria justiça eleitoral, constituirão uma farsa.

É imperioso que esses processos tenham curso rápido e que a coação, quando provada, seja sanada no menor prazo, para não surtir o efeito corrosivo que está causando, no eleitoral.

É imperioso que os órgãos da Justiça Eleitoral, em todos os seus escalões, cumpram o seu dever, dentro dos prazos inscritos na lei e com a isenção que é de desejar dos seus membros.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.



N.º 141

# EMENDA AO SUBSTITUTIVO

PROJETO N.º 4.601-A/54

O art. 46, § 3.º do Código Eleitoral passa a ter a seguinte redação:

“Quando os lugares a serem preenchidos nas Câmaras legislativas forem dois, serão eles distribuídos segundo as regras 1 e 2 do art. 59 e quando forem 3 ou mais, serão eles distribuídos pela forma estabelecida no art. 58”.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

## Justificação

A atual redação do § 3.º do art. 46 tem dado lugar a controvérsias, que chegaram, mesmo, a dividir meio a meio o Supremo Tribunal Federal.

O entendimento do Superior Tribunal Eleitoral, apoiado na prerrogativa do art. 196 do Código e firmado em copiosa jurisprudência, é pela não aplicação, ao caso de preenchimento de dois lugares, da regra do § 2.º do art. 59, pois que sua aplicação exigiria o estabelecimento do “quociente eleitoral” e, consequentemente, fundiria o caso de dois lugares a preencher — verdadeira exceção — com o de três ou mais lugares, que é a regra geral.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

N.º 142

# EMENDA AO SUBSTITUTIVO

PROJETO N.º 4.601-A/54

O parágrafo único do art. 183 do Código Eleitoral passa a ter a seguinte redação:

“A falta de cumprimento de quaisquer prescrições ou prazos, contidos nos diversos artigos deste capítulo, seja por parte do órgão do Ministério Público, seja pelos Juizes eleitorais, determina sua suspensão da função e a imediata abertura do processo de responsabilidade do faltoso.

A suspensão e o processo serão promovidos pela autoridade competente, à vista de reclamação documentada da parte prejudicada ou de qualquer cidadão”.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

## Justificação

Se a lei não coibir, no menor prazo possível, a fraude e a coação, desmoralizado ficará todo o processo eleitoral e falseada a verdade das urnas.

Apesar do aparente rigor inscrito no Código, no “processo das infrações”, a coação campeia impunemente, impedindo a livre manifestação da vontade popular.

Em setembro de 1954 apresentei denúncias de coações, exercidas nos municípios de Xapuri, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre. Até hoje, passados 7 meses, 7 longos meses, nenhuma delas foi julgada e em duas, pelo menos, nem o promotor se pronunciou.

A coação surtiu o efeito, ante a morosidade criminosa da própria justiça eleitoral.

Para fazer andar esses processos, tive de recorrer à autoridade do Egrégio Tribunal Eleitoral.

A continuar assim, as eleições, como a própria justiça eleitoral, constituirão uma farsa.

E' imperioso que esses processos tenham curso rápido e que a coação, quando provada, seja sanada no menor prazo, para não surtir o efeito corrosivo que está causando, no eleitorado.

E' imperioso que os órgãos da Justiça eleitoral, em todos os seus escalões, cumpram o seu dever dentro dos prazos inscritos na lei e com a isenção que é de desejar dos seus membros.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos*.

N.º 143

# EMENDA AO SUBSTITUTIVO

PROJETO N.º 4.601-A/54

## Das infrações

Art. — Deixar o responsável de consignar nos assentamentos de sua responsabilidade na repartição pública, autárquica ou empresa particular, a circunstância de ter o eleitor votado ou não:

Pena — reclusão de 1 a 6 meses.

Parágrafo único. Sendo o servidor, público ou artárquico, ou serventuário da Justiça, perda do cargo.

Art. — Promover aliciamentos de eleitores, no dia ou na véspera da eleição, inclusive mediante forneci-



mento de transportes gratuitos, refeições coletivas ou outros meios de atração:

Pena — reclusão de 1 a 5 meses.

Parágrafo único. São coautores os motoristas dos veículos, os cozinheiros, os garçons, copeiros ou aqueles que papel semelhante tenham exercido ou de qualquer forma contribuído para o aliciamento.

Art. — Distribuir ou mandar distribuir roupas, brindes, dinheiro, ou qualquer utilidade aos eleitores, durante a campanha eleitoral e no dia da eleição:

Pena — reclusão de 1 a 6 meses.

Parágrafo único. São coautores os intermediários, bem como os comerciantes que saibam da finalidade iniciadora da distribuição.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *José Bonifácio*.

N.º 144

Onde convier:

Art. — O eleitor que deixar de votar não poderá: promover registros públicos, habilitar-se para o casamento, celebrar contratos de qualquer natureza, participar de concorrências públicas ou administrativas receber vencimentos ou quaisquer dinheiros públicos, inclusive de autarquias e sociedades de economia mista, estabelecer-se como comerciante, extrair passaporte, extrair carteira profissional ou de identidade, matricular-se em estabelecimento de ensino, ocupar cargos públicos ou de empresas particulares, receber salários de empresas particulares, praticar qualquer ato de sua vida civil.

§ 1.º — O funcionário ou empresa certificará nos assentamentos de sua responsabilidade, sob as penas da lei, qual a seção e a data em que o eleitor votou e, em caso negativo, mencionará a certidão excusatória.

§ 2.º — Estando o cidadão impedido ou dispensado de se alistar, ou de votar, deverá exibir certidão do cartório e seu domicílio eleitoral em que conste o motivo do impedimento ou da dispensa.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955. — *José Bonifácio*.

N.º 145

Onde convier:

Art. — Os cidadãos se inscreverão eleitores mediante o requerimento, feito do próprio punho, perante o juiz eleitoral, observando-se o seguinte:

a) o candidato comparecerá perante o juiz munido do necessário para escrever o requerimento e de três retratos 3 por 4, na sede do Município, do Distrito, ou do Povoado, que tenha cem ou mais candidatos, em local previamente designado. Juntará, no ato, a sua prova de maioridade eleitoral;

b) o juiz fornecerá as normas do requerimento que serão copiadas em sua presença pelos candidatos;

c) o juiz irá despachando os requerimentos à medida em que forem entregues, recebendo o apresentante, recibo do mesmo e dos documentos que oferecer, procedendo na forma do artigo 35, da Lei 1.164, de 24-7-50.

Parágrafo único — Sendo notória a maioridade do candidato, o juiz poderá dispensar a prova de idade, exigindo, apenas, a identidade do candidato.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955. — *José Bonifácio*.

N.º 146

Onde convier:

Art. — É incompatível para exercer cargo eletivo, aquele que, durante a campanha eleitoral, ou durante o dia da eleição, tenha:

a) praticado, ou tentado praticar, corrupção ativa ou passiva;

b) exercido coação sobre eleitor, ou praticado fraude eleitoral;

c) prejudicado, de qualquer forma, os trabalhos eleitorais;

d) promovido, ou mandado promover, a distribuição de brindes, dinheiro, roupas ou quaisquer utilidades aos eleitores;

e) promovido, ou mandado promover, aliciamento de eleitores no dia da eleição, ou na véspera, inclusive mediante transporte gratuito, refeições coletivas, ou quaisquer meios de atração.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955. — *José Bonifácio*.

N.º 147

Onde convier:

“A gratificação aos escrivães eleitorais será de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).”

Sala das Sessões, 31 de Maio de 1955. — *Gabriel Passos*. — *Ernani Sátiro*.



N.º 148

Acrescente-se:

Art. — O Diretório Regional de qualquer Partido Político com representante à Assembléia Legislativa, poderá em qualquer época, com exceção dos (6) seis dias que precederem as eleições, requerer por seu delegado, ao Presidente do Tribunal Regional, seja afastado qualquer juiz eleitoral do exercício de suas funções desde que se trate de juiz que seja parente até o 2.º grau, inclusive, ainda que por afinidade, de membro de Diretório Municipal ou regional de Partido Político registrado ou de candidato a qualquer cargo eletivo.

§ 1.º O requerimento, fundamentado ou não, será automaticamente deferido e o Presidente do Tribunal dentro de 72 (setenta e duas) horas providenciará a substituição do juiz, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), por juiz de Zona Eleitoral com jurisdição na mesma cidade, município ou município vizinho.

§ 2.º Si o requerimento não estiver instruído com as certidões necessárias, ou se não estiver em termos, o Presidente do Tribunal dentro de 48 (quarenta e oito) horas, despachará fazendo as exigências que se fizerem indispensáveis.

§ 3.º Até 48 (quarenta e oito) horas depois de oferecidas as certidões ou satisfeitas as exigências, o Presidente do Tribunal providenciará na conformidade do disposto no § 1.º deste artigo.

Art. — Fica mantido o disposto no art. 26 e seu parágrafo único do Código Eleitoral (Lei n.º 1.164, de 24 de Julho de 1950).

#### Justificação

Será feita, oportunamente, no seio da Comissão e em Plenário.

Sala das Sessões, 31 de Maio de 1955. — *Chagas Rodrigues*.

N.º 149

Depois do art. 6.º do Substitutivo da Comissão Mixta, acrescente-se:

Art. ... Ao receber o título em cartório ou não, o eleitor deverá firmar recibo que ficará junto ao processo de seu alistamento.

Parágrafo único. Será cancelado o título cuja assinatura não fôr idêntica à do requerimento de inscrição.

#### Justificação

O Substitutivo ordena que a entrega do título se faça pessoalmente mas nada providencia para tornar efetiva a exigência que é excelente.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955 — *Odilon Braga*.

N.º 150

Ao art. 20, do Substitutivo da Comissão entre as palavras "vedada" e "a comissão Mixta, inclua-se no princípio, tação", o inciso — "sob pena de nulidade".

#### Justificação

Não basta dizer que é terminantemente proibida a votação em secção diversa. Para que a mesa cumpra o preceito deverá ficar expressa a sanção de nulidade.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955 — *Odilon Braga*.

N.º 151

Acrescente-se, onde convier:

"Art. ... Além do número de delegados previsto para a respectiva representação no Tribunal Superior Eleitoral, cada Partido poderá nomear um delegado para cada Circunscrição eleitoral, com ação limitada aos respectivos interesses".

S. S., 31 de maio de 1955. — *Arino de Matos*.

#### Justificação

Augustos, muitas vezes, se apresenta a situação dos interessados na solução dos recursos interpostos para o Tribunal Superior Eleitoral, pela deficiência numérica da representação dos Partidos na mais alta Crôta da Justiça Eleitoral.

Via de regra, a conveniência é de concederem-se poderes aos representantes que, nas respectivas circunscrições, interpuzeram e arazoaram os recursos, para os sustentarem na superior instância.

*Era ut supra*. — *Arino de Matos*.

N.º 152

Acrescente-se, onde convier:

"A urna que contiver votos anulados pela Junta Eleitoral será imediatamente resguardada com as cautelas que a lei recomenda para a sua inviolabilidade e remetida, dentro de 24 horas ao Tribunal Regional Eleitoral que a manterá sob os cuidados previstos no § 2.º do artigo 90 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950,



competindo ao Presidente dêste Tribunal designar a pessoa que lhe deva dar guarda.

S. S., 31 de maio de 1955. —  
*Arino de Matos.*

*Justificação*

Dada a decisão da Junta a matéria fica afeta ao Tribunal "ad quem", não se justificando mais a permanência da urna na 1.<sup>a</sup> instância, onde, não raro, fica por largo tempo, exposta a violação.

*Era ut supra.* — *Arino de Matos.*

N.º 153

Acrescente-se ao Artigo 91 do Código Eleitoral um parágrafo sob a designação de 3.º, assim redigido:

§ 3.º Será aplicada, a cada um dos membros da Junta, a pena de Cr\$.... 1.000,00, por dia, sempre que não afixarem, diariamente os resultados a que aludem os dois outros parágrafos dêste artigo.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955  
*Alberto Tórres.*

N.º 154

Acrescente-se onde convier:

Art... Todos os meios de transporte de aluguel, existentes nos limites de cada município, serão distribuídos, equitativamente, entre os partidos registrados, pela Justiça Eleitoral, com prévio ajuste e pagamento do preço.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955  
*Alberto Tórres.*





REDACÃO FINAL

PROJETO Nº 4.601-C-1954

Redação final da emenda substitutiva da Câmara dos Deputados ao Projeto nº 4.601-B, de 1954, do Senado Federal, que altera dispositivos do Código Eleitoral, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

12. Art. 1º. O escrivão eleitoral, recebendo o requerimento de inscrição, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo art. 33 do Código Eleitoral, dará recibo do mesmo ao apresentante, registrando-o no livro competente, e, depois de autuá-lo, dentro do prazo de 48 horas do seu recebimento, o fará concluso ao juiz eleitoral, que, dentro do prazo máximo de cinco (5) dias, o despachará, obedecendo à ordem cronológica do seu recebimento pelo Cartório Eleitoral.

§ 1º. Se houver qualquer omissão ou irregularidade que possa ser sanada, fixará o juiz eleitoral para isso prazo razoável.

H para o § 2º. Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição, cabe recurso ao Tribunal Regional Eleitoral, interposto pelo alistando, dentro de três (3) dias; e do despacho que o deferir, poderá qualquer delegado de partido recorrer, dentro de três (3) dias.

§ 3º. Os recursos referidos no parágrafo anterior serão julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral dentro de cinco (5) dias.

Art. 2º. Quando o documento que instruir o requerimento de inscrição não fôr um dos referidos no art. 33, letras "d" e "e", do Código Eleitoral, e surgirem dúvidas quanto a identidade do requerente, o juiz eleitoral converterá o pedido em diligência para que o alistando comprove sua identidade, ou, não possuindo documento hábil para aquele fim, compareça pessoalmente à sua presença.

H onde Art. 3º. Quinzenalmente, o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa, quando houver, ou por editais, a lista





C 8902

dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, os indeferidos e os convertidos em diligência, contando-se desta publicação o prazo para os recursos a que se refere o § 2º do art. 1º desta lei.

Art. 4º. O título eleitoral, sob pena de suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias, somente será assinado pelo juiz eleitoral depois de preenchido pelo cartório e neste assinado pelo eleitor.

Art. 5º. O título eleitoral será entregue, pessoalmente, ao eleitor pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou por escrivão eleitoral especialmente designado.

Art. 6º. O juiz eleitoral, o juiz preparador ou o escrivão eleitoral especialmente designado, em dias previamente marcados e anunciados, fará a entrega dos títulos eleitorais nos distritos, povoados e na zona rural.

Art. 7º. Ao receber o título em cartório ou não, o eleitor deverá firmar recibo, que ficará junto ao processo de seu alistamento.

§ 1º. Será cancelado o título cuja assinatura não for idêntica à do requerimento de inscrição.

§ 2º. Da decisão do juiz, determinando o cancelamento nos termos do § 1º deste artigo, o eleitor ou delegado de partido poderá recorrer, dentro de três dias, para o Tribunal Regional Eleitoral, que decidirá dentro de cinco dias.

Art. 8º. Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive para cegos, e nos leprosários.

Parágrafo único. Sob pena de responsabilidade do juiz eleitoral, não poderão, todavia, ser localizadas seções eleitorais em Fazenda, sítio ou qualquer outra propriedade rural privada, mesmo existindo no local prédio público.

Art. 9º. Não poderão servir como escrivão eleitoral ou juiz preparador, sob pena de demissão, os membros dos diretórios dos partidos políticos ou os candidatos a cargos eletivos, assim o cônjuge e os parentes destes, consaguíneos ou afins, até o segundo grau, inclusive.

Art. 10. Até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição, todos os que requererem inscrição como eleitor já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para a entrega, se deferidos pelo juiz eleitoral.

§ 1º. Os títulos eleitorais resultantes de pedidos de transferência de domicílio eleitoral também devem estar prontos

1 onde haja  
pelo menos  
50 eleitores.





para entrega até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição.

§ 2º ~~20~~ juiz eleitoral, o juiz preparador, o escrivão eleitoral especialmente designado ou o funcionário responsável pela transgressão do preceituado neste artigo ou pela não entrega do título pronto ao eleitor que o procurar, será punido nos termos do art. 175, nº 15, do Código Eleitoral.

Art. 11 ~~X~~ Não constarão das listas de eleitores ~~de~~ <sup>e da</sup> respectiva distribuição pelas seções eleitorais, os que, até 60 (sessenta) dias antes da eleição, não retirarem de cartório seus títulos eleitorais.

Art. 12 ~~X~~ Nenhum requerimento de inscrição eleitoral será recebido dentro dos 100 (cem) dias anteriores à data da eleição.

Art. 13 ~~X~~ A transferência de título eleitoral, como decorrência da transferência do domicílio eleitoral, só será admitida satisfeitas as seguintes exigências, além das mencionadas no art. 39 e parágrafos do Código Eleitoral:

*do requerimento* a) entrada no cartório eleitoral do novo domicílio até 100 (cem) dias antes da data da eleição;

b) transcorrência pelo menos de 1 (um) ano da inscrição primitiva;

c) residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio, atestada pela autoridade policial.

Parágrafo único ~~X~~ Quando removidos, a transferência de título eleitoral de servidores públicos ou autárquicos, civis ou militares e membros das respectivas famílias está dispensada das exigências relacionadas nas letras "b" e "c" deste artigo.

Art. 14 ~~X~~ Os requerimentos de transferência de domicílio eleitoral serão publicados, até o prazo máximo de 10 (dez) dias de sua entrada em cartório, pela imprensa, onde houver, ou por editais.

§ 1º ~~X~~ Transcorrido o prazo acima mencionado, será publicado pela mesma forma anterior, durante 5 (cinco) dias, o despacho do juiz eleitoral negando ou deferindo o pedido.

*H para o* § 2º ~~X~~ Poderão recorrer ~~ao~~ Tribunal Regional Eleitoral, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o eleitor que pediu a transferência, sendo-lhe a mesma negada, ou qualquer delegado de partido, quando o pedido for deferido.

*1)* § 3º ~~X~~ Dentro de 5 (cinco) dias o Tribunal Regional Eleitoral decidirá do recurso interposto nos termos do parágrafo anterior.

§ 4º ~~X~~ Só será expedido o novo título decorridos os prazos previstos neste artigo e respectivos parágrafos.





CD 994

Art. 15 ✕ Nenhum requerimento de segunda via de título eleitoral, sob fundamento de perda ou extravio, será recebido dentro dos 80 (oitenta) dias anteriores à data da eleição.

Parágrafo único ✕ O requerimento de segunda via de título eleitoral, sob o fundamento de estrago ou inutilização, <sup>será</sup> obrigatoriamente instruído com a primeira via do título, ~~será~~ recebido até 30 (trinta) dias antes da eleição.

Art. 16 ✕ O requerimento de segunda via de título eleitoral, sob fundamento de perda ou extravio, será sempre apresentado pessoalmente no cartório eleitoral pelo eleitor.

Art. 17 ✕ Os eleitores com 2a. via de título eleitoral votarão sempre em separado, pela forma mencionada no art. 87, § 4º, letras b, c e d, do Código Eleitoral, escrevendo o Presidente da mesa receptora na sobrecarta maior o seguinte: "Segunda via de título eleitoral".

Art. 18 ✕ No dia imediato ao do encerramento dos prazos para alistamento e transferência de eleitores, iniciarão os juizes eleitorais a organização das listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, as quais serão publicadas pela imprensa, se houver, ou por editais, até 30 (trinta) dias antes da eleição.

§ 1º ✕ No município em que as listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais não forem publicadas pela imprensa, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório municipal de partido regularmente registrado.

§ 2º ✕ A infração do disposto neste artigo será punida nos termos do art. 175 nº 15 do Código Eleitoral.

Art. 19 ✕ A organização das listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, observado o disposto no artigo anterior desta lei e no art. 66 do Código Eleitoral, será feita com a assistência e fiscalização dos delegados dos partidos, à vista das fichas dos títulos eleitorais e dos processos de inscrição, de transferência <sup>e</sup> de segundas vias existentes em cartório.

Art. 20 ✕ <sup>no</sup> Em audiência pública, que se realizará às 14 horas do sexagésimo dia anterior à eleição, o juiz Eleitoral declarará encerrada a inscrição de eleitores na respectiva zona e proclamará o número dos inscritos até às 18 horas do dia anterior, o que comunicará incontinenti ao Tribunal Regional Eleitoral, por telegrama, e fará público em edital, imediatamente afixado no lugar próprio do juízo e divulgado pela imprensa, onde o houver, declarando neles o nome do último eleitor inscrito e o número do respectivo título, fornecendo aos diretórios municipais dos partidos có-





C\$905

pia autêntica dêste edital.

§ 1º ~~F~~ Na mesma data, serão encerradas a transferência de eleitores e a expedição da 2a. via do título, por perda ou extravio, devendo constar do telegrama do Juiz Eleitoral ao Tribunal Regional Eleitoral, do edital e da cópia dêste fornecida aos diretórios municipais dos partidos e da publicação da imprensa, ~~representando~~ ~~representando~~ os nomes dos últimos eleitores, cujos processos de transferência e pedido de 2a. via do título, por perda ou extravio, estejam definitivamente ultimados, e o número dos respectivos títulos e leitorais.

§ 2º ~~X~~ O despacho de pedido de inscrição, transferência, ou 2a. via de título, por perda ou extravio, proferido após exgotado o prazo legal, sujeita o juiz eleitoral às penas do art. 175, nº 7, do Código Eleitoral.





CS 906

Art. 21. O eleitor só poderá votar satisfeitas estas exigências:

- a) exibição do respectivo título eleitoral;
- b) constando o seu nome da lista de eleitores da seção eleitoral em que deva votar, salvo as exceções expressamente consignadas em lei.

Art. 22. Salvo o disposto nos parágrafos seguintes, é vedada a votação em seção eleitoral diversa daquela em que o eleitor tiver o seu nome incluído.

§ 1º. Votarão perante as mesas receptoras, nas quais extiverem servindo, os seus componentes e os fiscais de partidos, sem a exigência da letra b, do artigo anterior, desta lei, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma referida no art. 87, § 4º, do Código Eleitoral.

§ 2º. O juiz eleitoral poderá votar em qualquer seção eleitoral da zona ~~eleitoral~~ sob sua jurisdição, e os delegados de partidos em qualquer seção eleitoral do município para o qual foram designados, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma ~~referida~~ no art. 87, § 4º, do Código Eleitoral.

§ 3º. Podem votar, tomando-se-lhes o voto pela forma ~~referida~~ no art. 87, § 4º, do Código Eleitoral, os candidatos;

- a) a Presidente e Vice-Presidente da República, em qualquer seção eleitoral do país, nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que estiverem inscritos, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;
- b) ao Congresso Nacional, a Governador, a Vice-Governador e às Assembléias Legislativas, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que forem registrados;
- c) a Prefeito e às Câmaras Municipais, em qualquer seção eleitoral do município correspondente à zona eleitoral em que forem registrados;
- d) a juiz de paz, em qualquer seção eleitoral do respectivo distrito.

§ 4º. Podem votar, tomando-se-lhes os votos pela forma ~~referida~~ no art. 87, § 4º, do Código Eleitoral:

- a) o Presidente e o Vice-Presidente da República em



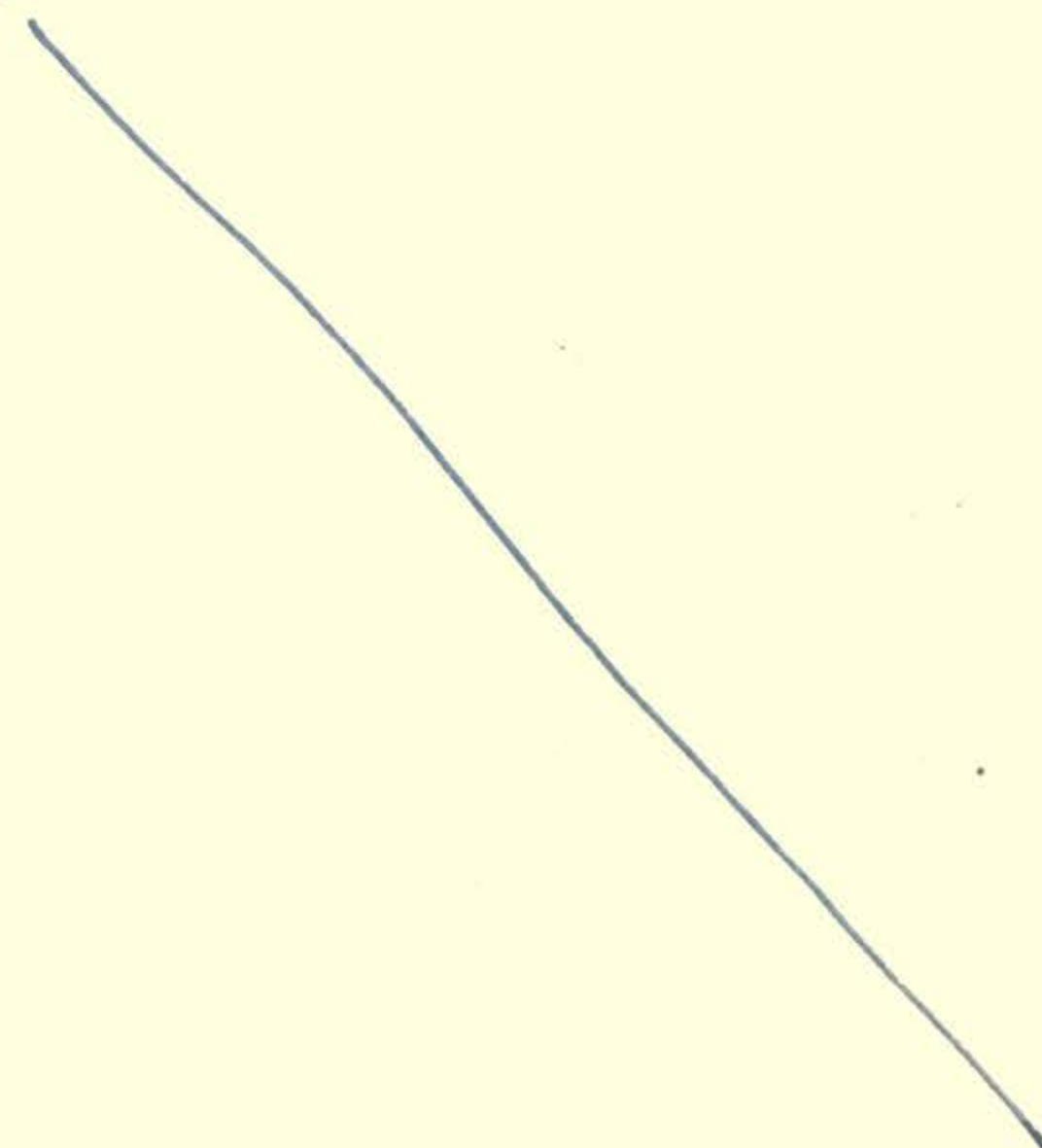
- 7 -  
CD 987

qualquer seção eleitoral do País, nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que estiverem inscritos, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;

- H do Estado ou Território*
- b) o Governador e o Vice-Governador, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados, e das Assembleias Legislativas, em qualquer seção eleitoral ~~da circunscrição~~ que representarem; *H 2*
  - c) o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores em qualquer seção eleitoral do município que representarem;
  - d) o juiz de paz, em qualquer seção eleitoral do respectivo distrito.

§ 5º. O Presidente e o Vice-Presidente da República, o Governador e o Vice-Governador, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, bem como os candidatos a esses cargos, poderão votar em qualquer seção eleitoral do município em que estiverem inscritos, tomando-se-lhes o voto pela forma referida no art. 87, § 4º, do Código Eleitoral.

Art. 23. A distribuição dos eleitores, por seção, ~~nas listas de eleitores~~, será organizada de preferência obedecendo à ordem alfabética do sobrenome.







CS 988

Art. 24. Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da seção em que deveriam votar, a qual será transportada para aquela em que tiverem de votar.

§ 1º. As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas fôlhas de votação da seção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobrecartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2º. O transporte da urna e dos documentos da seção será providenciado pelo membro da mesa ou secretário que comparecer, ou pelo próprio juiz ou pessoa que êle designar para êsse fim, acompanhando-a os fiscais que o desejarem.

Art. 25. Serão punidos, com a pena de detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses, o eleitor que votar sem cumprir as exigências referidas nos arts. 21 e 22 desta lei, e o presidente da mesa receptora responsável.

Art. 26. As sobrecartas para votação serão rubricadas e numeradas de 1 (um) a 9 (nove) pelo presidente da mesa receptora, sucessivamente, a medida e no momento em que forem sendo entregues aos eleitores.

Art. 27. O eleitor que deixar de votar sem causa justificada perante o juiz eleitoral, até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), imposta pelo juiz eleitoral e cobrada mediante executivo fiscal.

§ 1º. Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa, ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:





CS 909

- a) inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se nêle ou nela;
- b) receber o vencimento, remuneração ou salário do emprego ou função pública, ou os proventos da inatividade, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;
- c) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;
- d) obter empréstimos nas Caixas Econômicas Federais ou Estaduais, nos Institutos e Caixas de Previdência Social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo governo, ou de cuja administração êste participe;
- e) praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou do imposto de renda.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior sôbre emprego ou função publica aplica-se também aos que forem exercidos em autarquias ou sociedades de economia mista.

Art. 28. Os brasileiros natos, naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os excetuados nos arts. 3º e 4º, nº I, do Código Eleitoral, não poderão, sem a prova de que são eleitores, praticar os atos relacionados no § 1º do art. 27 desta lei.

Art. 29. Os responsáveis pela inobservância do disposto nos arts. ~~27~~ 27 e 28 desta lei incorrerão <sup>pena de</sup> multa de Cr\$. 500.00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), ou <sup>de</sup> suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias.

Art. 30. O juiz eleitoral fornecerá aos que não votaram por causa justificada e aos não alistados nos termos dos arts. 3º e 4º, nº I, do Código Eleitoral, documento que os isente das sanções legais.





Art. 31. Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargos de representação proporcional, a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas.

Art. 32. Cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados em cada município e dois fiscais junto a cada mesa receptora.

Parágrafo único. Quando o município abranger mais de uma zona eleitoral, cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados junto a cada uma delas.

H D. Art. 33. A mesa receptora não poderá ser constituída de membros pertencentes a um só partido ou ~~4~~ coligação, a menos que esta abranja a totalidade dos mesmos.

§ 1º. O juiz eleitoral escolherá e nomeará os membros das mesas receptoras dentre os nomes indicados em lista tríplice, até 45 (quarenta e cinco) dias antes da eleição, pelos partidos e alianças de partidos.

§ 2º. A nomeação dos membros das mesas receptoras será feita em audiência pública, anunciada pela imprensa, onde houver, e por edital, afixado no lugar próprio do juízo eleitoral, com, pelo menos, 5 dias de antecedência.

§ 3º. As mesas receptoras serão constituídas de forma a atender, sempre que possível, <sup>a</sup> todos os partidos e coligações de partidos.

§ 4º. Se os partidos e as coligações de partidos não fizerem a indicação no prazo fixado, o juiz eleitoral fará as nomeações atendendo aos critérios referidos neste artigo.

§ 5º. A escolha de fiscal de partido não poderá recair em quem, por nomeação do juiz eleitoral, já faça parte





CG 911

de mesa receptora.

Art. 34. Da nomeação para membro da mesa receptora, caberá reclamação ao juiz eleitoral, dentro de 48 horas, devendo dentro de igual prazo ser decidido.

Parágrafo único. Da decisão do juiz eleitoral, caberá recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, sem efeito suspensivo, interposto, dentro de 3 (três) dias, devendo, dentro de igual prazo, ser resolvido.

Art. 35. O membro da mesa receptora que não comparecer no local, dia e hora determinados para realização da eleição ou abandonar os trabalhos no decurso da votação, sem justa causa apresentada ao juiz eleitoral <sup>até</sup> 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência, incorrerá <sup>na</sup> multa de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), cobrada mediante executivo fiscal.

§ 1º. Se o faltoso for servidor público, ou autárquico, a pena será de suspensão até quinze dias.

§ 2º. As penas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro, se a mesa receptora deixar de funcionar por culpa do faltoso.

Art. 36. Pelas mesas receptoras serão admitidos a fiscalizar a votação, formular protestos e fazer impugnações, inclusive sobre a identidade do eleitor, os candidatos registrados, os delegados e os fiscais dos partidos.

Art. 37. É expressamente vedado o uso de propriedade ou habitação, para funcionamento de mesa receptora, pertencente a candidato, membro de diretório de partido, delegado de partido ou autoridade policial, bem como dos res -





CD 912

pectivos cônjuges e parentes, consaguíneos ou afins, até 2º grau, *inclusive*.

Art. 38. O prazo para a entrada em cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às 18 (dezoito) horas do trigésimo (30º) dia anterior à data marcada para a eleição.

Art. 39. Nenhum servidor público federal, estadual ou municipal, poderá ser removido ou transferido, ex-officio, para cargo ou função que deva exercer fora da localidade de sua residência, no período de seis meses antes até três meses *H após a* ~~depois~~ data da eleição.

Parágrafo único. A proibição vigorará :

a) para todo o território nacional, nas eleições para Presidente da República, Vice-Presidente da República e Congresso Nacional;

b) para o respectivo Estado, quando as eleições forem para Governador, Vice-Governador e Assembleias Legislativas;

c) para o respectivo município ou Distrito Federal, quando a eleição fôr para Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador.

Art. 40. As eleições serão sempre realizadas com a garantia de força federal, posta à disposição das autoridades competentes.





9/3

Art. 41. Depositado o voto na urna, o eleitor, logo em seguida, introduzirá o dedo mínimo da mão esquerda em um recipiente que contenha tinta fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pelos Tribunais Regionais Eleitorais.

§ 1º. Se o eleitor se encontrar impossibilitado de utilizar o dedo mínimo da mão esquerda para o fim previsto neste artigo, seja em virtude de lesão física temporária ou permanente, seja por qualquer outro motivo, deverá ser assinalado, pela mesma forma, em lugar visível, de preferência no dedo mínimo da mão esquerda. *H direita*

§ 2º. A tinta a que se refere este artigo deverá possuir características tais que, aderindo à pele, somente desapareça após 12 horas, no mínimo.

§ 3º. Não será admitido a votar o eleitor que, no ato da votação, apresente vestígio da tinta de que trata este artigo e seus parágrafos.

Art. 42. Competirá aos Tribunais Regionais Eleitorais aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão até 30 dias aos juizes eleitorais e julgar, em grau de recurso, as que forem por estes aplicadas aos funcionários do juízo eleitoral, que poderão recorrer, sem efeito suspensivo, no prazo de três dias.

Art. 43. O desembargador do Tribunal Regional Eleitoral, que não exercer as funções de Presidente ou Vice-Presidente do mesmo, será o Corregedor Geral da Justiça Eleitoral da circunscrição a que pertencer.

§ 1º. As atribuições do Corregedor Geral serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servir.

§ 2º. No desempenho de suas atribuições, o Corregedor Geral se locomoverá para as zonas eleitorais, nos seguintes casos:

- a) por determinação do Tribunal Superior Eleitoral ou do Tribunal Regional Eleitoral;
- b) a pedido dos juizes eleitorais;
- c) a requerimento do Partido, deferido pelo Tribunal Regional;
- d) sempre que entender necessário





CD 914

Art. 44. No alistamento eleitoral que se reabrirá a 12 de janeiro de 1956, serão adotadas "fôlhas individuais de votação", de acôrdo com o modelo anexo, (nº 1).

§ 1º. As fôlhas individuais de votação serão conservadas em pastas, uma para cada seção eleitoral; remetidas, por ocasião das eleições, às mesas receptoras, serão por estas encaminhadas com a urna e os demais documentos da eleição, às Juntas Eleitorais, que as devolverão, findos os trabalhos da apuração, ao respectivo cartório, onde ficarão guardadas.

§ 2º. Ao alistar-se, receberá o eleitor um extrato de sua fôlha individual de votação, de acôrdo com o modelo a ser aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que terá a denominação de "Título Eleitoral" e conterá, além dos elementos necessários à sua identidade, inclusive fotografia, o número correspondente ao da referida fôlha individual e a indicação, por extenso, da seção eleitoral em que tiver sido inscrito.

§ 3º. O eleitor ficará vinculado permanentemente à seção eleitoral indicada no seu título, salvo:

a) se se transferir de zona ou município, hipótese em que a fôlha individual será enviada ao Juiz Eleitoral do novo domicílio;

b) se, até 60 dias antes da eleição, provar, perante o Juiz Eleitoral, que mudou de residência dentro do mesmo município, de um distrito para outro, ou para lugar muito ~~distantiado~~ da seção em que se acha inscrito, caso em que serão feitas, nas referidas fôlhas e no título eleitoral para êsse fim exibido, as alterações correspondentes, devidamente autenticadas pela autoridade judiciária.

§ 4º. O título eleitoral a que se reporta o parágrafo anterior servirá de prova de que o eleitor está inscrito na seção em que deve votar. E, uma vez datado e assinado pelo presidente da mesa receptora da respectiva seção, servirá também de prova de haver o eleitor votado.

§ 5º. O eleitor será admitido a votar ainda que deixe de exhibir no ato da votação o seu título, desde que se já inscrito na seção e conste da respectiva pasta a sua fôlha individual de votação. Neste caso, a prova de ter votado será feita mediante certidão que obterá, posteriormente, no juízo competente.

H te





1 sem título

§ 6º. No caso de omissão da fôlha individual na respectiva pasta, verificada no ato da votação, será o eleitor, ainda, admitido a votar, desde que exiba o título Eleitoral e seja inscrito na seção, sendo o seu voto, nesta hipótese, tomado em separado. Como ato preliminar da apuração do voto, averiguar-se-á se se trata de eleitor em condições de votar, inclusive se realmente pertence à seção.

§ 7º. Verificada a ocorrência de que trata o parágrafo anterior, a Junta Eleitoral, antes de encerrar os seus trabalhos, apurará a causa da omissão. Se tiver havido culpa ou dolo, será aplicada ao responsável, na primeira hipótese, a pena de suspensão até 30 (trinta) dias, e, na segunda, a de detenção, por um (1) a três (3) meses, ou multa, de R\$1.000,00 a R\$3.000,00.

18

Art. 45. A partir de 1º de janeiro de 1956, o cidadão, para alistar-se, deverá preencher, do próprio punho, em cartório, na presença do escrivão ou de funcionário designado pelo Juiz, a fórmula impressa que lhe será fornecida (modelo a nexo nº 2), entregando, no ato, três retratos com a dimensão de 3 x 4 e um dos documentos a que se refere o § 1º do art. 33 do Código Eleitoral.

12

§ 1º. O escrivão ou funcionário designado, depois de atestar, a seguir, ter sido a fórmula preenchida em sua presença, pelo próprio requerente, tomará a assinatura do mesmo na "fôlha individual de votação" e do pedido lhe dará o recibo, (modelo 3).

§ 2º. Deferido o pedido no prazo de cinco dias, o título a que se refere o § 2º, do art. 44, será entregue mediante a apresentação do recibo mencionado no parágrafo anterior, ao próprio eleitor, ou a quem o apresente.

§ 3º. Se indeferido o pedido, o Juiz, na mesma data, inutilizará a fôlha individual de votação assinada pelo requerente, a qual ficará fazendo parte integrante do processo, dêle não podendo, em qualquer tempo, ser retirada ou substituída, sob pena de incorrer o responsável nas sanções previstas no art. 175, nº 12, do Código Eleitoral.

Art. 46. Os atuais títulos eleitorais e os expedidos até 31 de dezembro de 1955, perderão sua validade a partir de 1º de julho de 1956, sendo substituídos por fôlhas individuais de votação, segundo o disposto nos artigos 44 e 45, facultado, porém, ao requerente instruir o pedido com o título atual em





CD 916

substituição aos documentos referidos no § 1º do art. 33 do Código Eleitoral.

Art. 47. As despesas com o retrato do eleitor, a que se referem os artigos anteriores, ficarão a cargo da União e serão feitas pela Justiça Eleitoral, de acordo com as instruções a serem baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, por conta das dotações que este deverá distribuir anualmente aos Tribunais Regionais, na proporção do volume e crescimento do alistamento eleitoral em cada Circunscrição.





CJ 917

Art. 48. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, e por tempo não excedente a dois dias, para o fim de se alistar eleitor.

Art. 49. Não se <sup>aplicará</sup> ~~aplica~~ esta lei aos prazos nela referidos, relativamente à eleição de 3 de outubro de 1955, quando já esgotados na data de sua publicação.

Parágrafo único. Os demais prazos entrarão em vigor 10 (dez) dias depois da publicação desta lei.

Art. 50. Além dos casos previstos no art. 123 do Código Eleitoral, é nula a votação:

- a) quando votar eleitor indevidamente inscrito, ou que haja sido excluído do alistamento, desde que o seu voto não tenha sido tomado com as cautelas do § 4º, do art. 87, do Código Eleitoral;
- b) quando votar eleitor de outra seção, a não ser nos casos expressamente admitidos em lei.

Parágrafo único. Na apuração das eleições, a Junta Eleitoral verificará, previamente, se ocorreu qualquer dos casos de nulidade de votação previstos no art. 123 do Código Eleitoral e neste artigo.

Art. 51. Até às 12 horas do dia seguinte à realização da eleição, o juiz eleitoral é obrigado, sob as penas do art. 175, nº 15, do Código Eleitoral, a comunicar ao Tribunal Regional, bem assim aos delegados de partido perante ele credenciados, o número de eleitores que votou em cada uma das seções da zona sob sua jurisdição, bem como o total de votantes da zona.

§ 1º. Se houver retardamento nas medidas referidas no art. 89 do Código Eleitoral, o juiz eleitoral, assim que as receba, fará a comunicação constante deste artigo.

§ 2º. Essa comunicação será feita por via postal, em ofícios registrados, de que o juiz eleitoral guardará cópia no arquivo eleitoral, acompanhada do recibo de correio.

§ 3º. Qualquer eleitor ou candidato poderá obter, por certidão, o teor da comunicação a que se refere este artigo, sendo defeso ao juiz eleitoral recusá-la ou procrastinar a sua entrega ao requerente.

Art. 52. Os trabalhos da Comissão Apuradora, a que se refere o art. 108 do Código Eleitoral, poderão ser acompanhados por delegados dos partidos neles interessados, sem que, entre tanto, neles intervenham com protestos, impugnações ou recursos.





CD 918

1h  
1h  
1h  
§ 1º. Terminados os trabalhos da Comissão Apuradora, o seu relatório, de que trata o § 3º, do art. 108, do Código Eleitoral, ficará na Secretaria do Tribunal pelo prazo de 3 (três) dias para exame dos Partidos e candidatos interessados, que poderão examinar também os documentos em que ele se baseou.

§ 2º. Terminado o prazo supra, os Partidos poderão apresentar as suas reclamações, dentro das 48 horas seguintes, sendo estas submetidas a parecer da Comissão Apuradora, que, no prazo de 3 (três) dias, apresentará aditamento ao relatório, com a proposta das modificações que julgar procedentes ou com a explicação da improcedência das arguições dos Partidos.

§ 3º. A Comissão Apuradora fará publicar no órgão oficial, diariamente, um boletim com a indicação dos trabalhos realizados e do número de votos atribuídos a cada candidato.

Art. 53. É vedado promover, no dia da eleição, com o fim de impedir, embaraçar ou fraudar o exercício do sufrágio, a concentração de eleitores, sob qualquer forma, e o fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo.

Pena: detenção de 6 meses a dois anos.

Art. 54. O serviço público de qualquer repartição, federal, estadual, municipal, autárquica ou de sociedade ~~mista~~ <sup>de economia</sup>, inclusive o respectivo prédio e suas dependências, não poderá ser utilizado para beneficiar partido ou organizações de caráter político.

1e  
Parágrafo único. O disposto neste artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada de autoridade pública, representante partidário ou de qualquer eleitor.

Art. 55. As estações de rádio-difusão irradiarão gratuitamente durante meia hora por dia e durante dois meses antes de cada pleito um programa organizado pela justiça eleitoral, para a divulgação de instruções sobre o pleito, inclusive data, horário e local onde se realizarão os comícios, bem como os partidos que os promovem.

Art. 56. O art. 46, § 3º, do Código Eleitoral passa a ter a seguinte redação:

3h  
"Art. 46. ....

§ 3º. Quando os lugares a serem preenchidos nas Câmaras legislativas forem dois, serão eles distribuídos





CP 919

H far-se-á  
distribuição

segundo as regras 1 e 2 do art. 59 e quando forem 3 ou mais, ~~serão eles distribuídos~~ pela forma estabelecida no art. 58 dêste Código."

Art. 57. Finda a apuração de cada dia, se a junta eleitoral não cumprir o disposto no art. 91 do Código Eleitoral, cada um dos seus membros será multado <sup>em</sup> R\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Parágrafo único. A reincidência acarretará a destituição da junta eleitoral, sem prejuízo da responsabilidade penal que no caso couber.

Art. 58. Ficam expressamente revogados o art. 127 e os §§ 5º, 6º e 9º do art. 87 do Código Eleitoral.





CD 920

Art. 59. Será feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955.

Art. 60. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão Mista, em 30 de junho de 1955.

~~SENADOR~~ CUNHA MELLO  
~~DEPUTADO~~ ULYSSES GUIMARÃES

Cunha Mello - Presidente.  
Ulysses Guimarães, Relator -  
Costa Pereira

~~SENADOR~~ GOSTA PEREIRA

~~SENADOR~~ HEITOR MEDEIROS

Medeiros

~~DEPUTADO~~ RAIMUNDO BRITO  
STEINBRUCK

Raymundo Brito

~~DEPUTADO~~ ARAÚJO

Araújo Steinbrun

~~DEPUTADO~~ LUCIO BITENCOURT

Lucio Bitencourt

~~DEPUTADO~~ ERYANI SÁTIRO

Eryani Sátiro

~~DEPUTADO~~ OLIVEIRA BRITO

Oliveira Brito

~~DEPUTADO~~ RUY PALMEIRA

Ruy Palmeira





MODELOS A QUE SE REFERE ESTA LEI:

*(Modelo 1)*

*(Modelo III)*

Nº \_\_\_\_\_

SOBRENOME DO ELEITOR \_\_\_\_\_

JUSTIÇA ELEITORAL

CIRCUNSCRIÇÃO \_\_\_\_\_ ZONA \_\_\_\_\_ MUNICÍPIO \_\_\_\_\_ SEÇÃO \_\_\_\_\_

RETRATO

**FÔLHA DE VOTAÇÃO**

IMPRESSÃO DIGITAL DO POLEGAR DIREITO

De \_\_\_\_\_  
NOME POR EXTENSO DO ELEITOR

DATA DO NASCIMENTO \_\_\_\_\_ NATURALIDADE \_\_\_\_\_ ESTADO CIVIL \_\_\_\_\_

FILIAÇÃO { PAI \_\_\_\_\_ MÃE \_\_\_\_\_

PROFISSÃO \_\_\_\_\_ RESIDÊNCIA \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO ELEITOR \_\_\_\_\_

DE \_\_\_\_\_ DE 19 \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO JUIZ \_\_\_\_\_

ANOTAÇÕES

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

*(tem cartão)*





Senhor Juiz Eleitoral da ..... Zona

CD 923

.....  
(Nome por extenso do requerente)....., com .....  
(Estado civil) (Profissão)anos de idade, nascido em ..... de ..... de 19.....,  
natural de .....  
(Município e Estado)filho de .....  
e de .....  
residente em .....  
(cidade, rua, número, bairro, vila ou povoado)requer a sua inscrição como eleitor, para o que oferece o seguin  
te documento comprobatório de suas declarações .....  
.....  
(art. 33, § 1º, do Código Eleitoral)....., de ..... de .....  
(Cidade).....  
(Assinatura do requerente)Atesto que a presente fórmula foi preenchida em minha presença  
pelo requerente, do seu próprio punho.

Data supra.

.....  
(Escrivão ou funcionário responsável)





Recebi

Estado de .....

..... Zona Eleitoral

CD924+

.....,  
(nome do requerente)

fez entrega nesta data do seu pedido de inscrição como eleitor. O seu título será entregue, oportunamente, mediante a apresentação dêste recibo.

....., de ..... de .....  
(Cidade)

---

(Escrivão ou funcionário  
responsável)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

f. n. 1292

Cópia da ficha de  
sinopse foi cedida  
ao Senado p.<sup>o</sup> esticdo.

Em 6-7-52



Rio de Janeiro, de julho de 1955

1292

Nº

Encaminha o Projeto de Lei  
nº 4601-C, de 1954.

Senhor Secretário:

Tenho a honra de enviar a Vossa Excelência, a fim de que se digne submetê-la à consideração do Senado Federal, a emenda substitutiva da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº ... 4601-C, de 1954, dessa Casa do Congresso Nacional, que altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências.

Aproveito o ensejo para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha distinta consideração.

---

BARRIOS CARVALHO

1º Secretário

A Sua Excelência o Senhor Senador Carlos Gomes de Oliveira,  
Primeiro Secretário do Senado Federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

A IMPRIMIR

Em 28/6/1955, Nº 4.601-B-1954

PROJETO

Altera dispositivos do Código Eleitoral, e de outras providências; tendo parecer, com substitutivo, da Comissão Mista de Reforma Eleitoral, com declarações de voto dos Srs. Lúcio Bitencourt e Colombo de Souza.

Parecer da referida Comissão sobre emendas de discussão única: favorável às de ns. 7 - 11 - 49 - 50 - 53 - 54 e 131; com subemendas às de ns. 6 - 12 - 14 (2 subemendas) 15 (2 subemendas) - 13 - 20 (4 subemendas) - 22 - 23 - 24 - 25 - 30 (2 subemendas) - 34 (2 subemendas) - 45 - 46 - 47 (3 subemendas) 52 - 56 (2 subemendas) - 82 - 84 - 87 (3 subemendas) - 126 - 135 - 137 - 149 - 153; contrário as de ns. 1 a 5 - 8 a 10 - 13 - 16 - 17 - 19 - 21 - 26 a 29 - 31 a 33 - 35 a 43 - 48 - 51 - 55 - 58 a 81 - 83 - 85 - 86 - 88 a 115 - 117 a 120 - 124 - 125 - 127 a 130 - 132 a 134 - 136 - 138 a 143 - 145 a 148 - 151 e 152, considerando prejudicadas as de ns. 44 - 57 - 116 - 121 - 122 - 123 - 144 - 150 e 154, com emendas da Comissão (ns. I - II e III), com declarações de votos dos Srs. Aarão Steinbruch, Oliveira Brito, Heitor Madeiros, Costa Pereira, Arnaldo Gerdeira e Ernani Sátiro.

(Do Senado Federal)

PROJETO Nº 4.601-1954 A QUE SE REFERE O PRIMEIRO PARECER DA COMISSÃO MISTA DE REFORMA ELEITORAL

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Quando o documento que instruir o requerimento de inscrição eleitoral não for o referido na letra d, do art. 33, do Código Eleitoral e surgir qualquer dúvida sobre a identidade do alistando, poderá o juiz exigir a apresentação de documento que comprove essa identidade.

Parágrafo único. O juiz fará publicar, quinzenalmente a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos e os indeferidos.

Art. 2.º O escrivão eleitoral, recebendo o requerimento de inscrição, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo art. 33 do Código Eleitoral, dará recibo do mesmo ao apresentante, registrando-o no livro competente e, depois de autuá-lo, o fará concluso ao juiz eleitoral, que dentro do prazo máximo de cinco dias o despachará.

§ 1.º Se houver qualquer omissão ou irregularidade, que possa ser sanada, fixará o juiz para isso prazo razoável.

§ 2.º Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição cabe recurso interposto pelo alistando, e do que o deferir, poderá recorrer qualquer delegado de partido.

Art. 3.º O título, que somente será assinado pelo juiz, sob pena de sus-

pensão disciplinar, depois de o ter feito o eleitor, a este será entregue, pessoalmente, pelo próprio juiz eleitoral pelo juiz preparador ou pelo escrivão especialmente designado para esse fim.

Parágrafo único. Tratando-se de eleitor residente na zona rural, a entrega do título, uma vez assinado pelo eleitor e pelo juiz, poderá ser feita a procurador munido de poderes especiais ou a delegado de partido devidamente credenciado perante o Juízo da zona eleitoral.

Art. 4.º É vedada a expedição de 2.ª via de título, por motivo de perda ou extravio, dentro de 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para a eleição no Estado ou Município em que o pretendente for eleitor.

§ 1.º Os pedidos de 2.ª via, em qualquer caso, serão apresentados em cartório, pessoalmente, pelo eleitor, instruído o requerimento, no caso de estrago ou inutilização, com a 1.ª via do título.

§ 2.º No caso de perda ou extravio do título, o juiz, após receber o requerimento de 2.ª via, fará, pelo prazo de 5 (cinco) dias, publicar pela imprensa, onde houver, ou por editais, a notícia do extravio ou perda e do requerimento de 2.ª via deferindo o

Calan



pedido, findo esse prazo, se não houver impugnação.

Art. 5.º A transferência do domicílio eleitoral somente será permitida após 2 (dois) anos da inscrição primitiva, e 3 (três) meses de residência no novo domicílio, salvo em relação aos servidores públicos, civis ou militares, removidos por motivo de interesse do serviço, e membros de suas respectivas famílias.

§ 1.º É vedada a transferência de circunscrição, zona, município ou Distrito de paz, dentro do prazo inferior a 90 (noventa) dias da realização de qualquer pleito na circunscrição, zona, município ou distrito de paz da nova residência do eleitor.

§ 2.º Os pedidos de transferência do domicílio eleitoral serão publicados durante 10 (dez) dias e o despacho que os deferir durante 5 (cinco) só podendo ser expedido o novo título após decorridos, sem impugnação, os referidos prazos.

§ 3.º Expedido o novo título o Juiz ordenará a remessa do anterior ao Tribunal Regional competente, para os efeitos do seu cancelamento salvo se se tratar de transferência de município ou distrito de paz, dentro da mesma zona, caso em que não haverá o cancelamento senão na lista de distribuição dos eleitores pelas seções (Art. 6.º, letra c).

Art. 6.º O Juiz não poderá alterar as listas de distribuição dos eleitores pelas seções da última eleição realizada, salvo:

a) para excluir os mortos, os que foram legalmente transferidos e os que tiverem sido eliminados do alistamento por sentença passada em julgado;

b) para atender a requerimento do eleitor que tenha mudado a residência para lugar mais próximo de outra seção do mesmo distrito.

Art. 7.º As mesas receptoras serão constituídas de um presidente, de um primeiro e segundo mesários, de 3 (três) suplentes e de 2 (dois) secretários.

§ 1.º Os mesários e seus suplentes serão escolhidos e nomeados pelo juiz dentre os nomes indicados, em lista triplíce, pelos partidos políticos ou aliança, de maneira a que sejam atendidos, sempre que possível, todos os partidos que hajam feito indicação.

§ 2.º Não poderão servir na mesma mesa receptora mesários e suplentes pertencentes a um só partido, cabendo ao Juiz, caso apenas 1 (um)

haja feito a indicação de nomes, nomear, para completá-lo, pessoas que gozem de boa reputação, mas que não estejam filiadas ao partido já contemplado com a nomeação.

§ 3.º Se nenhum dos partidos fizer, no prazo fixado, a indicação dos nomes a que se refere o § 1.º, o juiz fará a nomeação de todos os mesários e suplentes, obedecendo ao disposto no parágrafo anterior.

§ 4.º A indicação dos mesários e seus suplentes deverá ser feita até 5 (cinco) dias antes do prazo a que se refere o art. 69 do Código Eleitoral.

§ 5.º O presidente será escolhido pelo Juiz dentre os mesários indicados e nomeados.

§ 6.º Os Secretários serão nomeados pelo presidente da mesa receptora, não podendo a nomeação recair em pessoas filiadas a um só partido ou a partidos que mantenham aliança entre si, ou tenham candidatos comuns.

§ 7.º Os suplentes substituirão os mesários, observado o disposto nos §§ 1.º, 2.º e 3.º.

§ 8.º Os secretários serão substituídos pelos eleitores designados no ato da instalação da mesa, não podendo a designação recair em eleitores de um só partido ou do partido a que pertencer o secretário presente.

§ 9.º O presidente, mesário ou secretário que comparecer depois de feita a sua substituição, não poderá tomar parte nos trabalhos da mesa.

Art. 8.º As pessoas nomeadas para constituírem as mesas receptoras que, sem justa causa apresentada nas 48 horas seguintes à feita, deixarem de comparecer no dia e hora determinados para a sua reunião ou abandonarem os trabalhos no decurso da votação, incorrerão em multa de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) cobrada mediante executivo fiscal.

§ 1.º Se o faltoso for funcionário público ou autárquico, a pena de multa será substituída pela de suspensão de 15 (quinze) dias.

§ 2.º As penas previstas neste artigo, serão aplicadas, em dobro, aos faltosos, se a mesa, pelo motivo do seu não comparecimento, deixar de se reunir.

Art. 9.º Pelas mesas receptoras serão admitidos a fiscalizar as votações, fazer impugnações e formular protestos, os candidatos registrados, os de-



legados de partidos ou alianças partidárias credenciados perante o juiz eleitoral da zona, e os fiscais nomeados para as respectivas seções.

Parágrafo único. Os partidos ou alianças de partidos, que tenham registrado candidatos, poderão nomear até 3 (três) fiscais para servirem perante cada mesa receptora, os quais revezarão na fiscalização, de maneira a não permanecer no recinto mais de um do mesmo partido ou aliança.

Art. 10. Somente serão admitidos a votar, em qualquer eleição os eleitores pertencentes à seção, excetuando-se, apenas, os candidatos, os membros da mesa, os fiscais que perante a mesma servirem, os delegados de partido, os juizes eleitorais, os eleitores cujos nomes hajam sido omitidos na lista ou nela figurarem erradamente, e aqueles cuja identidade tenha sido impugnada.

§ 1.º Os membros do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas poderão exercer o direito do voto em qualquer localidade da circunscrição que representem.

§ 2.º Os candidatos, os membros da mesa, os fiscais, ou delegados de partido, os juizes eleitorais e os eleitores referidos neste artigo, votarão mediante as cautelas enumeradas no § 4.º do art. 87, do Código Eleitoral, não sendo, porém, os seus votos recolhidos à urna, e sim, a um envólucro especial de papel ou pano forte, o qual será lacrado e rubricado pelos membros da mesa e fiscais presentes e encaminhado à junta eleitoral, com a urna e os demais documentos da eleição.

§ 3.º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, os juizes eleitorais enviarão aos presidentes das mesas receptoras, juntamente com o material referido no art. 77 do Código Eleitoral um envólucro especial, de pano ou papel forte, com as dimensões de 30 x 20cms.

Art. 11. Nas cidades, vilas, bairros e subúrbios onde funcionarem mais de 3 (três) seções eleitorais, poderá o juiz fazer instalar uma seção especial para nela votarem os eleitores cujos nomes não figurem na lista da seção a que pertençam, ou nela figurem erradamente, bem como aqueles cuja identidade houver sido impugnada, sendo os votos tomados com as cautelas constantes do § 4.º do artigo 87, do Código Eleitoral.

Art. 12. Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da seção em que deveriam votar, a qual será transportada para a em que tiverem de votar.

§ 1.º As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da seção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobrecartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2.º O transporte da urna e dos documentos da seção será providenciado pelo membro da mesa ou secretário que comparecer, acompanhando-a os fiscais que o desejarem.

Art. 13. Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e nos povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive leprosários, onde haja pelo menos 50 (cinquenta) eleitores.

Art. 14. Não poderá ser usada a propriedade ou habitação de candidato, de membro de diretório ou delegado permanente de partido político, bem como de parente de qualquer deles, até o 3.º (terceiro) grau inclusive, nem de autoridade pública, para nela funcionar mesa receptora.

Art. 15. No ato da votação, poderão os membros da mesa receptora, os candidatos, os fiscais ou delegados de partido, bem como qualquer eleitor da seção, impugnar a identidade do eleitor, desde que o façam, mesmo verbalmente, antes de ser ele admitido a votar.

Art. 16. A incoincidência entre o número de votantes e o de sobrecartas encontradas na urna não constituirá motivo de nulidade da votação desde que não resulte de fraude comprovada.

Art. 17. A Junta Eleitoral deverá concluir os trabalhos de apuração no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1.º Ao presidente da Junta é facultado nomear escrutinadores e auxiliares em número capaz de atender à boa marcha dos trabalhos.

§ 2.º Concluída a apuração de cada urna, um membro da junta para tal designado expedirá boletim do pleito na seção respectiva. Neste boletim consignar-se-á apenas o número de votantes, a votação dos candidatos a cargos isolados e legendas partidárias.

*[Handwritten signature]*



§ 3.º A votação de cada pleiteante figurará na ata prevista no art. 91 do Código Eleitoral.

Art. 18. É anulável a votação quando se apurar coação ou fraude na votação ou na apuração.

Art. 19. Não serão registrados diretórios de partidos políticos, cujos pedidos de registro sejam apresentados à justiça eleitoral em prazo inferior a 30 (trinta) dias de qualquer eleição, como não serão admitidas, nesse prazo, quaisquer alterações nos já registrados.

Art. 20. Nenhum eleitor será admitido a votar sem a apresentação do respectivo título.

Art. 21. As sobrecartas oficiais para a votação, além de rubricadas pelo presidente da mesa e um dos mesários, serão numeradas de 1 (um) a 9 (nove) sucessivamente, à medida que forem sendo entregues aos eleitores.

Art. 22. O eleitor que deixar de votar sem causa, justificada perante o juiz eleitoral dentro de 8 (oito) dias da data da eleição, incorrerá na multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), imposta pelo mesmo juiz e cobrável mediante executivo fiscal.

§ 1.º Sem a prova de ter votado ou pago a multa prevista neste artigo, não poderá o eleitor:

- a) inscrever-se em concurso;
- b) ser investido em função pública de qualquer natureza;
- c) participar de concorrências públicas ou administrativas;
- d) pleitear o gozo de favores ou isenções estabelecidas em lei;
- e) obter passaporte ou carteira profissional;
- f) praticar qualquer ato para o qual se exija a prova de quitação com o serviço militar e o imposto de renda.

§ 2.º Os que concorrerem para a inobservância das interdições constantes deste artigo incorrerão na pena pecuniária imposta aos faltosos.

Art. 23. Os brasileiros natos ou naturalizados maiores de 18 anos não poderão, sem a prova de serem eleitores, praticar qualquer dos atos mencionados no § 1.º do artigo anterior.

Parágrafo único. Os que concorrerem para a inobservância das interdições constantes do artigo anterior incorrerão na pena pecuniária imposta aos faltosos.

Art. 24. A nulidade de qualquer ato, não arguida quando de sua prática, ou na primeira oportunidade que

para tanto se apresente, não mais poderá ser alegada, salvo se a arguição se basear em motivo superveniente ou de ordem constitucional.

Art. 25. Os atos requeridos ou propostos em tempo oportuno, mesmo que não sejam apreciados no prazo legal, não prejudicarão aos interessados.

Art. 26. Não serão admitidos recursos contra a votação ou a apuração, se não tiver havido protestos contra as irregularidades ou nulidades arguidas, perante as mesas receptoras, no ato da votação ou perante as juntas eleitorais, no da apuração.

Art. 27. São preclusivos os prazos para interposição de recurso, salvo quando neste se discutir matéria constitucional.

Art. 28. Os recursos parciais no caso de eleições municipais, serão julgados pelos Tribunais Regionais, à medida que derem entrada nas respectivas secretarias, observando-se, quanto ao seu processo, o disposto nos arts. 152 e seguintes do Código Eleitoral.

§ 1.º O disposto neste artigo aplica-se ao Tribunal Superior Eleitoral, em se tratando de eleições estaduais e federais.

§ 2.º Somente se aplicará o disposto no art. 169 do Código Eleitoral aos recursos parciais ainda não distribuídos quando derem entrada nos Tribunais os referentes às diplomações.

§ 3.º Ao julgar os recursos de diplomação, os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior conhecerão dos recursos parciais referidos no parágrafo anterior, interpostos pelos diplomados que não houverem recorrido da própria diplomação, como matéria de defesa.

§ 4.º O Tribunal Superior somente tomará conhecimento de recursos com relação a eleições municipais nos casos previstos nos ns. I, II e IV do art. 121 da Constituição Federal.

Atr. 29. Além dos embargos de declaração, caberão contra as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, quando não forem unânimes, embargos infringentes e de nulidade interpostos dentro do prazo de três (3) dias, contados da publicação do acórdão.

§ 1.º Articulados os embargos, serão os mesmos contestados em igual prazo, findo o qual com a contestação ou sem ela, apresenta-los-á o Relator



25 5 5 3

em Mesa para julgamento na primeira sessão seguinte.

Art. 30. Nas eleições que se realizarem para o preenchimento dos dois terços do Senado não será apurada a cédula que contiver nomes de candidatos por partidos diferentes, ressalvado o caso de aliança partidária devidamente registrada.

§ 1.º O eleitor poderá, porém, votar em candidatos registrados por partidos diferentes, desde que o faça em cédulas separadas.

§ 2.º Também não poderá conter uma mesma cédula nome de candidato a senador registrado por um partido e de suplente registrado por outro partido.

§ 3.º Em nenhum caso será considerado eleito suplente pertencente a partido diverso do que houver eleito o senador, salvo no caso de aliança partidária.

Art. 31. As decisões sobre exclusão de eleitores passam à competência dos juizes eleitorais, com recurso voluntário, no prazo de dez dias, para o Tribunal Regional.

Art. 32. Será negado o registro a candidatos que, pública ou ostensivamente, façam parte, ou sejam adeptos de partido político cujo registro tenha sido cassado com fundamento no art. 141, § 13 da Constituição Federal.

Art. 33. Competirá aos Tribunais Regionais aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão, até 30 (trinta) dias, aos juizes eleitorais, e julgar, em grau de recurso, as que forem por estes aplicadas aos serventuários do juizo eleitoral.

Parágrafo único. Das penas impostas pelos Tribunais Regionais caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o Tribunal Superior.

Art. 34. As juntas eleitorais decidirão por maioria de votos, cabendo recurso de suas decisões, na forma prescrita pelo Código Eleitoral.

Art. 35. O Tribunal Superior Eleitoral, ao baixar as instruções para as primeiras eleições que se realizarem após a vigência desta lei, tomará as medidas necessárias para a sua completa execução, inclusive estabelecendo os modelos para o novo material que passa a ser exigido.

Art. 36. O Presidente e o Vice-Presidente dos Tribunais Regionais serão eleitos por estes, dentre os três desembargadores do Tribunal de Justiça; o terceiro exercerá as funções de corregedor geral da justiça eleitoral da circunscrição a que pertencer, com as atribuições que forem fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 37. Salvo o requerimento de inscrição eleitoral, que deve ser escrito e assinado do próprio punho do alistando, todos os demais podem ser simplesmente assinados pelo eleitor.

Art. 38. A expressão "já tiverem exercido o mandato" da letra c do n.º I da letra b do n.º II do art. 140 da Constituição da República abrange qualquer mandato de Deputado ou Senador do Poder Legislativo da República desde o regime de 1891.

Parágrafo único. O exercício do mandato, nos termos do art. 140 da Constituição, assegura a elegibilidade tanto para o Senado como para a Câmara, qualquer que seja o mandato legislativo federal anteriormente exercido.

Art. 39. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de junho de 1954. — João Café Filho. — Alfredo Neves. — Francisco Gallotti.



ANTEPROJETO DE REFORMA DE EMERGÊNCIA DA  
LEI ELEITORAL

(Elaborado pelo Deputado Ulysses Guimarães)

Art. 1º. O escrivão eleitoral, recebendo o requerimento de inscrição, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo artigo 33 do Código Eleitoral, dará recibo do mesmo ao apresentante, registrando-o no livro competente, e, depois de autuá-lo, o fará concluso ao juiz eleitoral, que, dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, o despachará.

§ 1º. Se houver qualquer omissão ou irregularidade que possa ser sanada, fixará o juiz eleitoral para isso prazo razoável.

§ 2º. Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição cabe recurso ao Tribunal Regional, interposto pelo alistando, dentro de 3 (três) dias; e do despacho que o deferir, poderá qualquer delegado de partido recorrer dentro de 3 (três) dias.

§ 3º. Os recursos referidos no parágrafo anterior serão julgados pelo Tribunal Regional dentro de 5 (cinco) dias.

Art. 2º. Quando o documento que instruir o requerimento de inscrição eleitoral não fôr a carteira de identidade e surgir qualquer dúvida sobre esta, poderá o juiz exigir a comprovação da identidade.

Art. 3º. Quinzenalmente o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa, quando houver, ou por editais, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos e os indeferidos.

Art. 4º. O título, sob pena de suspensão disciplinar até de 30 (trinta) dias, somente será assinado pelo juiz eleitoral depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor.

Art. 5º. O título será entregue, pessoalmente, ao eleitor pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou por escrivão eleitoral especialmente designado.

Art. 6º. O juiz eleitoral, o juiz preparador ou o escrivão eleitoral especialmente designado, em dias previamente



marcados e anunciados, farão a entrega dos títulos eleitorais nos distritos, povoados e na zona rural.

Art. 7º. Até 60 (sessenta) dias antes da data marcada para a eleição, todos os que pediram inscrição já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para entrega, se deferidos pelo juiz eleitoral.

§ 1º Os títulos resultantes de pedidos de transferência de domicílio eleitoral também devem estar prontos para entrega até 60 (sessenta) dias antes da data marcada para a eleição.

§ 2º. O Juiz ou funcionário responsável pela transgressão do preceituado neste artigo será punido nos termos do artigo 175, nº 15 do Código Eleitoral.

Art. 8º. Não constarão das listas de votação os que até 60 (sessenta) dias antes da eleição não retirarem de cartório seus respectivos títulos eleitorais.

Art. 9º. Nenhum pedido de inscrição eleitoral será mais recebido dentro dos 90 (noventa) dias anteriores à data marcada para a eleição.

Art. 10. A transferência do título eleitoral, como decorrência da transferência do domicílio eleitoral, só será admitida satisfeitas estas exigências, além das mencionadas no artigo 39 e parágrafos do Código Eleitoral:

a) - o respectivo requerimento der entrada no cartório eleitoral do novo domicílio até 90 (noventa) dias antes da data da eleição;

b) - transcorrência pelo menos de 1 (um) ano da inscrição primitiva;

c) - residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio, atestada pela autoridade policial.

Parágrafo único. Quando removidos, a transferência do título eleitoral de servidores ou funcionários públicos ou autárquicos, civis ou militares, e membros das respectivas famílias, está dispensada das exigências relacionadas nas letras b e c deste artigo.

Art. 11. Os pedidos de transferência de domicílio eleitoral serão publicados, até o prazo máximo de 10 (dez) dias de sua entrada em cartório, pela imprensa, onde houver, ou por editais.

§ 1º. Transcorrido o prazo acima mencionado, será pu



8

publicado pela mesma forma anterior e durante 5 (cinco) dias o despacho do juiz, negando ou deferindo o pedido de transferência.

§ 2º. Poderão recorrer ao Tribunal Regional, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o eleitor que pediu a transferência, sendo-lhe a mesma negada, ou qualquer delegado de partido, quando o pedido fôr deferido.

§ 3º. Dentro de 5 (cinco) dias o Tribunal Regional decidirá do recurso interposto nos termos do parágrafo anterior.

§ 4º. Só será expedido o novo título após decorridos os prazos assinalados neste artigo e respectivos parágrafos.

Art. 12. É vedada o pedido de segunda via de título eleitoral, por motivo de extravio ou perda, dentro dos 70 (setenta) dias anteriores à data da eleição.

Art. 13. O requerimento de segunda via do título eleitoral será sempre apresentado pessoalmente em cartório pelo eleitor.

Art. 14. Os eleitores com segunda via de título eleitoral votarão sempre em separado, pela forma mencionada no artigo 87, § 4º, letras b, c e d, do Código Eleitoral, escrevendo o presidente da mesa receptora na sobrecarta maior o seguinte: "2a. via de título eleitoral".

Art. 15. Imediatamente após o encerramento dos prazos para alistamento e transferência de eleitores (artigos 9º e 10), iniciarão os juízes eleitorais a organização das listas de votação, as quais serão publicadas pela imprensa, se houver, ou por editais, até 30 (trinta) dias antes da eleição.

Parágrafo único. A infração ao disposto neste artigo será punida nos termos do artigo 175, nº 15, do Código Eleitoral.

Art. 16. A organização das listas de votação será feita com a fiscalização dos delegados dos partidos e à vista dos processos de inscrição, transferência e 2a. via, notadamente daqueles contra os quais existam denúncia ou suspeita de irregularidade.

§ 1º. Serão, pelo juiz eleitoral excluídos do alistamento e das folhas de votação, os eleitores cuja inscrição não tiver preenchido, manifestamente, as condições ou requisitos legais, cabendo recurso para o Tribunal Regional, pelo eleitor ou delegado de partido, dessa decisão.

§ 2º. O recurso referido no parágrafo anterior deve-



deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias e não terá efeito suspensivo.

§ 3º. O Tribunal Eleitoral decidirá, no prazo de cinco (5) dias, o recurso referido nos parágrafos anteriores.

Art. 17. O eleitor só poderá votar satisfeitas estas exigências:

- a) - exibição do respectivo título eleitoral;
- b) - constando o seu nome na lista de votação, salvo as exceções expressamente consignadas em lei.

Art. 18. É terminantemente vedada a votação em seção eleitoral diversa daquela em que o eleitor tiver seu nome incluído.

§ 1º. Os membros das mesas receptoras e os fiscais de partidos, estes em número não superior a dois (2) para cada partido votarão perante as mesas receptoras em que estiverem servindo, sem a exigência da letra b deste artigo, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma do artigo 87, § 4º do Código Eleitoral.

§ 2º. O juiz eleitoral e os delegados de partidos, estes últimos em número não superior a dois (2) em cada município, poderão votar em qualquer seção da zona eleitoral ou do município, respectivamente, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma do art. 87, § 4º, do Código Eleitoral.

§ 3º. Podem votar, tomando-se-lhes os votos pela forma referida no art. 87, § 4º do Código Eleitoral, os candidatos:

- a) - a Presidente ou Vice-Presidente da República, em qualquer seção eleitoral do País;
- b) - ao Congresso Nacional, a Governador, a Vice-Governador e às Assembleias Legislativas, em qualquer seção da circunscrição em que foram registrados;
- c) - a Prefeito e às Câmaras municipais, de qualquer seção do município correspondente à zona eleitoral em que foram registrados;
- d) - a Juiz de Paz, em qualquer seção do respectivo distrito.

§ 4º - Podem votar:

- a) - o Presidente ou Vice-Presidente da República em qualquer seção eleitoral do País;
- b) - o Governador e o Vice-Governador do Estado, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Le



Legislativas em qualquer seção eleitoral do Estado;

c) - o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores em qualquer seção eleitoral do município.

Art. 19. Serão punidos, com a pena de detenção de 1 (um) a seis (6) meses, o presidente da mesa receptora e o eleitor que votar sem cumprir as exigências referidas nos artigos 17 e 18 desta lei.

Art. 20. As sobrecartas para votação, além de rubricadas pelo presidente da mesa receptora e um dos mesários, serão numeradas de 1 a 9, sucessivamente e à medida e no momento em que forem sendo entregues aos eleitores.

Art. 21. O eleitor que deixar de votar sem causa justificada perante o juiz eleitoral, dentro de oito (8) dias da data da eleição, incorrerá na multa de cem (100) a mil (1000) cruzeiros imposta pelo juiz eleitoral e cobrada mediante executivo fiscal.

Parágrafo único. Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou se justificou devidamente não poderá o eleitor:

- a) - ser investido ou empossado em cargo ou função pública de qualquer natureza;
- b) - inscrever-se em concurso para cargo público;
- c) - participar de concorrências públicas ou administrativas;
- d) - obter empréstimos nas Caixas Econômicas Federais ou Estaduais;
- e) - praticar qualquer ato para o qual se exija a prova de quitação com o serviço militar ou com o imposto de renda;
- f) - receber o vencimento correspondente ao mês subsequente à eleição, quando funcionário ou servidor público, ou de autarquia.

Art. 22. Os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 (dezoito) anos, salvo os excetuados nos artigos 3º e



4º, nº I, do Código Eleitoral, não poderão, sem a prova de que são eleitores, praticar os atos relacionados no parágrafo único do art. 21 desta lei.

Art. 23. Os responsáveis pela inobservância do disposto nos arts. 21 e 22 desta lei incorrerão na multa de 500 (quinhentos) cruzeiros e 2.000 (dois mil) cruzeiros ou suspensão disciplinar por 7 (sete) dias.

Art. 24. O juiz eleitoral fornecerá aos que não votaram com causa justificada e aos não alistados nos termos dos arts. 3º e 4º, I, do Código Eleitoral, documento que os isente das sanções legais.

Art. 25. Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargo de representação proporcional, a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas.

Art. 26. Se o número de sobrecartas autenticadas exceder o de votantes, far-se-á a apuração, desde que os votos excedentes não alterem, na mesma urna, a colocação das legendas ou a colocação dos candidatos, quando eleitos segundo o princípio majoritário. Caso contrário, proceder-se-á nos termos do art. 97, § 2º, do Código Eleitoral.

Art. 27. Os membros da mesa receptora não podem pertencer a um mesmo partido ou partidos coligados.

Art. 28. Da nomeação para membro da mesa receptora, caberá reclamação ao juiz eleitoral dentro de 48 (quarenta e oito) horas, devendo, dentro do mesmo prazo, ser decidido.

Parágrafo único. Da decisão do juiz eleitoral, caberá recurso ao Tribunal Regional, dentro de 3 (três) dias, devendo dentro do mesmo prazo ser resolvido.

Art. 29. O membro da mesa receptora que não comparecer no local, dia e hora determinados para realização da eleição ou abandonar os trabalhos no decurso da votação, sem justa causa apresentada ao juiz eleitoral 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência, incorrerá em multa de R\$ 400,00 (quatrocentos) a R\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), cobrada mediante execução fiscal.

§ 1º Se o faltoso for funcionário ou servidor público ou autárquico, a pena será de suspensão por 15 (quinze) dias.

§ 2º As penas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro se a mesa receptora deixar de funcionar por culpa do faltoso.

Art. 30. Pelas mesas receptoras serão admitidos a fiscalizar a votação, formular protestos e fazer impugnações, inclusive sobre a identidade do eleitor, os candidatos registrados, os



os delegados e os fiscais de partidos.

Parágrafo único. Nas ocorrências motivadas pela fiscalização o presidente da mesa receptora procederá de conformidade com o disposto no art. 87 do Código Eleitoral.

Art. 31. Improrrogavelmente até às 18 (dezoito) horas de 45 (quarenta e cinco) dias antes da data marcada para a eleição, poderão os candidatos ser registrados.

Art. 32. A substituição de um candidato por outro só será admitida em caso de falecimento do registrado.

Art. 33. As eleições serão sempre realizadas também com a garantia de força federal, posta à disposição das autoridades eleitorais competentes.

Art. 34. Fica expressamente revogado o art. 127 do Código Eleitoral.

Art. 35. São preclusivos os prazos para interposição de recursos, salvo quando interpostos contra ato arguido de manifestamente infringente da Constituição Federal.

Art. 36. Os recursos parciais no caso de eleições municipais, serão julgados pelos Tribunais Regionais, à medida que derem entrada nas respectivas secretarias, observando-se, quanto ao seu processo, o disposto nos arts. 152 e seguintes do Código Eleitoral.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se ao Tribunal Superior Eleitoral, em se tratando de eleições estaduais e federais.

§ 2º. Somente se aplicará o disposto no art. 169 do Código Eleitoral aos recursos parciais ainda não distribuídos quando derem entrada nos Tribunais os referentes às diplomações.

§ 3º. Ao julgar os recursos de diplomação, os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior conhecerão dos recursos parciais referidos no parágrafo anterior, interpostos pelos diplomados que não houverem recorrido da própria diplomação, como matéria de defesa.

§ 4º. O Tribunal Superior somente tomará conhecimento de recursos com relação a eleições municipais nos casos previstos nos ns. I, II e IV do art. 121 da Constituição Federal.

Art. 37. Além dos embargos de declaração, caberão contra as decisões do Tribunal Superior Eleitoral quando não forem unânimes, embargos infringentes e de nulidade interpostos dentro do prazo de três (3) dias, contados da publicação do acórdão.



§ 1º. Anticulados os embargos, serão os mesmos contestados em igual prazo, findo o qual com a contestação ou sem ela, apresenta-los-á o Relator em mesa para julgamento na primeira sessão seguinte.

Art. 38. Competirá aos Tribunais Regionais aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão (até trinta (30) dias) aos juizes eleitorais e julgar, em grau de recurso as que forem por estes aplicadas aos funcionários do juizo eleitoral, que poderão recorrer, sem efeito suspensivo, no prazo de três (3) dias.

Art. 39. O desembargador do Tribunal Regional Eleitoral, que não exercer as funções de presidente ou vice-presidente do mesmo, será o Corregedor Geral da Justiça Eleitoral da circunscrição a que pertencer.

§ 1º As atribuições do Corregedor Geral serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servir.

§ 2º. No desempenho de suas atribuições, o Corregedor Geral se locomoverá para as zonas eleitorais ou seções eleitorais, nos seguintes casos:

- a) por determinação do Superior Tribunal Eleitoral ou do Tribunal Regional Eleitoral;
- b) a pedido dos juizes eleitorais;
- c) a requerimento do partido, deferido pelo Tribunal Regional;
- d) sempre que entender necessário.

Art. 40. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de maio de 1955.

  
ULYSSES GUIMARÃES



## J U S T I F I C A Ç Ã O

214

Dentro do prazo que a Comissão Mista de Elaboração da Reforma Eleitoral nos assinalou (6 dias) como seu Relator, para organização de anteprojeto do substitutivo que lhe cumpre elaborar, nos termos de sua decisão com base na Resolução que a criou (nº 8) - examinamos tôdas as proposições existentes no Congresso, sôbre a matéria, bem como avultado número de emendas e sugestões escritas e orais, que nos foram endereçadas por senadores, deputados, juizes eleitorais, entidades de classe e particulares.

Os projetos mais importantes são os de nº 94/55 (elaborado pelo Ministro Edgard Costa e encaminhado pelo Executivo); o de nº ..... 4.601/54 (chamado "reforma eleitoral de emergência", já aprovado no Senado); o de número 4.636/54 (também já aprovado no Senado, sendo seu autor principal o nobre senador João Villas Boas, objetivando reformar totalmente o Código Eleitoral); o de nº 2.377/52 (do Deputado Coutinho Cavalcanti); o de nº 1.984/52 (do Deputado Arnaldo Cerdeira); o de nº 887/51 (do Deputado Tarso Dutra); o de nº 33/51 (do Deputado João Agripino); o de nº 479/50 (do Deputado Samuel Duarte).

É de justiça ressaltar a importância dos Projetos Arnaldo Cerdeira e Villas Boas (1.984/52 e 4.636/54), notadamente o primeiro, pela sua extensão, pois é realmente proposta de novo código eleitoral, pela profundidade das alterações oferecidas, inclusive a instituição de modalidade do voto distrital compatível com o sistema proporcionalista exigido pela Constituição Federal, e, finalmente, pela fundamentação com que a matéria foi justificada. Servirão, ambos, como preciosos subsídios para a tão anunciada quão procrastinada reforma da legislação eleitoral vigente, a qual deverá ser imediatamente atacada pelo Congresso após as eleições de 3 de outubro próximo, a fim de que trabalho tão importante e sério, condicionador da pureza do regime, se forre da premência de tempo que atropela a reforma que ora se quer editar.

Uma palavra de justiça ao combativo Dep. Raul Pilla, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, na legislatura anterior, pela forma criteriosa e autorizada com que a examinou.

A seguir exporemos a orientação geral que imprimimos à feitura do presente anteprojeto. Não o justificamos cumpridamente, artigo



*L* 15-

por artigo, como era nosso propósito inicial, por estes motivos principais:

a) isso será feito com respeito ao Substitutivo da responsabilidade da Comissão Mista, porque este será o encaminhado ao Plenário da Câmara dos Deputados;

b) perante a Comissão, quando da discussão, oralmente apresentaremos as razões de ser de cada artigo;

c) a exiguidade do prazo assinalado impossibilitou semelhante trabalho, por sua natureza necessariamente longo, porque casuístico.

O substitutivo, conforme já decidiu a Comissão, será ao Proj. 4.601/54, aprovado pelo Senado. É a apelidada "reforma de emergência", contendo 39 artigos. Fundamentam a escolha do Proj. 4.601 como base, o art. 2º da Res. nº 8, que constituiu esta Comissão Mista e a celeridade de tramitação, uma vez que assim dois turnos regimentais são ganhos: o substitutivo sofrerá só uma discussão e votação na Câmara e outra no Senado.

Como subsídio principal, o anteprojeto socorreu-se do Proj. 94/55, de autoria do eminente Ministro Edgard Costa e enviado ao Congresso pelo Executivo. Trata-se de obra sucinta e precisa (16 artigos), que muito honra o preclaro magistrado que a prolatou. Dela se poderá dissentir, como, em certos passos, o fez o relator. Semelhante discrepância, de resto normal em matéria das mais controvertidas da literatura jurídica universal, valoriza ainda mais a homenagem de respeito e admiração que deve ser tributada ao desejo, que invariavelmente evidencia, de cooperar pelo aprimoramento de nossas instituições democráticas, através da difícil busca da verdade na captação da vontade popular.

A "reforma" deve ser "de emergência", diz, analiticamente, o art. 2º da Resolução nº 8.

Fiel a essa ordem e convictos de que uma das formas de não se reformar o Código vigente, no que seja absolutamente necessário, com tempo de alcançar o pleito de 3 de outubro próximo, será o propósito ambicioso de reforma ampla ou total, fizemos constar do anteprojeto o essencial e inadiável. Este o critério preliminar para seleção do fato e heterogêneo material legislativo examinado: - no anteprojeto, pa



ra a emergência do pleito que se avizinha, somente o indispensável e urgente.

Em geral, foram dilatados os prazos, a fim de que a Justiça Eleitoral possa, com tempo e serenidade, organizar a eleição. É indispensável que ela trabalhe desafojada dos atropelos de última hora, responsáveis, frequentemente, pela criação de um clima tolerante à fraude e à corrupção. Não é justo que os morosos no resguardo de seus direitos, os esbaforidos retardatários da undécima hora, turvem com sua imprevidência as águas para os astuciosos pescadores de vantagens ilícitas.

Note-se, e isto é de suma importância, que os prazos para encerramento de alistamento e transferência de títulos, registro de candidatura, expedição de segundas vias, etc. devem ser concatenados em sistema, encadeados organicamente. Esses prazos não podem ser escoateiros, nem funcionar avulsamente. Assim, o alistamento será encerrado 90 dias antes do pleito (art. 9º), para haver tempo para expedição cuidadosa e fiscalizada dos títulos; a transferência também só será admitida no mesmo prazo: 90 dias (art. 10); a expedição de 2ª via de título, por perda ou extravio, 70 dias antes da eleição (art. 12). Se semelhantes prazos possibilitarão a providência moralizadora do art. 7º: todos títulos, os de novo alistamento, os resultantes de transferência os em 2ª via, estarem prontos para entrega 60 (sessenta) dias antes da eleição.

A confecção da lista de votantes, que será feita sob fiscalização dos partidos (art. 16), estará pronta e publicada, para conhecimento geral e oferecimento de recurso, dentro do prazo máximo de 30 dias antes da eleição (art. 15). Para que isso seja possível, acautelando interesses dos eleitores e dos partidos, é indispensável a providência do art. 8º: Não constarão da lista de votação os eleitores que não retirarem os seus títulos até 60 (sessenta) dias antes da eleição.

As listas não podem estar sujeitas a contínuas alterações, por obra dos retardatários, pois do contrário perderão a característica, que lhes é estrutural, de segurança e permanência, sem o que a fiscalização será fatalmente precária.

A experiência tem apontado estas fraudes mais comuns:



- 17
- a) um eleitor votar várias vezes;
- b) obtenção de 2ª via de título para fins fraudulentos;
- c) transferência em massa de títulos, principalmente de municípios limítrofes, na época das eleições, especialmente as municipais.

Para coibir a fraude focalizada na letra "a", o anteprojeto veda que o eleitor vote em seção eleitoral diferente daquela em que consta o seu nome (art. 17 e 18). Amarrou o eleitor à respectiva seção eleitoral. Terminará, assim, a calamitosa votação itinerante. As exceções, mínimas aliás, a essa interdição geral, são justificadas pelas funções eleitorais que os beneficiários exercem, ou pela alta responsabilidade dos cargos que ocupam. Nesses casos votarão, como regra, com a cautela do voto em separado. Punição severa é cominada ao presidente de mesa receptora e ao eleitor faltoso: 1 a 6 meses de detenção, (art. 19). A indústria exploradora de utilização viciosa de 2ªs. vias será assim combatida: impedir que sejam pedidos e expedidos tais títulos à última hora. Só poderá ser requerida 2ª via de título 70 dias antes da eleição (art. 12).

A presença pessoal do requerente é exigida em cartório, para a respectiva entrega do requerimento (art. 13), para evitar que o verdadeiro detentor do título tenha-o fraudulentamente eliminado pela baixa, impedindo-o de votar. Além disso, esse eleitor votará sempre em separado.

A transferência de domicílio eleitoral só será admitida até 90 dias antes do pleito (art. 10), possibilitando, mediante reclamações de recursos, as anulações das ilegítimamente conseguidas (art. 11).

Os pedidos de transferência serão publicados (art. 11), serão instruídos com a prova de residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio (art. 10) letra c) e transcorrência de um ano da inscrição primitiva (art. 10, letra "b").

O anteprojeto procura dar vigência à obrigatoriedade constitucional do alistamento e do voto, preceituando que a validade de atos da vida civil e profissional dos cidadãos dependa do título e da prova de haver votado na última eleição, estar isento ou haver pago a respectiva multa.

Eis a única providência efetiva para combater a abstenção, pois a possibilidade legal de imposição de multas nenhum resultado tem dado



na prática.

O art. 25, resultante do art. 10 do Proj. Edgard Costa, quer evitar a injusta e feroz luta dentro da mesma legenda, na qual as armas da corrupção são terçadas. A eleição suplementar só foi autorizada porque noderá influir na colocação dos partidos e não dos candidatos do mesmo partido.

O art. 33 aproveitou o art. 11 do Proj. Edgard Costa. É dos mais importantes. Não se trata da outorga de possibilidade de requisição de força federal. Ela estará automaticamente requisitada por êsse artigo de lei, com o que se evitará as barulhentas explorações de uma ou de outra das facções em luta, com reflexos no pleito, quando a justiça eleitoral requisitava força federal.

A força federal estará à disposição das autoridades eleitorais nos pontos chaves de cada Estado, Território ou Distrito Federal. A redação dêste artigo diz que as eleições serão "sempre" realizadas "também" com a garantia de força federal. "Também", para não excluir outros policiamentos (polícia estadual, polícia militar ou força pública estaduais, polícia municipal, etc.), que normalmente asseguram a ordem, como até o presente momento vem acontecendo.

O artigo 34 impõe a revogação do artigo 127 do Código Eleitoral, que determina que a eleição em seção anulada se renovará uma só vez. A prática tem revelado que tal anulação tem sido muitas vezes provocada, na votação originária e na renovação da mesma, com o fito pré-determinado de evitar presumida vantagem de determinado candidato ou partido em determinada seção. Ora, a não renovação da eleição mais de uma vez iria possibilitar que o esbulho lograsse seu criminoso objetivo. Eis a razão da revogação proposta pelo art. 34.

A instituição da Corregedoria Geral da Justiça Eleitoral (art. 39) objetiva fiscalizar e instaurar a responsabilidade das autoridades puníveis por omissão ou comissão, a começar dos juizes eleitorais. O desembargador corregedor se locomoverá inclusive para o interior, por entender espontâneamente ser do seu dever ou pelas formas provocadas conforme o artigo 39 (trinta e nove) e seus respectivos parágrafos discriminam. Infelizmente pesam às vezes acusações contra juizes eleitorais, devendo a própria justiça eleitoral se esmerar em puní-los exemplarmente, sendo para isso a Corregedoria Eleitoral eficien



te e vigilante instrumento premonitório e corretivo.

A preclusão é a grande aliada da celeridade no apurar os pleitos e julgar-lhes os incidentes. A presteza é requisito nodular da justiça encarregada da aplicação de uma legislação como a eleitoral, eminentemente circunstancial e emergente, cuja seiva é a realidade e são os fatos. Com relação a ela, o clássico "bis dat, qui cito dat" há de ceder lugar ao "solus dat, qui cito dat". Realmente: ou decide cedo ou praticamente não adiantará decidir. A preclusão deve, pois, ter sua incolumidade preservada e até alargada. Mas ela não pode operar contra a Constituição. O que é inconstitucional é nulo e a preclusão não poderá convaler nulidades. É o que diz o art. 35, sendo que o advérbio "manifestamente" resguardará o instituto contra abusivas exegeses, que pretendam ressuscitar recursos peremptos invocando presumidas vulnerações do Estatuto Cívico.

O art. 26 enfrenta delicado problema de apuração. A incoincidência do número de sobrecartas com o de votantes, verificada na apuração da urna, pode ser:

- a) mais sobrecartas do que votantes;
- b) mais votantes do que sobrecartas.

A anulação pura e simples dessa urna poderá servir aos objetivos criminosos dos que eventualmente forjaram a irregularidade para se beneficiarem dela. Seria premiar o delito. Com justeza pondera o nobre Dep. Raul Pilla, ao falar, como relator, sobre o art. 16 do Projeto 4.601/54:

"Procedendo a votação com regularidade e cuidado, coincide necessariamente o número de votantes com o de sobrecartas encontradas na urna. Entretanto, o nervosismo de algum eleitor e a distração da mesa podem explicar a falta de uma ou duas sobrecartas. Mais difícil de justificar é o excesso, já que a deposição da sobrecarta na cédula constitui o ato final e não pode ser praticado, senão depois do exame do título e da assinatura do eleitor na folha de votação. O excesso é, pois, resultado de fraude, praticada pelo eleitor ou por outra pessoa que se aproxime da urna. Por isto, a tendência tem sido relevar a falta, não o excesso de sobrecartas.

A maior importância da fraude não está, porém, em acrescer a votação da legenda ou do candidato, senão em determinar a anulação de



uma votação que se presume desfavorável. Daí a dificuldade da questão. Deixar de anular a votação é admitir a fraude; anulá-la, é favorecer uma fraude ainda mais grave.

Procurou o Projeto resolver a dificuldade do art. 16, estipulando que a incoincidência entre o número de votantes e o de sobrecartas encontradas não constituirá motivo de nulidade da votação, desde que não resulte da fraude comprovada. A fraude, porém, é difícil de apanhar e talvez só pudesse comprovar-se quando grande fôsse a diferença entre o número de votantes e o das sobrecartas postas na urna. O art. 16 poderia, assim, abrir caminho a uma fraude generalizada, mediante a qual alguns votos a mais em cada secção, poderiam decidir o pleito, já que nunca ou raramente se anularia a votação.

Mais razoável nos parece a sugestão do Tribunal Eleitoral. Pelo Código vigente, faz-se a apuração, se o número de sobrecartas fôr inferior ao dos votantes (art. 98 § 1º); se tal número fôr superior (art. 98 § 2º) faz-se em separado a apuração dos votos para ulterior decisão do Tribunal Eleitoral (art. 97 § 2)). Sugere o Tribunal que o excesso de sobrecartas não importará em nulidade da urna, desde que o número dos excedentes não acarrete a alteração na mesma urna, da colocação das legendas, ou dos candidatos nas eleições pelo sistema majoritário".

Entendemos que o artigo 26 oferece solução consentânea com a moral e a verdade.

Os arts. 36 e 37 foram trasladados do Projeto nº ... 4.601/54 (arts. 28 e 29). O então senador Dario Carodoso, presidente da Comissão de Constituição do Senado, inspirou essas modificações de teor processualístico, justificando-as cumpridamente.

Não figura no anteprojeto a adoção da cédula oficial de votação, preconizada no projeto Edgard Costa. Não nos convencemos de sua conveniência, pelas razões principais que passaremos a relacionar:

1º) - o eleitor, na cabine indevassável, com as cédulas oficiais que receber do presidente da mesa receptora, quando a eleição fôr regulada pelo princípio majoritário, assinalará com um "x" o seu ou os seus candidatos, quando as eleições coincidirem. Por essa forma serão eleitos o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Governador do Estado, o Vice-Governador, os Senadores, os Suplentes de Senadores e os Prefeitos Municipais.

Quando a eleição fôr regida pelo sistema proporcionalista, o eleitor deverá fixar qual a legenda a que pertence o candidato de sua preferência, bem como o número com que êste foi registrado na Justiça Eleitoral, para à esquerda da referida legenda por um "X" e à direita escrever o número de registro do candidato.



*Sumário*  
*252*  
Deverá saber, ainda, que não poderá colocar o número de registro em legenda diferente da assinalada, sob pena de nulidade do seu voto. Todas essas cautelas deverá ter o eleitor para sufragar seus candidatos a Deputado Federal, a Deputado Estadual e a Vereador Municipal.

Pondere-se que a recordação ou a investigação dos nomes exatos, a fim de evitar enganos, isso no momento da votação e sob a possível influência de nervosismo, poderão ter as naturais dificuldades acrescidas pela coexistência de homônimos ou de nomes assemelhados. Em São Paulo, por exemplo, cerca de 700 candidatos concorrem à Assembléia Legislativa e 250 à Câmara dos Deputados. Principalmente com relação aos nomes mais comuns as parecenças são frequentes. Os parlamentares sabem, de dor de cabeça própria, as confusões de que são vítimas pela semelhança de seus nomes com os de colegas.

Isso se verifica na entrega da correspondência, do Diário do Congresso, nas chamadas pelo telefone, até no registro das votações, apartes etc. Nas eleições pelo critério proporcionalista, além dos nomes dos partidos e dos candidatos, devem ser lembrados os respectivos números de registro. Se forem simultâneas as eleições para Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador, terá que reter ou procurar 3 nomes, 3 números de registro e possivelmente 3 nomes diferentes de partidos. Toda essa operação de memória ou de busca ha de ser feita em um minuto, pois este é o tempo máximo de permanência na cabine indevassável de que dispõe.

O resultado fatalmente será o grande número de votos anulados. Parece que o próprio projeto 94/55 o previu, pois em seu art. 9º determinou que a soma dos votos em branco com os anulados, se atingir a mais da metade dos votos, a eleição será anulada.

2º) - Pelo art. 7º do Projeto Edgard Costa, as mesas receptoras serão as detentoras das cédulas oficiais.

Quando facciosas, poderão entregar cédulas assinaladas ou adulteradas, motivando-lhes a anulação. Não precisará toda a mesa ser conivente. Ao primeiro descuido, algum de seus membros, fiscal ou delegado de partido, até mesmo estranhos, poderão fazê-lo.

O aprimoramento do sufrágio, no Brasil, está historicamente vinculado à luta contra a corrupção em que eram vezeiras mesas receptoras todo-poderosas e sectárias. Desde a primeira lei eleitoral que tivemos, de origem espanhola, outorgada por D. João VI, em 7 de maio de 1821, até o grande Código Eleitoral de 1931, mais de um século foi consumido no combate às espoliações dominadas por "slogans" "a mesa é a chave da eleição"; "ganhar a mesa, para ganhar a eleição".

No império, a mesa eleitoral foi proclamada "a grande primeira figura da Corte".

Na República, antes de 1930, eram as famigeradas eleições "a bico de pena", de vasta e até hilariante crônica. Contra o poder



desvirtuado pelas mesas, nada puderam a Lei 842, de 13 de setembro de 1855, conhecida como "Lei dos Círculos"; a "Lei Saraiva", baseada em anteprojeto de Rui Barbosa (Lei n. 3.029, de 9 de janeiro de 1881); nem a lei "Rosa e Silva" (n. 1.269, de 15 de novembro de 1904).

3º) - O não envio ou a não impressão de cédulas, bem como sua insuficiência na decorrência da votação; o desaparecimento de canetas e escassês de tinta nas cabines poderão suscitar delongas, paralisação e até suspensão dos trabalhos eleitorais.

Reiteramos a afirmação com que iniciamos a presente justificativa: reconhecemos o propósito sempre leal e benemérito do preclaro Ministro Edgard Costa. Mas a dolorosa lição do passado e as amargas constatações do presente desaconselham a inovação.

Somos contrários à substituição dos títulos eleitorais pelas folhas individuais de votação, preconizada pelo art. 12 do projeto 94/55, pelos seguintes motivos fundamentais:

1º) O Projeto 94/55 determina que essa substituição somente passará a ser feita depois das próximas eleições de 3 de outubro. Não é assim matéria para a reforma de emergência. Milita-lhe contrariamente a preliminar de inoportunidade.

#### DE MERITIS

2º) Entendemos que a folha individual de votação, na verdade o futuro título eleitoral, conservada em cartório, está sujeita à perda, extravio e manipulações. O título é do eleitor. É documento seu. À sua guarda deve ser confiado e não de terceiros. Perdendo-o, diligenciará no sentido de obter outro, a fim de evitar as sanções previstas. A folha individual de votação, na maioria dos casos, sua falta só poderá ser constatada no momento da votação, originando dificuldades.

3º) - Há descontinuidade na direção dos serviços dos cartórios eleitorais, motivada pela rotatividade na designação dos escrivães. Isso dilui, senão suprime, a responsabilidade por atos negligentes ou fraudulentos.

4º) O fracionamento do arquivo eleitoral em cada eleição - e elas costumam ser seguidas - motivado pelo envio das pastas com as folhas individuais de votação às respectivas seções e o consequente retorno, além de outros inconvenientes, ensejam extravios e danificações.

5º) - A boa política eleitoral é prestigiar o título. Exigí-lo para a prática de determinados atos. Isso determinará o cumprimento da obrigatoriedade do alistamento, instituído pela Constituição Federal. É o que fez o anteprojeto no art. 22.

6º) - Uma vez que se amarre o eleitor à respectiva seção eleitoral, fora da qual não poderá votar, como propõe os arts. 17 e 18 do anteprojeto, desaparece a grande vantagem com tanta ênfase



anunciada em favor da substituição dos títulos pela folha individual de votação.

7º) A partir de 1º de janeiro de 1956, pela Lei nº 2084, de 12 de novembro de 1953, será exigida a fotografia nos títulos eleitorais. Será mais um elemento de identificação e autenticidade a militar pela sua permanência.

Sr. Presidente:

Não bastam leis boas. Serão inócuas, se descumpridas. Sem povo capaz e autoridades competentes, não há excelência legal que baste. As leis não se realizam mecânica ou automaticamente. "O primeiro artigo da Constituição Inglesa é o povo inglês," eis a grande lei britânica.

O Código Eleitoral vigente municia nossa democracia com poderosas armas contra as fraudes e corrupções que mareiam os pronunciamentos populares. Mas estes não são patrulhados devidamente. É lamentável a inércia dos partidos, eleitores, candidatos e até fiscais!

Depois de ocorridas as irregularidades, maxime quando vítimas dela, são pressurosos em fulminar de inepta ou imperfeita a legislação eleitoral.

É velho o vêzo!

Já em 1875, D. Pedro II assim se desabafava com Rio Branco: "Cada vez me entristeço e me envergonho mais do que tem sido, e serão ainda por muito tempo, adotem-se as medidas que se adotarem, as eleições entre nós. Não é o vestido que tornará vestal a Messalina, porém, sim, a educação do povo e, portanto, a do governo".

Recorda Barbosa Lima Sobrinho, o saboroso apólogo da "Sereníssima República", no qual Machado de Assis satirizou os costumes eleitorais da época. Ouçamo-lo:

"Machado de Assis, num de seus contos, que me parece ter sido escrito na fase da campanha pelo voto direto, quando ainda eram recentes as experiências e as decepções da lei dos círculos e da lei do têrço, traçou uma espécie de apólogo dos costumes eleitorais, sob o título de "A Sereníssima República". Empolgadas pela importância do ato eleitoral, as aranhas, que compunham essa república exemplar, viviam mudando as proporções e a forma do saco, em que seriam recolhidos os sufrágios dos votantes. E sempre - dizia o mestre - "o conhecimento da lei é a eterna malícia". Novos processos de fraude burlava as intenções das melhores reformas e dos sistemas mais perfeitos. Um dos sábios da República das Aranhas, Erasmus, contou a seus concidadãos a fábula de Penépole que fazia e desfazia a famosa teia, à espera do espôso Ulisses. E concluía:

- "Vos sois a Penélope da nossa República; tendes a mesma castidade, paciência e talentos. Refazei o saco, amigas, refazei




o saco até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar, entre nós, o lugar que lhe cabe. Ulisses e a Sapiência."

Sr. Presidente:

O anteprojeto que ora submetemos às luzes e aos suplementos da Comissão Mista de Reforma Eleitoral escopa, principalmente, eliminar malversações e suprir lacunas. Mas a dinâmica de sua vigência eficiente dependerá do eleitor exercitar o voto como função pública e não como mercadoria; dos partidos indormidamente patrulharem o respeito à verdade eleitoral e não serem bulhentos sindicatos de ambições ou cobiças, e, finalmente, que a justiça eleitoral, uma das achas da fogueira que queimou a República Velha em 1930, prossiga na dura jornada de materializar as esperanças com que foi saudada como suprema guardiã da pureza do regime.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1955.

  
ULYSSES GUIMARÃES  
Relator

Seção de Mecanografia  
CB/



*252* *(4)*  
*maio*  
Parecer da COMISSÃO MISTA DE REFORMA ELEITORAL (Resolução 8/55)

RELATÓRIO

Por iniciativa da Câmara dos Deputados foi criada, pela Resolução n. 8, de 1955, a Comissão Mista de Reforma Eleitoral e designados para compô-la os Srs. Senadores Flinto Müller, Rui Palmeira, Attílio Vivacqua, Alô Guimarães, Lucio Bittencourt e Cunha Mello, e Deputados Ernani Sátiro, Ulysses Guimarães, Raimundo Brito, Colombo de Souza, Oliveira Brito e Pereira Filho, para, no período de 30 dias de sua instalação, apresentar projeto de reforma da Lei Eleitoral.

Realizou, a Comissão, a sua primeira reunião, em que instalou os seus trabalhos, a 19 de abril, elegendo os Srs. Cunha Mello, Rui Palmeira e Ulysses Guimarães, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator.

Atendendo à complexidade da matéria e do curto prazo de que dispunha a Comissão para a elaboração do substitutivo, achou por bem e conveniente solicitar sugestões que pudessem auxiliá-la, o que fez por intermédio de ofícios, em número de 33, dentre os quais, convém salientar, os remetidos aos Srs. Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado, Líderes de Bancadas dos Partidos nas duas Casas do Congresso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Presidentes dos Partidos e Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Desde a data da sua instalação, dia 19 de abril, até a conclusão dos seus trabalhos, dia 13 de maio, realizou a Comissão 12 reuniões. Na primeira concedeu-se ao Relator



o prazo de 10 dias, a fim de que o mesmo apresentasse seu ante-projeto, independentemente das sugestões que fôsem recebidas, cujo prazo para tal também era de 10 dias. O procedimento antecipado da Comissão, visava a que pudesse a mesma realizar o seu objetivo dentro do período estabelecido. Assim, as sugestões que fôsem recebidas, no que aproveitáveis, seriam absorvidas no texto do ante-projeto.

No dia 29, como fôra resolvido, o Sr. Relator a apresentou o seu trabalho, salientando tomara por base elementos dos projetos ns. 4 601, de 1 954 e 94, de 1 955, consoante fôra deliberado na reunião do dia 22, aproveitando, também, algumas das sugestões recebidas pela Comissão.

Do dia 2 a 7 do corrente realizou a Comissão 7 reuniões, em que foi discutido o ante-projeto, havendo sido apreciadas 38 emendas que lhe foram apresentadas, das quais 23 aprovadas.

Incumbido o Relator de apresentar redação final do substitutivo, fê-lo no dia 11, quando o mesmo foi emendado, depois de discutido, na parte redacional.

No dia 13 foi aprovada a redação final do substitutivo, que ora tenho a honra de apresentar a essa Casa, agradecendo a atenção dos meus nobres pares a assiduidade e o brilhantismo com que se houveram nos trabalhos da Comissão.

Em 16 de maio de 1955.

*Cunha Mello*  
SENADOR CUNHA MELLO  
Presidente da Comissão Mista de  
Reforma Eleitoral.



*Parecer da Comissão*

27 4/10/55  
(C)

A Comissão Mista de Reforma de Emergência da Lei Eleitoral, nos termos da Resolução nº 8/55, elaborou ao Projeto nº 4 601/54 o seguinte

S U B S T I T U T I V O

Art. 1º ~~X~~ O escrivão eleitoral, recebendo o requerimento de inscrição, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo art. 33 do Código Eleitoral, dará recibo do mesmo ao apresentante, registrando-o no livro competente, e, depois de autuá-lo, o fará concluso ao juiz eleitoral, que, dentro do prazo máximo de cinco (5) dias, o despachará.

§ 1º ~~X~~ Se houver qualquer omissão ou irregularidade que possa ser sanada, fixará o juiz eleitoral para isso prazo razoável.

§ 2º ~~X~~ Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição cabe recurso ao Tribunal Regional Eleitoral, interposto pelo alistando, dentro de três (3) dias; e do despacho que o deferir, poderá qualquer delegado de partido recorrer, dentro de três (3) dias.

§ 3º ~~X~~ Os recursos referidos no parágrafo anterior serão julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral dentro de cinco (5) dias.

Art. 2º ~~X~~ Quando o documento que instruir o requerimento de inscrição não fôr um dos referidos no artigo 33, letras "d" e "e" do Código Eleitoral, e surgirem dúvidas quanto à identidade do requerente, o juiz eleitoral converterá o pedido em diligência para que o alistando comprove sua identidade, ou, não possuindo documento hábil para aquele fim, compareça pessoalmente à sua presença.

Art. 3º ~~X~~ Quinzenalmente, o juiz eleitoral fará



28\*2\* 5/11/47 (7)

publicar pela imprensa, quando houver, ou por editais, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, os indeferidos e os convertidos em diligência.

Art. 4º ~~X~~ O título eleitoral, sob pena de suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias, somente será assinado pelo juiz eleitoral depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor.

Art. 5º ~~X~~ O título eleitoral será entregue, pessoalmente, ao eleitor pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou por escrivão eleitoral especialmente designado.

Art. 6º ~~X~~ O juiz eleitoral, o juiz preparador ou o escrivão eleitoral especialmente designado, em dias previamente marcados e anunciados, farão a entrega dos títulos eleitorais nos distritos povoados e na zona rural.

Art. 7º ~~X~~ Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive leprosários, onde haja, pelo menos, 50 (cinquenta) eleitores.

Parágrafo único ~~X~~ Sob pena de responsabilidade do juiz eleitoral, não poderão, todavia, ser localizadas seções eleitorais em fazenda, sítio ou qualquer outra propriedade rural privada, mesmo existindo no local prédio público.

Art. 8º ~~X~~ Não poderão servir como escrivão eleitoral ou juiz preparador e como funcionário de qualquer órgão da Justiça Eleitoral, sob pena de demissão, os membros dos diretórios dos partidos políticos ou os candidatos a cargos eletivos.

Art. 9º ~~X~~ Até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição, todos os que requereram inscrição como eleitor já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para a entrega, se deferidos pelo juiz eleitoral.

§ 1º ~~X~~ Os títulos eleitorais resultantes de pedidos de transferência de domicílio eleitoral também devem estar prontos para entrega até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição.



§ 2º ~~10~~ juiz eleitoral ou o funcionário responsável pela transgressão do preceituado neste artigo será punido nos termos do art. 175, nº 15, do Código Eleitoral.

Art. 10 ~~1~~ Não constarão das listas de eleitores, com a respectiva distribuição pelas seções eleitorais, os que até 60 (sessenta) dias antes da eleição não retirarem de cartório seus títulos eleitorais.

Art. 11 ~~1~~ Nenhum requerimento de inscrição eleitoral será recebido dentro dos 100 (cem) dias anteriores à data da eleição.

Art. 12 ~~1~~ A transferência de título eleitoral, como decorrência da transferência do domicílio eleitoral, só será admitida satisfeitas as seguintes exigências, além das mencionadas no art. 39 e parágrafos do Código Eleitoral:

a) entrada no cartório eleitoral do novo domicílio até 100 (cem) dias antes da data da eleição;

b) transcorrência pelo menos de 1 (um) ano da inscrição primitiva;

c) residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio, atestada pela autoridade policial.

Parágrafo único ~~1~~ Quando removidos, a transferência de título eleitoral de servidores públicos ou autárquicos, civis ou militares, e membros das respectivas famílias, está dispensada das exigências relacionadas nas letras "b" e "c" deste artigo.

Art. 13 ~~1~~ Os requerimentos de transferência de domicílio eleitoral serão publicados, até o prazo máximo de 10 (dez) dias de sua entrada em cartório, pela imprensa, onde houver, ou por editais.

§ 1º ~~1~~ Transcorrido o prazo acima mencionado, será publicado pela mesma forma anterior durante 5 (cinco) dias o despacho do juiz eleitoral, negando ou deferindo o pedido.



7/10/87  
9

~~30~~ \* 4 \*

§ 2º ~~X~~ Poderão recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, o eleitor que pediu a transferência, sendo-lhe a mesma negada, ou qualquer delegado de partido, quando o pedido fôr deferido.

§ 3º ~~X~~ Dentro de 5 (cinco) dias o Tribunal Regional Eleitoral decidirá do recurso interposto nos termos do parágrafo anterior.

§ 4º ~~X~~ Só será expedido o novo título após decorridos os prazos previstos neste artigo e respectivos parágrafos.

Art. 14 ~~X~~ Nenhum requerimento de segunda via de título eleitoral, sob fundamento de perda ou extravio, será recebido dentro dos 80 (oitenta) dias anteriores à data da eleição.

Parágrafo único ~~X~~ O requerimento de segunda via de título eleitoral, sob o fundamento de estrago ou inutilização, obrigatoriamente instruído com a primeira via do título, será recebido até 30 (trinta) dias antes da eleição.

Art. 15 ~~X~~ O requerimento de segunda via de título eleitoral, sob fundamento de perda ou extravio, será sempre apresentado pessoalmente no cartório eleitoral pelo eleitor.

Art. 16 ~~X~~ Os eleitores com segunda via de título eleitoral votarão sempre em separado, pela forma mencionada no artigo 87, letra "b", "c" e "d", do Código Eleitoral, escrevendo o presidente da mesa receptora na sobrecarta maior o seguinte: "Segunda via de título eleitoral".

Art. 17 ~~X~~ Imediatamente após o encerramento dos prazos para alistamento e transferência de eleitores, iniciarão os juízes eleitorais a organização das listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, as quais serão publicadas pela imprensa, se houver, ou por editais, até 30 (trinta) dias antes da eleição.

§ 1º ~~X~~ No município em que as listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais não forem publicadas pela imprensa, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório municipal de partido regularmente registrado.

§ 2º ~~X~~ A infração do disposto neste artigo será punida nos termos do art. 175, nº 15 do Código Eleitoral.



31 \* 5 \*  
15 do Código Eleitoral.

~~100~~  
~~100~~  
~~100~~

82

2-0

§ 32

40

a) e

b) c

Fi

K E t  
rsa d

 $\alpha$  Vo



2/332 \* 6 \* 11

tidos, sem a exigência da letra "b", do artigo 19, desta lei, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma referida no art. 87, § 4º, do Código Eleitoral.

§ 2º ~~X~~ O juiz eleitoral poderá votar em qualquer seção eleitoral da zona eleitoral sob sua jurisdição e os delegados de partidos em qualquer seção eleitoral do município para o qual foram designados, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma referida no art. 87, § 4º, do Código Eleitoral.

§ 3º ~~X~~ Podem votar, tomando-se-lhes o voto pela forma referida no art. 87, § 4º, do Código Eleitoral, os candidatos:

a) a Presidente e Vice-Presidente da República, em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que estiverem inscritos, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;

b) ao Congresso Nacional, a Governador, a Vice-Governador, e às Assembléias Legislativas, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que forem registrados;

c) a Prefeito e às Câmaras Municipais, em qualquer seção eleitoral do município correspondente à zona eleitoral em que foram registrados;

d) a Juiz de Paz, em qualquer seção eleitoral do respectivo distrito.

§ 4º ~~X~~ Podem votar, tomando-se-lhes os votos pela forma referida no art. 87, § 4º, do Código Eleitoral:

a) o Presidente e o Vice-Presidente da República em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que estiverem inscritos, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;



Le 14/33 10/10/1933  
\* 7 \* 12

ra Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;

b) o Governador e o Vice-Governador, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados, e das Assembleias Legislativas, em qualquer seção eleitoral da circunscrição que representarem;

c) o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores em qualquer seção eleitoral do município que representarem;

d) o Juiz de Paz, em qualquer seção eleitoral do respectivo distrito.

§ 52 ~~10~~ Presidente e o Vice-Presidente da República, o Governador e o Vice-Governador, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas, bem como os candidatos a esses cargos, poderão votar em qualquer seção eleitoral do município em que estiverem inscritos, tomando-se-lhes o voto pela forma referida no art. 87, § 4º, do Código Eleitoral.

Art. 21 ~~1~~ Serão punidos com a pena de detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses, o eleitor que votar sem cumprir as exigências referidas nos artigos 19 e 20 desta lei, e o presidente da mesa receptora responsável.

Art. 22 ~~1~~ As sobrecartas para votação serão rubricadas e numeradas de 1 (um) a 9 (nove) pelo presidente da mesa receptora, sucessivamente, à medida e no momento em que forem sendo entregues aos eleitores.

Art. 23 ~~1~~ O eleitor que deixar de votar sem causa justificada perante o juiz eleitoral, até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), imposta pelo juiz eleitoral e cobrada mediante executivo fiscal.

Parágrafo único ~~1~~ Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

a) ser investido ou empossado em cargo ou função pública de qualquer natureza, bem como



34  
\* 8 \*  
13

ocupar emprego em sociedade de economia mista;

b) inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública de qualquer natureza, bem como de sociedade de economia mista;

c) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios;

d) obter empréstimo nas Caixas Econômicas Federais, Estaduais, bem como em qualquer estabelecimento público de crédito mantido ou administrado pelo Governo;

e) praticar qualquer ato para o qual se exija quitação com o serviço militar ou com o imposto de renda;

f) receber o vencimento, remuneração ou salário correspondente ao segundo mês subsequente ao da eleição, quando servidor público, de autarquia e de sociedade de economia mista.

Art. 24 Os brasileiros natos ou naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os excetuados nos artigos 3º e 4º, nº I, do Código Eleitoral, não poderão, sem a prova de que são eleitores, praticar os atos relacionados no parágrafo único do art. 23 desta lei.

Art. 25 Os responsáveis pela inobservância do disposto nos artigos 23 e 24 desta lei incorrerão na multa de Cr\$. 500,00 (quinhentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), ou suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias.

Art. 26 O juiz eleitoral fornecerá aos que não votaram por causa justificada e aos não alistados nos termos dos artigos 3º e 4º, nº I, do Código Eleitoral, documento que os isente das sanções legais.

Art. 27 Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargos de representação proporcional, a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas.

Art. 28 Cada partido poderá nomear 2 (dois) dele-



gados em cada município e dois fiscais junto a cada mesa receptora.

Parágrafo único ✕ Quando o município abranger mais de uma zona eleitoral, cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados junto a cada uma delas.

Art. 29 ✕ A mesa receptora não poderá ser constituída de membros pertencentes a um só partido ou de coligação, a menos que esta abranja a totalidade dos mesmos.

§ 1º ✕ Os juizes eleitorais escolherão e nomearão os membros das mesas receptoras dentre os nomes indicados em lista tríplice, até 45 (quarenta e cinco) dias antes da eleição, pelos partidos e alianças de partidos.

§ 2º ✕ As mesas receptoras serão constituídas de forma a atender, sempre que possível, todos os partidos e coligações de partidos.

§ 3º ✕ Se os partidos e as coligações de partidos não fizerem a indicação no prazo fixado, o juiz eleitoral fará as nomeações atendendo aos critérios referidos neste artigo.

§ 4º ✕ A escolha de fiscal de partido não poderá recair em quem, por nomeação do juiz eleitoral, já faça parte de mesa receptora.

Art. 30 ✕ Da nomeação para membro da mesa receptora, caberá reclamação ao juiz eleitoral dentro de 48 horas, devendo dentro do mesmo prazo ser decidido.

Parágrafo único ✕ Da decisão do juiz eleitoral, caberá recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, sem efeito suspensivo, interposto, dentro de 3 (três) dias, devendo, dentro do mesmo prazo, sêr resolvido.

Art. 31 ✕ O membro da mesa receptora que não comparecer no local, dia e hora determinados para realização da eleição ou abandonar os trabalhos no decurso da votação, sem justa causa apresentada ao juiz eleitoral 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência, incorrerá em multa de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) cobrada mediante executivo fiscal.



104  
36 13/10/67  
\* 10 \* 15  
§ 1º ~~X~~ Se o faltoso fôr servidor público, ou ~~estár~~  
quico, a pena será de suspensão até quinze dias.

§ 2º ~~X~~ As penas previstas neste artigo serão apli-  
cadas em dôbro se a mesa receptora deixar de funcionar por cul-  
pa do faltoso.

Art. 32 ~~X~~ Pelas mesas receptoras serão admitidos a  
fiscalizar a votação, formular protestos e fazer impugnações, in  
clusive sôbre a identidade do eleitor, os candidatos registra-  
dos, os delegados e os fiscais dos partidos.

Parágrafo único ~~X~~ Nas ocorrências motivadas pela  
fiscalização, o presidente da mesa receptora procederá de confor-  
midade com o disposto no art. 87, do Código Eleitoral.

Art. 33 ~~X~~ O prazo para a entrada em cartório do re-  
querimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará,  
improrrogavelmente, às 18 (dezoito) horas do trigésimo (30º) dia  
anterior à data marcada para a eleição.

Art. 34 ~~X~~ Nenhum servidor público federal, estadual  
ou municipal poderá sêr removido ou transferido, ex-offício, para  
cargo ou função que deva exercer fora da localidade de sua resi-  
dência, no período de seis meses antes até três meses depois à  
data da eleição.

Parágrafo único ~~X~~ A proibição vigorará:

a) para todo território nacional nas elei-  
ções para Presidente da República, Vice-Presidente  
da República e Congresso Nacional;

b) para o respectivo Estado quando as e-  
leições forem para Governador, Vice-Governador e  
Assembléias Legislativas;

c) para o respectivo município ou Distri-  
to Federal quando a eleição fôr para Prefeito, Vi-  
ce-Prefeito ou Vereador.

Art. 35 ~~X~~ As eleições serão sempre realizadas com  
a garantia de fôrça federal, posta à disposição das autoridades  
competentes.

Art. 36 ~~X~~ Fica expressamente revogado o art. 127 do



Código Eleitoral.

Art. 37 ~~X~~ Depositado o voto na urna o eleitor, logo em seguida, introduzirá o dedo mínimo da mão esquerda em um recipiente que contenha tinta fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pelos tribunais regionais eleitorais.

§ 1º ~~X~~ A tinta a que se refere este artigo deverá possuir características tais que, aderindo à pele, somente desapareça após 12 horas, no mínimo.

§ 2º ~~X~~ Não será admitido a votar nenhum eleitor cujo dedo apresente vestígios da tinta de que trata este artigo, devendo o Presidente da mesa receptora, antes de admiti-lo a votar, proceder à necessária verificação.

Art. 38 ~~X~~ Competirá aos Tribunais Regionais Eleitorais aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão até 30 dias aos juizes eleitorais e julgar, em grau de recurso, as que forem por estes aplicadas aos funcionários do juízo eleitoral, que poderão recorrer, sem efeito suspensivo, no prazo de três dias.

Art. 39 ~~X~~ O desembargador do Tribunal Regional Eleitoral que não exercer as funções de Presidente ou Vice-Presidente do mesmo, será o Corregedor Geral da Justiça Eleitoral da circunscrição a que pertencer.

§ 1º ~~X~~ As atribuições do Corregedor Geral serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servir.

§ 2º ~~X~~ No desempenho de suas atribuições, o Corregedor Geral se locomoverá para as zonas eleitorais, nos seguintes casos:

a) por determinação do Superior Tribunal Eleitoral ou do Tribunal Regional Eleitoral;



38  
\* 12 \*  
15  
mab  
17

b) a pedido dos juizes eleitorais;

c) a requerimento do Partido, deferido pelo Tribunal Regional;

d) sempre que entender necessário.

Art. 40 ~~X~~ No alistamento eleitoral que se reabrirá de 1º de janeiro de 1956, serão adotadas "folhas individuais de votação", de acordo com o modelo anexo.

§ 1º ~~X~~ As folhas individuais de votação serão conservadas em pastas, uma para cada seção eleitoral; remetidas, por ocasião das eleições, às mesas receptoras, serão por estas encaminhadas, com a urna e os demais documentos da eleição, às Juntas Eleitorais, que as devolverão, findos os trabalhos da apuração, ao respectivo cartório, onde ficarão guardadas.

§ 2º ~~X~~ Ao alistar-se, receberá o eleitor um extrato de sua folha individual de votação, de acordo com o modelo a ser aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que terá a denominação de "Título Eleitoral" e conterá, além dos elementos necessários à sua identidade, inclusive fotografia, o número correspondente ao da referida folha individual e a indicação, por extenso, da seção eleitoral em que tiver sido inscrito, à qual ficará vinculado permanentemente para todas eleições que se realizarem, salvo em caso de transferência de zona ou município, hipótese em que a folha individual será enviada ao Juiz Eleitoral do novo domicílio.

§ 3º ~~X~~ O título eleitoral a que se reporta o parágrafo anterior servirá de prova de que o eleitor está inscrito na seção em que deve votar. E, uma vez datado e assinado pelo presidente da mesa receptora da respectiva seção, servirá também de prova de haver o eleitor votado.

§ 4º ~~X~~ O eleitor será admitido a votar ainda



16/11/57  
18

39  
\* 13 \*

que deixe de exhibir no ato da votação o seu título, desde que seja inscrito na seção e conste da respectiva pasta a sua fôlha individual de votação. Neste caso, a prova de têr votado será feita mediante certidão que obterá, posteriormente, no juízo competente.

§ 5º ~~X~~ No caso de omissão da fôlha individual na respectiva pasta, verificada no ato da votação, será o eleitor, ainda, admitido a votar, desde que exhiba o Título Eleitoral e seja inscrito na seção, sendo o seu voto, nesta hipótese, tomado em separado. Como ato preliminar da apuração do voto, averiguar-se-á se se trata de eleitor em condições de votar, inclusive se realmente pertence à seção.

§ 6º ~~X~~ Verificada a ocorrência a que se refere o parágrafo anterior, a Junta Eleitoral, antes de encerrar seus trabalhos, apurará a causa da omissão. Se tiver havido culpa ou dolo do escrivão, a este será aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até 30 dias, e, na segunda, a de detenção por 1 a 3 meses, ou multa de ..... Cr\$ 1.000.00 a Cr\$ 3.000,00.

§ 7º ~~X~~ A partir de 1º de julho de 1956, perderão seu valor tôdos os títulos eleitorais expedidos até 31 de dezembro de 1955, os quais serão substituídos por fôlhas individuais de votação, mediante requerimento do próprio punho do eleitor, no qual declarará o seu nome, idade, estado civil, profissão, lugar do nascimento e residência, com expressa referência ao município, cidade e bairro, vila ou povoado onde mora.

§ 8º ~~X~~ Deferido, no prazo de 5 dias, o requerimento de que trata o parágrafo anterior, o qual será instruído com o atual título eleitoral ou com qualquer um dos documentos a que se refere o art. 33 do Código Eleitoral, o eleitor comparecerá ao cartório eleitoral, onde entregará três fotografias e assinará a fôlha individual de votação.

§ 9º ~~X~~ As despesas com as fotografias serão fei-



tas diretamente pela Justiça Eleitoral.

§ 10 Para atender ao disposto no parágrafo anterior, o Tribunal Superior Eleitoral destacará e distribuirá anualmente aos Tribunais Regionais dotação destinada a este fim, na proporção do volume e crescimento do alistamento de cada circunscrição eleitoral.

Art. 41 Será feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955.

Art. 42 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1955.

*Ulysses Guimarães*  
*Ulysses Guimarães, relator, vencido quanto*  
*aos arts. 37 e 40, e a na explicitar de funcionários*  
*publicos e os artigos que se a referem a obrigam*  
*e direitos de serviços.*

*Oliveria Brito*  
*Lucio Bittencourt, em parte, quanto*  
*aos artigos 9 e 11 (II).*  
*Lucio Bittencourt, vencido, em parte, de*  
*acordo com o art. que se refere.*

*Emami Satir*  
*Emami Satir - vencido quanto*  
*a replicas da cédula oficial.*  
*Colonabo de Souza*  
*Alfredo de Souza, vencido,*  
*de acordo com a deliberação*  
*de voto anula.*  
JS.

*Daymundo Brito*  
*Aluísio Vivas*  
*Aluísio Vivas, vencido parcialmente, nos termos de*  
*minha declaração do voto anexo q. art.*  
*Adylio Viana*  
*Adylio Viana*



J U S T I F I C A Ç Ã O

Dentro do prazo que a Comissão Mista de Elaboração da Reforma Eleitoral nos assinalou (6 dias) como seu Relator, para organização de anteprojeto do substitutivo que lhe cumpre elaborar, nos termos de sua decisão com base na Resolução que a criou (nº 8) - examinamos tôdas as proposições existentes no Congresso, sôbre a matéria, bem como avultado número de emendas e sugestões escritas e orais, que nos foram endereçadas por senadores, deputados, juizes eleitorais, entidades de classe e particulares.

Os projetos mais importantes são os de nº 94/55 (elaborado pelo Ministro Edgard Costa e encaminhado pelo Executivo); o de nº 4.601/54 (chamado "reforma eleitoral de emergência", já aprovado no Senado); o de nº 4.636/54 (também já aprovado no Senado, sendo seu autor principal o nobre senador João Villas Boas, objetivando reformar totalmente o Código Eleitoral); o de nº 2.377/52 (do Deputado Coutinho Cavalcanti); o de nº 1.984/52 (do Deputado Arnaldo Cerdeira); o de nº 887/51 (do Deputado Tarso Dutra); o de nº 33/51 (do Deputado João Agripino); o de nº 479/50 (do Deputado Samuel Duarte).

É de justiça ressaltar a importância dos projetos Arnaldo Cerdeira e Villas Boas (1.984/52 e 4.636/54), notadamente o primeiro, pela sua extensão, pois é realmente proposta de novo código eleitoral, pela profundidade das alterações oferecidas, inclusive a instituição de modalidade do voto distrital compatível com o sistema proporcionalista exigido pela Constituição Federal, e, finalmente, pela fundamentação com que a matéria foi justificada. Servirão, ambos, como preciosos subsídios para a tão anunciada quão procrastinada reforma da legislação eleitoral vigente, a qual deverá ser imediatamente atacada pelo Congresso após as eleições de 3 de outubro próximo, a fim de que trabalho tão importante e sério, condicionador da pureza do regime, se forre da premência de tempo que atropela a reforma que ora se quer editar.

Uma palavra de justiça ao combativo Dep. Raul Pilla, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, na legislatura anterior, pela forma criteriosa e autorizada com que a examinou.



A seguir exporemos a orientação geral que inspirou a elaboração do presente Substitutivo.

Antes que se expirasse o prazo assinalado pela Resolução nº 8 - o que só se dará no dia 18 do corrente - após exaustivos trabalhos, inclusive com realizações frequentes de duas sessões diárias, a Comissão Mista examinou o anteprojeto oferecido pelo Relator, aprovando-o em suas linhas mestras, salvo emendas supressivas, modificativas e aditivas.

O Substitutivo, conforme já decidiu a Comissão, será ao projeto nº 4.601/54, aprovado pelo Senado. É a apelidade "reforma de emergência", contendo 39 artigos. Fundamentam a escolha do projeto 4.601 como base, o art. 2º da Resolução nº 8, que constituiu esta Comissão Mista e a celeridade de tramitação, uma vez que assim dois turnos regimentais são ganhos: o Substitutivo sofrerá só uma discussão e votação na Câmara e outra no Senado.

Como subsídio principal, o Substitutivo socorreu-se do projeto 94/55, de autoria do eminente Ministro Edgard Costa e enviado ao Congresso pelo Executivo, bem como do projeto 4.601/54. Trata-se, o primeiro, de obra sucinta e precisa (16 artigos), que muito honra o preclaro magistrado que a prolatou. Dela se poderá dissentir, como, em certos passos, o fez o relator. Semelhante discrepância, de resto normal em matéria das mais controvertidas da literatura jurídica universal, valoriza ainda mais a homenagem de respeito e admiração que deve ser tributada ao desejo, que invariavelmente evidencia, de cooperar pelo aprimoramento de nossas instituições democráticas, através da difícil busca da verdade na captação da vontade popular.

A "reforma" deve ser "de emergência", diz, analiticamente o art. 2º da Resolução nº 8.

Fiel a essa ordem e convictos de que uma das formas de não se reformar o Código vigente, no que seja absolutamente necessário, com tempo de alcançar o pleito de 3 de outubro próximo, será o propósito ambicioso de reforma ampla ou total, a Comissão buscou estruturar com o essencial e inadiável. Esse o critério preli



minar para seleção do farto e heterogêneo material legislativo examinado: - no Substitutivo, para a emergência do pleito que se a vizinha, somente o indispensável e urgente.

Passamos à justificação do Substitutivo, artigo por artigo:

Artigo 1º

Derroga o art. 35 do Código Eleitoral. Os autos de alistamento serão imediatamente conclusos ao Juiz eleitoral. Esta a primeira modificação. Segunda: o Juiz tem prazo improrrogável para despacho (5 dias). O prazo é máximo, não mínimo. Dentro de 5 dias, diz a redação oferecida. O Juiz eleitoral poderá despachar na hora 1, 2, 3, 4 até 5 dias, no máximo.

O parágrafo 2º cuida dos recursos aos despachos nos autos de alistamento. Serão em qualquer caso 3 dias, para o alistando que tem seu requerimento indeferido e para qualquer partido, através de seu respectivo delegado, contra deferimentos em desacôrdo com a lei. O recurso será sempre à instância superior: o Tribunal Regional Eleitoral.

O prazo é de 3 dias. O Substitutivo se orientou no sentido da admissibilidade dos recursos. Assim, sempre se abrirão vias para denunciar e corrigir abusos, fraudes, irregularidades. Mas os prazos devem ser curtos. Precisam todos ou quase todos estar esgotados até a publicação da lista dos votantes (art. 15), a qual não pode estar sujeita a contínuas flutuações. O parágrafo 3º assinala prazo para o Tribunal Regional Eleitoral decidir: 5 dias.

Artigo 2º

O Substitutivo, aqui, quis obviar uma das fraudes comumente denunciadas: a expedição de títulos eleitorais com fundamentação falsa, quanto à identidade. O art. 33 do Código Eleitoral relaciona os documentos que devem instruir a petição de inscrição. Quando forem os das letras "d" e "e" - carteira de identidade ou certificado de reservista - a exigência da prova de identidade está satisfeita.



Quando o documento fôr outro, cuja função específica não se ja atestar a identidade, o pedido de alistamento baixará em diligên cia, caso surjam dúvidas razoáveis quanto à identidade. O alistan do deverá prová-la (carteira profissional, carteira da Ordem dos Ad vogados, diploma, etc.). Se não dispuser de prova hábil, o Juiz e xigirá sua presença em cartório, para, através de interrogatório, di rimir dúvidas. O dispositivo é inovação, dêle não cuidando o Códig o Eleitoral.

#### Artigo 3º

O Substitutivo se orientou pelo princípio de publicidade dos atos eleitorais. Tudo que seja importante deve ser publicado . O art. 3º é coerente com semelhante princípio. A publicação deve ser sempre pela imprensa, Quando não houver, por editais. Não cons ta do Código Eleitoral semelhante dispositivo.

#### Artigo 4º

Foi sugerido pelo Proj. Edgard Costa (art. 2º). É dos mais salutareos. Juizes eleitorais assinavam títulos em branco. Seriam preenchidos depois pelo escrivão eleitoral. Graves e abundantes frau des originavam-se dessa irregularidade. Em certos Estados ocorria torrencial derrame de títulos falsos nas proximidades das eleições. O Juiz eleitoral, pelo art. 4º, só assinará por último: "depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor", diz a redação pro posta. Não assinará, assim, títulos a mais. Poderá, até o último momento, evitar irregularidades, como é de sua função e para o que tem autoridade. Foi agravada a pena proposta no projeto Edgard Cos ta. Será de suspensão até 30 dias, sendo designado outro Juiz para responder pelo juiz eleitoral faltoso. Preceito novo, inexistindo na atual legislação eleitoral.

#### Artigo 5º

Derroga o § 2º, do art. 37, do Código Eleitoral. A entrega do título poderá ser feita pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou por escrivão especialmente designado. Mas o eleitor deverá, nes-



soalmente, recebê-lo. Não poderá fazê-lo por procurador ou delegado de partido. Pessoalmente, dirá a lei, em caráter imperativo, inexceptuável. Isso na cidade. O preceito quer obviar manipulações eleitorais pelos "cabos". Será mais um meio de coibir a titulação irregular de eleitores. Se as cautelas anteriores forem burladas, subsistirá ainda a entrega pessoal.

#### Artigo 6º

Derroga o parágrafo 2º do art. 37 do Código Eleitoral. A regra deve ser: a justiça eleitoral deve ir ao eleitorado e não o eleitorado à justiça eleitoral. O caminho das urnas deve ser encurtado e não encomprido. E neste País, nada melhor para alongar, se não entulhar caminhos, do que a burocracia. O eleitorado rural - o das vilas, povoados, distritos - não deve ser deslocado. A entrega de títulos será no local, em dias certos, marcados prêviamente e devidamente anunciados, para conhecimento geral.

#### Artigo 9º

O Substitutivo buscou separar com prazos duas fases distintas: a organização do eleitorado (alistamento, transferências, 2ªs. vias, etc.) da organização da eleição (distribuição do eleitorado pelas seções, organização das mesas receptoras, etc.). O Código Eleitoral não o fez destacadamente. Tumultuava-se o processo eleitoral. Os prazos, em geral, como se verá, foram recuados. O art. 7º assinala prazo máximo à justiça eleitoral para qualificar e inscrever o eleitorado.

Até 70 dias dirá a lei. Não basta recuar os prazos para os eleitores pedirem inscrição ou transferência (ou 100 dias). A justiça eleitoral também deve ser expedita. Até 70 dias antes do pleito, os títulos devem estar prontos. O prazo é máximo, não mínimo. Podem e deverão estar prontos antes do limite fatal, cujo desrespeito importará na pena administrativa de suspensão até 30 dias, além da multa de R\$ 200,00 a R\$ 1.000,00 (art. 175, nº 15, punição para o descumprimento dos prazos legais). Punição para o responsável: juiz ou funcionário do cartório eleitoral.



Artigo 10

O regime dos prazos encadeia-se num sistema, concatena-se organicamente. São dentes da mesma engrenagem: funcionamento regular da justiça eleitoral. Não é suficiente prazo para o eleitorado requerer e para o cartório aprontar-lhe os títulos. As listas não podem ficar em cartório indefinidamente. Os retardatários, os aflitos da undécima hora, não podem imprimir o ritmo de sua morosidade aos trabalhos eleitorais. A justiça eleitoral precisa organizar a lista de votação, distribuindo nela os eleitores pelas seções eleitorais, até 30 dias antes do pleito (art. 17). Como poderão fazê-lo, se os eleitores não retirarem seus títulos? Essa lista de votação, documento de importância fundamental para a fiscalização, não pode estar sujeita a contínuas modificações. Esses os pressupostos do art. 10, que versa matéria não cogitada no Código Eleitoral.

Artigo 11

Alistamento é gênero abrangendo: o pedido de inscrição, a qualificação e a inscrição do eleitor. O art. 11 determina prazo para o início do alistamento, ou seja, a entrega do pedido de título em cartório. Nenhum deles será recebido a partir dos 100 dias anteriores à eleição. Mesmo para os pedidos entregues no limite máximo, a justiça eleitoral terá mais 30 dias para apresentar os respectivos títulos (art. 9º). Sem estipular prazo para entrega dos pedidos de inscrição eleitoral, o trabalho dos cartórios não se normaliza, ensejando seu atrasamento clima desfavorável à fiscalização, conseqüentemente propício às fraudes. O art. 64 do Código Eleitoral estipula 60 dias para encerramento do alistamento. Serviu-se da palavra "alistamento" para significar sua primeira fase: o recebimento do pedido de título em cartório. O art. 11 recua o prazo para 100 dias. O projeto Edgard Costa propôs 120 dias. Sem (100) dias são suficientes para evitar atropelos de última hora. Situam-se organicamente no sistema concatenado de prazos assinalados no Substitutivo.



Artigos 12 e 13

Os pedidos dos eleitores, quanto a títulos eleitorais, obedecem esta escala decrescente de frequência: alistamento novo, transferência por mudança, 2<sup>as</sup>. vias por perda ou extravio e 2<sup>as</sup>. vias por estrago ou deterioração.

Num país de migração interna como o nosso, não só intensa como constante, no mesmo ou em Estados diferentes, principalmente do Norte para o Sul, a transferência de título é fato corrente nas circunscrições e zonas eleitorais. É um direito que deve ser respeitado com cautelas para evitar irregularidades. A transferência tem sido porta aberta à fraude. E a 2<sup>a</sup> via por perda ou extravio, portão escancarado à mesma. Principalmente nas eleições municipais, ou, nas estaduais, nas regiões limítrofes, eleitores são exportados ou importados pelo contrabando da transferência, mal patrulhada, como sóe acontecer, pelos candidatos e partidos. Primeira medida acauteladora: recuar o prazo para recebê-la em cartório para 100 dias. Logo após o encerramento deste prazo, as listas dos votantes, inclusive os de transferência, passarão a ser organizadas pela justiça eleitoral (art. 17), sob a fiscalização direta dos partidos e à vista dos processos e fichas de inscrição (art. 18). Segunda providência: além dos requisitos que o requerimento deve adimpler, "ex-vi" do art. 39 do Código Eleitoral (ser instruído com o título do domicílio antigo e ter a declaração de que se mudou abonada por duas testemunhas; decorrência de pelo menos um ano da inscrição primitiva), a letra "c" do art. 12 fixa mais um: residência mínima de 3 meses no novo domicílio.

Quando se trata de funcionário ou servidor público, só prevalecerá a exigência do prazo de 100 dias para ingresso em cartório do pedido de transferência. Isso para que a lista dos que votarão no pleito, organizada sob fiscalização dos partidos e publicada para conhecimento geral, possa ser elaborada no prazo e com as cautelas devidas.

A terceira medida contra os abusos ensejados pela transferência é a aventada no art. 13. A imprensa ou editais, dentro de



10 dias, publicarão os pedidos. O juiz despachará 5 dias após. Os recursos para a instância superior serão admitidos dentro de 48 horas e o Tribunal Regional decidirá dentro de 5 dias. O regime de ampla publicidade e de admissibilidade dos recursos policiará essa forma de alistamento. Aqui, como em tudo o mais, os partidos, tempestivamente, devem estar vigilantes, serem expeditos e não se lembrarem de Santa Bárbara somente quando no céu há trovoadas, trombeando, postumamente, cabeludas infrações quando a casa da derrota lhes caiu em cima.

#### Artigos 14, 15 e 16

Cuidam do pedido de 2ª via de título eleitoral. Sob falsa alegação de extravio e perda, títulos são obtidos para fins fraudulentos. A votação em separado em seções eleitorais diferentes, no mesmo município ou em outro, ensejava a utilização do título original e o em 2ª via. O Substitutivo cuidou de garantir a expedição da 2ª via com novas precauções. Há duas espécies de 2ª via: a por perda ou extravio e a por deterioração ou inutilização. Esta última não oferece perigo, uma vez que o respectivo pedido virá sempre acompanhado do título originário.

Eis por que o prazo é menor: 30 dias. Cautelas para a expedição da 2ª via por perda ou extravio: 1ª) o requerente deverá apresentar pessoalmente o pedido em cartório. Entre outras vantagens, essa exigência evitará que alguém requeira, sem conhecimento do legítimo detentor do título, a 2ª via do mesmo. Obtendo-a, será dada baixa ao título originário, impedindo que com ela seu verdadeiro possuidor possa votar. 2ª) somente até 80 dias antes da eleição poderão ser pedidos. O § 3º, do art. 37, do Código Eleitoral, admite-os até 10 dias antes do pleito. A organização da lista de votação sob fiscalização dos partidos (arts. 17 e 18) e sua publicação, relacionando todos os eleitores, possibilitará escoimar o alistamento de irregularidades correlacionadas com as 2ªs. vias de títulos. 3ª) Os eleitores titulados com 2ª via votarão sempre em separado. Outra irregularidade: eleitores que vendiam os títulos, que ficavam



- 9 -

em poder do comprador. Depois requeriam novo título, alegando perda ou extravio. A votação, só possível na respectiva seção acabará com tal irregularidade.

#### Artigos 17 e 18

É de grande importância a organização da lista completa dos eleitores de cada zona eleitoral, com sua distribuição por municípios e por seções eleitorais. Principalmente a distribuição por seções. Disso se ocupará a justiça eleitoral assim que terminem os prazos para alistamento e transferência (100 dias). Têm no máximo 70 dias para desenvolver metódica e meticulosamente êsse trabalho, pois 30 dias antes da eleição (art.17) deverão estar publicadas semelhantes listas.

Quando não houver jornal, a divulgação será por editais e cada diretório municipal receberá uma cópia. O art.18 admite a fiscalização dos partidos na elaboração dêsse documento, o que se fará à vista dos processos e fichas. No caso de exclusão, o eleitor ou o delegado de partido poderá recorrer, sendo estipulados os respectivos prazos e os para decisão pelo Tribunal Regional Eleitoral. Os arts.17 e 18 contêm disposições não constantes do Código Eleitoral.

#### Artigos 19, 20 e 21

Estatuem as duas exigências capitais para que o eleitor vote. Não poderá fazê-lo: a)- sem que exhiba seu título; b)- fora da seção eleitoral de que conste seu nome. O que o Substitutivo quer é amarrar o eleitor à respectiva seção eleitoral. O que se quer é acabar com a votação itinerante, com o eleitor em trânsito. Só pode votar uma vez e na seção correspondente. A vedação não é absoluta. Mas suas exceções são taxativamente discriminadas. Só foram estabelecidas em função de altos dignatários da República, a maioria com atribuições no dia do pleito, que requerem mobilidade. Os membros da mesa, os fiscais de partido nela acreditados, nela votarão. Não poderão abandonar suas tarefas e não devem ser privados do exercício do voto. O juiz eleitoral, com jurisdição sobre toda zona eleitoral, votará em qualquer seção da mesma. Os delegados de partido, em número de 2 para cada partido, votarão em qualquer seção do respectivo município. Muitas vezes seus deveres funcionais exigem sua presença em determinado distrito, povoado, vila ou mesmo junto a certa mesa receptora. É lícito que se lhe facilite a votação, pois os interesses de todo um partido dependem do



do seu zelo e da constância de sua vigilância. Os candidatos, aos cargos executivos e legislativos, poderão votar em qualquer seção da circunscrição correspondente à eleição em causa. É lógico que o candidato a Presidente da República ou mesmo o Presidente da República só poderão votar, nas eleições estaduais ou municipais, no Estado ou no Município em que sejam eleitores. Os candidatos desempenham importante papel no dia do pleito. Frequentemente sua presença é requisitada por correligionários residentes longe do seu domicílio eleitoral, a fim de ampará-los na luta contra a perseguição, ameaças, prisões arbitrárias. O mesmo sucede com deputados, senadores. Interessa à regularidade do pleito que cidadãos assim credenciados participem de sua manutenção. A votação sempre é tomada em separado, inclusive por ser a única forma que caracterizará sua excepcionalidade e justificará a inclusão de mais um nome na lista de votação da seção. Penas severas foram especificamente estabelecidas para punir os desrespeitadores do salutar princípio.

#### Artigo 22

Há infrações decorrentes do mau uso das sobrecartas, que pelo art. 77 do Código Eleitoral serão enviadas pelos juizes eleitorais aos presidentes de cada mesa receptora pelo menos 72 horas antes da eleição. Às vezes são inescrupulosamente entregues a cabos eleitorais. Uma das formas de utilização viciosa das sobrecartas já autenticadas é na formação das chamadas "correntes". O eleitor leva uma sobrecarta já autenticada e fechada, obrigando-se a voltar com a que o presidente da mesa lhe entregar. A numeração evitará essa e outras fraudes, se os fiscais e os membros da mesa se dispuserem a realmente fiscalizar. O número do envelope recebido deve coincidir com o do envelope que será introduzido na urna. A numeração deve ser em séries repetidas de 1 a 9. Se fôsse continuada, violaria o sigilo do voto. A rubrica e a numeração serão feitas sucessivamente, à medida e no momento em que as sobre -



cartas forem sendo entregues. Rubricas e numeração prévias ensejam fraudes.

#### Artigos 23, 24, 25 e 26

O eleitor é obrigado a votar. Mais do que a lei eleitoral, é a Constituição que o exige (art. ). Só a causa justificada o eximirá das penas cominadas. Terá prazo para justificar-se: 30 dias. A multa estipulada no art. 21 reproduz a fixada no art. 175, nº 2, do Código Eleitoral. Mas a imposição de multa revelou-se incapaz, na prática, de efetivar a obrigatoriedade do voto. Mesmo porque a regra tem sido o descumprimento do preceito que puna a infração. O Substitutivo, para combater a abstenção, instituiu a prova de haver votado, pago a multa correspondente ou haver se justificado, como condição para realização de certos atos da vida civil ou profissional. Procedeu da mesma forma com relação à prova de que é eleitor. Só se eximem da exigência os não alistáveis. A boa política é a da valorização do título eleitoral. Quem não o tem não é cidadão "pleno jure". O art. 25 prescreve multa (de R\$ 500,00 a ... R\$ 2.000,00) ou suspensão disciplinar para os que, geralmente funcionários públicos, deixarem de exigir, na realização dos atos descritos no art. 23, e no art. 24, a prova de que votou, pagou a respectiva multa ou se justificou, bem como de que é eleitor ou está legalmente isento. A justiça eleitoral fornecerá atestado (art. 26 documentando a situação do requerente a seu respeito).

#### Artigo 27

É o art. 10 do Projeto Edgard Costa. Evitará a injusta e até feroz luta dentro da mesma legenda, circunscrita a poucas urnas. A experiência atesta que nessa caça furiosa ao eleitor as armas da corrupção são as preferidas. Sofre o partido com a cruenta competição doméstica. O art. 107 do Código Eleitoral só autoriza a renovação de eleições quando a mesma possa alterar o quociente partidário. Só é ordenada quando possa



alterar a posição das legendas e não dos candidatos da mesma legenda. Coerente com o pressuposto que remeteu a novo pleito é fazer com que na apuração, fase final do mesmo, o cômputo de votos só se faça para as legendas.

#### Artigo 28

Os partidos exercem fiscalização limitada ou específica, pelos fiscais, e ampla ou genérica, pelos delegados. A primeira junto a cada Mesa receptora, no dia da eleição, por intermédio de 2 fiscais. A segunda sobre toda a área partidária do Município através de 2 delegados. Cuidou, no parágrafo único, do caso singular dos municípios, como soem ser as capitais, que pela sua população eleitoral, abrangem mais de uma zona eleitoral. Em geral a zona eleitoral, abrange vários municípios, ou, mais raramente, um só município. Na hipótese de municípios com várias zonas eleitorais a fiscalização não poderia ser comprometida. Os partidos nomearão delegados, em número de 2, junto a cada zona eleitoral. O art. 28 sistematizou o assunto.

#### Artigos 29, 30 e 31

Objetivam: a) - impedir que um só partido ou coligação monopolizem a constituição na mesma mesa receptora; b) - interessar os partidos na formação das mesas receptoras pela indicação das listas tríplexes; c) - fornecer aos juizes eleitorais voluntários para essa tarefa, o que, em geral, gera embarços, principalmente nas pequenas cidades, pela inexistência de pessoas com as luzes, em número e com a boa vontade necessários.

O Substitutivo impede que pessoas desejosas de recusar sua colaboração como partícipe da mesa receptora, logrem fazê-lo provocando impedimento com posterior designação de fiscal de partido. Por seu turno o Substitutivo protege os partidos contra nomeações facciosas de seus mais atuantes elementos para membro de mesas receptoras, a fim de inobilizá-los. Em tempo (até 45 dias), deverão fazer as indicações de seus filiados mais apropriados à função. Apesar das cautelas enumeradas, o



Substitutivo admite os remédios da reclamação e do recurso. Este tem efeito suspensivo, só produzindo efeito se provido.

São estipuladas penas para os membros da mesa faltosos, agravadas se a mesa, por esse motivo, não funcionar.

#### Artigo 32

Admite fiscalização mais ampla, junto às mesas receptoras, que a permitida pelo art. 87 do Código Eleitoral. Não somente os fiscais terão qualidade para exercê-la, notadamente a atinente à identidade dos eleitores. Também os delegados de partido. É claro: quem pode o mais, fiscalizar em todo município, implicitamente pode o menos, fazê-lo em determinada seção. O mesmo argumento aproveita aos candidatos, representantes e próceres mais categorizados dos partidos.

#### Artigo 33

O art. 48 do Código Eleitoral fixou o prazo de 15 dias para o registro dos candidatos. Coerente com o recuo geral dos prazos, para desafogo dos trabalhos eleitorais, o Substitutivo propõe 30 dias. É preciso que se recorde que o registro dos candidatos poderá gerar impedimentos (junto a membros de mesas receptoras, juizes eleitorais, etc.). É indispensável que haja tempo para boa solução de semelhantes incidentes supervenientes. O prazo de 30 dias será suficiente.

#### Artigo 34

É derogatório do art. 250 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Ampliou a segurança aos funcionários estaduais e municipais. A experiência tem confirmado a esperança que o Congresso depositou no art. 250 como preventivo contra perseguições ao funcionalismo federal. O art. 34 procurou corrigir a imprevisão do art. 250 do Estatuto. Aqui se fala genericamente em "cada eleição". É evidente que se o pleito é municipal, a administração não está impedida de remover ou transferir em outros Municípios. Se a eleição é num Estado, só neste funciona a proibição.



Artigo 35

Aproveitou o art. 11 do Proj. Edgard Costa. É dos mais importantes. Não se trata da outorga de possibilidade de requisição de força federal. Ela estará automaticamente requisitada por esse artigo de lei, com o que se evitará as barulhentas explorações de uma ou de outra das facções em luta, com reflexos no pleito, quando a justiça eleitoral requisiava força federal.

A força federal estará à disposição das autoridades eleitorais nos pontos chaves de cada Estado, Território ou Distrito Federal. A redação deste artigo diz que as eleições serão "sempre" realizadas com a garantia de força federal. Não excluirá outros policiamentos (polícia estadual, polícia militar ou força pública estaduais, polícia municipal, guarda civil, etc.), que normalmente asseguram a ordem, como até o presente momento vem acontecendo.

Artigo 36

Impõe a revogação do artigo 127 do Código Eleitoral, que determina que a eleição em seção anulada se renovará uma só vez. A prática tem revelado que tal anulação tem sido muitas vezes provocada, na votação originária, e na renovação da mesma, com o fito pré-determinado de evitar presumida vantagem de determinado candidato ou partido em determinada seção. Ora, a não renovação da eleição mais de uma vez iria possibilitar que o esbulho lograsse seu criminoso objetivo. Eis a razão da revogação proposta pelo art. 34.



Artigo 38

A competência do Tribunal Regional Eleitoral é para aplicar penas disciplinares. Da advertência<sup>e</sup>/de suspensão até 30 dias. Este teto da punição, 30 dias, é o referido nesta lei, inclusive com respeito aos juízes (art. 4º).

Artigo 39

A instituição da Corregedoria Geral da Justiça Eleitoral (art. 39) objetiva fiscalizar e instaurar a responsabilidade das autoridades puníveis por omissão ou comissão, a começar dos juízes eleitorais. O desembargador corregedor se locomoverá inclusive para o interior, por entender espontaneamente ser do seu dever ou pelas formas provocadas conforme o artigo 39 (trinta e nove) e seus respectivos parágrafos discriminam. Infelizmente pesam às vôzes graves acusações contra juízes eleitorais, devendo a própria justiça eleitoral se esmerar em puní-los exemplarmente, sendo para isso a Corregedoria Eleitoral eficiente e vigilante instrumento premonitório e corretivo.



Artigo 41

O art. 81 da Constituição Federal ordena:

"O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente, em todo o país, cento e vinte dias antes do término do período presidencial".

Cento e vinte dias fala o Estatuto Cívico. Fixou, dia a dia, a data. Funcionará o prazo em razão do término do mandato presidencial (dia 31 de janeiro, cinco anos a - pós iniciado). Não disse o texto "até 120 dias antes" nem "dentro de 120 dias". Expressou-se peremptoriamente: - "Cento e vinte dias antes ...". O ato do Superior Tribunal Eleitoral é meramente declaratório. Não poderá designar outro dia, nem o Congresso igualmente, através de lei ordinária. Conclusivamente se manifestou o Código Supremo. Na próxima sucessão, a data recairá numa segunda-feira. Daí a proposta de que seja feriado nacional, para permitir a todos que cumpram seu dever eleitoral, principalmente os trabalhadores da indústria e da agricultura.

A disposição é transitória: este ano o três de outubro será feriado, porque nesse dia realizam-se as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República. Aliás, sempre que estas se realizarem, será preciso que se declare o respectivo dia feriado, a não ser que coincida com domingo. Porque semelhante pleito sempre será travado no dia 3 de outubro. Andou mal a Constituição em regular rigidamente a matéria. Deveria ter dito, por exemplo: "no primeiro domingo dentro de 120 dias". Assim se evitaria criar mais feriado, num país que já os tem tantos, nacionais, estaduais e municipais, isso sem contar essa híbrida instituição, essa esdrúxula figura dos apelidados "pontos facultativos", cuja incerteza tantos males causam ao comércio e ao mundo dos negócios.



Grilo

CÉDULA OFICIAL

L 57

Não figura no substitutivo a adoção da cédula oficial de votação, preconizada no projeto Edgard Costa. Por estas razões principais:

1º) - o eleitor, na cabine indevassável, com as cédulas oficiais que receber do presidente da mesa receptora, quando a eleição fôr regulada pelo princípio majoritário, assinalará com um "x" o seu ou os seus candidatos, quando as eleições coincidirem. Por essa forma serão eleitos o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Governador do Estado, o Vice-Governador, os Senadores, os Suplentes de Senadores e os Prefeitos Municipais.

Quando a eleição fôr regida pelo sistema proporcionalista, o eleitor deverá fixar qual a legenda a que pertence o candidato de sua preferência, bem como o número com que êste foi registrado na Justiça Eleitoral, para à esquerda da referida legenda pôr um "X" e à direita escrever o número de registro do candidato.

Deverá saber, ainda, que não poderá colocar o número de registro em legenda diferente da assinalada, sob pena de nulidade do seu voto. Tôdas essas cautelas deverá ter o eleitor para sufragar seus candidatos a Deputado Federal, a Deputado Estadual e a Vereador Municipal.

Pondere-se que a recordação ou a investigação dos nomes exatos, a fim de evitar enganos, isso no momento da votação e sob a possível influência de nervosismo, poderá ter as naturais dificuldades acrescidas pela coexistência de homônimos ou de nomes assemelhados. Em São Paulo, por exemplo, cêrca de 700 candidatos concorrem à Assembléia Legislativa e 250 à Câmara dos Deputados. Principalmente com relação aos nomes mais comuns as parecenças são frequentes. Os parlamentares sabem, de dor de cabeça própria, as confusões de que são vítimas pela semelhança de seus nomes com os de colegas.

Isso se verifica na entrega da correspondência, do Diário do Congresso, nas chamadas pelo telefone, até no registro das votações, apartes etc. Nas eleições pelo critério proporcionalista,



além dos nomes dos partidos e dos candidatos, devem ser lembrados os respectivos números de registro. Se forem simultâneas as eleições para Deputado Federal, Deputado Estadual e Vereador, terá que reter ou procurar 3 nomes, 3 números de registro e possivelmente 3 nomes diferentes de partidos. Toda essa operação de memória ou de busca há de ser feita em um minuto, pois este é o tempo máximo de permanência na cabine indecassável de que dispõe.

O resultado fatalmente será o grande número de votos anulados. Parece que o próprio projeto nº 94/55 o previu, pois em seu art. 9º determinou que a soma dos votos em branco com os anulados, se atingir a mais da metade dos votos, a eleição será anulada.

2º) - Pelo art. 7º do Projeto Edgard Costa, as mesas receptoras serão as detentoras das cédulas oficiais.

Quando facciosas, poderão entregar cédulas assinaladas ou adulteradas, motivando-lhes a anulação. Não precisará toda a mesa ser conivente. Ao primeiro descuido, algum de seus membros, fiscal ou delegado de partido, até mesmo estranhos, poderão fazê-lo.

Nos termos do art. 77 do Código Eleitoral, pelo menos 72 horas da eleição todo o material de votação será enviado ao presidente de cada mesa receptora. Portanto, pelo menos 3 dias antes do pleito as cédulas oficiais a esta serão confiadas. Sim, porque isso poderá suceder 4, 5, 6 ou mais dias. O prazo é máximo, não mínimo. Nesse espaço de tempo, presidentes de mesa facciosos poderão viciar esse material, inclusive assinalando-o previamente. Poderão, ainda, entregar cédulas a cabos eleitorais, que com elas municiarão o "eleitorado cabresto". Poderão, por fim, simular perda ou roubo das cédulas, não podendo a eleição se realizar no dia, pois a impressão ou envio de novas reclama tempo.

O aprimoramento do sufrágio, no Brasil, está historicamente vinculado à luta contra a corrupção em que eram vazeiras as mesas receptoras todo-poderosas e sectárias. Desde a primeira lei eleitoral que tivemos, de origem espanhola, outorgada por D. João VI, em 7 de maio de 1821, até o grande Código Eleitoral de 1931,



mais de um século foi consunido no combate às espoliações dominadas por "slogans" "a mesa é a chave da eleição"; "ganhar a mesa, para ganhar a eleição".

No império, a mesa eleitoral foi proclamada "a grande primeira figura da Corte".

Na República, antes de 1930, eram as famigeradas eleições "a bico de pena", de vasta e até hilariante crônica. Contra o poder desvirtuado pelas mesas, nada puderam a Lei 842, de 13 de setembro de 1855, conhecida como "Lei dos Círculos"; a "Lei Saraiva", baseada em anteprojeto de Rui Barbosa (Lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881); nem a lei "Rosa e Silva" (nº 1.269, de 15 de novembro de 1904).

3º) - O não envio ou a não impressão de cédulas, bem como sua insuficiência na decorrência da votação; o desaparecimento de canetas e escassez de tinta nas cabines poderão suscitar delongas, paralisação e até a suspensão dos trabalhos eleitorais.

Reiteramos a afirmação com que iniciamos a presente justificativa: reconhecemos o propósito sempre leal e benemérito do preclaro Ministro Edgard Costa. Mas a dolorosa lição do passado e as amargas constatações do presente desaconselham a inovação.

\*\*\*



Sr. Presidente:

Não bastam leis boas. Serão inócuas, se descumpri-  
das. Sem povo capaz e autoridades competentes, não há excelência  
legal que baste. As leis não se realizam mecânica ou automaticamen-  
te. "O primeiro artigo da Constituição inglesa é o povo inglês",  
eis a grande lei britânica.

O Código Eleitoral vigente municia nossa democracia  
com poderosas armas contra as fraudes e corrupções que mareiam os  
pronunciamentos populares. Mas êstes não são patrulhados devidamen-  
te. É lamentável a inércia dos partidos, eleitores, candidatos e  
até fiscais!

Depois de ocorridas as irregularidades, máxime quan-  
do vítimas dela, são pressurosos em fulminar de inepta ou imperfei-  
ta a legislação eleitoral.

É velho o vêzo!

Já em 1875, D. Pedro II assim se desabafava com  
Rio Branco: "Cada vez me entristeço e me envergonho mais do que tem  
sido, e serão ainda por muito tempo, adotem-se as medidas que se a-  
dotarem, as eleições entre nós. Não é o vestido que tornará vestal  
a Messalina, porém, sim, a educação do povo e, portanto, a do go-  
vêrno".

Recorda Barbosa Lima Sobrinho, o saboroso apólogo  
da "Sereníssima República", no qual Machado de Assis satirizou os  
costumes eleitorais da época. Ouçâmo-lo:

"Machado de Assis, num de seus contos, que me parece  
ter sido escrito na fase da campanha pelo voto direto, quando ainda  
eram recentes as experiências e as decepções da lei dos círculos e  
da lei do têrço, traçou uma espécie de apólogo dos costumes eleito-  
rais, sob o título de "A Sereníssima República". Empolgadas pela  
importância do ato eleitoral, as aranhas, que compunham essa repúbli-  
ca exemplar, viviam mudando as proporções e a forma do saco, em que  
seriam recolhidos os sufrágios dos votantes. E sempre - dizia o mes-  
tre - "o conhecimento da lei é a eterna malícia". Novos processos  
de fraude burlava as intenções das melhores reformas e dos sistemas  
mais perfeitos. Um dos sábios da República das Aranhas, Erasmus, con-  
tou a seus concidadãos a fábula de Penélope, que fazia e desfazia a  
famosa teia, à espera do espôso Ulisses. E concluiu:

- "Vós sois a Penélope da nossa República; tendes a  
mesma castidade, paciência e talentos. Refazei o saco, amigas, re-  
fazei o saco até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar,  
entre nós, o lugar que lhe cabe. Ulisses e a Sapiência."



Sr. Presidente:

O substitutivo ora submetido às luzes, aos suplementos e à patriótica decisão do Congresso Nacional escopa, principalmente, eliminar malversações e suprir lacunas. Mas a dinâmica de sua vigência eficiente dependerá do eleitor exercitar o voto como função pública e não como mercadoria; dos partidos indormidamente patrulharem o respeito à verdade eleitoral e não serem bulhentos sindicatos de ambições ou cobiças, e, finalmente, que a justiça eleitoral, uma das achas da fogueira que queimou a República Velha em 1930, prossiga na dura jornada de materializar as esperanças com que foi saudada como suprema guardiã da pureza do regime.

Sala da Comissão Mista, em 10 de maio de 1955.

---

ULYSSES GUIMARÃES  
Relator



Artigos 37 e 40

Justificativa do Relator, Deputado Oliveira Britto.

Distinguido com a designação de Relator do vencido, relativamente às emendas de que resultaram os artigos 37 e 40 do Substitutivo da Comissão Mista, resumo nas palavras que se seguem o entendimento da maioria de seus membros.

Artigo 37

Resulta de emenda do nobre Senador Lúcio Bittencourt, com pequenas alterações de redação sugeridas pelo Relator. Justificando a iniciativa, escreveu o eminente representante de Minas Gerais: "Uma das mais graves críticas ao atual sistema eleitoral é a que concerne às práticas em vigor, pelas quais o mesmo indivíduo, valendo-se de vários processos fraudulentos, vota mais de uma vez, já pelo recurso ao próprio alistamento múltiplo, já pela utilização de títulos alheios. É justamente pela reiteração do voto pela mesma pessoa que se torna possível a existência do chamado "eleitorado fantasma", verificando-se em vários municípios, com dados estatísticos de fidedignidade indiscutível, o comparecimento às urnas de número de eleitores consideravelmente superior ao dos adultos alfabetizados. Manifestações do eminente Ministro Edgard Costa e outros vultos da Justiça Eleitoral apontam precisamente êsse como um dos males mais sérios, que viciam e afetam, de maneira profunda, a verdade das urnas.

É certo que o projeto, aceito como base do nosso estudo na Comissão Especial, procura coibir êsse meio de fraude, instituindo a chamada "ficha individual", que dará, sem dúvida, excelentes resultados, mas que, a meu ver, não evitará completamente a prática assinalada, pois bastará a conivência do escrivão eleitoral ou a atuação facciosa do Presidente da mesa receptora para que um eleitor vote por outro, sem que disso se apercebam os fiscais e o público. Além do mais, essa providência não estará em vigor na próxima eleição do 3 de outubro, na qual o "eleitorado fantasma" poderá atuar livre e, o que é mais grave, talvez decisivamente.

Daí a necessidade de uma solução imediata, de execução pronta e fácil, aplicável, sem maiores tropeços, na primeira eleição. É justamente a isso que visa a emenda, objetivando "marcar" todo aquele que tenha exercido o direito do voto de tal modo que qualquer tentativa para repetir aquele ato seja facilmente verificável pela mesa, pelos fiscais e pelo público, tornando, assim, inviável a reiteração fraudulenta."



63

Adotando e defendendo a medida no seio da Comissão Mista, tive oportunidade de acentuar, secundando as palavras do Senador Lúcio Bittencourt, que, sendo difícil, senão impossível, evitar que o mesmo eleitor nas grandes cidades, nos Estados limítrofes e em municípios vizinhos, se inscreva em mais de uma zona eleitoral, não há como impedir-se que, de posse de mais de um título, com ou sem retrato, ou mesmo, depois de adotada a fôlha individual de votação, de que trata o art. 40, compareça a mais de uma seção eleitoral e vote mais de uma vez, a não ser assinalando ostensivamente todo aquele que haja acabado de votar.

Pode parecer que a medida é pitoresca, ou "exótica" e divorciada de nossa tradição jurídica". Mas não há dúvida, <sup>de que</sup> sendo meio hábil de coibir um dos vícios que mais comprometem a verdade eleitoral, ninguém poderá sentir-se diminuído em, ao cumprir o mais importante dos deveres cívicos que a democracia impõe ao cidadão, deixar-se "marcar", para, deste modo, impedir que o mau eleitor, usando de uma fraude tão generalizada, contamine e comprometa o voto do eleitorado consciente e honesto.

Esta, também, a convicção do honrado Senador Lúcio Bittencourt, traduzida nas seguintes palavras que se encontram na justificativa com que apresentou a emenda à consideração da Comissão de que é ilustre e destacado membro: "A população carioca, há poucos meses, teve ensêjo de testemunhar a prática em apreço, em país amigo, da América do Sul, através de um jornal cinematográfico amplamente divulgado no Rio de Janeiro.

Nas cenas, então exibidas, via-se o orgulho com que algumas senhoras mostravam os dedos manchados de tinta, o que constitui argumento contra os que supõem esperar reação do sexo feminino contra a medida proposta. Estou certo de que a mulher brasileira também sentirá felicidade e orgulho em poder exhibir a prova de haver cumprido o seu dever cívico de colaborar na escolha democrática dos dirigentes da Pátria."

#### Artigo 40

Corresponde, com as alterações adiante enumeradas, ao art. 12 e seus parágrafos do projeto nº 94, de iniciativa do Poder Executivo e elaborado pelo Ministro Edgard Costa, eminente e honrado Presidente do Superior Tribunal Eleitoral.

Justificando a medida, diz aquele grande Juiz: "O dispositivo institui a fôlha individual de votação, em substituição ao Título Eleitoral, e regula nos seus parágrafos a sua implantação nos cartórios. Trata-se de alteração substancial no sistema do alistamento existente e somente poderá ser adotado a longo prazo, isto é,



em época distanciada das eleições gerais.

É providência que, adotada, elimina de plano tôdas as fraudes praticadas em tôrno dos títulos eleitorais, como as relacionadas sob os ns. 4, 5, 6, 7, e 8 desta justificação", vale dizer, impedirá:

- "Obtenção dolosa de segundas vias de títulos não extravaiados, possibilitando ao seu autor o voto duplo, sendo um dêles exercido fora de sua seção, em separado;

- Emissão de títulos formalmente perfeitos (inclusivo com a assinatura do Juiz), sem existência de processo de inscrição em cartório;

- Emissão de títulos falsos, utilizados para votação fora do município eleitoral nêles indicado, votando o eleitor em separado;

- Compra de votos e seu contrôle mediante as seguintes práticas:

a) Retenção dos títulos dos eleitores cujos votos foram comprados (geralmente através de cabos eleitorais), ou prometidos em consequência de situação de dependência do eleitor ou prestação de favores;

b) Concentração de eleitores em recintos privados (currais ou quarteis) para chapeamento (distribuição de chapas) e sua condução até a boca da urna, sob fiscalização;

- Retenção de títulos de eleitores de adversários, impedindo-os de exercerem o direito do voto. "

"Além disso apresenta as seguintes vantagens:

a) Fixação do eleitor na mesma seção eleitoral, facilitando-lhe o exercício do voto;

b) Supressão da periódica distribuição dos eleitores pelas seções eleitorais, e da organização das fôlhas de votação, com a dispensa consequente da publicação pela imprensa das respectivas listas, de difícil consulta às vêzes, o que importará em poupar a grande soma de trabalho que essas formalidades acarretam para os cartórios eleitorais, às vésperas das eleições, e nem sempre executadas com a perfeição que a deficiência do tempo não permite: nomes truncados ou omitidos, com a consequente votação em separado, sempre prejudicial à lisura do pleito;

c) Finalmente, a revisão do alistamento atual, em que implicará razão de sua adoção somente após as eleições presidenciais de 1955, dada a exiguidade do tempo, para anteriormente às mesmas, a ela se proceder. Constituirá um trabalho preliminar da reforma geral do Código Eleitoral."



O dispositivo que se vê no Substitutivo resultou de emenda de minha autoria, com subemenda do Senador Lúcio Bittencourt.

Examinemos o artigo e seus parágrafos:

- A redação definitiva do artigo, afastando-se da do art. 12 do projeto do Poder Executivo, contém o mérito de tornar mais claro o pensamento do legislador, que é o de adotar a fôlha individual de votação no alistamento eleitoral que se reiniciará a partir de 1º de janeiro de 1956, em substituição aos títulos eleitorais atualmente adotados segundo as normas do Código Eleitoral.

Mas, de que consiste, afinal, a fôlha individual de votação?

É o documento que habilita o cidadão a exercer o direito do voto e cujo anverso contém, além dos elementos de identidade constantes dos atuais títulos eleitorais, mais a fotografia e a impressão digital do eleitor e o número correspondente à seção em que deve votar, e à qual ficará permanentemente vinculado para todas as eleições que se seguirem, salvo os casos de transferência de domicílio eleitoral.

No verso, conterà ainda espaço para a assinatura do eleitor no ato da votação e rubrica do presidente da mesa receptora, pois que substitui também as atuais "fôlhas de votação", vale dizer, no ato de votar, o eleitor assinará na sua própria fôlha individual de votação.

Os parágrafos do artigo, além de outras providências, regulam a forma da conservação e utilização das fôlhas individuais e estabelecem que o eleitor, ao alistar-se, receberá um extrato de sua fôlha individual, o qual, conservando, embora, a denominação de "título eleitoral", tem por finalidade essencial servir de prova de que seu portador é eleitor inscrito em determinada seção do seu domicílio eleitoral.

Ao comparecer à sua seção para votar, o eleitor apresentará o seu título, isto é, o extrato de sua fôlha de votação, como prova de que está ali inscrito. Todavia, se, porventura, não apresentar o título, o eleitor será, não obstante, admitido a votar, desde que na pasta correspondente à seção a que compareceu se encontre a sua fôlha individual de votação, provando-se, assim, que se trata, realmente, de eleitor da seção.

Com essa providência, protege-se o direito do eleitor que, por qualquer motivo, não esteja de posse do título, e, ao mesmo tempo, acautela-se a verdade das urnas, evitando-se que vote em mais de uma seção eleitoral.

A única objeção que se poderia levantar contra a fôlha individual de votação seria a possibilidade do escrivão faccioso del-



56

xar de remetê-la à seção eleitoral, impedindo, assim, que o eleitor exerça o seu direito de voto. A objeção deixa de proceder, porém, ante a medida adotada no projeto, permitindo que o eleitor vote, mesmo que da pasta da seção haja sido omitida a sua folha de votação, desde que, com o título, prove que é, realmente, ali inscrito eleitor. Nesta hipótese, o seu voto será tomado em separado para ulterior verificação se, na verdade, estava em condições de exercer o direito de voto na seção em que o fez.

Cuida ainda o projeto de declarar que, a partir de julho de 1956, os títulos eleitorais expedidos até o fim deste ano perderão a sua validade, sendo substituídos por folhas individuais de votação, a requerimento do próprio punho do eleitor, instruído com o título atual ou com qualquer um dos documentos referidos no artigo 33 do Código Eleitoral, e em que mencione o bairro, vila ou povoado em que reside ou em cujas proximidades more, a fim de facilitar a sua inscrição na seção mais próxima de sua residência.

Estabelecem, finalmente, os dois últimos parágrafos do art. 40 que as despesas com o retrato do eleitor serão pagas pela Justiça Eleitoral, segundo a forma que lhe parecer mais própria e por meio das dotações orçamentárias que lhe são consignadas anualmente no Orçamento da União.

Com êsse conjunto de providências, grande passo se dará para que o resultado das urnas corresponda à vontade livre do povo brasileiro na escolha dos seus representantes e dirigentes.

Sala das Sessões da Comissão Mista, em de maio de 1955.

---

Oliveira Britto



67  
18  
(20)

Vencido, particularmente no que tange à recusa da "cédula oficial", bem como a outros pontos de menor importância. Apresentando ao substitutivo, elaborado pelo nobre Deputado Ulisses Guimarães, emenda no sentido de restabelecer o art. 7º e seus parágrafos do Projeto n. 94/55, que instituía a "cédula oficial de votação", o fiz certo de que sem essa providência redundará praticamente inócua a reforma de emergência que se projeta.

Embora reconhecendo que, nas eleições que se processam pelo sistema da representação proporcional, a cédula tal como foi proposta apresenta alguma complexidade, tenho para mim que, sendo reduzido o número de municípios em que ocorrerá eleição de vereadores, nenhuma ocasião mais propícia para um teste sobre o assunto, dado que o risco de um fracasso terá consequências mínimas, justificando e aconselhando a experiência. Aliás, no tocante às eleições majoritárias nenhum inconveniente maior poderá ser apontado.

A cédula oficial, a meu ver, é, dentre as soluções até agora apresentadas, a única suficientemente capaz de por cõbro ao chamado "voto em cadeia" e ao controle exercido pelos cabos eleitorais sobre o voto individual, pela prática generalizada da concentração em "currais", revista e acompanhamento do eleitor até a boca da urna, com uma grande margem de segurança quanto à utilização da cédula que lhe é entregue.

Afastada essa razoável margem de garantia, os compradores de votos não terão grande ânimo de efetuar as vultosas inversões que hoje fazem e às quais se animam precisamente pela segurança que o atual sistema lhes dá de que, na quasi totalidade dos casos, ao dinheiro dispendido corresponderá o voto na urna.

Igualmente, não ficarão os desprovidos de fortuna impedidos de concorrer eficientemente ao pleito, em paridade de situação com os mais abastados, pois não terão de dispendar, como hoje ocorre, vultosas importâncias com a impressão das cédulas, cada vez reclamadas em maior número pelo eleitorado. Ficarão, pelo



68 - 2 -  
19/10/47  
21

menos para êsse fim, libertos do auxílio ou do financiamento de grupos econômicos, sempre que não dispuzerem das quantias indispensáveis para o preparo e a distribuição das cédulas atualmente em uso.

Não vejo, entre as várias soluções propostas, nenhuma que mais eficientemente se oponha à influência do poder econômico nos pleitos eleitorais. Nenhuma que mais democraticamente assegure a todos os cidadãos iguais oportunidades. Nenhuma que, com maior profundidade e sucesso, possa combater o "coronelismo", pondo termo ao chamado "eleitorado de cabresto".

Ademais é preciso atentar para a circunstância de que a sugestão promana de uma das figuras da nossa Justiça Eleitoral que, pela operosidade, pela cultura, pela integridade moral e, máxime, pela experiencia haurida em longo contacto com o problema, bem merece ser ouvido pelo Congresso Nacional. Se após longos anos de estudo, no trato diuturno das questões eleitorais, na luta permanente contra a fraude, o Ministro Edgard Costa chegou à conclusão de que a "cédula oficial" é indispensavel para a moralização do processo eleitoral, não vemos razão para repelir-mos essa sugestão, submetendo-a a uma prova, sem grandes riscos.

Por isso, dei o meu voto a favor da inovação.

Lucio Bittencourt

Lucio Bittencourt





69

22

Colombo de Sousa, vencido na parte referente à instituição da cédula oficial de votação. De há tempos havia se acumulado uma série de pesadas críticas ao processo eleitoral em vista da fraude verificada.

Após o último pleito estas críticas assumiram a proporção de um clamor nacional, atingindo à própria legitimidade da investidura do poder por parte daqueles que a êle assomaram em virtude de eleições maculadas.

A Justiça Eleitoral, mercê de sua experiência acumulada com o contacto dos fatos e advinda do manuseio dos casos submetidos a seu julgamento, para atender a êste reclamo da consciência nacional, propôs, na emergência dos acontecimentos e na exiguidade do tempo, uma reforma cujo ponto nuclear era a adoção da cédula oficial de votação.

A lei é um instrumento vivo de aperfeiçoamento e de correção da sociedade. Após a debacle do antigo regime, corroído em grande parte pelo desvirtuamento das eleições a bico de pena e pelas depurações, levando o povo à descrença total no regime representativo, tornou-se imperativo a instituição da Justiça eleitoral efetivamente a grande conquista da revolução de 1930.

E com a justiça eleitoral, federal, veio a adoção de medidas assecuratórias do prescrutamento e captação da vontade popular. E os antigos envelopes individuais que cada um depositava na urna, foram substituídas pelas sobrecartas uniformes e oficiais, garantidoras do sigilo do voto.

Mas a lei não pode ser estática, tem de ser profundamente dinâmica. Uma medida outro dia considerada suficiente, já, amanhã, se tornaria ineficiente.

Um dos espetáculos mais degradantes das eleições, dispendiosos e provocadores de conflitos e trabalheiras é o da distribuição das chapas. Toda a luta eleitoral, ao invés de se concentrar na propaganda de ideais e programas e no convencimento do eleitorado, fica desgraçadamente concretizada na distribuição, troca e imposição de chapas nas vésperas e

C. Lacerda





*70 21/10/21*  
*23*  
*2.*  
*L70*

dia da eleição, inclusive no momento de votar.

A instituição da cédula oficial de votação terminaria com todo este capítulo. O eleitor seria solicitado a votar, mas quando ele entrasse na cabine, só o acompanharia sua consciência. Aí, então, e somente então, o voto seria livre. Dentro da nossa organização socio-econômico-política, observadas nossas realidades, seria a única maneira de dar liberdade ao homem do campo, para votar. Não se pode considerar livre um eleitor que é trazido de um curral eleitoral, sob custódia, previamente revistado, com uma única série de cédulas para depositar na urna. Ou ele deposita aquela ou não deposita nenhuma. A instituição da cédula oficial de votação teria o mesmo objetivo e justificação que a sobrecarta oficial. Todos os argumentos contra uma atingem a outra.

Por estes e outros motivos, votei pela instituição da cédula oficial de votação, quanto mais não fôsse, por que não poderia negar uma medida que a Justiça Eleitoral solicita como indispensável à realização da verdade eleitoral e como processo de combate à fraude e à corrupção. Negar à Justiça as medidas que ela requer para desempenho de suas funções é se jogar a sociedade no desespero e no caos. Nada dela podendo exigir também para ninguém podemos apelar.

*Colombo de Sousa*

COLOMBO DE SOUSA



P A R E C E R

Recebidas no dia 6 de junho pela Comissão Mista e no dia imediato encaminhadas pelo seu digno Presidente ao Relator, no prazo de 15 dias que foi assinalado, tôdas emendas e sub-emendas apresentadas à Reforma da Lei Eleitoral foram relatadas, discutidas e votadas naquela Comissão temporária.

Poucas proposições, abstraidas as orçamentárias, sofreram tantas emendas e sub-emendas: cêrca de 200, ao todo.

O Relator defrontou com estas dificuldades:

- a) - matéria reconhecidamente complexa e controvertida;
- b) - clima predominantemente polêmico, às vezes reenteando à paixão, em que o País e o Congresso vivem, inevitável emergência que é da vizinhança do pleito sucessório presidencial;
- c) - avultado número de emendas e sub-emendas;
- d) - prazos sumários, assinalados ao Relator e à Comissão Mista, em nenhum caso excedidos. Vigia-dos pela imprensa, pelo rádio e pela opinião pública, injustiçados até por tendenciosas arguições de impontualidade, quanto a prazos, e de propósitos subrepetícios, o que importa é que a tarefa ordenada pela Resolução n. 8 foi feita;
- e) - a quasi totalidade das emendas não foi justificada ou o foi incompletamente, em rápidas palavras. Não esclarecem se disciplinam matéria nova, derogatória ou revogatória do Código Eleitoral. Isso obrigou a demorada e frequente pesquisa da legislação vigente;



- f) - remissões erradas. Foram apresentadas emendas ao Projeto 4.601, ao Substitutivo a este elaborado pela Comissão e até ao Projeto n. 94, que não estava em pauta;
- g) - apresentação de emendas sem o teor de emergência ou vinculação direta ao pleito de 3 de outubro.

A Comissão e o Relator não exorbitaram os poderes que a Resolução n. 8 lhes outorgou. Sua missão foi a elaboração de uma REFORMA DE EMERGÊNCIA.

Foi isso que o Congresso singularizadamente mandou que fizessem. E foi isso que fizeram.

A preliminar, com força de prejudicial, ditada pela Resolução n. 8 é esta: a atual reforma da legislação eleitoral é para a emergência da eleição de 3 de outubro, tendo por pressupostos o que for urgente e inadiável, de preferência para erradicar a fraude e a corrupção.

Na presente conjuntura, não será possível reformar tudo que é reformável em nossa legislação eleitoral.

A de agora será a reforma possível, não a ideal. Nem por isso, menos patriótica, pois armará, e isso desafia contestação bem intencionada, nossa democracia com poderosos meios de destruição da fraude e da corrupção.

A fraude e a corrupção, como ilícito eleitoral, são fatos históricos e universais. Os monografistas se alarmam pela ubiquidade e pela perenidade dessa delinquência. Na Inglaterra ~~monarquista~~ <sup>real</sup>, na França parlamentarista, nos Estados Unidos presidencialista, no governo colegiado da Suíça, - por toda parte, em maior ou menor proporção, roubam-se votos como se rouba a propriedade ou a vida. É o duro salário da condição humana. Não há eleição perfeita, porque é feita por homens para eleger homens. Isso não quer dizer que resignadamente devamos



ensarilhar as armas. Se a fraude e a corrupção não forem combatidas com perseverança e energia, crescerão em número e ousadia para apodrecer o regime e contaminar de ilegitimidade a representação democrática.

A presente Reforma testemunhará o desejo leal e honesto do Congresso de que sejam puras e sinceras as eleições no Brasil. Bastariam três das medidas que postula para documentá-lo: a proibição de votar fora da respectiva seção; a adoção da folha individual de votação, que renovará todo alistamento a partir de 1º de janeiro de 1956, com exigências mais severas, inclusive a identificação por fotografias; finalmente, a criação da Corregedoria Geral da Justiça Eleitoral.

A seguir, o Relator examinará singularmente cada emenda, colocando-lhe ao pé, o respectivo parecer. O nobre deputado Oliveira Brito é o Relator das Emendas ns. 6, 24, 25, 42, 90, 93, 131 e 139, pois versam matéria em que fomos voto vencido.

No último esclarecimento: A Comissão não apresentou ao projeto n. 601, A, oriundo do Senado, emendas avulsas, mas um substitutivo, porque foi com essa autorização que a Resolução n. 3 a criou. A referência à feitura do substitutivo é literal. Se não porque se assim não fôsse, poderia permitir um todo justaposto e desconexo, seu sistema é despojado de técnica.



P 79

SALA DAS COMISSÕES, EM 20 de junho de 1955.

Curitiba Yello, de acordo com o voto do -PRESIDENTE  
releto e mais com as considerações  
proferidas na sessão e Aguiar e Silva.

Allysson Guimarães, Relator - RELATOR  
Mey 15 Oliveira Brito  
Oliveira Brito

Arnaldo Berdeira, de acordo com  
a declaração de voto aqui anexa

Paulo Palma  
Guarani Satiro  
declaração  
Aarão Steinhilber  
A. Medeiros  
Costa Pereira  
Costa Pinheiro

Lucio Gesteira, vencido quanto a  
recusa da adoção da "cédula oficial"  
e em outros pontos de menor im-  
portância. Os argumentos em con-  
trário não infirmaram as conside-  
rações expendidas no voto em separado  
que ofereci, em anexo, ao parecer an-  
terior da Comissão.



355  
L 75-  
N.º 1

Art. É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos anexos.

§ 1.º Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas, além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos registrados (Mod. I); e nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito (Modelo II).

§ 2.º Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, sem qualquer expressão de preferência, mas apenas para o efeito da votação.

§ 3.º Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas e a competente sobrecarta, todas por ele devidamente rubricadas no anverso, sob pena de nulidade, o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará à tinta: a) nas eleições majoritárias, com um cruz (x) o nome do candidato de sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional por forma idêntica, o partido ou legenda em que vote, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará a cédula ou cédula na sobrecarta, fechando-a.

§ 4.º Se somente a legenda partidária tiver sido assinada, apurar-se-á o voto apenas para o partido ou legenda; se somente o número do candidato o voto será contado para esse candidato e para o partido correspondente.

§ 5.º Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinaladas mais de uma legenda, ou número de candidato e legenda de partidos diferentes.

§ 6.º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior. A impressão, sob pena de responsabilidade de quem a ordenar, far-se-á, para cada eleição, em ordem de colocação variável de nomes e partidos, em tantos grupos quantos o seu número, de tal forma que, em cada grupo, figure na cabeça da cédula, nome ou partido diverso, com alteração na ordem dos subsequentes. A distribuição das cédulas pelas mesas receptoras será feita de modo que disponham todas elas, de vários grupos impressos, para que sejam entregues, indistintamente, aos eleitores, no ato de votar.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — Arnaldo Cerdeira. — Colombo de Souza.

Como relator, várias vezes fixamos nossa posição quanto à adoção da chamada "cédula oficial" em nossa legislação eleitoral.

Sistematizaremos as principais razões que desaconselham a inovação.

IS.



Principais razões que desaconselham a cédula oficial :

1ª) - Para cada tipo de eleição o eleitor receberá uma cédula-envelope. (Um todo só). No Brasil, coincidem, em média 6 eleições. Quando das eleições de deputados e senadores, poderão ir a 8 ou 10 . Em Minas, são também eleitos três juizes de paz. O Presidente da Mesa, assim, deverá, em média, assinar para cada eleitor 6 vezes no verso dos envelopes com os quais este votará. Digamos que compareçam 300 dos 400 eleitores de cada seção eleitoral. Terá o Presidente da Mesa de assinar 1.800 vezes.

Argumentemos que assine os 6 envelopes de cada eleitor em meio minuto. Consumirá duas horas e meia, no mínimo, somente para autenticar os 1.800 envelopes.

2ª) - Se a cédula oficial fôr confiada exclusivamente à guarda, distribuição e autenticação do Presidente da Mesa, este poderá entregá-las antes aos cabos eleitorais ou no ato ao eleitor, já assinada. Pretende-se, então, para obviar esta fraude, que no ato da entrega da cédula-envelope ao eleitor, a mesma seja assinada pelo Presidente da Mesa e pelos dois mesários. Na base do cálculo médio anterior, serão 5.400 assinaturas, consumindo cêrca de 6 horas.

3ª) - O Presidente da Mesa e os Mesários não podem ter o tempo absorvido em assinaturas. Isso impedirá o bom exercício de outros atos fundamentais à votação : examinar o título de cada eleitor, não ter dúvida quanto sua identidade, certificar-se de que o eleitor assinou correto na fôlha de votação, entregar-lhe as cédulas-envelopes, verificar se são as mesmas que, de volta da cabine indevassável, depositará na urna e, finalmente, deverá o Presidente da Mesa assinar e datar o título do eleitor. Às 1.800 rubricas, pois, teremos que acrescentar mais 600 registros ou escritos, só pelo Presidente da Mesa.

Recordemos que podem surgir incidentes durante a votação (impugnação da identidade, não constar o nome da lista, etc.). Isso demandará tempo. Admitamos que para cada eleitor seja necessário um mi-



nuto para realização de todos os atos mencionados neste item 3º. Ao todo serão 300 minutos, 5 horas portanto.

4º) - Cada urna receberá, em média, 1.800 envelopes. As atuais não comportarão. Deverão ser 3 vezes maiores, dificultando transporte, depósito e guarda, depois das eleições.

5º) - Cada eleitor receberá 6 cédulas-envelopes antes de votar. Deverá depositar na urna 6 cédulas-envelopes, depois de votar. Isso obrigará vigilância contínua, o que a prática tem revelado impossível. Se forem postas na urna cédulas a mais ou a menos, surgirá na apuração o sério problema da incoincidência entre votos e votantes, motivando complicações que podem acarretar até nulidade da votação.

6º) - Sendo atualmente o ato de votar mais simples, o Código Eleitoral determina que seja efetuado em um minuto. Pelo menos dois serão necessários pela cédula oficial, como coerência com o voto consciente que se quer instituir. Para 300 comparecimentos, teremos 10 horas, só para essa parte da votação. Portanto : 10 horas para votação; 5 horas para os atos preliminares da votação (examinar títulos, identidade, verificar o número de envelopes depositados na urna, etc.); 2,30 horas ou 6 horas para autenticar as sobrecartas, conforme o faça o Presidente da Mesa só ou acompanhado dos dois mesários ; uma hora para o Presidente da Mesa assinar e datar os 300 títulos que votaram perante ele.

7º) - As cédulas oficiais possibilitam :

a) - fraude anterior ao dia da eleição. Será entregue pelo menos 3 dias antes ao Presidente da Mesa que poderá : I) entregá-las aos cabos eleitorais; II) - Alegar perda, extravio ou roubo, para impedir a realização da eleição em determinada seção, onde seu adversário teria vantagem.

b) - fraude no dia da votação: entregar cédulas já assinaladas aos eleitores, notadamente aos que se venderam, cujo silêncio ou não protesto, quando as receberem, será a confirmação do negócio.

c) - fraude na apuração ou depois dela. Consistirá em assinalar cédulas em branco ou já assinaladas, neste último caso anulando -



as. Os recursos de recontagem de votos tornar-se-ão inoperantes.

8ª) - As cédulas oficiais devem ser remetidas em número exato para cada Presidente de Mesa; 400 eleitores, em média 2.400 cédulas. O excesso poderá ser desviado criminosamente. Mas o número exato não admite os casos de cédulas que devem ser inutilizadas por defeito de impressão, erro, engano ou borrão, quando o Presidente da Mesa assinar as sobrecartas, etc.

9ª) Pelo Código Eleitoral, os candidatos podem ser registrados até 15 dias antes da eleição. O Substitutivo propõe 30 dias. É da natureza dos pleitos, que só com a aproximação dos mesmos, com o clima político gerado pela campanha e pela propaganda, se definam as situações, possibilitando alianças, etc. Principalmente para formação das chapas de deputados federais e estaduais. A regra, para as primeiras, é a aliança. Isso não permitirá que os partidos, muito antes, decidam sobre o registro dos respectivos candidatos aos cargos executivos e legislativos. Admitamos o prazo de 30 dias para registro, proposto pelo Substitutivo. Só depois dele esgotado a justiça eleitoral poderá mandar confeccionar as cédulas. Primeiro deverá haver tempo para impressão. Depois a remessa: a) do Tribunal Superior Eleitoral para os Tribunais Regionais Eleitorais do País; b) - de cada Tribunal Regional a cada Juiz eleitoral do Estado; c) - do juiz eleitoral a cada Presidente de Mesa Receptora. É preciso que se medite se será suficiente o prazo de 30 dias, bem como no extravio ou na chegada após a eleição, dêsse material. Mandar imprimir nos Municípios essas cédulas terá estes inconvenientes: - a) a maioria delas estão desaparelhados para tal; b) - se as cédulas não forem uniformes, surgindo vários tipos delas, feitos pela própria Justiça eleitoral, em tipografias e lugares diferentes, os fraudadores disso se aproveitam para impressão também de cédulas. Nas temporadas líricas, nos grandes jogos de futebol, apesar da complicada impressão dos ingressos, estes são falsificados.

10ª) - Os candidatos a deputado, a senador e aos cargos do Executivo, são registrados 30 dias antes. As cédulas oficiais serão



então impressas. E se desistirem, inclusive por motivo patriótico, para propiciar uniões ? E se morrerem ? E se o respectivo registro fôr cassado pela Justiça eleitoral, por serem inelegíveis, por exemplo ? E se perderem os direitos políticos, pela superveniência de condenação judicial, por exemplo ? Até 10 dias antes do pleito (art. 49 do Código Eleitoral), qualquer candidato poderá requerer o cancelamento do seu registro. Como fazer, nesse e em outros casos semelhantes, se as cédulas são oficiais, já estão impressas, não poderão ser confeccionadas no lugar, até à máquina, como o regime atual admite ?

11ª) - Quando qualquer mesa receptora não se instala, os respectivos eleitores votarão na seção mais próxima (art. 71, § 4º, do Código Eleitoral). Aliás, o regime da cédula oficial ensejará que só o não comparecimento do Presidente da Mesa impedirá a instalação da mesma, pois a êste foram confiadas as cédulas e sem estas a votação é impossível. Pelo sistema atual, essa ausência será automaticamente suprida pelo 1º ou pelo 2º mesário (art. 71). Seja como fôr, cabe a pergunta: como irão votar, sem cédulas, na mesma ou em outra secção ? Responder-se-á seguramente : com o juiz eleitoral. Êstes serão os inconvenientes se isso fôr admitido: a) - nem sempre será fácil localizar o juiz eleitoral. Poderá até estar em outro Município de sua zona eleitoral, em distrito ou seção eleitoral distante, inspecionando o pleito, ou mesmo atendendo à requisição de partido para restabelecer a ordem ameaçada ou subvertida por tumulto, conflito, etc.; b) - o Juiz eleitoral deverá ter estoque excedente de cédulas. Se o juiz fôr faccioso ou não guardar êsse material com a cautela devida, as cédulas excedentes entrarão a circular clandestinamente, notadamente manipuladas por escrivães eleitorais inescrupulosos. É o que acontece, atualmente, com os títulos assinados em branco pelos juízes eleitorais e criminosamente preenchidos com nomes fictícios. Assim se fabricou parte do eleitorado fantasma. Futuramente serão as "cédulas fantasmas".

12ª) - Os candidatos a deputado correrão com números o páreo eleitoral.



Desvantagens : a) - Frequentemente o eleitor conhece há muito o nome de seu candidato. Às vésperas da eleição deverá fixar o número, pois votará com êste e não com o nome; b) - se um mesmo candidato disputa várias eleições, o fará sempre com o mesmo nome. A propaganda que fez para uma eleição aproveitará às demais. No regime da cédula oficial, em cada eleição devendo ter número diferente, será necessário renovar todo o trabalho e toda a despesa para disso cientificar o eleitorado. c) - haverá números, dois pelo menos, que atrairão chacotas ou zombarias. Em particular eu conto. d) - os cabos eleitorais, pessoalmente ou através de boletins, passarão astuciosamente a orientar os eleitores que o número do candidato em quem quer votar é o daquele para quem quer angariar sufrágios.

13ª) - As eleições ficarão mais dispendiosas para os candidatos. Não terão que custear a impressão das cédulas, é certo. Mas terão que custear a propaganda pelo rádio e pelos jornais, da Capital e de cada Município, informando qual seu número, seu partido e que eleição postula. Terá de imprimir imitação de cédulas oficiais, remetendo-a graficamente assinalada aos eleitores, para informá-los ou orientá-los. Terá de custear as despesas de pessoas que irão pessoalmente explicar isso aos eleitores, notadamente o das zonas industrial e rural. Serão abertos, assim, novos caminhos ao poder econômico.

14ª) - O eleitor culto, médio ou alfabetizado, poderá encontrar no ato da votação dificuldades insuperáveis. Bastará esquecer o número de qualquer dos seus candidatos ou seu partido. Então necessitará recordar bem o nome dêle ou deles. Isso nem sempre é fácil, com 12 partidos de nomes às vezes semelhantes - quantos deles levam a designação "trabalhista" ? -, bem como com candidatos de nomes também parecidos. Sabedor do nome do candidato e do partido é que tentará dirimir sua dúvida, consultando um verdadeiro catálogo telefônico, em certos Estados, como São Paulo, com 1.500 nomes e números de registro.

15ª) - Na hipótese de não se recordar dos Partidos e dos números dos seus candidatos, e não conseguir descobri-los, estas serão as



LB 81

as consequências :

a) - não votará . O voto em branco não significará mais protesto contra os candidatos disputantes. Será o protesto contra um sistema de votação que torna inexecutível para muitos o direito e o dever de votar.

b) - votará mal ou errado. Assinalará de forma incoincidente legendas e os números. Assinalará duas ou mais legendas ou dois ou mais números. A consequência será elevada percentagem de votos nulos.

c) - votará a esmo. Devido ao escasso tempo de que dispõe para votar, devendo em certos casos assinalar nomes e em outras legendas, acrescentando-lhes números, se tiver dúvida ou estiver nervoso, o eleitor votará a esmo, a torto e a direito. Os pleitos passarão a ser influenciados por fatores aleatórios. Eleição será loteria.

16º) - A cédula oficial não exclui nem impede o eleitor de votar, sendo pouco esclarecido, até o analfabeto, ilegalmente inscrito. Isso porque esse eleitor comparecerá para votar, mas votará errado ou lotêricamente, como já foi esclarecido. A norma deve ser: todo rigor e escrúpulo, para cumprimento da lei, no alistamento e toda facilidade, para cumprimento do direito-dever de votar, na votação.

17º) - A maioria, mesmo no sistema atual, vota bem. São honestas as duas maiorias : dos eleitores e dos políticos. Justo não é que a culpa de minoria que rouba, compra ou se vende, complique todo um sistema, para a maioria honesta, dificultando-lhe ou lhe impedindo o exercício do sufrágio. Os inocentes não devem pagar pelos pecadores. O que se deve é localizar e punir os delinquentes eleitorais. A justiça eleitoral escarmentará muitos se exemplarmente punir alguns. A certeza da punição será eficaz arma no combate à fraude. O Substitutivo extirpará muitas das fraudes ora praticadas, sem a necessidade da adoção da cédula oficial, que substituirá erros antigos por novos.

18º) - Consequência prática da cédula oficial : o eleitor sabe em quem quer votar; mas não sabe como votar, dada a complexidade do sistema.



ticadas, sem a necessidade da adoção da cédula oficial, que substituirá erros antigos por novos.

18ª) - Consequência prática da cédula oficial: o eleitor sabe em quem quer votar; mas não sabe como votar, dada a complexidade do sistema.

19ª) - Erro capital da cédula oficial: a ser incompatível com o sistema misto, majoritário e proporcional, que rege as eleições no Brasil. Nos Estados Unidos o deputado é eleito por distrito. O mesmo na Inglaterra. São poucos deputados - em geral dois (do Partido Republicano ou Democrático; do Partido Conservador ou Trabalhista) registrados e votados. Cada Partido registrará um. Sendo registrado para o distrito, porque nele tem prestígio, uma vez que já o representa, nele nasceu, nele mora, nele praticou muitos benefícios, o nome do candidato é muito conhecido. Diferente entre nós; o voto é circunstancial. Em São Paulo cerca de 1.500 candidatos postulam votos em Municípios até de 200 eleitores. Não há entre as nações civilizadas do mundo a que, tendo o sistema híbrido majoritário-proporcional, adote a cédula oficial, tal qual o projeto 94 a propõe. A cédula oficial não pode funcionar avulsa, escoreiro, desgarrada de pressupostos de que é consectária, o principal deles o voto distrital.

20ª) - Em outros países, tudo se faz para facilitar a votação. Certos Estados da União Americana admitem que as cédulas contenham símbolos: o elefante, representando o Partido Republicano e o burro, o Partido Democrático. Na Itália, a mesma facilidade: a cruz simboliza o Partido Democrata Cristão e a foice e o martelo, o Partido Comunista. O que se quer no Brasil: ora o eleitor marca nomes, ora legendas, acompanhando-as de números, isso com 12 partidos disputantes e às vezes mais de mil candidatos.

21ª) - A cédula oficial é forma oblíqua, ou indireta de descumprir a ordem do sufrágio universal, inscrita no art. 134 da Constituição Federal. É sabido que o sufrágio universal não é o censitário. Mas também não é o voto capacitário. A cédula ofi-



cial afastará das urnas ou impedirá que suffague bem e consci<sup>en</sup>te<sup>me</sup>nte, milhares de eleitores, legitimamente habilitados a fazê-lo. Nos Estados Unidos, igual mente, subtilezas foram inventadas e cons<sup>tr</sup>uções jurídicas concertadas, para possibilitar discrinações, no<sup>ta</sup>damente por motivo de côr. O que aqui se quer fazer agora com o art. 153, lá se fez com a Emenda XV. Os Estados do Sul para pri<sup>va</sup>r o negro do direito de voto subiliname<sup>nte</sup> frustaram o sufrá<sup>gi</sup>o universal e igualitá<sup>ri</sup>o proclamado pela Constituição Federal e con<sup>firm</sup>ado por acordãos da Corte Suprema. Uma delas foi o imposto de voto (poll-tax), contra o negro e o "Populist party", que ameaçou os partidos tradicionais.

Conclusão: a ojeriza à universalidade do voto não é mal novo, nem peculiaridade nossa.

O sistema de votação é meio, é o aparelho, para chegar ao sufrá<sup>gi</sup>o, que é o fim, meios complicados interceptam os fins. De<sup>ve</sup>m ser afastados, pois o que importa são estas e não aqueles.

22ª) - Assinalar à tinta ou a lapis compromete o sigi<sup>lo</sup> do voto. Os monografistas americanos e inglêses insistem muito na adoção de carimbos. Consulte-se, a propósito, "Foreign Govern<sup>me</sup>nts and their Backgrounds", de John Clarke Adams e outros.



N.º 2

Acrescente-se, onde convier:  
Art. — A Justiça Eleitoral não  
fará coincidir, em hipótese alguma,  
eleições municipais, estaduais e fe-  
derais.

Sala das Sessões, 23 de maio de  
1935. — Ruy Santos.

PARECER À EMENDA Nº 2

Pela rejeição

É de autoria do nobre deputado Ruy Santos. Focaliza velho e controvertido problema de nosso direito público: a coincidência ou a incoincidência das eleições.

Júlio de Castilhos resolveu a questão em termos de dogmática legislativa. Na Constituição do Rio Grande do Sul, 14 de julho de 1891, eminente presidencialista, fixou a discriminação dos mandatos executivos e legislativos, quanto à duração consequentemente quanto à eleição.

A Escolha popular para a investidura política é momento fundamental de seu acerto. Frequentemente, confundir as eleições é confundir as escolhas. Os problemas específicos não são suficientemente debatidos. Essas, entre muitas outras, as alegações dos adeptos da tese corporificada na Emenda Ruy Santos. De outro lado, os prosélitos das eleições gerais, se apegam em argumentos de redução do custo das eleições, quando simultâneas; poupara o País as contínuas agitações, com reflexos na ordem social e na vida econômica; finalmente, não absorver tanto tempo do Judiciário com a competência cumulativa eleitoral que a Constituição Federal lhe impôs, obrigando-o a paralizar seguidamente suas atividades para organizar e apurar eleição sucessivas.

Abstraidas as razões doutrinárias sugeridas pela emenda, o relator entende que a mesma não deve ser aprovada pelos seguintes motivos:

1º - Não é "matéria urgente e inadiável", preliminar que a Comissão, no método de trabalho que se traçou, sempre pesquisa para inclusão de qualquer preceito na chamada Reforma de Emergência. Seu objetivo precípuo é adotar normas para as eleições de 3 de outubro. Quanto à data, esta já está marcada para os pleitos que nesse dia terão lugar.

2º - A matéria é de estrutura constitucional. Certas eleições estão marcadas, de forma peremptória, pelas Constituições Federal e dos Estados.

Quando da justificação do art. 41 do Substitutivo,



dissemos isso:

ARTIGO 41

O art. 81 da Constituição Federal ordena:

" O Presidente e Vice-Presidente da República se  
rão eleitos simultâneamente, em todo o país, cen-  
to e vinte dias antes do término do período pre-  
sidencial."

Cento e vinte dias fala o Estatuto Cívico. Fixou, dia a dia, a data. Funcionará o prazo em razão do término do man  
dato presidencial (dia 31 de janeiro, cinco anos após iniciado ). Não disse o texto: "até 120 dias antes", nem "dentro de 120 dias". Expressou-se peremptoriamente: - "Cento e vinte dias antes...". O ato do Tribunal Superior Eleitoral é meramente declaratório. Não  
poderá designar outro dia, nem o Congresso igualmente, através de  
lei ordinária. Conclusivamente se manifestou o Código Supremo. A Constituição dos Estados Unidos, na Emenda 20 à Seção I, fixa até a hora do termino do mandato presidencial: Ao meio dia do tercei  
ro dia de janeiro quatro anos após essa mesma data. A Clausula 2, da Seção 4 do art. I, fixava até a hora exata em que o Congres-  
so elegeria o Presidente da República. Na próxima sucessão, no Brasil, a data recairá numa segunda-feira. Daí a proposta de que seja feriado nacional, para permitir a todos que cumpram seu de-  
ver eleitoral, principalmente os trabalhadores da indústria e da agricultura.

A disposição é transitória: êste ano o três de ou-  
tubro será feriado, porque nesse dia realizam-se as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República. Aliás, sempre que es-  
tas se realizarem, será preciso que se declare o respectivo dia feriado, a não ser que coincida com domingo. Porque semelhante plei  
to sempre será travado no dia 3 de outubro. Andou mal a Consti-  
tuição em regular rigidamente a matéria. Deveria ter dito, por exemplo: "no primeiro domingo dentro de 120 dias". Assim se evi  
taria criar mais um feriado, num país que já os tem tantos, na-  
cionais, estatuais e municipais, isso sem contar essa híbrida ins-  
tituição, essa esdrúxula figura dos apelidados "pontos facultati-  
vos", cuja incerteza tantos males causam ao comércio e ao mundo dos negócios.

O art. 38 da Constituição Federal estatui que a elei  
ção "para Deputados e Senadores far-se-á, simultâneamente, em to-  
do o país."

Art. 20, § 2º, da Constituição de Alagoas, estabele-  
ce a eleição concomitante dos deputados estaduais e dos vereado-  
res municipais. E no art. 94 predetermina data fatal para as re-



L 86  
\* 5 \*

feridas eleições. Além da Constituição Federal, constituições estaduais, além da alagoana, cuidam da matéria. Nessa conformidade, só por emenda constitucional a discriminação das datas poderá ser efetuada.

3ª - A emenda diz: "a justiça eleitoral não fará coincidir, em hipótese alguma, as eleições municipais, estaduais e fererais". Como poderá a Justiça Eleitoral fazê-lo, se tais eleições têm, ou frequentemente, os termos assinalados pela Constituição ou pela lei ?

A Justiça Eleitoral tem, na espécie, função supletiva. É o que dizem os arts. 12, letra "e" e 17 letra "d" do Código Eleitoral. No silêncio da lei, poderá fixar a data. É o que não ocorre habitualmente, como demonstrou o Parecer.



L 87

Mário  
254

Feita

N.º 3

Acrescente-se ao art. 27 um parágrafo:

Parágrafo único. Sòmente haverá eleições suplementares para cargos de representação proporcional, quando os votantes das seções anuladas e das não realizadas ultrapassem um décimo do total do comparecimento ao pleito apurado.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955 — Ruy Santos.

PARECER À EMENDA Nº 3

Pela rejeição. O pressuposto que fundamenta a eleição suplementar é este: a renovação da eleição poderá influir na classificação das legendas ou na eleição dos candidatos majoritários. Não importa o número dos votantes. Importa a possível modificação que a votação renovada determinará na situação dos disputantes. A suplementar pode ser desnecessária, mesmo em 5.000 votos anulados. E poderá ser indispensável, num mínimo até de 10 ou 15 eleitores que votem em uma seção anulada. O critério arimético mínimo ou máximo invalida por incoerência o princípio fundamental de que a suplementar é consertária. Já houve eleição em S. Paulo no Município de Cafelândia, em que ocorreu empate, sendo proclamado Prefeito o concorrente mais idoso. Tentou-se, através de recursos, validar votos anulados. Mas a preclusão já opera seus efeitos. Uns votos, pois, e não sòmente uma seção eleitoral, pode decidir de uma eleição.



88

*Feito*

N.º 4

Acrescente-se ao parágrafo único do art. 14, após as expressões "Título eleitoral":  
"sempre acompanhado de três retratos"....  
Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Ruy Santos*.

PARECER À EMENDA Nº 4

Pela rejeição. Os futuros títulos, em sua extração originária, ou através de 2a. via, terão fotografia, nos termos do art. 40, § 2º, do Substitutivo. Aliás, o parágrafo único do art. 14 estabelece nova forma de obtenção de título por 2a. via: sob o fundamento de estrago ou inutilização. Como o requerimento será obrigatoriamente instruído com o título a ser substituído, essa mesma substituição não dará ensejo a fraudes ou irregularidades. Aqui é que não haverá ensancha para elas. A emenda teria mais cabimento ao artigo, que cuida da 2a. via por perda ou extravio. Mas o alistamento atual está praticamente findo futuramente, o art. 14 do substitutivo se entrozará com o 40, que exige a fotografia.



L 89

N.º 5

Onde couber:

Art. ... Após a apuração em cada mesa das respectivas Juntas Apuradoras, serão fornecidas aos fiscais, devidamente autenticadas pelos respectivos juizes, com as cautelas que evitem alterações propositais, relações dos candidatos e votos recebidos na dita mesa apuradora.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955.

Feito

*Justificação*

Com esta medida haverá melhor controle dos partidos da apuração final por parte dos respectivos Tribunais. — *Abguar Bastos.*

PARECER À EMENDA Nº 5

Pela rejeição. A apuração do próximo pleito, na sua quase totalidade circunscrito aos cargos majoritários, é mais simples, sendo suficientes para resguardá-la as providências descritas no Título V - Da apuração - do Código Eleitoral. O que se deve é punir o não cumprimento das preceituações afor<sup>or</sup>denadas às juntas eleitorais, principalmente o fornecimento aos delegados ou fiscais dos partidos os boletins diários dando <sup>con</sup>ta da respectiva apuração. Para êsse efeito, o Relator manifestou-se pela aprovação com sub-emenda nº 153, estatuinto punição com multa e até destituição, em caso de reincidência, da junta responsável. A apuração é perante a junta eleitoral e os <sup>Tri</sup>bunais Regionais e não perante cada mesa.



LP 90

Fellá

N.º 6  
Artigo 37  
Parágrafo que deve anteceder o  
parágrafo 1.º do artigo:  
Quando se verifique doença ou  
mutilação impeditivas de aplicação  
dêste artigo, a exigência se fará com  
o dedo mínimo da mão direita do  
eleitor.  
Sala das Sessões, 23 de maio de  
1955. — Abguar Bastos.

PARECER À EMENDA Nº 6

O assunto estava regulado, de acôrdo com a sugges-  
tão da emenda, no parágrafo 3º do art. 37 do substitutivo, in-  
felizmente não só da publicação do Diário do Congresso, como no  
avulso.

Aceitamos, pois, a emenda com subemenda que, além  
de restabelecer o dispositivo já aprovado pela Comissão, dá me-  
lhor redação ao atual parágrafo 2º do substitutivo.

SUBEMENDA

A) Acrescente-se ao art. 37 mais um parágrafo que  
será o 1º, passando os atuais 1º e 2º e 3º, respectivamente:

§ 1º. Se o eleitor se encontrar impossibilitado de  
utilizar o dedo mínimo da mão esquerda para o fim previsto nes-  
te artigo, seja em virtude de lesão física temporária ou perma-  
nente, seja por qualquer outro motivo, deverá ser assinalado, pe-  
la mesma forma, em lugar visível, de preferência no dedo mínimo  
da mão esquerda.

b) O parágrafo 2º do art. 37, que passa a 3º, te-  
rá a seguinte redação:

§ 3º. Não será admitido a votar o eleitor que, no  
ato da votação, apresente vestígio da tinta de que trata êste  
artigo e seus parágrafos.



LP 91

N.º 7  
Parágrafo único do art. 32 —  
(Elimine-se).

*Justificação*

Se as ocorrências a que se refere o parágrafo são previstas no Código Eleitoral, não há necessidade de novas referências no projeto.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Abguar Bastos*.

PARECER À EMENDA Nº 7

Pela provação. A boa técnica legislativa aconselha a supressão. Todas as normas do atual Código Eleitoral continuarão vigentes, desde que não revogadas expressamente. A remissão feita pelo art. 32 do Código Eleitoral foge ao sistema adotado pelo Substitutivo. É superfluidade, que deva ser corrigida.



N.º 8

Art. 25. As autoridades competentes, nos casos de emergência usarão a força federal, posta à sua disposição, para garantir a realização das eleições.

*Justificação*

Nos termos do substitutivo tem-se a impressão de que as eleições só são realizáveis quando garantidas por força federal. A emenda visa considerar a força federal como garantia, que só se transformará em prática, nos casos de emergência.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Abguar Bastos*.

PARECER À EMENDA Nº 8

Pela rejeição. Todas as forças capazes de garantir a eleição devem ser mobilizadas e estar à disposição da autoridade eleitoral. A polícia municipal, a guarda civil, a polícia civil, as milícias estaduais, a guarda noturna, a força federal. Simultaneamente, todas elas estarão às ordens da autoridade eleitoral, que será o árbitrio de mobilizá-la conforme as necessidades. A lei não deverá fixar critérios, de resto confiados ao julgamento subjetivo das autoridades de direito, pois poderá gerar os embaraços e as explorações de que a experiência atual tem sido fértil. Na emergência, os responsáveis pela ordem convocarão a força mais apropriada para assegurá-la. A lei não deverá discriminar qual delas. Isso se situa na área da competência e da responsabilidade da autoridade em causa.



Substitua-se pelo seguinte o texto do Substitutivo aprovado:

(Em anexo).

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — *Oscar Corrêa*.

*Introduz alterações no Código Eleitoral e dá outras providências.*

(Do Poder Executivo)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O requerimento de inscrição eleitoral será entregue pessoalmente em cartório pelo requerente, e instruído, obrigatoriamente, com a prova de residência e de identidade do eleitor.

Parágrafo único. As certidões de registro de nascimento feito fora do prazo legal, na conformidade da legislação vigente, só terão valor, para fins eleitorais, como prova de idade, após um ano da data do mesmo registro.

Art. 2.º O título somente será assinado pelo juiz depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor, sob pena de multa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) aplicada de ofício pelo presidente do Tribunal Regional competente, e cobrada executivamente.

Art. 3.º O alistamento encerrar-se-á cento e vinte (120) dias antes da data marcada para a eleição.

Art. 4.º É expressamente vedada a expedição de 2.ª via de título dentro dos sessenta (60) dias anteriores à data do pleito, quando requerida sob alegação de extravio ou perda da 1.ª via; bem assim, a transferência de eleitor dentro do prazo de 120 dias anteriores à eleição, observado o disposto pelo artigo 39, § 3.º, do Código Eleitoral.

Art. 5.º Serão excluídos das listas de votação: a) os eleitores que não

tiverem, até 90 dias antes da eleição, retirado de cartório os seus títulos eleitorais; b) os que tiverem deixado de votar, sem causa justificada, nas duas eleições anteriores ao pleito; c) aqueles cujo falecimento seja notório.

Art. 6.º O eleitor, a nenhum pretexto, sob pena de anulação da votação e responsabilidade do presidente da mesa receptora, nos termos do artigo 175 n.º 21, do Código Eleitoral, — poderá votar: a) sem a exibição do respectivo título; b) sem que conste da lista de votação o seu nome; c) em seção diversa daquela em que tiver sido incluído o seu nome, excetuados, apenas, os membros das mesas receptoras e os fiscais de partido, em número não superior a dois para cada um.

Parágrafo único. Não constando do título o retrato do eleitor, será exigida a exibição de documento que prove a sua identidade, mencionando-se a sua natureza na coluna de observações da folha de votação.

Art. 7.º É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos anexos, confeccionadas em papel opaco, e em cores diferentes para cada eleição quando realizada mais de uma simultaneamente.

§ 1.º Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas, além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos registrados (Mod. I); e nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito. (Mod. II).

Parágrafo 2.º. Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numerária, mediante sorteio, para o efeito da votação (§ 3.º).

Parágrafo 3.º. Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas, por ele rubricadas no ato sob pena de nulidade e responsabilidade (Código Eleitoral, Art. 175, n. 21), o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará a tinta: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X) o nome do candidato da sua escolha; b) nas eleições pelo sistema propor-

cional, por forma idêntica o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, dobrará e colocará a cédula ou cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente corresponderem, em número e cores, às que lhe foram entregues.

§ 4.º Se somente a legenda partidária tiver sido assinalada, apurar-se-á o voto apenas para o partido ou legenda; se somente o número do candidato, o voto será contado para esse candidato e para o partido correspondente.

§ 5.º Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinalada mais de uma legenda, ou número de candidato e legenda de partidos diferentes.

§ 6.º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior. A impressão, sob pena de responsabilidade de quem a ordenar, far-se-á, para cada eleição, em ordem de colocação variável de nomes e partidos, em tantos grupos quantos o seu número, de tal forma que, em cada grupo, figure na cabeça da cédula, nome ou partido diverso, com alteração na ordem dos subsequentes. A distribuição das cédulas pelas mesas receptoras será feita de modo que disponham todas elas, de vários grupos impressos, para que sejam entregues, indistintamente, aos eleitores, no ato de votar.

§ 7.º Aos Partidos Políticos é facultado afixar à porta ou no próprio recinto das seções eleitorais, e até dentro das cabines indevassáveis, cartazes contendo a relação dos seus candidatos e os respectivos números com que tiveram sido registrados.

Art. 8.º O registro de candidatos será feito, improrrogavelmente, até noventa (90) dias anteriores ao pleito, e, em se tratando de eleição pelo princípio proporcional, em número não excedente ao de lugares a preencher, quando superiores a dez (10).

Parágrafo único. A substituição de um candidato por outro só será permitida em se tratando de eleição pelo princípio majoritário, e em caso de falecimento do registrado, apurando-se para o substituto, se já impressas as cédulas de votação, os votos dados ao substituído.



Art. 9.º Para os efeitos do art. 125 do Código Eleitoral, somam-se aos votos anulados os votos em branco.

Art. 10. Nas eleições suplementares quando se referirem a cargo de representação proporcional, a votação far-se-á apenas nas legendas registradas.

11. As eleições serão sempre realizadas com a garantia da força federal, posta à disposição das autoridades eleitorais competentes.

Art. 12. No alistamento eleitoral, que se reabrirá em 1.º de janeiro de 1956, os títulos eleitorais serão substituídos por "fôlhas individuais de votação", de acordo com o modelo anexo (n.º III).

§ 1.º As "Fôlhas individuais de votação" serão conservadas em pastas, uma para cada secção eleitoral; remetidas às mesas receptoras das respectivas secções por ocasião das eleições, serão, findos os trabalhos da apuração, devolvidas a cartório, onde serão guardadas.

§ 2.º Ao alistar-se receberá o eleitor apenas um cartão (mod. IV) contendo a indicação, por extenso, da secção eleitoral em que tiver sido inscrito, à qual ficará vinculado permanentemente para todas as eleições que se realizarem, salvo em caso de transferência de zona ou município, quando a "fôlha" será enviada ao juízo eleitoral do novo domicílio.

§ 3.º O eleitor será admitido a votar ainda que deixe de exibir o cartão a que se refere o parágrafo anterior; nesse caso a prova de ter votado será feita mediante certidão que obtiver, posteriormente, do juízo competente.

§ 4.º No caso de omissão da fôlha individual na respectiva pasta, verificada no ato da votação, será o eleitor, não obstante, admitido a votar desde que exiba o cartão de inscrição na secção, sendo o seu voto tomado em separado. Como ato preliminar da apuração do voto, será averiguado em cartório o motivo da omissão. Se tiver ocorrido por culpa ou dolo do escrivão, a este será aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até 30 dias, e, na segunda, a de detenção, por 1 a 3 meses ou multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00.

§ 5.º A partir de 1.º de julho de 1956 perderão seu valor todos os títulos eleitorais até então expedidos,

os quais serão substituídos por fôlhas individuais de votação, de acordo com as instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

#### Disposições Transitórias

Art. 13. Imediatamente após o encerramento do alistamento (art. 3.º), iniciarão os juizes eleitorais a organização das listas de votação para a eleição de 3 de outubro do corrente ano, as quais serão publicadas até 30 dias antes do mesmo pleito, sob pena de multa de Cr\$ 2.000,00 imposta, de ofício, ao responsável pelo Presidente do Tribunal Regional, e cobrada executivamente.

§ 1.º A organização das listas, observado o disposto no art. 5.º, será feita, com a assistência de delegados dos Partidos especialmente credenciados para esse fim à vista dos processos de inscrição existentes no cartório, notadamente daqueles em que haja denúncia ou fundada suspeita de irregularidades.

§ 2.º Serão, pelo juiz eleitoral, excluídos do alistamento e das fôlhas de votação aqueles eleitores cuja inscrição não tiver preenchido, manifestamente, as condições ou requisitos legais, cabendo dessa decisão recurso voluntário, sem efeito suspensivo, e no prazo de três dias, para o Tribunal Regional.

Art. 14. Os títulos dos eleitores que votarem nas eleições de 3 de outubro serão retidos pelas mesas receptoras e enviados, afinal, com as respectivas fôlhas de votação, aos competentes cartórios eleitorais.

§ 1.º Na hipótese de eleições suplementares e de outras que eventualmente se realizarem até 1.º de julho de 1956, aqueles eleitores votarão nas mesmas secções em que tiverem votado em 3 de outubro, a cujas mesas receptoras serão presentes, para esse fim, os títulos retidos.

§ 2.º A partir de 1.º de janeiro de 1956 os títulos assim retidos poderão ser substituídos, a requerimento dos interessados, após a competente revisão da inscrição, por fôlhas individuais de votação como se dispõe no art. 12.

Art. 15. É considerado feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas tôdas as disposições em contrário.

MOD. I

Modêlo I-Verso

PARA ..... (\*)

☐ .....  
☐ .....  
☐ .....  
☐ .....  
☐ .....

(rubrica do presidente da mesa receptora)

(\*) Presidente da República — Vice-presidente — Senador — Governador — Vice-governador — Prefeito — Vice-prefeito.



A blank, aged, cream-colored page with a diagonal dotted line and the text "(rubrica do presidente da mesa receptora)". The page shows signs of wear, including a large brownish stain on the left side and some minor discoloration. The text is written in a small, black, sans-serif font, oriented diagonally along the dotted line.

(\*) 1) Deputados federais; 2) Deputados à Assembleia Estadual; 3) Vereadores.

FÔLHA DE VOTAÇÃO		
RETRATO	IMPRESSÃO DIGITAL DO POLEGAR DIREITO	
De _____ NOME POR EXTENSO DO ELEITOR		
DATA DO NASCIMENTO	NATURALIDADE	ESTADO CIVIL
FILIAÇÃO	PAI	
	MÃE	
PROFISSÃO	RESIDÊNCIA	
ASSINATURA DO ELEITOR		
DE _____	DE 19 _____	
ASSINATURA DO JUIZ		

ANOTAÇÕES



COMPARECIMENTO ÀS ELEIÇÕES

ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR	ASSINATURA DO ELEITOR
EM / / 19	EM / / 19
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE



JUIZO ELEITORAL DA ZONA DO

ESTADO DE (MUNICÍPIO)

O SR.

É ELEITOR NESTA ZONA, INSCRITO EM / 195

E VOTARÁ NA SEÇÃO ELEITORAL (POR EXTENSO)

DE DE 195

O JUIZ ELEITORAL,



*[Handwritten signature]*

VOTOU:

VERSO

Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....	Em..... / ..... / 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE



PARECER À EMENDA Nº 9

Pela rejeição.

A emenda nº 9 é, na realidade, um Substitutivo ao Substitutivo da Comissão Mista.

A Comissão Mista, como declarou o relator em seu parecer, valeu-se do projeto nº 94, enviado pelo Executivo à Câmara dos Deputados, como um dos seus subsídios principais.

A emenda nº 9 nada mais é do que a reprodução, "verbis", do referido projeto nº 94.

O parecer é contrário por dois motivos principais:

1) dos 16 artigos do referido projeto 94 e, consequentemente, da emenda nº 9, cerca de 13 dêles foram aproveitados, embora em certos casos com modificações, no Substitutivo já enviado pela Comissão Mista à Câmara dos Deputados;

2) como já foi dito, a adoção da emenda nº 9 iria quebrar todo o sistema adotado pela Comissão Mista, na elaboração do Substitutivo de sua responsabilidade, anulando praticamente todo o seu trabalho anterior.



Onde couber:

Artigo — E' admitida a inscrição eleitoral e consequente voto do cego alfabetizado pelo sistema denominado "Brasille".

§ 1.º O cego fará o seu requerimento em "Braille" e o lerá em seguida, perante o Juiz Eleitoral de seu domicílio, em audiência previamente marcada e nos termos da lei.

§ 2.º O título será igual aos demais e conterà, além dos requisitos exigidos, apenas a palavra cego ao lado do nome do eleitor.

§ 3.º O voto do cego será sempre tomado em separado. No decorrer da votação o cego procederá como as pessoas de vista, conforme a lei, exceto com relação à assinatura da fôlha de votação. O cego não assinará a fôlha, mas deixará no princípio da linha sua impressão digital, enquanto o presidente da mesa, logo em seguida, lançará na referida linha, em presença dos demais componentes, a justificativa de que o eleitor é cego.

§ 4.º O cego usará preferencialmente a cédula escrita em "Braille", levando-a consigo quando fôr votar. Esta cédula deverá ser feita obedecendo a todas as demais exigências legais.

§ 5.º A apuração do voto em "Braille" será à vista de um alfabeto desse sistema, autêntico ou impresso, de existência obrigatória em cada Junta apuradora.

§ 6.º Cada seção eleitoral, além do material exigido por lei, terá obrigatoriamente, material necessário para impressão digital.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955.

— França Campos.

#### Justificativa

Faço minhas as palavras de numerosos cegos, residentes em Belo Horizonte, com as quais, certamente, estarão todos os cegos do Brasil, em memorial que me remeteram, pleiteando, perante o Congresso Nacional, o direito de votarem.

O art. 132 da Constituição Federal bem como a Lei Eleitoral declaram o seguinte: "Não podem alistar-se eleitores: a) os analfabetos; b) os que não saibam exprimir-se na lingua nacional; c) os que estejam privados temporária ou definitivamente dos direitos políticos. Parágrafo único: Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, etc".

O art. 87, § 7.º diz: "O eleitor cego poderá votar desde que possa assinar a fôlha de votação em letras do alfabeto comum".

Se atentarmos para os dispositivos acima, veremos, claramente, que o cego alfabetizado pelo sistema "Braille" é perfeitamente alistável, dependendo apenas da regulamentação do processo de alistamento e exercício do voto, a menos que o legislador o tenha como analfabeto, o que seria absurdo. Não é possível considerar-se como tais indivíduos que, embora usando caracteres diferentes, escrevem e lêem as mesmas letras do nosso alfabeto. Escrevem não só a máquina mas do próprio punho. E, substituindo a tinta pelo alto relevo e a vista pelo tato, escrevem e lêem com a mesma rapidez das pessoas de vista. Enviaem e recebem mensagens manuscritas, estudam em livros e chegam a adquirir cultura geral e se salientar, muitas vezes, nas letras e nas artes, como é sobejamente sabido. Notório é que o cego alfabetizado pelo sistema "Braille", somente difere dos demais alfabetizados pelo modo de escrever e de ler. E se é assim, urge, portanto, que o Congresso Nacional faça, sem mais delonga, essa tão esperada regulamentação. O que não é possível é que o Legislativo, na impossibilidade de remover pequenos obstáculos, continue, por mais tempo, privando um grande número de cidadãos alfabetizados, esclarecidos, conscientes de seus deveres cívicos e, não raras vezes, até cultos, de um direito líquido e certo, ou seja, um dos direitos essenciais de que deve gozar todo cidadão livre e consciente, o direito de escolher seus governantes. E não são poucos os que estão impedidos de exercer o voto por essa razão. Segundo o último censo demográfico existem no Brasil 75.000 cegos. E' tranquillo e fora de dúvida que nesse número se inclui grande porcentagem de cidadãos alistáveis.

Se aprovado o projeto de reforma da Lei Eleitoral, digo se aprovado o substitutivo, tal como está, nem mesmo os cegos que escrevem pelo sistema comum poderão mais votar. Daí mais se alargará o número dos impedidos e, consequentemente, mais se acentuará a necessidade de uma providência garantidora dos direitos desses cidadãos.

Alegam que o "Braille" é letra de forma e dêste modo, as letras de um cego não diferem das letras dos demais cegos. Pouco importa, uma vez que para eliminar qualquer dúvida o



cego poderá fazer o seu requerimento diante do próprio juiz. Além disso, o "Braille" é o único processo pelo qual o cego pode, realmente, escrever e ler.

Quanto à assinatura do título e da folha de votação, não nos parece de extrema importância, pois, que, na verdade, nada poderá identificar com mais precisão do que a fotografia e, sobretudo, a impressão digital.

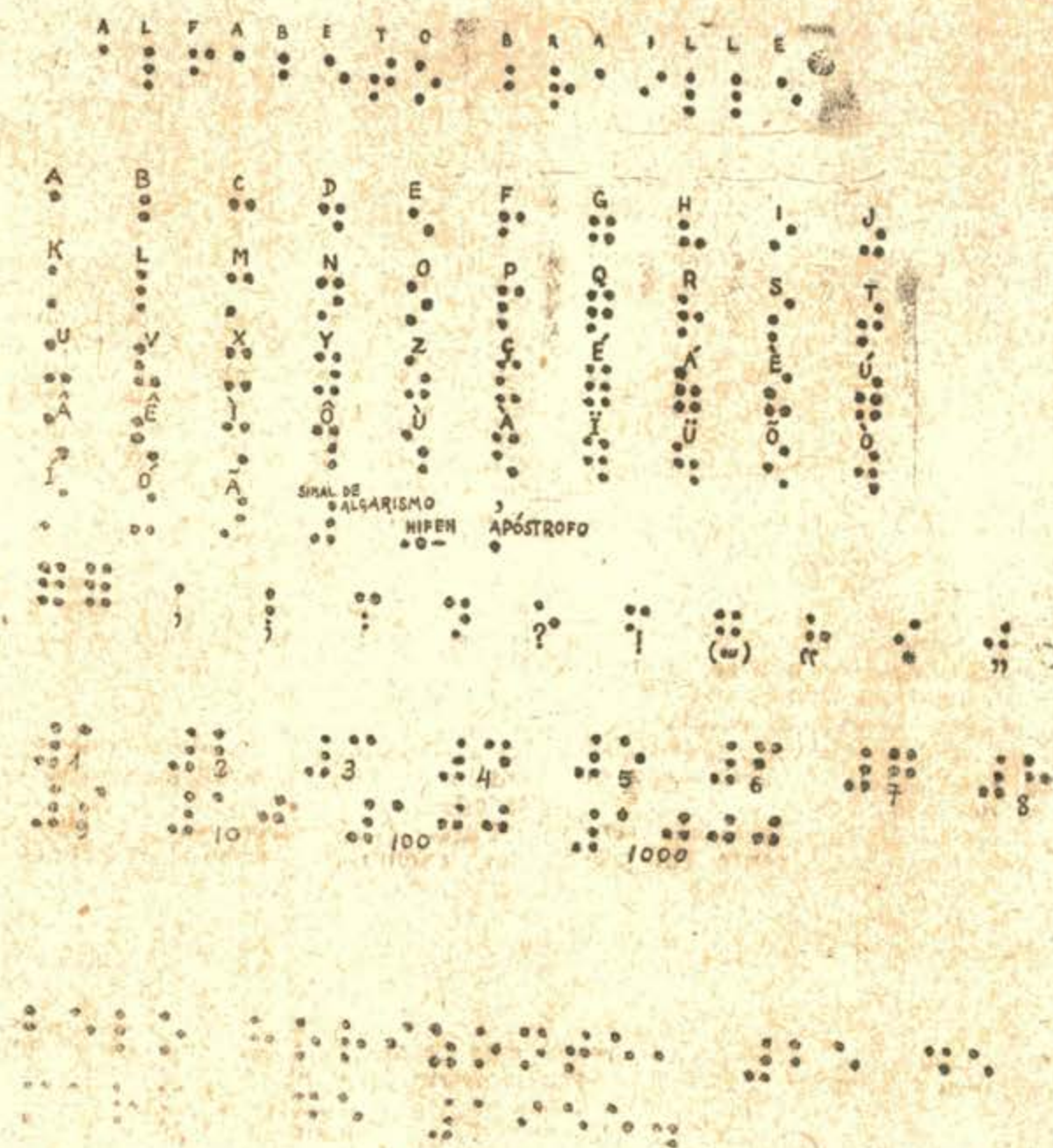
Sugerimos a cedula "Braille" para que o cego possa votar com absoluta consciência, o que nos parece um dos requisitos essenciais do voto livre. Embora isso venha identificar o voto como sendo de um cego, só acidentalmente. Aconteceria isso quando na mesma seção votasse um só cego ou quando votassem todos no mesmo candidato. Mas, também, o voto das pessoas de vista, em determinados casos, perde o sigilo.

peril  
Haja vista quando todos os eleitores da mesma seção votam no mesmo candidato, o que alias já aconteceu. O que é suficiente e digno de nota é que a cédula em

"Braille" nem de leve ferirá o art. 54 do Código vigente.

Há quem alegue que o "Braille" não é reconhecido como alfabeto nacional. Ainda assim, seria de incontestável justiça que, em atenção ao grande número de cegos brasileiros, se reconhecesse em lei um alfabeto modelo com a respectiva tradução, mesmo que fosse para fins eleitorais exclusivamente. E, então munido de instrumento dessa natureza, fácil seria aos Cartórios e às Juntas Apuradoras interpretar os requerimentos de inscrição e as cédulas "Braille", com a mais absoluta clareza. Mas nada impede que adote-se para as próximas eleições o conhecido alfabeto "Braille", do qual juntamos um exemplar.

Fica, portanto, aqui, nossa sugestão, e cremos que dessa forma seria sanada mais uma grande lacuna de nossa legislação eleitoral e garantido o exercício natural de um direito há longos anos reclamado e sempre relegado sem justificativa ponderável e convincente.  
— França Campos.





PARECER À EMENDA Nº 10

Pela rejeição, pela preliminar de inoportunidade na lei de emergência que ora se quer elaborar. A simples leitura da emenda comprova sua complexidade. Na lei de emergência só devem constar os preceitos exequíveis na eleição de 3 de outubro, êsse o critério imposto à Comissão pela Resolução nº 8.

A matéria deverá ser examinada e decidida posteriormente. A emenda França Campos consubstância valiosa contribuição para respeito ao direito dos cegos de votarem. Aliás, embora por forma diferente, êsse direito já é assegurado pelo art. 87, § 7º, do Código Eleitoral. E o relator pronunciou-se favoravelmente à emenda nº 11, também oportuna iniciativa do nobre deputado França Campos, determinando a instalação de mesa receptora nas coletividades de cegos.

Pelas razões apontadas no Parecer à Emenda nº 11, esta emenda poderia ser havida até como prejudicada.



N.º 11

Fica assim redigido o art. 7.º:

Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive para cegos e leprosários.

Sala das Sessões, 24 de maio de 1955. — Deputado França Campos.

L 102

PARECER À EMENDA Nº 11

Pela aprovação. O art. 87, § 7º, do Código Eleitoral, disciplina providências para o eleitor cego votar. O cego não figura entre os inhabilitados pela Constituição para votar. Tem êsse direito, como qualquer outro cidadão. E no Brasil as estatísticas atestam existirem cerca de 100.000 patrícios sem vista. Para facilitar-se o exercício do direito-dever do voto, justo é que nos estabelecimentos onde se concentram sejam localizadas urnas. Poupar-se-iam, assim, às dificuldades e até aos riscos de locomoção. Sempre que possível a justiça eleitoral deve ir até ao eleitorado e não o inverso. É o que quer a oportuna emenda França Campos. A forma pela qual tão grande número de eleitor tenham seu direito político resguardado é problema de regulamentação. E o poder competente para expedí-la é a justiça eleitoral. É o que dizem as letras "d" e "t" do artigo 12, do Código Eleitoral. A letra "d" constitui caso de habilitação de autoridade, em que o Tribunal Superior Eleitoral pode até, face a caso omissso e urgente, produzir normas materialmente legislativas. Quanto mais mera regulamentação para exercício de direito proclamado na Constituição e reconhecido no art. 87, § 7º, do Código Eleitoral e no art. 7º do Substitutivo.



N.º 12

Substitua-se no parágrafo único do art. 30 a expressão "o mesmo prazo" por igual prazo.

Sala das Sessões em 21-5-55. —  
Teixeira Gueiros.

Nota: A justificação será feita oralmente em plenário.

PARECER À EMENDA Nº 12, COM SUBEMENDA

Pela aprovação. Trata-se de emenda redacional, que evitará ambiguidade na interpretação. Realmente, o prazo é "igual", isto é, 3 dias. "Mesmo prazo" poderia levar à exegese de que dentro dos mesmos 3 dias, devesse ser o recurso interposto e decidido. Os prazos são distintos.

Deverá ser aprovada a emenda nº 12 com a seguinte subemenda:

Também no art. 30, onde está:

"do mesmo prazo"

escreve-se:

"de igual prazo"

A subemenda é consequência da emenda. A redação "igual prazo" deve ser uniformizada no art. 30 e no seu Parágrafo único.



N.º 13

Art. ... (onde couber).  
O uso do retrato a que se refere o artigo 40 § 3.º do Substituto Ulisses Guimarães, somente se tornará obrigatório para o alistamento às eleições que se processarem a partir de 2 de janeiro de 1956.

Nota: A justificação será apresentada oportuna e oralmente em plenário.

Sala das Sessões em 21-5-55. —  
Teixeira Gueiros.

PARECER À EMENDA Nº 13

Além da redigida defeituosamente, inclusive na parte em que faz remissão ao § 3º do art. 39, visa a adotar uma providência já consagrada expressamente no art. 40, do qual o § 3º é um desdobramento, não podendo, assim, haver dúvida de que a formalidade do retrato nos títulos eleitorais somente será exigida a partir de 1º de janeiro de 1956.

Parecer contrário.



O art. 8.º do Substituto, após as palavras "sob pena de demissão" redija-se pela seguinte forma: "os membros dos diretórios dos partidos políticos, os candidatos a cargos eletivos e os parentes destes, até o 3.º grau consanguíneo ou afim".  
Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — Nicanor Silva.

L 105-

PARÊCER À EMENDA N.º 14, COM SUB-EMENDAS

Pela aprovação. A regra é que o impedimento se estenda aos parentes até o 2º grau inclusive. Se o candidato não pode ser escrivão eleitoral, suspeito por presunção de parcialidade, não poderão sê-lo, igualmente, o pai, o irmão, o marido ou a mulher, etc. O art. 140 da Constituição Federal fixa as inelegibilidades por parentesco até 2º grau. A emenda, porém, deve sofrer as alterações ora oferecidas como sub-emenda:-

1ª - Após "cargos eletivos" continue-se "assim como do cônjuge e os parentes destes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau".

A inclusão do cônjuge, por motivos óbvios, é indispensável. Mais do que qualquer parente, ele é suscetível de parcialidade. Aliás a explicitação do cônjuge sempre se faz em nossa legislação, nas hipóteses semelhantes, como o próprio art. 140 do Estatuto Cívico oferece exemplo. Aliás, ainda que em termos genéricos e por extensão, a espécie está regulada no art. 15, § 7º, do Código Eleitoral.

Aqui está dito que "Perante o Tribunal Regional e nem recurso voluntário para o Tribunal Superior, qualquer interesse poderá arguir a suspeição dos seus membros da Procuradoria Regional ou de funcionários de sua Secretaria, assim como dos juizes e escrivães eleitorais, nos casos previstos na lei processual civil e por motivo de parcialidade partidária, mediante o processo previsto em regimento". Contudo, nem a matéria tem ensejado interpretações que não resguardam contra a parcialidade, tal qual ora é regulada, opinamos pela aceitação, com sub-emendas, da emenda nº 15, pois taxativamente especifica a proibição e automaticamente determina o afastamento em casos discriminados, sem necessidade de provocação pela partes. Além do mais, estabelece o limite do parentesco.



2ª Sub-emenda: - Exclua-se "e como funcionário de qualquer órgão da justiça eleitoral". A generalização é imprópria. O impedimento deve se circunscrever às autoridades e funcionários categorizados. Estende-lo a todos funcionários, inclusive os mais humildes, significará à justiça eleitoral. Nos Estados maiores, São Paulo por exemplo, teríamos, por ocasião da eleição de deputados, entre estes e os diretórios, inclusive os de mais de 400 municípios e de 12 partidos, cerca de 30.000 pessoas afastando componentes de "qualquer órgão da justiça eleitoral". Aliás o já mencionado art. 15, § 7º do Código Eleitoral faz menção aos juizes e escrivães eleitorais.



Ao artigo 2.º:  
Onde se lê: registrando-o no livro competente e, depois de autuá-lo, o fará concluso ao Juiz Eleitoral, que dentro do prazo máximo de cinco dias o despachará", diga-se: "registrando-o no livro competente e, depois de autuá-lo, dentro do prazo de 24 horas do seu recebimento, o fará concluso ao Juiz Eleitoral, que dentro do prazo máximo de cinco dias o despachará".

#### Justificação

A emenda tem em vista estabelecer prazo para que o escrivão organize o processo e o faça conduzir ao Juiz, para despachá-lo.

Não seria razoável se deixasse ao alvedrio do escrivão a execução desse trabalho simplíssimo, sem a fixação de prazo para realizá-lo, tal qual se fez em relação ao Juiz.  
Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — Arino de Matos.

### PARECER À EMENDA Nº 15, COM SUB-EMENDAS

Pela aprovação, com sub-emendas. O prazo para o escrivão eleitoral, quando receba requerimento de inscrição, a fim de autuá-lo, se entrosa na sistemática do Substitutivo de sempre assinalar prazos para cumprimento das providências eleitorais, a fim de resguardar em tempo hábil os direitos ofendidos dos eleitores ou dos partidos. O escrivão deve diligenciar no sentido do pronto encaminhamento dos autos ao juiz. Para isso o prazo é medida oportuna, pois seu desatendimento acarretar a as penas do nº 15, do art. 175, do Código Eleitoral. É exíguo, contudo, o prazo de 24 horas. Deve ser de 48 horas. Outra correção que deverá ser feita é que a emenda se refere ao art. 1º e não 2º, como erroneamente remete a emenda nº 15.

Aão as seguintes, as sub-emendas:

- 1ª) - Onde está, no art. 1º, "24 horas" diga-se "48 horas".
- 2ª) - Onde está na Emenda 15 "ao art. 2º", redija-se "ao artigo 1º".

O prazo é bom, inclusive para proteger contra delongas o alistamento, pedido por partidos não simpáticos ao escrivão.



Ao artigo 3.º:

Onde se diz: "pelo próprio Juiz Eleitoral, pelo Juiz preparador, ou pelo escrivão especialmente designado para esse fim". diga-se: "pelo próprio Juiz Eleitoral, pelo Juiz preparador, pelo escrivão ou por funcionário especialmente designado para esse fim".

*Justificação*

Seria equitativo que a entrega do título se fizesse na zona urbana como se estabeleceu com referência à rural.

O projeto adotou anterior mais restrito, não admitindo a interferência de procurador ou de delegado de partido na entrega alusiva a eleitores da cidade.

Parece-nos, entretanto, que não se deva excluir a colaboração de funcionário especialmente designado para o fim.

A prática nos tem mostrado que nem sempre o Juiz, o preparador e o escrivão podem desempenhar-se do mister de entrega de título, tendo sido produtiva a ação de outros funcionários atuantes na Justiça Eleitoral na execução desse serviço.

Dai, a modificação do texto que propomos, incluindo também os funcionários especialmente designado.

Sala das Sessões, 20 de maio de 1955. — Arino de Matos.

PARECER À EMENDA Nº 16

Pela rejeição. O Substitutivo facilitou o que era possível: a entrega do título ser feita, além do juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou pelo escrivão eleitoral. A rigor o ato devia ser efetuado pelo juiz eleitoral. Facilitou também o Substitutivo, determinando a locomoção das mesmas autoridades até os distritos, povoados e zona rural, para o mesmo efeito (art. 6º). A entrega do título é importante. Tanto assim que se deliberou a presença pessoal do eleitor para recebê-lo, não se aceitando a representação por procurador ou delegado. O que se quer é evitar a manipulação dos títulos pelos cabos eleitorais, o que começava do recebimento dos mesmos. Há mais, porém. Ainda na entrega, certas fraudes podem ser desmascaradas, notadamente quanto à identidade. Só funcionários categorizados, podem ser incumbidos desse mister, para que sejam responsabilizados por irregularidades. Anote-se, ainda, a remissão errada da emenda nº 16: ela se vincula aos arts. 5º e 6º e não ao art. 3º. O presente parecer aproveita à emenda nº 51, que versa sobre matéria semelhante.



109

N.º 17

Ao art. 1.º.

"Parágrafo — Não terá valor para a inscrição eleitoral certidão Acrescente-se como parágrafo: do registro de nascimento efetuado a menos de seis meses da data do pedido de alistamento".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues.*

PARECER À EMENDA Nº 17

Pela rejeição, inclusive por inconstitucionalidade. O art. 31, nº IV da Constituição proíbe a recusa de fé aos documentos públicos. Uma vez efetuado o registro do nascimento, a respectiva certidão faz fé pública, Para todos os efeitos, inclusive patrimoniais, para casamento, matrículas em colégios, etc. O que não é jurídico, será uma lei instituir um meio de documentação, q que leis posteriores arguam de suspeito, fragil ou incerto. Principalmente para fins eleitorais, em que se reconhece fé mesmo, a certidões de batismo. (art. 33, "c" do Código Eleitoral).



Ao art. 7.º, parágrafo único — Passe a parágrafo 1.º. Acrescente-se, em seguida:

"Parágrafo 2.º — Em nenhuma hipótese, poderá ser usada a propriedade ou habitação de candidato, de

membro de diretório ou de delegado de partido, bem como de parente de qualquer deles até o terceiro grau, inclusive, nem ainda de autoridade policial, para nele funcionar mesa receptora".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA Nº 18, COM SUB-EMENDA

Pela aprovação, com esta redação, adotando alterações oferecidas como sub-emenda:

Art. "É expressamente vedado o uso de propriedade ou habitação, para funcionamento de mesa receptora, pertencente a candidato, membro de diretório de partido, delegado de partido ou autoridade policial, bem como dos respectivos cônjuges e parentes, consanguíneos ou afins, até 2º grau".

O preceito amplia os impedimentos relacionados no art. 79, § 2º, do Código Eleitoral. Estende a proibição aos parentes, mesmo os dos delegados de partido ou membros de diretório partidário. Essa é a sistemática adotada, na espécie, pela legislação vigente. Até em matéria da responsabilidade política da inelegibilidade, como refere o art. 140 da Constituição Federal.

Por isso o relator manifestou-se pela adoção de emenda ao art. 8º do Substitutivo, fiel ao princípio e ao mesmo escalonamento do parentesco.

Se uma pessoa é, por presunção, suspeita, seu cônjuge e seus parentes próximos também o são. Por contaminação, o impedimento deve ser estendido. A emenda o faz até o 3º grau. Deve ser até o 2º, conforme sistematicamente o tem decidido a legislação vigente, como testemunham o art. 140 da Constituição Federal e o art. 79, § 2º do Código Eleitoral.

A sub-emenda subordina a matéria ao sistema. Outra inovação da sub-emenda: incluiu a autoridade policial na vedação. Sabe-



2. p. 111

se que às vezes é ela instrumento do situacionismo. Tudo deverá fazer para proteger o pleito contra tais beleguinas, responsáveis por acontecimentos violentos que envergonham nossa democracia.



N.º 19

Ao art. 11 — Redija-se assim:

"Art. 11 — O alistamento encerrar-se-á cem dias antes da data marcada para a eleição, não podendo ser recebido requerimento de inscrição eleitoral depois dessa data e até a reabertura do alistamento (Código Eleitoral, art. 64, § 2.º)".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA Nº 19

Pela rejeição. A remissão é iterativa e dispensável. Foge à técnica legislativa de todo o Substitutivo. Ou a remissão se faz sempre ou jamais, para evitar interpretações equívocas. O Substitutivo, em alguns passos, se refere a dispositivos do Código Eleitoral. Mas não se trata de remissão pura e simples, mas de aplicar, por extensão, os mesmos a preceitos de lei nova. A reabertura do alistamento se opera pelo § 2º do art. 64, do Código Eleitoral. Não tendo sido revogado, como tudo mais que o não foi, continua a vigir. Legislou de novo, sobre a espécie, seria superflua superfetação.



Do artigo 18 — Redija-se assim:  
 "A organização da lista dos eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, observado o disposto no artigo 17 desta lei e no artigo 66 e parágrafos do Código Eleitoral, será feita com a assistência e fiscalização dos delegados de partido, à vista das fichas dos títulos eleitorais e dos processos de inscrição, de transferência e de expedição de segundas vias.

§ 1.º — Serão excluídos, pelo juiz eleitoral, das folhas de votação e das listas de eleitores aqueles cuja inscrição não houver preenchido, manifestamente, as condições ou requisitos legais.

§ 2.º — Dessa decisão cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, manifestado pelo eleitor ou por delegado de partido, no prazo de três dias. O recurso não terá efeito suspensivo.

§ 3.º — O Tribunal Regional decidirá no prazo de cinco dias o recurso a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4.º — Poderá também reclamar verbalmente, por escrito ou por telegrama ao juiz eleitoral ou ao Tribunal Regional Eleitoral o eleitor cujo nome tenha sido omitido ou figure erradamente na lista, observado, para esse fim, o disposto no artigo 67, parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do Código Eleitoral".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

### PARECER À EMENDA Nº 20, COM SUB-EMENDA

Pela aprovação, com as modificações decorrentes das seguintes sub-emendas:

1ª) No § 2º da emenda, suprima-se: "O recurso não terá efeito suspensivo". Pelo art. 156 do Código Eleitoral não o tem, como regra. A regra é seu devolutivo o recurso. A Comissão apresentou sub-emenda suprimindo do art. 18, § 1º, do Substitutivo a referência superflua.

2ª) Substitua-se no § 2º da Emenda o adjetivo "manifestado" por "interposto".

3ª) Acrescente-se no § 3º da Emenda "Eleitoral" após "Regional".

4ª) Suprima-se o § 4º da Emenda.

A Emenda é até o § 3º redacional. Torna mais claro o texto e com boa técnica legislativa ordenou todo o recurso cabível na espécie na autonomia de um parágrafo (§ 2º).

As sub-emendas, igualmente, até a 3ª, inclusive, são redacionais.

Não será demais já se ir preocupando com a concisão e pureza da linguagem da futura lei, embora (disso se deva cuidar, regimentalmente, na redação final. Mas cooperação, ainda que meramente vernacular, como a em boa hora trazida pelo operoso deputado Martins Rodrigues, caracteriza o empenho, até apaixonado, do Congresso em dar



L J J<sup>h</sup>

ao País boa legislação eleitoral, a começar pela língua escoreita com que enunciará suas preceituações.

O parágrafo 4º é meramente remissivo do art. 67 do Cód<sup>i</sup>go Eleitoral. Será superfetação dispensável. O Substitutivo perfilhou a técnica legislativa de não fazer remissões puras ou simples. Fazê-lo agora, significará quebrar todo o sistema.

LFS.



Ao artigo 19 — Substitua-se pelo seguinte:

"Art. 19 — O eleitor só poderá votar, em regra, satisfeitas as seguintes exigências: — a) — exibição do respectivo título de eleitor; b) — constando o nome da seção eleitoral em que deva votar.

§ 1.º — Todavia, os eleitores cujo nome não conste da lista de votantes da seção, ou nela figure com inexatidão, poderão votar na seção especial a que se refere o art. ...., ou, se ela não funcionar, na própria seção em que deviam fazê-lo, mas sempre com as cautelas do § 4.º, letras a, b e c, do artigo 87 do Código Eleitoral.

§ 2.º — Não pertencendo o eleitor à seção e não constando do título a fotografia, será obrigatória a exibição de documento de identidade, que ficará retido, juntamente com o título, até a apuração.

§ 3.º — No caso do parágrafo 1.º, não se fará a apuração dos votos tomados em separado pelo motivo ali previsto senão depois de verificar a Junta Eleitoral a legitimidade da inscrição e a identidade do eleitor, bem assim não haver ele votado em outra seção da mesma zona.

§ 4.º — Verificada a ocorrência a que se refere o artigo 1.º, a Junta Eleitoral, antes de encerrar seus trabalhos, apurará a causa da omissão. Se tiver havido culpa ou dolo do juiz ou do escrivão eleitoral, ser-lhe-á aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até trinta dias, e, na segunda, a de detenção por um a três meses, ou multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00 cabendo ao Tribunal Regional Eleitoral a aplicação da pena-lidade ao juiz".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1957 — Martins Rodrigues.

PARECER À EMENDA Nº 21

Pela rejeição. A emenda excepciona a vedação dos arts. 12 e 20 do Substitutivo como novos casos. O grande mérito da exigência de só admitir, o voto do eleitor na respectiva seção eleitoral, e exclusivamente nela, será o de viger com rigor quase absoluto. Do contrário, cairemos no regime atual, propiciador, na espécie, de tantas fraudes. Outras providências aventadas pelo eminente autor da emenda deverão ser examinadas em ulterior oportunidade.



Ao artigo 20 — Redija-se assim:  
 "Art. 20 — Salvo o disposto nos parágrafos seguintes, é vedada a votação em secção eleitoral diversa daquela em que o eleitor tiver o seu nome incluído".

Acrescente-se, como parágrafo 6.º:  
 "§ 6.º — Quando os fiscais de partido votarem em secção diversa daquela em que o seu nome esteja incluído (§ 1.º) a apuração dos seus votos não se fará sem que, antes, a Junta Apuradora competente verifique se os mesmos votaram em outras secções da mesma zona".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARER À EMENDA Nº 22, COM SUB-EMENDA

Fela aprovação, com a seguinte sub-emenda: suprima-se o § 6º proposto. Nessa parte, a emenda é redacional. Corrigirá evidente lapso tipo rático. Obviamente a exceção à vedação do art. 20 não se circunscreve ao § 4º do mesmo.

A providência focalizada no § 6º da emenda 22 é dispensável, por estes motivos principais:

1º) O título do fiscal que votar fora de sua sessão será retido, pois votará em separado (§ 1º do art. 20 do Substitutivo).

2º) O fiscal só poderá votar perante a mesa receptora, cujos serviços está credenciado a fiscalizar (§ 1º do art. 20).

3º) Não poderá votar em qualquer outra secção, primeiro porque não tem título, retido na votação, segundo porque não poderá votar a não ser nas condições especialíssimas referidas no art. 20.

O Parecer da Comissão Mista, quanto a essa parte da Emenda, é reconhecer seu louvável propósito, mas que a matéria deve rá ser examinada e decidida quando da tramitação de posterior Reforma da Lei Eleitoral.



Ao parágrafo único do artigo 23 — Substitua-se pelo seguinte:

"Parágrafo 1.º — Sem a prova de que votou na última eleição, ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

- a) inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se nele ou nela;
- b) receber o vencimento, remuneração ou salário do emprego ou função pública, ou os proventos da inatividade, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;
- c) formular requerimento, por si ou por procurador, e repartição pública federal, estadual ou municipal, ou a entidade autárquica;
- d) estar em juízo como autor, réu, assistente ou oponente;
- e) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;
- f) pleitear o gozo de favores ou isenções estabelecidas em lei;
- g) obter passaporte, carteira de identidade ou carteira profissional;
- h) obter empréstimos nas Caixas Econômicas ou nos Institutos e Caixas de Previdência Social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito, mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe;
- i) matricular-se em estabelecimento escolar oficial, equiparado, reconhecido ou subvencionado, ou registrar diploma de curso neles realizados;
- j) praticar qualquer ato para o qual exija quitação do serviço militar ou do imposto de renda".

Acrescente-se:

§ 2.º O disposto no parágrafo anterior sobre emprego ou função pública aplica-se também aos que forem exercidos em autarquias ou sociedades de economia mista".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

#### PARECER À EMENDA Nº 23, COM SUB-EMENDA

Pela aprovação, nos termos da seguinte sub-emenda:

"Ao parágrafo único do artigo 23 - Substitua-se pelo seguinte:

"Parágrafo 1º - Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa, ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

- a) - inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empossar-se nele ou nela;
- b) - receber o vencimento, remuneração ou salário do emprego ou função pública, ou os proventos da inatividade, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;
- c) - participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou das respectivas autarquias;
- d) - obter empréstimos nas Caixas Econômicas Federais ou



*Sanat*  
*174*  
- 2 -

*338*

Estaduais, nos Institutos e Caixas de Previdência Social, bem como em qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo govêrno, ou de cuja administração este participe;

e) - praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou do impôsto de renda".

§ 2º - O disposto no prarágrafo anterior sôbre emprego ou função pública aplica-se também aos que forem exercidos em autarquias ou sociedades de economia mista".

A emenda 23 é eminentemente redacional. As inclusões que faz, como dos aposentados, são oportunas.



Ao § 9.º do art. 39 — Converta-se em artigo, com a seguinte redação:  
 "Art. — O alistamento eleitoral será feito sem ônus para o eleitor, correndo todas as despesas do mesmo, inclusive as de fotografias, à conta da Justiça eleitoral".

"§ 1.º — Para atender às despesas com a inscrição de eleitores, o Tribunal Superior Eleitoral destacará e distribuirá anualmente aos Tribunais

Regionais dotação correspondente ao volume e crescimento do alistamento.

"§ 2.º — O Tribunal Superior Eleitoral também distribuirá aos Tribunais Regionais, para ocorrer às despesas com o transporte de eleitores por ocasião da eleição, a importância estimada necessária, mediante pedido justificado dos mesmos.

"§ 3.º — O pedido de crédito para transporte a que se refere o parágrafo anterior, será formulado pelos Tribunais Regionais ao Tribunal Superior Eleitoral, antes da realização da eleição, com base na distribuição do eleitorado pelas secções eleitorais".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

### PARECER À EMENDA Nº 24, COM SUBEMENDA

Refere-se, sem dúvida, ao § 9º do art. 40 e não do 39.

Ao discutirmos o substitutivo afinal aprovado pela Comissão, oferecemos emenda visando a atribuir à Justiça eleitoral as despesas com o alistamento, as eleições e sua apuração.

A Comissão entendeu, porém mais aconselhável manter o sistema vigente, acolhendo apenas a parte da emenda que se referia às despesas com a fotografia no alistamento a reiniciar-se no ano vindouro.

Isso não obstante, não podemos deixar de reconhecer que a medida sugerida pelo nobre deputado Martins Rodrigues deve merecer toda atenção de quantos realmente se empenham no combate à influência do poder econômico nas eleições para a escolha dos representantes do povo nos diversos postos eletivos.

Ficamos, porém, com o entendimento da Comissão, ao considerar que, dada a complexidade da execução da medida e sobretudo, o volume das despesas que só o transporte e a hospedagem dos eleitores por ocasião do alistamento e da eleição, mais aconselhável seria adiar a solução do problema para a oportunidade da elaboração da reforma do atual sistema eleitoral.



LB 120

O parecer é, assim, contrário à emenda, exceto quanto à sugestão de passarem os §§ 9º e 10º a constituir um artigo, motivo porque oferecemos a seguinte.

SUBEMENDA

Os parágrafos 9º e 10º do art. 40 passam a constituir um artigo com a seguinte redação:

Art. As despesas com o retrato do eleitor, a que se referem os parágrafos 2º e 8º do artigo 40, ficarão a cargo da União e serão feitos pela Justiça Eleitoral, de acordo com as instruções a serem baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, por conta das dotações que este deverá distribuir anualmente aos Tribunais Regionais, na proporção do volume e crescimento do alistamento eleitoral em cada Circunscrição.



Ao § 2.º do art. 40 — Suprimam-se as expressões finais — "à qual ficará vinculado permanentemente". Acrescente-se, depois do parágrafo 2.º, o seguinte:

"§ 3.º — O eleitor ficará vinculado permanentemente à secção eleitoral indicada no seu título, salvo:

a) se se transferir de zona ou município, hipótese em que a fôlha individual será enviada ao Juiz Eleitoral do novo domicílio;

b) se, entre uma eleição e outra e pelo menos até dias antes da remessa das folhas individuais de votação às secções eleitorais, provar, perante o Juiz Eleitoral, que mudou de residência dentro do mesmo município, de um distrito para outro, ou para lugar muito distanciado da secção em que se acha inscrito, caso em que serão feitas, nas referidas folhas e no título eleitoral para esse fim exibido, as alterações correspondentes, devidamente autenticadas pela autoridade judiciária.

Altere-se a numeração dos parágrafos subsequentes, a partir do § 3.1.  
Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955 — *Martins Rodrigues*.

#### PARECER À EMENDA Nº 25 COM SUBEMENDA

A solução proposta corrige uma omissão do substitutivo, merecendo, por isso, nossa acolhida, menos quanto ao prazo da transferência de seção dentro do mesmo município.

Permitir que o eleitor mude de seção eleitoral, mesmo provando haver mudado de residência, até as proximidades do pleito seria deixar aberta não só ao tumulto na preparação da eleição, como à fraude, sobretudo nos Estados onde a Justiça de Paz é eletiva.

Dai por que, adotando a emenda, oferecemos-lhe subemenda fixando o prazo da transferência de seção em 60 dias antes do pleito.

#### SUBEMENDA À EMENDA Nº 25, LETRA 'b'

Onde se diz "até dias antes da remessa das folhas individuais de votação às seções eleitorais", diga-se: "até 60 dias antes da eleição".

Com essa ressalva, o nosso parecer é, pois, favorável.



Acrescente-se onde convier:

"Art. — Serão custeadas pela Justiça Eleitoral todas as despesas de transporte dos eleitores, quando, por não haver secção eleitoral dentro de um raio de dois quilômetros de sua residência, sejam os mesmos obrigados a deslocar-se para cumprir o dever de votar.

Parágrafo único — Os veículos necessários ao transporte serão postos, pelos seus proprietários, à disposição do Juiz Eleitoral, o qual, com a assistência dos delegados de partido adotará providências que assegurem, sem qualquer preferência, a condução oportuna dos eleitores aos lugares designados para a votação.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — Martins Rodrigues

PARECER À EMENDA Nº 26

Pela rejeição. A medida não deve estar afeta à Justiça Eleitoral, por fugir aos limites institucionais de suas atribuições. Semelhante atribuição iria desgastá-la senão desautorá-la pelo aceso das paixões em jogo. De qualquer foram, esta não é matéria de emergência. Para o próximo pleito, a justiça eleitoral não teria, em tempo, recursos hábeis para colerir esse gênero de gastos. A questão de transporte deverá ser disciplinada posteriormente.



Acrescente-se onde convier:

"Art. — Cabe recurso contra a expedição de diploma, nos seguintes casos:

a) inelegibilidade de candidato, ainda que não arguida por ocasião do registro;

b) eleição viciada por fraude ou coação, em qualquer das fases do processo eleitoral;

c) errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional;

d) erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda;

e) pendência de recurso anterior, cuja decisão possa influir na determinação de quociente eleitoral ou partidário, inelegibilidade ou classificação de candidato".

"Parágrafo único — Nesses casos tem cabimento o recurso da diplomação, ainda que não tenham sido interpostos parciais das decisões da justiça eleitoral anteriores a ela".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955 — *Martins Rodrigues*.

### PARECER À EMENDA Nº 27

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade na lei de emergência.

Foi êsse o critério com que a Comissão Mista, por maioria, expungiu do anteprojeto os preceitos constantes dos arts. 27, 28 e 29 do projeto nº 4.601. Entendeu que o assunto deverá ter disciplinamento posterior. Recorde-se que o Código Eleitoral, do art. 152 "usque" 174 cuidou dos recursos. Quanto aos admissíveis contra a diplomação, cautelosamente se circunscreveu aos casos de vulneração da Constituição Federal.



N.º 28

Acrescente-se onde convier:

"Art. — Nos distritos onde funcionarem mais de três secções eleitorais poderá o Juiz fazer instalar uma secção especial para nela votarem os eleitores cujos nomes não figurarem na lista da secção a que pertencam, ou que nela figurem erradamente, sendo os votos tomados com as cautelas constantes do § 4.º do art.º do Código Eleitoral combinado com o § 2.º, recolhendo a mesa receptora o título e a prova de identidade oferecida".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955 — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA Nº 28

Pela rejeição nos termos do Parecer à Emenda nº 21.

Os precedentes tornarão frouxa até à inoperância a interdição fixada nos arts. 19 e 20 do Substitutivo, remédio e eficaz para extirpar as fraudes decorrentes da compra de títulos obtenção com intuito fraudulento de 2ª via de título eleitoral e finalmente o eleitorado fantasma.

IS.



Acrescente-se onde convier:

"Art. Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da seção em que deveriam votar, a qual será transportada para aquela em que tiverem de votar.

§ 1.º As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da seção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobrecartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2.º O transporte da urna e dos documentos da seção será providenciado pelo membro da mesa ou secretário que comparecer, ou pelo próprio juiz ou pessoa que ele designar para esse fim, acompanhando-a os fiscais que o desejarem".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER

Pela rejeição. A emenda visa derrogar o § 4º do art. 71 do Código Eleitoral. A matéria na legislação atual oferece a vantagem de admitir a hipótese de impossibilidade de votarem os eleitores na urna da seção em que deveriam tê-lo feito, principalmente pelo fato de com a ausência do presidente da mesa também falte o material confiado à sua guarda, principalmente as folhas de votação e a urna. Pela rejeição, pois



Acrescente-se onde convier:

"Art. Além dos casos previstos no art. 123 do Código Eleitoral, é nula a votação:

a) quando votar eleitor indevidamente inscrito, ou que haja sido excluído do alistamento, desde que o seu voto não tenha sido tomado com as cautelas do § 4.º do art. 87 do Código Eleitoral;

b) quando, sem as cautelas referidas no artigo anterior, votar eleitor de outra seção, ou aquele cujo nome não conste da lista de votantes, ou nela figure erradamente.

"Art. Na apuração das eleições, a Junta Eleitoral verificará, previamente, se ocorre qualquer dos casos de nulidade de votação previstos no art. 123 do Código Eleitoral e no artigo anterior.

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

### PARECER À EMENDA Nº 30, COM SUB-EMENDAS

Pela aprovação, com as seguintes sub-emendas:

1ª. Redija-se assim a letra "b":

"b - quando votar eleitor de outra seção, a não ser nos casos expressamente admitidos em lei" -

2ª. sub-emenda: Transforme-se em parágrafo único o segundo artigo da Emenda nº 30, suprimindo-se a palavra "anterior", que será substituída pelo número do artigo respectivo do Substitutivo.

A emenda amplia o elenco das nulidades referidas no art. 123 do Código Eleitoral. Além disso, ajusta os deveres preliminares da Junta Apuradora mencionados no art. 97 do Código Eleitoral, com as nulidades estabelecidas no art. 123 do mesmo Código e as oferecidas na futura lei.

Os novos casos de nulidade, isto é, votar quem não tem capacidade para fazê-lo, inclusive desatendendo à vedação terminante e altamente moralizadora, que agora se quer instituir, de votar fora da respectiva seção, tais casos, pela gravidade que assumem, devem anular toda a votação da seção. É claro: nenhum de feito legal maior do que a incapacidade. As pessoas em causa são incapazes para sufragar. Logo, se o fizerem, praticam ato nulo, inexistente, que por contaminação vicia toda a respectiva urna, pois será impossível, na apuração, localizar o voto válido do ilegítimo. Recorde-se que a anulação da seção não significará prêmio ao fraudador ao invés de castigo, possibilitando sua ação pre



meditada tendente a obstar, criminosamente, presumida vantagem adversária na seção propositadamente anulada. Isso porque pelo art. 126 do Código Eleitoral, a votação será renovada, nas condições do respectivo art. 107.

A alteração oferecida à letra "b" decorre de sub-emenda à Emenda nº 21.



Acrescente-se onde convier:

"Art. As estações de rádio, salvo as oficiais, nos 90 dias anteriores às eleições gerais de todo o país ou de cada circunscrição eleitoral, reservarão diariamente duas horas, pelo menos, à propaganda partidária, sendo uma delas à noite.

§ 1.º A distribuição das horas de irradiação será feita entre os diferentes partidos, sob rigoroso critério de rotatividade.

§ 2.º Compete à justiça eleitoral o controle dessa distribuição, bem como o estabelecimento, sob proposta das empresas concessionárias, da tabela dos preços, que devem ser iguais para todos os partidos e candidatos. Esse controle se fará com a fiscalização dos delegados de partidos.

§ 3.º A justiça eleitoral estabelecerá também normas para a propaganda de candidatos e partidos na imprensa escrita, registrando os contratos de publicidade que a esse fim se destinarem".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA Nº 31

Pela rejeição, pelos mesmos fundamentos da preliminar invocados a propósito da Emenda nº 88. Recorde-se que o Código Eleitoral, nos arts. 129, nº 8 e 130, cuidam da espécie, quasi que nos mesmos termos propostos na Emenda 31. Substancialmente não há diferenças.



Acrescente-se onde convier:

"Art. O ato eleitoral, desde o alistamento até a diplomação dos candidatos, compreendendo a inscrição dos eleitores, a organização das seções eleitorais, a votação, a apuração e a proclamação dos eleitos, é indivisível, para o efeito de poder ser declarada a sua invalidade pela justiça, desde que verificada a qualquer tempo e em qualquer das fases que o constituem, infração substancial dos preceitos legais, bem assim a ocorrência de coação ou fraude, devidamente apurada.

"Art. No caso da ocorrência de fraude em qualquer das fases do processo eleitoral, definidas no artigo anterior, bem assim no de coação que vicle a vontade do eleitorado, a justiça eleitoral poderá proceder de ofício, para a sua apuração em qualquer tempo; e, havendo ou não provocação dos interessados, é ampla a sua competência para a investigação dos fatos".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA Nº 32

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade da matéria ser disciplinada na lei de emergência que agora se quer elaborar.

O presente parecer é coerente com outros, sobre emendas versando matéria semelhante. Aliás, a Comissão Mista, desde a elaboração do Substitutivo, timbrou em circunscrever a reforma aos aspectos urgentes e inadiáveis, com o objetivo de alcançarem o próximo pleito de 3 de outubro.

Lei posterior decidirá sobre a relevante matéria focalizada pelo eminente Deputado Martins Rodrigues na emenda 32.



Acrescente-se onde convier:

"Art. Não há preclusão de prazo para a interposição de recurso, quando nele se discutir matéria constitucional, bem assim quando se tratar de casos de fraude ou de nulidade substancial, que invalide o ato eleitoral".  
Sala das sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER À EMENDA Nº 33

Pela rejeição, pela inoportunidade da matéria ser disciplinada na lei de emergência que agora se quer elaborar.

O relator foi vencido na Comissão, quando ofereceu, no anteprojeto que apresentou à mesma, dispositivo tendente a evitar que a preclusão operasse contra ato manifestamente inconstitucional, sob alegação de que a matéria, pela sua importância e pelo cuidado com que deve ser disciplinada, deve ser decidida em reforma posterior da legislação eleitoral.

Ocorre, ainda, que as próximas eleições, sendo em sua quase totalidade regidas pelo princípio majoritário, os incidentes motivadores de recursos serão, necessariamente, em número muito menor. A legislação eleitoral é eminentemente circunstancial pela preeminência, nela, do fato e do tempo. E a preclusão é consectária desses dois pressupostos. Sem a preclusão não haveria apuração, diplomação ou posse. Sua incolumidade deve ser preservada. Mas não a ponto de operar contra a Constituição. O que a descumpre é nulo, maxista. A preclusão não poderá convaler ato nulo, que não existiu. Essa a exegese da preclusão. Como já foi dito, porém, só futuramente o assunto de verá ser regulado mais detidamente.



N.º 34

Acrescente-se onde convier:

"Art. Até às 12 horas do dia seguinte à realização da eleição, o Juiz Eleitoral é obrigado, sob as penas do art. 175, n.º 15, do Código Eleitoral, a comunicar ao Tribunal Regional, bem assim aos delegados de partido perante ele credenciados, o número de eleitores que votou em cada uma das seções da zona sob sua jurisdição, bem assim o total de votantes da zona.

§ 1.º Essa comunicação será feita por via postal, em ofícios registrados, de que o Juiz guardará cópia no arquivo eleitoral, acompanhada do recibo do correio.

§ 2.º Qualquer eleitor ou candidato poderá obter, por certidão, o teor da comunicação a que se refere este artigo, sendo defeso ao Juiz recusá-la ou procrastinar a sua entrega ao requerente".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

## PARECER

Pela aprovação (com subemendas). Nos termos da letra g do art.

89 do Código Eleitoral, encerrada a votação, o Presidente de cada mesa receptora "comunicará em ofício, ao juiz eleitoral da zona a realização da eleição, o número de eleitores que votaram e a remessa da urna e dos documentos à Junta Eleitoral".

Portanto, no próprio dia da eleição, todos os presidentes de mesa receptora enviarão aos juizes os totais parciais dos eleitores que compareceram. Bastará somar essas parcelas para que se obtenha o total geral dos comparecentes de cada zona eleitoral.

Imaginemos uma zona eleitoral com 10.000 eleitores. Sendo a média de comparecimento de 300 eleitores por seção, o juiz eleitoral receberá 33 comunicações parciais, bastando somar os respectivos resultados.

Note-se, ainda, que o total de 10.000.000 é elevado para ser cálculo médio da densidade eleitoral dos municípios no Brasil. As grandes cidades e capitais abrangem várias zonas eleitorais. A emenda sugere medida de real importância moralizadora, pois fixa em documento oficial, com a autenticidade e a



+ 2 - 532

sinceridade da flagrância, pois as comunicações serão sucessivas dos presidentes de mesa ao juiz eleitoral, assim que se encerre a votação, e dêste ao Tribunal Regional, no dia imediato ao da eleição, - fixa oficialmente o número de eleitores que votarem em cada seção e em toda a zona eleitoral. Isso impedirá futuras adulterações criminosas ou "arranjos" para coonestar fraudes.

Pode acontecer, contudo, que comunicações de presidentes de mesa receptora cheguem atrasadas ao juiz eleitoral. Ele não poderá se desemcumbir da obrigação referida na emenda no prazo nela estipulado. Daí a necessidade de sub-emenda provendo a ocorrência.

#### ~~SUB-EMENDAS~~

1ª

Dê-se esta redação ao § 1º da Emenda 34, passando seus atuais §§ 1º e 2º a §§ 2º e 3º respectivamente:

"§ 1º - Se houver retardamento nas medidas referidas no art. 89 do Código Eleitoral, o juiz eleitoral, assim que as receba, fará a comunicação constante dêste artigo".

2ª

Onde está, no fim do artigo "bem assim o total" redija-se "bem como o total".



Acrescente-se onde convier:

"Art. Os partidos políticos terão representantes credenciados perante a justiça eleitoral e as mesas receptoras, observado o seguinte:

a) O número de delegados de cada partido será de dois, junto ao Juízo Eleitoral de cada zona.

b) Perante as mesas receptoras, os partidos poderão ter fiscais, em número de dois para cada uma delas.

c) Cada partido poderá acreditar até dois delegados perante a Junta Eleitoral, funcionando um de cada vez no curso dos trabalhos; e tantas vezes dois fiscais quantas forem as turmas de apuração, revesando-se eles no serviço de fiscalização.

d) O número de delegados de partido perante os Tribunais Regionais não excederá de três. Cabe a esses delegados agir também junto à Comissão Apuradora, cujos trabalhos poderão acompanhar.

e) Perante o Tribunal Superior do Trabalho, cada partido poderá ter também até três delegados, que se revesarão em seus trabalhos.

"Parágrafo 1.º Os partidos, através dos respectivos delegados e fiscais, poderão acompanhar o processo eleitoral em qualquer de suas fases, desde o alistamento até a proclamação dos eleitos. Cabe-lhe a representação dos partidos perante a justiça,

no interesse dos mesmos, podendo seguir os processos de inscrição de eleitores e requerer por estes quando for o caso; promover a exclusão de eleitores, ou impugnar sua inscrição; fazer a indicação de mesários; assistir aos trabalhos de distribuição das seções eleitorais; reclamar contra quaisquer atos ou decisões dos Juizes Eleitorais, das mesas receptoras, das Juntas Eleitorais, da Comissão Apuradora e dos Tribunais; interpor recursos, produzir provas, arrazoá-los e segui-los.

"§ 2.º Constitui garantia eleitoral a efetiva participação dos partidos, por seus delegados ou fiscais, em todos os atos eleitorais, nas diferentes fases do respectivo processo, incidindo a autoridade ou funcionário da justiça eleitoral, que a impedir, na sanção do art. 175, n.º 15, do Código Eleitoral".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

#### PARECER

Pela rejeição.

A matéria deverá ser regulada em reforma posterior da lei eleitoral. Ela oferece dificuldades que a prática tem evidenciado. Há zona eleitoral abrangendo vários municípios. Por outro lado, há municípios, como em geral as capitais, que pela sua densidade eleitoral, compreendem várias zonas eleitorais. Assim, circunscrever a designação de delegados dos partidos às zonas eleitorais, exclusivamente oferece o inconveniente, de, em certos casos, vários municípios serem representados por um mesmo número de delegados.

Os delegados acreditados junto ao Tribunal Superior Eleitoral são atualmente em número fixado pelo mesmo Tribunal, no seu regimento interno. Presentemente são 5. Evidentemente, cometer-se esta função ao órgão superior da justiça eleitoral poderia ter a vantagem de possibilitar que, com maior flexibilidade, os partidos tivessem seus interesses tutelados, conforme as circunstâncias, por um maior ou menos número de representantes.

O problema de acompanhar através de delegados o trabalho da Comissão Apuradora é agitado na emenda n. 46, aceita pela Comissão.

Essas são razões de mérito. O Relator, porém, se pronuncia, pela preliminar já argüida, contra a emenda. Ela deverá constituir projeto à parte, pois traz excelente contribuição para a boa solução dessa importante questão.



N.º 36

Acrescente-se onde convier:  
"Art. Para o registro de novos partidos políticos, será exigido, como condição básica, contar o mesmo, como aderentes, com duzentos mil eleitores, distribuídos por dez ou mais circunscrições eleitorais, com o mínimo de dez mil eleitores em cada uma.

"Parágrafo único. Será cancelado o registro do partido político que, em eleições gerais, não satisfizer os requisitos deste artigo, salvo se, sob sua legenda exclusiva, eleger pelo menos cinco representantes ao Congresso Nacional, por circunscrições diversas".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — Martins Rodrigues.

PARECER

Pela rejeição, pela inoportunidade da matéria ser disciplinada na lei de emergência que agora se quer elaborar.

Seu teor consubstância, talvez, a matéria mais relevante de quantas constituíram objeto das emendas e proposições tendentes a modificar a legislação eleitoral do País. Pode-se, mesmo, admitir que a emenda se filia à categoria das leis complementares, uma vez que seu objetivo principal é outorgar exequibilidade à cláusula constitucional inscrita no art. 134 do Estatuto Cívico, que preceitua a exigência de serem nacionais os partidos políticos.

Evidentemente, o Código Supremo não é apto para definições. A ele não cumpre, pois, explicitar o que seja "partido político nacional". Assim, a fixação dos critérios definidores dêsse âmbito nacional deve estar relegada à legislação suplementar. Um desses critérios é o lembrado na emenda Martins Rodrigues, só admitindo o registro de partido político quando possua um mínimo de 200 mil eleitores, distribuídos por 10 ou mais circunscrições eleitorais do país. Melhor andaria a emenda se dissesse 11 ou mais circunscrições. Isto porque, como cada circunscrição corresponde a um Estado, o mínimo de 11 Estados define a maioria destes no total da Federação. Dessa forma, os partidos teriam, pelo menos aritmeticamente, um critério que lhes certificasse o caráter de nacionais.

No regime atual é que não poderemos continuar. A pluralidade partidária é conseqüência do regime democrático, mas a multiplicidade partidária já atoma o poder público no Brasil. Temos os paradoxos de partidos ditos nacionais com diretórios regionais em dois ou três Estados somente, e mesmo sem representação na Câmara ou no Senado.

34  
Balkas  
397



(EMENDA Nº 36)

Como se vê, a matéria é sobremodo complexa. Deverá, necessariamente, ser cuidada em reforma posterior. Na atual é que não é possível, não só pelas delongas que seu exame acarretaria como, também, porque seu alcance não aproveitará em nada ao próximo pleito de 3 de outubro.

Pode o relator se valer do dispositivo regimental que possibilita emendas serem transformadas em projetos autônomos. Fará isso com a de n. 36, a fim de que sua tramitação não se interrompa. O seguinte comentário do Correio da Manhã de 12 de Junho de corrente, traz valiosos subsídios à tese.

Embora a Constituição assegure a pluralidade de partidos políticos, essa pluralidade, entre nós, tem sido apenas nociva, segundo demonstram os fatos. É que se tem abusado desse dispositivo em prejuízo das próprias organizações partidárias, ou, melhor, em prejuízo do próprio regime democrático, que é o organizado através dos partidos políticos. E por quê? Porque essa facilidade com que se organizam, no país, os partidos políticos, só tem redundado em malefícios para a estabilidade do próprio regime. Que se tem constatado, nos pleitos realizados no país? Uma coisa: o fracionamento do eleitorado, com uma dispersão incalculável de votos.

Nem mesmo os chamados grandes partidos, dentre os doze registrados na Justiça Eleitoral, conseguem, sozinhos, eleger um presidente da República, um governador de Estado, ou mesmo um prefeito municipal. Pior que isso: não elegem, sozinhos, muitas vezes, o total de suas bancadas nas Casas do Legislativo Federal, Estadual ou Municipal. Para a constituição das suas bancadas — das chamadas grandes bancadas — têm, sempre, de recorrer a outros partidos menores, formando com eles, as alianças ou coligações partidárias. Onde está, pois, a propalada densidade eleitoral desses grandes partidos, que não conseguem, só com suas legendas, constituir as próprias bancadas e eleger seus candidatos para os postos do Executivo? Essa densidade eleitoral não a possui nenhum dos nossos grêmios políticos, nem mesmo os tidos como grandes partidos.

E não o possuem, porque o eleitorado se dispersa e se fragmenta entre as numerosas legendas partidárias.

Enquanto não se reformar fundamentalmente a Lei Eleitoral no que diz respeito à organização e registro de partidos políticos, essa fragmentação do eleitorado prosseguirá e se agravará. Embora respeitando-se o princípio, constitucional e democrático, da pluralidade partidária, torna-se

imprescindível a reforma da legislação, estabelecendo-se normas mais rígidas e severas para o registro de partidos. Uma delas, a nosso ver, deveria ser a exigência da comprovação, pelos partidos, de sua capacidade eleitoral. Só deveria ser mantido o registro daqueles que tivessem alcançado, em eleições já realizadas, um mínimo de um milhão de legendas em todo o país.

Para se constatar o que afirmamos, basta apenas, que se consulte as estatísticas referentes aos pleitos. E o que vamos encontrar? Exatamente isso: falta de lastro eleitoral em qualquer dos partidos. Todos eles lançam mão — uns mais, outros menos — do recurso a que já nos referimos, das coligações ou alianças com outros partidos menores.

Não seria mais lógico, pois, que se reduzissem a três ou quatro, os doze partidos existentes? Que refletem essas coligações e alianças organizadas às vésperas dos pleitos, senão a fragilidade dos partidos?

Que nos adianta possuir doze partidos se apenas três ou quatro contam com uma certa base eleitoral e os demais servem apenas para desorientar a opinião pública e dispersar votos? Que adianta ter três ou quatro partidos com certa base eleitoral sem que, nenhum deles, sozinho, possa congrega, sob sua legenda, ponderável parte do eleitorado que lhe garanta a posse do governo?

Nada, a não ser o caos e a confusão em meio aos quais nos debatemos, a procurar, em vão, uma solução para os problemas políticos, sociais e econômicos que nos afligem.

E nesse ambiente sem horizontes, infelizmente, viveremos, enquanto nossos políticos não se convencerem da necessidade, urgente e inadiável, de se congregarem em torno apenas de uns poucos partidos, extinguindo os demais, que de um modo geral só têm servido, às vésperas dos pleitos, para formar esses arranjos

a que denominam alianças ou coligações.

São os fatos — apenas fatos — que nos levam a essas considerações. Ou melhor, os números. Vamos, pois, a eles.

#### O QUE DIZEM NÚMEROS

Pelos resultados oficiais, contidos nos quadros ns. 1 e 2, anexos a essa reportagem, apurados pelo Tribunal Superior Eleitoral, referentes às eleições de 3 de outubro do ano passado, para a Câmara dos Deputados, o número de legenda obtido, por todos os doze partidos atingiu o total de 6.148.467. O total de votos apurados, porém, nessas eleições, foi de 9.166.890. E por quê, então, essa diferença de mais de três milhões de votos? Porque só as coligações e alianças levaram um terço daquele total, ou seja em números exatos, 3.018.423 legendas.

Esses números comprovam o que afirmamos; ou melhor, demonstram que, de um modo geral, nenhum dos nossos partidos conta com contingentes eleitorais suficientes a lhes assegurar uma sólida base política e mesmo acentuada supremacia de um sobre outros. Isso quanto aos maiores. Quanto aos menores, nem se fala.

E daí a verdadeira colcha de retalhos em que se transformam os resultados eleitorais dos pleitos realizados no país. O fracionamento do eleitorado e a consequente dispersão de votos é que formam esse mosaico constituído de números que não exprimem, nunca, as tendências do eleitorado votante, que se divide e se subdivide, diluindo-se entre infinidade de legendas dos nossos excessivos partidos políticos.

E disso tudo, o que resulta, é que estamos vendo ainda agora, nessa longa agonia da sucessão: o enfraquecimento do regime representativo através da confusão e do tumulto que provocam esse divisionismo.

Mas, voltemos aos números que nos oferecem as estatísticas eleitorais.



## LEGENDAS QUE POUCO REPRESENTAM

Pelos dados agora coligidos pelo Tribunal Superior Eleitoral, que publicamos no corpo desta reportagem, verifica-se que o PSD, a UDN e o PTB, tidos como os maiores dos nossos partidos, alcançaram, isoladamente, pouco mais de dez por cento do eleitorado que elegeu a atual Câmara dos Deputados.

Com isto elegeram, apenas, em suas respectivas legendas: o PSD, 56 deputados; a UDN, 54 e o PTB, 49. Os demais representantes, que figuram, agora, nessas legendas, integrando as respectivas bancadas, na Câmara, foram eleitos, nos diversos Estados, pelas Coligações e Alianças formadas entre esses e outros partidos menores.

Assim é que o PSD, aparece com 114 deputados, dos quais apenas 56 eleitos sob sua legenda; a UDN, com 72, dos quais 18 eleitos em Coligações e Alianças; o PTB, com 57, sendo que oito eleitos em Coligações.

Dos três, o que fez maior número de Coligações e Alianças — treze — foi o PSD. Foram feitas nos seguintes Estados: Amazonas, Piauí, Paraíba, Pará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia Espírito Santo, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Santa Catarina.

Em segundo lugar vem o PTB, com oito: Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso e Santa Catarina.

A UDN, realizou sete Coligações e Alianças: no Amazonas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Espírito Santo, Goiás e Distrito Federal.

Essas e outras Coligações e Alianças, feitas em quase todos os Estados, entre esses e outros partidos, figuram, com todos os detalhes, no quadro nº. 2 anexo a essa reportagem. Com esses

elementos, poderá o leitor constatar a procedência das considerações que fazemos, referentes não apenas à fragilidade das legendas dos chamados grandes partidos, como, também, da dispersão de votos e fracionamento do eleitorado.

## A COMPOSIÇÃO DA CAMARA

Dos 326 deputados que compõem a Câmara, 244 pertencem às bancadas do PSD, UDN e PTB. Os 82 restantes estão distribuídos entre as legendas dos outros partidos, sendo que o quarto colocado é o PSP, com 31 deputados e o quinto o PR, com oito. As demais agremiações possuem representações numericamente inexpressivas.

Os 206 deputados eleitos sob as respectivas legendas partidárias estão assim distribuídos, por Estados e partidos:

Amazonas: PTB, 4.  
Pará: PSP, 3.  
Maranhão: PSD, 8; PSP, 2.  
Ceará: PSD, 6; PSP, 3.  
Rio G. do Norte: PSP, 2; UDN, 2; PSD, 3.  
Paraíba: UDN, 5.  
Alagoas: UDN, 5.  
Sergipe: UDN, 3; PTB, 1.  
Bahia: UDN, 6; PTB, 4.  
Rio de Janeiro: PSD, 6; UDN, 6; PTB, 5.  
São Paulo: PSP, 11; PTB, 8; PTN, 5; UDN, 4; PSB, 2; PDC, 1.  
Paraná: PSP, 1; PTB, 4; PSD, 4; UDN, 3; PR, 2.  
Santa Catarina: UDN, 5.  
Rio Grande do Sul: PTB, 11; PSD, 7; PL, 3; PRP, 2; UDN, 1.  
Minas Gerais: PSD, 18; UDN, 10; PR, 5; PTB, 5; PSP, 1.  
Mato Grosso: UDN, 4.  
Distrito Federal: PSD, 2; PSP, 2; PTB, 6; PRT, 1.  
Acre: PSD, 1; PTB, 1.  
Amapá: PSD, 1.  
Guaporé: PSP, 1.

Os restantes, em número de 120, que integram os 326 deputados que compõem a Câmara, foram eleitos em Coligações e Alianças.

Estão eles assim distribuídos, por Estados e pelas respectivas legendas das alianças e coligações:

Estado do Amazonas — Aliança Partidária (PSD, PDC, PTN, UDN) 3.

Estado do Pará — Aliança Social Democrática (PSD e PRP) 6.

Estado do Piauí — Coligação Democrática Trabalhista (PSD e PTB) 4.

Estado do Piauí — Aliança Democrática Progressista (PSP, UDN e PL) 3.

Estado do Ceará — Oposições Coligadas (UDN, PTB e PR) 9.

Estado da Paraíba — Coligação Democrática Paraibana (PSD e PL) 6.

Estado de Pernambuco — Frente Democrática Pernambucana (PSD, PSP, PL, PDC e PRP) 11.

Estado de Pernambuco — Movimento Popular Autonomista (PTB, PST e UDN) 11.

Estado de Alagoas — Oposições Coligadas (PSD, PTB, PDC, PSB, PSP e PR) 4.

Estado de Sergipe — Aliança Social Democrática (PSD, PSB e PR) 3.

Estado da Bahia — Coligação Baiana (PSD, PRP e PL) 11.

Estado da Bahia — Aliança Republicana Cristã (PR e PDC) 6.

Estado do Espírito Santo — Aliança (PSD e UDN) 4.

Estado do Espírito Santo — Coligação Democrática (PTB, PR, PRP e PSP) 3.

Estado de São Paulo — Aliança (PSD e PR) 13.

Estado de Santa Catarina — Aliança Social Trabalhista (PSD e PTB) 5.

Estado de Goiás — Coligação Democrática (UDN e PSP) 4.

Estado de Goiás — Aliança (PSD e PTB) 4.

Estado de Mato Grosso — Aliança Democrática Trabalhista (PTB e PSD) 3.

Distrito Federal — Aliança

*Confirmação*



QUADRO N. 1

ESTATÍSTICA  
ELEIÇÕES DE 3 DE OUTUBRO DE 1954  
CAMARA DOS DEPUTADOS  
I — Legendas obtidas pelos Partidos

ESTADOS	PSD	PTB	UDN	PSP	PR	PTN	PSB	PDC	PL	PRP	PRT	PST	AL.	COL.	Total legendas parti- dárias	Total legendas AL. e COL.	TOTAL GERAL
Amazonas . . . . .	—	29.075	—	7.031	—	—	—	—	—	—	—	—	23.455	—	—	—	—
Pará . . . . .	—	—	—	45.551	—	—	—	—	—	—	—	—	78.129	—	—	—	—
Maranhão . . . . .	118.992	—	—	28.617	—	—	—	7.863	—	—	—	—	—	5.966	—	—	—
Piauí . . . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	109.814	—	—	—	—
													67.515	—	—	—	—
Ceará . . . . .	169.230	—	—	98.567	—	—	119	—	—	—	—	—	—	251.891	—	—	—
Rio Grande do Norte . . . . .	68.117	3.676	63.431	—	—	—	—	—	—	—	—	—	44.720	—	—	—	—
Paraíba . . . . .	—	17.927	92.454	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	123.839	—	—	—
Pernambuco . . . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	221.259	—	—	—	—
													207.757	—	—	—	—
Alagoas . . . . .	—	—	58.194	—	—	—	—	—	—	—	—	2.670	53.123	—	—	—	—
Sergipe . . . . .	—	18.541	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	48.968	50.099	—	—	—
Bahia . . . . .	—	93.214	135.270	919	—	—	—	—	—	—	—	—	257.247	—	—	—	—
Espírito Santo . . . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	151.003	—	—	—	—
Rio de Janeiro . . . . .	172.278	125.642	148.825	24.664	—	—	12.888	13.162	20.854	—	—	266	81.758	85.937	—	—	—
São Paulo . . . . .	—	308.052	153.851	437.929	—	190.726	83.896	45.118	—	—	9.308	29.770	523.560	—	—	—	—
Paraná . . . . .	109.000	106.787	75.953	39.748	51.630	—	—	—	—	—	—	—	146.333	—	—	—	—
Santa Catarina . . . . .	—	—	125.886	8.720	—	—	—	30.350	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Grande do Sul . . . . .	232.007	338.892	39.117	10.785	—	—	15.728	4.518	93.811	70.346	—	—	—	—	—	—	—
Minas Gerais . . . . .	650.604	180.814	361.963	65.036	187.705	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás . . . . .	—	—	46.821	8.770	—	—	—	—	—	—	—	—	108.767	96.680	—	—	—
Mato Grosso . . . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	46.607	—	—	—	—
Distrito Federal . . . . .	67.986	195.679	—	74.215	—	—	21.827	16.313	—	—	55.751	—	218.503	13.518	—	—	—
Acre . . . . .	7.106	5.451	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amapá . . . . .	3.517	597	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Branco . . . . .	914	388	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.053	924	—	—	—
Guaporé . . . . .	—	3.273	—	3.712	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>1.599.781</b>	<b>1.428.008</b>	<b>1.301.765</b>	<b>854.264</b>	<b>239.385</b>	<b>190.726</b>	<b>134.438</b>	<b>117.324</b>	<b>114.665</b>	<b>70.346</b>	<b>65.325</b>	<b>32.440</b>	<b>2.389.569</b>	<b>628.854</b>	<b>48.467</b>	<b>3.018.423</b>	<b>9.166.890</b>

\* Excluídos os resultados da 41ª Zona e das eleições suplementares.

N. da R. — Pelos dados acima verifica-se que apenas três partidos — o PSD, o PTB e a UDN — obtiveram, em todo o país, mais de um milhão de legendas. Dos nove restantes é praticamente inexpressiva a votação, a não ser o PSP, que alcançou 854.264 legendas, das quais, entretanto, mais da metade procedem de São Paulo. Considera-se, também, que dos doze partidos, oito deles não têm nenhuma projeção de âmbito nacional. Sua penetração é restrita a limitadíssimas regiões do país. Não constituem, assim, como determina a lei, agremiações de âmbito nacional. Há dois deles, mesmo, que são tipicamente locais: o PTN, que figura apenas em São Paulo, e o PRP, no Rio Grande do Sul. O primeiro com 190.726 e o segundo com 70.346 legendas. E eis aí, na linguagem irresponsável dos números, tudo aquilo que afirmamos no decorrer desta reportagem: o excesso de partidos, sem o mínimo lastro eleitoral, a tumultuar e comprometer o funcionamento normal do regime.

114  
57  
72

243 -

*Confusão*  
*Bandidos*  
*247*



Companha

L 138

Popular (UDN, PR e PL) 6.  
Território do Rio Branco —  
Coligação (PTN e PR) 1.

AS LEGENDAS PARTIDÁRIAS  
E AS COLIGAÇÕES E  
ALIANÇAS

São os seguintes os dois qua-

dros a que nos referimos no tex-  
to desta reportagem, organizados  
pelo Tribunal Superior Eleitoral,  
contendo os resultados finais das  
eleições para a Câmara dos Depu-  
tados, por legendas partidárias e  
pelas Coligações e Alianças:

QUADRO N.º 2

II — VOTAÇÃO OBTIDA PELAS ALIANÇAS E COLIGAÇÕES

CIRCUNSCRIÇÕES	ALIANÇAS E COLIGAÇÕES		Legendas
	DENOMINAÇÃO	PARTIDOS	
Amazonas .....	Pela Democracia Cristã .....	PSD UDN PDC PTN .....	23.455
Pará .....	Aliança Social Democrática .....	PSD PRP .....	78.129
Maranhão .....	Unidos pelo Maranhão .....		5.966
Piauí .....	Coligação Democrática Trabalhista ..	PSD PTB .....	109.814
	Aliança Democrática Progressista ...	PSP UDN PL .....	67.515
Ceará .....	Oposições Coligadas .....	UDN PTB PR .....	251.891
Rio Grande do Norte .....	Aliança Social Progressista .....	PSP PST .....	44.720
Paraíba .....	Coligação Democrática Paraibana ....	PSD PL .....	123.839
Pernambuco .....	Frente Democrática Pernambucana ...	PSD PDC PSP PL PRP ...	221.259
	Movimento Popula. Autonomista .....	PTB PST .....	207.757
Alagoas .....	Oposições Coligadas .....	PSD PTB PDC PSB PSP PR	53.123
Sergipe .....	Coligação .....	UDN PST PSP .....	50.099
	Aliança Social Democrática .....	PSP PSB PR .....	48.968
Bahia .....	Coligação Baiana .....	PSD PRP PL .....	257.247
	Aliança Republicana Cristã .....	PR PDC .....	151.003
Espírito Santo .....	Aliança .....	PSD UDN .....	85.937
	Coligação Democrática .....	PTB PR PRP PSP .....	81.756
São Paulo .....	Coligação .....	PSD PR .....	523.560
Santa Catarina .....	Aliança Social Trabalhista .....	PSD PTB .....	146.333
Goiás .....	Aliança .....	PSD PTB .....	108.767
	Coligação .....	UDN PS. ....	96.680
Mato Grosso .....	Aliança .....	PSD PTB .....	46.607
	Aliança Popular .....	UND PR PL .....	218.503
Distrito Federal .....	Frente Trabalhista Nacional .....	PST PTN .....	13.518
Rio Branco .....	Coligação .....	PTN PR .....	1.053
		JDN PSP .....	924
			3.018.423

N. da R. — Este é o quadro  
n.º 2, a que nos referimos no tex-  
to da reportagem, relativo às  
Alianças e Coligações. Pelos da-  
dos nele contidos constata-se,  
também, o que afirmamos: nem

os chamados grandes partidos  
puderam fugir ao recurso das  
alianças e coligações com o úni-  
co meio, talvez, de tentar di-  
minuir a dispersão de votos, pro-

vocada pela infinidade de par-  
tidos, que, de um modo geral, de  
partidos têm apenas a legenda ou,  
melhor, duas ou três letras do  
alfabeto.



N.º 37

Acrescente-se onde convier:  
Art. Realibando-se simultaneamente várias eleições, a votação far-se-á por meio de cédulas distintas, a serem encerradas na mesma sobre-carta, salvo para as eleições de presidente e vice-presidente da República, cujas cédulas serão colocadas em sobrecartas especiais.

"Parágrafo único. O eleitor fora do seu domicílio eleitoral no dia da eleição somente poderá votar para presidente e vice-presidente da República, recebendo da mesa receptora,

no caso de eleições simultâneas, apenas a sobrecarta destinada àquelas eleições".

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER

Pela rejeição.

As providências aventadas não melhoram o sistema atual de votação. Seu parágrafo único consubstancia propósito inconciliável com a redação estabelecida nos arts. 19 e 20 do substitutivo.

O eleitor só vota na seção eleitoral onde consta seu nome e isso acontecerá exclusivamente no respectivo domicílio eleitoral. Não arrombemos com exceções sucessivas a porta que os artigos 19 e 20 do Substitutivo fecharam às fraudes mais frequentes atualmente.



EMENDA N. 38

N.º 38

Acrescente-se ao art. 11:  
"Parágrafo único. No dia imediato ao fim do prazo para o alistamento, o juiz da zona comunicará ao Tribunal Regional e aos diretórios locais dos partidos políticos o número de eleitores que poderá participar da eleição, mencionando o nome e o número correspondente ao último eleitor inscrito".

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER

Pela rejeição. A rigor prejudicada pelos arts. 17 e 18 do Substitutivo, que disciplinam a matéria.

A elaboração da lista dos eleitores com a competente distribuição pelas seções eleitorais, com as cautelas enunciadas nos artigos 17 e 18 pré-mencionados, inclusive sua obrigatoria publicação até 30 dias antes da eleição, assegura a garantia que, certamente, o douto autor da emenda quis conseguir por forma diferente.

A lista é oficial e completa. Nela estarão relacionados nominalmente todos os eleitores aptos a votar. Assim sendo, será do conhecimento geral, para todos os efeitos, inclusive para fundamentar recursos eleitorais, o número exato de eleitores de determinada zona eleitoral. Dessas listas constará, ainda, a distribuição do eleitorado pelas seções eleitorais onde deverá votar.

A emenda n. 38 também foi prejudicada pela aprovação da emenda n. 47, que regulou com maior extensão a matéria.



EMENDA N. 39

N.º 39

Ao art. 1.º:

Acrescente-se, como parágrafo:

“§ Não será deferida a inscrição de eleitor cujo requerimento não tiver letra e firma reconhecidas por tabelião. O reconhecimento deve conter, obrigatoriamente, o número do documento de identidade do requerente, ou a declaração de que o requerimento foi assinado diante do notário ou de seu preposto”.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues.*

PARECER

Pela rejeição. As cautelas enunciadas no art. 1º do Substitutivo são suficientes para resguardar contra a fraude a inscrição eleitoral. A exigência de reconhecimento de firma irá com plicar a titulação dos cidadãos para o exercício do direito-dever do voto.

O § 1º do art. 33 do Código Eleitoral taxativamente dispensou o reconhecimento de firma. Essa superfetação, que arra nhou até os preceitos da boa técnica legislativa, caracteriza, contu do, o desejo do legislador de evitar essa providência.

Entendemos que a razão está com o legislador de 1950.



EMENDA N. 40

N.º 40

Redija-se assim o § 1.º do art. 17:  
§ 1.º Além da publicação das listas pela imprensa, ou por editais, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório municipal de partido, regularmente registrado.

Acrescente-se:

§ 2.º A remessa a que se refere o parágrafo anterior será feita pelo escrivão eleitoral até vinte dias antes da eleição; e será comprovada pela exibição de recibo da repartição postal.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues*.

~~PARECER~~

Pela rejeição. O § 1º amplia a exigência do envio de cópias de lista dos eleitores a cada diretório municipal. Isso porque, pelo § 1º do art. 17 do Substitutivo, essa remessa só se verificará na hipótese de não ter havido publicação da referida lista de eleitores, por inexistência de imprensa local.

Quer a emenda que tal envio também se efetue mesmo quando a lista seja publicada pela imprensa. Parece-nos que a exigência não deve ser acatada. Se foi publicada pela imprensa, não é possível que os diretórios municipais desconheçam um documento dessa importância. Se isso acontecer, é porque são negligentes, não sendo admissível que a justiça eleitoral tenha seus serviços agravados para suprir a desídia desses órgãos partidários.

Quando ao § 2º, entre outras desvantagens, aponte-se a decorrente do fato do envio das listas só ser necessário, pelo § 1º do art. 17, do Substitutivo, nos pequenos municípios, onde nem imprensa há. Não há por que, nesses lugares, enviar pelo Correio cópias das listas, quando essa repartição talvez inexista ou tenha seus serviços lamentavelmente defeituosos.



EMENDA N. 41

N.º 41

Ao art. 4.º

Redija-se assim:

"O título eleitoral somente será assinado pelo juiz, depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor, sob pena de multa de Cr\$ 500,00 a Cr\$ 1.000,00 e suspensão disciplinar de sessenta (60) dias aplicada de ofício pelo presidente do Tribunal Regional competente".

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955. — *Martins Rodrigues.*

~~PARECER~~

Pela rejeição. A agravação da pena disciplinar para mais de 30 dias foi matéria exaustivamente debatida na Comissão Mista, quando da elaboração do Substitutivo.

Fixou-se ela na suspensão máxima até 30 dias, primeiro porque êsse interregno lhe pareceu punição suficiente, segundo porque o mesmo é o que o sistema eleitoral vigente adotou para casos semelhantes. Não há razão para agravação da sanção. O importante é que seja aplicada. A certeza da punição age preventivamente mais do que sua gravidade.

Recorde-se, ainda, que o art. 4.º do Substitutivo fala em "até 30 dias". Trata-se de pena fixada no seu teto, com o que admitirá que, com a necessária flexibilidade, se graduem as punições a fim de com justiça punir de acôrdo com a maior ou menor gravidade constatada em cada caso, examinado concretamente. É o princípio da dosimetria, vitorioso no direito penal.

A emenda, rigidamente, fixa a suspensão em 60 dias, para os reincidentes ou não, para os juizes eleitorais que assinam o título em branco dolosamente ou por simples culpa, no intuito de facilitar o serviço eleitoral.

Recorde-se que por fôrça dos arts. 117 e 122, III, § 3º, da Constituição Federal, os juizes de direito, cumulativamente o são eleitorais e do trabalho. Normalmente estão congestionadas suas atividades originárias, agravadas com as cumulativas. A solução será a criação da magistratura eleitoral independente. Sem tempo e sem especialização, não poderá haver perfeita justiça eleitoral.



EMENDA N. 42

B J d d

N.º 42

Ao art. 37 e §§ 1.º e 2.º  
Suprimam-se.  
Sala das Sessões, em 23 de maio  
de 1955. — *Martins Rodrigues*.

PARECER

Parecer contrário pelas razões que levaram a  
Comissão a adotar a medida e que constam do justificativo que a-  
companhou o Substitutivo.



Acrescente-se, onde convier:

Art. .... Será admitido admitido recurso contra a diplomação de candidato sob fundamento de ter usado ele, um terceiro em seu favor, de corrupção por qualquer modo.

§ 1.º Se a corrupção foi empregada pelo candidato ou com sua aprovação, não será expedido o diploma em seu favor, anulados os votos com seu nome.

§ 2.º Se o candidato foi estranho à corrupção, utilizada por terceiro em seu favor, anular-se-ão apenas os votos que contiverem seu nome nas seções impugnadas sob fundamento daquele vício.

#### Justificação

O Código limita-se a punir quem praticar a corrupção para fins eleitorais. O Ministério Público, no interior, vê e sabe da fraude ou do suborno. Não há mistério que o "curral" e na casa de Fulano e que Sierana paga a tanto, dá roupa, chapéu etc.

O candidato, atualmente, não tem interesse em investigar um crime, que lhe levará inimizade, despesa e trabalho sem qualquer proveito.

A emenda assegura ao prejudicado com a corrupção o direito de anular os votos dados ao corruptor ou ao beneficiário deste. — Aliomar Baleeiro.

#### PARECER

O Art. 170 do Código Eleitoral enumera os casos em que o recurso contra a expedição de diploma é admitido:

".....

Art. 170 - O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos seguintes casos.

- a) inelegibilidade de candidato;
- b) errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de apresentação proporcional;
- c) erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda;
- d) pendência de recurso anterior, cuja decisão possa influir na determinação de quociente eleitoral ou partidário, inelegibilidade ou classificação de candidato.

....."

9

Pelo que se vê, o Código disciplinou a matéria em consonância com a Constituição Federal: a não diplomação, vale dizer, a impossibilidade de ser deputado, somente por vulneração das normas constitucionais de inelegibilidade e da representação proporcional. Ser ou não candidato, ser ou não registrado, ter o mandato cassado ou não, - só o Estatuto Civil é competente para regular semelhante matéria.



Não poderia estar ao sabor caprichoso das maiorias ocasionais. Recorde-se que o art. 124 do Código Eleitoral torna anulável a votação obtida por coação ou fraude, um dos objetivos da presente emenda.

As considerações expendidas caracterizam a complexidade do problema, devendo ser examinado na reforma posterior que se elaborar ao Código Eleitoral.

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade na emergência da presente reforma.



receptora providenciará a devolução das cédulas não utilizadas ao Juiz Eleitoral respectivo, bem como inutilizará cada uma delas com a data da eleição, rubrica do presidente e mesário, circunscrição, zona e número da seção e a declaração: "não utilizada" e ainda, um nome de eleitor da seção, se houver, que não tenha votado, para início do processo previsto em lei.

Parágrafo:

Da ata da eleição constará o número de eleitores que votaram e o dos que não o fizeram, devendo haver coincidência deste com o número de cédulas inutilizadas e devolvidas à Justiça Eleitoral após cada eleição, desconhecidos os votos em separado.

Artigo:

Nas eleições proporcionais será usada a sobrecarta oficial.

Artigo:

O eleitor ao apresentar o seu título à mesa receptora receberá do presidente a cédula e sobrecarta oficial, rubricadas pelo presidente e um dos mesários, e numeradas, sucessivamente, de um (1) até nove (9); havendo coincidência de eleições majoritárias e proporcionais, o eleitor irá duas vezes à cabine indevassável para votar, em primeiro lugar, com a cédula oficial.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — João Machado.

Justificação

As emendas propostas atendem, tanto quanto possível, ao que pretende a Justiça Eleitoral, de um lado, e aos Srs. Congressistas, de outro.

Tanto quanto possível porque admitem a cédula oficial para as eleições majoritárias, onde a utilização da mesma é mais fácil por parte de eleitor, e mais aconselhável, por motivos já conhecidos.

Com a redação proposta (que poderá ainda ser melhorada pelos doutos na matéria) pretendemos:

a) maior rigor na seleção do voto nos cargos de maior relevo, visto que o eleitor deve ser suficientemente esclarecido para escolher, na cabine indevassável, o nome ou os nomes dos candidatos do ou dos cargos a preencher;

b) impossibilidade de utilização de cédula de uma seção, ou de uma eleição, em outra;

c) identificação fácil dos eleitores que não votarem para necessária punição;

d) facilidade e sigilo no exercício do voto;

e) impossibilidade de confusão por parte do eleitor que, indo duas vezes à cabine indevassável, ficará resguardado de cometer o erro de colocar a cédula oficial dentro da sobrecarta oficial o que, além de dificultar a apuração pela falta de coincidência de número de votos em eleições coincidentes, com o de eleitores, ainda permite a fraude, pois o eleitor pode dizer que colocou a cédula oficial dentro da respectiva sobrecarta, porém, leva-la consigo para utilização por outro eleitor;

f) redução da influência do poder econômico de candidatos majoritários ricos aos quais ficarão equiparados aos candidatos pobres postos que dispensados todos da impressão de cédulas.

Quanto as eleições proporcionais, e mantido o critério da sobrecarta oficial tanto de agrado de alguns legisladores; parece-nos mesmo prudente que esse sistema seja mantido, por enquanto, admitindo-se que futuramente ceda, também, lugar ao da cédula oficial, isto é, quando houver maior celectionamento que só a prática de cédula oficial para eleições majoritárias poderá permitir.

São as razões, às quais outras acrescentaremos oportunamente, que nos levam a submeter à elevada consideração dos Srs. Deputados as emendas ao Projeto n.º 4.601-A de 1954.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — João Machado.

N.º 44

Art. 22 do substitutivo (21 do Projeto):

Substitua-se pelo seguinte:

Artigo:

Providenciará a Justiça Eleitoral a confecção de cédulas oficiais, para as eleições majoritárias, as quais serão impressas de forma a assegurar e facilitar a missão do eleitor, resguardando o sigilo do voto, sendo distribuídos às seções eleitorais em número não superior ao dos eleitores que nela devem votar e identificados com a respectiva seção de modo a não ser possível a utilização de cédula de uma seção em outra; a mesa

PARECER À EMENDA Nº 44

Pela rejeição, por estar prejudicada.

A Comissão Mista apreciou conjuntamente as emendas referentes à Cédula Oficial, rejeitando-as. Cronologicamente, esta foi a primeira emenda preconizando a limitação da cédula oficial às eleições majoritárias.



N.º 45

Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao artigo 20 do substitutivo — (artigo 10 do Projeto).

Parágrafo — Na hipótese da ausência de membros da mesa receptora, ou ocorrendo qualquer motivo que dificulte a sua instalação, providenciará a respectiva autoridade eleitoral, substituída na sua ausência pelos fiscais ou delegados de partidos, para instalação da referida mesa receptora, no local previamente designado e com eleitores que a mesma seção pertencam.

Parágrafo — Verificada a absoluta impossibilidade de instalação da mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob jurisdição do

mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da sua seção, a qual será removida para a em que tiverem de votar juntamente com o indispensável material.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — João Machado.

*Justificação*

O Projeto havia previsto a hipótese da impossibilidade da instalação da mesa receptora, incluindo em seu texto o artigo n.º 12 (que constitui o segundo parágrafo da presente emenda).

O substitutivo, além de dar forma muito mais rígida ao seu artigo 20, que versa sobre a matéria, omitiu qualquer medida capaz de assegurar a coleta dos votos de eleitores de qualquer seção cuja mesa receptora não se instale, excluindo, de uma só vez quatrocentos cidadãos do seu direito de voto.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — João Machado.

PARECER À EMENDA Nº 45, COM SUBEMENDA

Pela aprovação, com a seguinte subemenda:

SUBEMENDA À EMENDA Nº 45

"Art. - Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à turma da seção em que deveriam votar a qual será transportada para a em que tiverem de votar.

§ 1º - As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da seção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobrecartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2º - O transporte da urna e dos documentos da seção será providenciado pelo membro da mesa ou secretário que comparecer, acompanhando-a os fiscais que o desejarem."



Acrescente-se onde convier:

"Art. Os trabalhos da Comissão Apuradora, a que se refere o art. 108 do Código Eleitoral, poderão ser acompanhados por Delegados dos Partidos nela interessados, sem que, entretanto, nela intervenham com protestos, impugnações ou recursos.

§ 1.º Terminados os trabalhos da Comissão Apuradora, o seu relatório, de que trata o § 3.º do art. 108 do Código Eleitoral, ficará na Secretaria do Tribunal pelo prazo de 3 (três dias para exame dos Partidos e candidatos interessados, que poderão examinar também os documentos em que ele se baseou.

§ 2.º Terminado o prazo supra, os Partidos poderão apresentar as suas reclamações, dentro das 48 horas seguintes, sendo estas submetidas a parecer da Comissão Apuradora, que no prazo de 3 (três dias apresentará aditamento ao relatório, com a proposta das modificações que julgar procedentes ou com a explicação da improcedência das arguições dos Partidos.

§ 3.º A Comissão Apuradora fará publicar no órgão oficial, diariamente, um boletim com a indicação dos trabalhos, realizados e do número de votos atribuídos a cada candidato.

#### Justificação

A falta de dispositivo expresso no Código Eleitoral, autorizando aos Partidos a fiscalização dos trabalhos apuratórios de eleições nos Tribunais Regionais, determinou que o Tribunal Superior Eleitoral interpretasse a lei como proibitiva daquela medida. Entretanto, apatentaram-se eivados de erros em diversas regiões, nascendo daí os frequentes pedidos de recontagem de votos. A emenda visa, justamente, sanar esta falha da presente legislação eleitoral.

Sala das Sessões da Câmara dos Deputados, 24 de maio de 1955. —  
Ernani Sátiro.

(1) Estas emendas, em número de 13, foram elaboradas pelo Senador Vilas Boas. Como no Senado não se passa mais emenda o Projeto, urgo à Câmara colaboração do ilustre líder da U.D.N. naquela casa do Congresso.

#### PARECER À EMENDA Nº 46, (com Sub-emenda)

Pela aprovação. A Comissão Apuradora, referida no art. 108 do Código Eleitoral, intervém na fase final da apuração. Seu trabalho deve ser acompanhado pelos partidos, que com os elementos colhidos nessa oportunidade e nos três dias de exame do seu relatório, referido no § 1º, possam defender-se contra erros, pelo direito de reclamação conferido pelo § 2º da Emenda.

O regime da ampla publicidade e fiscalização deve ser adotado sempre.

Adotem-se as modificações redacionais constantes da seguinte sub-emenda:

No artigo, onde está "nela interessados" escreva-se "neles interessados"; ainda no artigo, onde está "nela intervenham" redija-se "neles intervenham".



Substituam-se os artigos 9.º e 11.º pelo seguinte:

Art. — Em audiência pública, que se realizará às 14 horas do nonagésimo dia anterior à eleição, o juiz Eleitoral declarará encerrada a inscrição de eleitores na respectiva zona e proclamará o número dos inscritos até às 18 horas do dia anterior, o que comunicará incontinenti ao Tribunal Regional Eleitoral, por telegrama, e fará público em edital, imediatamente afixado no lugar próprio do juízo e divulgado pela imprensa, onde já houver, declarando nele o nome do último eleitor inscrito e o número do respectivo título, fornecendo aos Partidos Políticos cópia autêntica deste edital.

§ 1.º — Na mesma data será encerrada a transferência de eleitores, devendo constar da comunicação, do edital e da cópia deste fornecida aos partidos o nome do último eleitor cujo processo de transferência esteja definitivamente ultimado nos termos do art. 13 § 4.º desta lei e o número do seu título eleitoral.

§ 2.º — O despacho de pedido de inscrição ou de transferência de eleitor, proferido após o encerramento do alistamento eleitoral, sujeita o Juiz às penas do art. 175 n.º 7 do Código Eleitoral.

#### Justificação

Uma das fontes de fraude no alistamento eleitoral é a faculdade conferida ao Juiz de despachar pedidos de inscrição e de transferência após o encerramento do alistamento eleitoral, facultando-lhe, assim, despachar favoravelmente os requerimentos de determinado partido, indeferindo ou exigindo diligências em relação ao de outros partidos.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. Ernani Satiro.

#### PARECER À EMENDA Nº 47, COM SUB-EMENDAS

Pela aprovação, com as alterações constantes das sub-emendas oferecidas neste parecer.

O art. 11 do Substitutivo proíbe o recebimento de requerimento de alistamento dentro dos 100 dias anteriores à eleição. Mas os requerimentos recebidos até o limite máximo do prazo serão autuados, seguindo-se a qualificação e a inscrição.

São três as fases do alistamento: o pedido de inscrição, a qualificação e, finalmente, a inscrição. O encerramento da qualificação e da inscrição será aos 70 dias da eleição, diz o art. 9º do Substitutivo. É em função deste prazo que a emenda nº 47 será exequível.

No dia posterior ao término do prazo para o encerramento, pois a partir daí todos os títulos devem estar prontos para a entrega (os de inscrição originária, os pedidos de transferência e os de 2ª via de título, por perda ou extravio do mesmo), por força dos arts. 9º, §§ 1º e 2º e art. 14 do Substitutivo, - isto é, no 69º dia da eleição, as providências lembradas na emenda nº 47 poderão ser adotadas.

Com as alterações constantes de sub-emendas, a ideia central da proposição ora em causa deverá ser aceita pois como com acerto diz o seu ilustre autor:

"Uma das fontes de fraude no alistamento eleitoral é a faculdade conferida do Juiz de des-



pachar pedidos de inscrição e de transferência após o encerramento do alistamento eleitoral, facultando-lhe, assim, despachar favoravelmente os requerimentos de determinado partido, indeferindo ou exigindo diligências em relação aos de outros partidos."

A emenda, como já foi dito, deverá sofrer as alterações constantes das seguintes sub-emendas:

1a. ) Onde está:

"do nonagésimo dia anterior à eleição"

escreva-se:

"do sexagésimo nono dia anterior à eleição"

2a. ) Onde está:

"declarando nele o nome"

escreva-se:

"declarando neles o nome".

JUSTIFICAÇÃO:

"neles", no plural, pois a exigência será comum ao telegrama, expedido Tribunal Regional, ao edital e à publicação pela imprensa.

3a. ) Onde está:

"fornecendo aos partidos políticos cópia autêntica deste edital."

escreva-se:

"fornecendo aos diretórios municipais dos partidos cópia autêntica deste edital."

4a. ) No § 1º, após:

"será encerrada a transferência de eleitores"

prossiga-se:

" e a expedição de 2ª via do título, por perda ou extravio"

5a. ) No § 1º, onde está:



\* 3 \* 162

"devendo constar da comunicação"

escreva-se:

"devendo constar do telegrama do Juiz Eleitoral ao Tribunal Regional Eleitoral"

6a. ) Onde está, no § 1º:

"aos partidos"

diga-se:

"aps diretórios municipais dos partidos e da respectiva publicação pela imprensa"

7a.) No § 1º, onde está:

" o nome do último eleitor, cujo processo de transferência esteja definitivamente ultima do nos termos do art. 13 § 4º desta lei e o número do seu título eleitoral"

escreva-se:

" respectivamente os nomes dos últimos eleito res, cujos processos de transferência e pe dida de 2a. via do título, por perda ou ex travio, estejam definitivamente ultimados e o número dos respectivos títulos eleitorais".

8a. ) Redija-se assim o § 2º:

"O despacho de pedido de inscrição, transfe rên cia ou 2ª via de título, por perda ou extravio, proferido após esgotado o prazo legal, sujeita o Juiz Eleitoral às penas do art. 175, nº 7, do Código Eleitoral."

9a. ) A Emenda nº 47 e respectivas sub-emendas não foram aceitas como Substitutivas aos arts. 9º e 11º do Substitutivo, como foram proposta. Serão emendas aditivas.



153

N.º 48

Suprima-se a letra "a" do art. 12.

*Justificação*

A supressão aqui proposta decorrerá da aceitação da emenda anterior.

S.S. da Câmara dos Deputados,  
de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA Nº 48

Pela rejeição.

Apesar da aceitação, com sub-emenda, da emenda nº 47, a letra "a" do art. 12 não deve ser suprimida.

Este artigo cuida da transferência, relacionando as condições que devem ser cumpridas, a fim de que ela seja decerida. Entre elas está o ingresso do pedido de transferência em cartório, até 100 dias antes de cada eleição. É um dado importante, cuja menção é de inteiro propósito no referido art. 12, letra "a".



N.º 49

Acrescente-se no art. 1.º *in-fine* o seguinte:

— “obedecendo à ordem cronológica do seu recebimento pelo Cartório Eleitoral”.

*Justificação*

Constitui garantia para os Partidos ficar o Juiz obrigado a despachar os pedidos de inscrição pela ordem da sua apresentação.

S.S. da Câmara dos Deputados,  
de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA Nº 49.

Pela aprovação.

Realmente, o adendo sugerido constitui garantia para os partidos. A ordem cronológica será um critério objetivo preservador, de rigorosa imparcialidade na qualificação. Protegerá partidos e eleitores contra preterições ou procrastinações.



155

N.º 50

Acrescente-se no art. 3.º *in-fine* o seguinte:

"contando-se desta publicação o prazo para os recursos a que se refere o parágrafo 2.º do art. 1.º".

*Justificação*

A emenda visa evitar dúvidas futuras sobre o prazo para os recursos ali referidos.

S.S. da Câmara dos Deputados,  
de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA Nº 50

Pela aprovação

Realmente, é necessário explicar que o prazo para o recurso admitido no § 2º do art. 1º seja contado da data da publicação do respectivo despacho do Juiz, a que faz menção o art. 3º do Substitutivo.



156

N.º 51

Acrescente-se nos artigos 5.º e 6.º  
depois da palavra — "escrivão" as  
seguintes:

— "ou escrevente".

*Justificação*

No caso de afluência de trabalhos  
no Cartório Eleitoral, como também  
no de zona vasta, com núcleos elei-  
torais disseminados e distantes, será  
de conveniência que o Juiz Eleitoral  
confira atribuição de entrega títulos  
a escreventes juramentados.

S.S. da Câmara dos Deputados,  
de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA Nº 51

Pela rejeição, nos termos do parecer contrário,  
à emenda nº 16, de teor semelhante.

JS.



N.º 52

Substitua-se o art. 16 pelo seguinte:

— "Art. — Os eleitores com 2.ª via de títulos eleitoral votarão sempre em separado, pela forma mencionada no art. 87, § 4.º, letras A, B, C e D do Código Eleitoral, escrevendo o Presidente da mesa receptora na sobrecarta maior o seguinte: — "Segunda via de título eleitoral".

*Justificação*

A emenda corrige a omissão do parágrafo 4.º e da letra A no texto de projeto.

S.S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA Nº 52, ( com Sub-emenda)

Pela aprovação, excluída a referência à letra a do § 4º do art. 87.

Nesse sentido faz-se necessária a seguinte

SUB-EMENDA

Onde está, na emenda, "letra a, b, c e d" escreva-se: "letras b, c e d".

A emenda 52 é redacional. Corrige evidente engano resultante de omissão do § 4º do art. 87 do Código Eleitoral, único, aliás, que disciplina a matéria sob a forma ordenatória pelas letras do alfabeto.

A sub-emenda é indispensável, porquanto a impugnação é automática, por força da lei, isto é, sempre se dará, quando o eleitor votar com segunda via do título eleitoral. Não é possível, pois, que se escreva na sobrecarta maior que esse voto foi impugnado por Fulano ou Beltrano. Foi a lei que impugnou.



158

N.º 53

Substituam-se no art. 17 as palavras iniciais: — "imediatamente após o encerramento dos prazos para" — pelas seguintes:  
— "no dia imediato ao do encerramento do".

*Justificação*

A presente emenda será uma decorrência da aceitação pelo plenário da emenda n.º 2 referente ao encerramento do alistamento e da transferência de eleitor.

S.S. da Câmara dos Deputados,  
de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA Nº 53

Pela aprovação. É redacional. "Imediatamente" obrigaria o início da organização das listas de eleitores no mesmo dia, horas depois do encerramento do alistamento. A redação oferecida é acertada.



159

N.º 54

Substituam-se na letra "B" do artigo 19 as palavras — "fólias de votação" — pelas seguintes:

— "lista de eleitores".

Acrescente-se depois de — "6.º — o seguinte :

— "9.º — ".

*Justificação*

Alem da fôlha de votação não ser feita com a fiscalização dos Partidos, determinada no art. 18, não há dis-

positivo algum legal determinando que nela se contenha, sob qualquer penalidade, os nomes dos eleitores da seção.

— A revogação do parágrafo 9.º do art. 87 do Código Eleitoral é uma consequência da letra "B" do art. 19 e do art. 20 do projeto.

PARECER À EMENDA Nº 54

Pela aprovação.

Realmente, o documento que, na espécie, faz fé por excelência é a lista de eleitores. É elaborada com as cautelas dos arts. 17 e 18 do Substitutivo, sob a fiscalização direta dos partidos, iniciada e terminada, respectivamente, 99 e 30 dias antes do pleito e publicada para conhecimento geral e retificação, através de reclamações ou recursos, pois haverá tempo para isso. Só a não existênciado nome nessa lista, que também distribui o eleitorado pelas seções, impedirá o voto.

A inclusão do § 9º na remissão ao art. 87 do Código Eleitoral, para expressamente revoga-lo, também deve ser aceita. A permissão de votar fora da respectiva seção eleitoral, que êsse § 9º do art. 87 permite, não mais será admitida. O § 9º do art. 87 será implicitamente revogado pelos arts. 19 e 20 do Substitutivo. Mas para obviar dúvidas, também o será, literalmente, pelo parágrafo único do art. 19 do Substitutivo, como consequência da aprovação da Emenda nº 54.



Lu 60

N.º 55

Substitua-se o art. 22 pelo seguinte:  
Art. As sobrecartas para votação serão numeradas pelo Presidente da mesa receptora de 1 a 9, sucessivamente, à medida e no momento em que forem entregues aos eleitores, sendo rubricadas por aquele e pelos mesários.

*Justificação*

Já tem acontecido substituir-se toda a votação duma seção, desde que o Presidente da mesa concorde em rubricar outras sobrecartas. Uma vez que o projeto adota a organização da mesa por indicação dos Partidos, torna-se impossível esta modalidade de fraude.

S.S. da Câmara dos Deputados,  
de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA Nº 55

Pela rejeição.

O teor da presente emenda constava do anteprojeto elaborado pelo relator. Ali também se exigia a rubrica dos mesários, além do presidente da mesa receptora. Entendeu a maioria da Comissão Mista que a exigência de numeração de 1 a 9, aliada à rubrica exclusiva do presidente da mesa receptora, já defende suficientemente essa fase eleitoral contra a fraude.

O relator anuncia, assim, a propósito da emenda, ponto de vista já manifestado pela Comissão Mista sobre a matéria. Entendeu esta, que isso acarretaria complicação dispensável à votação.



Trans  
160

2161

N.º 56

Acrescente-se no final do § 1.º do art. 29 as seguintes palavras:  
— "em audiência pública anunciada pela imprensa, onde ha houver, e por edital afixado no lugar próprio do juízo eleitoral, com, pelo menos, 5 dias de antecedência".

*Justificação*

Ato dessa natureza deve ser processado em audiência pública designada com antecedência.  
S.S. da Câmara dos Deputados,  
de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA Nº 56, COM SUB-EMENDAS

Pela aprovação.

O anúncio em audiência pública confere merecido relevo a ato da importância da nomeação dos membros das mesas receptoras. Será mais uma forma de torná-lo público, notório, do conhecimento geral. Além disso, essa notiriedade permitirá melhor fiscalização de sua regularidade e consequente interposição de recursos para restaurá-la, se ofendida, antes que a preclusão os torne ineptos. A emenda, contudo, deverá constituir parágrafo específico, conforme sugere a seguinte:

SUB-EMENDAS

1a.) Inclua-se a Emenda 56 como § 2º do art. 29, alterando-se a numeração dos demais parágrafos:

" § 2º - A nomeação dos membros das mesas receptoras será feita em audiência pública, anunciada pela imprensa, onde houver, e por edital, afixado no lugar próprio do juízo eleitoral, com, pelo menos, 5 dias de antecedência."

2a.) No parágrafo 1º do art. 29, onde está:

"Os juizes eleitorais escolherão e nomearão"  
diga-se:

"O juiz eleitoral escolherá e nomeará".



162

N.º 57

Substituam-se no art. 30 e seu parágrafo único as palavras.  
— "do mesmo" — Pelas seguintes:  
— "de igual". —

*Justificação*

A emenda é puramente de redação.  
S.S. da Câmara dos Deputados,  
de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

~~PARER À EMENDA Nº 57~~

Prejudicada pela aprovação da emenda nº 12 e respectiva subemenda, de igual teor.



N.º 58

Ao art. 31 acrescente-se o seguinte: — "§ 3.º — O Juiz Eleitoral comunicará ao Tribunal Regional as seções da sua zona onde os eleitores

tenham sido impedidos de votar por não haver funcionado a respectiva mesa receptora, devendo o Tribunal determinar que a eleição ali se realize, no prazo máximo de 10 dias sob a presidência de Juiz de Direito, auxiliado por dois mesários e dois secretários que este designar.

*Justificação*

A realização de eleição, onde se verificar fato daquela natureza, não deverá ficar dependente dos fatos a que alude o art. 107 do Código Eleitoral.

S.S. da Câmara dos Deputados,  
de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA Nº 58

Pela rejeição. Os eleitores impedidos de votar, a que alude o art. 107 do Código Eleitoral, só deverão fazê-lo nas condições em que este artigo admite. Evidentemente, se a nova eleição não trazer consequência alguma, pois não alterará a classificação das legendas partidárias ou dos candidatos eleitos pelo sufrágio majoritário, para que fazê-la ?

LFS/



Acrescente-se ao art. 35 o seguinte: "parágrafo único — Quando a Força Federal tiver de garantir a eleição em seção onde não esteja presente o Juiz Eleitoral, este designará Promotor Público ou funcionário do seu Juízo para acompanhar aquela Força e lhe orientar a ação dentro da lei, sob as penas do art. 175 número 31 do Código Eleitoral.

*Justificação*

Tem acontecido várias vezes que a Força Federal é mandada para Vila ou Povoado onde não existe qualquer autoridade judiciária, que lhe oriente a ação garantidora da liberdade do voto. E, como ela fica à disposição do Juiz Eleitoral, este, quando possa acompanhá-la ao local onde deva prestar as garantias legais, designará pessoa idônea e de sua confiança para aquele fim.

S.S. da Câmara dos Deputados,  
de maio de 1955. *Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA Nº 59

Pela rejeição.

A força federal deverá estar à disposição da justiça eleitoral, como todas as demais forças asseguradoras da ordem: Polícia Municipal, Polícia Civil do Estado, Milícias Estaduais, Força Pública, etc., etc.

O juiz eleitoral será o árbitro de convocar esta ou aquela, no sentido de enfrentar as ocorrências. O que importa é que ele tenha à mão força suficiente, para que não seja desautorado no seu propósito de garantir um clima de segurança, indispensável à boa transcorrência do pleito. Além do mais, permitir que qualquer funcionário da justiça eleitoral acompanhe e oriente inclusive a força federal, que poderá estar comandada por patente militar, parece ao relator inexequível.



Ramos  
118

65

N.º 60

Acrescente-se onde convier:  
Art. — Não serão admitidos recursos contra validade da votação nem da apuração, se os fatos ou atos que lhe servirem de fundamento não tiverem sido objeto de protesto ou impugnação, respectivamente, perante a mesa receptora ou perante a junta apuradora, no momento de serem praticados.

*Justificação*

Busca-se aqui evitar a fraude tentada por meio de recursos após verificar-se o resultado desfavorável da apuração.

*Ernani Satiro.*

PARECER À EMENDA Nº 60

Pela rejeição, pela preliminar de que a matéria é inoportuna na reforma de emergência que se quer elaborar. Todas as emendas disciplinadoras de recursos foram remetidas a posterior reforma por parte do Congresso. A emenda regula a preclusão. É dela ainda, um elastério que abrange os casos focalizados na emenda 60, o art. 152, § 2º, do Código Eleitoral.

LFS/



Acréscete-se onde convier:

Art. — Verificando-se que os votos das seções anuladas, ou a soma destes com os daqueles cujos eleitores ficaram impedidos de votar, poderão alterar o número de candidatos eleitos pelo sistema proporcional em qualquer legenda, ou classificação de candidato eleito pelo princípio majoritário, ordenará o Tribunal a realização de eleições suplementares.

Parágrafo único — Essas eleições obedecerão ao estabelecido no parágrafo único do art. 107 do Código Eleitoral, mas só serão marcadas após o julgamento em última instância dos recursos das anulações que as determinaram.

Art. — A representação de aliança de partidos compete exclusivamente aos delegados e fiscais nomeados pela comissão interpartidária, a que se refere o § 3.º do art. 140 do Código Eleitoral, não lhe aproveitando, nem aos Partidos que a constituírem, as impugnações e recursos interpostos por Delegados e Fiscais destes.

Art. — Os Tribunais não conhecerão de recurso que não esteja devidamente instruído, nem dos que, nas eleições simultâneas, não declararem com precisão a qual delas se refere.

#### Justificação

Constitui um erro do art. 107 do Código Eleitoral determinar que só haja eleição suplementar, no caso daquelas que obedecer ao sistema proporcional, quando os votos anulados possam alterar qualquer quociente partidário, pois que, sem essa alteração, poderá modificar o número dos eleitos pelas sobras. Também é de toda conveniência que as complementares se realizem após a confirmação das anulações na instância superior, de vez que, muitas vezes, o provimento do recurso contra a anulação vem depois da realização daquelas, com grandes dispêndios inúteis para a União e para os interessados.

Ainda não firmaram de modo uniforme e definitivo os Tribunais jurisprudência no sentido de que as alianças partidárias tenham Delegados e Fiscais próprios para a defesa de seus interesses. Isso, porém, exige esclarecimento na lei para uma perfeita observância do § 3.º do art. 140 do Código Eleitoral.

A primeira parte do último art. já constitui jurisprudência do Tribunal

Superior Eleitoral. A segunda parte é uma decorrência de preceito contido nas instruções para eleição de 3 de outubro do ano passado e faz desaparecer as dúvidas e incertezas com relação à extensão dos recursos nas eleições simultâneas.

S. S. da Câmara dos Deputados, de maio de 1955. — *Ernani Satiro*.

#### PARECER À EMENDA Nº 61

Pela rejeição. A matéria não é de legislação de emergência. Notadamente o primeiro artigo, estabelecendo novo critério para renovação da eleição. A preliminar da inoportunidade prejudica cogitações "de meritis". A emenda quer estender a renovação da votação impedida ou anulada até ao regime das sobras.



Ramus  
137

N.º 62

Inclua-se onde couber:  
Art. — E' constituída a Comissão Mista de Reforma da Lei Eleitoral, composta de cinco magistrados da Justiça Eleitoral, três deputados e três senadores, escolhidos, respectivamente, pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelas duas Casas do Congresso Nacional, cuja missão será a elaboração da reforma integral a que deve ser submetido o atual Código Eleitoral.

Parágrafo único — A escolha dos membros dessa Comissão ocorrerá na segunda quinzena de março de 1956, começando o órgão a trabalhar logo seja organizada, elaborado o seu regimento interno e eleita a sua direção devendo a proposição de reforma ser apresentada em setembro do mesmo ano, à Câmara dos Deputados.

Em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva.*

#### Justificação

E' preciso assegurar-se a brevidade da apresentação do Projeto de reforma do Código Eleitoral.

A emenda que se apresenta tem esse objetivo.

Nessa reforma caberá a adoção da cédula oficial de votação, que então vigorará, a partir das eleições gerais de 1958, quando se procederá à renovação da Câmara e do Senado.

Instituído esse novo processo de votação na reforma, haverá tempo bastante para a campanha educativa que é mister fazer-se em todo o país, para tornar apto e esclarecido o eleitor, a votar por esse novo processo.

Em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva.*

Le 67

#### PARECER À EMENDA Nº 62

Pela rejeição.

A reforma da lei eleitoral, a ser feita após 3 de outubro próximo, deverá ser efetivada segundo critérios que a ocasião julgar mais convenientes.

A matéria não tem pertinência com a próxima eleição. Assim, não deverá constar da lei de emergência que se quer elaborar.

Além do mais, será inconstitucional cometer-se a um poder independente, como a justiça eleitoral, em caráter obrigatório, a missão que a emenda focaliza. Ela consubstancia extralimitação do legislativo.

LFS/



Dê-se a seguinte redação ao artigo 35 do Substitutivo da Comissão Mista:  
 "Art. 35 — Comprovada a intervenção, por meio de força policial militar ou guarda civil estadual ou municipal, de autoridades do Estado ou do Município nas eleições, serão as mesmas realizadas sob garantia da

força federal, mediante a necessária requisição dos órgãos da Justiça Eleitoral."

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

#### Justificação

A redação dada pela Comissão Mista ao art. 35 do Substitutivo é quase a mesma apresentada no artigo 11 da proposição governamental. Ambas propõem que as eleições sejam "sempre" realizadas com a garantia da força federal. Ora, nunca, de forma geral, houve falta de garantia em qualquer Estado ou Município, as eleições, de parte das autoridades responsáveis pelo cumprimento das leis federais. Casos excepcionais têm ocorrido, de compressão dos governos estaduais ou municipais, sobre os eleitores que lhe são adversos. Então aí, quando falha a energia do juiz eleitoral, o gesto é pedir a garantia da força federal.

Uma eleição realizada "sempre" *manu militari*, especialmente tendo-se em consideração a possibilidade da existência de candidatos militares aos cargos eletivos, não primaria por um pleito livre, especialmente no interior do Brasil.

A emenda, portanto, merece acolhida.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

PROJECER À EMENDA Nº 63

Pela rejeição da emenda. Seu teor já está abrangido no texto da legislação atual, que outorga à justiça eleitoral o poder de requisição de força federal. Seria, pois, superfetação.

O que o art. 35 do Substitutivo quer é a garantia das eleições também pelo exército, sem prejuízo das outras forças, estaduais ou municipais, que também cooperam na tarefa geral e necessária de assegurar clima de absoluta ordem e imparcialidade.

A força federal não preterirá nenhuma outra. O Juiz tê-la-á imediatamente à mão, quando for insuficiente ou parcial o policiamento comum. Sem convocação, que se tem prestado a explorações com reflexos no eleitorado. A convocação não é do juiz porque será da lei. Será automática, não é provocada porque é espontânea.



Inclua-se onde couber:

"Art. — Em qualquer fase do processo eletivo, pode o partido requerer o cancelamento do registro de candidato que haja, em tal período, repudiado a sua legenda, transferindo-se ao partido adverso aquele que o inscreveu.

Parágrafo único. — Nos casos deste artigo, o candidato egresso de seu partido perderá a votação nominal já obtida e a que venha obter, tratando-se de eleição suplementar, apurando-se apenas os votos da legenda partidária."

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

#### Justificação

A emenda resguarda os direitos e interesses dos partidos, em relação aos efeitos do registro de seus candidatos. Por outro lado, assegura respeito ao princípio da proporcionalidade da representação partidária.

Como no sistema do Código não há candidato que não seja partidário, somente os partidos podendo registrá-los, não é possível deixar-se ao candidato a faculdade de continuar concorrendo ao pleito sob a legenda abjurada. O candidato que muda de partido durante o processo eletivo está sujeito às restrições e às penalidades do Código Eleitoral. A sua qualidade de concorrente partidário desaparece automaticamente com o seu ato de egressão, devendo, porém, ser provocada a justiça pelas partes interessadas, para decretação do cancelamento de sua inscrição, o que poderá ser feito até mesmo por meio de recurso de diplomação.

A emenda é altamente moralizadora e vem em prestígio do fortalecimento dos partidos políticos, que são pessoas jurídicas de direito público interno.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955. — *Pereira da Silva*.

#### PARECER À EMENDA Nº 64

Coerente com o critério com que norteou seus pareceres, a Comissão Mista opina pela rejeição da emenda nº 64, pela preliminar de que a matéria não é caracteristicamente peculiar à Reforma de Emergência da legislação eleitoral. Assim agiu uniformemente com relação às proposições regulando recursos, reclamações, qualquer remédio judiciário enfim.

E a emenda nº 64 filia-se a essa categoria jurídica. O nobre deputado Pereira da Silva focaliza mais um capítulo da luta de sobrevivência dos partidos contra as defecções, as traições, as infidelidades partidárias. O transfuga toma uma cadeira ao partido e este nada pode fazer. Urge encontrar-se um meio de proibir o indecoroso turismo político pelas legendas. O art. 56 da Constituição diz, é certo, que o deputado é representante do povo. Mas representa o povo através, por intermédio, dos partidos. Uma representação não exclui a outra. Elas são simultâneas. O art. 56 diz também que o método para elegê-lo é o "sistema proporcional." No art. 40, ainda



da Constituição e no art. 134, os partidos políticos têm assegurada a respectiva representação proporcional.

A fuga ao partido, que via de regra entra com 2/3 dos votos necessários para atingir o quociente eleitoral, vulnera direitos que a Constituição lhe confere e sem os quais parecerá, porque são da legítima defesa.

Como se vê, o tema é complexo e de suma importância, já tendo sugerido vasta literatura jurídica e motivado rumorosas decisões de nossos pretórios.

Estão em causa preceitos do Estatuto Cívico, interpretados autonomicamente (arts. 56 e 134). De outro lado, não será possível disparar para extremo oposto, instalando as ditaduras partidárias, contra candidatos e representantes que não se subordinem aos caprichos e ao mandonismo dos sobas, que empalman a direção dos grêmios políticos. Sendo punitiva, a norma deverá descer ao casuísmo, para tipificar claramente as ocorrências que devam ser castigadas, por ser impossível e extremamente perigoso aplicar sanções por abusiva interpretação extensiva ou analógica. Um exemplo: depois de inscrito, certo candidato a deputado que passasse a ser incômodo concorrente à prestigiosa figura do seu partido, correria sério risco de ter sua candidatura guilhotinada pelo cancelamento, com a agravante de não poder pedir guarida a outra legenda, pois o prazo de inscrição já poderia estar esgotado. Pseudo infedilidades não faltariam.

Evidentemente, as razões expendidas são "de meritis". O Relator as enunciou como homenagem ao nobre propósito revelado pelo operoso deputado Pereira da Silva, ao mesmo passo que elas comprovam as razões de preliminar de inoportunidade que militam pela não aprovação da emenda nº 64.



EMENDA Nº 65

N.º 65

Art. A publicidade das campanhas políticas, quer de partidos, quer de candidatos, far-se-á pelo livro, pela imprensa, pelo rádio, cinema e televisão e por comícios populares, sendo vedado a propaganda de cartazes, letreiros, disticos, faixas e bandeiras, como de todo e qualquer processo que provoque escândalo ou incite paixões coletivas.

Parágrafo único. Cabe à Justiça Eleitoral zelar pelo cumprimento deste dispositivo.

Sala das Sessões, em 24-5-55 —  
Nestor Duarte.

PARECER

O art. 151 do Código Eleitoral disciplina com estas palavras a propaganda partidária:

" .....

Art. 151. Aos partidos políticos, por seus diretórios, independente de licença de autoridade pública e de qualquer tributo, é assegurado o direito de:

1 - ter, na fachada de suas sedes e dependências, o nome que os designe, pela forma que melhor lhes parecer;

2 - instalar auto-falantes nas suas sedes e dependências, assim como em veículos seus os que estejam à sua disposição em trânsito por qualquer ponto de território nacional, podendo fazê-los funcionar normalmente das dezesseis às vinte horas, e no período da campanha eleitoral, das quatorze às vinte e duas horas;

3 - fazer a propaganda própria ou de seus candidatos, mediante cartazes, assim como no período da campanha eleitoral, por meio de faixas afixadas em qualquer logradouro público.

§ 1º. A propaganda de que trata a alínea 3 poderá também ser feita diretamente por qualquer candidato registrado.

§ 2º. A administração municipal, no período



LD 72

(Emenda nº 65)

da campanha eleitoral, fará colocar, em lugares apropriados, quadros para a afixação de cartazes. Se o não fizer, poderá fazê-lo qualquer partido.

§ 3º. A afixação de cartazes ou faixas nos prédios particulares ou não pertencentes ao domínio público dependerá de prévia autorização, respectivamente, do proprietário ou locatário ou da autoridade sob cuja guarda estiverem. Neste último caso, a autorização concedida a um partido ou candidato se estenderá automaticamente aos demais.

§ 4º Ninguém poderá impedir o exercício dessas mesmas faculdades nem inutilizar, alterar ou per - turbar meio de propaganda devidamente empregado. O infrator, além de ficar sujeito à ação penal competente, responderá pelo dano.

§ 5º No período da campanha eleitoral, inde - pendente do critério da prioridade, os serviços telefônicos, oficiais ou concedidos, farão instalar, na sede dos diretórios devidamente registrados, telephones necessário, mediante requerimento do respectivo presidente e pagamento das taxas devidas.

§ 6º. O período da campanha eleitoral, para os efeitos dêste artigo, compreenderá em todo o país os três meses anteriores às eleições para Presiden - te e Vice-Presidente da República e, em cada cir - cunscrição eleitoral, os três meses anteriores às suas eleições gerais.

.....  
Como se leu, parte da emenda Nestor Duarte já encontra guarida na legislação vigente, quando esta regula, condiciona e limita ao interêsse coletivo o di - reito de propaganda política.

A parte proibitiva da emenda não deve ser acolhida. A propaganda deve ser patrulhada, condiciona - da; mas não deve ser interdita de forma absoluta. A lei deve coibir abusos. Não suprimir o uso, pelo abuso.

Em minha casa, devo conservar o direito de, em sua frente, colocar faixas e cartazes do candidato *de meu*



(Emenda nº 65)

de meu agrado. Se não o fôr, o Código Eleitoral não permite que sem minha permissão, isso seja feito (art. 151, § 3º).

Neste passo, como em outros, o que a experiência indica é que o Código, via de regra, não tem sido cumprido, notadamente sua preceituação primitiva. E' o que acontece com o § 6º do art. 151: admite a propaganda, pela maneira que discrimina, nos 3 meses antes das eleições, no chamado oficialmente "período da campanha eleitoral". Transladou-se para nossa legislação preceito adotado em outros países de avançada educação e tradução políticas.

Ora, nas eleições atuais, ainda não atingimos êsse interregno e o país está vestido de cartazes e sarapintado de rótulos presidenciais.

O poder público, principalmente as municipalidades, e os particulares, estão legalmente armados contra a propaganda desautorizada que lhes suja, borra e afeia as ruas, os monumentos, os prédios públicos ou as residências.

O relator, respeitando embora o nobre propósito evidenciado pelo operoso deputado Nestor Duarte, entende que providências complementares às já existentes devem ser objeto de exame na reforma posterior que o Congresso deverá elaborar.

Essa a razão de preliminar contra a aprovação da emenda nº 65.



Acrescente-se onde convier:

Art. Para efeito de registro de candidatos não serão requisitadas nem aceitas informações policiais tenham por objetivo limitar as cautelas previstas no art. 141 e parágrafos 1.º, 3.º, 5.º, 7.º e 8.º, ou ampliar o disposto no artigo 135 e seus parágrafos, no artigo 139, incisos II, III, IV e V e no artigo 140, tudo da Constituição da República.

#### Justificação

Quando a Constituição é violada por Instruções ou Portarias deve o legislador socorrê-la com medidas que evitem atentados ao direito dos candidatos e ao respeito ao voto. Qualquer limitação a direitos ou ga-

rantias individuais ou ampliação das formas de inelegibilidade prescritas em lei, não só fere as cautelas do regime democrático, como abre caminho a precedentes que alteram a fisionomia da liberdade do voto no que concerne ao direito de escolha e promove continuas perturbações na esfera dos recursos judiciais. Por outro lado, a intervenção policial, para efeito de caracterização ideológica do candidato é impertinente e vexatória à própria justiça.

O candidato se eleito, deve, quanto a isto, responder perante o Poder Legislativo, nos termos do artigo constitucional pertinente ao assunto. Campo de intrigas políticas e mesmo de difamação, qualquer restrição ao espírito constitucional deve ser evitada pelo legislador.

Sala das Sessões, em 24-5-55. —  
Abguar Bastos.

#### PARECER À EMENDA Nº 66

Pela rejeição, pela inoportunidade da matéria ser disciplinada na lei de emergência que a ora se quer elaborar.

A espécie deverá ser regulada na reforma que posteriormente se fará à legislação eleitoral. Verifica-se que a atinência da emenda é, principalmente, com as eleições regida pelo princípio proporcionalista, ao passo que a quase totalidade do pleito próximo se refere a candidaturas subordinadas ao princípio majoritário.

O assunto é de suma importância, mesmo porque bastará ler a emenda 66 para que se verifique que estão em causa direitos e garantias decorrentes da Constituição Federal. Recorde-se, alias, que, na espécie, o órgão apto para restaurar o império de direitos conferidos até pelo Código Supremo e desrespeitados, é o judiciário. O problema não é de lei, uma vez que já existe. Mas do seu cumprimento, problema do judiciário.



Acrescente-se onde couber:

(Do Sr. Abguar Bastos).

Art. — Não cabe, após a diplomação de governador, prefeito, senador, deputado ou vereador, recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, baseado em inelegibilidade que não esteja expressa na Constituição.

§ 1º Os Tribunais Eleitorais Regionais não encaminharão ao Tribunal Superior Eleitoral recursos de registros concedidos a candidatos e já passados em julgado, quando, pelo recorrente, seja alegada inelegibilidade por atividades político-sociais.

#### Justificação

Os acórdãos do Tribunal Superior Eleitoral são unânimes em negar provimento aos recursos que visem, na fase de diplomação, contestar registros de candidatos fora dos prazos de lei. Tais recursos, na maioria dos casos, dizem respeito a atividades políticas do candidato em pretensa convivência com organização por ventura extinta por lei. Acontece que os Tribunais Eleitorais Regionais, examinando a matéria, concedem ou não o registro. Se o concedem, julgam o candidato isento de filiações políticas inidôneas perante as cautelas da lei. Se no prazo de impugnação não surgem recursos, não poderão ser encaminhados na fase da diplomação, por quanto será o mesmo que rever coisa julgada e matéria preclusa.

Assim o tem entendido o Tribunal Superior Eleitoral. Para coibir o abuso que não só faz aumentar o trabalho judiciário, prejudicando o andamento rápido dos demais processos eleitorais, como deixa em suspense, por longo tempo a legitimidade do mandato concedido, convém evitar que tais recursos sejam encaminhados, ao mesmo tempo que se disciplinem os recursos permitidos na fase da diplomação nos termos expressos pelos dispositivos constitucionais, do Código Eleitoral e Regimentos Internos dos respectivos Tribunais. Ocorre ainda como inconveniência da intempestividade, que o eleito pode tomar posse, sem estar dela garantido, o que julgamos incompatível com os cuidados jurídicos do legislador.

Sala das Sessões, em 4 de maio de 1955 — Abguar Bastos.

#### PARECER À EMENDA Nº 67

Pela rejeição, uma vez que a matéria deverá ser regulada em reforma posterior e mais completa da legislação eleitoral.

A Comissão Mista circunscreveu ao mínimo inadiável e urgente a reforma de emergência que agora deve ser feita. Além disso, ateve-se à vinculação direta e imediata ao pleito de 3 de outubro. Assim, tôdas as emendas focalizando matéria semelhante à da versada na de nº 67 mereceram parecer análogo ao ora exarado.



N.º 68

Acrescente-se ao art. 1.º o seguinte:

Parágrafo — O Juiz poderá verificar a alfabetização do alistando por iniciativa própria ou a requerimento de delegado de Partido. A verificação constará de leitura e cópia de pequeno trecho de livro adotado em curso primário.

*Justificação*

A emenda visa dar ao Juiz poderes para verificar a alfabetização dos alistandos sempre que achar necessário, ou quando assim o solicitar algum delegado de Partido.

Sala das Sessões, em 11-5-55 —  
Lincoln Feliciano.

PARECER À EMENDA Nº 68

Pela rejeição. O objetivo da emenda já é alcançado na legislação autal. Assim, o art. 45, § 1º, do Código Eleitoral, focaliza as providências que o juiz eleitoral deverá tomar no sentido de verificar, em caso de dúvida, se o eleitor satisfaz o requisito constitucional de ser alfabetizado.

Quanto à iniciativa de ofício do juiz eleitoral, ele a tem nos termos das letras b, k e r do art. 20 do Código Eleitoral.

Aliás, a impressão que se tem é que o douto autor da emenda ofereceu-a ao Projeto nº 4.601-A, e não ao Substitutivo, uma vez que o art. 1º daquele, e não o dêste, é que versa matéria pertinente com a tratada em sua proposição.



Ao art. 5.º.

Substitua-se a expressão "aqueles cujo falecimento seja notório" por "aqueles que tiverem falecido".

*Justificação*

Naturalmente, o que se quer é excluir das folhas de votação todos os que tiverem falecido e disso tenha conhecimento o Juiz Eleitoral. Não apenas aqueles cujo falecimento seja notório, isto é, público, conhecido de todos.

Sala das Sessões, em 11-5-55. —  
Lincoln Falciano.

PARECER À EMENDA Nº 69

Pela rejeição. Saliente-se, inicialmente, que a emenda é ao Projeto nº 4.601, de 1954 e não ao Substitutivo da Comissão Mista.

Em segundo lugar, a remissão está errada: é ao art. 6º, letra "a", e não ao art. 5º. A Comissão Mista considerou aconselhável a fixação legal da inalterabilidade, como regra, das listas dos eleitores.

Não aceitando o art. 6º, que é o todo, tornou-se prejudicada, sua parte, objeto da Emenda nº 69.



N.º 70

Acrescente-se onde convier:

Art. As prefeituras poderão proibir a afixação de cartazes de propaganda, em lugares impróprios, bem como a inscrição de letreiros por pichametro ou qualquer outra forma desde que coloque, em lugares públicos apropriados, quadros ou pranchetas destinados à colocação dos programas partidários e plataformas dos candidatos.

Parágrafo único — O plano para execução do disposto neste artigo será elaborado pelo Prefeito e aprovado pelo Juiz Eleitoral.

Sala das Sessões, em 22-5 1955. — Lincoln Feliciano.

*Justificação*

A propaganda eleitoral, por meio de cartazes e letreiros pichados ou escritos a giz, feita de maneira desordenada, é um espetáculo dos mais tristes que oferecem as nossas eleições.

A campanha para que se coíba esse abuso, que tanto enfeia as cidades, parte do "Correio do Litoral", em Itanhaem no meu Estado.

A medida cabe perfeitamente na lei de emergência que ora se discute, e, pela sua necessidade evidente, terá certamente o apoio da Câmara. Em 22-5-55. — Lincoln Feliciano.

PARECER À EMENDA Nº 70

Pela rejeição. O Código Eleitoral, no art. 151, rege a propaganda partidária. Inclusive especifica a interdição constante da Emenda nº 70, no § 3º. No § 2º, regula a providência da colocação de quadros para a fixação de cartazes por parte da administração municipal.

Pelo que se vê, a emenda seria iterativa, portanto superflua.



179

*Fidel*

genda em que vota, e o número com que estiver registrado o candidato de sua preferência. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará a cédula ou cédulas, cada uma na respectiva sobrecarta, de maneira que a rubrica do presidente da mesa coincida com a janela transparente, fechando em seguida. No ato de receber a sobrecarta ou sobrecartas, o presidente da mesa deverá verificar, pela janela transparente, se a cédula ou cédulas estão rubricadas. Igual verificação poderá ser feita pelos fiscais de partido.

§ 5.º No caso de não aparecer a rubrica, o presidente da mesa convidará o eleitor a voltar à cabine indevassável para corrigir a posição da cédula ou cédulas, podendo, se necessário, substituir uma só vez a sobrecarta ou sobrecartas. Se o eleitor não colocar, ainda, a cédula ou cédulas em posição certa, terá o seu voto anulado. No caso de substituição fraudulenta da cédula ou cédulas, o presidente da mesa fará autuar, em flagrante, o eleitor para instauração do processo devido.

Sala das Sessões, em 18-5-55. —  
Lincoln Feliciano

#### Justificação

Dentre as inovações introduzidas pelo projeto, a de cédula oficial é a de maior alcance: por um lado exclui, efetivamente, os analfabetos e, por outro, desonera os candidatos desprovidos de fortuna das pesadas despesas resultantes da impressão das cédulas. Tem, portanto, duplo efeito seletor e democrático.

Entretanto, nos termos em que está redigido o projeto, abrem-se duas vias para a violação do sigilo do voto, que a emenda procura evitar:

Em primeiro lugar, a cor da tinta. Dada a infinita variedade de tons que se pode obter e a possibilidade do seu emprego em canetas tinteiro, será possível a identificação do voto, embora nem sempre seja fácil.

Entretanto, o voto secreto requer, para o eleitor, a absoluta certeza de que o seu voto não poderá ser identificado. A uniformização da cor da tinta, sugerida pela emenda, visa suprimir essa possibilidade de violação do sigilo do voto.

A outra hipótese da violação do sigilo é a do controle do voto de uma série de eleitores desde que se obtenha, de início, uma cédula devi-

damente rubricada e que iria passando de mão em mão da maneira seguinte:

Admita-se que um cabo eleitoral, contando com grande número de votos numa sessão, disponha-se a sacrificar um voto, por anulação, a fim de controlar todos os demais, rigorosamente.

Assim é que o primeiro dos eleitores colocaria na sobrecarta uma cédula qualquer e traria a cédula oficial de votação devidamente rubricada para o cabo eleitoral. Aquêlê voto perdeu-se mas todos os demais estariam controlados a partir do segundo eleitor:

Realmente, o cabo eleitoral assinalaria na cédula assim obtida o voto que quisesse e a entregaria ao segundo eleitor com a obrigação deste colocá-la na sobrecarta e trazer intacta a cédula que recebesse. Procedendo assim sucessivamente seria possível o controle do voto dos demais eleitores.

Dir-se-á em contrário, que o cabo eleitoral não poderá ter a certeza de que o eleitor colocou na sobrecarta a cédula oficial por ele assinalada, pois o eleitor poderá rasgá-la e colocar outra cédula qualquer. Entretanto se na sessão não houver votos anulados será possível a certeza de que todos os eleitores votaram de acordo com o cabo eleitoral.

E, de qualquer forma, este poderá ter a certeza de que o eleitor se não votou no seu candidato, não votou em outro, pois, desta forma, o seu voto estaria anulado. E quanto basta para a violação do princípio do sigilo.

A emenda procura evitar esta forma de violação com as janelas transparentes através das quais o presidente da mesa e os fiscais evitarão a possibilidade de o eleitor levar consigo a cédula oficial para servir de controle ao voto dos demais.

Em 18-5-55. — Lincoln Feliciano

#### N.º 71

Art. 7.º — Acrescente-se, em seguida ao parágrafo segundo, os seguintes parágrafos, alterando-se a numeração dos demais:

§ 3.º As sobrecartas serão opacas mas terão uma janela, em papel transparente, correspondendo ao lugar da rubrica do presidente da mesa receptora, no anverso da cédula, de forma que se possa verificar, depois de encerrada esta, que está devidamente rubricada.

§ 4.º Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas e tantas sobrecartas quantas as cédulas, todas por ele devidamente rubricadas no anverso, sob pena de nulidade, o eleitor passará à cabine indevassável onde assinalará à tinta da cor determinada pelo Tribunal Eleitoral: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X), o nome do candidato da sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica o partido ou le-

#### PARECER À EMENDA Nº 71

Rejeitada, pelas razões aduzidas nos pareceres à emenda nº 1 e nº 75. Sendo rejeitado o principal, a cédula oficial, tornou-se prejudicado o que lhe era acessório, como é o caso da Emenda nº 71.



N.º 72.

Acrescente-se onde convier:

Art. É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos constantes do Projeto n.º 94-1955, confeccionados em papel opaco e de cores diferentes para cada eleição, quando realizada mais de uma, simultaneamente.

§ — Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas

por ele rubricadas no ato, sob pena de responsabilidade (Cód. Eleit. art. 175, n.º 21), o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará a tinta com uma cruz (X).

a) — nas eleições majoratórias, o nome do candidato de sua escolha.

b) — nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica, o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência.

A seguir, dobrará e colará a célula ou células, e, saindo do gabinete, as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente correspondente, em número e indetidade, as que lhe foram entregues.

#### *Justificação*

A presente emenda, com ligeiro retoque, é a emenda que o emente Sr. Ministro Edgard Costa, acolhendo sugestões do Dr. Ibsen da Costa Manso, digno secretário do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, bem como do jornalista Paulo Ferraz do "Diário de S. Paulo", a respeito da fraude conhecida pelo nome de "corrente", houve por bem encaminhar à Comissão Mista de Reforma Eleitoral. Como este órgão, entretanto pela maioria de seus membros, não adotou a cédula oficial, a aludida emenda ficou sem efeito. Entretanto, como a matéria vai ser reexaminada pelo plenário da Câmara, em face dos votos vencidos dos Srs. Senador Lúcio Bittencourt e dos deputados Ernani Sátiro e Colombo de Souza, viza a presente emenda suprir essa lacuna, na convicção de que a maioria do Congresso saberá ser fiel ao mandato outorgado pelo povo aos representantes que o integram.

Sala das Sessões, em 25-5-55.

Plínio Mello.

#### PARECER À EMENDA Nº 72

Rejeitada, pelas mesmas razões aduzidas nos pareceres às emendas ns. 1 e 75. Não tendo sido aprovado o principal, - a cédula oficial, - tornou-se prejudicado o que lhe era acessório, no caso a Emenda nº 72.



Acrescente-se, onde convier.

Art. Os candidatos a cargos eletivos que tenham empregado fraude suborno ou qualquer meio de corrupção para alcançar vitória no pleito serão punidos com dois a três anos de prisão e impedidos de exercerem cargos administrativos ou políticos, pelo período de dez anos.

Parágrafo único — Ficam sujeitos à mesma pena e afastados das respectivas funções os juizes ou Servidores da Justiça Eleitoral que houverem

contribuído para que as eleições se realizem contra as determinações do Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1955.

Diclécio Duarte.

#### Justificação

Esta sugestão me foi feita pelo antigo Deputado José Augusto, um dos sacrificados no recente pleito realizado no Rio Grande do Norte, onde exerceu, durante cerca de cinquenta anos, os mais altos cargos administrativos e políticos, sendo incontestável o seu grande prestígio. Somente a fraude e a corrupção poderiam derrotá-lo. Aliás, a presente emenda repete a revolta do eminente socialista Alfredo Palácios, como muito bem acentua o ilustre político norte-riograndense, em relação à Argentina "aconselhando marcar com o selo da indignidade aos fraudadores do voto, para que as nossas instituições não continuem a ser deturpadas pelos falsários, pelos corruptores, para os que deveriam estar nas cadeias e (irrisão das costas) vão para as Câmaras Municipais, para a Assembleia Legislativa, para o Parlamento, para os Governos".

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1955.

Diclécio Duarte.

#### PARECER À EMENDA Nº 73

Pela rejeição. Incompatibilidades ou inelegibilidades, só as da Constituição Federal. Maiorias ocasionais, juizes que são da conveniência das medidas adotadas por meio de legislação ordinária, não podem arbitrar matéria dessa importância, vitalmente vinculada à sobrevivência e à independência das minorias. Seria uma arbitragem política de conseqüente apaixonada e suspeita. Poderíamos regredir à época das depurações, em que maiorias onipotentes e partidaristas se subrepunham ao soberano pronunciamento das urnas.

Só através de emenda constitucional o instituto da incompatibilidade e da inelegibilidade poderá ser ampliado. Providência essa, aliás, que necessita ser efetivada, inclusive para evitar que presidentes ou diretores de autarquias, de sociedades de economia mista, prefeitos até de capitais, com o poder de seus cargos e sem se afastarem deles, bem como às vezes, até a munificência perdulária do dinheiro do povo, concorram vito-



LP 82

riosamente às eleições.

Em alguns Estados já se diz que na respectiva representação há "cadeiras cativas", vinculadas a determinados cargos.

Mas não será por lei ordinária que se disciplinará validamente a espécie.



Redijam-se assim:

Art. 1.º — O escrivão eleitoral, recebendo do alistando, ou do Delegado de Partido, o requerimento de inscrição, com a letra e firma reconhecidas, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo art. 33 do Código Eleitoral e a prova de residência, dará recisão ao representante com especificação do dia, hora e número de ordem, registrando-o no livro competente e, depois de o autoar, o fará concluso ao juiz eleitoral que, dentro do prazo máximo de cinco (5) dias o despachará.

§ — Unico. Toda a vez que o requerente não juntar a prova de ter feito pelo menos o curso primário o juiz o submeterá a exame sumário para verificar se sabe ler e escrever.

Art. 3.º — Quinzenalmente, o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa onde houver, por conta da justiça eleitoral, ou por editais, a lista dos

pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, indeferidos e convertidos em diligência.

§ Unico Quando por falta de imprensa local a lista em apreço divulgar-se mediante edital, uma via da mesma será remetida a cada diretório municipal de partido regularmente registrado.

Art. 7.º — Deverão ser organizadas mesas receptoras leitorais nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive, leprosários, onde haja, pelo menos, cinquenta eleitores.

§ 1.º — Também se organizarão mesas receptoras em sítio ou fazenda, uma vez que isso melhor consulte aos interesses dos eleitores, em número, pelo menos de duzentos (200) quanto às suas residências e meios de transporte.

§ 2.º — Essas mesas receptoras só funcionarão com a garantia de força federal posta à sua disposição.

Art. 15. — O requerimento de segunda via de título eleitoral será escrito e assinado de próprio punho, com letra e firma reconhecidas, apresentado pessoalmente ao juiz, que, ocorrendo dúvidas sobre a identidade e capacidade do requerente, determinará as necessárias diligências para verificá-las.

Art. 19. — a) exibição do título de eleitoral e prova de identificação, se surgirem dúvidas a respeito.

Art. 34.º — Suprimam-se as palavras estadual ou municipal.

Art. 39 — Haverá em cada circunscrição, por grupo de vinte (20) zonas ou fração, um Juiz Corregedor e um Promotor da Justiça Eleitoral.

§ 1.º As atribuições dos Corregedores e Promotores serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servirem.

§ 2.º No desempenho de suas funções os Corregedores e Promotores se locomoverão para as zonas eleitorais, nos seguintes casos:

a) por determinação do Superior Tribunal ou do Tribunal Regional Eleitoral;

b) a pedido dos juizes eleitorais;

c) a requerimento de Partido deferido pelo Tribunal Regional;

d) sempre que entender necessário.

§ 3.º Os Corregedores e Promotores perceberão gratificações arbitradas pelo Superior Tribunal Eleitoral.

Acrescentem-se onde convier:

Art. — Constitui infração penal votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem.

Pena — detenção de um a dois anos. Parágrafo único. Considera-se inafiançável a incidência nessa infração.

Art. — (§ 3.º ao art. 91 do Código Eleitoral): Será nula a apuração de cada dia em que não se observarem rigorosamente as prescrições acima estabelecidas, cabendo ao juiz presidente da Junta a pena de suspensão disciplinar até sessenta (60) dias.

Justificação:

A nova redação do art. 1.º do projeto torna obrigatório:

a) o reconhecimento de letra e firma do alistando

b) que o mesmo, ou o Delegado de Partido, apresente o pedido de inscrição;

c) a prova de residência.

As exigências das letras a) e c) constam da tradição de nossas leis eleitorais e tornam-se imprescindíveis para evitar que os cabos eleitorais façam os pedidos de inscrição, em nome dos alistandos, e que pessoas de um município se qualifiquem em outro, como está se tornando hábito.

A entrega do requerimento em cartório deve ser feita pelo requerente, ou Delegado de Partido, a fim de fixar as responsabilidades, que decorrem do pedido, e facilitar as diligências, que se tornem necessárias.

Não podemos continuar a permitir a qualificação de analfabetos, quando a proibem expressamente a Carta Magna do país (art. 132, I) e o Código Eleitoral (art. 3.º a).

Estabelece a emenda uma presunção legal de saber ler e escrever para os que tenham feito, pelo menos, o curso primário: os demais ficam sujeitos à prova de capacidade.

O art. 3.º passa a redigir-se de forma a tornar clara a responsabilidade do pagamento das despesas da publicação da lista de eleitores, pois sem se dar recursos para atender às mesmas, será inócuo estabelecer a providência.

No parágrafo único obriga-se a remessa de uma via para cada diretório de partido, que assim, fica

habilitado aos recursos e reclamações necessárias à boa ordem dos trabalhos.

O projeto exclui as fazendas e sítios da localização de mesas receptoras, porque, de certo, quer afastar o perigo da influência dos "chefes" da zona rural e da insegurança ali reinante.

Reconhecemos a razão de ser do recelo, mas, como se trata de medida, que muito concorrerá para reduzir as despesas eleitorais, no que tange aos transportes, urge enfrentar o problema para resolvê-lo com a exigência aditiva constante da emenda: só funcionarão as mesas em propriedades rurais com a garantia da força federal.

## PARECER À EMENDA Nº 74

A Emenda nº 74 é pela sua realidade realmente substituída à boa parte do de a elaboração do ante-projeto, pelo Relatório discussão e votação da matéria pela Comissão tida a maioria das providências aventadas p

Consiga-se o eleitor votar, no interior, perto quanto possível for, de sua residência, e se terá reduzido, talvez à metade, as despesas tão vultosas, com o serviço de transporte, que sempre constitui objeto de soez explorações ao tempo dos pleitos.

A concessão da 2.ª via eleitoral, em alistamento viciadíssimo, como o que possuímos, deve ser cercada de medidas, que coibam as atividades do chamado "eleitorado fantasma".

Entrega do requerimento ao próprio juiz, identificação da letra e firma, possibilidade de serem feitas diligências para evitar que sirva de instrumento à fraude, tudo isso constitui objetivo da nova redação do art. 15.

O art. 19, a) contem um acréscimo a respeito da prova de identificação do eleitor, quando houver dúvida sobre a mesma. Está arraigado o hábito de mandar um indivíduo votar em nome de outro, se este não comparece, ou já faleceu. A falta de retrato no título, ou de outro meio que torne conhecido o eleitor através do título, requer que se estabeleçam todas as cautelas nesse tocante.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre direito eleitoral, mas, parecem-nos que não está no âmbito dessa atribuição estabelecer preceitos relativos ao funcionalismo estadual ou municipal. Daí a supressão de palavras, que propomos, quanto ao art. 34.

Não há maior necessidade, em matéria de organização dos serviços elei-

torais, do que dotá-los de um corpo de juizes próprios. Não sendo possível atender, agora, a essa justa aspiração, em vista do elevado montante das despesas que acarretaria, que ao menos se estabeleça um serviço de vigilante superintendência sobre as atividades nas diferentes zonas eleitorais, a fim de conter essa avalanche de fraude se irregularidades que reportam por toda a parte, abalando a confiança nas garantias aos sufrágios populares, em que se apoiam as instituições democráticas vigorantes no país.

Será essa a atribuição da Corregedoria, que propomos como uma sugestão, que nos parece digna de exame e acolhida por parte da douta Comissão Mista de Reforma Eleitoral.

Os artigos a acrescentar, ao projeto substitutivo, visam além de tornar inafiançável, elevar a penalidade de uma das mais comuns infrações em matéria eleitoral: o voto com título de ausente ou falecido.

Eis aí uma das formas mais em voga de fraudar o resultado das urnas.

Tenho conhecimento direto de casos em que um só eleitor votou dez vezes, com títulos alheios, porque os mesmos não continham indicações que possibilitassem verificar a identidade do portador.

O preceito final da presente emenda destina-se a acabar com a prática, profundamente prejudicial, de não se dar boletins, nem se registrar, por qualquer forma digna de crédito, o resultado das apurações diárias.

Foi esse sistema irregular, ilegal, que assegurou as alterações dos resultados das apurações, quando se tinham de elaborar os mapas registrados das mesmas.

Houve zonas eleitorais do interior, que somente após dois meses da apuração deram conhecimento aos Tribunais Regionais do resultado dos mapas! E quantos não foram alterados, ao sabor dos inescrupulosos, que abusavam da fraqueza de Juntas Eleitorais...

E' imprescindível uma rigorosa prescrição para evitar que perdure esse meio de deturpar o resultado dos sufrágios.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1955 — Alencar Araripe.



184  
\* 2 \*

tado Alencar Araripe.

Notadamente no que tange ao alistamento, que a partir de 1956 será feito de maneira diferente, nos termos do art. 40 do Substitutivo. E o do corrente ano está às vésperas do encerramento.

Há disposições na emenda análogas a existentes no Substitutivo. As razões aduzidas, concluem pela não aprovação da Emenda nº 74.

Este é o parecer.



Onde convier:

Art. — São instituídas, de acordo com o modelo n.º 1, anexo, cédulas oficiais de votação para as eleições de Presidente, Vice-Presidente da República, senadores e seus suplentes, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito.

§ 1.º — As cédulas conterão, além da designação da eleição, os nomes dos candidatos registrados, os quais serão precedidos por um espaço demarcado que servirá para o eleitor assinalar seu voto.

§ 2.º — O presidente da mesa, depois de rubricar as cédulas e a sobrecarta, as entregará ao eleitor que, passando à cabine indevassável, assinalará a tinta o nome do candidato de sua escolha. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará as cédulas na sobrecarta, fechando-a.

§ 3.º — Serão nulas as cédulas em que aparecerem assinalados nomes de candidatos em maior número do que os postos eletivos a serem preenchidos.

§ 4.º — A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior.

#### Justificação

O não acolhimento da cédula oficial no substitutivo da Comissão Mista não foi pacífico. No plenário da Câmara as opiniões se dividem sendo numerosos os Srs. Deputados que se inclinam pela adoção da iniciativa contida no anteprojeto da Justiça Eleitoral.

Nossa emenda visa uma fórmula de acomodação na qual, adotando-se a cédula oficial apenas para as eleições majoritárias, seriam conseguidas muitas das indiscutíveis vantagens da medida, sem os possíveis inconvenientes que os adversários da cédula oficial indicam nas eleições do sistema pro-

porcional, nas quais podem ser registrados centenas de candidatos. Estamos certos de que a nossa emenda, que será justificada com maior desenvolvimento da tribuna, oferece uma solução intermediária que poderá merecer o voto da maioria.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1955.  
— Afonso Arinos. — Aurelio Vianna.  
— Ernani Satiro.

Nota:

O modelo n.º 1 referido no texto da emenda é o mesmo que acompanha o avulso do projeto n.º 94-55.

#### PARECER À EMENDA Nº 75

A Comissão confirmou, na espécie, sua decisão anterior, tomada quando da elaboração do Substitutivo, contrária à instituição da cédula oficial. Os votos em separado documentam a posição dos partidos e dos componentes da Comissão na importante matéria. O Relator, a seguir, resumirá a fundamentação de seu parecer contrário à limitação da cédula oficial às eleições regidas pelo princípio majoritário.

1) — Pela preliminar de que às vésperas de uma eleição não se pode substituir elemento constitutivo e até institucional, como o



20  
Baptista

sistêma de votação. A tese sugere as considerações de oportunidade, que são o pressuposto da "ocasio legis".

A lei atual deve reger a eleição atual.

A tradição jurídica nacional é de que leis novas, da importância e das consequências da ora em causa, devam ter vigência progressiva ou anterior a sua publicação. É o "tempus vocationis", prudente e necessário intervalo para bom conhecimento da lei nova. A própria legislação eleitoral nos fornece exemplos disso.

A lei nº 2084, publicada em 12 de novembro de 1953, exigiu para 1º de janeiro de 1956 - mais de dois anos depois - a aposição da fotografia nos títulos. A justiça eleitoral, ao propor no artº 12 do projeto nº 94 que o alistamento se faça por "folhas individuais de votação", cautelosamente intervalou a vigência da inovação para 1º de janeiro de 1955. E na justificação está dito que pela "exiguidade de tempo", não "poderá ser executada antes das eleições de outubro de 1955". A cédula oficial deveria ter tido tratamento idêntico. Pela justificação do projeto nº 94, elaborado pela justiça eleitoral, vê-se que a maioria das fraudes e corrupções só serão extirpadas pela substituição dos títulos pelas "folhas individuais de votação". "É providência que, adotada, elimina do plano todas as fraudes praticadas em torno dos títulos eleitorais, como os relacionados sob os ns. 4, 5, 6, 7 e 8, desta justificação". Os que entendem que sem cédula oficial estarão irremediavelmente comprometidas as eleições de 3 de outubro, deveriam não se esquecer de que o novo alistamento, sob o sistema de "folha individual", não aproveitará a êsse pleito. E nada se diz a respeito. O que é correto é que as providências moralizadoras constantes do projeto nº 94, acrescidas às aduzidas no Substitutivo e nas emendas e sub-emendas aprovadas, farão com que o ilícito penal, mesmo sem cédula oficial e sem folha individual de votação, si viciar a representação política, o faça de manei-



L 187 3.

ra insubstancial. Porque esses dois institutos não terão o condão de canonizar nossas eleições contra todos os pecados e vícios eleitorais. Ao contrário: a cédula oficial aumentará a delinquência eleitoral, como "ex abundantia" o Relator demonstrou nos sucessivos pareceres sobre sua manifesta inconveniência, inclusive o que se poderá lêr ao pé da emenda nº 1. São estes, porém, argumentos "de meritis". A preliminar é a seguinte:- já nos encontramos, praticamente, no "período eleitoral", que por definição legal (artº 151, § 6º, do Código Eleitoral) começa, em todo País, três meses antes do pleito. Nesse "período eleitoral", a propaganda é cercada de garantia e facilidades, pois é a fase comicial da eleição, destinada a esclarecer o eleitorado, para que este decida e escolha bem.

Nenhuma outra preocupação poderá distrair dêsse dever, candidatos e sufragantes. É a lição dos doutrinadores, como por exemplo George Burdeau, no seu "Manual da Droit Constitutionnel": "Elle doit (la période électorale) être suffisamment longue pour que les candidats aient de temps de faire connaître leur programme e les électeurs celui de réfléchir". O Relator presta este depoimento. Na Capital da República e em São Paulo, depois de dois meses de amplos debates no Congresso, pela imprensa e pelo rádio, nos programas de televisão de que tem participado, a pergunta insistentemente formulada pelo público televinte, reconhecidamente culto e atualizado, é no sentido de que se explique o que seja "cédula oficial".

A hora, agora, é de elucidar a opinião pública nos comícios, pelo rádio, pela imprensa e pela televisão. E não na undécima hora confundí-la, senão surpreendê-la, no Congresso, com reformas políticas da profundidade da maioria absoluta, da supressão do cargo de Vice-Presidente da República, do Governo colegiado e da cédula oficial.

2)- Si se reconhece que a cédula oficial é incompassível com o sistema proporcionalista, tal como praticado entre nós, como



*entre nós, como* *Pureza 185 L* *1884.*  
adotá-la, principalmente circunscrita às eleições majoritárias? Na mesma eleição, coexistiram dois processos de votação radicalmente diferentes. Argumenta-se: isso, a 3 de outubro, não ocorrerá. Como não, si só em São Paulo cerca de 400 municípios renovarão suas câmaras, mobilizando aproximadamente dois milhões de eleitores? Depois, o Relator é refratário à legislação "ad rem" ou "ad personam", isso para não dizer "erga personam". Essa legislação de ocasião ou "à la minuta" nunca prova bem.

O pleito de 3 de outubro não será o último no País. Futuramente, a regra será a dos pleitos proporcionalistas. Si de antemão se reconhece que para estes a inovação é impraticável, de que adiantará insistir na mutilação do sistema?

Configura aberração da doutrina e da técnica legislativa a solução ambivalente, híbrida, com que se quer trincar o sistema de votação, que deve ser uno, uniforme. A adoção pura e simples da cédula oficial, pelo menos tem o mérito da coerência.

3)- Tem se dito que a oportunidade é rara para se testar a inovação. Seria uma experiência. Quando se proclama, com tanta ênfase, que a conjuntura social, financeira, econômica e política é de tal gravidade que até o direito natural dos partidos de terem candidatos próprios deva ser sacrificada, como submetê-la a teste ou experimentação? E se os resultados forem negativos? Quem arcará com as consequências da imprevidência, senão o regime e o País?

4)- A cédula oficial é parte da reforma, não é reforma. Limitada, como foi proposta, não passa, pois, de parte da parte. Não será por ela, exclusivamente, que se combaterá o eleitorado fantasma, o eleitor analfabeto, e estrangeiro ilegalmente inscrito, os títulos fictícios. Esse eleitorado continuaria votando da mesma maneira. Na realidade, na grande virtude, afirmam seus entusastas, será acabar com a oriminosa concentração de eleitores nos chamados "currais" ou "quartéis", para o "chapeamento" e sua posterior condução até à base da urna, sob fiscalização. Admitamos que isso seja exato. Porque minoria mínima, no total do eleitorado, assim age, iremos complicar para a maioria toda a votação, a ponto de embará-la, senão impedi-



la? O remédio será impedir a concentração. Nesse sentido foi apresentada sub-emenda pela Comissão. Nem seria preciso, pois o abuso tem remédio no próprio Código, nos ns. 16, 19, 20, 21 e, taxativamente, no nº 18, todos do artº 175. O que há é deficiência da fiscalização. Será absurdo suprimir o uso, por causa do abuso. Para acabar com a usura, acabar com o empréstimo. Para acabar com "os currais", acabar também com o sufrágio universal, em toda sua extensão e pureza constitucionais.

4)- Cada urna receberá, em média, 900 envelopes. As atuais não comportarão. Deverão ser 2 vêses maiores, dificultando transporte, depósito e guarda, depois das eleições. Não haverá tempo para serem feitas novas urnas.

5º)- Cada eleitor receberá de 2 a 5 cédulas-envelopes antes de votar. Deverá depositá-las todas na urna, depois de votar. Isso obrigará vigilância contínua, o que a prática tem revelado impossível. Se forem postas na urna cédulas a mais ou a menos, surgirá na apuração o sério problema da incoincidência entre votos e votantes, motivando complicações que podem acarretar até nulidade da votação.

6º)- As cédulas oficiais possibilitam:

a)- fraude anterior ao dia da eleição. Será entregue pelo menos 3 dias antes ao Presidente da Mesa que poderá: I) entregá-las aos cabos eleitorais; II)- Alegar perda, extravio ou roubo, para impedir a realização da eleição em determinada seção, onde seu adversário teria vantagem.

b)- fraude no dia da votação: entregar cédulas já assinaladas aos eleitores, notadamente aos que se venderam, cujo silêncio ou não protesto, quando as receberem, será a confirmação do negócio.

c)- fraude na apuração ou depois dela. Consistirá em assinalar cédulas em branco ou já assinaladas, neste último caso anulando-as. Os recursos de recontagem de votos tornar-se-ão inoperantes.

7º)- As cédulas oficiais devem ser remetidas em número exato para cada Presidente de Mesa; 400 eleitores, em média 1.200 cé-



L J<sup>90</sup> 6.

dulas. O excesso poderá ser desviado criminosamente. Mas o número exato não admite os casos de cédulas que devem ser inutilizadas por defeito de impressão, erro, engano ou borrão, quando o Presidente da Mesa assinar as sobrecartas, etc.

8ª)- Pelo Código Eleitoral, os candidatos podem ser registrados até 15 dias antes da eleição. O Substitutivo propõe 30 dias. É de natureza dos pleitos, que só com a aproximação dos mesmos, com o clima político gerado pela campanha e pela propaganda, se definam as situações, possibilitando alianças, etc. Principalmente para formação das chapas de deputados federais e estaduais. A regra, para as primeiras, é a aliança. Isso não permitirá que os partidos, muito antes, decidam sobre o registro dos respectivos candidatos aos cargos executivos e legislativos. Admitamos o prazo de 30 dias para registro, proposto pelo Substitutivo. Só depois dele esgotado a justiça eleitoral poderá mandar confeccionar as cédulas. Primeiro deverá haver tempo para impressão. Depois a remessa: a) do Tribunal Superior Eleitoral para os Tribunais Regionais Eleitorais do País; b)- de cada Tribunal Regional a cada juiz eleitoral do Estado; c)- do juiz eleitoral a cada Presidente de Mesa Receptora. É preciso que se medite se será suficiente o prazo de 30 dias, bem como no extravio ou na chegada após a eleição, dêsse material. Mandar imprimir nos Municípios essas cédulas terá estes inconvenientes:-a) a maioria deles estão desaparelhados para tal; b)- se as cédulas não forem uniformes, surgindo vários tipos delas, feitos pela própria Justiça eleitoral, em tipografias e lugares diferentes, os fraudadores disso se aproveitarão para impressão também de cédulas. Nas temporadas líricas, nos grandes jogos de futebol, apesar da complicada impressão dos ingressos, estes são falsificados.

9ª)- Os candidatos aos cargos do Executivo serão registrados 30 dias antes. As cédulas oficiais serão então impressas. E se desistirem, inclusive por motivo patriótico, para propiciar uniões? E se morrerem? E se o respectivo registro fôr cassado pela Justiça eleitoral, por serem inelegíveis, por exemplo? E se perderem os direi-

- tos políticos pela Super -



*Invença 170* *L* *191* *7.*

tos políticos, pela superveniência de condenação judicial, por exemplo? Até 10 dias antes do pleito (artº 49 do Código Eleitoral), qualquer candidato poderá requerer o cancelamento do seu registro. Como fazer, nesse e em outros casos semelhantes, se as cédulas são oficiais, já estão impressas, não poderão ser confeccionadas no lugar, até à máquina, como o regime atual admite?

10º)- Quando qualquer mesa receptora não se instala, os respectivos eleitores votarão na seção mais próxima (artº 71, § 4º, do Código Eleitoral). Aliás, o regime da cédula oficial ensejará que só o não comparecimento do Presidente da Mesa impedirá a instalação da mesma, pois a este foram confiadas as cédulas e sem estas a votação é impossível. Pelo sistema atual, essa ausência será automaticamente suprida pelo 1º ou pelo 2º mesário (artº 71). Seja como fôr, cabe a pergunta: como irão votar, sem cédulas, na mesma ou em outra seção? Responder-se-à seguramente: com o juiz eleitoral. Estes serão os inconvenientes se isso fôr admitido: a)- nem sempre será fácil localizar o juiz eleitoral. Poderá até estar em outro Município de sua zona eleitoral, em distrito ou seção eleitoral distante, inspecionando o pleito, ou mesmo atendendo à requisição de partido para restabelecer a ordem ameaçada ou subvertida por tumulto, conflito, etc.; b)- O Juiz eleitoral deverá ter estoque excedente de cédulas. Se o juiz fôr faccioso ou não guardar êsse material com a cautela devida, as cédulas excedentes entrarão a circular clandestinamente, notadamente manipuladas por escrivães eleitorais inescrupulosos. É o que acontece, atualmente, com os títulos assinados em branco pelos juizes eleitorais e criminosamente preenchidos com nomes fictícios. Assim se fabricou parte do eleitorado fantasma. Futuramente serão as "cédulas fantasmas".

11º)- Consequências da complicação do sistema, para o eleitor que não o entender:

a)- não votará. O voto em branco não significará mais protesto contra os candidatos disputantes. Será o protesto contra um



sistema de votação que torna inexequível para muitos o direito e o dever de votar.

b)- votará mal ou errado. A consequência será elevada percentagem de votos nulos.

c)- votará a esmo. Devido ao escasso tempo de que dispõe para votar, devendo em certos casos assinalar nomes e em outros votar em legendas, pelo sistema atual, se tiver dúvida ou estiver nervoso, o eleitor votará a esmo, a torto e a direito. Os pleitos passarão a ser influenciados por fatores aleatórios. Eleição será loteria.

12ª)- A cédula oficial não exclui nem impede o eleitor de votar, sendo pouco esclarecido, até o analfabeto, ilegalmente inscrito. Isso porque esse eleitor comparecerá para votar, mas votará errado ou lotêricamente, como já foi esclarecido. A norma deve ser: todo rigor e escrúpulo, para cumprimento da lei, no alistamento e tôda facilidade, para cumprimento do direito-dever de votar, na votação.

13ª)- A maioria, mesmo no sistema atual, vota bem, São honestas as duas maiorias: dos eleitores e dos políticos. Justo não é que a culpa de minoria que rouba, compra ou se vende, complique todo um sistema, para a maioria honesta, dificultando-lhe ou lhe impedindo o exercício do sufrágio. Os inocentes não devem pagar pelos pecadores. O que se deve é localizar e punir os delinquentes eleitorais. A justiça eleitoral esgarmentará muitos se exemplarmente punir alguns. A certeza da punição será eficaz arma no combate à fraude. O Substitutivo extirpará muitas das fraudes ora praticadas, sem a necessidade da adoção da cédula oficial, que substituirá erros antigos por novos.

14ª)- Consequência prática da cédula oficial: o eleitor sabe em quem quer votar; mas não sabe como votar, dada a complexidade do sistema.

15ª)- Erro capital da cédula oficial: ser incimpatível com o sistema misto, majoritário e proporcional, que rege as eleições no Brasil. Nos Estados Unidos o deputado é eleito por distrito. O



mesmo na Inglaterra. São poucos deputados em geral dois (do Partido Republicano ou Democrático ; do Partido Conservador ou Trabalhista) registrados e votados. Cada Partido registrará um. Sendo registrado para o distrito, porque nele tem prestígio, uma vez que já o representa, nele nasceu, nele mora, nele praticou muitos benefícios, o nome do candidato é muito conhecido. Diferente entre nós: o voto é circunscricional. Em São Paulo cerca de 1.500 candidatos postulam votos em Municípios até de 200 eleitores. Não há entre as nações civilizadas do mundo a que, tendo o sistema híbrido majoritário-proporcional, adote a cédula oficial, tal qual o projeto 94 a propõe. A cédula oficial não pode funcionar avulsa, escoteiro, desgarrada de pressupostos de que é consecutória, o principal deles o voto distrital.

16ª)- Em outros países, tudo se faz para facilitar a votação. Certos Estados da União Americana admitem que as cédulas contenham símbolos: o elefante, representando o Partido Republicano e o burro, o Partido Democrático. Na Itália, a mesma facilidade: a cruz simboliza o Partido Democrata Cristão e a foice e o martelo, o Partido Comunista. O que se quer no Brasil: ora o eleitor marca nomes, ora legendas, acompanhando-as de números, isso com 12 partidos disputantes e às vezes mais de mil candidatos.

17ª)- A cédula oficial aumentará muito os votos nulos: por haver incoincidência entre votos e votantes; por sinalização errada, etc. Haverá frequentemente necessidade de renovações de eleição.





Art. - São instituídas, de acôrdo com o modelo anexo, cédulas oficiais de votação para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, senadores e seus suplentes, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito.

§ 1º - As cédulas conterão, além da designação da eleição, os nomes dos candidatos registrados, os quais serão precedidos por um retângulo onde com uma cruz o eleitor assinalará o seu voto.

§ 2º - O presidente da mesa, depois de, sob pena de nulidade e responsabilidade (Cod. Eleitoral, art. 175, n. 21), rubricar as cédulas, as entregará ao eleitor, que, passando à cabine indevassável, assinalará a tinta o nome do candidato de sua escolha. A seguir, dobrará e colará as cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente da mesa corresponderem, em número, às que lhe foram entregues.

§ 3º - Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinalado mais de um candidato aos postos eletivos a serem preenchidos.

§ 4º - A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior.

§ 5º - As cédulas oficiais serão enviadas, em invólucro fechado, lacrado e rubricado pelo juiz, a ser aberto no início dos trabalhos, em número correspondente ao dos votantes da seção eleitoral; as não utilizadas ou inutilizadas por qualquer motivo, serão devolvidas, pela mesma forma, pelo presidente da mesa com os demais papéis da eleição, aplicando-lhe de ofício o juiz presidente da Junta Apuradora, por cédula não devolvida, a multa de mil cruzeiros, que será cobrada executivamente.

Onde convier:

Art. - O registro dos candidatos será feito, improrrogavelmente, até sessenta dias anteriores ao pleito.

Parágrafo único - A substituição de um candidato por outro só será permitida em se tratando de eleição pelo princípio majoritário, e em caso de falecimento do registrado, apurando-se





para o substituto, se já impressas as cédulas, os votos dados ao substituído.

*Comunicação ao Sr. Ministro*  
*do Interior*  
*de 15 de Maio de 1911*



N.º 76

Substitua-se o artigo 1.º pelo seguinte:

Art. 1.º — Para alistar-se deverá o requerente, de próprio punho, preencher em cartório, na presença do escrivão ou funcionário designado pelo Juiz, a fórmula impressa que lhe será fornecida — (modelo anexo) — exibindo, no ato, os documentos comprobatórios da sua identidade e residência e das suas declarações, fazendo a entrega de três retratos dimensão 3 x 4.

§ 1.º — O escrivão ou funcionário designado, depois de atestar, a seguir, ter sido a fórmula preenchida em sua presença, pelo próprio requerente, tomará a assinatura do mesmo na "fôlha individual de votação", e do pedido lhe dará o recibo.

§ 2.º — Deferido o pedido, o título a que se refere o § 2.º, do art. 40, será entregue mediante a apresentação do recibo mencionado no parágrafo anterior, ao próprio eleitor, ou a quem o apresente.

§ 3.º — Se indeferido o pedido, e não havendo recibo, será inutilizada, pelo cartório, a "fôlha individual de votação" com a assinatura do requerente.

§ 4.º — As certidões de registro de nascimento feito fora do prazo legal, na conformidade da legislação vigente só têm valor, para fins eleitorais, como prova de idade, após um ano da data do mesmo registro.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1955  
— Ernani Satiro.

Senhor Juiz Eleitoral

(nome por extenso do requerente)

, com ..... anos,

(estado civil)

(profissão)

nascido em ..... de ..... de 1 ....., em ..... (naturalidade) .....

filho de .....

e de .....

residente em .....

(localidade, rua e número)

requer a sua inscrição como eleitor, oferecendo o seguinte.....

..... documento ..... comprobatório ..... das suas declarações.

.....

.....

..... de ..... de 195..

(cidade)

(Assinatura do requerente)

Atesto que a presente fórmula foi preenchida, em minha presença, e do próprio punho, pelo requerente. Data supra.

O Escrivão,

.....

Estado de ..... Zona Eleitoral

.....

(nome do alistando)

fez entrega nesta data do seu pedido de inscrição como eleitor. O seu título será entregue mediante a apresentação deste, oportunamente.

..... de ..... de 195..

Escrivão

PARECER À EMENDA Nº 76

Pela rejeição. O alistamento que exige, entre outros documentos, fotografia, é o do art. 40 e não o do art. 1º do Substitutivo.



SP 195

12

Art.

E' instituída a cédula oficial de votação, de acôrdo com os modelos anexos, confeccionadas em papel opaco, e em côres diferentes para cada eleição quando realizada mais de uma simultaneamente.

§ 1.º — Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas, além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos registrados (Mod. I); e nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembléias Le-

gislativas, e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito. (Mod. II).

§ 2.º — Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, mediante sorteio, para o efeito da votação (§ 3.º).

§ 3.º — Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas, por êle e pelos mesários rubricadas no ato, sob pena de nulidade e responsabilidade — (Código Eleitoral, 175, n.º 21) —, o eleitor passará à cabine indevassável, onde, à tinta, as-

sinalará, no retângulo correspondente: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X), o nome do candidato de sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, de forma idêntica, o partido ou legenda de sua preferência, podendo substituir a cruz (X), pelo número de ordem do seu candidato, caso em que o voto será contado, também, para o partido ou legenda. A seguir dobrará e colará a cédula, ou cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente da mesa, corresponderem, em número e cores, às que lhe foram entregues.

§ 4.º — Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinalada mais de uma

legenda, ou mais de um candidato partido diferente.

§ 5.º — As cédulas oficiais serão enviadas, em invólucro fechado, lacrado e rubricado pelo juiz, a ser aberto no início dos trabalhos, em número correspondente aos dos votantes da seção eleitoral; as não utilizadas ou inutilizadas por qualquer motivo, pela mesma forma, serão devolvidas pelo presidente da mesa, com os demais papeis da eleição, aplicando-se de officio, por cédula não devolvida, a multa de mil irzeiros, robrada executivamente.

S.S., 27-5-955. — Ernani Sattro.

Feitor

PARA

☐☐☐☐☐☐

PARA

☐☐☐☐☐☐

(Mod. I)



196

*L*

PRESIDENTE

MESÁRIO

MESÁRIO

Modelo I — Verso

PARA

Partidos ou Legendas

VOTO

	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>

(Mod. II)



L

197

PRESIDENTE

MESÁRIO

MESÁRIO

Modelo II — Verso

PARECER À EMENDA Nº 77

Rejeitada, pelas mesmas razões aduzidas nos pareceres à emenda nº 1. A atual emenda reedita a de nº 1, com pequenas modificações, exceto o § 5º. Está assim prejudicada pela Emenda nº 1, não aprovada pela Comissão.



N.º 78

Art. 1.º .....  
Parágrafo único — As certidões de registro de nascimento feito fora do prazo legal, na conformidade da legislação vigente, só terão valor, para fins eleitorais, como prova de idade, após um ano da data do mesmo registro.

Ernani Satiro

PARECER À EMENDA Nº 78

Pela rejeição, nos termos do Parecer à Emenda nº 17, versando matéria semelhante.

AL.



139

X

N.º 79

Art. 7.º E' instituída a cédula oficial de votação, de acôrdo com os modelos anexos, confeccionadas em papel opaco, e em côres diferentes para cada eleição quando realizada mais de uma simultâneamente.

Ernani Satiro

PARECER À EMENDA Nº 79

Rejeitada, pelas razões aduzidas no parecer à emenda nº 1 e à emenda nº 77, de cujo artigo inicial é transcrição. Prejudicada pela rejeição das emendas nº 1 e 77.



200

X N.º 80  
§ 2.º — Os candidatos nas eleições  
a que se refere a segunda parte do  
parágrafo anterior, serão registrados  
por ordem numérica, mediante sorteio,  
para o efeito da votação. (§ 3.º).

Ernani Satiro

PARECER À EMENDA Nº 80

Pela rejeição, por estar prejudicada pela  
não adoção da cédula oficial, à qual é emenda aditiva.  
A queda do principal arrastou os acessórios ou comple-  
mentares, entre eles a emenda nº 80.



## N.º 81

§ 3.º — Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas, por ele rubricadas no ato sob pena de nulidade e responsabilidade (Cód. Eleit., art. 175, n.º 21), o eleitor passará a cabine indevassável onde assinalará a tinta: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X) o nome do candidato da sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, dobrará e colará a cédula ou cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente corresponderem, em número e cores, às que lhe foram entregues.

*Ernani Satiro*

*Justificação*

Estas emendas foram sugeridas pelo Ministro Edgar Costa, no pressuposto de ser adotada a cédula oficial, e para melhorar, não só a redação como a própria instituição do sistema.

PARECER À EMENDA Nº 81

Pela rejeição, por estar prejudicada, uma vez que não foi aceita a cédula oficial.



§ 1. — A violação do disposto neste artigo constitui infração penal punida com as penas do art. 175 n.º 20 do Código Eleitoral, nelas incorrendo quem proporciona o transporte, o eleitor transportado e o agente transportador.

§ 2.º — Além da pena criminal prevista no parágrafo anterior, a violação deste artigo importará:

1) se transgressor o candidato, na anulação dos votos que obteve no local do fato;

2) se transgressor o Partido, na anulação dos votos obtidos por todos os seus candidatos no local da transgressão.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Benedicto Vaz.*

#### Justificação

Se realmente se quer acabar com a corrupção eleitoral, extingue-se o transporte de eleitores pelos Partidos e pelos candidatos. Porque, no transporte, decisivo é o fator *dinheiro*. Quem tem mais dinheiro, ganha vantagem, ganha mais votos.

Pedro Dantas, cronista parlamentar do "Diário Carioca", descreveu bem essa corrupção na edição de 23 de outubro do ano passado, sob o título "Despesas Eleitorais". Escreveu ele:

"Entretanto, nunca houve exemplo de corrupção eleitoral como os que se têm registrado nos últimos pleitos. A situação a que chegamos é uma vergonha e tem suscitado um clamor geral contra o poder político do dinheiro em nossas eleições. Nesta parte, o voto secreto falhou, incapaz de evitar o suborno".

E, mais adiante:

"Que mais se gasta, como despesa forçada, numa eleição? No interior, o transporte dos eleitores. O eleitor sabe que seu voto é disputado: exige condução, exige alimentação, calçado e roupas, senão deixa de comparecer. Aqui pertinho, em Friburgo, informamos um amigo que lá votou — o Partido ... (ou seus candidatos) alugou 50 carros de praça para o transporte do eleitorado, a quatro mil cruzeiros por unidade. O Partido trouxe apenas três ou quatro, a mil e oitocentos. O pessoal vem controlando, cédulas no bolso, segregados de qualquer contato espúrio. Em certas zonas, ficam recolhidos a locais de concentração, sob custódia".

São os célebres "currais", "viveiros" ou "quartéis" ...

E conclui o brilhante jornalista: "O essencial parece que é proibir o transporte a expensas do interessado".

Também assim pensamos. Ou acabamos de uma vez com esse câncer ou então qualquer reforma eleitoral será platônica. Apenas mais um paliativo para responder ao crescente clamor contra a corrupção, o suborno e a fraude eleitoral.

Alega-se que, sem transporte gratuito dado pelos Partidos, o eleitor rural não comparecerá.

Respondemos que a causa do comparecimento não é o transporte oferecido pelos Partidos. Prova disso, é que o eleitorado urbano também não comparece em grande número. Nas eleições municipais de São Paulo, havidas ontem, 22 de maio, dizem as primeiras notícias que a abstenção foi superior a 50%. Por que não compareceu? Falta de transporte? Absolutamente. Não compareceu porque o voto não é realmente obrigatório, porque não há praticamente nenhuma sanção contra os faltosos.

Por outro lado, o habitante da zona rural costuma vir à cidade para suas necessidades normais, nos dias de festas, a suas próprias expensas. Se não vem para votar é que não é obrigado a isso.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955. — *Benedicto Vaz.*

N.º 82

Acrescente-se um artigo com a seguinte redação:

Art. .... — É defeso aos Partidos e aos candidatos, por si ou por interposta pessoa, fazer ou pagar o transporte de eleitores antes, durante ou depois das eleições.

#### PARECER À EMENDA Nº 82

Várias emendas foram oferecidas no sentido de ir radicalar a experiência tem evidenciado. Principalmente as concentrações em "viveiros" ou "currais" e o fornecimento gratuito de alimentação e transporte. Repita-se o que já foi dito aqui várias vezes: a parte punitiva do Código Eleitoral tem sido letra morta. Os eleitores os partidos e as autoridades judiciárias têm, de fato, revogado essa legislação penal. A lei, por si só, mecânica ou automaticamente, não se realiza. Ela não tem olhos para ver e provar a fraude e a corrupção.

Não têm mãos para apanhar o delinquente eleitoral pelo gasganete e trancafiá-lo no xadrês. Quem já foi multado por não haver votado neste País? E a pena está no art. 175, nº 2, do Código Eleitoral.



Impedir ou embaraçar o sufrágio é punido pelo art. 175, nº 16. Não tem passado isso de norma meramente de claratória pela inaplicabilidade

O nº 18 do mesmo 175 prende por 15 dias a dois meses quem troque, arrebate ou inutilize cédulas do eleitor. Não é para isso que se fazem os "currais"? O nº 19 também encarcера agora por 6 meses a dois anos, quem viole ou tente - basta a tentativa, pois! - o sigilo do voto. Não é isso precisamente que se faz nas concentrações de eleitores, revistando-os, rasgando-lhes as cédulas?

As penas aí estão, mas os "currais" igualmente sem que seus promotores sejam castigados.

Que dizer, então do nº 20, do art. 175?

A corrupção seria golpeada rudemente si fosse respeitada. Bastará lê-lo;

"Oferecer, prometer, solicitar ou receber dinheiro, dádiva ou qualquer vantagem para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção.

Pena: detenção de seis meses a dois anos"

Embora profetizando seu melancólico destino, o Relator apresentará subemenda aproveitando sugestões constantes das Emendas ns. 8a., 128, 143, e 146, naquilo que diga respeito à proibição de fornecimento gratuito de alimentação, transporte, bem como a concentração de eleitores. Receia que será, sua subemenda, inofensivo leão de tapete ou canhão de museu, que assustam distraídos e só tem efeito ornamental.

#### SUBEMENDA

"É vedado promover, no dia da eleição, com o fim de impedir, embaraçar ou fraudar o exercício do sufrágio, a concentração de eleitores, sob qualquer forma, e o fornecimento gratuito de alimento e transporte coletivo

Pena: detenção de 6 meses a dois anos".



As demais medidas aventadas nas emendas ns. 82, 128, 143 e 146, ou estão prejudicadas por constarem do Código Eleitoral, do Substitutivo ou de emendas aprovadas, ou não de vem ser aceitas, pelo menos na presente oportunidade, por não exibirem a característica de emergência, vinculada ao pleito de 3 de outubro próximo.



## Emenda n.º

Substituam-se o art. 23 e seu parágrafo único pelos seguintes dispositivos:

Art. 23. O eleitor que deixar de votar, ou o membro da mesa que não comparecer, incorrerá na multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$ 1.000,00, imposta pelo Juiz, pelo simples fato do não comparecimento, independentemente de qualquer processo, à simples vista da relação de faltosos enviada pelo presidente da mesma eleitoral juntamente com os papéis da eleição.

Parágrafo único — O faltoso se eximirá da pena provando justa causa até 60 dias após a eleição.

Art. Apurada a eleição, o juiz enviará ao representante da Fazenda Nacional na Comarca certidão por ele rubricada contendo a relação dos

faltosos para ser inscrita e que valerá como título de dívida líquida e certa.

Art. Os funcionários públicos federais, estaduais e municipais, inclusive os das autarquias e das sociedades de economia mista, não poderão praticar ato algum sem que o interessado exiba previamente a prova de que votou na última eleição ou, não tendo votado, de que pagou a respectiva multa ou obteve do juiz o documento de isenção previsto no Art.

§ 1.º Os instrumentos referentes a esses atos mencionarão expressamente o documento exibido, sob pena de nulidade.

§ 2.º O funcionário que não cumprir o dispositivo deste artigo incorrerá nas penas do art. 175, n.º 15 do Código Eleitoral.

§ 3.º Para os efeitos desta lei, considerará-se funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função pública, embora transitoriamente ou sem remuneração dos cofres públicos.

## Justificação

A emenda tem os seguintes objetivos:

1) Tornar real a obrigatoriedade do voto. O projeto pretendeu atingir o mesmo objetivo mas, data venia, o fez de maneira incompleta. É que o projeto preferiu ser casuístico. Por isso mesmo, omisso. Da maneira como está redigido, o projeto quase que só atinge o funcionalismo público e o das sociedades de economia mista, os participantes de concorrência pública aberta pelas pessoas jurídicas de direito público interno (excluídas as autarquias, sociedades de economia mista), os mutuários dos estabelecimentos de crédito do Governo. Isto seria uma restrição odiosa, que pesaria unicamente sobre alguns milhares, enquanto que milhões de eleitores, a imensa maioria, ficaria desobrigada praticamente, isto é, sem sanção.

2) Fazer do título de eleitor um documento realmente valioso, imprescindível à vida do cidadão. Para praticar qualquer ato da sua vida civil o interessado terá que provar sua qualidade de eleitor. Mais do que isso, terá que provar sua quitação eleitoral. Isto implicará em se ter obrigado o eleitor a votar, ou a pagar a multa, sem necessidade de qualquer ação judicial. O eleitor pagará a multa para poder praticar o ato que lhe interessa (vender ou comprar imóvel, casar, pagar impostos, registrar filho, etc.).

A situação se inverterá: em vez dos Partidos e candidatos estarem procurando cidadãos para alistar, estes é que terão o máximo interesse em ser eleitores porque, sem isso, não poderão praticar qualquer ato da sua vida civil.

3) Efetivar as sanções contra os faltosos. Como a Justiça é impotente para punir os faltosos pelo sistema da lei atual, cada vez se alastra mais o abstencionismo (30, 40 60% de não comparecimento). E os que não cumprem seus deveres cívicos ficam no mesmo pé de igualdade dos que os cumpre rigorosamente. Pelo sistema proposto não há alternativa: atingidos os 18 anos, o cidadão é forçado a se alistar e a votar.

4) Acabar com a burocracia judiciária. A maioria de milhões de eleitores faltosos (30, 40, 60% m. cada eleição) tem ficado impune porque a lei atual se revelou inaplicável. De fato, não é possível à Justiça, em cada eleição, promover vários milhões de processos criminais contra os faltosos, com citações, editais, interrogatórios, audiência de instrução, defesas, arrazoados, sentenças, recursos para os Tribunais (isto em cada caso), com despesas (custas) em cada processo muitíssimo superiores ao valor da multa para, depois de passada em julgado a sentença condenatória, recomenciar-se a via-crucis judiciária para cobrança executiva da multa imposta. Isto é impraticável. Por isso, a lei é morta e nunca pode ser aplicada.

O dispositivo que se propõe elimina os processos criminais e os executivos para cobrança da multa, porque o faltoso terá que pagá-la para poder praticar os atos da vida civil.

O dispositivo da aplicação automática da multa foi inspirado no Código de Processo Penal quando regula a formação do Tribunal do Júri. Diz de Processos Penal quando regula a seguinte o § 1.º do art. 413 do Código de Processo Penal:

“O jurado incorrerá em multa pelo simples fato de não comparecimento, independentemente de ato do Presidente ou termo special”.

Não se diga, pois, que não há precedente.

Por outro lado, a questão da efetivação da obrigatoriedade do voto tem preocupado os nossos legisladores. Alguns projetos foram apresentados com esse objetivo.

Assim é que, em 15 de março de 1954, o então deputado Alberto Deodato apresentava o projeto n.º 4.179,

que continha dispositivo semelhante ao ora proposto. Assim o projecto dizia: “... diminui as despesas eleitorais porque o eleitor comparecerá de qualquer modo, sem as exigências de transporte, alimento e dádivas. É um dique à corrupção”.

Isto é uma verdade. Atualmente, o voto é obrigatório apenas no papel. De fato, ele é voluntário. Sendo voluntário (praticamente, não há sanção), o comparecimento e o voto constituem uma espécie de favor aos Partidos e aos candidatos. Daí, a corrupção. Quem tiver mais dinheiro e puder proporcionar melhor transporte, melhor alimentação, roupas, calçados, etc., este terá o voto.

Finalmente, o art. 327 do Código Penal inspirou o § 3.º do último artigo proposto, que define o funcionário público, para os efeitos da lei.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955. — *Benedicto Vaz.*

## PARECER À EMENDA Nº 83

Pela rejeição. Em verdade prejudicada, uma vez que a quase totalidade dos seus preceitos já se contém no Substitutivo, notadamente nos artigos 23, 24, 25 e 26.

Quanto à abstenção, para combatê-la, além da multa, o



Substitutivo relacionou os atos da vida civil e profissional que exigem a quitação com o dever de votar. A emenda nº 83, no particular, é extensiva em demasia. "Ato algum", diz ela, sem a prova de que o interessado votou, será praticado pelos funcionários federais, estaduais e municipais. Mesmo os atos mais singelos seriam colhidos na latitude absoluta da interdição. Nem a prova de identidade é sempre exigida com tal amplitude.

Como se trata de matéria penal, de interpretação restrita, norteadas pela "odiosa restringenda", o acertado será a enumeração taxativa ou a explicitação casuística.

É o que fez o Substitutivo nos arts. 23, 24 e 25.

Pela rejeição, pois.



Acrescente-se o seguinte artigo:  
"É vedada a ocupação ou utilização, a qualquer título, no todo ou em parte, de próprio pertencente ao patrimônio público, inclusive de autarquias e sociedades de economia mista, por partidos políticos ou organizações de caráter político."

Parágrafo único. O disposto no artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada de autoridade pública, representante partidário ou de qualquer eleitor.

#### Justificação

É rigorosamente necessária a adoção do preceito proposto, para evitar a influência do poder público em favor de determinado partido ou organização de caráter político, como comitê, centro cívico, escritório eleitoral, etc.

Principalmente no interior do país, onde as autoridades administrativas usam de arbítrio para pressionar o corpo eleitoral, é de grande efeito, para subverter a vontade deste, o conhecimento, através da utilização de bens públicos, como veículos, salas concedidas ou alugadas, de que determinado partido ou entidade a ele vinculada goza da proteção ou simpatia do Governo.

A aprovação da emenda colocará em igualdade de situação todas as organizações partidárias, em seu trabalho de proselitismos das massas populares.

Salas das Sessões, 27 de maio de 1955. — Tarso Dutra.

#### PARECER À EMENDA Nº 81, COM SUBEMENDA

Pela aprovação. São evidentes os intuitos moralizadores da emenda. Há malversações na utilização de próprios públicos, principalmente por parte de candidatos que, sem se afastarem de altos cargos ou funções, disputam postos eletivos. Há denúncias de repartições públicas transformadas em escritórios políticos, comitês, centros cívicos ou "bureaux" eleitorais, integralmente custeados pelo Estado, inclusive telefones, funcionários, automóveis, caminhões, papel, envelopes, etc. É preciso acabar com isso. E a bem lançada emenda Tarso Dutra mostra como.

Contudo, ela precisa ser modificada, pois poderá ensejar dificuldades inúteis e até injustiças. Exemplo: um candidato ou partido aluga dependência ou sala de um prédio pertencente ao patrimônio público, ou mesmo todo ele. Desde que o seja pelas normas uniformes, certificadoras de inexistência de burla ou protecionismo, nenhum mal há. Se um comitê ou escritório eleitoral se instala em uma sala do Edifício "A Noite", por exemplo, isso não consistirá abuso a ser coibido.

Há prédios pertencentes ao Estado, cuja destinação poderá ser a locação, notadamente os incorporados ao patrimônio público. Se determinada pessoa aluga sala em um edifício nessas condi-



ções e posteriormente se faz candidato, pelos termos originários da emenda Tarso Dutra, dela não poderá se servir na sua campanha.

De outro lado, poderá ocorrer que o prédio ou dependência seja alugado pelo poder público. Poderá ser utilizado para fins políticos? Evidentemente não. Aprovada em seus próprios termos, a emenda 84, semelhante abuso continuaria possível.

Se se quiser evitar que a título gracioso ou a preço vil, próprios do Estado sejam ocupados por Partidos, ao invés da vedação drástica, dever-se-á exigir a cláusula do aluguel obedecer a normas uniformes. É a terminologia e o critério intermediário consagrado no art. 48, inciso I, letra "a", da Constituição Federal.

A emenda 84 deverá ser aproveitada através da seguinte subemenda:

"Art. O serviço público de qualquer repartição, federal, estadual, municipal, autárquica ou de sociedade de economia mista, inclusive o respectivo prédio e suas dependências, não poderá ser utilizado para beneficiar partido ou organizações de caráter político".

Parágrafo único. O disposto neste artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada de autoridade pública, representante partidário ou de qualquer eleitor.



N.º 85

Onde convier :

Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargo de representação proporcional, a votação só será dada às legendas e não mais aos candidatos.

*Nelson Omegna.*

*L*  
*Barbosa*  
*150*

PARECER À EMENDA Nº 85

Pela rejeição. A rigor prejudicada, pois o art. 27 do Substitutivo disciplina a matéria. Nas eleições suplementares o voto só será apurado para a legenda, não mais para qualquer candidato. Esse o efeito do premencionado art. 27.

Ainda que o eleitor vote no candidato, a apuração só o validará para a respectiva legenda.



LB

210

N.º 86

Art. ... Os partidos, ao fazer o registro no T. R. E. para cargos de representação proporcional, poderão, pelas convenções estaduais, designar candidatos preferenciais por Comarca.

Parágrafo único. Aos candidatos preferenciais serão atribuídos os votos dados só à legenda, nas sessões das Comarcas designadas pelos Partidos.

Nelson Omegna.

PARECER À EMENDA Nº 86

Pela rejeição, pela preliminar de inoportunidade na lei de emergência que ora se quer elaborar. A Comissão Mista, por determinação da Resolução nº 8, circunscreve-se às providências necessárias e relacionadas com o pleito de 3 de outubro próximo. A emenda focaliza a representação proporcional principalmente com respeito aos deputados, os quais não concorrerão no vizinho pleito. A matéria deverá ser decidida em reforma posterior da legislação eleitoral. Sua importância e complexidade demandam interior e meticoloso exame.

Admite-se que a emenda nº 86 consubstancia medida fortalecedora dos partidos. A rejeição é aconselhada por razões de preliminar, exclusivamente.



Art. ... As estações de rádio-difusão irradiarão gratuitamente durante uma hora por dia e durante dois meses antes de cada pleito um programa organizado pelos Juizes Eleitorais para a divulgação de instruções sobre o pleito e notícias oferecidas pelos diretórios municipais dos diferentes partidos sobre os candidatos.

PARECER À EMENDA Nº 87, COM SUB-EMENDAS

Pela aprovação, com as seguintes sub-emendas:

- 1ª) - Onde está "uma hora por dia" escreva-se "meia hora por dia"
- 2ª) - Após "sobre o pleito" acrescente-se "inclusive data, horário e local onde se realizar os comícios, bem como os partidos que os promovem".
- 3ª) - Onde está "pelos Juizes Eleitorais" diga-se "pela justiça eleitoral".

A emenda Nelson Omegna consolida juridicamente situação de fato. Além disso, amplia a Comissão já ordenada pelo nº 8, do art. 129, do Código Eleitoral.

As emissoras, via de regra, já oferecem sua patriótica cooperação na obra necessária de divulgação dos atos e instruções da Justiça Eleitoral. São elas comissionárias de serviços públicos pelo poder público, que poderá determinar sua atuação a favor da coletividade, como é o caso. Razões da sub-emenda:

1a.) - Meia hora parece suficiente. Principalmente no rádio e sendo diária. Pondere-se ainda, que, em muitos municípios como nas Capitais, há duas ou mais emissoras, multiplicando-se o tempo por essa forma. No interior, o serviço eleitoral é correspondentemente menor.

2a.) - É necessário circunscrever a publicidade aos atos da justiça eleitoral e não aos dos diretórios. Estes já têm feito preponderantemente partidário. Poderia dar margens a abusos: ou dos diretórios, pretendendo a difusão até de "slogans" de seus candidatos; ou de autoridades faciosas, interferindo também aqui com critérios de preferências. Além do mais, colocaria a justiça eleitoral em causa, em assunto tão delicado, devendo fixar difíceis, sinão impossíveis, pressupos



Magalhães  
1955

213

N.º 88  
Art. ... Nenhuma estação radio-  
difusão ou jornal poderá cobrar para  
publicidade eleitoral preços maiores  
que os fixados em suas tabelas, seis  
meses antes do pleito, para a pro-  
paganda comercial.  
Sala das Sessões, 27 de maio de  
1955. — Nelson Omega.

PARECER À EMENDA Nº 88

Pela rejeição.

O nobre deputado Nelson Omega focaliza em sua emenda um dos setores mais pressionados pelo poder econômico. Realmente, não é só o monopólio de transporte que a candidatura reca mobiliza para destroçar a candidatura pobre. É também, praticamente, o monopólio da propaganda. Inflaciona-se o mercado de preços, elevando o custo da publicidade e níveis vertiginosos. A matéria, contudo, deverá ser disciplinada com a máxima cautela, como toda aquela que exhibe, como é o seu caso, teor intervencionista do Estado no terreno contratual da livre convenção, maximé quando uma das partes é a imprensa ou o rádio. Em conclusão: o assunto deverá ser decidido na oportunidade de reforma posterior da lei eleitoral. Para o pleito que se avizinha muitos candidatos ou partidos já firmaram contratos de publicidade. Estes valem como lei entre as partes, são atos perfeitos e acabados. A disposição que agora se quer editar não poderá retrotrair, para revogá-los. Isso criaria, na atual emergência, o regime inconstitucional de tratamento desigual frente à lei. Argumenta-se, por fim, que o art. 130 do Código Eleitoral determina seja igual para todos a tabela de publicidade.

Pela rejeição, pela preliminar de inoportunidade na reforma de emergência, exclusivamente.



tos de deferimento nêsses pedidos dos partidos, afim de evitar tratamento desigual. Essas e outras inconveniências aconselham a exclusão.

3a.) - Os comícios só se realizam depois de autorizados. Interessa à democracia que o povo neles se esclareça ou oriente. A justiça eleitoral imparcialmente e com seguros elementos objetivos cooperará, através da divulgação, para a boa realização dessas assembléias populares.

4a.) - Referir. à justiça eleitoral e não a juizes eleitorais.



B 219

N.º 89

Acrescente-se onde convier:  
Artigo. ... Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula-sobre-carta para a eleição majoritária, ou cédulas-sobrecartas para as eleições proporcionais, em diferentes cores, todas por ele devidamente rubricadas no anverso, sob pena de nulidade, o eleitor passará à cabine in-

devassável, onde assinalará a tinta:  
a) nas eleições majoritárias com uma cruz (x) o nome do candidato de sua escolha;

b) nas eleições proporcionais por forma idêntica, o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, ainda no gabinete indevassável, fechará a cédula sobre-carta ou cédulas sobre-cartas, depositando-as, em seguida, uma em cada urna distinta, tantas quantas forem as eleições.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1955. — Yukishigue Tamura.

PARECER À EMENDA Nº 89

Pela rejeição, uma vez que está prejudicada pela não aceitação a cédula oficial.

JS.



L 215-

N.º 90

Onde convier:

Art. ... Todas as despesas do alistamento eleitoral, de organização de mesas e de apurações de eleição correrão à conta da Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. Correrão também à conta da Justiça Eleitoral as despesas de transporte e alimentação do eleitor nos distritos rurais.

Sala das Sessões, 27 de maio de 1955. — *Nestor Duarte*. — *Raimundo Padilha*. — *Nelson Omegna*.

PARECER À EMENDA Nº 90

~~Parecer~~ contrário pelas razões aduzidas no parecer à emenda nº 24. A alimentação e o transporte gratuito dos eleitores foram proibidos na Sub-emenda oferecida à emenda nº 82.

JS.



N.º 91

Acrescente-se, onde for oportuno, o seguinte:

Art. ... Os Juizes Eleitorais designarão dias especiais para Audiência de Qualificação, notificando às Direções dos Diretórios Partidários, que, por seu Delegado, fiscalizarão as mesmas, podendo interpor os recursos previstos pelo Código.

§ 1.º A medida que o serviço o exigir, as audiências de qualificação eleitoral poderão ser marcadas para outros dias da semana, inclusive feriados e domingos;

§ 2.º No interesse público os Juizes Eleitorais designarão audiências de qualificação eleitoral nas sedes dos Distritos e povoações do interior de suas Comarcas; notificando previamente as Direções Partidárias;

§ 3.º Os requerimentos de inscrição eleitoral serão entregues pessoalmente ao Juiz, em audiência, ou fora desta, em Cartório — pelos próprios interessados — com a documentação exigida e duas fotografias;

§ 4.º O Juiz presidente da audiência receberá os requerimentos despachando-os de imediato ou determinando o cumprimento de exigências porventura não observadas e,

em seguida, expedirá o Título Eleitoral, que será assinado na sua presença e entregue ao interessado, no qual constará a Seção em que deve votar e a fotografia autenticada pela sua rubrica;

§ 5.º Das audiências de Qualificação Eleitoral: o Escrivão respectivo lavrará ata na qual conste o resumo dos trabalhos e serão subscritas pelos Delegados de Partidos presentes;

§ 6.º Os requerimentos de qualificação eleitoral entregues em Cartório serão, na forma da legislação, despachados pelo Juiz, que os anunciará na primeira audiência de qualificação.

Art. ... Fica proibido aos Partidos por seus Diretórios, encarregados, delegados ou mesmo candidatos a postos eletivos, promoverem o transporte e concentração de eleitores nas vésperas ou no dia das eleições, através dos chamados "Mangueirões", "Viveres", "cural", "quartel" ou "cocho", constituindo a violação deste dispositivo Fraude Eleitoral punível com multa de Cr\$ 5.000,00 a ..... Cr\$ 10.000,00 (cinco a dez mil cruzeiros), cobrável executivamente, destituição dos Diretórios responsáveis e prisão de 1 a 3 meses.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1955. — Divonsir Côrtes.

### PARECER À EMENDA Nº 91

Pela rejeição.

As modificações propostas pelo nobre autor da emenda, elas avultando a designação de dias especiais para audiência de qualificação, introduzirão alteração substancial no sistema de qualificação.

Receia o relator até pela constitucionalidade da medida, pois parece invadir área privativa ou doméstica do Judiciário, culnerando, assim, o art. 97 da Constituição Federal.

Não parece ao relator conveniente a inovação. Ela tem por objetivo precípuo possibilitar a fiscalização da qualificação pelos partidos. Mas o Substitutivo introduziu medidas nesse mesmo sentido, que salvaguardarão contra a fraude o alistamento, desde que delas os partidos se disponham a se servir.

Quanto a parte da emenda referente à proibição de transporte e concentração de eleitores, a emenda está prejudicada pela decisão da Comissão sobre outras semelhantes, consubstanciada na Sub-emenda que apresentou à emenda nº 82.



N.º 92

Acrescente-se onde convier:

"Art. — Em nenhuma hipótese se compreenderá no poder regulamentar atribuído ao Tribunal Superior Eleitoral o de estabelecer casos de inelegibilidade além dos provistos na Constituição Federal".

*Justificações*

Por ocasião das últimas eleições o T.S.E. baixou instruções nas quais se estabelecia discriminação ideológica para o fim de se permitir ao cidadão no pleno gozo dos seus direitos políticos candidatar-se a cargos eletivos. Estabeleceu-se, assim, a ditadura da polícia política, considerada a última instância em matéria ideológica, que a exerceu atrabiliariamente, impedindo a eleição de candidatos dignos e violentando a vontade do povo.

Tal esdruxularia reproduziu o proposto no art. 32 do Projeto 4.601, desprezado pela comissão Mista. Embora tal dispositivo não chegasse a se transformar em lei teve malsinada vigência a título de regulamentação

do T.S.E., que derogava a letra expressa da Carta Magna, na parte em que dispõe:

"Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos".

Por tudo isso é que salienta Osny Duarte Pereira:

"Se ninguém poderá ser privado de nenhum dos seus direitos por motivo de convicção política, segue-se indeclinavelmente que nenhuma lei ordinária poderia estabelecer a perda do direito de eleger-se, por motivo ideológico. A inconstitucionalidade flagrante dispensa quaisquer outros comentários. Por isso que o eminente Professor Pedro Calmon, catedrático de Direito Constitucional, ao confrontar o art. 3.º do Projeto Eleitoral com o art. 141, § 80, da Carta Magna, concluiu: — Inelegibilidades, só as da Constituição".

É a repetição do abuso de derogar a Constituição através de meras instruções, que se visa evitar com a emenda que torna expressa a proibição até então implícita.

Palácio Tiradentes, 30 de maio de 1955. *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA Nº 92

Pela rejeição.

Inelegibilidades, só as da Constituição Federal.

Qualquer lei ordinária será incompetente para ampliá-las em restringi-las. Incompetente será também qualquer instrução regulamentação ou decreto para fazê-lo.

Se já está na Constituição, para que repetir em preceitos ordinários, materialmente inaptos para disciplinar o assunto? Seria superfetação inútil, norma superfluamente iterativa. Quem está amparado pelo maior, porque quer o resguardo do menor? Se Instruções do Tribunal Superior Eleitoral, como alega o ilustre autor da emenda, desrespeitam a Constituição, que dizer de normas de hierarquia jurídica inferior? Só o Supremo Tribunal Federal poderá conclusivamente falar na espécie.



N.º 93

Acrescente-se ao art. 37:

“ § 3.º — O eleitor que não possuir o dedo a que se refere o art. 37 será assinalado no dedo mínimo da outra mão ou em lugar visível.

*Justificação*

A emenda prevê uma hipótese omissa na lei.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi de Mendonça*.

PARECER À EMENDA 93

Rejeitada, pois atendida na sub-emenda à emenda 6.

Prejudicada, na realidade.



N.º 94

Ao art. 36 dê-se a seguinte redação:  
"Art. 36 — A eleição em seção anulada se renovará tantas vezes quantas necessárias a sua validade".

*Justificação*

Anular a seção em que o adversário possui maioria constitui uma das fraudes mais comuns e frequentes. A emenda visa castigar os que usam esses métodos anti-democráticos. Uma vez aprovada a emenda tal fraude não mais compensará.  
Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. *Bruzzi de Mendonça*

PARECER À EMENDA Nº 94

Pela rejeição.

O art. 36 do Substitutivo disciplinou a matéria como quer a emenda 84. Essa será a consequência da revogação pura e simples do art. 127 do Código Eleitoral, que só admite uma renovação da eleição anulada.



N.º 95

Onde se lê no art. 33 "trigésimo dia" diga-se "décimo quinto dia".

*Justificação*

O prazo de 30 dias para encerramento do registro de candidato é longo.

Melhor será conservar o estabelecido pelo Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — Bruzzi Mendonça.

PARECER À EMENDA Nº 95

Pela rejeição.

O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a grandes omissões e erros. O prazo exíguo da emenda agravaria a situação atual. Recorde-se que pelo art. 64, § 2º do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas secções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre deputado Bruzzi de Mendonça. Este parecer, genericamente, a todas elas aproveita.



N.º 96

Suprimam-se os §§ 2.º e 3.º do art. 29.

*Justificação*

A emenda que apresentamos ao art. 29 retira aos partidos e coligações políticas a preferência para fornecerem os mesários. Daí a emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi de Mendonça*.

PARECER À EMENDA Nº 96

Rejeitada, pela fundamentação oferecida à emenda nº 95, mesmo autor, objetivando alterar os prazos fixados no Substitutivo para alistamento, transferência de título, registro de candidatura, etc.

JS.



N.º 97

Dê-se ao art. 29 a seguinte redação:

Art. 29. As mesas receptoras serão constituídas por pessoas idôneas, preferentemente que não pertençam a partidos políticos.

*Justificação*

A paixão partidária poderá influir no ânimo dos mesários impedindo-os de exercerem seus encargos com a isenção com que devem fazê-lo!

Esse o sentido da emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. *Bruzzi de Mendonça.*

PARECER À EMENDA Nº 97

Pela rejeição.

O Substitutivo através do art. 29 objetivou extirpar o abuso de um só partido monopolizar a constituição da mesma mesa receptora.

É evidente que o juiz eleitoral designará pessoas reconhecidamente "idôneas", como quer a emenda. Aliás quando esta não fixa critérios objetivos, comprobatórios da idoneidade, torna o juiz eleitoral árbitro dela, por pressupor eminentemente subjetivos.



N.º 98

Suprima-se o parágrafo único do art. 28.

*Justificação*

O objetivo visado por esse artigo já foi atendido pela emenda que apresentamos ao art. 28, facultando aos partidos nomear 2 delegados para cada distrito municipal.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. *Bruzzi de Mendonça*

PARECER À EMENDA Nº 98

Pela rejeição, como consequência do parecer desfavorável exarado à emenda nº 99



Dê-se ao art. 28 a seguinte redação:

Art. 28. Cada partido poderá nomear 2 delegados em cada distrito e dois fiscais junto a cada mesa receptora.

*Justificação*

Existem distritos municipais que pela sua extensão reclamam a fiscalização permanente de fiscais e dois fiscais para cada zona são, em numerosos casos, insuficientes.

Uma vez que a fiscalização não prejudica o serviço eleitoral, antes é uma auxiliar d'êste a emenda se justifica plenamente.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*

PARECER À EMENDA Nº 99

Pela rejeição. A designação dos delegados de partidos deve ser para o município. Sua ação deve ser uniforme.

Os delegados, em muitas de suas atribuições, terão a cooperação dos fiscais, que serão o d<sup>o</sup>bre das seções eleitorais existentes no município.

A multiplicação dos delegados criaria embaraços aos próprios partidos, pela ação descoordenada, simultânea e até contraditória deles, bem como à justiça eleitoral



N.º 100

Ao § 3.º do art. 20, acrescente-se.  
"f": aqueles cujo nome não figure,  
por omissão, na lista eleitoral da se-  
ção.

*Justificação*

Uma vez alistado eleitor deve o ci-  
dadão ser admitido a votar. Privá-  
lo desse direito, desde que exiba seu  
título, constitui violência.

Se seu nome, por omissão na qual  
não deve participação, não figura nas  
listas de votação, não será legal, nem  
justo impedi-lo de exercer o direito  
de voto. Esse o sentido da emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio  
de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA Nº 100

~~Pela rejeição.~~

O adendo proposto pelo nobre Deputado Bruzzi de Mendonça irá, na realidade, tornar inócua a interdição, constante do Substitutivo, dos eleitores votarem em qualquer seção eleitoral. A lista de votação será elaborada com antecedência e fartamente publicada. Os partidos e os eleitores deverão em tempo providenciar no sentido de que as retificações necessárias sejam feitas. Exceções como a admitida na emenda irão escancarar para a fraude a porta que os arts. 19 e 20 do Substitutivo lhe querem trancar.



N.º 101

Suprima-se o parágrafo único do art. 19.

*Justificação*

Vícios ou omissões nas listas de votação não devem constituir motivo para privar o eleitor de votar embora seu voto deva ser tomado com as precauções estabelecidas nos § 5.º e 6.º do art. 87, do Código Eleitoral. O parágrafo não se justifica e sua supressão impõe-se.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA Nº 101

Pela rejeição, por não ter sido aprovada a emenda nº 100.

A revogação expressa que o parágrafo único do artigo 19 objetiva é consequência dos dispositivos constantes do Substitutivo, que vedam terminantemente que o eleitor vote fora da respectiva seção eleitoral.

Manterem-se os parágrafos em causa significaria tornar inócuo o dispositivo, que vincula o eleitor à respectiva seção. Tornaria inútil essa providência que, certamente, estancará uma das fontes mais costumeiras de fraude,



227

N.º 102

Suprimam-se os parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do art. 18.

*Justificação*

E' de presumir que uma vez inscrito o eleitor satisfaz os requisitos legais. Qualquer irregularidade constatada, após o alistamento, deverá ser corrigida de conformidade com o disposto no Título II da Parte Terceira do Código Eleitoral que regula o cancelamento e a exclusão do eleitor.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA Nº 102

Pela rejeição. Os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 18 abrem nova oportunidade aos juizes e aos partidos para patrulharem a autenticidade do eleitorado. O eleitor que for prejudicado, terá amplos e rápidos meios de defesa do seu direito, enunciados no próprio art. 18 do Substitutivo. Nenhuma medida deve ser sonegada à indispensável pureza do alistamento.



N.º 103

Emenda substitutiva

Ao § 1.º do art. 17 dê-se a seguinte redação:

"No município em que as listas de eleitores e a sua distribuição pelas seções eleitorais não forem publicadas pela imprensa, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório de partido regularmente registrado e mandará afixar outras vias no fóro, sede da Prefeitura e recintos de maior movimento da localidade de livre acesso ao público".

*Justificação*

A publicidade de todos os atos eleitorais constitui a maior garantia contra as fraudes. A emenda visa dar a conhecer ao eleitorado em geral o lugar onde votará, sem prejuízo de informações partidárias pois ninguém é obrigado a pertencer a partido político para votar.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — B.uzzi Mendonça.

PARECER À EMENDA Nº 103

Pela rejeição. A publicação das listas sempre se fará. Pela imprensa, ou, não a havendo, por editais. É o que diz o art. 17 "in fine". Quando a publicação for por editais, será reforçada pelo envio de cópias aos diretórios municipais (§ 1º do art. 17). A emenda, pois, está prejudicada, uma vez que o Substitutivo prevê a espécie nela focalizada.



N.º 104

Emenda substitutiva ao art. 17:  
Ode se lê "até 30 dias" diga-se "até 15 dias".

*Justificação*

Outra emenda que apresentamos reduziu para 30 dias anteriores ao pleito o prazo para encerramento do alistamento.

Esta emenda se harmoniza com aquela.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA Nº 104

~~Pela rejeição.~~ O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo art. 64, § 2º, do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1,2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis, depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoteiros. Eis as razões



\* 2 \*

que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes,  
de autoria do nobre deputado Bruzzi de Mendonça



L 231

N.º 105

Emenda aditiva ao art. 15.

Dê-se ao art. 15 a seguinte redação.

"Art. 15. O requerimento de segunda via de título eleitoral sob fundamento de perda ou extravio, será sempre apresentado pessoalmente, pelo eleitor, ou por procurador especialmente credenciado para esse fim".

*Justificação*

Nada justifica que só o próprio seja obrigado a entregar em cartório o requerimento pedindo segunda via de título eleitoral, máxime quando deverá comparecer, pessoalmente, para assinar a mesma.

Dai a emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955 — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER À EMENDA Nº 105

~~Pela rejeição.~~ A presença do eleitor em cartório para entrega do requerimento de 2ª via de título por perda ou extravio, é providência moralizadora.

Cumpra-se essa expedição de títulos de todos cuidados, pois é um dos caminhos franqueados à fraude. A presença é exigida para o alistamento comum. Como dispensá-la nos casos de 2ª via ?



N.º 106

Emenda substitutiva ao artigo 14:

"Art. 14. Nenhum requerimento de segunda via de título eleitoral sob fundamento de perda ou extravio será recebido dentro de 10 dias anteriores a data da eleição".

*Justificação*

Infelizmente, em diversos artigos de seu substitutivo, a Comissão Mixta endossou a tendência do projeto n.º 45-1955, favorável a redução do eleitorado.

Privar o eleitor de votar, de um direito político só porque perdeu seu título, 80 dias antes da eleição é penalidade injusta e inconstitucional.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

PARECER À EMENDA Nº 106

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas, a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária/confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo art. 64, § 2º do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1,2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam senadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoteiros. Eis as razões que aconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre deputado Bruzzi de Mendonça.



Emenda substitutiva à letra c do artigo 12.

Onde se lê "3 meses", diga-se: 30 dias.

*Justificação*

Os direitos inerentes à cidadania são nacionais e não estaduais ou municipais. O cidadão é alistável porque é brasileiro e não porque neste ou naquele estado ou município.

O "bairrismo" eleitoral é uma restrição ao direito de cidadania. Mas não pode ter guarida em lei maxime quando os próprios partidos políticos são nacionais.

O prazo de 30 dias fixado pela emenda apenas visa possibilitar o seu alistamento e não credenciá-lo a eleitor por determinada zona eleitoral.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

PARECER À EMENDA Nº 107

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais, também distintas, a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo art. 64, § 2º do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadêiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoteiros. Eis as razões



\* 2 \*

que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes,  
de autoria do nobre deputado Bruzzi de Mendonça.



Emenda substitutiva à letra b do artigo 12.

Dê-se a seguinte redação:

"b — a transcorrência pelo menos de 3 meses da inscrição primitiva".

*Justificação*

Ninguém muda de domicílio para cometer fraude eleitoral. A mudança ocorre por razões de interesse ou conveniência do eleitor e constitui um direito que a Constituição assegura a todos os brasileiros e estrangeiros.

Punir o eleitor que muda de domicílio eleitoral é um absurdo inconstitucional porque implica na suspensão de seus direitos políticos.

A regra é e deve ser a de que todos os brasileiros em idade de votar que não incidam nas hipóteses previstas nos incisos e no parágrafo do artigo 132 da Constituição, devem votar.

Não pode a lei, sob pretexto de conveniência de motivos de natureza burocrática, privar o transferido desse direito.

Daí a emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

PALEECER À EMENDA Nº 108

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar em prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos ~~exíguos~~ da emenda a gravariam a situação atual. Recorde-se que pelo art. 64, § 2º, do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação de material de votação, etc.. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre deput. do Bruzzi de Mendonça.



Emenda substitutiva ao artigo 12:  
letra a:  
Onde se lê: "até 100 dias" diga-se  
"até 30 dias".

#### Justificação

A transferência de um brasileiro de um para outro Estado da Federação não deve ser motivo impeditivo para que ele cumpra o dever e exerça o direito de votar.

O próprio projeto da Comissão o reconhece quando permite a transferência do eleitor, funcionário civil, militar ou autárquico fora do prazo previsto na letra a.

Claro que ao fazê-lo não quiz contemplar as pessoas nele contempladas com um privilégio.

Provada a mudança de domicílio do eleitor, seja ele funcionário civil, militar, autárquico, ou comerciante, capitalista, trabalhador, deve ser permitida a sua transferência a fim de que ele não fique privado de um direito que a Constituição assegura a todos os brasileiros.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

#### PARECER À EMENDA Nº 109

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exigidos da emenda agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo art. 64, § 2º, do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação etc.. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos descoordenados, escoteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre deputado Bruzzi de Mendonça.



EMENDA Nº 110

N.º 110

Emenda substitutiva ao artigo 11.  
Onde se lê "dentro dos 100 dias",  
diga-se "dentro dos 30 dias".

Justificação

A emenda visa dilatar o prazo do alistamento a fim de que possa participar das eleições o maior número de eleitores.

O prazo do artigo 11 privaria do direito de alistarem centenas de milhares de jovens que atinjam a idade eleitoral no seu transcurso.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzi de Mendonça*.

PARECER

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo art. 64, § 2º, do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1,2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre deputado Bruzi de Mendonça.



N.º 111

Suprima-se o artigo 10.

*Justificação*

Uma vez qualificado não é lícito privar o cidadão de exercer o direito de voto, que é também uma obrigação constitucional.

Razões, as mais variadas, podem justificar a atitude de eleitores retardatários.

Puni-los pela forma prevista no artigo 10 é uma violência, uma pena de privação de direito político não autorizado pela Constituição.

O eleitor que receba o seu título até as vésperas do pleito deve poder votar.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — Bruzi de Mendonça.

PARECER

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo art. 64, § 2º, do Código Eleitoral, logo que em cada Zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc.. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral 1, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre deputado Bruzzi de Mendonça.



EMENDA Nº 112

N.º 112

Orde se lê "até 70 dias" diga-se até 20 dias.

*Justificação*

O prazo para entrega de título ao eleitor transferido deve ser o mesmo que rege a entrega ao eleitor que se alista. Esta emenda seentrosa a que ipresentamos ao art. 9.º.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização de eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de temultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo art. 64, § 2º, Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc.. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre deputado Bruzzi de Mendonça.



N.º 113

Emenda Substitutiva ao art. 9.º:

Art. 0.º Até 20 dias antes da data marcada para a eleição, todos os que requerem inscrição como eleitor até 30 dias antes, já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para serem entregues até 48 horas antes do pleito.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

*Justificação*

Nada justifica que seja reduzido de 0 dias o prazo para o alistamento.

O propósito de uma lei eleitoral deve ser o de ampliar o corpo de votantes com o maior número de eleitores.

Como está redigido o art. 9.º além de encurtar o prazo de alistamento de 70 dias, privando, assim de se alistarem centenas de milhares de brasileiros que completam a idade eleitoral no seu transcurso, ainda subordina a entrega do título à condição de haver o juiz deferido a sua expedição.

Para atender as necessidades do eleitorado deve a Justiça ser aparelhada convenientemente, de sorte a não privar nenhum cidadão do direito de votar.

Esse o sentido da emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER

Pela rejeição. O Substitutivo quis discriminar com prazos amplos e distintos duas fases eleitorais também distintas: a organização do eleitorado e a organização da eleição. A legislação atual confunde as mesmas, possibilitando o clima de tumultuária confusão, propício a fraudes, omissões e erros. Os prazos exíguos da emenda agravariam a situação atual. Recorde-se que pelo art. 64, § 2º, do Código Eleitoral, logo que em cada zona eleitoral sejam concluídos os trabalhos de sua junta eleitoral, o alistamento será reaberto.

Portanto, o eleitor geralmente tem 1, 2 ou mais anos para se alistar. Não é justo que sua inércia ou morosidade prejudique a normalidade da eleição, notadamente na fase de sua organização. Muitos atos de importância substancial só serão possíveis depois de encerrado o alistamento. Exemplo: a elaboração da lista completa dos eleitores, sua distribuição pelas seções, a preparação do material de votação, etc.. E isso demanda tempo e deverá ser praticado sob regime de efetiva fiscalização, inclusive de forma que as irregularidades sejam sanadas, até por recursos.

Em suma: os prazos, tanto no Código Eleitoral, como no Substitutivo, se entrosam em sistema, se encadeiam organicamente. Não podem funcionar avulsos, descoordenados, escoteiros. Eis as razões que desaconselham a aprovação desta e de outras emendas semelhantes, de autoria do nobre deputado Bruzzi de Mendonça.



EMENDA Nº 114

N.º 114

Emenda substitutiva ao art. 8.º:

"Art. 8.º Não poderão servir como escrivão eleitoral, juiz eleitoral ou preparador e como funcionário de qualquer órgão da Justiça Eleitoral, sob pena de demissão, os membros dos diretórios dos partidos os candidatos a cargos eletivos e os ascendente, descendentes ou o colateral destes até o terceiro grau por consanguinidade, ou afinidade.

*Justificação*

Visa o substitutivo, como o próprio art. 8.º, impedir que as pessoas nele mencionadas exerçam influência sobre o eleitorado, em favor dos partidos de sua preferência ou de parentes seus.

Como está redigido o art. 8.º do substitutivo da Comissão não contempla todas as pessoas em favor das quais é lícito estabelecer um pressuposto de suspeição e facciosismo. A emenda adota o critério seguido pelo Código Civil, do art. 142, quando impede de ser testemunha parentes ora incluídos.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER

Pela rejeição. A rigor, aliás, prejudicada pela aprovação da Emenda n. 14, regulando a matéria, à qual foi oferecida subemenda pela Comissão, incluindo o cônjuge no impedimento.



N.º 115

Emenda substitutiva ao art. 5.º:  
Art. 5.º O título eleitoral quando não for entregue por ocasião da assinatura do mesmo, nos termos do artigo 4.º, poderá sê-lo a pessoa especialmente credenciada pelo eleitor para esse fim.

*Justificação*

Não é justo exigir-se que o eleitor perca dias de trabalho e respectivos salários, simplesmente para receber seu título eleitoral.

Em nosso direito positivo a regra é a de que pode o procurador praticar todos os atos jurídicos do procurado com exceção daqueles em que seja indispensável sua presença. Pode representá-lo em juízo ou fora dele, receber, passar recibo, dar quitação, alienar e até mesmo contrair matrimônio.

Nada justifica que se abra exceção a hipótese prevista no art. 5.º quando o eleitor, pessoalmente, já compareceu à Cartório para assinar seu título.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955. — *Bruzzi Mendonça*.

PARECER

Pela rejeição. A Comissão se manifestou contrariamente às Emendas que objetivassem a entrega não pessoal do título.

Trata-se de ato importante. Tanto assim que só autoridade categorizada o faz: o juiz, eleitoral, ou preparador, e o escrivão especialmente designado (arts. 5º e 6º do Substitutivo). Coerentemente só o eleitor, também pessoalmente, deverá recebê-lo.



L. 243

Onde convier:

Art. — São instituídas, de acôrdo com o modelo n.º 1, anexo, cédulas oficiais de votação para as eleições de Presidente, Vice-Presidente da República, senadores e seus suplentes, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito.

§ 1.º As cédulas conterão, além da designação da eleição, os nomes dos candidatos registrados, os quais serão precedidos por um espaço demarcado que servirá para o eleitor assinalar seu voto.

§ 2.º O presidente da mesa, depois de rubricar as cédulas e a sobrecarta, as entregará ao eleitor que, passando à cabine indevassável, assinalará à tinta o nome do candidato de sua escolha. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará as cédulas na sobrecarta, fechando-a.

§ 3.º Serão nulas as cédulas em que aparecerem assinalados nomes de candidatos em maior número do que os postos eletivos a serem preenchidos.

§ 4.º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior.

#### Justificação

O não acolhimento da cédula oficial no substitutivo da Comissão Mista não foi pacífico. No plenário da Câmara as opiniões se dividem sendo numerosos os Srs. Deputados que se inclinam pela adoção da iniciativa contida no anteprojeto da Justiça Eleitoral.

Nossa emenda visa a uma fórmula de acomodação na qual, adotando-se a cédula oficial apenas para as eleições majoritárias, seriam conseguidas muitas das indiscutíveis vantagens da medida, sem os possíveis inconvenientes que os adversários da cédula oficial indicam nas eleições do sistema proporcional, nas quais podem ser registrados centenas de candidatos. Estamos certos de que a nossa emenda, que será justificada com maior desen-

volvimento da tribuna, oferece uma solução intermediária que poderá merecer o voto da maioria.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1955.  
— Afonso Arinos. — Ernani Satyro.

#### PARECER À EMENDA Nº 116

Pela rejeição, pois esta emenda é "verbis ad verbum" análogo à de nº 75. É sua reedição integral. Estará totalmente prejudicada pela emenda nº 75.



## Justificação

Somente o estabelecimento de prisão para o eleitor faltoso, poderá impedir o poder econômico no resultado do pleito. A abstenção que se tem verificado nas últimas eleições, é uma prova concreta de que a venda dos títulos eleitorais por parte da maioria dos eleitores faltosos, é a razão de serem eleitos aqueles que o possuem. Além disso, tal inovação determinará a influência do transporte e do "quartel" o "curral" nos prélios eleitorais.

Ultimo de Carvalho.

## N.º 117

Substitua-se o art. 22, pelo seguinte:

Art. 22 — O eleitor que deixar de votar sem causa justificada perante o Juiz Eleitoral, incorrerá em pena de prisão, imposta pelo mesmo Juiz, dentro de oito dias, a partir da data que lhe for concluída a lista de eleitores faltosos, o que o escrivão fará dentro de 15 dias após o pleito.

§ 1.º — A pena de prisão será de cinco dias.

§ 2.º — A justificação de que trata este artigo, só será despachada pelo Juiz, se ao requerimento for junta a prova de que o eleitor faltoso apresentou-se à Delegacia Policial da sede da Comarca.

§ 3.º O escrivão eleitoral ao receber o requerimento da justificação certificará ao pé do mesmo a hora de seu recebimento e o fará imediatamente, concluso ao Juiz que o despachará dentro de 24 horas a partir daquela em que o mesmo for recebido.

§ 4.º — A repartição pagadora somente efetuará o pagamento dos vencimentos ao Juiz e Escrivão relativos ao mês posterior ao pleito, se lhe forem apresentados comprovantes de que os mesmos deram cumprimento ao que estabelece este artigo.

§ 5.º — Sem a prova de ter votado, de ter cumprido a pena de que trata este artigo ou justificada a falta, não poderá o eleitor:

- a) inscrever-se em concurso;
- b) investido em função pública de qualquer natureza;
- c) participar de concorrências públicas ou administrativas;
- d) pleitear o gozo de favores ou isenções estabelecidas em lei;
- e) obter passaporte ou carteira profissional;
- f) praticar qualquer ato para o qual se exija prova de quitação com o serviço militar e o imposto de renda.

§ 2.º Os que concorrerem para a inobservância das interdições constantes deste artigo incorrerão na pena imposta aos faltosos.

Sala das Sessões, 30 de maio de 1955. — Ultimo de Carvalho.

PARECER

Pela rejeição. O substitutivo perfilhou o princípio de exigir a quitação como dever cívico de votar para atos da vida civil ou profissional dos cidadãos, como remédio contra a abstenção.

Além dessa sanção, há a multa. A prisão será punição demasiada rigorosa. As sanções propostas pelo substitutivo parecem suficientes no combate à abstenção e na punição aos que recusam a cooperação de sua consciência na constituição dos poderes representativos da Pátria. A patriótica intenção do autor da emenda será assim atingida.



EMENDA Nº 118

N.º 118

Acrescenta-se onde couber:  
Art. Ficam anistiados todos aqueles que incorreram em crime eleitoral até a presente data.  
Sala das Sessões, 30-5-55. — *Ultimo de Carvalho.*

*Justificação*

Urge dar um paradeiro a uma série de processos eleitorais que abarrotam os cartórios, sem possibilidade de qualquer medida punitiva, face a lei que regula o assunto.  
*Ultimo de Carvalho.*

PARECER

Pela rejeição, pela preliminar de que a matéria deve ser decidida em reforma posterior.



Onde convier:  
Art. Fica abolida a faculdade de se constituírem seções especiais.

Parágrafo único Os eleitores cujos nomes hajam sido omitido na lista ou nela figurarem erradamente terão o prazo de 10 dias para a apresentação de reclamações a propósito, devendo estas ser resolvidas dentro dos 5 dias subsequentes, corrigindo-se os erros nas próprias listas e formando-se novas seções para os excedentes.

Sala das Sessões, 25 de maio de  
Era *ut supra*.  
1955. — Arino de Matos.

*Justificação*

A instituição das seções especiais tem dado causa a tumulto e ocasionado fiquem muitos eleitores privados de votar. Não raras têm sido as anulações de urnas dessas seções que a emenda visa abolir, concedendo prazo para reclamação do que não constem das seções organizadas originariamente. Idêntica oportunidade é assegurada, na emenda, aos eleitores cujos nomes figurarem erradamente nas listas.

Arino de Matos.

PARECER À EMENDA Nº 119

Pela rejeição. O eleitor só votará na respectiva seção eleitoral (art. 19 e 20). Não poderá mais haver "seções especiais", pois não mais haverá "eleitores especiais", notadamente os "em trânsito". Quanto ao parágrafo único da emenda, o Código Eleitoral cuida da matéria no art. 67. Seria dispensável iterativa. O art. 152 do Código Eleitoral também socorre a vítima das omissões focalizadas na Emenda nº 119, pois genericamente admite recursos dos "atos, resolução ou despachos dos juizes ou juntas eleitorais", assinalando-se o prazo de 3 dias. A matéria, assim, já tem disciplina legal.



N.º 120

Redija-se assim o artigo 35:

"As eleições serão realizadas com a garantia de força federal, posta à disposição das autoridades competentes, sempre que estas a requisitem".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Mattos.*

*Justificação*

O artigo tal qual está redigido torna obrigatória a presença de força federal nas eleições, prestando-se à interpretação de dever achar-se à disposição de cada uma das seções eleitorais.

Parece-nos mais consentanea com a razão a solução encaminhada pela emenda que concede a garantia de força federal, sempre que as autoridades competentes a requisitem.

*Era ut supra.*

*Arino de Matos.*

PARECER À EMENDA Nº 120

Pela ~~rejeição~~. A justiça eleitoral já está armada com o poder com que a emenda a quer municiar. Para evitar explorações ou a omissão de autoridades eleitorais negligentes ou facciosas, a solução é a requisição da força federal, pela lei. O relator justificou cumpridamente a medida na justificativa oferecida a êsse artigo do Substitutivo. A experiência desaconselhou o sistema atual da requisição. Porque às vezes, o juiz eleitoral não a fazia, ainda que necessário.

Outras vezes, essa requisição, essa explorada politicamente, influenciando ou mesmo amedrontando o eleitorado. O art. 35 provê melhor à matéria "sub specia juris".



N.º 121

No artigo 20, onde se diz:  
 "...salvo as exceções previstas no  
 § 4.º deste artigo"; diga-se: "...salvo  
 as exceções previstas neste artigo".  
 Sala das Sessões, 25 de maio de  
 1955. — *Artino de Matos.*

*Justificação*

No texto do artigo 20 se ressalvam  
 as exceções previstas no seu parágrafo  
 4.º.

Acontece, entretanto, que outras ex-  
 ceções são previstas nos outros pará-  
 grafos do mesmo artigo.

Por isso, apresentamos a emenda  
 compreensivas de todos os parágrafos.

*Era ut supra.* — *Flavio de Matos.*

PARECER À EMENDA Nº 121

Pela ~~rejeição~~, uma vez que será prejudicada, pela apro-  
 vação de emenda semelhante, de nº 22. É redacional a emenda. Tra-  
 ta-se de evidente engano, em boa hora corrigido pelas emendas ns.  
 22 e 121.



N.º 122

No artigo 5.º, onde se diz: "...pelo Juiz eleitoral, pelo Juiz preparador ou por escrivão especialmente designado"; diga-se: "...pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador, pelo escrivão, ou por funcionário especialmente designado".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Flavio de Matos.*

*Justificação*

A emenda acrescenta entre as pessoas incumbidas da entrega do título ao eleitor o funcionário especialmente, ampliando o rôl previsto no substitutivo.

A medida tem apoio nos bons resultados obtidos, na pratica, com a colaboração de funcionários designados pela Justiça Eleitoral para este mister.

*Era ut supra.* — *Flavio de Matos.*

PARECER À EMENDA Nº 122

Pela rejeição, pelas razões apontadas no Parecer à Emenda nº 16, de teor análogo, que tornam a Emenda nº 122 prejudicada.



250

N.º 123

No artigo 6.º, onde se diz: "O juiz eleitoral, o juiz preparador ou o escrivão eleitoral especialmente designado"; diga-se: "O juiz eleitoral, o juiz preparador, o escrivão eleitoral, ou o funcionário especialmente designado...".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Matos*.

*Justificação*

A emenda decorre do pensamento contido no que se refere ao artigo 5.º.

*Era ut supra*. — *Flavio de Matos*.

PARECER À EMENDA Nº 123

Pela rejeição, pelas razões apontadas no Parecer à Emenda nº 16, de teor análogo, que torna a emenda nº 123 prejudicada.



Redija-se assim o artigo 27:

"Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargos de representação proporcional, não serão admitidos nem computados votos aos candidatos, visto como a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — Arino de Matos.

Pareceu-nos que o trecho do artigo 27 do substitutivo se presta à interpretação de excluir da votação as legendas antes não registradas e não os candidatos individualmente considerados dentro da respectiva legenda.

Por isso, ajuntamos à sua redação, através da emenda, o período explicativo que consubstancia o pensamento de não serem admitidos nem computados votos aos candidatos, nas eleições suplementares, quando se referirem a cargos de representação proporcional.

Era ut supra. — Flavio de Matos.

PARECER À EMENDA Nº 124

Pela rejeição. Nas eleições suplementares serão admitidos os votos aos candidatos. Só que serão apurados ou contados somente para a legenda. O eleitor poderá votar no candidato, na legenda, ou só no primeiro. Mas o voto valerá exclusivamente para a legenda, pois é a posição desta que se quer defender e não a dos candidos. A redação do art. 27 caracteriza a exata posição do assunto. Impedir o voto ao candidato significará alterar substancialmente o sistema. O eleitor conhece o candidato, via de regra, o que quer é sufragá-lo. Indiretamente ou por via de consequência é que a legenda é votada. A legislação atual admite até cédulas sem indicação da legenda. Alterar tudo isso, só porque é suplementar o pleito, não parece aconselhável. O eleitor continuará podendo votar no candidato, mas a apuração só computará para a respectiva legenda esse seu voto.



Substitua-se o parágrafo único do artigo 7.º pelo seguinte: "Não poderão, todavia, ser localizadas seções eleitorais em fazenda, sítio ou qualquer outra propriedade rural privada mesmo existindo no local prédio público, quando haja fundado receio de coação, ou fraude, motivada pela localização".

Sala das Sessões, 25 de maio de 1955. — *Arino de Matos.*

*Justificação*

O parágrafo único do artigo 7.º do Substitutivo adota o critério de proibir absolutamente a localização de seções eleitorais em fazenda, sítio, ou qualquer outra propriedade rural, privada, mesmo existindo prédio público no local. O rigorismo do critério criará dificuldades em muitos casos e obstará em alguns a instalação de seções eleitorais, sobretudo nas regiões distantes das sedes dos distritos, onde, em regra, é usada a propriedade privada para o funcionamento da seção eleitoral. Por isso, a emenda restringe a proibição aos casos, em que haja fundado receio de coação ou fraude, motivado pela localização.

*Era ut supra.* — *Flavio de Matos.*

PARECER À EMENDA Nº 125

Pela rejeição. Na propriedade rural privada, o respectivo proprietário dispõe de abundantes recursos de coação ou corrupção: o transporte lhe pertence, os eleitores habitam em residência que também lhe pertencem, dispõe de alimentação, etc. A vedação deve ser inexceptuável, pois será muito difícil caracterizar o "fundado receio". Trata-se de critério eminentemente subjetivo.



Acrescente-se, onde convier:

"Art. Designados os eleitores de cada seção, as respectivas listas, para publicação no *Diário da Justiça*, serão organizadas obedecendo à ordem alfabética dos respectivos sobrenomes".

Art. Ao deixar a cabine indevassável, onde preencherá as listas de votação, cada eleitor receberá do Presidente da Mesa um envelope rubricado, onde colocará as listas, depositando a seguir o referido envelope na urna eleitoral.

Art. As listas de votação inscreverão, à frente da legenda partidária, os números referentes a cada um dos candidatos".

*Justificação*

Será feita da Tribuna.  
Sala das Sessões, 30 de maio de 1955. — Arnaldo Cerdeira.

PARECER À EMENDA Nº 126, COM SUBEMENDA

Aprovada a primeira parte da emenda, com a seguinte redação, oferecida com subemenda:

"Art. - A distribuição dos eleitores, por seção, nas listas de eleitores, será organizada de preferência obedecendo à ordem alfabética do sobrenome."

A segunda parte da emenda está prejudicada, pela não aprovação da emenda instituindo a cédula oficial. Na Comissão, o nobre Deputado Arnaldo Cerdeira argumentou nem a comodidade para as famílias na organização das listas pelo sobrenome, pois todos seus componentes votação numa mesma seção.



N.º 127

Acrescente-se onde convier:

Art. A eleição de Deputados federais e estaduais se fará por distritos, fixados pela Justiça Eleitoral, criando-se para esse efeito tantos distritos quantos sejam os Deputados federais a serem eleitos.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955.  
— Herbert Levy.

*Justificação*

1.ª) — Eleições por Distritos — Esta é a medida principal. Possibilitará aos eleitores conhecerem os candidatos em quem, forem votar e impedirá a compra de votos. Para isso o Estado será dividido em tantos distritos quantos

forem os deputados federais e estaduais a se eleger. No mínimo um distrito para cada deputado federal, e dois estaduais.

Essa fórmula é preferível à divisão do Estado em poucos distritos, que facilitará a ação dos compradores de votos. Em 350.000 eleitores é fácil comprar-se 20.000 votos. Mas em 40.000 é impossível comprar-se 21.000 votos. Os distritos seriam formados por regiões abrangendo 200 a 250 mil habitantes (50.000) eleitores, mais ou menos. Cada Estado teria direito a eleger um Deputado federal por 200.000 habitantes e um estadual por 100.000 habitantes, desprezadas as frações.

A eleição por distritos viria liquidar com os pequenos partidos, com os que mudam de legenda com os cabos eleitorais, além de prestigiar os candidatos de valor que soubessem trabalhar por suas regiões. E, principalmente acabariam os candidatos que cacam alguns votos em cada comarca do Estado. As regiões do País seriam todas representadas no Parlamento. — Herbert Levy.

PARECER À EMENDA Nº 127

Pela rejeição, pela preliminar de que a matéria deverá ser decidida em lei posterior. A lei que se elabora é de emergência para o pleito que se avizinha. E neste não serão eleitos deputados, assunto de que cuida a emenda. Seu teor é da máxima relevância e seu ilustre autor declarou pessoalmente ao Relator que seu desejo é condicioná-la ao critério proporcionalista, fixado na Constituição, fazendo distrital a votação e por quociente a apuração, para o efeito de definir os eleitos.

O sufrágio distrital, adstrito a um só candidato a deputado para cada partido, é incompatível com o critério proporcionalista, fixado na Constituição. Disso não cuidou o ilustre deputado paulista. Sua proposição consubstancia reforma da profundidade, com adeptos e opositores estribados em farta messe de razões. Seu exame reeditará o que ora sucede com a adoção da cédula oficial.



N.º 128

Acrescente-se onde convier:

Art. E' expressamente vedado a quem quer que seja oferecer ou proporcionar ao eleitor:

a) no dia da eleição: transporte, alimentação, bem como concentrá-los por qualquer forma.

b) Em qualquer fase da eleição:

Quaquer vantagem material, pecuniária ou não, tendente a influir na sua escolha.

§ 1.º Pena: 1 a 2 anos de reclusão.

§ 2.º Sendo candidato o infrator, a punição referida no § 1.º será promovida em rito sumário, a fim de que se for condenado, a consequência de perda de seus direitos políticos acarrete o cancelamento de seu registro.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955  
— Dagoberto Salles.

### PARECER À EMENDA Nº 128

Pela rejeição, pois tornou-se prejudicada, em parte, nos termos do parecer e da subemenda oferecidos à emenda nº 82, cronologicamente anterior. O nobre deputado paulista trás à espécie contribuição nova. Quer êle, por via indireta, obter o cancelamento do registro do candidato, responsável por fraude ou corrupção. Propõe, assim, que o processamento da culpa se faça em rito sumário. Sobrevindo a condenação, suspendem-se os direitos políticos, nos termos do art. 135, § 1º, II, da Constituição Federal acarretando cancelamento do registro e perda de mandato, se eleito. É muito de se meditar a contribuição que o deputado Dagoberto Salles apresenta para resolver o difícil problema de serem punidos os candidatos que se servem da fraude e da corrupção.

Realmente, o "punctum pruriens" da questão reside no direito que a Constituição reconhece aos que queiram se candidatar. Incompatibilidades ou impedimentos, só os da Constituição Federal. Fôra dela, quer direta quer indiretamente, quer mediata quer imediatamente, a lei ordinária é incompetente para ampliar, restringir ou modificar o instituto da incompatibilidade. Sendo preceito primitivo, não são admitidas interpretações por extensão ou por analogia. Daí o acêrto da tentativa da emenda nº 128 de vincular a consequência do cancelamento do registro ao art. 135 do Estatuto Civico. O êxito da iniciativa se vincula ao rito sumaríssimo do processo.



Tudo o que se disse comprova que tão oportuna sugestão seja examinada ulteriormente, pois parece que ela indica o meio de o castigar a corrupção pela única forma eficiente: tornando-a inutil, pela cassação do registro do seu criminoso beneficiário.



N.º 129

Acrescente-se onde convier:

Art. Ficam criados seiscentos cartórios privativos do Serviço Eleitoral.

§ 1.º Os cartórios criados são divididos em três classes, correspondentes às Zonas Eleitorais, e serão providos por serventuários vitalícios, na forma das Organizações Judiciárias de cada Estado.

§ 2.º Nas Comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª, entrâncias haverá 300, 200 e 100 cartórios eleitorais, respectivamente, distribuídos pelo Tribunal Superior Eleitoral, de acordo com o movimento eleitoral de cada Zona.

§ 3.º Ficam estabelecidos os vencimentos de Cr\$ 36.000,00, Cr\$ 60.000,00 e Cr\$ 82.000,00 para os cargos de escrivães do serviço eleitoral nas comarcas de 1.ª, 2.ª e 3.ª entrâncias, respectivamente.

§ 4.º Fica aberto o crédito especial de Cr\$ 45.000.000,00, com vigência até o ano de 1956, para atender as despesas constantes da presente lei.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955.  
— *Último de Carvalho.*

~~PARECER~~

*Justificativa*

O serviço eleitoral é executado, presentemente, pelos escrivães do Judicial e do Crime que se revezam no ofício, de dois em dois anos, o que significa que os arquivos eleitorais rolam de mão em mão e de sala em sala, periodicamente, determinando a irresponsabilidade que se verifica naquele serviço. Além disso, os serventuários designados não são remunerados pelos cofres federais, porquanto a gratificação que recebem é de Cr\$ 3.000,00 anuais, mal dá para o expediente. Vivem, portanto, os escrivães eleitorais neste dilema: — sacrificar o ofício privativo que lhes dá os meios de subsistência ou sacrificar o serviço eleitoral que lhes priva desses mesmos meios. É claro que ante o instinto de conservação, preferem a primeira hipótese, resultando dessa contingência, a balbúrdia e o descaso que se observa nos cartórios eleitorais. A despesa que a inovação trará ao erário público, é, relativamente, sem importância, tal a sua relevância para o aprimoramento do nosso sistema eleitoral e o ato de justiça que ela encerra, pois não se compreende, a não ser no regime comunista, impor a alguém a obrigação de trabalhar de graça. — *Último de Carvalho.*

Pela rejeição. Primeiro, pela preliminar de que a matéria só poderia ser disciplinada em reforma posterior, pois seu teor não é de emergência. Segundo, porque a iniciativa da proposição é privativa do judiciário, nos termos do art. 97, nº II e 67, § 2º da Constituição Federal. É inconstitucional, por conseguinte.



didato não atingir a um décimo do quociente eleitoral da respectiva circunscrição.

Parágrafo único. Quando o candidato obtiver votação correspondente a um décimo, ou mais, do sobredito quociente, ser-lhe-á permitido o levantamento do depósito.

S. S., 31 de maio de 1955. — Arino de Matos.

*Justificação*

A pletera de candidatos nas eleições de representação proporcional sem possibilidades eleitorais tem acarretado uma sobrecarga injustificável de trabalho à Justiça Eleitoral, influido paralelamente, na agravação das despesas das eleições.

Parece-nos razoável a instituição de um depósito que reverta em favor do custeio da própria Justiça Eleitoral, quando o candidato não obtenha, pelo menos, um décimo do quociente eleitoral da respectiva circunscrição.

A medida tem sido posta em execução em outros países.

Apotam-se como satisfatórios os seus resultados na Inglaterra e na França.

A douta Comissão Especial e o Congresso, afinal dirão da conveniência de sua adoção.

S. S., 31 de maio de 1955. — Arino de Matos.

N.º 130

Acrescente-se:

Art. O requerimento de registro do candidato nas eleições para a Câmara dos Deputados, ou para qualquer das Assembléias Legislativas dos Estados será acompanhado da prova do depósito feito pelo interessado da quantia de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), que reverterá em favor da Justiça Eleitoral, no caso da votação do can-

PARECER

Pela rejeição, pela preliminar de não ser de emergência o seu teor. É uma das emendas mais interessantes das oferecidas ao Substitutivo.

Quer seu autor trazer para a legislação brasileira preceitos em vigor em outros países, entre eles a Inglaterra e a França. Ajudaria no combate necessário ao carreirismo político. Os candidatos devem ter o sentido da auto crítica, a fim de não se aventurarem, sem a menor possibilidade de êxito.

Não é justo que um candidato ocasione despesas ao Estado, com a justiça eleitoral, com cédulas, se forem oficiais, enfim, que congestionem o movimento de toda a engrenagem eleitoral do Estado ou do País, para finalmente ser sufragado por um número irrisório de eleitores.

Já houve casos até de candidatos com o votos.

A multa estipulada seria como que uma indenização.

Além disso, faria com que muitos não se lançassem à luta, o que traria o benefício de evitar o número elevadíssimo de candidatos que, em geral, postulam os cargos eletivos no país.



Lamenta o relator, contudo, manifestar-se pela rejei-  
ção, porque a matéria não deve ser cuidada na presente reforma de  
emergência.

Como o texto da emenda evidencia, a providência que  
ela aventa se vincula à eleição de Deputados. Como já foi dito,  
a presente reforma se vincula diretamente ao pleito de 3 de outu-  
bro próximo. Nela não haveria eleições para representantes ao  
Congresso. Nessa conformidade, pela preliminar da inoportunida-  
de, o relator manifesta-se contrariamente à muito bem lançada e-  
menda, de autoria do eminente Deputado Ariho de Matos.



EMENDA Nº

N.º 131

No § 6.º de art. 40, na frase: "Se tem havido culpa ou dolo" ... suprimam-se as palavras: "do escrivão, a este..." e acrescentem-se, em seu lugar, as palavras: "ao responsável". A frase ficará, portanto, assim redigida: "Se tiver havido culpa ou dolo, ao responsável será aplicadas, na primeira hipótese... etc....".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos.

*Justificação*

A falta da folha individual de votação pode ser ocasionada por outro interessado, que não seja o escrivão.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos.

PARECER

Parecer favorável.

Sugere solução mais conveniente.



EMENDA Nº  
Nº 132

Acrescente-se um parágrafo ao art. 28, passando o atual parágrafo único a § 1.º.

“§ 2.º Os delegados serão nomeados pelos diretórios regionais e credenciados junto aos juizes eleitorais; os fiscais serão designados pelos diretórios municipais e credenciados junto às mesas receptoras”.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos

*Justificação*

O Código atual e o substitutivo não esclarecem o assunto.

Dai haver o Juiz eleitoral de Cruzeiro do Sul, Acre, exigido que os fiscais fôsem nomeados pelos diretórios regionais, o que impediu a nomeação e a consequente fiscalização das eleições.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos

~~PARECER~~

Pela rejeição. As designações dos fiscais e delegados dos partidos devem ser feitas pelos Diretórios Regionais. Da regularidade dessas designações, principalmente por parte de órgãos partidários constituídos e registrados de acôrdo com as normas estatutárias e legais, dependerá a validade jurídica dos atos que praticarem. Nem sempre os diretórios municipais satisfazem tais requisitos. A participação do Diretório Regional nessas designações é salutar, pois permitirá ao mesmo patrulhar devidamente a atuação das seções locais, às vezes prejudicial à linha estadual e até nacional do Partido. Sabemos como se processam alianças nos municípios, com a preeminência de seus interesses específicos, as vezes conflitantes com a diretriz nacional do partido.



Acrescente-se um § ao artigo 17.

"§ 3.º — A não inclusão do eleitor inscrito nas listas de eleitores, na de distribuição pelas secções eleitorais, ou na fôlha de votação da secção em que deva votar, implica na infração penal, por parte do Juiz Eleitoral, do n.º 15 do art. 175 do Código Eleitoral".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos

#### Justificação

Tendo em vista a limitação muita justificável, contida no art. 19, é preciso impedir, com a presente emenda, que o escrivão propositalmente omita o nome do eleitor da fôlha de votação.

A providência do art. 18 do substitutivo não é suficiente, porque os delegados não podem saber quais os processos despachados e ultimados e quantos eleitores estão inscritos.

A fraude, por esta forma, é sempre possível, se não fôr impedida pela providência apontada na presente emenda.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos

Nº 133 COM SUBEMENDA

262

#### PARECER

Pela rejeição. O objetivo da emenda está contido no art. 17 do Substitutivo. Aí se fala que "a infração do disposto" nesse artigo será punida com as penas do n.º 15, do art. 173, do Código Eleitoral. Principalmente a não inclusão criminosa do eleitor nas listas de votação. Além do mais, tal lista deverá estar pronta improrrogavelmente até 30 dias antes do pleito (art. 17, "in fine") No caso de omissão, há tempo para corrigi-la através de reclamação ou recurso.

O Código Eleitoral socorre o eleitor omitido com os remédios referidos nos arts. 67 e 152. Sendo diligente, não será prejudicado. Se não o fôr, "dormientibus, jus non socumit."



EMENDA Nº 134

N.º 134

Suprima-se o art. 7.º do substitutivo, transformando-se em artigo o parágrafo único do art. 7.º

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos

Justificação

Em disposição consta do Código Eleitoral, no § 2.º do art. 66.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos

PARECER

O art. 7º, do substitutivo, modifica o § 2º do artigo 66 do Código Eleitoral. Não consta desta a explicitação "inclusive leprosários." O art. 7º é codificador, pois a discriminação específica dos leprosários decorre de lei vigente, originária de projeto de autoria do relator, proposta em 1951. E a Lei nº 1430, de 12 de setembro de 1951.

Modifica o § 2º do artigo 66 da Lei nº 1.164, de 24 de junho de 1950 (Código Eleitoral).

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O § 2º do artigo 66 da Lei n. 1.164, de 24 de julho de 1950 (Código Eleitoral), passa a ter a seguinte redação:

" § 2º - Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e nos povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive os leprosários, onde haja, pelo menos, cinquenta (50) eleitores".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1951 ;  
130º da Independência e 63º da República.

Getúlio Vargas  
Francisco Negrão de Lima



N.º 135

O § 2.º do art. 9.º passa a ter a seguinte redação:

O Juiz eleitoral ou o funcionario responsável pela transgressão do preceituado neste artigo, ou pela não entrega dos títulos prontos aos eleitores ou delegados de partidos que os procurarem, será punido nos termos do art. 175, § 15 do Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — Oscar Passos.

*Justificação*

Ai está a grande arme dos escrivães facciosos. Não entregam os títulos aos adversários, sob a alegação de que "não estão prontos".

Em Rio Branco, Acre, isto ocorreu com mais de 600 títulos em 1954.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — Oscar Passos.

PARECER

A emenda de autoria do nobre deputado Oscar Passos deverá ser aproveitada na seguinte sub-emenda:

O § 2º do art. 9º do substitutivo será assim redigido:

"O juiz eleitoral, o juiz preparador, o escrivão eleitoral especialmente designado ou o funcionário responsável pela transgressão do preceituado neste artigo ou pela não entrega do título pronto ao eleitor que o procurar, será punido nos termos do art. 175, no 15, do Código Eleitoral."

A sub-emenda objetivou:

a) fazer referência expressa às únicas autoridades que pelos art. 5º e 6º do substitutivo podem efetuar a entrega do título.

b) excluir o recebimento do título por delegado de partido.

A entrega é ato de importância no alistamento. Si se exige que o próprio juiz ou autoridade categorizada o faça, analogamente se deverá exigir que só o eleitor, pessoalmente, o receba. Assim se evitará manipulação de títulos por cabos e significará mais uma oportunidade para desmascarar fraudes, inclusive falsa identidade. O objetivo principal da emenda Oscar Passos foi respeitado na subemenda. coibir a abusiva retenção de títulos em cartório, fazendo com que o interessado vá procurá-lo várias e até muitas vezes, embora já esteja pronto. Recorde-se os transtornos dêsse procedimento para o ope-



rário que para isso deixa a fábrica e do agricultor que deixa a  
lavoura.



EMENDA Nº

N.º 136

Acrescente-se ao final do art. 10, as seguintes palavras: "por culpa própria".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — Oscar Passos.

*Justificação*

Aí está a grande arma dos escrivães facciosos. Não entregam os títulos aos adversários, sob a alegação de que "não estão prontos".

Em Rio Branco, Acre, isto ocorreu com mais de 600 títulos, em 1954.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — Oscar Passos.

~~PARECER~~

Pela rejeição. Até 70 dias antes da eleição todos os títulos devem estar prontos.

E' o que manda o art. 9º do substitutivo.

O juiz eleitoral ou funcionário responsável pelo não cumprimento do art. 9º é passível de pena severas: multas de Cr\$ 200 a Cr\$ 1.000,00, cumulada com a pena de suspensão até 30 dias (§ 2º do art. 9º). Não poderá, pois, mais haver caso de impune retardamente criminoso na entrega de título. Os prejudicados, partido, eleitor ou candidato, estarão armados de meios de repressão da negligência ou do faciosismo.

A alegação de ausência de culpa poderá ser ardilosamente invocada para retirada do título fora do prazo referido no artigo 10 do Substitutivo. Poderá ser alegada, ainda, maliciosamente, para votar sem título ou como justa causa, para se eximir das penas do art. 25 do Substitutivo. A boa intenção do eminente deputado Oscar Passos poderia acarretar êstes e outros inconvenientes.



L-267

EMENDA Nº 137 - COM SUB-EMENDA

N.º 137

O art. 4.º passa a ter a seguinte redação:

O título eleitoral será assinado pelo eleitor em cartório e só depois o será pelo Juiz, sob pena de suspensão disciplinar até 30 dias.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955 — Oscar Passos.

compar

~~PARECER~~

Pela aprovação, com sub-emenda. A redação do art. 4º do Substitutivo oferece a conveniência de discriminar a exigência do título só ser assinado pelo juiz, depois de preenchido pelo cartório, além de assinatura, também anterior, do eleitor. A referência ao preenchimento pelo cartório é indispensável. Para explicitar a necessidade do comparecimento do eleitor em cartório, para assinar, a emenda do nobre deputado Oscar Passos sugere a seguinte sub-emenda redacional;

Ao art. 4º do substitutivo "in fine", onde está: "e assinado pelo eleitor" redija-se "e neste assinado pelo eleitor".

Esta a parte da emenda nº 137 que deve ser aproveitada. A modificação é redacional.



N.º 138

O art. 5.º, passa a ter a seguinte redação:

O título eleitoral será entregue pelo juiz preparador ou pelo escrivão designado, ao eleitor em pessoa, ou ao seu procurador ou delegado de partido, sempre, porém, mediante apresentação do talão de recibo, de que trata o art. 1.º.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos.

*Justificação*

Nas regiões de pequena densidade demográfica do interior do País, é demasiado exigir que o eleitor abandone o seu trabalho e venha pessoalmente à cidade, para receber o título.

Não raro terão de gastar 2, 3 ou mais dias de viagem de ida e outros tantos de regresso, o que prejudicará enormemente o serviço de cada um e redundará em grave prejuízo monetário. Além disso, a exigência constante do projeto dará margem a abstenção do alistamento, o que não poderá ser controlado.

Não é daí que resultam as fraudes, desde que ele venha assinar o título, na presença do Juiz.

A fraude é feita, presentemente, quer através da entrega de títulos em branco, aos delegados do partido "do peito" dos juizes ou dos escrivães; quer da retenção indevida dos títulos dos adversários em cartório, títulos estes que "nunca estão prontos"; quer do entrave proposital dos requerimentos de inscrição dos adversários, aos quais os cartórios não fornecem o comprovante de entrega, como exige o Código Eleitoral em seu art. 35; quer ainda, como decorrência da falta de talão de protocolo, da entrega dos títulos a delegados de partidos contrários, que os sonegam aos seus legítimos donos e não raro, os entregam para outro eleitor, quer, finalmente, da falta de ordem, em certos cartórios, onde os interessados (adversários) não são propositalmente atendidos com a presteza devida, obrigados, por isso a voltar 2, 3 ou mais vezes sem resultado, o que os desanima de conseguir o seu legítimo título.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos.

PARECER

Pela rejeição. A Comissão Mista examinou detidamente a espécie, quando elaborou o Substitutivo. O regime da entrega do título a preparadores tem ensejado fraudes e abusos. A entrega pessoal do título é formalidade constitutiva da autenticidade do alistamento. A rigor a emenda nº 138 está prejudicada, pois várias emendas anteriores e semelhantes, foram rejeitadas.



269

N.º 139

Ao art. 40 acrescenta-se o seguinte parágrafo:

§ 11. "Nas localidades onde não houver fotografos, fica dispensada a exigência do retrato do eleitor na folha individual de votação".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos.

*Justificação*

Inúmeras localidades do interior não dispõem de fotógrafo.

Como exigir-se retrato do eleitor, na folha individual, se ele não tem como consegui-lo? Será justo, por essa falta, privar-se o cidadão do alistamento eleitoral?

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos.

PARECER À EMENDA Nº 139

Parecer contrário.

A sua aprovação abriria uma exceção que praticamente anularia a medida moralizadora que o substitutivo consagra, ao exigir o retrato do eleitor nas folhas individuais de votação no futuro alistamento eleitoral.



Reduza-se para 5 dias o prazo previsto nos arts. 178, 179, 181 e 182 e para 3 dias o previsto nos arts. 180 e 183 do Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos.

*Justificação*

Se a lei não coibir, no menor prazo possível, a fraude e a coação, desmoralizado ficará todo o processo eleitoral e falseada a verdade das urnas.

Apesar do aparente rigor inscrito no Código, no "processo das infrações", a coação campeia impunemente, impedindo a livre manifestação da vontade popular.

Em setembro de 1954 apresentei denúncias de coações, exercidas nos municípios de Xapuri, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre. Até hoje, passados 7 meses, 7 longos meses, nenhuma delas foi julgada e em duas, pelo menos, nem o promotor se pronunciou.

A coação surtiu o efeito, ante a morosidade criminosa da própria justiça eleitoral.

Para fazer andar esses processos, tive de recorrer à autoridade do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral.

A continuar assim, as eleições, como a própria justiça eleitoral, constituirão uma farsa.

É imperioso que esses processos tenham curso rápido e que a coação, quando provada, seja sanada no menor prazo, para não surtir o efeito corrosivo que está causando, no eleitorado.

É imperioso que os órgãos da Justiça Eleitoral, em todos os seus escalões, cumpram o seu dever, dentro dos prazos inscritos na lei e com a isenção que é de desejar dos seus membros.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos.

PARECER À EMENDA Nº 140

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade, por ser de emergência a reforma que se quer elaborar. Quer a emenda nº 140 reduziu os prazos no processo das infrações. Coerente com pareceres anteriores, o Relator se pronuncia pela ulterior apreciação da matéria.



## EMENDA AO SUBSTITUTIVO

PROJETO N.º 4.601-A/54

O art. 46, § 3º do Código Eleitoral passa a ter a seguinte redação:

"Quando os lugares a serem preenchidos nas Câmaras legislativas forem dois, serão eles distribuídos segundo as regras 1 e 2 do art. 59 e quando forem 3 ou mais, serão eles distribuídos pela forma estabelecida no art. 58".  
Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos.*

*Justificação*

A atual redação do § 3º do art. 46 tem dado lugar a controvérsias, que chegaram, mesmo, a dividir meio a meio o Supremo Tribunal Federal.

O entendimento do Superior Tribunal Eleitoral, apoiado na prerrogativa do art. 196 do Código e firmado em copiosa jurisprudência, é pela não aplicação, ao caso de preenchimento de dois lugares, da regra do § 2º do art. 59, pois que sua aplicação exigiria o estabelecimento do "quociente eleitoral" e, consequentemente, fundiria o caso de dois lugares a preencher — verdadeira exceção — com o de três ou mais lugares, que é a regra geral.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — *Oscar Passos.*

PARECER À EMENDA Nº 141

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade, por ser da emergência a reforma que se quer elaborar. A emenda cuida de matéria atinente à eleição de deputados. Esta não se efetuará a 3 de outubro próximo. O preceito proposto se filia à espécie das leis interpretativa ou declaratórias, pois colima dirimir dúvidas na aplicação do art. 46 do Código Eleitoral.



## EMENDA AO SUBSTITUTIVO

PROJETO N.º 4.601-A/54

O parágrafo único do art. 183 do Código Eleitoral passa a ter a seguinte redação:

"A falta de cumprimento de quaisquer prescrições ou prazos, contidos nos diversos artigos deste capítulo, seja por parte do órgão do Ministério Público, seja pelos Juizes eleitorais, determina sua suspensão da função e a imediata abertura do processo de responsabilidade do faltoso.

A suspensão e o processo serão promovidos pela autoridade competente, à vista de reclamação documentada da parte prejudicada ou de qualquer cidadão".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos.

## Justificação

Se a lei não coibir, no menor prazo possível, a fraude e a coação, desmoralizado ficará todo o processo eleitoral e falseada a verdade das urnas.

Apesar do aparente rigor inscrito no Código, no "processo das infrações", a coação campeia impunemente, impedindo a livre manifestação da vontade popular.

Em setembro de 1954 apresentei denúncias de coações, exercidas nos municípios de Xapuri, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre. Até hoje, passados 7 meses, 7 longos meses, nenhuma delas foi julgada e em duas, pelo menos, nem o promotor se pronunciou.

A coação surtiu o efeito, ante a morosidade criminoso da própria justiça eleitoral.

Para fazer andar esses processos, tive de recorrer à autoridade do Egrégio Tribunal Eleitoral.

A continuar assim, as eleições, como a própria justiça eleitoral, constituirão uma farsa.

E' imperioso que esses processos tenham curso rápido e que a coação, quando provada, seja sanada no menor prazo, para não surtir o efeito corrosivo que está causando, no eleitoral.

E' imperioso que os órgãos da Justiça eleitoral, em todos os seus escalões, cumpram o seu dever dentro dos prazos inscritos na lei e com a isenção que é de desejar dos seus membros.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — Oscar Passos.

PARECER À EMENDA N.º 142

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade, por ser de emergência a reforma que se quer elaborar. Pondera-se, ainda, que o Código Eleitoral e o Substitutivo cominam apenas para as autoridades faltosas. A suspensão imediata da função já é a consequência da condenação imposta. Além do mais, a emenda se situa no Capítulo de Processo das Infrações e no parágrafo único do art. 183, que já versa sobre a condenação final.



## EMENDA AO SUBSTITUTIVO

PROJETO N.º 4.601-A/54

## Das infrações

Art. — Deixar o responsável de consignar nos assentamentos de sua responsabilidade na repartição pública, autárquica ou empresa particular, a circunstância de ter o eleitor votado ou não:

Pena — reclusão de 1 a 6 meses.

Parágrafo único. Sendo o servidor, público ou autárquico, ou serventário da Justiça, perda do cargo.

Art. — Promover aliciamentos de eleitores, no dia ou na véspera da eleição, inclusive mediante forneci-

mento de transportes gratuitos, refeições coletivas ou outros meios de atração:

Pena — reclusão de 1 a 6 meses.

Parágrafo único. São coautores os motoristas dos veículos, os cozinheiros, os garçons, copeiros ou aqueles que papel semelhante tenham exercido ou de qualquer forma contribuído para o aliciamento.

Art. — Distribuir ou mandar distribuir roupas, brindes, dinheiro, ou qualquer utilidade aos eleitores, durante a campanha eleitoral e no dia da eleição:

Pena — reclusão de 1 a 6 meses.

Parágrafo único. São coautores os intermediários, bem como os comerciantes que saibam da finalidade iniciadora da distribuição.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955. — José Bonifácio.

## PARECER

Pela rejeição. Parte prejudicada, nos termos do parecer e da sub-emenda oferecidos à emenda nº 82.

O primeiro artigo da emenda consta do Substitutivo: - a pena de suspensão do funcionário responsável é a cabível. Ele praticou falta funcional, devendo ser punido administrativamente. O importante na espécie não é o volume da sanção. É a certeza da repressão. É muito menos exequível o castigo proposto no Substitutivo. A perda do cargo é demasiado severa, principalmente sendo primário o infrator. O último artigo da emenda nº 143 é o nº 20, do art. 175, do Código Eleitoral. A sanção do nº 20, do art. 175, é mais rigorosa: detenção de 6 meses a 2 anos. Ponder-se, ainda, que o Código Eleitoral nas penas inferiores a um ano, como é a cominada na emenda nº 143, com melhor sistema as situa como detenção e não de reclusão.



Onde convier:

Art. — O eleitor que deixar de votar não poderá: promover registros públicos, habilitar-se para o casamento, celebrar contratos de qualquer natureza, participar de concorrências públicas ou administrativas receber vencimentos ou quaisquer dinheiros públicos, inclusive de autarquias e sociedades de economia mista, estabelecer-se como comerciante, extrair passaporte, extrair carteira profissional ou de identidade, matricular-se em estabelecimento de ensino, ocupar cargos públicos ou de empresas particulares, receber salários de empresas particulares, praticar qualquer ato de sua vida civil.

§ 1.º — O funcionario ou empresa certificará nos assentamentos de sua responsabilidade, sob as penas da lei, qual a seção e a data em que o eleitor votou e, em caso negativo, mencionará a certidão excusatória.

§ 2.º — Estando o cidadão impedido ou dispensado de se alistar, ou de votar, deverá exibir certidão do cartório e seu domicílio eleitoral em que conste o motivo do impedimento ou da dispensa.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955. — José Bonifácio.

PARECER À EMENDA Nº 144

Pela rejeição.

Esta emenda realmente está prejudicada pela de nº 23 de autoria do eminente deputado Martins Rodrigues, aprovada numa subemenda oferecida pelo relator.

Esta emenda disciplina a matéria, relacionando a maioria dos casos focalizados pelo eminente deputado José Bonifácio, muitos dos quais já constam do Substitutivo.

A Comissão buscou a sistematização casuística. Isso porque se trata de norma penal, de aplicação restrita. Proibição genéricas são descumpridas.



275

a) o candidato comparecerá perante o juiz munido do necessário para escrever o requerimento e de três retratos 3 por 4, na sede do Município, do Distrito, ou do Povoado, que tenha ou mais candidatos, em local previamente designado. Juntará, no ato, a sua prova de maioria eleitoral;

b) o juiz fornecerá as normas do requerimento que serão copiadas em sua presença pelos candidatos;

c) o juiz irá despachando os requerimentos à medida em que forem entregues, recebendo o apresentante, recibo do mesmo e dos documentos que oferecer, procedendo na forma do artigo 35, da Lei 1.164, de 24-7-50.

Parágrafo único — Sendo notória a maioria do candidato, o juiz poderá dispensar a prova de idade, exigindo, apenas, a identidade do candidato.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955. — José Bonifácio.

N.º 145

Onde convier:

Art. — Os cidadãos se inscreverão eleitores mediante o requerimento, feito do próprio punho, perante o juiz eleitoral, observando-se o seguinte:

# PARECER

Pela rejeição. O sistema proposta pelo nobre deputado José Bonifácio, pelo qual a elaboração do requerimento de inscrição eleitoral será feita perante o juiz eleitoral, trará embaraços dispensáveis aos alistandos e à justiça eleitoral. (O art. 40 determina que o alistamento se fará, futuramente, por novo sistema, o das folhas individuais de votação, em que se procurou resguardar o importante ato contra a fraude.



Onde convier:

Art. — É incompatível para exercer cargo eletivo aquele que, durante a campanha eleitoral, ou durante o dia da eleição, tenha:

a) praticado, ou tentado praticar, corrupção ativa ou passiva;

b) exercido coação sobre eleitor, ou praticado fraude eleitoral;

c) prejudicado, de qualquer forma, os trabalhos eleitorais;

d) promovido, ou mandado promover, a distribuição de brindes, dinheiro, roupas ou quaisquer utilidades aos eleitores;

e) promovido, ou mandado promover, aliciamento de eleitores no dia da eleição, ou na véspera, inclusive mediante transporte gratuito, refeições coletivas, ou quaisquer meios de atração.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955. — José Bonifácio.

PARECER À EMENDA Nº 146

Pela rejeição. Incompatibilidades ou inelegibilidades, só as da Constituição Federal. Maiorias ocasionais, juizes que são da conveniência das medidas adotadas por meio de legislação ordinária, não podem arbitrar matéria dessa importância, vitalmente vinculada à sobrevivência e à independência das minorias. Poderíamos regredir à época das depurações, em que maiorias onipotentes e apaixonadas se sobrepunham ao soberano pronunciamento das urnas.

Só através da emenda constitucional o instituto da incompatibilidade e da inelegibilidade poderá ser alterado. Providência essa, aliás, que necessita ser efetivada, inclusive para evitar que presidentes ou diretores das autarquias, de sociedades de economia mista, prefeitos até de capitais, com o poder de seus cargos e sem se afastarem deles, bem como, às vezes, até com a munificência perdulária do dinheiro do povo, concorram vitoriosamente às eleições.

Em alguns Estados já se diz que na respectiva representação há "cadeiras cativas", vinculadas a determinados cargos. Mas o instrumento jurídico para obviar semelhantes males é o Código Político do País.



277

N.º 147

Onde convier:

"A gratificação aos escrivães eleitorais será de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Sala das Sessões, 31 de Maio de 1955. — Gabriel Passos: — Ernani Sátiro.

PARECER À EMENDA Nº 147

Pela rejeição, pela preliminar da inoportunidade, por ser de emergência a lei que se quer elaborar, do Código Eleitoral, o art. 193, § 2º, fixa em CR\$ 800,00 a gratificação ao escrivão e em CR\$ 1.500,00, ao juiz eleitoral.

A matéria deverá ser decidida em reforma posterior, mesmo porque não seria justo circunscrever a majoração aos escrivães, excepcionando outros servidores da justiça eleitoral.



N.º 148

Acrescente-se:

Art. — O Diretório Regional de qualquer Partido Político com representante à Assembléia Legislativa, poderá em qualquer época, com exceção dos (6) seis dias que precederem as eleições, requerer por seu delegado, ao Presidente do Tribunal Regional, seja afastado qualquer juiz eleitoral do exercício de suas funções desde que se trate de juiz que seja parente até o 2.º grau, inclusive, ainda que por afinidade, de membro de Diretório Municipal ou regional de Partido Político registrado ou de candidato a qualquer cargo eletivo.

§ 1.º O requerimento, fundamentado ou não, será automaticamente deferido e o Presidente do Tribunal dentro de 72 (setenta e duas) horas providenciará a substituição do juiz, pelo prazo de 180 (cento e oitenta dias), por juiz de Zona Eleitoral com jurisdição na mesma cidade, município ou município vizinho.

§ 2.º Se o requerimento não estiver instruído com as certidões necessárias, ou se não estiver em termos, o Presidente do Tribunal dentro de 48 (quarenta e oito) horas, despachará fazendo as exigências que se fizerem indispensáveis.

§ 3.º Até 48 (quarenta e oito) horas depois de oferecidas as certidões ou satisfeitas as exigências, o Presidente do Tribunal providenciará na conformidade do disposto no § 1.º deste artigo.

Art. — Fica mantido o disposto no art. 26 e seu parágrafo único do Código Eleitoral (Lei n.º 1.164, de 24 de Julho de 1950).

## Justificação

Será feita, oportunamente, no seio da Comissão e em Plenário.

Sala das Sessões, 31 de Maio de 1955. — Chagas Rodrigues.

PARECER À EMENDA Nº 148

Pela rejeição.

Pparecer contrário, pela preliminar de que a matéria deverá ser disciplinada posteriormente. O afastamento do juiz eleitoral, por razões de parentesco, será ocorrência mais frequente nas eleições regidas pelo preceito proporcionalista, dado o grande número de candidatos. Sendo, via de regra, majoritária as próximas eleições, o menor número de candidatos caracteriza a conveniência de futura decisão sobre a espécie, com o vagar e o cuidado que sua importância exige. Em São Paulo, por exemplo, coincidindo eleições para deputados federais e estaduais, bem como as municipais, em mais de 400 municípios, teríamos cerca de 5.000 candidatos gerando impedimentos. Isso poderá acarretar sérios problemas para a justiça eleitoral. Atualmente, o afastamento do juiz por parentesco, é feito na apuração. Portanto, o Código já cuida da



espécie

A Emenda nº 148 cria o deferimento " automático" pelo juiz, o que se imiscue, inconstitucionalmente, na autonomia do Judiciário, abstraindo aos intérpretes o poder de julgar. A limitação ao partido com representação na Assembleia Legislativa, contravem ao dogma da isonomia. Todos partidos, regularmente constituídos, grandes ou pequenos, se igualam nos deveres e nos direitos, maxime quando estes têm a força de legítima defesa como a arguição de suspeição.

Aliás, há caso " sub especie juris" já genericamente disciplinado pelo art. 15, § 7º do Código Eleitoral.

Qualquer interessado, - admite o preceito - poderá arguir a suspeição de qualquer juiz de qualquer instância eleitoral, bem como de qualquer funcionário. O elastério da norma coloca o juiz eleitoral, aliás taxativamente explicitado. " Legem habemus", pois . Seria eterativa, se adotada, a emenda nº 148.



EMENDA Nº 149, COM SUBEMENDA

L 280

N.º 149

Depois do art. 6.º do Substitutivo da Comissão Mixta, acrescente-se:

Art. ... Ao receber o título em cartório ou não, o eleitor deverá firmar recibo que ficará junto ao processo de seu alistamento.

Parágrafo único. Será cancelado o título cuja assinatura não fôr idêntica à do requerimento de inscrição.

*Justificação*

O Substitutivo ordena que a entrega do título se faça pessoalmente mas nada providencia para tornar efetiva a exigência que é excelente.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955.  
— Odilon Braga.

PARECER

Pela aprovação. Os arts. 5º e 6º do Substitutivo determinam a entrega pessoal do título ao eleitor, para evitar a manipulação deles pelos cabos eleitorais e para possibilitar mais uma oportunidade de aferição da identidade do eleitor. A providência aventada na Emenda n. 149 é meritória. Inclusive para que se constate, mais uma vez, que o eleitor é alfabetizado. Com ela, ainda, se obviará a entrega de título a outro que não seu legítimo titular. Conforme sistemática do Substitutivo, deverá ser acrescida à emenda o seguinte parágrafo, que será o 2º, passando o atual parágrafo único a ser parágrafo 1º:

" § 2º. Da decisão do juiz, determinando o cancelamento nos termos do § 1º deste artigo, o eleitor ou delegado de partido poderão recorrer dentro de três dias ao Tribunal Regional Eleitoral, que decidirá dentro de cinco dias."



EMENDA Nº 150

N.º 150

Ao art. 20, do Substitutivo da Co-  
entre as palavras "vedada" e "a vo-  
missão Mixta, inclua-se no princípio,  
tação". o inciso — "sob pena de nu-  
lidade".

*Justificação*

Não basta dizer que é terminante-  
mente proibida a votação em secção  
diversa. Para que a mesa cumpra o  
preceito deverá ficar expressa a san-  
ção de nulidade.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955  
— Odilon Braga.

PARECER

Pela rejeição, pois está prejudicada pela aceitação de emen-  
da do mesmo teor, de autoria do nobre deputado Martins Rodrigues e de  
nº 30, aprovada como sub-emenda.



N.º 151

Acrescente-se, onde convier:  
"Art... Além do número de delegados previsto para a respectiva representação no Tribunal Superior Eleitoral, cada Partido poderá nomear um delegado para cada Circunscrição eleitoral, com ação limitada aos respectivos interesses".

S. S., 31 de maio de 1955. —  
Arino de Matos.

*Justificação*

Augustosa, muitas vezes, se apresenta a situação dos interessados na solução dos recursos interpostos para o Tribunal Superior Eleitoral, pela deficiência numérica da representação dos Partidos na mais alta Crôte da Justiça Eleitoral.

Via de regra, a conveniência é de concederem-se poderes aos representantes que, nas respectivas circunscrições, interpuzeram e arrazoaram os recursos, para os sustentarem na superior instância.

*Era ut supra.* — Arino de Matos.

~~PARECER~~

Pela rejeição. Atualmente, são 5 os delegados nacionais credenciados pelos Partidos junto ao Tribunal Superior Tribunal Eleitoral. O pleito de 3 de outubro, via de regra para cargos majoritários, ensejará número menor de recursos. Além do mais, sendo nacional e eleição principal, nacionais e não circunscriçõais devem ser os delegados. Se a matéria devesse ser regulada em moldes diferentes, a oportunidade para isso seria a reforma que posteriormente se fará. Aliás, é de se discutir se a matéria não devesse ser confiada à decisão dos Tribunais em seu regimento, pois assim haveria mais flexibilidade em admitir delegados na proporção do movimento eleitoral.

A circunscrição de São Paulo tem movimento eleitoral diferente da de Alagoas, por exemplo. Recordar-se que o Tribunal Superior, pela letra "d", do art. 12, do Código Eleitoral, tem a outorga de legislar para os casos omissos e emergentes, sendo uma das formas, rara aliás, de habilitação de autoridade em nossa legislação.



EMENDA Nº 152

N.º 152

Acrescente-se, onde convier:  
"A urna que contiver votos anulados pela Junta Eleitoral será imediatamente resguardada com as cautelas que a lei recomenda para a sua inviolabilidade e remetida, dentro de 24 horas ao Tribunal Regional Eleitoral que a manterá sob os cuidados previstos no § 2.º do artigo 90 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950,

competindo ao Presidente deste Tribunal designar a pessoa que lhe deva dar guarda.

S. S., 31 de maio de 1955. —  
Arino de Matos.

*Justificação*

Dada a decisão da Junta a matéria fica afeta ao Tribunal "ad quem", não se justificando mais a permanência da urna na 1.ª instância, onde, não raro, fica por largo tempo, exposta a violação.

*Era ut supra.* — Arino de Matos.

PARECER

A matéria deverá ser regulada em reforma posterior da lei eleitoral. O substitutivo que ora se quer votar deve se circunscrever ao urgente e inadiável, com vistas ao vizinho pleito de 3 de outubro. Essa a preliminar que milita contra a emenda da autoria do nobre deputado Arino de Matos.

Pondera-se, aliás, que o Código Eleitoral abundou em cautelas assecuratórias da inviolabilidade da urna.



284

N.º 153

Acrescente-se ao Artigo 91 do Código Eleitoral um parágrafo sob a designação de 3.º, assim redigido:

§ 3.º Será aplicada, a cada um dos membros da Junta, a pena de Cr\$... 1.000,00, por dia, sempre que não afixarem, diariamente os resultados a que aludem os dois outros parágrafos deste artigo.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955  
Alberto Torres.

PARECER À EMENDA Nº 153, COM SUBEMENDA

Pela aprovação; com a subemenda. O art. Código Eleitoral cuida dos deveres das juntas eleitorais de um dêles a publicação dos resultados da apuração de cada fornecendo-os aos fiscais. O art. 91 determina providências fundamentais para a eficiente fiscalização por parte dos partidos e dos candidatos, inclusive definindo o momento hábil para interposição de recursos, a fim de que não sejam intempestivos. Infelizmente tem havido transgressão a êsse dispositivo, o que constitui grave irregularidade.

Urge defender contra isso os partidos e os candidatos. É o que propõe a emenda nº 153.

Parece ao relator que a reincidência deve agravar a pena. Propõe assim esta subemenda, que dará ao texto sua redação por inteiro:

"Art. Finda a apuração de cada dia, se a junta eleitoral não cumprir o disposto no art. 91 do Código Eleitoral, cada um dos seus membros será multado com Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros).

Parágrafo único. A reincidência acarretará a destituição da junta eleitoral, sem prejuízo da responsabilidade penal que no caso couber"



N.º 154

Acrescente-se onde convier:

Art... Todos os meios de transporte de aluguel, existentes nos limites de cada município, serão distribuídos, equitativamente, entre os partidos registrados, pela Justiça Eleitoral, com prévio ajuste e pagamento de preço.

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955  
Alberto Torres.

PARECER

A emenda quer anular um dos meios preferidos de pressão pelo poder econômico.

Candidatos ou diretórios, opulentamente municiados de dinheiro, instauram no dia do pleito o "trust" ou o monopólio dos transportes. Préviamente alugam o que há, custe o preço que custar. Nada sobra aos adversários. Além disso, a competição estimula o cruel leilão do "quem paga mais". A emenda estatui a regra da equidade, por força da qual todos partidos terão igual tratamento com respeito aos meios de transportes; mas não patrulha os preços que chegam às raias da extorsão, facilitando aos ricos transportarem o que quiserem e impossibilitando aos pobres transportarem sequer o que precisam.

A solução só poderá surtir efeito se for drástica: proibição absoluta de fornecer transporte. Não parece conveniente atribuir à justiça eleitoral a função de investir em matéria dessa delicadeza. Em verdade, esta emenda está prejudicada pela sub-emenda oferecida à emenda nº 82.



I

"Inclua-se onde convier:

O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, e por tempo não excedente a dois dias, para o fim de se alistar eleitor".

JUSTIFICAÇÃO

Já consagra a Consolidação das Leis do Trabalho (Dec. lei 5452, de 1º de maio de 1957) princípios idênticos, aos empregados que necessitem efetuar o registro civil de seus filhos, bem como assistir ao enterramento de seus dependentes econômicos, e ascendentes e descendentes.

Aqui, em se consagrando idêntico princípio, reforça-se o alistamento eleitoral, permitindo-se a todo empregado, desde que alfabetizado, ser eleitor e assim cumprir o mais sagrado dever de cidadão.

Cumpre, ademais, salientar, que o prazo não deverá exceder a 2 dias, podendo ser até de horas, dependendo da presteza do serviço eleitoral e o alistamento ser procedido uma vez na vida do cidadão.

PARECER

Parecer favorável. O alistamento, em regra, só se fará uma vez para cada cidadão. Trata-se de uma obrigação legal. Há penas para os que não o fizerem. Justo é que o empregado não sofra prejuízos salariais.

Além do mais, a Consolidação das Leis do Trabalho possibilita ausências remuneradas, semelhantes à prevista pela subemenda em causa.



22. SUB-EMENDA

"Ao § 29 do art. 18 "in fine", suprima-se "e não terá efeito suspensivo".

JUSTIFICAÇÃO

O preceito é iterativo. Os recursos eleitorais, a não ser excepcionalmente e por força de preceituração especial, não têm efeito suspensivo. É o que diz o art. 156. No silêncio da lei, pois, a vigência do art. 156 operará o efeito suspensivo. Como em outras oportunidades, o Substitutivo institue recursos, sem esclarecer se devolutivos ou suspensivos, com o que funcionará a regra do art. 156, - essa referência avulsa, feita pelo premencionado § 29 do art. 12 do Substitutivo, poderá gerar confusões. Além do mais, quebra o sistema, discrepando da boa técnica legislativa.

A emenda supressiva ora proposta quer excluir a superfetação.

\*\*\*

23. SUB-EMENDA

"Acrescente-se onde convier:

Art. - Não se aplica esta lei aos prazos nela referidos, quando já esgotados na data de sua publicação.

Parágrafo único - Os demais prazos entrarão em vigor 10 (dez) dias depois da publicação desta lei".

JUSTIFICAÇÃO

Certos prazos, fixados na reforma eleitoral que ora se elabora, não poderão ser imediatamente aplicados. Isso porque, quando da publicação da lei já estarão esgotados. Exemplo: os artigos 11 e 13 proíbem o recebimento de requerimentos de inscrição eleitoral e transferência, dentro dos 100 (cem) dias anteriores ao pleito.

Ora, esse prazo, que é o do alistamento, em sua acepção genérica, terminará, no dia 23 de junho. Evidentemente, esse prazo estará prejudicado, para operar neste pleito.



Marquês 290

288

- 3 -

Ora, esse prazo, que é o do alistamento, em sua acepção genérica, terminará no dia 23 de junho. Evidentemente, esse prazo estará prejudicado, para operar neste pleito.

Quanto aos demais, para a maioria deles, não há verã dificuldades. São prazos curtos, geralmente de 3 ou 5 dias, para interposição ou decisão de recursos. Contudo, para alguns, há o perigo da vigência da lei nova ir surpreender a situação atual, regida por prazos mais longos, instituídos pelo Código Eleitoral.

É indispensável cuidar da matéria. Não é justo, poderá criar sérios embaraços, surpreender partidos, candidatos e eleitores com um novo regime de prazos, que, ao passarem a vigor, estiverem por alguns dias, senão horas, para se tornarem preclusos. A fase de tramitação do Substitutivo impede resolver a dificuldade.

O Substitutivo não poderá mais ser emendado. De antemão, não se poderá saber quais serão seus artigos aprovados ou rejeitados, bem como quais das quasi 200 emendas e sub-emendas se rão ou não aproveitadas. Há mais: o Substitutivo aprovado pelo Câmara irá ao Senado. Não se poderá saber, agora, quais as disposições desse Substitutivo que o Senado aprovará ou não. E o Senado não poderá, por igual, apresentar novas emendas, de vez que funcionará como Câmara revisora, sendo disjuntiva sua decisão: ou fica com o que aprovará antes ou com o emendado pela Câmara.

Resulta daí que a enumeração taxativa dos prazos extintos esbarra com esses óbices.

A Comissão Mista, por proposta do Relator, adotou os critérios especificados na Sub-emenda "sub specie juris". São dois: os prazos já extintos, já esgotados, quando da publicação da lei, só vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1956.

Nestes casos, o regime que os regerá será o do Código Eleitoral. Quando os prazos referidos na lei em elaboração, quando da entrada em vigor desta, ainda não tenham sido esgotados, haverá um prazo de 10 dias para que isso aconteça. Não será, veja-se bem, a concessão de um prazo suplementar de 10 dias. Não serão mais 10 dias como prorrogação. Isso porque os 10 dias se contarão da publicação da lei e não da data em que o prazo novo começa se a operar sus defeitos. Aliás, pensa o Relator que esse preceito só aproveitará ao art. 14, § 2º, encerrando aos 80 dias da eleição o prazo para os pedidos da 2ª via de título de eleitor por perda ou extravio.

Suponhamos que a Reforma entre em vigor no dia 5 de julho. No dia 13 desse mês, operaria seus efeitos o § 2º, do art. 14. Contudo, por força do preceituado na Sub-emenda agora em exame, isso se dará no dia 15 de julho. Só aí, decorreu para o pra



zo o decênio assinalado na Sub-emenda.

De qualquer forma, a norma genérica e não casuística, obvia dificuldades futuras, quando não poderão ser resolvidas com emenda, porque estas serão inadmissíveis.

A entrada em vigor em data posterior à publicação, caracteriza o "tempus vocacionis". "Entre a publicação e a entrada em vigor integral da norma - explica Carlos Maximiliano (Direito Intertemporal, pg. 13) - há um intervalo - tempus vocacionis, durante o qual a regra antiga ainda conserva um valor material e materiais consequências, e a nova, apenas uma força jurídica "formal", tornando-se material após o início da plenitude da atuação do preceito positivo último. A nova Lei de Introdução ao Código Civil (Dec. Lei nº. 4.657, de 4 de setembro de 1942, art. 1º) fixou um só "tempus vocacionis", de 45 dias. Para entrar em vigor o próprio Código Civil o seu art. 1806 estipulou prazo maior, de um ano.

O art. 2º da antiga Lei de Introdução ao Código Civil discriminava prazos múltiplos. É o que se chama, na técnica legislativa, sistema progressivo de vigência decorrente da publicação da Lei.

Os prazos referidos no Substitutivo são os seguintes, classificados em "longos" os superiores a 30 dias e curtos os até 30 dias.

Prazos longos:

Art. 9º - 70 dias antes do pleito, a justiça eleitoral deverá ter aprontado todos os títulos;

Art. 10º - Até 60 dias antes da eleição, os eleitores deverão retirar os títulos em cartório;

Art. 11º - 100 dias da data da eleição, encerra-se o alistamento.

Art. 12º - 100 dias antes da eleição, encerra-se a transferência de títulos;

Art. 14º - 80 dias antes da eleição, encerra-se a expedição de 2ª via do título de eleitor, por motivo de perda ou extravio;

Art. 17º - 99 dias antes da eleição, a justiça eleitoral inicia a organização das listas de eleitores;

Art. 29º - 45 dias antes da eleição, as mesas receptoras serão constituídas;

Art. 34º - 6 meses antes e três depois do pleito, nenhum servidor público poderá ser removido.

Prazos curtos:

Art. 1º - Prazo de 5 dias, para o juiz despachar o pedido de inscrição eleitoral;



§ 1º do art. 1º - Prazo razoável, para o juiz eleitoral sanar omissões ou irregularidades;

§ 2º do art. 1º - Recurso, dentro de 3 dias, pelo alistando e de 3 dias pelos Partidos;

Art. 8º - Quinzenalmente, o juiz eleitoral fará publicar seus despachos aos requerimentos sobre títulos;

§ 1º do art. 12 - Será publicado em 5 dias o despacho do juiz;

§ 2º do art. 12 - Recurso em 48 horas;

§ 3º do art. 12 - Dentro de 5 dias decidirá o Tribunal Regional;

Art. 14, § 1º - 30 dias para expedição da 2ª via do título, por estrago ou inutilização;

Art. 18, § 1º - Prazo de 3 dias, recurso para exclusão na lista de eleitores;

Art. 18, § 2º - Será interposto em 3 dias;

Art. 18, § 3º - O Tribunal Regional decidirá em 5 dias;

Art. 23 - Justa causa não haver notado até 30 dias depois da eleição;

Art. 30 - 48 horas para reclamação da constituição de mesa receptora.

Art. 31 - Justa causa pelo não comparecimento de membros da mesa no dia da eleição; apresentação em 48 horas.

Art. 33 - Prazo registro de candidato: 30 dias.





291

## DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. AARIO STEINBRUCH

Voto contra a adoção da cédula oficial.

Esta atitude não se prende ao fato de não desejar, como interessado na solução e fim da fraude eleitoral, que a nossa legislação se veja dotada de um código eleitoral que no fundo e substância atinja a aspiração de todos os bons brasileiros e que é a eleição livre, limpa e honesta.

Mas não encontro na cédula oficial nenhuma solução de nosso problema, pois a fraude, a grande fraude, não se verifica com as cédulas, além de ainda nos sobrecarregar com outro problema, de suma gravidade - o afastamento do grande eleitorado das urnas.

Em país democrata como é o nosso, e que os eleitos devem representar a vontade popular, a cédula oficial afastaria a manifestação dessa vontade e o eleito passaria a representar a minoria votante. O que causa espécie é que os propugnadores da cédula oficial que sempre se bateram por questões de maioria, considerando como tal a chamada "absoluta", pois no seu entender somente a maioria absoluta faria do eleito o representante da maioria da vontade popular, agora se esquecem dessas argumentações para, em querendo fazer vigorar a cédula oficial, pretender que o escolhido o seja por uma minoria real, já não maioria em virtude das dificuldades que esta cédula oficial apresentará ao eleitor não dotado de qualidades superiores de instrução.

Com relação à cédula oficial, o afastamento das urnas se dará não só com o eleitor de poucas letras, mas também com o de medianas, e somente o eleitorado superiormente dotado saberá manter a calma necessária na ocasião do voto para escolher o candidato de sua preferência. Há que considerar o estado psicológico do votante ao entrar na cabine, que já lhe tolhe um pouco a faculdade de desembaraço e pronto raciocínio. Se, ainda dificultarmos o ato de votar, mediante uma cédula que embarece a escolha do candidato, teremos, afi





nal, o resultado da eleição completamente diverso da real vontade do eleitorado, o que poderia ter consequências graves.

Pretender escolher um governo por intermédio da elite do eleitorado não é democracia, mas oligarquia de elite.

Infelizmente, procura-se muito em nosso país impor - tar idéias estrangeiras, sem atentar se essas idéias se coadunam com as nossas próprias condições, se se acomodam à nossa mentalidade, se servem, realmente, às nossas necessidades.

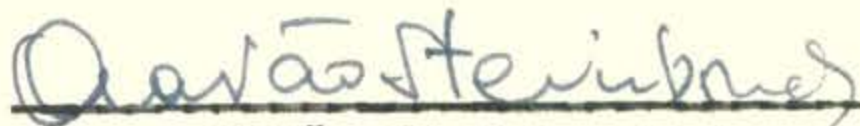
Para problemas nossos devemos procurar soluções nos - sas, ou se importarmos soluções que sejam compatíveis com a nossa maneira de ser. A cédula oficial é usada em outros países cujo eleitorado é diferente, as peculiaridades são próprias e diversas e não podemos transplantar essa idéia para cá se ela não nos convence, e ao contrário, prejudica.

Basta de sermos e constituirmos uma civilização de papel carbono.

Se o nosso povo não possui habilitação suficiente para votar corretamente com complicadas cédulas, a culpa não lhe cabe, eis que os governos não cogitaram de instruí-lo, de melhorar seu nível intelectual, deixando-o ao inteiro abandono.

Não há de se querer afastar esse eleitorado que, sendo do povo, não mereceu atenção dos homens do poder e por isso não podem ser afastados por esses mesmos que deles se desviam.

Representando o Partido Trabalhista Brasileiro, como Deputado Federal nesta Comissão, estou inteiramente à vontade para votar contra a cédula oficial, adotando os demais pontos da reforma que constituem por si só maiores empecilhos à fraude que a tão louvada cédula oficial, por isso que, o eleitorado do PTB é o do povo esclarecido e alfabetizado, das fábricas, do comércio, dos escritórios, da cidade enfim, onde a fraude é mais difícil.



Aarão Steinbruch



DECLARAÇÃO DE VOTO DOS SRS. OLIVEIRA BRITO, HEITOR MEDEIROS E  
COSTA PEREIRA

293

Morais 2/15

Sem embargo do reconhecimento dos elevados propósitos que induziram o Ministro Edgard Costa - Presidente do Tribunal Superior Eleitoral e Juiz dos mais eminentes dentre quantos integram a alta magistratura nacional pelas excelsas virtudes de caráter, de patriotismo, de saber e de inteligência de que é possuidor - a sugerir a adoção da chamada cédula oficial de votação como uma das medidas indicadas para o aprimoramento da nossa legislação eleitoral, votamos contra as emendas que visavam a regular a matéria, pelas razões que vão sucintamente expostas nesta declaração de voto.

Questão da mais alta transcendência, que deveria ser tratada acima das conveniências de grupos político-partidários, foi, não obstante, muito mal colocada perante a opinião pública, por aqueles que, dominados por sentimentos irrefreáveis ou por se considerarem donos da verdade ou senhores do privilégio das virtudes cívicas e morais no Brasil, pretendem fazer acreditar que, na adoção da cédula oficial, se resume a única e exclusiva providência legal capaz de coibir a fraude no sistema eleitoral vigente entre nós. Chegam, mesmo, a sustentar que, sem a adoção dessa medida, tôdas as demais acolhidas pela Comissão Mista no seu trabalho - a maioria das quais por sugestão da própria Justiça Eleitoral - nenhuma valia têm. Esquecem-se, assim, - ou fazem-se de ignorantes - de que, na verdade, a cédula oficial, além das vantagens de poupar aos candidatos as despesas com a impressão de cédulas individuais e de facilitar àqueles que são apoiados apenas por partidos políticos que não possuem diretórios em todos os municípios do país a distribuição de cédulas com o seu nome a todo o eleitorado brasileiro, não eliminará senão dois dentre os 15 processos de fraude eleitoral mais em uso apontados pelo honrado e eminente Presidente do Tribunal Superior Eleitoral na justificação do anteprojeto de lei que elaborou por solicitação do Governo da República. Em outras palavras, a adoção da cédula oficial não operaria o milagre de erradicar todos os vícios que contaminam as eleições em nossa pátria como querem fazer crer os que desejam transformar a elaboração da lei de reforma do Código Eleitoral em mais um motivo de perturbação da normalidade das instituições políticas que nos regem, pois a verdade, que desafia contestação, é que evitaria apenas os seguintes vícios





cios:

- a) ~~+~~ a concentração de eleitores em recintos privados ("currais" ou "quartéis") para distribuição de chapas e sua condução até a seção eleitoral sob fiscalização;
- b) ~~+~~ a inutilização de cédulas de adversários, mediante aposição subreptícia de sinais que as identifiquem (bataon, tinta, etc.).

Embora tais práticas se verifiquem em campo muito limitado, restringindo-se o seu uso a seções eleitorais de municípios de alguns Estados da Federação, seria, não obstante, motivo bastante para aceitarmos a cédula oficial, se outras razões mais ponderosas não desaconselhassem a sua adoção, ao menos da maneira como foi proposta.

A Constituição Federal, no capítulo referente à declaração de direitos, adotando o princípio do sufrágio universal e direto, assegura a todos os brasileiros maiores de 18 anos e que não sejam analfabetos nem estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos, a prerrogativa de alistarem-se eleitores na forma prescrita na lei ordinária.

A seleção do eleitorado, portanto, deve ser feita na fase do alistamento, jamais durante a votação, cujo processo deve ser o mais singelo possível, como acontece, aliás, em todos os países que estão na vanguarda da civilização.

Daí a razão por que, nos Estados que adotam a cédula oficial, o sistema eleitoral é estruturado de maneira a tornar fácil e, portanto, acessível à compreensão e ao discernimento de todo o eleitorado o exercício do voto. Na Inglaterra, por exemplo, onde só há eleições gerais para o Parlamento, a eleição é feita por distrito e pelo sistema majoritário. E não é só. Cada partido só poderá registrar um candidato por distrito e, como o número destes não vai além de cinco, nenhuma dificuldade existe para o eleitor escolher e assinalar o nome de sua preferência entre os candidatos registrados. Nos Estados Unidos da América do Norte, onde também é reduzido o número de partidos políticos e está em uso a cédula oficial, foi necessário adotar-se a máquina para facilitar a votação e a apuração do pleito, só porque ali há coincidência de eleições, embora todas pelo sistema majoritário.

E o que dizer, então, do Brasil, onde o grau de politização e o nível de instrução e discernimento do povo não pode ser pôsto em termos de comparação com o do povo inglês ou do povo americano; onde temos nada menos de 15 partidos regis-





trados concorrendo com candidatos próprios às eleições gerais, sobretudo para a renovação das câmaras legislativas; onde se realizam, na mesma data, várias eleições (seis a nove), umas pelo sistema majoritário, outras pelo sistema proporcional; e onde há sempre uma verdadeira pletora de candidatos, principalmente para a Câmara dos Deputados, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, havendo casos de 200, 400 e 800 pretendentes à mesma Câmara? Como o eleitor comum, que constitui a maioria em nossa pátria, em curto espaço de tempo no gabinete indevassável, assinalar em três cédulas diferentes, que receberá no ato da votação, os nomes de seus candidatos a Governador e Vice-Governador, a Senador, a Prefeito e Vice-Prefeito, e, ao mesmo tempo, em três outras cédulas, as legendas de sua preferência e os números correspondentes a seus candidatos a deputado federal, a deputado estadual e a vereador? Ou, se quisermos situar o problema nas próximas eleições, como o mesmo eleitor exercitar conscientemente o seu direito de voto, escolhendo e assinalando os seus candidatos a presidente e vice-presidente da República, a Governador e Vice-Governador, a Prefeito e vice-Prefeito, e a Vereador em vários Estados?

Não. Não somos, em princípio, contrários à cédula oficial de votação. Não a aceitamos, no momento, porque estamos convencidos, sincera e lealmente convencidos de que, na situação atual do sistema eleitoral brasileiro, a medida seria impraticável, assim, isoladamente, como nos é proposta, ainda mesmo que a restringíssemos às eleições pelo sistema majoritário, uma vez que, na mesma data, realizar-se-á, em vários Estados, o pleito para a renovação das Câmaras Municipais.

Não teríamos dúvidas, portanto, em aceitar a cédula oficial de votação se acompanhada de outras medidas que tornassem possível o seu uso, sem o perigo de afastarmos das urnas grande parte do eleitorado brasileiro que, embora votando bem dentro das condições em que deve ser encarada a nossa realidade, não possui, todavia, o discernimento e a educação política que seriam exigidos para a prática do sistema complicado e complexo de votação cuja adoção ora se propõe.

Não tergiversaremos, assim, um só instante, em dar franco e decidido apoio à medida, desde que, simultânea ou previamente, realizemos as reformas do nosso sistema eleitoral que tornem a votação, com o seu uso, não uma operação difícil, mas um ato simples, singelo, como deve ser.





L 296

Somos e temos sido sempre contra a fraude, venha de onde vier, seja de que espécie fôr. O partido a que pertencemos, ao contrário do que insinuam aquêles que se julgam depositários da honra e da dignidade no Brasil, foi o pioneiro da reforma eleitoral. Foi um seu representante quem, antes das últimas eleições, elaborou e defendeu no Senado da República importante projeto de lei, que consubstancia quase tôdas as providências que vêm de ser propostas pelo Tribunal Superior Eleitoral, como ~~indicações~~ capazes de eliminar ou reduzir as possibilidades de fraude que tem sido praticada à sombra do atual Código Eleitoral.

Foi ainda o Partido Social Democrático a primeira agremiação política que, logo após o último pleito e através da palavra do presidente do seu diretório nacional, veio a público mostrar a necessidade da reforma da atual legislação eleitoral, a fim de tornar uma realidade a verdade das urnas.

E aqui, nesta Comissão, os nossos eminentes colegas não nos farão a injustiça, ao contrário, hão de nos reconhecer a ação e o interêsse, a cooperação e o esforço, a dedicação e o apoio às mais variadas providências, muitas das quais de nossa própria iniciativa, em favor da erradicação dos vícios que contaminaram os últimos pleitos. E que dizer, então, do trabalho hercúleo e proficiente realizado neste sentido pelo eminente relator geral, o nosso honrado, erudito, incansável e inteligente companheiro de representação, deputado Ulysses Guimarães?

Provados e intransigentes partidários da reforma de nossos costumes políticos e da moralização e normalidade dos pleitos eleitorais, não podemos, todavia, dar o nosso concurso para que, contrariando o preceito constitucional que consagra o princípio do sufrágio universal, se estabeleça no país o voto capacitário embuçado através de uma medida que, coibindo apenas uma ou duas formas de fraude eleitoral, por sinal das de menor repercussão e extensão na legitimidade dos pleitos, na verdade viria afastar das competições das urnas considerável soma do nosso eleitorado que, mesmo nas condições atuais, tem votado bem na sua grande maioria.

Juntando estas às razões já expostas pelo nosso preclaro colega, deputado Ulysses Guimarães, em seus brilhantes pareceres sobre a matéria, com as quais nos manifestamos de pleno acôrdo, temos por justificado o nosso ente da razão sobre o as-





L 297

sunto, que poderíamos dizer coincidir com o do Partido Social Democrático, a que temos a honra de pertencer.

Sala das Sessões da Comissão Mista, em 16 de junho de 1955.

*[Assinatura]*  
Oliveira Brito

*[Assinatura]*  
Heitor Medeiros

*[Assinatura]*  
Costa Pereira



## VOTO :

O PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA é pela adoção da cédula oficial pura e simplesmente. Todavia, transigiria adotando a emenda Afonso Arinos e até concordando que prevalecesse essa emenda tão somente para as próximas eleições de 3 de outubro.

Pois, entende que a reforma eleitoral de profundidade, tal como está a exigir a conjuntura nacional, deve ser feita imediatamente e nesta será incluída ou não a cédula oficial consoante o resultado que se verificasse no próximo pleito.

O que não quer e nem deve o P.S.P. é associar a sua responsabilidade à negativa de medidas que a Justiça Eleitoral e a opinião pública julgam imprescindíveis para o "decôro, decência e lizura das eleições", mesmo porque julga o P.S.P. que os benefícios ou prejuízos que eventualmente decorram das medidas sugeridas e fixadas no projeto governamental atingirão igualmente a todos, sendo de acrescentar que não faz o P.S.P. a injustiça de julgar a maioria do seu eleitorado incapaz de cumprir as exigências da reforma que são o mínimo que se pode pedir a um eleitor alfabetizado.

Enquanto o Código Eleitoral vedar ao analfabeto o direito de votar, não teria o P.S.P. como justificar sincera e patrioticamente o seu voto negando a reforma chamada Edgard Costa.

Reconhece que um dos objetivos da reforma de emergência é restringir o eleitorado. Aceita apesar disso, tal reforma. Qualquer lei que nos assegure eleições e as isente, tanto quanto possível, de suspeita de fraude, suborno ou influência de poderio econômico terá o incondicional apoio do Partido Social Progressista.

A cédula oficial iguala, na distribuição ao eleitorado, todos os candidatos e todos os partidos. Só isto justificaria, para os que não querem vencer pela força do maior poder econômico e nem pela prepotência de uma organização que longe de ser partidária é muito mais oriunda de passada influência governamental e da máquina político-administrativa que ainda não foi destruída, adotarem a medida democrática e salutar proposta pelo Tribunal Superior Eleitoral. Ficamos, pois, embora vencidos, com o princípio salutar, liberal e patriótico que dá aos candidatos pobres as mesmas possibilidades dos candidatos ricos.

Pelo Partido Social Progressista  
ARNALDO CERDEIRA - (líder)



Declaração de voto de

Deputado Ernani Sátiro

L 299X

Ernani Sátiro

vencido quanto à rejeição da cédula oficial. Entendo que era essa a parte mais importante da reforma, conforma repetidos discursos proferidos no plenário da Câmara e alegações feitas perante esta Comissão. As razões apresentadas contra a medida não me convenceram. A cédula oficial é perfeitamente aplicável e, longe de dar margem à fraude e à pressão, antes as combate e elimina.



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO Nº 4.601-B-1954

Altera dispositivos do Código Eleitoral, e dá outras providências; tendo parecer, com substitutivo, da Comissão Mista de Reforma Eleitoral, com declarações de voto dos Srs. Lúcio Bitencourt e Colombo de Souza.

Parecer da referida Comissão sobre emendas de discussão única: favorável às de ns. 7 - 11 - 49 - 50 - 53 - 54 e 131; com subemendas às de ns. 6 - 12 - 14 (2 subemendas) 15 (2 subemendas) - 18 - 20 (4 subemendas) - 22 - 23 - 24 - 25 - 30 (2 subemendas) - 34 (2 subemendas) - 45 - 46 - 47 (8 subemendas) 52 - 56 (2 subemendas) - 82 - 84 - 87 (3 subemendas) - 126 - 135 - 137 - 149 - 153; contrário às de ns. 1 a 5 - 8 a 10 - 13 - 16 - 17 - 19 - 21 - 26 a 29 - 31 a 33 - 35 a 43 - 48 - 51 - 55 - 58 a 81 - 83 - 85 - 86 - 88 a 115 - 117 a 120 - 124 - 125 - 127 a 130 - 132 a 134 - 136 - 138 a 143 - 145 a 148 - 151 e 152; considerando prejudicadas as de ns. 44 - 57 - 116 - 121 - 122 - 123 - 144 - 150 e 154, com emendas da Comissão (ns. I - II e III), com declarações de votos dos Srs. Aarão Steinbruch, Oliveira Brito, Heitor Medeiros, Costa Pereira, Arnaldo Carneiro e Ernani Sátiro.

(Do Senado Federal)

PROJETO Nº 4.601-1954 A QUE SE REFERE O PRIMEIRO PARECER DA

COMISSÃO MISTA DE REFORMA ELEITORAL



*A imp. n.º 16.5.55.*  
*J. f.*  

OF.CMRE 36/55

Em 16 de maio de 1955.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente da Comissão Mista de Reforma Eleitoral tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, para os devidos fins, o Substitutivo a provado por esta Comissão, acompanhado do Relatório dos trabalhos nela realizados.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha estima e distinta consideração.

*Cunha Mello*  
SENADOR CUNHA MELLO

Presidente da Comissão Mista de  
Reforma Eleitoral.

Ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Luz,  
DD. Presidente da Câmara dos Deputados.

MPA/



*Emenda a Constituição, o projeto volta à  
Comissão Mista.*

*31. V. 55*



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

### PROJETO

N.º 4.601-A — 1954

Altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências; tendo parecer, com substitutivo, da Comissão Mista de Reforma Eleitoral (Resolução n.º 8-55), com declaração de voto dos Srs. Lúcio Bittencourt e Colombo de Sousa (Discussão única do Senado)

PROJETO N.º 4.601-54, A QUE  
SE REFERE O PARECER

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Quando o documento que instruir o requerimento de inscrição eleitoral não fôr o referido na letra I, do artigo 33, do Código Eleitoral e surgir qualquer dúvida sobre a identidade do alistando, poderá o juiz exigir a apresentação de documento que comprove essa identidade.

Parágrafo único. O juiz fará publicar, quinzenalmente, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos e os indeferidos.

Art. 2.º O escrivão eleitoral, recebendo o requerimento de inscrição, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo artigo 33 do Código Eleitoral, dará recibo do mesmo ao apresentante, registrando-o no livro competente ao juiz eleitoral, que dentro do prazo máximo de cinco dias o despachará.

§ 1.º Se houver qualquer omissão ou irregularidade, que possa ser sa-

nada, fixará o juiz para isso prazo razoável.

§ 2.º Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição cabe recurso interposto pelo alistando, e do qual, se for deferido, poderá recorrer qualquer delegado de partido.

Art. 3.º O título, que somente será assinado pelo juiz, sob pena de suspensão disciplinar, depois de o ter feito o eleitor, a este será entregue, pessoalmente, pelo próprio juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou pelo escrivão especialmente designado para esse fim.

Parágrafo único. Tratando-se de eleitor residente na zona rural, a entrega do título, uma vez assinado pelo eleitor e pelo juiz, poderá ser feita a procurador munido de poderes especiais ou a delegado de partido devidamente credenciado perante o juiz da zona eleitoral.

Art. 4.º É vedada a expedição de 2.ª via de título, por motivo de perda ou extravio, dentro de 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para a eleição no Estado ou Municípios em que o pretendente fôr eleitor.



§ 1.º Os pedidos de 2.ª via, em qualquer caso, serão apresentados em cartório, pessoalmente, pelo eleitor, instruído o requerimento, no caso de estrago ou inutilização, com a 1.ª via do título.

§ 2.º No caso de perda ou extravio do título, o juiz, após receber o requerimento de 2.ª via, fará pelo prazo de 5 (cinco) dias, publicar pela imprensa, onde houver, ou por editais, a notícia do extravio ou perda e do requerimento de 2.ª via, deferindo o pedido, findo este prazo, se não houver impugnação.

Art. 5.º A transferência do domicílio eleitoral sómente será permitida após 2 (dois) anos da inscrição primitiva, e 3 (três) meses de residência no novo domicílio, salvo em relação aos servidores públicos, civis ou militares, removidos por motivo de interesse do serviço, e membros de suas respectivas famílias.

§ 1.º É vedada a transferência de circunscrição, zona, município ou Distrito de paz, dentro de prazo inferior a 90 (noventa) dias da realização de qualquer pleito na circunscrição, zona, município ou distrito de paz da nova residência do eleitor.

§ 2.º Os pedidos de transferência do domicílio eleitoral serão publicados durante 10 (dez) dias e o despacho que os deferir durante 5 (cinco), só podendo ser expedido o novo título após decorridos, sem impugnação, os referidos prazos.

§ 3.º Expedido o novo título o Juiz ordenará a remessa do anterior ao Tribunal Regional competente, para os efeitos do seu cancelamento salvo se se tratar de transferência de município ou distrito de paz, dentro da mesma zona, caso em que não haverá o cancelamento senão na lista de distribuição dos eleitores pelas seções (Art. 6.º letra a).

Art. 6.º O Juiz não poderá alterar as listas de distribuição dos elei-

tores pelas seções da última eleição realizada, salvo:

a) para excluir os mortos, os que foram legalmente transcritos e os que tiveram sido eliminados do alistamento por sentença passada em julgado;

b) para atender a requerimento do eleitor que tenha mudado a residência para lugar mais próximo de outra seção do mesmo distrito.

Art. 7.º As mesas receptoras serão constituídas de um presidente, de um primeiro e segundo mesários, de 3 (três) suplentes e de 2 (dois) secretários.

§ 1.º Os mesários e seus suplentes serão escolhidos e nomeados pelo juiz dentre os nomes indicados, em lista triplíce, pelos partidos políticos ou aliança, de maneira a que sejam atendidos, sempre que possível, todos os partidos que hajam feito indicação.

§ 2.º Não poderão servir na mesma mesa receptora mesários e suplentes pertencentes a um só partido, cabendo ao Juiz, caso apenas 1 (um) haja feito a indicação de nomes, nomear, para completá-lo, pessoas que gozem de boa reputação, mas que não estejam filiadas ao partido já contemplado com a nomeação.

§ 3.º Se nenhum dos partidos fizer no prazo fixado, a indicação dos nomes a que se refere o § 1.º, o juiz fará a nomeação de todos os mesários e suplentes, obdecendo ao disposto no parágrafo anterior.

§ 4.º A indicação dos mesários e seus suplentes deverá ser feita até 5 (cinco) dias antes do prazo a que se refere o art. 69 do Código Eleitoral.

§ 5.º O presidente será escolhido pelo Juiz dentre os mesários indicados e nomeados.

§ 6.º Os Secretários serão nomeados pelo presidente da mesa receptora, não podendo a nomeação recair em pessoas filiadas a um só partido



ou a partidos que mantenham aliança entre si, ou tenham candidatos comuns.

§ 7.º Os suplentes substituirão os mesários, observado o disposto nos §§ 1.º, 2.º, e 3.º.

§ 8.º Os secretários serão substituídos pelos eleitores designados no ato da instalação da mesa, não podendo a designação recair em eleitores de um só partido ou do partido a que pertencer o secretário presente.

§ 9.º O presidente, mesário ou secretário que comparecer depois de feita a sua substituição, não poderá tomar parte nos trabalhos da mesa.

Art. 8.º As pessoas nomeadas para constituírem as mesas receptoras que sem justa causa apresentada nas 48 horas seguintes à falta, deixarem de comparecer no dia e hora determinados para a sua reunião ou abandonarem os trabalhos no decurso da votação, incorrerão em multa de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) cobrada mediante executivo fiscal.

§ 1.º Se o faltoso for funcionário público ou autárquico, a pena de multa será substituída pela de suspensão de 15 (quinze) dias.

§ 2.º As penas previstas neste artigo, serão aplicadas, em dobro, aos faltosos, se a mesa, pelo motivo do seu não comparecimento, deixar de se reunir.

Art. 9.º Pelas mesas receptoras serão admitidos a fiscalizar as votações, fazer impugnações e formular protestos, os candidatos registrados, os delegados de partidos ou alianças partidárias credenciados perante o juiz eleitoral da zona, e os fiscais nomeados para as respectivas seções.

Parágrafo único. Os partidos ou alianças de partidos, que tenham registrado candidatos, poderão nomear até 3 (três) fiscais para servirem perante cada mesa receptora, os quais revezarão na fiscalização, de maneira a não permanecer no recinto mais de um do mesmo partido ou aliança.

Art. 10. Somente serão admitidos a votar, em qualquer eleição os eleitores pertencentes à seção, excetuando-se, apenas, os candidatos, os membros da mesa, os fiscais que perante a mesma servirem, os delegados de partido, os juizes eleitorais, os eleitores cujos nomes hajam sido omi-

tidos na lista ou nela figurarem erradamente, e aqueles cuja identidade tenha sido impugnada.

§ 1.º Os membros do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas poderão exercer o direito do voto em qualquer localidade da circunscrição que representem.

§ 2.º Os candidatos, os membros da mesa, os fiscais, ou delegados de partido, os juizes eleitorais e os eleitores referidos neste artigo, votarão mediante as cautelas enumeradas no § 4.º, do art. 87, do Código Eleitoral, não sendo, porém, os seus votos recolhidos à urna, e sim, a um envólucro especial de papel ou pano forte, o qual será lacrado e rubricado pelos membros da mesa e fiscais presentes e encaminhado à junta eleitoral, com a urna e os demais documentos da eleição.

§ 3.º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, os juizes eleitorais enviarão aos presidentes das mesas receptoras, juntamente com o material referido no art. 77 do Código Eleitoral um envólucro especial, de pano ou papel forte, com as dimensões de 30 x 20 cms.

Art. 11. Nas cidades, vilas, bairros e subúrbios onde funcionarem mais de 3 (três) seções eleitorais, poderá o juiz fazer instalar uma seção especial para nela votarem os eleitores cujos nomes não figurem na lista da seção a que pertençam, ou nela figurarem erradamente, bem como aqueles cuja identidade houver sido impugnada, sendo os votos tomados com as cautelas constantes do § 4.º do artigo 87, do Código Eleitoral.

Art. 12. Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à turma da seção em que deveriam votar a qual será transportada para a em que tiverem de votar.

§ 1.º As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da seção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobrecartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2.º O transporte da urna e dos documentos da seção será providen-



ciado pelo membro da mesa ou secretário, que comparecer, acompanhando-a os fiscais que o desejarem.

Art. 13. Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e nos povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva inclusive leprosários, onde haja pelo menos 50 (cinquenta) eleitores.

Art. 14. Não poderá ser usada a propriedade ou habitação de candidato, de membro de diretório ou delegado permanente de partido político, bem como de parente de qualquer deles, até o 3.º (terceiro) grau inclusive nem de autoridade policial para nela funcionar mesa receptora.

Art. 15. No ato da votação, poderão os membros da mesa receptora os candidatos, os fiscais ou delegados de partido, bem como qualquer eleitor da seção, impugnar a identidade do eleitor, desde que o façam, mesmo verbalmente, antes de ser ele admitido a votar.

Art. 16. A incoincidência entre o número de votantes e o de sobrecartas encontradas na urna não constituirá motivo de nulidade da votação de-de que não resulte de fraude comprovada.

Art. 17. A Junta Eleitoral deverá concluir os trabalhos de apuração no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1.º Ao presidente da Junta é facultado nomear escrutinadores e auxiliares em número capaz de atender à boa marcha dos trabalhos.

§ 2.º Concluída a apuração de cada urna, um membro da junta para tal designado expedirá boletim do pleito na seção respectiva. Neste boletim consignar-se-á apenas o número de votantes, a votação dos candidatos a cargos isolados e legendas partidárias.

§ 3.º A votação de cada pleiteante figurará na ata prevista no art. 91 do Código Eleitoral.

Art. 18. É anulável a votação quando se apurar coação ou fraude na votação ou na apuração.

Art. 19. Não serão registrados diretórios de partidos políticos, cujos pedidos de registro sejam apresentados à justiça eleitoral em prazo inferior a 30 (trinta) dias de qualquer eleição, como não serão admitidas nesse prazo, quaisquer alterações nos já registrados.

Art. 20. Nenhum eleitor será admitido a votar sem a apresentação do respectivo título.

Art. 21. As sobrecartas oficiais para a votação, além de rubricadas pelo presidente da mesa e um dos mesários, serão numeradas de 1 (um) a 9 (nove) sucessivamente, à medida que forem sendo entregues aos eleitores.

Art. 22. O eleitor que deixar de votar sem causa, justificada perante o juiz eleitoral dentro de 8 (oito) dias da data da eleição incorrerá na multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), imposta pelo mesmo juiz e cobrável mediante executivo fiscal.

§ 1.º Sem a prova de ter votado ou pago a multa prevista neste artigo, não poderá o eleitor:

- a) inscrever-se em concurso;
- b) investido em função pública de qualquer natureza;
- c) participar de concorrências públicas ou administrativas;
- d) pleitear o gozo de favores ou isenções estabelecidas em lei;
- e) obter passaporte ou carteira profissional;
- f) praticar qualquer ato para o qual se exija prova de quitação com o serviço militar e o imposto de renda.

§ 2.º Os que concorrerem para a inobservância das interdições constantes deste artigo incorrerão na pena pecuniária imposta aos faltosos.

Art. 23. Os brasileiros natos ou naturalizados maiores de 18 anos não poderão, sem a prova de serem eleitores, praticar qualquer dos atos mencionados no § 1.º do artigo anterior.

Parágrafo único. Os que concorrerem para a inobservância das interdições constantes do artigo anterior incorrerão na pena pecuniária imposta aos faltosos.

Art. 24. A nulidade de qualquer ato, não arguida quando de sua prática, ou na primeira oportunidade que para tanto se apresente não mais poderá ser alegada, salvo se a arguição se basear em motivo superveniente ou de ordem constitucional.

Art. 25. Os atos requeridos ou propostos em tempo oportuno mesmo que não sejam apreciados no prazo legal, não prejudicarão aos interessados.



Art. 26. Não serão admitidos recursos contra a votação ou a apuração, se não tiver havido protestos contra as irregularidades ou nulidades arguidas, perante as mesas receptoras, no ato da votação ou perante as juntas eleitorais, no da apuração.

Art. 27. São preclusivos os prazos para interposição de recurso, salvo quando neste se discutir matéria constitucional.

Art. 28. Os recursos parciais no caso de eleições municipais serão julgados pelos Tribunais Regionais à medida que derem entrada nas respectivas secretarias, observando-se, quanto ao seu processo, o disposto nos arts. 152 e seguintes do Código Eleitoral.

§ 1.º O disposto neste artigo aplica-se ao Tribunal Superior Eleitoral, em se tratando de eleições estaduais e federais.

§ 2.º Somente se aplicará o disposto no art. 169 do Código Eleitoral aos recursos parciais ainda não distribuídos quando derem entrada nos Tribunais os referentes às diplomações.

§ 3.º Ao julgar os recursos de diplomação, os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior conhecerão dos recursos parciais referidos no parágrafo anterior, interpostos pelos diplomados que não houverem recorrido da própria diplomação, como matéria de defesa.

§ 4.º O Tribunal Superior somente tomará conhecimento de recurso com relação a eleições municipais nos casos previstos nos ns. I, II e IV do artigo 121 da Constituição Federal.

Art. 29. Além dos embargos de declaração, caberão contra as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, quando não forem unânimes, embargos infringentes e de nulidade interpostos dentro do prazo de três (3) dias, contados da publicação do acórdão.

§ 1.º Articulados os embargos, serão os mesmos contestados em igual prazo, findo o qual com a contestação ou sem ela, apresentá-los-á o Relator em Mesa para julgamento na primeira sessão seguinte.

Art. 30. Nas eleições que se realizarem para o preenchimento dos

dois terços do Senado não será apurada a cédula que contiver nomes de candidatos por partidos diferentes, ressalvado o caso de aliança partidária devidamente registrada.

§ 1.º O eleitor poderá, porém, votar em candidatos registrados por partidos diferentes, desde que o faça em cédulas separadas.

§ 2.º Também não poderá conter uma mesma cédula nome de candidato a senador registrado por um partido e de suplente registrado por outro partido.

§ 3.º Em nenhum caso será considerado eleito suplente pertencente a partido diverso do que houver eleito o senador, salvo no caso de aliança partidária.

Art. 31. As decisões sobre exclusão de eleitores passam à competência dos juizes eleitorais, com recurso voluntário, no prazo de dez dias, para o Tribunal Regional.

Art. 32. Será negado o registro a candidatos que, pública ou ostensivamente, façam parte, ou sejam adeptos de partido político cujo registro tenha sido cassado com fundamento no art. 141, § 13 da Constituição Federal.

Art. 33. Competirá aos Tribunais Regionais aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão, até 30 (trinta) dias, aos juizes eleitorais e julgar, em grau de recurso, as que forem por estes aplicadas aos serventuários do juízo eleitoral.

Parágrafo único. Das penas impostas pelos Tribunais Regionais caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o Tribunal Superior.

Art. 34. As juntas eleitorais decidirão por maioria de votos, cabendo recurso de suas decisões, na forma prescrita pelo Código Eleitoral.

Art. 35. O Tribunal Superior Eleitoral ao baixar as instruções para as primeiras eleições que se realizarem após a vigência desta lei tomará as medidas necessárias para a sua completa execução inclusive estabelecendo os modelos para o novo material que passa a ser exigido.

Art. 36. O Presidente e o Vice-Presidente dos Tribunais Regionais serão eleitos por estes dentre os três desembargadores do Tribunal de Justiça; o terceiro exercerá as funções



de corregedor geral da justiça eleitoral da circunscrição a que pertencer com as atribuições que forem fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 37. Salvo o requerimento de inscrição eleitoral que deve ser escrito e assinado do próprio punho do alistando todos os demais podem ser simplesmente assinados pelo eleitor.

Art. 38. A expressão "já tiverem exercido o mandato" da letra c do n.º I da letra b do n.º II do art. 140 da Constituição da República abrange qualquer mandato de Deputado ou Senador do Poder Legislativo da República desde o regime de 1891.

Parágrafo único. O exercício do mandato para o Senado como para a Câmara, qualquer que seja o mandato legislativo federal anteriormente exercido.

Art. 39. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 14 de junho de 1954. — *João Café Filho* — *Alfredo Neves*. — *Francisco Gallotti*.

#### PARECER DA COMISSÃO MISTA DE REFORMA ELEITORAL

(Resolução n.º 8-55)

Por iniciativa da Câmara dos Deputados foi criada, pela Resolução n.º 8, de 1955, a Comissão Mista de Reforma Eleitoral e designados para compô-la os Srs. Senadores Filinto Müller, Rui Palmeira, Atílio Vivacqua, Alô Guimarães, Lúcio Bittencourt e Cunha Mello, e Deputados Ernani Sátiro, Ulysses Guimarães, Raimundo Brito, Colombo de Souza, Oliveira Brito e Pereira Filho, para, no período de 30 dias de sua instalação, apresentar projeto de reforma da Lei Eleitoral.

Realizou, a Comissão, a sua primeira reunião, em que instalou os seus trabalhos, a 19 de abril, elegendo os Srs. Cunha Mello, Rui Palmeira e Ulysses Guimarães, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator.

Atendendo à complexidade da matéria e do curto prazo de que dispunha a Comissão para a elaboração do substitutivo, achou por bem e conveniente solicitar sugestões que pudessem auxiliá-la o que fez por intermédio de ofícios, em número de 33, dentre os quais, convém salientar, os remetidos aos Senhores Presidente da Câmara dos Deputados

Presidente do Senado, Líderes de Bancadas dos Partidos nas duas Casas do Congresso, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Presidentes dos Partidos e Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Desde a data da sua instalação, dia 19 de abril, até a conclusão dos seus trabalhos, dia 13 de maio, realizou a Comissão 12 reuniões. Na primeira concedeu-se ao Relator o prazo de 10 dias, a fim de que o mesmo apresentasse seu anteprojeto independentemente das sugestões que fossem recebidas, cuja prazo para tal também era de 10 dias. O procedimento antecipado da Comissão, visava a que pudesse a mesma realizar o seu objetivo dentro do período estabelecido. Assim, as sugestões que fossem recebidas, no que aproveitáveis, seriam absorvidas no texto do ante-projeto.

No dia 29, como fôra resolvido, o Sr. Relator apresentou o seu trabalho, salientando tomara por base elementos dos projetos ns. 4.601 de 1954 e 94, de 1955, consoante fôra deliberado na reunião do dia 22, aproveitando, também algumas das sugestões recebidas pela Comissão.

Do dia 2 a 7 do corrente realizou a Comissão 7 reuniões em que foi discutido o anteprojeto havendo sido apreciadas 28 emendas que lhe foram apresentadas, das quais 23 aprovadas.

Incumbido o Relator de apresentar redação final do substitutivo, fez-no no dia 11, quando o mesmo foi emendado, depois de discutido, na parte redacional.

No dia 13 foi aprovada a redação final do substitutivo, que ora tenho a honra de apresentar a essa Casa agradecendo a atenção dos meus nobres pares a assiduidade e o brilhantismo com que se houveram nos trabalhos da Comissão.

Em 16 de maio de 1955. — *Senador Cunha Mello*, Presidente da Comissão Mista de Reforma Eleitoral.

#### PARECER DA COMISSÃO

A Comissão Mista de Reforma de Emergência da Lei Eleitoral, nos termos da Resolução n.º 8-55, elaborou ao Projeto n.º 4.601-54, o seguinte

#### SUBSTITUTIVO

Art. 1.º O escrivão eleitoral, recebendo o requerimento de inscrição,



instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo art. 33 do Código Eleitoral, dará recibo do mesmo ao apresentante, registrando-se no livro competente, e, depois de autuá-lo, o fará concluso ao juiz eleitoral, que, dentro do prazo máximo de cinco (5) dias o despachará.

§ 1.º Se houver qualquer omissão ou irregularidade que possa ser sanada, fixará o juiz eleitoral para isso prazo razoável.

§ 2.º Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição cabe recurso ao Tribunal Regional Eleitoral, interposto pelo alistando, dentro de três (3) dias; e do despacho que o deferir, poderá qualquer delegado de partido recorrer, dentro de três (3) dias.

§ 3.º Os recursos referidos no parágrafo anterior serão julgados pelo Tribunal Regional Eleitoral dentro de cinco (5) dias.

Art. 2.º Quando o documento que instruir o requerimento de inscrição não fôr um dos referidos no artigo 33, letras "d" e "e" do Código Eleitoral, e surgirem dúvidas quanto a identidade do requerente, o juiz eleitoral converterá o pedido em diligência para que o alistando comprove sua identidade, ou, não possuindo documento hábil para aquele fim, compareça pessoalmente à sua presença.

Art. 3.º Quinzenalmente, o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa, quando houver, ou por editais, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, os indeferidos e os convertidos em diligência.

Art. 4.º O título eleitoral sob pena de suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias, somente será assinado pelo juiz eleitoral depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor.

Art. 5.º O título eleitoral será entregue, pessoalmente, ao eleitor pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou por escrivão eleitoral especialmente designado.

Art. 6.º O juiz eleitoral, o juiz preparador ou o escrivão eleitoral especialmente designado em dias previamente marcados e anunciados, farão a entrega dos títulos eleitorais nos distritos povoados e na zona rural.

Art. 7.º Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e povoados, assim como nos estabelecimentos

de internação coletiva, inclusive leprosários, onde haja, pelo menos, 50 (cinquenta) eleitores.

Parágrafo único. Sob pena de responsabilidade do juiz eleitoral não poderão todavia ser localizadas seções eleitorais, em fazenda, sítio ou qualquer outra propriedade rural privada mesmo existindo no local prédio público.

Art. 8.º Não poderão servir como escrivão eleitoral ou juiz preparador e como funcionário de qualquer órgão da Justiça Eleitoral, sob pena de demissão, os membros dos diretórios dos partidos políticos ou os candidatos a cargos eletivos.

Art. 9.º Até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição todos os que requererem inscrição como eleitor já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para a entrega, se deferidos pelo juiz eleitoral.

§ 1.º Os títulos eleitorais resultantes de pedidos de transferência de domicílio eleitoral também devem estar prontos para entrega até 70 (setenta) dias antes da data marcada para a eleição.

§ 2.º O juiz eleitoral ou o funcionário responsável pela transgressão do preceituado neste artigo será punido nos termos do art. 175, n.º 15, do Código Eleitoral.

Art. 10. Não constarão das listas de eleitores com a respectiva distribuição pelas seções eleitorais, os que até 60 (sessenta) dias antes da eleição não retirarem de cartório seus títulos eleitorais.

Art. 11. Nenhum requerimento de inscrição eleitoral será recebido dentro dos 100 (cem) dias anteriores à data da eleição.

Art. 12. A transferência de título eleitoral, como decorrência da transferência do domicílio eleitoral só será admitida satisfeitas as seguintes exigências, além das mencionadas no art. 38 e parágrafos do Código Eleitoral:

a) entrada no cartório eleitoral do novo domicílio até 100 (cem) dias antes da data da eleição;

b) transcorrência pelo menos de 1 (um) ano da inscrição primitiva;

c) residência mínima de 3 (três) meses no novo domicílio atestada pela autoridade policial.

Parágrafo único. Quando removidos, a transferência de título eleitoral de servidores públicos ou autárquicos, civis ou militares e mem-



Lote: 32  
Caixa: 227  
PL N° 4601/1954  
438

bro das respectivas famílias está dispensada das exigências relacionadas nas letras "b" e "c" deste artigo.

Art. 13. Os requerimentos de transferência de domicílio eleitoral serão publicados até o prazo máximo de 10 (dez) dias de sua entrada em cartório pela imprensa, onde houver, ou por editais.

§ 1.º Transcorrido o prazo acima mencionado, será publicado pela mesma forma anterior durante 5 (cinco) dias o despacho do juiz eleitoral negando ou deferindo o pedido.

§ 4.º Poderão recorrer ao Tribunal Regional Eleitoral, dentro de 48 (quarenta e oito) horas o eleitor que pediu a transferência sendo-lhe a mesma negada ou qualquer delegado de partido quando o pedido for deferido.

§ 3.º Dentro de 5 (cinco) dias o Tribunal Eleitoral decidirá do recurso interposto nos termos do parágrafo anterior.

§ 4.º Só será expedido o novo título após decorridos os prazos previstos neste artigo e respectivos parágrafos.

Art. 14. Nenhum requerimento de segunda via de título eleitoral sob fundamento de perda ou extravio será recebido dentro dos 80 (oitenta) dias anteriores à data da eleição.

Parágrafo único. O requerimento de segunda via de título eleitoral sob o fundamento de estrago ou inutilização obrigatoriamente instruído com a primeira via do título será recebido até 30 (trinta) dias antes da eleição.

Art. 15. O requerimento de segunda via de título eleitoral sob fundamento de perda ou extravio será sempre apresentado pessoalmente no cartório eleitoral pelo eleitor.

Art. 16. Os eleitores com segunda via de título eleitoral votarão sempre em separado pela forma mencionada no art. 87, letra "b", "c" e "d" do Código Eleitoral escrevendo o presidente da mesa receptora na sobrecarta maior o seguinte: "Segunda via de título eleitoral".

Art. 17. Imediatamente após o encerramento dos prazos para alistamento e transferência de eleitores iniciarão os juizes eleitorais a organização das listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, as

quais serão publicadas pela imprensa, se houver, ou por editais até 30 (trinta) dias antes da eleição.

§ 1.º No município em que as listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais não forem publicadas pela imprensa, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório municipal de partido regularmente registrado.

§ 2.º A infração do disposto neste artigo será punida nos termos do art. 173, n.º 15 do Código Eleitoral.

Art. 18. A organização das listas de eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, observado o disposto no art. 17 desta lei e no art. 68 do Código Eleitoral, será feita com a assistência e fiscalização dos delegados dos partidos, à vista das fichas dos títulos eleitorais e dos processos de inscrição, de transferência de segundas vias existentes em cartório.

§ 1.º Serão, pelo juiz eleitoral excluídos do alistamento, das listas de eleitores e das folhas de votação, os eleitores cuja inscrição não tiver preenchido, manifestando, as condições ou requisitos legais, cabendo recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, pelo eleitor ou pelo delegado de qualquer partido, dessa decisão.

§ 2.º O recurso referido no parágrafo anterior deverá ser interposto no prazo de 3 (três) dias e não terá efeito suspensivo.

§ 3.º O Tribunal Regional Eleitoral decidirá, no prazo de 5 (cinco) dias, o recurso referido nos parágrafos anteriores.

Art. 19. O eleitor só poderá votar satisfeitas estas exigências.

a) exibição do respectivo título eleitoral;

b) constando o seu nome da folha de votação da seção eleitoral em que deva votar, salvo as exceções expressamente consignadas em lei.

Parágrafo único. Ficam expressamente revogados os parágrafos 5.º e 6.º do artigo 87 do Código Eleitoral.

Art. 20. É terminantemente vedada a votação em seção eleitoral diversa daquela em que o eleitor tiver seu nome incluído, salvo as exceções previstas no § 4.º deste artigo.

§ 1.º Votarão perante as mesas receptoras, nas quais estiverem servindo os seus componentes e os fiscais de partidos, sem a exigência da letra b, do artigo 19, desta lei, tomando-se o voto em separado pela forma referida no art. 87, § 4.º, do Código Eleitoral.



§ 2.º O juiz eleitoral poderá votar em qualquer seção eleitoral da zona eleitoral sob sua jurisdição e os delegados de partidos em qualquer seção eleitoral do município para o qual foram designados, tomando-se-lhes o voto em separado pela forma referida no art. 87, § 4.º, do Código Eleitoral.

§ 3.º Podem votar, tomando-se-lhes o voto pela forma referida no art. 87, § 4.º, do Código Eleitoral, os candidatos:

a) a Presidente e Vice-Presidente da República, em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que estiverem inscritos, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;

b) ao Congresso Nacional, a Governador, a Vice-Governador, e às Assembléias Legislativas, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que forem registrados;

c) a Prefeito e às Câmaras Municipais, em qualquer seção eleitoral do município correspondente à zona eleitoral em que forem registrados;

d) a Juiz de Paz, em qualquer seção eleitoral do respectivo distrito.

§ 4.º Podem votar, tomando-se-lhes os votos pela forma referida no artigo 87, § 4.º, do Código Eleitoral:

a) o Presidente e o Vice-Presidente da República em qualquer seção eleitoral do País, nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da República e, em qualquer seção eleitoral da circunscrição em que estiverem inscritos, nas eleições para Governador, Vice-Governador, Senador, Deputado Federal e Deputado Estadual;

b) o Governador e o Vice-Governador, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados, e das Assembléias Legislativas, em qualquer seção eleitoral da circunscrição que representarem;

c) o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores em qualquer seção eleitoral do município que representarem;

d) o Juiz de Paz, em qualquer seção eleitoral do respectivo distrito.

§ 5.º O Presidente e o Vice-Presidente da República, o Governador e o Vice-Governador, os membros do Senado, da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas, bem como os candidatos a esses cargos, poderão votar em qualquer seção eleitoral do município em que estiverem

inscritos, tomando-se-lhes o voto pela forma referida no artigo 87, § 4.º, do Código Eleitoral.

Art. 21. Serão punidos com a pena de detenção de 1 (um) a 6 (seis) meses o eleitor que votar sem cumprir as exigências referidas nos artigos 19 e 20 desta lei, e o presidente da mesa receptora responsável.

Art. 22. As sobrecartas para votação serão rubricadas numeradas de 1 (um) a 9 (nove) pelo presidente da mesa receptora, sucessivamente, à medida e no momento em que forem sendo entregues aos eleitores.

Art. 23. O eleitor que deixar de votar sem causa justificada perante o juiz eleitoral, até 30 (trinta) dias após a realização da eleição, incorrerá na multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros), imposta pelo juiz eleitoral e cobrada mediante executivo fiscal.

Parágrafo único. Sem a prova de que votou na última eleição, pagou a respectiva multa ou se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

a) ser investido ou empossado em cargo ou função pública de qualquer natureza, bem como ocupar emprego em sociedade de economia mista;

b) inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública de qualquer natureza, bem como de sociedade de economia mista;

c) participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos Estados, dos Territórios, do Distrito Federal e dos Municípios;

d) obter empréstimo nas Caixas Econômicas Federais, Estaduais, bem como em qualquer estabelecimento público de crédito mantido ou administrado pelo Governo;

e) praticar qualquer ato para o qual se exija quitação com o serviço militar ou com o imposto de renda;

f) receber o vencimento, remuneração ou salário correspondente ao segundo mês subsequente ao da eleição, quando servidor público, de autarquia e de sociedade de economia mista;

Art. 24. Os brasileiros natos, naturalizados, maiores de 18 anos, salvo os excetuados nos artigos 3.º e 4.º, n.º I, do Código Eleitoral, não poderão, sem a prova de que são eleitores, praticar os atos relacionados no parágrafo único do artigo 23 desta lei.

Art. 25. Os responsáveis pela inobservância do disposto nos artigos 23 e 24 desta lei incorrerão na multa de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros)



a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros), ou suspensão disciplinar até 30 (trinta) dias.

Art. 26 O juiz eleitoral fornecerá aos que não votaram por causa justificada e aos não alistados nos termos dos artigos 3.º e 4.º, n.º 1, do Código Eleitoral, documento que os isenta das sanções legais.

Art. 27 Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargos de representação proporcional, a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas.

Art. 28 Cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados em cada município e dois fiscais junto a cada mesa receptora.

Parágrafo único. Quando o município abranger mais de uma zona eleitoral, cada partido poderá nomear 2 (dois) delegados junto a cada uma delas.

Art. 29 A mesa receptora não poderá ser constituída de membros pertencentes a um só partido ou de coligação, a menos que esta abranja a totalidade dos mesmos.

§ 1.º Os juizes eleitorais escolherão e nomearão os membros das mesas receptoras dentre os nomes indicados em lista triplice, até 45 (quarenta e cinco) dias antes da eleição, pelos partidos e alianças de partidos.

§ 2.º As mesas receptoras serão constituídas de forma a atender, sempre que possível, todos os partidos e coligações de partidos.

§ 3.º Se os partidos e as coligações de partidos não fizerem a indicação no prazo fixado, o juiz eleitoral fará as nomeações atendendo aos critérios referidos neste artigo.

§ 4.º A escolha de fiscal de partido não poderá recair em quem, por nomeação do juiz eleitoral, já faça parte de mesa receptora.

Art. 30 Da nomeação para membro da mesa receptora, caberá reclamação ao juiz eleitoral, dentro de 48 horas, devendo dentro do mesmo prazo ser decidido.

Parágrafo único. Da decisão do juiz eleitoral, caberá recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, sem efeito suspensivo, interposto, dentro de 3 (três) dias, devendo, dentro do mesmo prazo, ser resolvido.

Art. 31 O membro da mesa receptora que não comparecer no local, dia e hora determinados para realização da eleição ou abandonar os

trabalhos no decurso da votação, sem justa causa apresentada ao juiz eleitoral 48 (quarenta e oito) horas após a ocorrência, incorrerá em multa de Cr\$ 400,00 (quatrocentos cruzeiros) a Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros) cobrada mediante executivo fiscal.

§ 1.º Se o faltoso for servidor público, ou autárquico, a pena será de suspensão até quinze dias.

§ 2.º As penas previstas neste artigo serão aplicadas em dobro se a mesa receptora deixar de funcionar por culpa do faltoso.

Art. 32 Pelas mesas receptoras serão admitidos a fiscalizar a votação, formular protestos e fazer impugnações, inclusive sobre a identidade do eleitor, os candidatos registrados, os delegados e os fiscais dos partidos.

Parágrafo único. Nas ocorrências motivadas pela fiscalização, o presidente da mesa receptora procederá de comumidade com o disposto no art. 67, do Código Eleitoral.

Art. 33 O prazo para a entrada em cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às 18 (dezoito) horas do trigésimo (30.º) dia anterior a data marcada para a eleição.

Art. 34 Nenhum servidor público federal estadual ou municipal poderá ser removido ou transferido, *ex officio*, para cargo ou função que deva exercer fora da localidade de sua residência, no período de seis meses antes até três meses depois à data da eleição.

Parágrafo único. A proibição vigorará:

a) para todo território nacional nas eleições para Presidente da República, Vice-Presidente da República e Congresso Nacional;

b) para o respectivo Estado quando as eleições forem para Governador, Vice-Governador e Assembleias Legislativas;

c) para o respectivo município ou Distrito Federal quando a eleição for para Prefeito, Vice-Prefeito ou Vereador.

Art. 35. As eleições serão sempre realizadas com a garantia de força federal posta à disposição das autoridades competentes.

Art. 36. Fica expressamente revogado o art. 127 do Código Eleitoral.

Art. 37. Depositado o voto na urna o eleitor, logo em seguida, introduzirá o dedo mínimo da mão es-



querda em um recipiente que contenha tinta fornecida pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pelos tribunais regionais eleitorais.

§ 1.º A tinta a que se refere este artigo deverá possuir características tais que, aderindo à pele, somente desapareça após 12 horas no mínimo.

§ 2.º Não será admitido a votar nenhum eleitor cujo dedo apresente vestígios da tinta de que trata este artigo, devendo o Presidente da mesa receptora, antes de admiti-lo a votar, proceder à necessária verificação.

Art. 38. Competirá aos Tribunais Regionais Eleitorais aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão até 30 dias aos juizes eleitorais e julgar, em grau de recurso, as que forem por estes aplicadas aos funcionários do juízo eleitoral que poderão recorrer, sem efeito suspensivo, no prazo de três dias.

Art. 39. O desembargador do Tribunal Regional Eleitoral que não exercer as funções de Presidente ou Vice-Presidente do mesmo, será o Corregedor Geral da Justiça Eleitoral da circunscrição a que pertencer.

§ 1.º As atribuições do Corregedor Geral serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servir.

§ 2.º No desempenho de suas atribuições, o Corregedor Geral se locomoverá para as zonas eleitorais, nos seguintes casos:

a) por determinação do Superior Tribunal Eleitoral ou do Tribunal Regional Eleitoral;

b) a pedido dos juizes eleitorais;

c) a requerimento do Partido, deferido pelo Tribunal Regional;

d) sempre que entender necessário.

Art. 40. No alistamento eleitoral que se reabrirá de 1.º de janeiro de 1956, serão adotadas "fólias individuais de votação", de acordo com o modelo anexo.

§ 1.º As fólias individuais de votação serão conservadas em pastas, uma para cada seção eleitoral; remanejadas por ocasião das eleições, às mesas receptoras, serão por estas encaminhadas com a urna e os demais documentos da eleição, às Juntas Eleitorais que as devolverão, findos os trabalhos da apuração, ao respectivo cartório, onde ficarão guardadas.

§ 2.º Ao alistar-se, receberá o eleitor um extrato de sua folha individual de votação, de acordo com o modelo a ser aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, que terá a denominação de "Título Eleitoral" e conterá, além dos elementos necessários à sua identidade, inclusive fotografia, o número correspondente ao da referida folha individual e a indicação, por extenso, da seção eleitoral em que tiver sido inscrito, a qual ficará vinculado permanentemente para todas eleições que se realizarem, salvo em caso de transferência de zona ou município, hipótese em que a folha individual será enviada ao Juiz Eleitoral do novo domicílio.

§ 3.º O título eleitoral a que se reporta o parágrafo anterior servirá de prova de que o eleitor está inscrito na seção em que deve votar. E, uma vez datado e assinado pelo presidente da mesa receptora da respectiva seção, servirá também de prova de haver o eleitor votado.

§ 4.º O eleitor será admitido a votar ainda que deixe de exibir no ato da votação o seu título, desde que seja inscrito na seção e conste da respectiva pasta a sua folha individual de votação. Neste caso, a prova de ter votado será feita mediante certidão que obterá, posteriormente, no juízo competente.

§ 5.º No caso de omissão da folha individual na respectiva pasta, verificada no ato da votação, será o eleitor, ainda, admitido a votar, desde que exiba o Título Eleitoral e seja inscrito na seção, sendo o seu voto, nesta hipótese, tomada em separado. Como ato preliminar da apuração do voto, averiguar-se-á se se trata de eleitor em condições de votar, inclusive se realmente pertence à seção.

§ 6.º Verificada a ocorrência a que se refere o parágrafo anterior, a Junta Eleitoral, antes de encerrar seus trabalhos, apurará a causa da omissão. Se tiver havido culpa ou dolo do escrivão, a este será aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até 30 dias, e, na segunda, a de detenção por 1 a 3 meses, ou multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00.

§ 7.º A partir de 1.º de julho de 1956, perderão seu valor todos os títulos eleitorais expedidos até 31 de dezembro de 1955, os quais serão substituídos por fólias individuais de votação, mediante requerimento do próprio punho do eleitor, no qual de-



clarará o seu nome, idade, estado civil, profissão, lugar do nascimento e residência, com expressa referência ao município, cidade e bairro, vila ou povoado onde mora.

§ 8.º Deferido, no prazo de 5 dias, o requerimento de que trata o parágrafo anterior o qual será instruído com o atual título de eleitor ou com qualquer dum dos documentos a que se refere o art. 33 do Código Eleitoral, o eleitor comparecerá ao cartório eleitoral, onde entregará três fotografias e assinará a folha individual de votação.

§ 9.º As despesas com as fotografias serão feitas diretamente pela Justiça Eleitoral.

§ 10. Para atender ao disposto no parágrafo anterior, o Tribunal Superior Eleitoral destacará e distribuirá anualmente aos Tribunais Regionais dotação destinada a este fim na proporção do volume e crescimento do alistamento de cada circunscrição eleitoral.

Art. 41. Será feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955.

Art. 42. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13 de maio de 1955. — *Cunha Melo*, Presidente — *Ulisses Guimarães*, Relator, vencido quanto aos arts. 37 e 40, em parte quanto a este último, e a na explicitação de funcionário público nos artigos que se a referem a obrigações e direitos do servidor. — *Oliveira Brito*, aos artigos 9 e 11 — *Lucio Bittencourt*, vencido, em parte, de acordo com o voto em separado — *Ernani Sátiro*, vencido quanto à rejeição da cédula oficial — *Colombo de Souza*, vencido de acordo com a declaração de voto anexa. — *Ruy Palmeira*, vencido — *Atílio Vivacqua*, vencido parcialmente nos termos de minha declaração de voto anexa à ata. — *Adulio Viana*.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. LUCIO BITTENCOURT

Vencido, particularmente no que tange à recusa da "cédula oficial" e, bem como a outros pontos de menor importância. Apresentando ao substitutivo, elaborado pelo nobre Deputado Ulisses Guimarães, emenda no sentido de restabelecer o art. 7º e seus parágrafos do Projeto n.º 9455 que instituiu a "cédula oficial de vota-

ção", o fiz certo de que sem essa providência redundará praticamente inócua a reforma de emergência que se projeta.

Embora reconhecendo que, nas eleições que se processam pelo sistema da representação proporcional, a cédula tal como foi proposta apresentada alguma complexidade, tenho para mim que, sendo reduzido o número de município em que ocorreria eleição de vereadores, nenhuma ocasião mais propicia para um teste sobre o assunto, dado que o risco de um fracasso terá conseqüências mínimas, justificando e aconselhando a experiência. Aliás, no tocante às eleições majoritárias nenhum inconveniente maior poderá ser apontado.

A cédula oficial, a meu ver, é, dentre as soluções até agora apresentadas, a única suficientemente capaz de pôr cõbro ao chamado "voto em cédula" e ao controle exercido pelos cabos eleitorais sobre o voto individual, pela prática generalizada da concentração em "currais", revista e acompanhamento do eleitor até a boca da urna, com uma grande margem de segurança quanto à utilização da cédula que lhe é entregue.

Afastada essa razoável margem de garantia, os compradores de votos não terão grande ânimo de efetuar as vultosas inversões que hoje fazem e às quais se animam precisamente pela segurança que o atual sistema lhes dá de que na quasi totalidade dos casos, ao dinheiro dispendido corresponderá o voto na urna.

Igualmente não ficarão os desprovidos de fortuna impedidos de concorrer eficientemente ao pleito, em paridade de situação com os mais abastados, pois não terão de dispendar, como hoje ocorre, vultuosas importâncias com a impressão das cédulas, cada vez reclamada em maior número pelo eleitorado. Ficarão, pelo menos para esse fim, libertos do auxílio ou do financiamento de grupos econômicos sempre que não dispuserem das quantias indispensáveis para o preparo e a distribuição das cédulas atualmente em uso.

Não vejo, entre as várias soluções propostas, nenhuma que mais eficientemente se oponha à influência do poder econômico nos pleitos eleitorais. Nenhuma que mais democraticamente assegure a todos os cidadãos iguais oportunidades. Nenhuma que, com maior profundidade e sucesso, possa



combater o "coronelismo", pondo termo ao chamado "eleitorado de cabresto".

Ademais é preciso atentar para a circunstância de que a sugestão pro-mana de uma das figuras da nossa Justiça Eleitoral que, pela operosidade, pela cultura, pela integridade moral e, maximé, pela experiência haurida em longo contacto com o problema, bem merece ser ouvido pelo Congresso Nacional. Se após longos anos de estudo, no trato diuturno das questões eleitorais, na luta permanente contra a fraude, o Ministro Edgard Costa chegou à conclusão de que a "cédula oficial" é indispensável para a moralização do processo eleitoral, não vemos razão para repelirmos essa sugestão, submetendo-a a uma prova, sem grandes riscos.

Por isso, dei o meu voto a favor da inovação. — *Lucio Bittencourt*.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO DO SR. COLOMBO DE SOUZA

Colombo de Souza, vencido na parte referente à instituição da cédula oficial de votação. De há tempos havia se acumulado uma série de pesadas críticas ao processo eleitoral em vista da fraude verificada.

Após o último pleito estas críticas assumiram a proporção de um clamor nacional, atingindo à própria legitimidade da investidura do poder por parte daqueles que a elle assumiram em virtude de eleições maculadas.

A Justiça Eleitoral, mercê de sua experiência acumulada com o contacto dos fatos e advinda do manuseio dos casos submetidos a seu julgamento, para atender a este reclamo da consciência nacional, propôs, na emergência dos acontecimentos e na exiguidade do tempo, uma reforma cujo ponto nuclear era a adoção da cédula oficial de votação.

A lei é um instrumento vivo de aperfeiçoamento e de correção da sociedade. Após a debacle do antigo regime, corroído em grande parte pelo desvirtuamento das eleições à bico de pena e pelas depurações, levando o povo à descrença total no regime representativo, tornou-se imperativo a instituição de "Justiça eleitoral" efetivamente a grande conquista da revolução de 1930.

E com a justiça eleitoral, federal, veio a adoção de medidas asseguratórias do prescrutamento e captação da vontade popular. E os antigos en-

velopes individuais que cada um depositava na urna, foram substituídos pelas sobrecartas uniformes e oficiais garantidoras do sigilo do voto.

Mas a lei não pode ser estática, tem de ser profundamente dinâmica. Uma medida outro dia considerada suficiente, já, amanhã, se tornaria ineficiente.

Um dos espetáculos mais degradantes das eleições, dispendiosos e provocadores de conflitos e trabalheiras é o da distribuição das chapas. Toda a luta eleitoral, ao invés de se concentrar na propaganda de ideais e programas e convencimento do eleitorado, fica desgrazadamente concretizada na distribuição, troca e imposição de chapas nas vésperas e dia eleição, inclusive no momento de votar.

A instituição da cédula oficial de votação terminaria com todo este capítulo, o eleitor seria solicitado a votar, mas quando elle entrasse na cabina, só o acompanharia sua consciência. Ai, então, e somente então, o voto seria livre. Dentro da nossa organização sócio-econômico-política observadas noasas realidades, seria a única maneira de dar liberdade ao homem do campo, para votar. Não se pode considerar livre um eleitor que é trazido de um curral eleitoral, sob custódia, previamente revistado, com um única série de cédulas para depositar na urna. Ou elle deposita aquela ou não deposita nenhuma. A instituição da cédula oficial de votação teria o mesmo objetivo e justificação que a sobrecarta oficial. Todos os argumentos contra uma tingem a outra.

Por estes e outros motivos, votei pela instituição da cédula oficial de votação, quanto mais não fssõe, porque não poderia negar uma medida que a Justiça Eleitoral solicita como indispensável à eralização da verdade eleitoral e como processo de combater a fraude e à corrupção. Negar à Justiça as medidas que ella requer para desempenho de suas funções é se jogar a sociedade no desespero e no caos. Nada dela podendo exigir também para ninguém podemos apelar. — *Colombo de Souza*.

#### Justificação

Dentro do prazo que a Comissão Mista de Elaboração da Reforma Eleitoral nos assinalou (6 dias) como seu Relator, para organização de anteprojeto do substitutivo que lhe cum-



pre elaborar, nos termos de sua decisão com base na Resolução que a criou (n.º 8) examinamos todas as proposições existentes no Congresso, sobre a matéria, bem como avultado número de emendas e sugestões escritas e orais, que nos foram endereçadas por Senadores, Deputados, Juizes eleitorais, entidades de classe e particulares.

Os projetos mais importantes são os de n.º 94-55 (elaborado pelo Ministro Edgard Costa e encaminhado pelo Executivo) o de n.º 4.601-54 (chamado "reforma eleitoral de emergência", já aprovado no Senado); o de n.º 4.636-54 (também já aprovado no Senado, sendo seu autor principal o nobre Senador Joao Villasboas, objetivando reformar totalmente o Código Eleitoral); o de n.º 2.377-52 (do Deputado Coutinho Cavalcanti) o de n.º 1.984-52 (do Deputado Arnaldo Cerdeira) o de n.º 887-51 (do Deputado Tarso Dutra) o de n.º 33-51 (do Deputado João Agripino); o de número 479-50 (do Deputado Samuel Duarte).

É de justiça ressaltar a importância dos projetos Arnaldo Cerdeira e Villasboas (1.984-52 e 4.636-54), notadamente o primeiro, pela sua extensão, pois é realmente proposta de novo código eleitoral, pela profundidade das alterações oferecidas inclusive a instituição de modalidade do voto distrital compatível com o sistema proporcionalista exigido pela Constituição Federal, e, finalmente, pela fundamentação com que a matéria foi justificada. Servirão, ambos, como preciosos subsídios para a tão anunciada, porém procrastinada reforma da legislação eleitoral vigente, a qual deverá ser imediatamente atacada pelo Congresso após as eleições de 3 de outubro próximo, a fim de que trabalho tão importante e sério, condicionador da pureza do regime, se forre da premência de tempo que atropela a reforma que ora se quer editar.

Uma palavra de justiça ao combativo Deputado Raul Pilla, relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça, na legislatura anterior, pela forma criteriosa e autorizada com que a examinou.

A seguir exporemos a orientação geral que inspirou a elaboração do presente Substitutivo.

Antes que expirasse o prazo assinalado pela Resolução n.º 8 — o que só se dará no dia 18 do corrente —

após exaustivos trabalhos, inclusive com realizações frequentes de duas sessões diárias, a Comissão Mista examinou o anteprojeto oferecido pelo Relator, aprovando-o em suas linhas mestras, salvo emendas supressivas, modificativas e aditivas.

O Substitutivo, conforme já decidiu a Comissão, será ao Projeto n.º 4.601, de 1954, aprovado pelo Senado. É o apelidado "reforma de emergência", contendo 39 artigos. Fundamentam a escolha do Projeto 4.601, como base, o art. 2.º da Resolução n.º 8, que constituiu esta Comissão, e a celeridade de tramitação, uma vez que assim dois turnos regimentais são ganhos: o Substitutivo sofrerá só uma discussão e votação na Câmara e outra no Senado.

Como subsídio principal o Substitutivo socorreu-se do Projeto 94-55, de autoria do eminente Ministro Edgard Costa e enviado ao Congresso pelo Executivo, bem como do Projeto 4.601-54. Trata-se, o primeiro, de obra sucinta e precisa (16 artigos), que muito honra o preclaro magistrado que a prolatou. Dela se poderá dissentir, como, em certos passos, o fez o relator. Semelhante discrepância, de resto normal em matéria das mais controvertidas da literatura jurídica universal, valoriza ainda mais a homenagem de respeito e admiração que deve ser tributada ao desejo, que invariavelmente evidencia, de cooperar pelo aprimoramento de nossas instituições democráticas, através da difícil busca da verdade na captação da vontade popular.

A "reforma" deve ser "de emergência", diz, analiticamente o art. 2.º da Resolução n.º 8.

Fiel a essa ordem e convictos de que uma das formas de não se reformar o Código vigente, no que seja absolutamente necessário, com tempo de alcançar o pleito de 3 de outubro próximo, será o propósito ambicioso de reforma ampla ou total, a Comissão buscou estruturar com o essencial e inadiável. Esse o critério preliminar para seleção do farto e heterogêneo material legislativo examinado: no Substitutivo, para a emergência do pleito que se avizinha, somente o indispensável e urgente.

Pasamos à justificação do Substitutivo, artigo por artigo:

#### Artigo 1.º

Derroga o art. 35 do Código Eleitoral. Os autos de alistamento serão



imediatamente conclusos ao Juiz eleitoral. Esta a primeira modificação. Segunda: o Juiz tem prazo improrogável para despacho (5 dias). O prazo é máximo, não mínimo. Dentro de 5 dias, diz a redação oferecida. O Juiz eleitoral poderá despachar na hora 1, 2, 3, 4 até 5 dias, no máximo.

§ 2.º cuida dos recursos aos despachos nos autos de alistamento, serão em qualquer caso, 3 dias, para o alistando que tem seu requerimento indeferido e para qualquer partido, através de seu respectivo delegado, contra deferimentos em desacordo com a lei. O recurso será sempre à instância superior: o Tribunal Regional Eleitoral.

O prazo é de 3 dias. O Substitutivo se orientou no sentido da admissibilidade dos recursos. Assim, sempre se abrirão vias para denunciar e corrigir abusos, fraudes, irregularidades. Mas os prazos devem ser curtos. Precisam todos ou quase todos estar esgotados até a publicação da lista dos votantes (art. 15), a qual não pode estar sujeita a contínuas flutuações. O § 3.º assinala prazo para o Tribunal Regional Eleitoral decidir: 5 dias.

#### Artigo 2.º

O Substitutivo, aqui, quis obviar uma das fraudes comumente denunciadas: a expedição de títulos eleitorais com fundamentação falsa quanto à identidade. O art. 33 do Código Eleitoral relaciona os documentos que devem instruir a petição de inscrição. Quando forem os das letras "d" e "e" — carteira de identidade ou certificado de reservista — a exigência da prova de identidade está satisfeita.

Quando o documento for outro, cuja função específica não seja atestar a identidade, o pedido de alistamento baixará em diligência, caso surjam dúvidas razoáveis quanto à identidade. O alistamento deverá prová-la (carteira profissional, carteira da Ordem dos Advogados, diploma, etc.). Se não dispuser de prova hábil, o Juiz exigirá sua presença em cartório, para, através de interrogatório, dirimir dúvida. O dispositivo é inovação, dele não cuidando o Código Eleitoral.

#### Artigo 3.º

O Substitutivo se orientou pelo princípio de publicidade dos atos eleitorais. Tudo que seja importante

deve ser publicado. O artigo 3.º é coerente com semelhante princípio. A publicação deve ser sempre pela imprensa. Quando não houver, por editais. Não consta do Código Eleitoral semelhante dispositivo.

#### Artigo 4.º

Foi sugerido pelo Professor Edgard Costa (artigo 2.º). E dos mais salutaros. Juizes eleitorais assinavam títulos em branco. Seriam preenchidos depois pelo escrivão eleitoral. Graves e abundantes fraudes originavam-se dessa irregularidade. Em certos Estados ocorria torrencial derrame de títulos falsos nas proximidades das eleições. O Juiz eleitoral, pelo artigo 4.º, só assinará por último: "depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor" diz a redação proposta. Não assinará, assim, título a manso. Poderá, até o último momento, evitar irregularidades, como é de sua função e para o que tem autoridade. Foi agravada a pena proposta no projeto Edgard Costa. Será de suspensão até 30 dias, sendo designado outro Juiz para responder pelo Juiz eleitoral faltoso. Preceito novo, inexistindo na atual legislação eleitoral.

#### Artigo 5.º

Derroga o § 2.º do artigo 37, do Código Eleitoral. A entrega do título poderá ser feita pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou por escrivão especialmente designado. Mas o eleitor deverá, pessoalmente, recebê-lo. Não poderá fazê-lo por procurador ou delegado de partido. Pessoalmente, dirá a lei, em caráter imperativo, inexceptuável. Isso na cidade. O preceito quer obviar manipulações eleitorais pelos "cabos". Será mais um meio de coibir a titulação irregular de eleitores. Se as cautelas anteriores foram burladas, subsistirá ainda a entrega pessoal.

#### Artigo 6.

Derroga o parágrafo 2.º do artigo 37 do Código Eleitoral. A regra deve ser: a justiça eleitoral deve ir ao eleitorado e não o eleitorado à justiça eleitoral. O caminho das urnas deve ser encurtado e não encomprido. E neste País, nada melhor para alongar, se não entulhar caminhos do que burocracia. O eleitorado rural — o das vilas, povoados, distritos — não deve ser deslocado. A entrega de títulos será no local, em dias cor-



tos, marcados *previamente* e devidamente anunciados, para conhecimento geral.

#### Artigo 9.º

O Substitutivo buscou com prazos duas fases distintas: a organização do eleitorado (alistamento, transferências, 2.ªs vias, etc.) da organização da eleição (distribuição do eleitorado pelas seções, organização das mesas receptoras, etc.). O Código Eleitoral não o fez destacadamente. Tumultuava-se o processo eleitoral. Os prazos, em geral, como se verá, foram recuados. O artigo 7.º assinala prazo máximo à justiça eleitoral para qualificar e inscrever o eleitorado.

Até 70 dias dirá a lei. Não basta recuar os prazos para os eleitores pedirem inscrição ou transferência (ou 100 dias). A justiça eleitoral também deve ser expedita. Até 70 dias antes do pleito, os títulos devem estar prontos. O prazo é máximo não mínimo. Poderão e deverá estar prontos *antes* do limite fatal, cujo desrespeito importará na pena administrativa de suspensão até 30 dias, além da multa de Cr\$ 200,00 e Cr\$ 1.000,00 (artigo 175, n.º 15, punição para o descumprimento dos prazos legais). Punição para o responsável: juiz ou funcionário do cartório eleitoral.

#### Artigo 10

O regime dos prazos encadeia-se num sistema, concatena-se organicamente. São dentes da mesma engrenagem: funcionamento regular da justiça eleitoral. Não é suficiente prazo para o eleitorado requerer e para o cartório aprontar-lhe os títulos. As listas não podem ficar em cartório indefinidamente. Os retardatários, os aflitos da undécima hora, não podem imprimir o ritmo de sua morosidade aos trabalhos eleitorais. A justiça eleitoral precisa organizar a lista de votação, distribuindo nela os eleitores pelas seções eleitorais, *até* 30 dias antes do pleito (art. 17). Como poderão fazê-lo, se os eleitores não retirarem seus títulos? Essa lista de votação, documento de importância fundamental para a fiscalização, não pode estar sujeita a contínuas modificações. Esses os pressupostos do art. 10, que versa matéria não cogitada no Código Eleitoral.

#### Artigo 11

Alistamento e gênero abrangendo: o pedido de inscrição, a qualificação

e a inscrição do eleitor. O art. 11 determina prazo para o início do alistamento, ou seja, a entrega do pedido de título em cartório. Nenhum deles será recebido a partir dos 100 dias anteriores à eleição. Mesmo para os pedidos entregues no limite máximo, a justiça eleitoral terá mais 30 dias para apresentar os respectivos títulos (art. 9.º). Sem estipular prazo para entrega dos pedidos de inscrição eleitoral, o trabalho dos cartórios não se normaliza, ensejando seu atrasamento clima desfavorável à fiscalização, conseqüentemente propício às fraudes. O art. 64 do Código Eleitoral estipula 60 dias para encerramento do alistamento. Serviu-se da palavra "alistamento" para significar sua primeira fase: o recebimento do pedido de título em cartório. O art. 11 recua o prazo para 100 dias. O projeto Edgard Costa propôs 120 dias. Com (100) dias são suficientes para evitar atropelos de última hora. Situam-se organicamente no sistema concatenado de prazos assinalados no Substitutivo.

#### Artigos 12 e 13

Os pedidos dos eleitores, quanto a títulos eleitorais, obedecem esta escala decrescente de frequência: alistamento novo, transferência por mudança, 2.ªs vias por perda ou extravio e 2.ªs vias por estrago ou deterioração.

Num país de migração interna como o nosso, não só intensa como constante, no mesmo ou em Estados diferentes, principalmente do Norte para o Sul, a transferência de título é fato corrente nas circunscrições e zonas eleitorais. É um direito que deve ser respeitado com cautelas para evitar irregularidades. A transferência tem sido porta aberta à fraude. E a 2.ª via por perda ou extravio, portão escancarado à mesma. Principalmente nas eleições municipais, ou, nas estaduais, nas regiões limítrofes, eleitores são exportados ou importados pelo contrabando da transferência, mal patrulhada, como sóe acontecer, pelos candidatos e partidos. Primeira medida acauteladora: recuar o prazo para recebê-la em cartório para 100 dias. Logo após o encerramento deste prazo, as listas dos votantes, inclusive os de transferência, passarão a ser organizadas pela justiça eleitoral (art. 17), sob a fiscalização direta dos partidos e



à vista dos processos e fichas de inscrição (art. 18). Segunda providência: além dos requisitos que o requerimento deve adimpler, "ex-vi" do art. 39 do Código Eleitoral (ser instruído com o título do domicílio antigo e ter a declaração de que mudou abonada por duas testemunhas; decorrência de pelo menos um ano da inscrição primitiva), a letra "c" do art. 12 fixa mais um: residência mínima de 3 meses no novo domicílio.

Quando se trata de funcionário ou servidor público, só prevalecerá a exigência do prazo de 100 dias para ingresso em cartório do pedido de transferência. Isso para que a lista dos que votarão no pleito, organizada sob fiscalização dos partidos e publicada para conhecimento geral, possa ser elaborada no prazo e com as cautelas devidas.

A terceira medida contra os abusos ensejados pela transferência é a aventada no art. 13. A imprensa ou editais, dentro de 10 dias, publicarão os pedidos. O juiz despachará 5 dias após. Os recursos para a instância superior serão admitidos dentro de 48 horas e o Tribunal Regional decidirá dentro de 5 dias. O regime de ampla publicidade e de admissibilidade dos recursos policiará essa forma de alistamento. Aqui, como em tudo o mais, os partidos, tempestivamente, devem estar vigilantes, serem expeditos e não se lembrarem de Santa Bárbara somente quando no céu há trovoadas, trombeteando, póstumamente, cabeludas infrações quando a casa da derrota lhes caiu em cima.

#### Artigos 14, 15 e 16

Cuidam do pedido de 2.<sup>a</sup> via de título eleitoral. Sob falsa alegação de extravio e perda, títulos são obtidos para fins fraudulentos. A votação em separado em seções eleitorais diferentes, no mesmo município ou em outro, ensejava a utilização do título original e o em 2.<sup>a</sup> via. O Substitutivo cuidou de garantir a expedição da 2.<sup>a</sup> via com novas precauções. Há duas espécies de 2.<sup>a</sup> via: a por perda ou extravio e a por deterioração ou inutilização. Esta última não oferece perigo, uma vez que o respectivo pedido virá sempre acompanhado do título originário.

Eis por que o prazo é menor: 30 dias. Cautelas para a expedição da

2.<sup>a</sup> via por perda ou extravio: 1.<sup>a</sup>) o requerente deverá apresentar pessoalmente o pedido em cartório. Entre outras vantagens, essa exigência evitará que alguém requeira, sem conhecimento do legítimo detentor do título, a 2.<sup>a</sup> via do mesmo. Obtendo-a, será dada baixa ao título originário, impedindo que com ela seu verdadeiro possuidor possa votar. 2.<sup>a</sup>) somente até 80 dias antes da eleição poderão ser pedidos. O § 3.<sup>o</sup>, do art. 37, do Código Eleitoral, admite-os até 10 dias antes do pleito. A organização da lista de votação sob fiscalização dos partidos (arts. 17 e 18) e sua publicação, relacionando todos os eleitores, possibilitará escoimar o alistamento de irregularidades correlacionado com as 2.<sup>as</sup> vias de títulos. 3.<sup>o</sup>) Os eleitores titulados com 2.<sup>a</sup> via votarão sempre em separado. Outra irregularidade: eleitores que vendiam os títulos, que ficavam em poder do comprador. Depois requiriam novo título, alegando perda ou extravio. A votação, só possível na respectiva seção acabara com tal irregularidade.

#### Artigos 17 e 18

É de grande importância a organização da lista completa dos eleitores de cada zona eleitoral, com sua distribuição por municípios e por seções eleitorais. Principalmente a distribuição por seções. Disso se ocupará a justiça eleitoral assim que terminem os prazos para alistamento e transferência (100 dias). Têm no máximo 70 dias para desenvolver metódica e meticulosamente esse trabalho, pois 30 dias antes da eleição (art. 17) deverão estar publicadas semelhantes listas.

Quando não houver jornal, a divulgação será por editais e cada diretório municipal receberá uma cópia. O art. 18 admite a fiscalização dos partidos na elaboração desse documento, o que se fará à vista dos processos e fichas. No caso de exclusão, o eleitor ou o delegado de partido poderá recorrer, sendo estimulados os respectivos prazos e os para decisão pelo Tribunal Regional Eleitoral. Os arts. 17 e 18 contêm disposições não constantes do Código Eleitoral.

#### Artigos 19, 20 e 21

Estatuem as duas exigências capitais para que o eleitor vote. Não poderá fazê-lo: a) — sem que exhiba



seu título; b) — fora da seção eleitoral de que conste seu nome. O que o Substitutivo quer é amarrar o eleitor à respectiva seção eleitoral. O que se quer é acabar com a votação itinerante, com o eleitor em trânsito. Só pode votar uma vez e na seção correspondente. A vedação não é absoluta. Mas suas exceções são taxativamente discriminadas. Só foram estabelecidas em função de altos dignatários da República, a maioria com atribuições no dia do pleito, que requerem mobilidade. Os membros da mesa, os fiscais de partido nela acreditados, nela votarão. Não poderão abandonar suas tarefas e não devem ser privados do exercício do voto. O juiz eleitoral, com jurisdição sobre toda zona eleitoral, votará em qualquer seção da mesma. Os delegados de partido, em número de 2 para cada partido, votarão em qualquer seção do respectivo município. Muitas vezes seus deveres funcionais exigem sua presença em determinado distrito, povoado, vila ou mesmo junto a certa mesa receptora.

E' lícito que se lhe facilite a votação, pois os interesses de todo um partido dependem do seu zelo e da constância de sua vigilância. Os candidatos, aos cargos executivos e legislativos, poderão votar em qualquer seção da circunscrição. E' lógico que o candidato a Presidência correspondente à eleição em candidato da República ou mesmo o Presidente da República só poderão votar, nas eleições estaduais ou municipais, no Estado ou no Município em que sejam eleitores. Os candidatos desempenham importante papel no dia do pleito. Frequentemente sua presença é requisitada por correligionários residentes longe do seu domicílio eleitoral, a fim de ampará-los na luta contra a perseguição, ameaças, prisões arbitrárias. O mesmo sucede com deputados, senadores. Interessa à regularidade do pleito que cidadãos assim credenciados participem de sua manutensão. A votação sempre é tomada em separado, inclusive por ser a única forma que caracterizará sua excepcionalidade e justificará a inclusão de mais um nome na lista de votação da seção. Penas severas foram especificamente estabelecidas para punir os desrespeitadores do salutar princípio.

#### Artigo 22

Há infrações decorrentes do mau uso das sobrecartas, que pelo art. 77

do Código Eleitoral serão enviadas pelos juizes eleitorais aos presidentes de cada mesa receptora pelo menos são inescrupulosamente entregues a 72 horas antes da eleição. As vezes cabos eleitorais. Uma das formas de utilização viciosa das sobrecartas já autenticadas é na formação das chamadas "correntes". O eleitor leva uma sobrecarta já autenticada e fechada, obrigando-se a voltar com a que o presidente da mesa lhe entregar. A numeração evitará essa e outras fraudes, se os fiscais e os membros da mesa se dispuserem a realmente fiscalizar. O número do envelope recebido deve coincidir com o do envelope que será introduzido na urna. A numeração deve ser em séries repetidas de 1 a 9. Se fosse continuada, violaria o sigilo do voto. A rubrica e a numeração serão feitas sucessivamente, à medida e no momento em que as sobrecartas forem sendo entregues. Rubricas e numeração prévias ensejam fraudes.

#### Artigos 23, 24, 25 e 26

O eleitor é obrigado a votar. Mais do que a lei eleitoral, é a Constituição que o exige (art. 175). Só a causa justificada o eximirá das penas cominadas. Terá prazo para justificar-se: 30 dias. A multa estipulada no art. 21 reproduz a fixada no art. 175, n. 2, do Código Eleitoral. Mas a imposição de multa revelou-se incapaz, na prática, de efetivar a obrigatoriedade do voto. Mesmo porque a regra tem sido o descumprimento do preconceito que puna a infração. O Substitutivo, para combater a abstenção, instituiu a prova de haver votado pago a multa correspondente ou haver se justificado, como condição para realização de certos atos da vida civil ou profissional. Proceder da mesma forma com relação à prova de que é eleitor. Só se eximem da exigência os não alistáveis. A boa política é a da valorização do título eleitoral. Quem não o tem não é cidadão "pleno jure". O art. 25 prescreve multa de (Cr\$ 500.00 a ..... Cr\$ 2.000.00) ou suspensão disciplinar para os que, geralmente funcionários públicos, deixarem de exigir, na realização dos atos descritos no art. 23, e no art. 24, a prova de que votou, pagou a respectiva multa ou se justificou, bem como de que é eleitor ou está legalmente isento. A justiça eleitoral fornecerá atesta-



do (art. 26 documentando a situação do requerente a seu respeito).

#### Artigo 27

É o art. 10 do Projeto Edgard Costa. Evitará a injusta e até feroz luta dentro da mesma legenda, circunscrita a poucas urnas. A experiência atesta que nessa caça furiosa ao eleitor as urnas da corrupção são as preferidas. Sofre o partido com a cruenta competição doméstica. O art. 107 do Código Eleitoral só autoriza a renovação de eleições quando a mesma possa alterar o quociente partidário. Só é ordenada quando possa alterar a posição das legendas e não dos candidatos da mesma legenda. Coerente com o pressuposto que remeteu a novo pleito é fazer com que na apuração, fase final do mesmo, o computo de votos só se faça para as legendas.

#### Artigo 28

Os partidos exercem fiscalização limitada ou específica, pelos fiscais, e ampla ou genérica, pelos delegados. A primeira junto a cada Mesa receptora, no dia da eleição, por intermédio de 2 fiscais. A segunda sobre toda a área partidária do Município através de 2 delegados. Cuidou, no parágrafo único, do caso singular dos municípios, como soem ser as capitais, abrangem mais de uma zona eleitoral. Em geral a zona eleitoral, abrange vários municípios, ou, mais raramente, um só município. Na hipótese de municípios com várias zonas eleitorais a fiscalização não poderia ser comprometida. Os partidos nomearão delegados, em número de 2, junto a cada zona eleitoral. O art. 28 sistematizou o assunto.

#### Artigos 29, 30 e 31

Objetivam: a) — Impedir que um só partido ou coligação monopolizem a constituição na mesma mesa receptora pela indicação das listas triplíces; c) — fornecer aos juizes eleitorais voluntários para essa tarefa, o que, em geral, gera embaraços, principalmente nas pequenas cidades, pela inexistência de pessoas com as luzes, em número e com a boa vontade necessários.

O Substitutivo impede que pessoas desejosas de recusar sua colaboração como partícipe da mesa receptora, logrem fazê-lo provocando impedimento com posterior designação de fiscal de partido. Por seu turno o

Substitutivo protege os partidos contra nomeações facciosas de seus mais atuantes elementos para membro de mesas receptoras, a fim de imobilizá-los. Em tempo (até 45 dias), deverão fazer as indicações de seus filiados mais apropriados à função. Apesar das cautelas enumeradas, o Substitutivo admite os remédios da reclamação e do recurso. Este sem efeito suspensivo, só produzindo efeito se provido.

São estipuladas penas para os membros da mesa faltosos, agravadas se a mesa, por esse motivo, não funcionar.

#### Artigo 32

Admite fiscalização mais ampla, junto às mesas receptoras, que a permitida pelo art. 87 do Código Eleitoral. Não somente os fiscais terão qualidade para exercê-la, notadamente a atinente à identidade dos eleitores. Também os delegados de partido. E' claro: quem pode o mais, fiscalizar em todo município, implicitamente pode o menos, fazê-lo em determinada seção. O mesmo argumento aproveita aos candidatos, representantes e próceres mais categorizados dos partidos.

#### Artigo 33

O art. 48 do Código Eleitoral fixou o prazo de 15 dias para o registro dos candidatos. Coerente com o recuo geral dos prazos, para desafogo dos trabalhos eleitorais, o Substitutivo propõe 30 dias. E' preciso que se recorde que o registro dos candidatos poderá gerar impedimentos (junto a membros de mesas receptoras, juizes eleitorais, etc.). E' indispensável que haja tempo para boa solução de semelhantes incidentes supervenientes. O prazo de 30 dias será suficiente.

#### Artigo 34

E' derogatório do art. 250 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União. Ampliou a segurança aos funcionários estaduais e municipais. A experiência tem confirmado a esperança que o Congresso depositou no art. 250 como preventivo contra perseguições ao funcionalismo federal. O art. 34 procurou corrigir a imprevisão do art. 250 do Estatuto. Aqui se fala genericamente em "cada eleição". E' evidente que se o pleito é municipal, a administração não está impedida de remover ou transferir em



outros Municípios. Se a eleição é num Estado, só neste funciona a proibição.

#### Artigo 35

Aproveitou o art. 11 do Proj. Edgard Costa. É dos mais importantes. Não se trata da outorga de possibilidade de requisição de força federal. Ela estará automaticamente requisitada por esse artigo de lei, com o que se evitará as barulhentas explorações de uma ou de outra das facções em luta, com reflexos no pleito, quando a justiça eleitoral requisitava força federal.

A força federal estará à disposição das autoridades eleitorais nos pontos-chaves de cada Estado, Território ou Distrito Federal. A redação deste artigo diz que as eleições serão "*sempre*" realizadas com a garantia de força federal. Não excluirá outros policiamentos (polícia estadual, polícia militar ou força pública estaduais, polícia municipal, guarda civil, etc.), que normalmente asseguram a ordem, como até o presente momento vem acontecendo.

#### Artigo 36

Impõe a revogação do artigo 127 do Código Eleitoral, que determina que a eleição em seção anulada se renovará uma só vez. A prática tem revelado que tal anulação tem sido muitas vezes provocada, na votação originária, e na renovação da mesma, com o fito pré-determinado de evitar presumida vantagem de determinado candidato ou partido em determinada seção. Ora, a não renovação da eleição mais de uma vez iria possibilitar que o esbulho lograsse seu criminoso objetivo. Eis a razão da revogação proposta pelo art. 34.

#### Artigo 38

A competência do Tribunal Regional Eleitoral é para aplicar penas disciplinares. Da advertência e de suspensão até 30 dias. Este teto da punição, 30 dias, é o referido nesta lei, inclusive com respeito aos juizes (artigo 4.º).

#### Artigo 39

A instituição da Corregedoria Geral da Justiça Eleitoral (art. 39) objetiva fiscalizar e instaurar a responsabilidade das autoridades puníveis por omissão ou comissão, a começar dos juizes eleitorais. O desembargador corregedor se locomoverá inclusive para o interior, por entender espon-

taneamente ser do seu dever ou pelas formas provocadas conforme artigo 39 (trinta e nove) e seus respectivos parágrafos discriminam. Infelizmente pesam às vezes graves acusações contra juizes eleitorais, devendo a própria justiça eleitoral se esmerar em puni-los exemplarmente, sendo para isso a Corregedoria Eleitoral eficiente e vigilante instrumento premonitório e corretivo.

#### Artigo 41

O art. 81 da Constituição Federal ordena:

"O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente, em todo o país, cento e vinte dias antes do término do período presidencial".

Cento e vinte dias fala o Estatuto Cívico. Fixou, dia a dia, a data. Funcionará o prazo em razão do término do mandato presidencial (dia 31 de janeiro cinco anos após iniciado). Não disse o texto "até 120 dias antes" nem "dentro de 120 dias". Expressou-se peremptoriamente: — "Cento e vinte dias antes ...". O ato do Superior Tribunal Eleitoral é meramente declaratório. Não poderá designar outro dia, nem o Congresso igualmente, através de lei ordinária. Conclusivamente se manifestou o Código Supremo. Na próxima sucessão, a data recairá numa segunda-feira. Daí a proposta de que seja "feriado nacional, para permitir a todos que cumpram seu dever eleitoral, principalmente os trabalhadores da indústria e da agricultura.

A disposição é transitória: este ano o três de outubro será feriado, porque nesse dia realizam-se as eleições para Presidente e Vice-Presidente da República. Aliás, sempre que estas se realizarem, será preciso que se declare o respectivo dia feriado, a não ser que coincida com domingo. Porque semelhante pleito *sempre* será travado no dia 3 de outubro. Andou mal a Constituição em regular rigidamente a matéria. Deveria ter dito, por exemplo: "no primeiro domingo dentro de 120 dias". Assim se evitaria criar mais feriado, num país que já os tem tantos, nacionais, estaduais e municipais, isso sem contar essa híbrida instituição, essa esdrúxula figura dos apelidados "pontos facultativos", cuja incerteza tantos males causam ao comércio e ao mundo dos negócios.



## CÉDULA OFICIAL

Não figura no substitutivo a adoção da cédula oficial de votação, preconizada no projeto Edgard Costa. Por estas razões principais:

1.<sup>o</sup> — o eleitor, na cabine indevassável, com as cédulas oficiais que receber do presidente da mesa receptora, quando a eleição fôr regulada pelo princípio majoritário, assinalará com um "x" o seu ou os seus candidatos, quando as eleições coincidirem. Por essa forma serão eleitos o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, o Governador do Estado, o Vice-Governador, os Senadores, os Suplentes de Senadores e os Prefeitos Municipais.

Quando a eleição fôr regida pelo sistema proporcionalista, o eleitor deverá fixar qual a legenda a que pertence o candidato de sua preferência, bem como o número com que este foi registrado na Justiça Eleitoral, para à esquerda da referida legenda pôr um "X" e à direita escrever o número de registro do candidato.

Deverá saber, ainda, que não poderá colocar o número de registro em legenda diferente da assinalada, sob pena de nulidade do seu voto. Todas essas cautelas deverá ter o eleitor para sufragar seus candidatos a Deputado Federal, a Deputado Estadual e a Vereador Municipal.

Pondere-se que a recordação ou a investigação dos nomes exatos, a de evitar enganos, isso no momento da votação e sob a possível influência de nervosismo, poderá ter as naturais dificuldades acrescidas pela coexistência ou de nomes assemelhados. Em São Paulo, por exemplo, cerca de 700 candidatos concorrem à Assembléa Legislativa e 250 à Câmara dos Deputados. Principalmente com relação aos nomes mais comuns as parecenças são frequentes. Os parlamentares sabem, de dor de cabeça própria, as confusões de que são vítimas pela semelhança de seus nomes com os de colegas.

Isso se verifica na entrega da correspondência, do Diário do Congresso, nas chamadas pelo telefone, até no registro das votações, apartes etc. Nas eleições pelo critério proporcionalista, além dos nomes dos partidos, e dos candidatos, devem ser lembrados os respectivos números de registro. Se forem simultaneamente as eleições para Deputado Federal, Deputado

Estadual e Vereador, terá que reter ou procurar 3 nomes, 3 números de registro e possivelmente 3 nomes diferentes de partidos. Toda essa operação de memória ou de busca há de ser feita em um minuto, pois este é o tempo máximo da permanência na cabine indevassável de que dispõe.

O resultado fatalmente será o grande número de votos anulados. Parece que o próprio projeto n.<sup>o</sup> 94-55 o previu, pois em seu art. 9.<sup>o</sup> determinou que a soma dos votos em branco com os anulados, se atingir a mais da metade dos votos, a eleição será anulada.

2. — Pelo art. 7.<sup>o</sup> do Projeto Edgard Costa, as mesas receptoras serão as detentoras das cédulas oficiais.

Quando facciosas, poderão entregar cédulas assinaladas ou adulteradas, motivando-lhes a anulação. Não precisará toda a mesa ser conivente. Ao primeiro descuido, algum de seus membros, fiscal ou delagado de partido, até mesmo estranhos, poderão fazê-lo.

Nos termos do art. 77 do Código Eleitoral, *pelo menos* 72 horas da eleição todo o material de votação será enviado ao presidente de cada mesa receptora. Portanto, *pelo menos* 3 dias antes do pleito as cédulas oficiais a esta serão confiadas. Sim, porque isso poderá suceder 4, 5, 6 ou mais dias. O prazo é máximo, não mínimo. Nesse espaço de tempo, presidentes de mesa facciosos poderão viciar esse material, inclusive assinalando-o previamente. Poderão, ainda, entregar cédulas a cabos eleitorais, que com elas munirão o "eleitorado cabresto". Poderão, por fim, simular perda ou roubo das cédulas, não podendo a eleição se realizar no dia, pois a impressão ou envio de novas reclama tempo.

O aprimoramento do sufrágio, no Brasil, está historicamente vinculado à luta contra a corrupção em que eram vezeiras mesas receptoras todo-poderosas e sectárias. Desde a primeira lei eleitoral que tivemos, de origem espanhola, outorgada por D. João VI, em 7 de maio de 1821, até o grande Código Eleitoral de 1931, mais de um século foi consumido no combate às espoliações dominadas por "slogans": "a mesa é a chave da eleição"; "ganhar a mesa, para ganhar a eleição".



No império, a mesa eleitoral foi proclamada "a grande primeira figura da Corte".

Na República, antes de 1930, eram as famigeradas eleições "a bico de pena" de vasta e até hilariante crônica. Contra o poder desvirtuado pelas mesas, nada puderam a Lei 242, de 13 de setembro de 1853, conhecida como "Lei dos Círculos"; a "Lei Saraiva", baseada em anteprojeto de Rui Barbosa (Lei n.º 3.029, de 9 de janeiro de 1891); nem a lei "Rosa e Silva" (n.º 1.269, de 15 de novembro de 1904).

3 — O não envio ou a não impressão de cédulas, bem como sua insuficiência na decorrência da votação; o desaparecimento de canetas e escassez de tinta nas cabines poderão suscitar delongas, paralisação e até a suspensão dos trabalhos eleitorais.

Reiteramos a afirmação com que iniciamos a presente justificativa: reconhecemos o propósito sempre lei e benemerito do preclaro Ministro Edgard Costa. Mas a dolorosa lição do passado e as amargas constatações do presente desaconselham a inovação.

Sr. Presidente:

Não bastam leis boas. Serão inúteis, se descumpridas. Sem povo capaz e autoridades competentes, não há excelência legal que baste. As leis não se realizam mecânica ou automaticamente. "O primeiro artigo da Constituição inglesa é o povo inglês", eis a grande lei britânica.

O Código Eleitoral vigente municia nossa democracia com poderosas armas contra as fraudes e corrupções que mareiam os pronunciamentos populares. Mas estes não são patrulhados devidamente. É lamentável a inércia dos partidos, eleitores, candidatos e até fiscais!

Depois de ocorridas as irregularidades, maximé quando vítima dela, são pressurosos em fulminar de inepta ou imperfeita a legislação eleitoral. É velho o vício.

Já em 1875, D. Pedro II assim se desabafava com Rio Branco: "Cada vez me entristeço e me entrego mais do que tem sido, e serão ainda por muito tempo, adotem-se as medidas que se adotarem, as eleições entre nós. Não é o vestido que tornará vestal a Mesalina, porém, sim, a educação do povo e, portanto, a do governo".

Recorda Barbosa Lima Sobrinho, o saboroso apólogo da "Sereníssima República", no qual Machado de Assis satirizou os costumes eleitorais da época. Ouçamo-lo:

"Machado de Assis, num de seus contos, que me parece ter sido escrito na fase da campanha pelo voto direto, quando ainda eram recentes as experiências e as decepções da lei dos círculos e da lei do terço, traçou uma espécie de apólogo dos costumes eleitorais, sob o título de "A Sereníssima República". Empolgadas pela importância do ato eleitoral, as aranhas, que compunham essa república exemplar, viviam mudando as proporções e a forma do saco, em que seriam recolhidos os sufrágios dos votantes. E sempre — dizia o mestre — "o conhecimento da lei é a eterna malícia". Novos processos de fraude burlava as intenções das melhores reformas e dos sistemas mais perfeitos. Um dos sábios da República das Aranhas, Erasmo, contou a seus concidadãos a fábula de Penélope que fazia e desfazia a famosa tela, à espera do esposo Ulisses. E concluía:

— Vós sois a Penélope da nossa República; tendes a mesma castidade, paciência e talentos. Refazei o saco, amigos, refazei o saco até que Ulisses, cansado de dar as pernas, venha tomar entre nós, o lugar que lhe cabe. Ihes e a Sapiência".

Sr. Presidente:

O substitutivo ora submetido às luzes, aos suplementos e à patriótica decisão do Congresso Nacional escopa, principalmente, eliminar malversações e suprir lacunas. Mas a dinâmica de sua vigência eficiente dependerá do eleitor exercer o voto como função pública e não como mercadoria; dos partidos indeterminadamente patrulharem o respeito à verdade eleitoral e não serem burocráticos sindicatos de ambições ou cobiças, e, finalmente, que a justiça eleitoral, uma das achas da fogueira que queimou a República Velha em 1930, prossiga na dura jornada de materializar as esperanças com que foi saudada como suprema guardiã da pureza do regime.

Sala da Comissão Mista, em 10 de maio de 1955. — Ulysses Guimarães, Relator.



## Artigos 37 e 40

Justificativa do Relator, Deputado Oliveira Britto.

Distinguido com a designação de Relator do vencido, relativamente às emendas de que resultaram os artigos 37 e 40 do Substitutivo da Comissão Mista, resumo nas palavras que se seguem o entendimento da maioria de seus membros.

### Artigo 37

Resulta de emenda do nobre Senador Lúcio Bittencourt, com pequenas alterações de redação sugeridas pelo Relator. Justificando a iniciativa, escreveu o eminente representante de Minas Gerais: "Uma das mais graves críticas ao atual sistema eleitoral é a que concerne às práticas em vigor, pelas quais o mesmo indivíduo, valendo-se de vários processos fraudulentos, vota mais de uma vez, já pelo decurso ao próprio alistamento múltiplo, já pela utilização de títulos alheios. É justamente pela reiteração do voto pela mesma pessoa que se torna possível a existência do chamado "eleitorado fantasma", verificando-se em vários municípios, com dados estatísticos de fidedignidade indiscutível, o comparecimento às urnas de número de eleitores consideravelmente superior ao dos adultos alfabetizados. Manifestações do eminente Ministro Edgard Costa e outros vultos da Justiça Eleitoral apontam precisamente esse como um dos males mais sérios, que viciam e afetam, de maneira profunda, a verdade das urnas.

É certo que o projeto, aceito como base do nosso estudo na Comissão Especial, procura coibir esse meio de fraude, instituindo a chamada "ficha individual", que dará, sem dúvida, excelentes resultados, mas que, a meu ver, não evitará completamente a prática assinalada, pois bastará a connivência do escrivão eleitoral ou a atuação facciosa do Presidente da mesa receptora para que um eleitor vote por outro, sem que disso se apercebem os fiscais e o público. Além do mais, essa providência não estará em vigor na próxima eleição do 3 de outubro, na qual o "eleitorado fantasma" poderá atuar livre e, o que é mais grave, talvez decisivamente.

Dai a necessidade de uma solução imediata, de execução pronta e fácil, aplicável, sem maiores tropeços, na

primeira eleição. É justamente a isso que visa a emenda, objetivando "marcar todo aquele que tenha exercido o direito do voto de tal como que qualquer tentativa para repetir aquele ato seja facilmente verificável pela mesa, pelos fiscais e pelo público, tornando, assim, inviável a reiteração fraudulenta".

Adotando e defendendo a medida no seio da Comissão Mista, tive oportunidade de acentuar, secundando as palavras do Senador Lúcio Bittencourt, que, sendo difícil, senão impossível, evitar que o mesmo eleitor nas grandes cidades, nos Estados limítrofes e em municípios vizinhos, se inscreva em mais de uma zona eleitoral, não há como impedir-se que, posse de mais de um título, com ou sem retrato, ou mesmo, de dois de adotada a folha individual de votação, de que trata o art. 4.º, compareça a mais de uma seção eleitoral e vote mais de uma vez, a não ser assinalando ostensivamente todo aquele que haja acabado de votar.

Pode parecer que a medida é pitoresca, ou "exótica" e divorciada de nossa tradição jurídica". Mas não há dúvida, de que sendo meio hábil de coibir um dos vícios que mais comprometem a verdade eleitoral, ninguém poderá sentir-se diminuído em, ao cumprir o mais importante dos deveres cívicos que a democracia impõe ao cidadão, deixar-se "marcar" para dêste modo, impedir que o mau eleitor, usando de um fraude tão generalizada, contamine e comprometa o voto do eleitorado consciente e honesto.

Esta, também, a convicção do honrado Senador Lúcio Bittencourt, traduzida nas seguintes palavras que se encontram na justificativa com que apresentou a emenda à consideração da Comissão de que o ilustre e destacado membro: "A população carioca, há poucos meses, teve ensêjo de testemunhar a prática em aprêço, em país amigo, da América do Sul, através de um jornal cinematográfico amplamente divulgado no Rio de Janeiro.

Nas cenas, então exibidas, via-se o orgulho com que algumas senhoras mostravam os dedos manchados de tinta, o que constitui argumento contra os que supõem esperar reação do sexo feminino contra a medida proposta. Estou certo de que a mu-



lher brasileira também sentirá felicidade e orgulho em poder exibir a prova de haver cumprido o seu dever cívico de colaborar na escolha democrática dos dirigentes da Pátria."

#### Artigo 40

Corresponde, com as alterações adiante enumeradas, ao art. 12 e seus parágrafos do projeto n.º 94, de iniciativa do Poder Executivo e elaborado pelo Ministro Edgard Costa, eminente e honrado Presidente do Superior Tribunal Eleitoral.

Justificando a medida, diz aquele grande Juiz: "O dispositivo institui a folha individual de votação, em substituição ao Título Eleitoral, e regula nos seus parágrafos a sua implantação nos cartórios. Trata-se de alteração substancial no sistema do alistamento existente e somente poderá ser adotado a longo prazo, isto é, em época distanciada das eleições.

E' providência que, adotada, elimina de plano todas as farudes praticadas em torno dos títulos eleitorais, como as relacionadas sob os números 4, 5, 6, 7 e 8 desta justificacão", vale dizer, impedirá:

— "Obtenção dolosa de segundas vias de títulos não extraviados, possibilitando ao seu autor o voto duplo, sendo um deles exercido fora de sua seção, em separado ;

— Emissão de títulos formalmente perfeitos (inclusive com a assinatura do Juiz), sem existência de processo de inscrição em cartório

— Emissão de títulos falsos, utilizados para votação fora do município eleitoral nêles indicado, votando o eleitor em separado;

— Compra de votos e seu contrôlo mediante as seguintes práticas:

a) Retenção dos títulos dos eleitores cujos votos foram comprados (geralmente através de cabos eleitorais), ou prometidos em consequência de situação de dependência do eleitor ou prestação de favores;

b) Concentração de eleitores em recintos privados (currais ou quartéis) para chapeamento (distribuição de chapas) e sua condução até a boca da urna, sob fiscalização;

— Retenção de títulos de eleitores de adversários, impedindo-os de exercerem o direito do voto".

"Além disso apresenta as seguintes vantagens:

a) Fixação do eleitor na mesma seção eleitoral, facilitando-lhe o exercício do voto;

b) Supressão da periódica distribuição dos eleitores pelas seções eleitorais, e da organização das folhas de votação, com a dispensa consequente da publicação pela imprensa das respectivas listas, de difícil consulta às vèzes, o que importará em poupar a grande soma de trabalho que essas formalidades acarretam para os cartórios eleitorais, às vèspers das eleições, e nem sempre executadas com a perfeição que a deficiência do tempo não permite: nomes truncados ou omitidos, com a consequente votação em separado, sempre prejudicial à lisura do pleito;

c) Finalmente, a revisão do alistamento atual, em que implicará razão de sua adoção somente após as eleições presidenciais de 1955, dada a exiguidade do tempo, para anteriormente às mesmas, a ela se proceder. Constituirá um trabalho preliminar da reforma geral do Código Eleitoral".

O dispositivo que se vê no Substitutivo resultou de emenda de minha autoria, com sub-emenda do Senador Lucio Bittencourt.

Examinemos o artigo e seus parágrafos:

— A redação definitiva do artigo, afastando-se da do artigo 12 do projeto do Poder Executivo, contém mérito de tornar mais claro o pensamento do legislador, que é o de adotar a folha individual de votação no alistamento eleitoral que se reiniciará a partir de 1.º de janeiro de 1956, em substituição aos títulos eleitorais atualmente adotados segundo as normas do Código Eleitoral.

Mas, de que consiste, afinal, a folha individual de votação?

E' o documento que habilitar o cidadão a exercer o direito do voto e cujo anverso contém, além dos elementos de identidade, constantes dos atuais títulos eleitorais, mais a fotografia e a impressão digital do eleitor e o número correspondente a seção em que deve votar e à qual ficará permanentemente vinculado para todas as eleições que se seguirem, salvo os casos de transferência de domicílio eleitoral.



No verso, conterà ainda espaço para a assinatura do eleitor no ato da votação e rubrica do presidente da mesa receptora, pois que substitui também as atuais "fôlhas de votação", vale dizer, no ato de votar, o eleitor assinará na sua própria fôlha individual de votação.

Os parágrafos do artigo além de outras providências, regulam a forma da conservação e utilização das fôlhas individuais e estabelecem que o eleitor, ao alistar-se, receberá um extrato de sua fôlha individual, o qual, conservando, embora, a denominação de "título eleitoral", tem por finalidade essencial servir de prova de que seu portador é eleitor inscrito em determinada seção do seu domicílio eleitoral.

Ao comparecer à sua seção para votar, o eleitor apresentará o seu título, isto é, o extrato de sua fôlha de votação, como prova de que está ali inscrito. Todavia se, porventura, não apresentar o título, o eleitor será, não obstante, admitido a votar, desde que na pasta correspondente à seção a que compareceu se encontre a sua fôlha individual de votação provando-se, assim, que se trata realmente, de eleitor da seção.

Com essa providência, protege-se o direito do eleitor que, por qualquer motivo, não esteja de posse do título e, ao mesmo tempo, acauteia-se a verdade das urnas evitando-se que vote em mais de uma seção eleitoral.

A única objeção que se poderia levantar contra a fôlha individual de votação seria a possibilidade do escrivão faccioso deixar de remetê-la à seção eleitoral impedindo assim que o eleitor exerça o seu direito de voto.

A objeção deixa de proceder, porém, ante a medida adotada no projeto, permitindo que o eleitor vote, mesmo que da pasta da seção haja sido omitida a sua fôlha de votação, desde que, com o título, prove que é realmente, ali inscrito eleitor. Nessa hipótese, o seu voto será tomado em separado para ulterior verificação se, na verdade, estava em condições de exercer o direito de voto na seção em que o fez.

Cuida ainda o projeto de declarar, que a partir de julho de 1956, os títulos eleitorais expedidos até o fim deste ano, perderão a sua validade, sendo substituídos por fôlhas individuais de votação, a requerimento do próprio punho do eleitor, inscrito com o título atual ou com qualquer um dos documentos referidos no artigo 33 do Código Eleitoral, e em que mencione o bairro, vila ou povoado em que reside ou em cujas proximidades more, a fim de facilitar a sua inscrição na seção mais próxima de sua residência.

Estabelecem, finalmente, os dois últimos parágrafos do artigo 40 que as despesas com o retrato do eleitor serão pagas pela Justiça Eleitoral, segundo a forma que lhe parecer mais própria e por meio das dotações orçamentárias que lhe são consignadas anualmente no Orçamento da União.

Com esse conjunto de providências, grande passo se dará para que o resultado das urnas corresponda à vontade livre do povo brasileiro na escolha dos seus representantes e dirigentes.

Sala das Sesses, da Comissão Mista, em 15 de maio de 1955. — *Olivério Brito.*





# Câmara dos Deputados

ao Substitutivo:

598

Emenda ao substitutivo apresentado  
pela Comissão Mista ao Projeto H 601-A  
de 1954; inclua-se ainda o seguinte:

Art. 1.º É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos anexos.

§ 1.º Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas, além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos re-

gistrados (Mod. I); e nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito. (Mod. II).

§ 2.º Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, sem qualquer expressão de preferência, mas apenas para o efeito da votação.

§ 3.º Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas e a competente sobrecarta, todas por ele devidamente rubricadas no anverso, sob pena de nulidade, o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará à tinta: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (x) o nome do candidato de sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional por forma idêntica, o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará a cédula ou cédulas na sobrecarta, fechando-a.

§ 4.º Se somente a legenda partidária tiver sido assinalada, apurar-se-á o voto apenas para o partido ou legenda; se somente o número do candidato, o voto será contado para esse candidato e para o partido correspondente.

§ 5.º Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinalada mais de uma legenda, ou número de candidato e legenda de partidos diferentes.

§ 6.º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior. A impressão, sob pena de responsabilidade de quem a ordenar, far-se-á, para cada eleição, em ordem de colocação variável de nomes e partidos, em tantos grupos quantos o seu número, de tal forma que, em cada grupo, figure na cabeça da cédula, nome ou partido diverso, com alteração na ordem dos subsequentes. A distribuição das cédulas pelas mesas receptoras será feita de modo que disponham todas elas, de vários grupos impressos, para que sejam entregues, indistintamente, aos eleitores, no ato de votar.

§ 7.º Aos Partidos Políticos é facultado afixar à porta ou no próprio recinto das seções eleitorais, e até dentro das cabines indevassáveis, cartazes contendo a relação dos seus candidatos e os respectivos números com que tiveram sido registrados.

1.º de Maio 1955

Bernardo Cardenas  
Cefau ho elsaem

Colombo de Souza



Emenda ao projeto 4001 A

Acrecentar-se, onde couvito:

Art - A Justiça Eleitoral não  
fará coincidir, em hipótese alguma,  
eleições municipais, estaduais e federais.

Lei de 1954, 23.11.54

Ruy Santos

Ruy Santos



Emenda ao projeto 460/71

Presente a art 27 um p.  
nº 1º :

Parágrafo único: Lamentavelmente a  
lei, as suplementares para corpos de  
representação proporcional, quando as  
votantes das seções anuladas e das  
não realizadas ultrapassarem um di-  
cimo do total de comparecimentos a  
pleito apurado.

Sala do Senado, 23.5.55

Ruy Santos Ruy Santos



Emenda ao projeto 4601 A

Acrescentar a seguinte redação  
do art 14, após as expressões "Tribu-  
la eleitoral":

"sempre acompanhado de três retri-  
tos".

Sala do Serviço, 23.5.55

Ruy Santos

Ruy Santos



Nº 5

2602

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Emenda ao projeto 4.601-A/54

Onde couber:

Art. ... - Após a apuração em cada mesa das respectivas gueltas apuradoras, serão fornecidas as fiscais, devidamente autenticadas pelos respectivos juizes com as cautelas que evitem alterações propositais, relação dos candidatos e votos recebidos na dita mesa apuradora. S. 93/17/54

Justificação:

Com esta medida haverá melhor controle ~~da parte~~ dos partidos da apuração final por parte dos deputados. Voto = Abguar Bastos



Emenda ao projeto 4.601-A/54

Artigo 37 -

Parágrafo que deve anteceder o parágrafo 1º do artigo:

— Quando se verificar doença ou mutilação impeditiva da aplicação deste artigo, a exigência se fará com o dedo mínimo da mão direita do eleitor.

S.S. 23/5/55

Aguares Bastos

Aguares Bastos



Emenda ao projeto A.601-A/54

Parágrafo único do art. 32 -  
(elimine-se).

Justificação:

Se as correções a que se  
refere o parágrafo são previs-  
tas no Código Eleitoral,  
não há necessidade de  
novas referências no pro-  
jeto.

S.S. 23/5/55

Aguares Bastos

Aguares Bastos



Emenda ao Projeto H. 601-A/54.

Art. 35 - As autoridades competentes, nos casos de emergência, usarão a força federal, posto à sua disposição, para garantir a realização das eleições.

Justificação:

Nos termos do substitutivo tem-se a impressão de que as eleições só são realizáveis quando garantidas por força federal. A emenda visa considerar a força federal como garantia, que se transformará em prática, nos casos de emergência. S.S. 23/5/55 abgvar

abgvar  
Pasto



Emenda ao projeto A. 601-A/54

Parágrafo único do art. 32 -  
(elimine-se).

Justificação:

Se as alterações a que se  
refere o parágrafo são previs-  
tas no Código Eleitoral,  
não há necessidade de  
novas referências no pro-  
jeto.

S. S. 23/5/55

Aguares Bastos

Aguares Bastos



Emenda ao Projeto 4.601-A/54.

Art. 35 - As autoridades competentes, nos casos de emergência, usarão a força federal, posto à sua disposição, para garantir a realização das eleições.

Justificação:

Nos termos do substitutivo tem-se a impressão de que as eleições só são realizáveis quando garantidas por força federal. A emenda visa considerar a força federal como garantia, que só se transformará em prática, nos casos de emergência. S.S. 23/5/55 abgarr

Abgarras

Justo





Projeto 4.601-A-1954

Câmara dos Deputados

Emenda

Substitua-se pelo seguinte o texto do Substitutivo aprovado:

Nº 9

2606

(Em anexo)

Sala das Sessões, 20/5/1955  
Oscar Corrêa

Introduz alterações no Código Eleitoral e dá outras providências

(Do Poder Executivo)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º O requerimento de inscrição eleitoral será entregue pessoalmente em cartório pelo requerente, e instruído, obrigatoriamente, com a prova de residência e de identidade do eleitor.

Parágrafo único: As certidões de registro de nascimento feito fora do prazo legal, na conformidade da legislação vigente, só terão valor, para fins eleitorais, como prova de idade, após um ano da data do mesmo registro.

Art. 2.º O título somente será assinado pelo juiz depois de preenchido pelo cartório e assinado pelo eleitor, sob pena de multa de mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00) aplicada de ofício pelo presidente do Tribunal Regional competente, e cobrada executivamente.

Art. 3.º O alistamento encerrar-se-á cento e vinte (120) dias antes da data marcada para a eleição.

Art. 4.º É expressamente vedada a expedição de 2.ª via de título dentro dos sessenta (60) dias anteriores à data do pleito, quando requerida sob alegação de extravio ou perda da 1.ª via; bem assim, a transferência de eleitor dentro no prazo de 120 dias anteriores à eleição, observado o disposto pelo artigo 39, § 3.º, do Código Eleitoral.

Art. 5.º Serão excluídos das listas de votação: a) os eleitores que não tiverem, até 90 dias antes da eleição,

retirado de cartório os seus títulos eleitorais; b) os que tiverem deixado de votar, sem causa justificada, nas duas eleições anteriores ao pleito; c) aqueles cujo falecimento seja notório.





# Câmara dos Deputados

Art. 6.º O eleitor, a nenhum pretexto, sob pena de anulação da votação e responsabilidade do presidente da mesa receptora, nos termos do artigo 175 n.º 21, do Código Eleitoral, — poderá votar: a) sem a exibição do respectivo título; b) sem que conste da lista de votação o seu nome; c) em seção diversa daquela em que tiver sido incluído o seu nome, excetuados, apenas, os membros das mesas receptoras e os fiscais de partido, em número não superior a dois para cada um.

Parágrafo único. Não constando do título o retrato do eleitor, será exigida a exibição de documento que prove a sua identidade, mencionando-se a sua natureza na coluna de observações da fôlha de votação.

0607

Art. 7º - É instituída a cédula oficial de votação, de acôrdo com os modelos anexos, confeccionadas em papel opaco, e em côres diferentes para cada eleição quando realizada mais de uma simultâneamente.

§ 1.º Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas, além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos re-

gistrados (Mod. I); e nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito. (Mod. II).

utilizado

.....

Parágrafo 2º - Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, mediante sorteio, para o efeito da votação. (§ 3º).

Parágrafo 3º - Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas, por êle rubricadas no ato sob pena de nulidade e responsabilidade (Cód. Eleitoral. art. 175, n. 21), o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará a tinta: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X) o nome do candidato da sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, dobrará e colará a cédula ou cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente corresponderem, em número e côres, às que lhe foram entregues.





# Câmara dos Deputados

e608

§ 4.º Se somente a legenda partidária tiver sido assinalada, apurar-se-á o voto apenas para o partido ou legenda; se somente o número do candidato, o voto será contado para esse candidato e para o partido correspondente.

§ 5.º Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinalada mais de uma legenda, ou número de candidato e legenda de partidos diferentes.

§ 6.º A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser esse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior. A impressão, sob pena de responsabilidade de quem a ordenar, far-se-á, para cada eleição, em ordem de colocação variável de nomes e partidos, em tantos grupos quantos o seu número, de tal forma que, em cada grupo, figure na cabeça da cédula, nome ou partido diverso, com alteração na ordem dos subsequentes. A distribuição das cédulas pelas mesas receptoras será feita de modo que disponham todas elas, de vários grupos impressos, para que sejam entregues, indistintamente, aos eleitores, no ato de votar.

§ 7.º Aos Partidos Políticos é facultado afixar à porta ou no próprio recinto das seções eleitorais, e até dentro das cabines indevassáveis, cartazes contendo a relação dos seus candidatos e os respectivos números com que tiveram sido registrados.

Art. 8.º O registro de candidatos será feito, improrrogavelmente, até noventa (90) dias anteriores ao pleito, e, em se tratando de eleição pelo princípio proporcional, em número não excedente ao de lugares a preencher, quando superiores a dez (10).

Parágrafo único. A substituição de um candidato por outro só será permitida em se tratando de eleição pelo princípio majoritário, e em caso de falecimento do registrado, apurando-se para o substituto, se já impressas as cédulas de votação, os votos dados ao substituído.

Art. 9.º Para os efeitos do art. 125 do Código Eleitoral, somam-se aos votos anulados os votos em branco.

Art. 10. Nas eleições suplementares quando se referirem a cargo de representação proporcional, a votação far-se-á apenas nas legendas registradas.

11. As eleições serão sempre realizadas com a garantia da força federal, posta à disposição das autoridades eleitorais competentes.

Art. 12. No alistamento eleitoral, que se reabrirá em 1.º de janeiro de 1956, os títulos eleitorais serão substituídos por "fôlhas individuais de votação", de acordo com o modelo anexo (n.º III).

§ 1.º As "Fôlhas individuais de votação" serão conservadas em pastas, uma para cada seção eleitoral; remetidas às mesas receptoras das respectivas seções por ocasião das eleições, serão, findos os trabalhos da apuração, devolvidas a cartório, onde serão guardadas.

§ 2.º Ao alistar-se receberá o eleitor apenas um cartão (mod. IV) contendo a indicação, por extenso, da seção eleitoral em que tiver sido inscrito, à qual ficará vinculado permanentemente para todas as eleições que se realizarem, salvo em caso de transferência de zona ou município, quando a "fôlha" será enviada ao juízo eleitoral do novo domicílio.





# Câmara dos Deputados

2609

§ 3.º O eleitor será admitido a votar ainda que deixe de exibir o cartão a que se refere o parágrafo anterior; nesse caso a prova de ter votado será feita mediante certidão que obtiver, posteriormente, do juiz competente.

§ 4.º No caso de omissão da folha individual na respectiva pasta, verificada no ato da votação, será o eleitor, não obstante, admitido a votar dês que exiba o cartão de inscrição na secção, sendo o seu voto tomado em separado. Como ato preliminar da apuração do voto, será averiguado em cartório o motivo da omissão. Se tiver ocorrido por culpa ou dolo do escrivão, a este será aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até 30 dias, e, na segunda, a de detenção, por 1 a 3 meses ou multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00.

§ 5.º A partir de 1.º de julho de 1956 perderão seu valor todos os títulos eleitorais até então expedidos, os quais serão substituídos por folhas individuais de votação, de acordo com as instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

## Disposições Transitórias

Art. 13. Imediatamente após o encerramento do alistamento (art. 3.º), iniciarão os juizes eleitorais a organização das listas de votação para a eleição de 3 de outubro do corrente ano, as quais serão publicadas até 30 dias antes do mesmo pleito, sob pena de multa de Cr\$ 2.000,00 imposta, de ofício, ao responsável pelo Presidente do Tribunal Regional, e cobrada executivamente.

§ 1.º A organização das listas, observado o disposto no art. 5.º, será

feita, com a assistência de delegados dos Partidos especialmente credenciados para esse fim à vista dos processos de inscrição existentes no cartório, notadamente daqueles em que haja denúncia ou fundada suspeita de irregularidades.

§ 2.º Serão, pelo juiz eleitoral, excluídos do alistamento e das folhas de votação aqueles eleitores cuja inscrição não tiver preenchido, manifestamente, as condições ou requisitos legais, cabendo dessa decisão recurso voluntário, sem efeito suspensivo, e no prazo de três dias, para o Tribunal Regional.

Art. 14. Os títulos dos eleitores que votarem nas eleições de 3 de outubro serão retidos pelas mesas receptoras e enviados, afinal, com as respectivas folhas de votação, aos competentes cartórios eleitorais.

§ 1.º Na hipótese de eleições suplementares e de outras que eventualmente se realizarem até 1.º de julho de 1956, aqueles eleitores votarão nas mesmas secções em que tiverem votado em 3 de outubro, a cujas mesas receptoras serão presentes, para esse fim, os títulos retidos.

§ 2.º A partir de 1.º de janeiro de 1956 os títulos assim retidos poderão ser substituídos, a requerimento dos interessados, após a competente revisão da inscrição, por folhas individuais de votação como se dispõe no art. 12.

Art. 15. É considerado feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas tôdas as disposições em contrário.

Câmara



2610



PARA .....

(\*)

☐☐☐☐☐

(\*) Presidente da República — Vice-presidente — Senador — Governador — Vice-governador — Prefeito — Vice-prefeito.

Modelo I—Verso

.....  
(rubrica do presidente da mesa receptora)



Lote: 32  
Caixa: 227  
PL N° 4601/1954  
460

§ 3.º O eleitor será admitido a votar ainda que deixe de exhibir o cartão a que se refere o parágrafo anterior; nesse caso a prova de ter votado será feita mediante certidão que obtiver, posteriormente, do juízo competente.

§ 4.º No caso de omissão da folha individual na respectiva pasta, verificada no ato da votação, será o eleitor, não obstante, admitido a votar dês que exhiba o cartão de inscrição na secção, sendo o seu voto tomado em separado. Como ato preliminar da apuração do voto, será averiguado em cartório o motivo da omissão. Se tiver ocorrido por culpa ou dolo do escrivão, a este será aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até 30 dias, e, na segunda, a de detenção por 1 a 3 meses ou multa de Cr\$ 1.000,00 a Cr\$ 3.000,00.

§ 5.º A partir de 1.º de julho de 1956 perderão seu valor todos os títulos eleitorais até então expedidos, os quais serão substituídos por folhas individuais de votação, de acordo com as instruções baixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

#### *Disposições Transitórias*

Art. 13. Imediatamente após o encerramento do alistamento (art. 3.º), iniciarão os juizes eleitorais a organização das listas de votação para a eleição de 3 de outubro do corrente ano, as quais serão publicadas até 30 dias antes do mesmo pleito, sob pena de multa de Cr\$ 2.000,00 imposta, de ofício, ao responsável pelo Presidente do Tribunal Regional, e cobrada executivamente.

§ 1.º A organização das listas, observado o disposto no art. 5.º, será

feita, com a assistência de delegados dos Partidos especialmente credenciados para esse fim à vista dos processos de inscrição existentes no cartório, notadamente daqueles em que haja denúncia ou fundada suspeita de irregularidades.

§ 2.º Serão, pelo juiz eleitoral, excluídos do alistamento e das folhas de votação aqueles eleitores cuja inscrição não tiver preenchido, manifestamente, as condições ou requisitos legais, cabendo dessa decisão recurso voluntário, sem efeito suspensivo, e no prazo de três dias, para o Tribunal Regional.

Art. 14. Os títulos dos eleitores que votarem nas eleições de 3 de outubro serão retidos pelas mesas receptoras e enviados, afinal, com as respectivas folhas de votação, aos competentes cartórios eleitorais.

§ 1.º Na hipótese de eleições suplementares e de outras que eventualmente se realizarem até 1.º de julho de 1956, aqueles eleitores votarão nas mesmas secções em que tiverem votado em 3 de outubro, a cujas mesas receptoras serão presentes, para esse fim, os títulos retidos.

§ 2.º A partir de 1.º de janeiro de 1956 os títulos assim retidos poderão ser substituídos, a requerimento dos interessados, após a competente revisão da inscrição, por folhas individuais de votação como se dispõe no art. 12.

Art. 15. É considerado feriado nacional o dia 3 de outubro de 1955.

Art. 16. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas tôdas as disposições em contrário.



e611



PARA

(\*)

Voto em  
legenda

Partidos ou Legendas

N.º do  
candidato



(\*) 1) Deputados federais; 2) Deputados à Assembléia Estadual; 3) Vereadores.

*[Handwritten signature]*



e612

.....  
(rubrica do presidente da mesa receptora)

Lote: 32 Caixa: 227

PL N° 4601/1954

461



eb13

(MODELO III)



Nº \_\_\_\_\_

SOBRENOME DO ELEITOR \_\_\_\_\_

# JUSTIÇA ELEITORAL

\_\_\_\_\_  
CIRCUNSCRIÇÃO      ZONA      (      MUNICÍPIO      )      SEÇÃO



RETRATO

## FÔLHA DE VOTAÇÃO



IMPRESSÃO DIGITAL  
DO  
POLEGAR DIREITO

De \_\_\_\_\_  
NOME POR EXTENSO DO ELEITOR

\_\_\_\_\_  
DATA DO NASCIMENTO      NATURALIDADE      ESTADO CIVIL

FILIAÇÃO

PAI

MÃE

PROFISSÃO

RESIDÊNCIA

ASSINATURA DO ELEITOR

DE

DE 10

ASSINATURA DO JUIZ

## ANOTAÇÕES

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

+

cert



COMPARECIMENTO ÀS ELEIÇÕES

ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE
ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE	ASSINATURA DO ELEITOR EM ____ / ____ / 19____ RUBRICA DO PRESIDENTE

Lote: 32  
Caixa: 227  
PL N° 4601/1954  
462





(MODELO IV)  
FRENTE

JUÍZO ELEITORAL DA ..... ZONA  
DO

ESTADO DE..... (.....)  
..... (MUNICÍPIO)

O SR. ....

É ELEITOR NESTA ZONA, INSCRITO EM...../...../ 195.....,

E VOTARÁ NA..... SEÇÃO ELEITORAL.  
(POR EXTENSO)

.....DE.....DE 195.....

O JUÍZ ELEITORAL,

.....

+  
Certo

2615  
5198

— 9 —



Lote: 32  
PL Nº 4601/1954  
463

Caixa: 227

VOTOU:

(MODELO IV)  
VERSO

Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE
Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....	Em...../...../ 19.....
RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE	RUBRICA DO PRESIDENTE





**Nº 12**  
Câmara dos Deputados

**Emenda ao Substitutivo**  
**Ulisses Guimarães ao**  
**Projeto 4.601-A/55**

**Emenda:**  
Substitua-se no pará-  
grafo Único do art. 3º a  
frase - "o mesmo prazo"  
por - ~~o mesmo~~ igual pra-  
zo.

Sala dos **Deputados**  
21/5/55  
A. M. Guimarães

**Câmara dos**  
Nota: A justificativa  
foi feita oral-  
mente em plenário  
Ernesto Zapp  
Guimarães





# Nº 13

## Câmara dos Deputados

623

Emenda a Substituição Velisses  
Fimomares (Projeto 4.601-A)

Art. .... (onde couber)

O uso do retrato ~~de~~ a que se  
refere o artigo 403º do ~~de~~  
Substituição Velisses Fimomares.  
Mais, somente se torna-  
rá obrigatório para ~~aliciados~~  
alistamento ~~aliciados~~ e licenças que  
se processarem a partir  
de 1º de Janeiro de 1956  
Soldados de 1º e 2º escalão, em

Teixeira Guedes  
Câmara dos

27/5/55  
Abílio Magalhães

Nota: A justificativa será  
apresentada oportunamente e  
avaluada em pleno.  
reunião

Era v. suplen

Assinatura





# Câmara dos Deputados

2621

Substituto ao Projeto nº  
4.601-54

Emenda nº: —

Fica assim redigido o artº 4º:

Deverão ser organizadas casas  
receptoras nas vilas e povoados, assim  
como nos estabelecimentos de inter-  
mediação coletiva, inclusive para  
cegos e leprovarios.

Salas das Sessões, 24 de  
maio de 1955

Deputado França Campos.

Caixa: 227

Lote: 32  
PL Nº 4601/1954

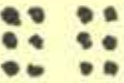









466














A L F A B E T O B R A I L L E

0620

A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T
U	V	X	Y	Z	Ç	É	Á	Ê	Ú
Â	Ê	Ï	Ô	Ù	À	Ï	Ü	Ö	Ó
Í	Ó	Ã	SINAL DE ALGARISMO		APÓSTROFO				
			HIFEN						

1	2	3	4	5	6	7	8
9	10	100	1000				

→ 10,5 =

Urgente

*Im radar*





Nº 14  
Câmara dos Deputados

Emenda aditiva ao projeto  
4.601-A de 1954.

O art. 8º do substitutivo, após as palavras "sob pena de demissão" redija-se pela seguinte forma: "os membros dos diretórios dos partidos políticos, os candidatos a cargos eletivos e os parentes destes, até o 3º grau consanguinidade ou afinidade".

Sala das Sessões, 20 de  
Maio de 1955.

Alcides Silva





Nº 15  
Câmara dos Deputados

0625

Projeto nº 4601-A-1954

Emenda ao artigo 2º

Emde se diz: "registrando-o no livro competente e, depois de autuá-lo, o fará concluso ao juiz eleitoral, que dentro do prazo máximo de cinco dias o despachará." diga-se: "registrando-o no livro competente e, depois de autuá-lo, dentro do prazo de 24 horas do seu recebimento, o fará concluso ao juiz eleitoral, que dentro do prazo máximo de cinco dias o despachará."

Justificativas.

A emenda tem em vista estabelecer prazo para que o escrivão organize o processo e o faça concluso ao juiz, para despacho.

Não seria razoável se deixasse ao alvedrio do escrivão o encargo deste trabalho sem prazos, sem a fixação de prazo para realizá-lo, tal qual se fez em relação juiz.

S.B. 20. 5. 1955

Amélio de Mattos

Amélio de Mattos





Nº 16

# Câmara dos Deputados

Projeto n.º 4601 A - 1954

626

Emenda ao artigo 3.º.

Enunciado se diz: "pelo próprio juiz eleitoral, pelo juiz preparador, ou pelo escrivão especialmente designado para esse fim.", diga-se: "pelo próprio juiz eleitoral, pelo juiz preparador, pelo escrivão ou por funcionário especialmente designado para esse fim."

Justificações.

Seria equitativo que a entrega do título se fizesse na zona urbana como se estabeleceu com referência à rural.

O projeto adotou entrega mais restrito, não admitindo a interferência de procurador ou de delegado de partido na entrega alusiva a eleições da cidade.

Parece-nos, entretanto, que não se deve esquecer a colaboração de funcionários especialmente designados para esse fim.

A prática nos tem mostrado que nem sempre o juiz, o preparador e o escrivão podem ~~sempre~~ desempenhar, no ato mister de entrega do título, tendo sido proveitosa a ação de outros funcionários atuantes na justiça eleitoral na execução desse serviço.

Por, a modificação do texto que propomos, incluindo também os funcionários especialmente designados.

SS. 20 de maio de 1955

Amir de Mello

Amir de Mello



Nº 17

EMENDA N. AO PROJETO Nº. 4 601-A, de 1954

(SUBSTITUTIVO )

eb27

Ao art. 1º -

Acrescente-se como paragrafo:

"Paragrafo - Não terá valor para a inscrição eleitoral certidão do registro de nascimento efetuado a menos de seis meses da data do pedido de alistamento".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

Martins Rodrigues

( Martins Rodrigues )



Nº 18

EMENDA N. AO PROJETO N. 4601-A, de 1955  
( SUBSTITUTIVO )

2628

ao art. 7º, paragrafo unico - Passe a paragrafo 1º.

Acrescente-se, em seguida:

"Paragrafo 2º - Em nenhuma hipotese, poderá ser usada a propriedade ou habitação de candidato, de membro de diretório ou de delegado de partido, bem como de parente de qualquer deles até o terceiro grau, inclusive, nem ainda de autoridade policial, para nele funcionar mesa receptora".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955,

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



Nº 19

EMENDA N. AO PROJETO N. 4 601-A de 1954

( SUBSTITUTIVO )

0629

Ao art. 11 - Redija-se assim:

"Art. 11 - O alistamento encerrar-se-á cem dias antes da data marcada para a eleição, não podendo ser recebido requerimento de inscrição eleitoral depois dessa data e até a reabertura do alistamento ( Código Eleitoral, art. 64, § 2º )"

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



Nº 20

EMENDA N. AO PROJETO N. 4601-A, de 54  
( SUBSTITUTIVO )

Ao art. 18 - Redija-se assim:

" A organização da lista dos eleitores e sua distribuição pelas seções eleitorais, observado o disposto no art. 17 desta lei e no art. 66 e parágrafos do Código Eleitoral, será feita com a assistência e fiscalização dos delegados de partido, à vista das fichas dos títulos eleitorais e dos processos de inscrição, de transferência e de expedição de segundas vias.

§ 1º - Serão excluídos, pelo juiz eleitoral, das folhas de votação e das listas de eleitores aqueles cuja inscrição não houver preenchido, manifestamente, as condições ou requisitos legais.

§ 2º - Dessa decisão cabe recurso para o Tribunal Regional Eleitoral, manifestado pelo eleitor ou por delegado de partido, no prazo de três dias. O recurso não terá efeito suspensivo.

§ 3º - O Tribunal Regional decidirá no prazo de cinco dias o recurso a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º - Poderá também reclamar verbalmente, por escrito ou por telegrama ao juiz eleitoral ou ao Tribunal Regional Eleitoral o eleitor cujo nome tenha sido omitido ou figure erradamente na lista, observado, para esse fim, o disposto no art. 67, §§ 1º, 2º e 3º do Código Eleitoral".

Sala das sessões, em 23 de maio xx  
de 1955

*Martins Rodrigues*  
( Martins Rodrigues )



Nº 21

EMENDA N. AO PROJETO N. 4 601-A, de 1954  
( SUBSTITUTIVO )

631

Ao art. 19 - Substitua-se pelo seguinte:

"Art. 19 - O eleitor só poderá votar, <sup>em regra,</sup> satisfeitas as seguintes exigências: a) - exibição do respectivo título de eleitor; b) - constando o nome da secção eleitoral em que deva votar.

§ 1º - Todavia, os eleitores cujo nome não conste da lista de votantes da secção, ou nela figure com inexatidão, poderão votar na secção especial a que se refere o art. , ou, se ela não funcionar, na própria secção em que deviam fazê-lo, mas sempre com as cautelas do § 4º, letras a, b e c, do art. 87 do Código Eleitoral.

§ 2º - Não pertencendo o eleitor à secção e não constando do título a fotografia, será obrigatória a exibição de documento de identidade, que ficará retido, juntamente com o título, até a apuração.

§ 3º - No caso do parágrafo 1º, não se fará a apuração dos votos tomados em separado pelo motivo ali previsto senão depois de verificar a Junta Eleitoral a legitimidade da inscrição e a identidade do eleitor, bem assim não haver êle votado em outra secção da mesma zona.

§ 4º - Verificada a ocorrência a que se refere o art. 1º, a Junta Eleitoral, antes de encerrar seus trabalhos, apurará a causa da omissão. Se tiver havido culpa ou dolo do Juiz ou do escrivão eleitoral, ser-lhe-á aplicada, na primeira hipótese, a pena de suspensão até trinta dias, e, na segunda, a de detenção ~~xxxxxx~~ por um a três meses, ou multa de R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00, cabendo ao Tribunal Regional Eleitoral a aplicação da penalidade ao Juiz".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



Nº 22

eb32

EMENDA N. AO PROJETO N. 4601-A, de 54  
( SUBSTITUTIVO )

Ao art. 20 - Redija-se assim:

"Art. 20 - Salvo o disposto nos paragrafos seguintes, é vedada a votação em secção eleitoral diversa daquela em que o eleitor tiver o seu nome incluído".

Acrescente-se, como paragrafo 6º:

"§ 6º - Quando os fiscais de partido votarem em secção diversa daquela em que o seu nome esteja incluído ( § 1º ), a apuração dos seus votos não se fará sem que, antes, a Junta Apuradora competente verifique se os mesmos votaram em outras secções da mesma zona".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

Martins Rodrigues

( Martins Rodrigues )



Nº 23

EMENDA N. AO PROJETO Nº 4601-A, de 1954

(SUBSTITUTIVO)

0633

Ao paragrafo unico do art. 23 - Substitua-se pelo seguinte:

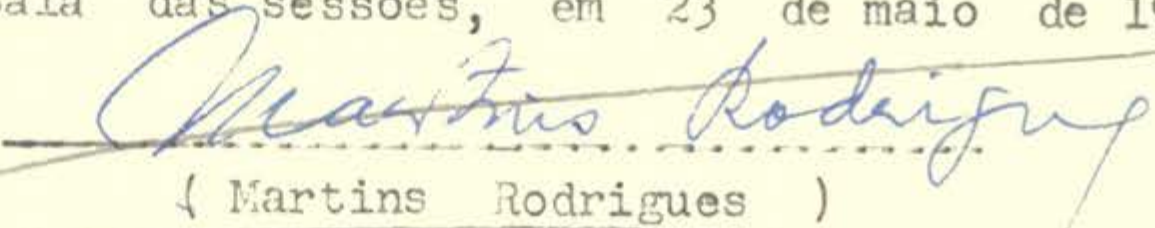
"Paragrafo 1º - Sem a prova de que votou na ultima eleição, ou de que se justificou devidamente, não poderá o eleitor:

- a) ~~+~~ inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função publica, investir-se ou empossar-se nêles ou nela;
- b) ~~+~~ receber o vencimento, remuneração ou salário do / emprego ou função publica, ou os proventos da inatividade, correspondentes ao segundo mês subsequente ao da eleição;
- c) ~~+~~ formular requerimento, por si ou por procurador, a repartição publica federal, estadual ou municipal, ou a entidade autarquica;
- d) ~~+~~ estar em juizo como autor, réu, assistente ou oponente;
- e) ~~+~~ participar de concorrência publica ou administrativa da União, dos Estados, dos Territorios, do Distrito Federal ou dos Municipios, ou das respectivas autarquias;
- f) ~~+~~ pleitear o gozo de favores ou isenções estabelecidas em lei;
- g) ~~+~~ obter passaporte, carteira de identidade ou carteira profissional;
- h) ~~+~~ obter empréstimos nas Caixas Economicas ou nos institutos e caixas de previdencia social, bem como em qualquer estabelecimento de credito mantido pelo governo, ou de cuja administração este participe;
- i) ~~+~~ matricular-se em estabelecimento escolar oficial, equiparado, redonhecido ou subvencionado, ou registrar diploma de curso nêles realizados;
- j) ~~+~~ praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do serviço militar ou do imposto de renda".

Acrescente-se:

"§ 2º - O disposto no paragrafo anterior sobre emprego ou função publica aplica-se tambem aos que forem / exercidos em autarquias ou sociedades de economia mista".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

  
( Martins Rodrigues )



URIEL

Nº 24

EMENDA N. AO PROJETO Nº 4601-A, de 1954  
( SUBSTITUTIVO )

e637

Ao § 9º do art. 39 - Converta-se em artigo, com a  
guinte redação:

"Art. - O alistamento eleitoral será feito sem  
onus para o eleitor, correndo todas as despesas do mesmo,  
inclusive as de fotografias, á conta da justiça elei-  
toral".

"§ 1º - Para atender às despesas com a inscrição  
de eleitores, o Tribunal Superior Eleitoral destacará e  
distribuirá anualmente aos Tribunais Regionais dotação  
correspondente ao volume e crescimento do alistamen-  
to".

"§ 2º - O Tribunal Superior Eleitoral também distri-  
buirá aos Tribunais Regionais, para ocorrer às despe-  
sas com o transporte de eleitores por ocasião da elei-  
ção, a importancia estimada necessaria, mediante pe-  
dido justificado dos mesmos.

"§ 3º - O pedido de crédito para transporte, a que  
se refere o paragrafo anterior, será formulado pelos  
Tribunais Regionais ao Tribunal Superior Eleitoral, an-  
tes da realização da eleição, com base na distribuição  
do eleitorado pelas secções eleitorais".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



Nº 25

e635

EMENDA N. AO PROJETO Nº 4601-A, de 1954  
( SUBSTITUTIVO )

Ao § 2º do art. 40 - Suprimam-se as expressões finais - "à qual ficará vinculado permanentemente".

Acrescente-se, depois, do paragrafo 2º, o seguinte:

"§ 3º - O eleitor ficará vinculado permanentemente à secção eleitoral indicada no seu titulo, salvo:

- a) ~~+~~ se se transferir de zona ou municipio, hipotese em que a folha individual será enviada ao Juiz Eleitoral do novo domicilio;
- b) ~~+~~ se, entre uma eleição e outra e pelo menos até dias antes da remessa das folhas individuais de votação às secções eleitorais, provar, perante o Juiz Eleitoral, que mudou de residencia dentro do mesmo municipio, de um distrito para outro, ou para lugar muito distanciado da secção em que se acha inscrito, caso em que serão feitas, nas referidas folhas e no titulo eleitoral para esse fim exibido, as alterações correspondentes, devidamente autenticadas pela autoridade judiciaria.

Altere-se a numeração dos paragrafos subsequentes, a partir do § 3º.

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



Nº 26

EMENDA N. AO PROJETO N. 4601-A, de 1954  
( SUBSTITUTIVO )

Acrescente-se onde convier:

e636

"Art. - Serão custeadas pela Justiça Eleitoral todas as despesas de transporte dos eleitores, quando, por não haver secção eleitoral dentro de um raio de dois quilômetros de sua residencia, sejam os mesmos obrigados a deslocar-se para cumprir o dever de votar.

Paragrafo unico Os veículos necessarios ao transporte serão postos, pelos seus proprietarios, à disposição do Juiz Eleitoral, o qual, com a assistencia dos delegados de partido, adotará providencias que assegurem, sem qualquer preferencia, a condução oportuna dos eleitores aos logares designados para a votação".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



Nº 27

EMENDA N. AO PROJETO N. 4601-A, de 1954

( SUBSTITUTIVO )

2637

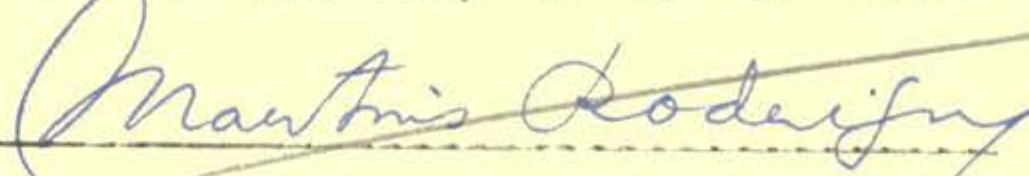
Acrescente-se onde convier:

"Art. - Cabe recurso contra a expedição de diploma, nos seguintes casos:

- a) ~~+~~ inelegibilidade de candidato, ainda que não ar-  
guida por ocasião do registro;
- b) ~~+~~ eleição viciada por fraude ou coação, em qualquer  
das fases do processo eleitoral;
- c) ~~+~~ errônea interpretação da lei quanto à aplicação  
do sistema de representação proporcional;
- d) ~~+~~ erro de direito ou de fato na apuração final, quan-  
to à determinação do quociente eleitoral ou partidário, /  
contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua  
contemplação sob determinada legenda;
- e) ~~+~~ pendência de recurso anterior, cuja decisão possa  
influir na determinação de quociente eleitoral ou parti-  
dário, inelegibilidade ou classificação de candidato".

" Paragrafo unico - Nesses casos, tem cabimento o  
recurso da diplomação, ainda que não tenham sido in-  
terpostos parciais das decisões da justiça eleitoral  
anteriores a ela".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955



( Martins Rodrigues )



EMENDA N. AO PROJETO N. 4 601-A, de 1954  
( SUBSTITUTIVO )

Nº 28

0638

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Nos distritos onde funcionarem mais de três secções eleitorais, poderá o Juiz fazer instalar uma x secção especial para nela votarem os eleitores cujos no mes não figurem na lista da secção a que pertençam, ou que nela figurem erradamente, sendo os votos tomados com as cautelas constantes do § 4º do art. 87 do Código Eleitoral, combinado com o § 2º, recolhendo a mesa receptora o título e a prova de identidade oferecida".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



Nº 29

EMENDA N. AO PROJETO N. 4 601-A, de 1954  
( SUBSTITUTIVO )

639

Jamari

Acrescente-se onde convier:

" Art. - Não reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva secção votar na secção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da secção em que deveriam votar, a qual será transportada para aquela em que tiverem de votar.

§ 1º - As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas folhas de votação da secção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobrecartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2º - O transporte da urna e dos documentos da secção será providenciado pelo membro da mesa ou secretario que comparecer, ou pelo proprio juiz ou pessoa que êle designar para esse fim, acompanhando-a os fiscais que o desejarem".

Sala das sessões, em 23 de junho de 1955

Martins Rodrigues

( Martins Rodrigues )



Nº 30

EMENDA N. AO PROJETO N. 4601-A, de 1954

( SUBSTITUTIVO )

2640

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Além dos casos previstos no art. 123 do Código Eleitoral, é nula a votação:

a) ~~+~~ quando votar eleitor indevidamente inscrito, ou que haja sido excluído do alistamento, desde que o seu voto não tenha sido tomado com as cautelas do § 4º do art. 87 do Código Eleitoral;

b) ~~+~~ quando, sem as cautelas referidas no artigo anterior, votar eleitor de outra secção, ou aquele cujo nome não conste da lista de votantes, ou nela figure erradamente.

"Art. - Na apuração das eleições, a Junta Eleitoral verificará, previamente, se ocorre qualquer dos casos de nulidade de votação previstos no art. 123 do Código Eleitoral e no artigo anterior".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955.

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



Nº 31

EMENDA N. AO PROJETO Nº 4601-A, de 1954  
( SUBSTITUTIVO )

eb41

Acrescente-se onde convier:

"Art. - As estações de radio, salvo as oficiais, nos 90 dias anteriores às eleições gerais de todo o país ou de cada circunscrição eleitoral, reservarão diariamente duas horas, pelo menos, à propaganda partidária, sendo uma delas à noite.

§ 1º - A distribuição das horas de irradiação será feita entre os diferentes partidos, sob rigoroso critério de rotatividade.

§ 2º - Compete à justiça eleitoral o controle dessa distribuição, bem como o estabelecimento, sob proposta das empresas concessionárias, da tabela dos ~~xxx~~/preços, que devem ser iguais para todos os partidos e candidatos. Esse controle se fará com a fiscalização dos delegados de partidos.

§ 3º - A justiça eleitoral estabelecerá também normas para a propaganda de candidatos e partidos na imprensa escrita, registrando os contratos de publicidade que a esse fim se destinarem".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

Martins Rodrigues

( Martins Rodrigues )



Nº 32

6642

Acrescente-se onde convier:

"Art. - O ato eleitoral, desde o alistamento até a diplomação dos candidatos, compreendendo a inscrição dos eleitores, a organização das secções eleitorais, a votação, a apuração e a proclamação dos eleitos, é indivisível, para o efeito de poder ser declarada a sua invalidade pela justiça, desde que verificada a qualquer tempo e em qualquer das fases que o constituem, infração substancial dos preceitos legais, bem assim a ocorrência de coação ou fraude, devidamente apurada.

" Art. - No caso da ocorrência de fraude em qualquer das fases do processo eleitoral, definidas no artigo anterior, bem assim no de coação que viole a vontade do eleitorado, a justiça eleitoral poderá proceder de ofício, para a sua apuração em qualquer tempo; e, havendo ou não provocação dos interessados, é ampla a sua competência para a investigação dos fatos".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



Nº 33

EMENDA N. AO PROJETO N. 4601-A, de 1954

( SUBSTITUTIVO )

0643

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Não ha preclusão de prazo para a inter-  
posição de recurso, quando nêle se discutir materia cons-  
titucional, bem assim quando se tratar de casos de fraude  
ou de nulidade substancial, que invalide o ato eleitoral".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955,

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



Nº 34

EMENDA N. AO PROJETO N. 4601-A, de 1954

( SUBSTITUTIVO )

e644

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Até as 12 horas do dia seguinte à realização da eleição, o Juiz Eleitoral é obrigado, sob as penas do art. 175, H.15, do Código Eleitoral, a comunicar ao Tribunal Regional, bem assim aos delegados de partido perante êle credenciados, o numero de eleitores que votou em cada uma das secções da zona sob sua jurisdição, bem assim o total de votantes da zona.

" § 1º :- Essa comunicação será feita por via postal, em officios registrados, de que o Juiz guardará copia no arquivo eleitoral, acompanhada do recibo do correio.

" § 2º - Qualquer eleitor ou candidato poderá obter, por certidão, o teor da comunicação a que se refere este artigo, sendo defeso ao Juiz recusá-la ou procrastinar a sua entrega ao requerente".

Sala das sessões, em 23 de maio  
de 1955

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



Barros  
170

EMENDA N. AO PROJETO N. 4601-A, de 1954

( SUBSTITUTIVO )

Nº 35

e 645

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Os partidos politicos terão representantes credenciados perante a justiça eleitoral e as mesas receptoras, observado o seguinte:

a) - O numero de delegados de cada partido será de dois, junto ao Juizo Eleitoral de cada zona.

b) - Perante as mesas receptoras, os partidos poderão ter fiscais, em numero de dois para cada uma delas.

c) - Cada partido poderá acreditar até dois delegados perante a Junta Eleitora, funcionando um de cada vez no curso dos trabalhos; e tantas vezes dois fiscais quantas forem as turmas de apuração, reveesando-se eles no serviço de fiscalização.

d) - O numero de delegados de partido perante os Tribunais Regionais não excederá de três. Cabe a esses delegados / agir tambem junto à Comissão Apuradora, cujos trabalhos poderão acompanhar.

e) - Perante o Tribunal Superior do Trabalho, cada partido poderá ter tambem até três delegados, que se reve-sarão em seus trabalhos.

"Paragrafo 1º - Os partidos, através dos respectivos delegados e fiscais, poderão acompanhar o processo eleitoral em qualquer de suas fases, desde o alistamento até a proclamação dos eleitos. Cabe-lhes a representação dos partidos perante a justiça, no interesse dos mesmos, podendo seguir os processos de inscrição de eleitores e requerer por estes quando for o caso; promover a exclusão de e-eleitores, ou impugnar a sua inscrição; fazer a indicação de mesarios; assistir aos trabalhos de distribuição das secções eleitorais; reclamar contra quaisquer atos ou decisões dos Juizes Eleitorais, das mesas receptoras, das Juntas Eleitorais, da Comissão Apuradora e dos Tribunais; interpor recursos, produzir provas, arrazoá-los e segui-los.

" § 2º - Constitui garantia eleitoral a efetiva participação dos partidos, por seus delegados ou fiscais, em todos os atos eleitorais, nas diferentes fases do respectivo processo, incidindo a autoridade ou funcionario da justiça eleitoral, que a impedir, na sanção do art. 175, n. 15, doCodigo Eleitoral".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

Martins Rodrigues (Martins Rodrigues)



Nº 36

EMENDA N. AO PROJETO N. 4601-A, de 1954  
( SUBSTITUTIVO )

2646

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Para o registro de novos partidos politicos, será exigida, como condição basica, contar o mesmo, como aderentes, com duzentos mil eleitores, distribuidos por dez ou mais circunscrições eleitorais, com o minimo de / dez mil/ eleitores em cada uma.

"Paragrafo unico - Será **cancelado** o registro do partido politico que, em eleições gerais, não satisfizer os requisitos deste artigo, salvo se, sob sua legenda exclusiva, eleger pelo menos cinco representantes ao Congresso Nacional, por circunscrições diversas".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



EMENDA N. AO PROJETO N. 4601-A, de 1954

( SUBSTITUTIVO )

Nº 37 cb47

Acrescente-se onde convier:

"Art. - Realizando-se simultaneamente varias eleições, a votação far-se-á por meio de cédulas distintas, a serem encerradas na mesma sobrecarta, salvo para as eleições de presidente e vice-presidente da Republica, cujas cédulas serão colocadas em sobrecartas especiais.

"Paragrafo unico - O eleitor fora do seu domicilio eleitoral no dia da eleição/ somente poderá votar para presidente e vice-presidente da Republica, recebendo da mesa receptora, no caso de eleições simultaneas, apenas a sobrecarta destinada àquelas eleições".

Sala das sessões, em 23 de maio de 1955

*Martins Rodrigues*

( Martins Rodrigues )



Nº 38

6648

Emenda nr ao Projeto  
nr 4.607-A, de 1954

Presente-se ao art. 11.

"Parágrafo único - No dia nine-  
diato ao fui do prazo para  
o alistamento, o juiz da zona  
comunicará ao Tribunal Re-  
gional e aos deputados locais  
dos partidos políticos a numer  
de eleitores que poderá partici-  
par da eleição, mencionando  
o nome e o número car-  
respondente ao último eleitor  
inscrito".

Sala de Sessões, em 20  
de maio de 1955.

Martins Rodrigues



Nº 39

6649

Emenda no ao Projeto

no 4.607-A, de 1954

(Substitutivo)

Do art. 1º —

Acrescente-se, como parágrafo:

"§ — Nas será deferida a inscrição de eleitor cuja requisição não tiver letra e assinatura reconhecidas por tabelião. O reconhecimento deve conter, obrigatoriamente, a menção do documento de identificação do requerente, ou a declaração de que o requerimento foi assinado diante do notário ou de seu preposto".

Fala o Senhor, em 20 de maio de 1955.

Martins Rodrigues



Nº 40

cb50

Emenda nº 120

Projeto nº 4.601-A, de 54

(Substitutivo)

Redija-se assim o § 1º do art. 74.

§ 1º - Além da publicação das listas pela imprensa, ou por editais, o Juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada distrito municipal de paróquia, regularmente registrado.

Achegante-se:

§ 2º - A remessa a que se refere o parágrafo anterior, será feita pela escrivão eleitoral até vinte dias antes da eleição; e será comprovada pela exibição de recibo da repartição postal.

Sala das Sessões, em 20 de maio de 1955.

Martins Rodrigues



Nº 41

eb51

Emenda no ao Projeto

no 4.601-A, de 1954

( Substitutivo )

Do art. 4º

Redija-se assim:

" 6 título eleitoral somente  
será assinado pelo juiz,  
depois de preenchido pelo  
cartório e assinado pelo  
eleitor, sob pena de multa  
de R\$ 500,00 a R\$ 1.000,00 e sus-  
pensão disciplinar até ses-  
senta (60) dias, aplicada de  
ofício pelo presidente do Tri-  
bunal Regional competente".  
Sala das Sessões, em 20 de  
maio de 1955.

Martins Rodrigues





Nº 42  
Câmara dos Deputados  
1652

Emenda no ao Projeto no

4.601-54

(Substitutivo)

Re art. 37 e §§ 1º e 2º —

= Suprimam-se.

Sala das sessões, em 23 de maio  
de 1955

Martins Rodrigues

Câmara dos





Nº 43

Cl. 53

# Câmara dos Deputados

## Emenda ao Proj. 4601-A, 195-4

Acrescente-se, onde couvier:

Art. . Será admitido recurso contra a diplomação de candidato sob fundamento de ter usado êle, ou terceiros em seu favor, de corrupção por qualquer modo.

§ 1º Se a corrupção foi reprovada pelo candidato ou em sua aprovação, não será expedido o diploma em seu favor, anulados os votos com seu nome.

§ 2º Se o candidato foi extinto e a corrupção utilizada por terceiros em seu favor, anular-se-ão apenas os votos que contiverem seu nome nas seções impugnadas sob fundamento de qualquer vício.

### Câmara dos Deputados

#### Justificações

O Código limita-se a punir quem pratica a corrupção para fins eleitorais. O Ministro Público, no interior, vê e sabe da fraude ou do suborno. Mas há mistério q' o "curral" é a casa de Talens e q' Vicente paga a Tanta, da roupa, chapéu etc.

O candidato, atualmente, não tem interesse em investigar um crime e lhe trará inimizade, despejo e tabacho sem qualquer proveito.

A emenda assegura ao prejudicado em a corrupção o direito de anular os votos dados ao corrupto ou ao beneficiário deste.

Aliomar Baleeiro e outros





Artigo n. 22 do substitutivo ( 21 do Projeto):

Substitua-se pelo seguinte:

Artigo -

Providenciará a Justiça Eleitoral a confecção de cédulas oficiais, para as eleições majoritárias, as quais serão impressas de forma a assegurar e facilitar a missão do eleitor, resguardando o sigilo do voto, sendo distribuídos às seções eleitorais em número não superior ao dos eleitores que nela devem votar e identificados com a respectiva seção de modo a não ser possível a utilização de cédula de uma seção em outra; a mesa receptora providenciará a devolução das cédulas não utilizadas ao Juiz Eleitoral respectivo, bem como inutilizará cada uma delas com a data da eleição, rubrica do presidente e mesário, circunscrição, zona e número da seção e a declaração: " não utilizada " e ainda, um nome de eleitor da seção, se houver, que não tenha votado, para início do processo previsto em lei.

Parágrafo -

Da ata da eleição constará o número de eleitores que votaram e o dos que não o fizeram, devendo haver coincidência deste com o número de cédulas inutilizadas e devolvidas à Justiça Eleitoral após cada eleição, descontados os votos em separado.

Artigo -

Nas eleições proporcionais será usada a sobrecarta oficial.

Artigo -

O eleitor ao apresentar o seu título à mesa receptora receberá do presidente a cédula e sobrecarta oficial, rubricadas pelo presidente e um dos mesários, e numeradas, sucessivamente, de um ( 1) até nove (9); havendo coincidência de eleições majoritária e proporcional, o eleitor irá duas vezes à cabine indevassável para votar, em primeiro lugar, com a cédula oficial.

Sala das Sessões, em 23 maio de 1955

  
João Machado.





*Im. 10*  
*2655*

As emendas propostas atendem, tanto quanto possível, ao que pretende a Justiça Eleitoral, de um lado, e aos Srs. Congressistas, de outro.

Tanto quanto possível porque admitem a cédula oficial para as eleições majoritárias, onde a utilização da mesma é mais fácil por parte de eleitor, e mais aconselhável, por motivos já conhecidos.

Com a redação proposta ( que poderá ainda ser melhorada pelos doutos na matéria ) pretendemos :

- a) ~~+~~ maior rigor na seleção do voto nos cargos de maior relevo, visto que o eleitor deve ser suficientemente esclarecido para escolher, na cabine indevassável, o nome ou os nomes dos candidatos do ou dos cargos a preencher;
- b) ~~+~~ impossibilidade de utilização de cédula de uma seção, ou de uma eleição, em outra;
- c) ~~+~~ identificação fácil dos eleitores que não votarem para necessária punição;
- d) ~~+~~ facilidade e sigilo no exercício do voto;
- e) ~~+~~ impossibilidade de confusão por parte do eleitor que, indo duas vezes à cabine indevassável, ficará resguardado de cometer o erro de colocar a cédula oficial dentro da sobrecarta oficial o que, além de dificultar a apuração pela falta de coincidência de número de votos em eleições coincidentes, com o de eleitores, ainda permite a fraude, pois o eleitor pode dizer que colocou a cédula oficial dentro da respectiva sobrecarta, porém, leva-la consigo para utilização por outro eleitor;
- f) ~~+~~ reduções da influencia de poder econômico de candidatos majoritários ricos aos quais ficarão equiparados aos candidatos pobres posto que dispensados todos da impressão de cédulas.

Quanto as eleições proporcionais, é mantido o critério da sobrecarta oficial tanto de agrado de alguns legisladores; parece-nos mesmo prudente que esse sistema seja mantido, por enquanto, admitindo-se que futuramente ceda, também, lugar ao da cédula oficial, isto é, quando houver maior selecionamento que só a prática de cédula oficial para eleições majoritárias poderá permitir.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Haroldo  
116

e656

São as razões, às quais outras acrescentaremos oportunamente, que nos levam a submeter à elevada consideração dos Srs. Deputados as emendas ao Projeto n. 4.601 -A - de 1954.

Sala das Sessões, em 23 maio de 1955.

  
João Machado.





Nº 45

PROJETO Nº 4.601, -A, de 1954

eb 17

Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao artigo 20 do substitutivo - ( artigo 10 do Projeto ).

Parágrafo -

Na hipótese da ausência de membros da mesa receptora, ou ocorrendo qualquer motivo que dificulte a sua instalação, providenciará a respectiva autoridade eleitoral, substituindo na sua ausência pelos fiscais ou delegados de partidos, para instalação da referida mesa receptora, no local <sup>previamente</sup> ~~propriadamente~~ designado e com eleitores que à mesma seção pertençam. Jm.

Parágrafo -

Verificada a absoluta impossibilidade de instalação da mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da sua seção, a qual será removida para a em que tiverem de votar juntamente com o indispensável material.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955.

  
João Machado



J U S T I F I C A Ç Ã O

C. 658

O Projeto havia previsto a hipótese da impossibilidade da instalação da mesa receptora, incluindo em seu texto o artigo nº 12 ( que constitue o segundo parágrafo da presente emenda ).

O substitutivo, além de dar fôrma muito mais rígida ao seu artigo 20, que versa sobre a matéria, omitiu qualquer medida capaz de assegurar a coleta dos votos de eleitores de qualquer seção cuja mesa receptora não se instale, excluindo, de uma só vez quatrocentos cidadãos do seu direito de voto.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955

  
João Machado



EMENDAS AO ADITIVO DA COMISSÃO MIXTA DE REFORMA DE EMERGEN-  
CIA DA LEI ELEITORAL.

EMENDA Nº 1

Acrecente-se onde convier:

(1)

Nº 46

0659

" Art. Os trabalhos da Comissão Apuradora, a que se refere o art. 108 do Cod. Eleitoral, poderão ser acompanhados por Delegados dos Partidos nela interessados, sem que, entretanto, nela intervenham com protestos, impugnações ou recursos.

§ 1º - Terminados os trabalhos da Comissão Apuradora, seu relatório, de que trata o § 3º do art. 108 do Cód. El., ficará na Secretaria do Tribunal pelo prazo de 3 (tres) dias para exame dos Partidos e candidatos interessados, que poderão examinar também os documentos em que êle se baseou.

§ 2º - Terminado o prazo supra, os Partidos poderão apresentar as suas reclamações, dentro das 48 horas seguintes, sendo estas submetidas a parecer da Comissão Apuradora, que no prazo de 3 (tres) dias apresentará aditamento ao relatório, com a proposta das modificações que julgar procedentes ou com a explicação da improcedência das arguições dos Partidos.

§ 3º - A Comissão Apuradora fará publicar no órgão oficial, diariamente, um boletim com a indicação dos trabalhos realizados e do número de votos atribuídos a cada candidato.

JUSTIFICAÇÃO - A falta de dispositivo expresso no Código Eleitoral, autorizando aos Partidos a fiscalização dos trabalhos apuratórios de eleições nos Tribunais Regionais, determinou que o Tribunal Superior Eleitoral interpretasse a lei como proibitiva daquela medida. Entretanto, aqueles trabalhos, realizados no último pleito eleitoral, patentearam-se eivados de erros em diversas regiões, nascendo daí os frequentes pedidos de recontagem de votos. A emenda visa, justamente, sanar esta falha da presente legislação eleitoral.

S.S. DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 24 de maio de 1955

*Ernani Sátiro*  
*Ernani Sátiro*

(1) Estas emendas, em número de 13, foram elaboradas pelo Senador Villas Boas. Como no Senado não se possa mais emendar o Projeto, trago à Câmara a colaboração do ilustre líder da N.D.P. naquela casa do Congresso.



№ 47

660

[illegible]

§ 2º - O despacho de pedido de inscrição ou de transferência de eleitor, proferido após o encerramento do alistamento eleitoral, sujeita o Juiz às penas do art. 175 nº 7 do Cód. Eleitoral.

地址: 温州市瓯海区梧田街道梧田村梧田街111号 电话: 0577-86661111

JUSTIFICAÇÃO: - Uma das fontes de fraude ~~No~~ alistamento eleitoral é a faculdade conferida ao Juiz de despachar pedidos de inscrição e de transferência após o encerramento do alistamento eleitoral, facultando-lhe, assim, despachar favoravelmente os requerimentos de determinado partido, indeferindo ou exigindo deligências em relação ao de outros partidos.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955

EMENDA Nº 3

Suprima-se a letra "a" do art. 12.

JUSTIFICAÇÃO: - A supressão aqui porposta decorrerá da aceitação da emenda anterior.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955

Emami Nafis  
Ghani Jafar



EMENDAS AO ADITIVO DA COMISSÃO MIXTA DE REFORMA DE EMERGENCIA DA  
LEI ELEITORAL.

Nº 49  
EMENDA Nº 4 - Acrescente-se no art. 1º in-fine o seguinte:  
- "obedecendo à ordem cronológica do seu recebimento pelo Cartorio Eleitoral". ebb1

JUSTIFICAÇÃO: - Constitue garantia para os Partidos ficar o Juiz obrigado a despechar os pedidos de inscrição pela ordem da sua apresentação.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955

Nº 50  
EMENDA Nº 5 - Acrescente-se no art. 3º in-fine o seguinte:  
- "contando-se desta publicação ~~o~~ prazo para os recursos a que se refere o § 2º do art. 1º."

JUSTIFICAÇÃO: - A emenda visa evitar dúvidas futuras sobre o prazo para os recursos ali referidos.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955

Nº 51  
EMENDA Nº 6 - Acrescente-se nos artigos 5º e 6º depois da palavra - "escrivão" as seguintes:  
- "ou escrevente".

JUSTIFICAÇÃO: - No caso de afluência de trabalhos no Cartorio Eleitoral, como também no de zona vasta, com nucleos eleitorais disseminados e distantes, será de conveniência que o Juiz Eleitoral confira atribuição de entregar títulos a escreventes juramentados ~~em~~.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955

Nº 52  
EMENDA Nº 7 - Substitua-se o art. 16 pelo seguinte:  
- " Art. - Os eleitores com 2ª. via de título eleitoral votarão sempre em separado, pela forma mencionada no art. 87, § 4º, letras A, B, C e D do Cód. Eleitoral, escrevendo o Presidente da mesa receptora na sobrecarta maior o seguinte: c - "Segunda via de título eleitoral" .

JUSTIFICAÇÃO: - A emenda corrige a omissão feita do § 4º e da letra A no texto do projeto.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955



EMENDAS AO ADITIVO DA COMISSÃO MIXTA DE REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

Nº 53

- EMENDA Nº 8 - Substituam-se no art. 17 as palavras iniciais: - "imediatamente após o encerramento dos prazos para" - pelas seguintes:
- "no dia imediato ao do encerramento do".

JUSTIFICAÇÃO: a presente emenda será uma decorrência da aceitação pelo plenário da emenda nº 2 referente ao encerramento do alistamento e da transferencia de eleitor.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955

*Emmanuel Sávio*  
*Emmanuel Sávio*

Nº 54

- EMENDA Nº 9 - Substitua-se na letra "B" do art. 19 a palavra - "folha" - pelas seguintes:
- "lista <sup>de votantes</sup> de eleitores"
  - Acrescente-se depois de - " 6º - o seguinte: - " 9º -".

JUSTIFICAÇÃO: - Alem da folha de votação não ser feita com a fiscalização dos Partidos, determinada no art. 18, não ha dispositivo algum legal determinando que nela se contenha, sob qualquer penalidade, os nomes dos eleitores da seção.

- A revogação do § 9º do art. 87 ~~é uma consequência da letra "B" do art. 19 e do art. 20 do projeto~~

Nº 55

- EMENDA Nº 10 - Substitua-se o art. 22 pelo seguinte: **Art.**
- Art. As sobretartas para votação serão numeradas pelo Presidente da mesa receptora de 1 a 9, sucessivamente, a medida e no momento em que forem entregues aos eleitores, sendo rubricadas por aquele e pelos mesários.

JUSTIFICAÇÃO: Já tem acontecido substituir-se toda a votação duma seção, desde que o Presidente da mesa concorde em rubricar outras sobrecartas. Uma vez que o projeto adota a organização da mesa por indicação dos Partidos, torna-se impossivel esta modalidade de fraude.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955

*Emmanuel Sávio*  
*Emmanuel Sávio*

Nº 56

- EMENDA Nº 11 - Acrescente-se no final do § 1º do art. 29 as seguintes palavras:

"em audiência pública anunciada pela imprensa, onde ha houver, e por edital afixado no lugar proprio do juizo eleitoral, com, pelo menos, 5 dias de antecedência".

JUSTIFICAÇÃO: Ato dessa natureza deve ser processado em audiência pública designada com antecedência.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955

*Emmanuel Sávio*  
*Emmanuel Sávio*



EMENDAS AO ADITIVO DA COMISSÃO MIXTA DE REFORMA DE EMERGENCIA DA LEI ELEITORAL.

Nº 57  
EMENDA Nº 12 - Substituam-se no art. 30 e seu § único as palavras -  
"do mesmo" - pelas seguintes:  
- "de igual" -.

JUSTIFICAÇÃO: A emenda é puramente de redação.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955

Nº 58  
EMENDA Nº 13 - Ao art. 31 acrescente-se o seguinte: "§ 3º - O Juiz Eleitoral comunicará ao Tribunal Regional as seções da sua zona onde os eleitores tenham sido impedidos de votar por não ~~haver funcionado~~ haver funcionado a respectiva mesa receptora, devendo o Tribunal determinar que a eleição ali se realize, no prazo máximo de 10 dias sob a presidência de Juiz de Direito, auxiliado por dois mesários e dois secretários que este designar.

JUSTIFICAÇÃO: A realização de eleição, onde se verificar fato daquela natureza, não deverá ficar dependente dos fatos a que alude o art. 107 do Cód. Eleitoral.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955

Nº 59  
EMENDA Nº 14 - Acrescente-se ao art. 35 o seguinte: "§ único - Quando a Força federal tiver de garantir a eleição em seção onde não esteja presente o Juiz Eleitoral, este designará Promotor Público ou funcionario do seu Juízo para acompanhar aquela Força e lhe orientar a ação dentro da lei, sob as penas do art. 175 nº 31 do Cód. Eleitoral.

JUSTIFICAÇÃO: Tem acontecido várias vezes que a Força Federal é mandada para Vila ou Povoado onde não existe qualquer autoridade judiciaria, que lhe oriente a ação garantidora da liberdade do voto. E, como ela fica à disposição do Juiz Eleitoral, este, quando não possa acompanhá-la ao local onde deva prestar as garantias legais, designará pessoa idônea e de sua confiança para aquele fim.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955

Nº 60  
EMENDA Nº 15 - Acrescente-se onde convier:  
Art. - Não serão admitidos recursos contra validade da votação nem da apuração, se os fatos ou atos que lhe servirem de fundamento não tiverem sido objeto de protesto ou impugnação, respectivamente, perante a mesa receptora ou perante a junta apuradora, no momento de serem praticados

JUSTIFICAÇÃO: Busca-se aqui evitar a fraude tentada por meio de recursos após verificar-se o resultado desfavorável da apuração.

ERNANI SATIRO



EMENDAS AO ADITIVO DA COMISSÃO MIXTA DE REFORMA DE EMERGENCIA DA LEI ELEITORAL.

Nº 61

2684

EMENDA Nº 16 - Acrescente-se onde convier:

- Art. - Verificando-se que os votos das seções anuladas, ou a soma dêstes com os daquelas cujos eleitores ficaram impedidos de votar, poderão alterar o número de candidatos eleitos pelo sistema proporcional em qualquer legenda, ou classificação de candidato eleito pelo princípio majoritário, ordenará o Tribunal a realização de eleições suplementares.  
§ único - essas eleições obedecerão ao estabelecido no § único do art. 107 do Cód. Eleitoral, mas só serão marcadas após o julgamento em última instância dos recursos das anulações que as determinaram.
- Art. - A representação de aliança de partidos compete exclusivamente aos delegados e fiscais nomeados pela comissão interpartidária, a que se refere o § 3º do art. 140 do Cód. Eleitoral, não lhe aproveitando, nem aos Partidos que a constituírem, as impugnações e recursos interpostos por Delegados e Fiscais dêstes.
- Art. - Os Tribunais não conhecerão de recurso que não esteja devidamente instruído, nem dos que, nas eleições simultâneas, não declararem com precisão a qual delas se refere.

JUSTIFICAÇÃO: Constitue um erro do art. 107 do Cód. Eleitoral determinar que só haja eleição suplementar, no caso daquelas que obedecer ao sistema proporcional, quando os votos anulados possam alterar qualquer quociente partidário, pois que, sem essa alteração, poderá modificar o número dos eleitos pelas sobras. Também é de toda conveniência que as complementares se realizem após a confirmação das anulações na instancia superior, de vez que, muitas vezes, o provimento do recurso contra a anulação vem depois da realização daquelas, com grandes dispêndios inúteis para a União e para os interessados.

- Ainda não firmaram de modo uniforme e definitivo os Tribunais jurisprudência no sentido de que as alianças partidárias tenham Delegados e Fiscais próprios para a defesa de seus interesses. Isso, porem, exige esclarecimento na lei para uma perfeita observancia do § 3º do art. 140 do Cód. Eleitoral.
- A primeira parte do último art. já constitui jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral. A segunda parte é uma decorrência de preceito contido nas instruções para eleição de 3 de Outubro do ano passado e faz desaparecer as dúvidas e incertezas com relação a extensão dos recursos nas eleições simultâneas.

S.S. DA CAMARA DOS DEPUTADOS, de maio de 1955

*Emancipação*  
*Emancipação*





Nº 62

e665

Projeto nº 4.601/1954EMENDA SUBSTITUTIVA

Inclua-se onde couber:

Art. - É constituída a Comissão Mista de Reforma da Lei Eleitoral, composta de cinco magistrados da Justiça Eleitoral, três deputados e três senadores, escolhidos, respectivamente, pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelas duas Casas do Congresso Nacional, cuja missão será a elaboração da reforma integral a que deve ser submetido o atual Código Eleitoral.

§ Único - A escolha dos membros dessa Comissão ocorrerá na segunda quinzena de março de 1956, começando o órgão a trabalhar logo seja organizada, elaborado o seu regimento interno e e-leita a sua direção, devendo a proposição de reforma <sup>apresentada</sup> ser em setem-bro do mesmo ano, à Câmara dos Deputados.

Em 24/5/55

Pereira da Silva

Justificação

É preciso assegurar-se a brevidade da apresentação do Projeto de reforma do Código Eleitoral.

A emenda que se apresenta tem êsse objetivo.

Nessa reforma caberá a adoção da cédula oficial de votação, que então vigorará, a partir das eleições gerais de 1958, quando se procederá à renovação da Câmara e do Senado.

Instituído êsse novo processo de votação na reforma, haverá tempo bastante para a campanha educativa que é mister fazer-se em todo o país, para tornar apto e esclarecido o eleitor, a votar por êsse novo processo.

Em 24 de maio de 1955

Pereira da Silva



Emenda ao Substitutivo

Dê-se a seguinte redação ao artigo 35 do Substitutivo da Comissão Mista:

"Art. 35 - Comprovada a interveniência, por meio de força policial militar ou guarda civil estadual ou municipal, de autoridades do Estado ou do Município nas eleições, serão as mesmas realizadas sob garantia da força federal, mediante a necessária requisição dos órgãos da Justiça Eleitoral."

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955.

*Pereira da Silva*

*Pereira da Silva*

JUSTIFICAÇÃO

A redação dada pela Comissão Mista ao art. 35 do Substitutivo é quase a mesma apresentada no artigo 11 da proposição governamental. Ambas propõem que as eleições sejam "sempre" realizadas com a garantia da força federal. Ora, nunca, de forma geral, houve falta de garantia em qualquer Estado ou Município, às eleições, de parte das autoridades responsáveis pelo cumprimento das leis federais. Casos excepcionais têm ocorrido, de compressão dos governos estaduais ou municipais, sobre os eleitores que lhes são adversos. Então aí, quando falha a energia do juiz eleitoral, o geito é pedir a garantia da força federal.

Uma eleição realizada "sempre" manu militari, especialmente tendo-se em consideração a possibilidade da existência de candidatos militares aos cargos eletivos, não primaria por um pleito livre, especialmente no interior do Brasil.

A emenda, portanto, merece acolhida.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955.

*Pereira da Silva*





Nº 64

0667

Emenda ao Substitutivo:

Inclua-se onde couber:

"Art. - Em qualquer fase do processo eletivo, po  
de o partido requerer o cancelamento do registro de candidato que ha  
ja, em tal período, repudiado a sua legenda, transferindo-se ao par  
tido adverso àquele que o inscreveu.

Parágrafo único - Nos casos deste artigo, o candida  
to egresso de seu partido perderá a votação nominal já obtida e a  
que venha obter, tratando-se de eleição suplementar, apurando-se ape  
nas os votos da legenda partidária."

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955.

*Perceira da Silva*  
*Perceira da Silva*JUSTIFICACAO

A emenda resguarda os direitos e interesses dos par  
tidos, em relação aos efeitos do registro de seus candidatos. Por ou  
tro lado, assegura respeito ao princípio da proporcionalidade da re  
presentação partidária.

Como no sistema do Código não há candidato que não  
seja partidário, somente os partidos podendo registrá-los, não é pos  
sível deixar-se ao candidato a faculdade de continuar concorrendo ao  
pleito sob a legenda abjurada. O candidato que muda de partido du  
rante o processo eletivo está sujeito às restrições e às penalidades  
do Código Eleitoral. A sua qualidade de concorrente partidário desa  
parece automaticamente com o seu ato de egressão, devendo, porém, ser  
provocada a justiça pelas partes interessadas, para decretação do can  
celamento de sua inscrição, o que poderá ser feito até mesmo por meio  
de recurso de diplomação.

A emenda é altamente moralizadora e vem em prestígio  
do fortalecimento dos partidos políticos, que são pessoas jurídicas  
de direito público interno.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955.

*Perceira da Silva*  
*Perceira da Silva*





Nº 65

1668

Tide Comuns

As Substituições do projeto

nº 4601-A-1955

Art. A publicidade das campanhas políticas, quer de partidos quer de candidatura, far-se-á pelo livro, pela imprensa, pelo rádio, <sup>cinema</sup> e televisão e por comícios públicos, sendo vedada a propaganda de cartazes, letreiros, botões, faixas e bandeirolas, cores de tópicos e qualquer processo que provoque escândalo ou outra prática coletiva.

§ único. Cabe à Justiça Eleitoral relatar pelo cumprimento desta disposição.

S.S. 24.5.55

Nestor Duarte

Nestor Duarte



Nº 66

EMENDA AO PROJETO Nº 4.601-A/54

2669

(Do Sr. Abguar Bastos)

Acrescente-se onde convier :

Art. Para efeito de registo de candidatos não serão requisitadas nem aceitas informações policiais que tenham por objetivo limitar as cautelas previstas no art. 141 e parágrafos 1º, 3º, 5º, 7º e 8º, ou ampliar o disposto no artigo 135 e seus parágrafos, no artigo 139, incisos II, III, IV e V e no artigo 140, tudo da Constituição da República.

JUSTIFICAÇÃO

Quando a Constituição é violada por Instruções ou Portarias deve o legislador socorrê-la com medidas que evitem atentados ao direito dos candidatos e ao respeito do voto. Qualquer limitação a direitos ou garantias individuais ou ampliação das formas de inelegibilidade prescritas em lei, não só fere as cautelas do regime democrático, como abre caminho a precedentes que alteram a fisionomia da liberdade do voto no que concerne ao direito de escolha e promove contínuas perturbações na esfera dos recursos judiciais. Por outro lado, a intervenção policial, para efeito de caracterização ideológica do candidato é impertinente e vexatória à própria justiça.

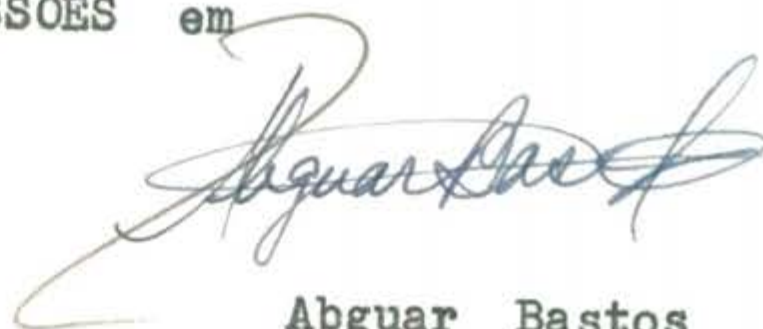
O candidato si eleito, deve, quanto a isto, responder perante o Poder Legislativo, nos termos do artigo constitucional pertinente ao assunto. Campo de intrigas políticas e



e 670

mesmo de difamação, qualquer restrição ao espírito constitucional  
deve ser evitada pelo legislador.

SALA DAS SESSÕES em



Abguar Bastos



Acrescente-se onde couber:

(Do Sr. Abguar Bastos)

Art.....- Não cabe, após a diplomação de governador, - prefeito, senador, deputado ou vereador, recurso ao Tribunal Superior Eleitoral, baseado em inelegibilidade que não esteja expressa na Constituição.

§ 1º - Os Tribunais Eleitorais Regionais não encaminharão ao Tribunal Superior Eleitoral recursos de registros concedidos a candidatos e já passados em julgado, quando, pelo recorrente, seja alegada inelegibilidade por atividades político-sociais.

#### J U S T I F I C A Ç Ã O

Os acórdãos do Tribunal Superior Eleitoral são unânimes em negar provimento aos recursos que visem, na fase de diplomação, contestar registros de candidatos fora dos prazos de lei. Tais recursos, na maioria dos casos, dizem respeito a atividades políticas do candidato em pretensa convivência com organização - por ventura extinta por lei. Acontece que os Tribunais Eleitorais Regionais, examinando a matéria, concedem ou não o registro. Si o concedem, julgaram o candidato isento de filiações políticas inidôneas perante as cautelas da lei. Si no prazo de impugnação não surgem recursos, não poderão ser encaminhados na fase da diplomação, por quanto será o mesmo que rever coisa julgada e matéria preclusa. Assim o tem entendido o Tribunal Superior Eleitoral. Para coibir o abuso que não só faz aumentar o trabalho judiciário, prejudicando o andamento rápido dos demais processos eleitorais, como deixa em suspenso por longo tempo a legitimidade do mandato concedido, convém evitar que tais recursos sejam encaminhados, ao mesmo tempo que se disciplinam os recursos permitidos na fase da diplomação nos termos expressos pelos dispositivos constitucionais, do Código Eleitoral e Regimentos Internos dos respectivos Tribunais. Ocorre ainda como inconveniente a intempestividade, que o eleito pode tomar posse, sem estar dela garantido, o que julgamos incompatível com os cuidados jurídicos do legislador.

SALA DAS SESSÕES, em 24 maio 1955.

*Abguar Bastos*  
Abguar Bastos



Nº 68

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 94 DE 1955

2672

Acrescente-se ao art. 1º o seguinte:

Parágrafo - O juiz poderá verificar a alfabetização do alistando por iniciativa própria ou a requerimento de delegado de Partido. A verificação constará de leitura e cópia de pequeno trecho de livro adotado em curso primário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A emenda visa dar ao Juiz poderes para verificar a alfabetização dos alistandos sempre que achar necessário, ou quando assim o solicitar algum delegado de Partido.

SALA DAS SESSÕES, em 11-5-55

*Lincoln Feliciano*

Lincoln Feliciano



Nº 69

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 94 DE 1955

0673

Ao art. 5º

Substitua-se a expressão "aquêles cujo falecimento seja notório" por "aquêles que tiverem falecido."

JUSTIFICAÇÃO

Naturalmente, o que se quer é excluir das folhas de votação todos os que tiverem falecido e disso tenha conhecimento o Juiz eleitoral. Não apenas aquêles cujo falecimento seja notório, isto é, público, conhecido de todos.

SALA DAS SESSÕES, em 11-5-57

*Lincoln Feliciano*

Lincoln Feliciano



eb 74

Nº 70

(Do Sr. Lincoln Feliciano)

Acrescente-se onde convier:

Art. As prefeituras poderão proibir a afixação de cartazes de propaganda, em lugares impróprios, bem como a inscrição de letreiros por pixamento ou qualquer outra forma, desde que coloque, em lugares públicos apropriados, quadros ou pranchetas destinados à colocação dos programas partidários e plataformas dos candidatos.

Parágrafo único - O plano para execução do disposto neste artigo será elaborado pelo Prefeito e aprovado pelo Juiz Eleitoral.

SALA DAS SESSÕES, em 22-5-55

*Lincoln Feliciano*

Lincoln Feliciano

### J U S T I F I C A Ç Ã O

A propaganda eleitoral, por meio de cartazes e letreiros pixados ou escritos a giz, feita <sup>de</sup> ~~na~~ maneira ~~para~~ desordenada, é um espetáculo dos mais tristes que oferecem as nossas eleições.

A campanha para que se coíba esse abuso, que tanto enfeia as cidades, ~~parte~~ do "Correio do Litoral", em Itanhaem, no meu Estado.

A medida cabe perfeitamente na lei de emergência, que ora se discute, e, pela sua necessidade evidente, terá certamente apoio da Câmara.

22-5-55

*Lincoln Feliciano*



0675

Nº 71

(Do Sr. Lincoln Feliciano)

Art. 7º -

Acrescente-se, em seguida, ao parágrafo segundo, os seguintes parágrafos, alterando-se a numeração dos demais:

§ 3º As sobrecartas serão opacas mas terão uma janela, em papel transparente, correspondendo ao lugar da rubrica do presidente da mesa receptora, no anverso da cédula, de forma que se possa verificar, depois de encerrada esta, que está devidamente rubricada.

§ 4º Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas e tantas sobrecartas quantas as cédulas, todas por ele devidamente rubricadas no anverso, sob pena de nulidade, o eleitor passará à cabine indevassável onde assinalará à tinta da cor determinada pelo Tribunal Eleitoral: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X), o nome do candidato da sua escolha; b) - nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica, o partido ou legenda em que vota, e o número com que estiver registrado o candidato de sua preferência. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará a cédula ou cédulas, cada uma na respectiva sobrecarta, de maneira que a rubrica do presidente da mesa coincida com a janela transparente, fechando em seguida. No ato de receber a sobrecarta ou sobrecartas, o presidente da mesa deverá verificar, pela janela transparente, se a cédula ou cédulas estão rubricadas. Igual verificação poderá ser feita pelos fiscais de partido.

§ 5º No caso de não aparecer a rubrica, o presidente da mesa convidará o eleitor a voltar à cabine indevassável para corrigir a posição da cédula ou cédulas, podendo, se necessário, substituir uma só vez a sobrecarta ou sobrecartas. Se o eleitor não colocar, ainda, a cédula ou cédulas em posição certa, terá o seu voto anulado. No caso de substituição fraudulenta da cédula ou cédulas, o presidente da mesa fará autuar, em flagrante, o eleitor para instauração do processo devido.

SALA DAS SESSÕES, em 18-5-55

Lincoln Feliciano



Dentre as inovações introduzidas pelo projeto, a de cédula oficial é a de maior alcance: por um lado exclue, efetivamente, os analfabetos e, por outro, desonera os candidatos desprovidos de fortuna das pesadas despesas resultantes da impressão das cédulas. Tem, portanto, duplo efeito selecionador e democrático.

Entretanto, nos termos em que está redigido o projeto, abrem-se duas vias para a violação do sigilo do voto, que a emenda procura evitar:

Em primeiro lugar, a cor da tinta. Dada a infinita variedade de tons que se pode obter e a possibilidade do seu emprego em canetas tinteiros, será possível a identificação do voto, embora nem sempre seja fácil.

Entretanto, o voto secreto requer, para o eleitor, a absoluta certeza de que o seu voto não poderá ser identificado. A uniformização da cor da tinta, sugerida pela emenda, visa suprimir essa possibilidade de violação do sigilo do voto.

A outra hipótese da violação do sigilo é a do controle do voto de uma série de eleitores desde que se obtenha, de início, uma cédula devidamente rubricada e que iria passando de mão em mão da maneira seguinte:

Admita-se que um cabo eleitoral, contando com grande número de votos numa sessão, disponha-se a sacrificar um voto, por anulação, afim de controlar todos os demais, rigorosamente.

Assim é que o primeiro dos eleitores colocaria na sobre carta uma cédula qualquer e traria a cédula oficial de votação devidamente rubricada para o cabo eleitoral. Aquele voto perdeu-se mas todos os demais estariam controlados a partir do segundo eleitor:

Realmente, o cabo eleitoral assinalaria na cédula assim obtida o voto que quizesse e a entregaria ao segundo eleitor com a obrigação deste colocá-la na sobrecarta e trazer intacta a cédula que recebesse. Procedendo assim sucessivamente seria possível o controle do voto dos demais eleitores.

Dir-se-á em contrário, que o cabo eleitoral não poderá



eb 77

-3-

ter a certeza de que o eleitor colocou na sobrecarta a cédula oficial por ele assinalada, pois o eleitor poderá rasgá-la e colocar outra cédula qualquer. Entretanto se na sessão não houver votos anulados será possível a certeza de que todos os eleitores votaram de acordo com o cabo eleitoral.

E, de qualquer forma, este poderá ter a certeza de que o eleitor se não votou no seu candidato, não votou em outro, pois, desta forma, o seu voto estaria anulado. É quanto basta para a violação do princípio do sigilo.

A emenda procura evitar esta forma de violação com as janelas transparentes através das quais o presidente da mesa e os fiscais evitarão a possibilidade de o eleitor levar consigo a cédula oficial para servir de controle ao voto dos demais.

18-5-55

Ernesto Alcântara

Lincoln Feliciano



Nº 72  
2678  
EMENDA AO PROJETO Nº 4.601-A/54

(do Sr. Plínio Melo)

Acrescente-se onde convier:

Art. É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos constantes do Projeto nº 94/1955, confeccionadas em papel opaco e de cores diferentes para cada eleição, quando realizada mais de uma, simultaneamente.

§ Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas por ele rubricadas no ato, sob pena de responsabilidade - (Cód. Eleit., art. 175, nº 21), o eleitor passará à cabine indevasavel, onde assinalará a tinta com uma cruz (X) :

a) nas eleições majoritárias, o nome do candidato de sua escolha;

b) nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica, o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência.

A seguir, dobrará e colará a cédula ou cédulas, e, saindo do gabinete, as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente corresponderem, em número e identidade, as que lhe foram entregues.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda, com ligeiro retoque, é a emenda que o eminente Sr. Ministro Edgard Costa, acolhendo sugestões do Dr. Ibsem da Costa Manso, digno secretário do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, bem como do jornalista Paulo Ferraz, do "Diário de S. Paulo", a respeito da fraude conhecida pelo nome de "cor-

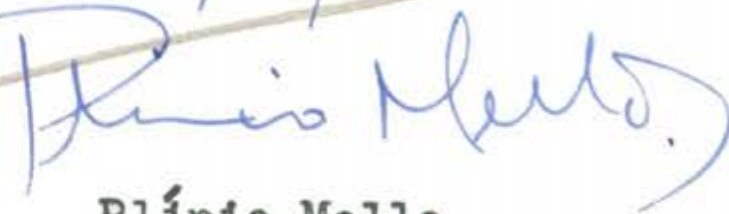


eb79

rente", houve por bem encaminhar à Comissão Mista de Reforma Eleitoral. Como este órgão, entretanto, pela maioria de seus membros, não adotou a cédula oficial, a aludida emenda ficou sem efeito. Entretanto, como a matéria vai ser reexaminada pelo plenário da Câmara, em face dos votos vencidos dos Srs. Senador Lúcio Bittencourt e dos deputados Ernani Sátiro e Colombo de Souza, visa a presente emenda suprir essa lacuna, na convicção de que a maioria do Congresso saberá ser fiel ao mandato outorgado pelo povo aos representantes que o integram.

SALA DAS SESSÕES em

25/5/55



Plínio Mello



Nº 73

Emenda nº

eb80

Acrescente-se, onde convier:

Art. ... Os candidatos a cargos eletivos, que tenham empregado fraude, suborno ou qualquer meio de corrupção para alcançar vitória no pleito, serão punidos com dois a três anos de prisão e impedidos de exercerem cargos administrativos ou políticos, pelo período de dez anos.

Parágrafo único - Ficam sujeitos à mesma pena e afastados das respectivas funções os juizes ou Servidores da Justiça Eleitoral que houverem contribuído para que as eleições se realizem contra as determinações do Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1955

Dioclécio Duarte

Dioclécio Duarte

J U S T I F I C A Ç Ã O

Esta sugestão me foi feita pelo antigo Deputado José Augusto, um dos sacrificados no recente pleito realizado no Rio Grande do Norte, onde exerceu, durante cerca de cinquenta anos, os mais altos cargos administrativos e políticos, sendo incontestável o seu grande prestígio. Sômente a fraude e a corrupção poderiam derrotá-lo. Aliás, a presente emenda repete a revolta do eminente socialista Alfredo Palácios, como muito bem acentua o ilustre político norte-riograndense, em relação à Argentina "aconselhando marcar com o sêlo da indignidade aos fraudadores do voto, para que as nossas instituições não continuem a ser deturpadas pelos falsários, pelos corruptores, para os que deveriam estar nas cadeias e (irrisão das coisas) vão para as Câmaras Municipais, para a Assembléia Legislativa, para o Parlamento, para os Governos".

Sala das Sessões, em 26 de maio de 1955

Dioclécio Duarte

Dioclécio Duarte





Redijam-se assim:

Art.1º.0 escrivão eleitoral, recebendo do alistando, ou do Delegado de Partido, o requerimento de inscrição, com a letra e firma reconhecidas, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo art.33 do Código Eleitoral e a prova de residência, dará recibo ao apresentante, com especificação do dia, e hora, ~~do recebimento~~ e numero de ordem, registrando-o no livro competente e, depois de o autoar, o fará concluso ao juiz eleitoral que, dentro do prazo maximo de cinco(5) dias o despachará.

*Parágrafo* § Unico. Toda a vez que o requerente não juntar a prova de ter feito pelo menos o curso primario, o juiz o submeterá a exame sumario para verificar se sabe ler e escrever.

Art.3º. Quinzenalmente, o juiz eleitoral fará publicar pela imprensa, onde houver, por conta da justiça eleitoral, ou por editais, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos, indeferidos e convertidos em deligencia.

§ Unico. Quando por falta de imprensa local a lista em apreço divulgar-se mediante edital, uma via da mesma será remetida a cada diretorio municipal de partido regularmente registrado.

Art.7º. Deverão ser organizadas mesas receptoras eleitorais nas vilas e povoados ~~e propriedades rurais~~, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive leprosarios, onde haja, pelo menos, cinquenta eleitores.

§ ~~Unico~~ 1º. Também se organizarão mesas receptoras em sitio ou fazenda, uma vez que isso melhor consulte aos interesses dos eleitores, em numero, pelo menos de duzentos(200), quanto ás suas residencias e meios de transporte.

§ 2º. Essas mesas receptoras só funcionarão com a garantia de força federal posta á disposição <sup>para</sup> ~~das respectivas mesas~~.

Art.15º.0 requerimento de segunda via de titulo eleitoral será escrito e assinado de proprio punho, com letra e firma reconhecidas, apresentado pessoalmente ao juiz, que, ocorrendo duvidas sobre a identidade e capacidade do requerente, determinará as necessarias deligencias para verificá-las.

Art.19: a) exibição do titulo de eleitoral e prova de identificação, se surgirem duvidas a respeito.

Art.34º. Suprimam-se as palavras "estadual ou municipal".

Art.39. Haverá em cada circunscrição, por grupo de vinte(20) zonas, e ou fração, Um Juiz Corregedor e um Promotor da Justiça Eleitoral.





Barbosa

eb82

~~Promotores de Justiça Eleitoral quanto sejam os grupos de vinte zonas, ou fração, para cada~~

§ 1º. As atribuições dos Corregedores e Promotor<sup>es</sup> serão fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e, em caráter supletivo ou complementar, pelo Tribunal Regional Eleitoral perante o qual servirem.

§ 2º. No desempenho de suas funções os Corregedores e Promotores se locomoverão para as zonas eleitorais, nos seguintes casos:

a) por determinação do Superior Tribunal ou do Tribunal Regional Eleitoral;

b) a pedido dos juizes eleitorais;

c) a requerimento de Partido deferido pelo Tribunal Regional;

d) sempre que entender necessario.

§ 3º. Os Corregedores e Promotores perceberão gratificações arbitradas pelo Superior Tribunal Eleitoral.

#### ACRESCENTEM-SE ONDE CONVIER:

Art.... Constitue infração penal votar ou tentar votar mais de uma vez, ou em lugar de outrem.

Pena - detenção de um a dois anos.

§ Unico. Considera-se inafiançavel a incidencia nessa infração.

Art.... ( § 3º ao art. 91 doCodigo Eleitoral) : Será nula a apuração de cada dia em que não se observarem rigorosamente as prescrições acima estabelecidas, cabendo ao juiz presidente da Junta a pena de suspensão disciplinar até sessenta(60) dias.

#### JUSTIFICAÇÃO.

A nova redação do art. 1º do projeto torna obrigatorias:

- a) o reconhecimento de letra e firma do alistando;
- b) que o mesmo, ou Delegado de Partido, apresente o pedido de inscrição;
- c) a prova de residencia.

As exigencias das letras a) e c) constam da tradição de nossas leis eleitorais e tornam-se imprescindiveis para evitar que os cabos eleitorais façam os pedidos de inscrição, em nome dos alistandos, e que pessoas de um municipio se qualifiquem em outro, como está se tornando habito.

A entrega do requerimento em cartorio deve ser feita pelo requerente, pelo ~~alistando~~, ou Delegado de Partido, afim de fixar a ~~responsabilidade~~, ~~existencia~~ ~~de~~ ~~responsabilidade~~ que decorrem do pedido, e facilitar diligencias, que tornem necessarias.

Não podemos continuar a permitir a qualificação de analfabetos, quando a proíbe expressamente a Carta Magna do país (art. 132, I) e o Código Eleitoral (art. 3º, a).

Estabelece a emenda uma presunção legal de saber ler e escrever para





e683

os que tenham feito, pelo menos, o curso primario: os demais ficam sujeitos á prova de capacidade.

O art. 3º passa a redigir-se de forma a tornar clara a responsabilidade do pagamento das despesas da publicação da lista de eleitores, pois sem se dar recursos para atender ás mesmas, se <sup>ria</sup> ~~teria~~ inocuo estabelecer a providencia.

No § Unico obriga-se a remessa de uma via para cada directorio de partido, que, assim, fica habilitado aos recursos e reclamações necessarias a boa ordem dos trabalhos.

O projeto exclue as fazendas e sitios da localisação de mesas receptoras, porque, de certo, quer afastar o perigo da influencia dos "chefes" da zona rural e da insegurança ali reinante.

Reconhecemos a razão de ser do receio, mas, como se trata de medida, que muito concorrerá para reduzir as despesas eleitorais, no que tange aos transportes, urge enfrentar o problema para resolve-lo com a exigencia aditiva constante da emenda: só funcionarão as mesas em propriedades rurais com a garantia da força federal.

Consiga-se o eleitor votar, no interior, perto quanto possivel for, de sua residencia, e se terá reduzido, talvez á metade, as despesas tão vultosas, com o serviço de transporte, que sempre ~~da~~ <sup>se</sup> constitue objeto de sociedades explorações ao tempo dos pleitos.

<sup>concessão da</sup>  
A 2ª. via eleitoral, em alistamento viciadissimo, como o que ora possuímos, deve ser cercado de medidas, que coibam, ~~quando se puder~~, as atividades do chamado "eleitorado fantasma".

Entrega do requerimento ao proprio juiz, identificação da letra e firma, possibilidade de serem feitas diligencias para evitar que sirva de instrumento á fraude, tudo isso constitue objetivo da nova redação do art. 15.

O art. 19, a) contem um acrescimo a respeito da prova de identificação do eleitor, quando houver duvida sobre a mesma. Está arraigado o habito de mandar um individuo votar em nome de outro, <sup>se</sup> quando este não comparece, ou já faleceu. A falta de retrato no titulo, ou de outro meio que torne conhecido o eleitor através o titulo, requer que se estabeleçam todas as cautelas nesse tocante.

Cabe ao Congresso Nacional legislar sobre direito eleitoral, mas, parece-nos que não está no ambito dessa atribuição estabelecer preceitos relativos ao funcionalismo estadual ou municipal. Daí a supressão de palavras, que propomos, quanto ao art. 34.





eb84

Não ha maior necessidade, em materia de organização dos serviços eleitorais, do que dotar ~~os municípios~~ -los de um corpo de juizes proprios.

Não sendo possivel atender, agora, a essa justa aspiração, em vista do elevado montante das despesas que acarretaria, que ao menos se estabeleça um serviço de vigilante superintendencia sobre as atividades nas diferentes zonas eleitorais, afim de conter essa avalanche de fraudes e irregularidades, que repontam por toda a parte, abalando a confiança nas garantias aos sufragios populares, em que se apoiam <sup>as instituicoes</sup> ~~a politica do regime~~ democratico, vigrantes no país.

Será essa a atribuição da Corregedoria, que propomos como uma sugestão, que nos parece digna de exame e acolhida por parte da douta Comissão Mixta de Reforma Eleitoral.

Os artigos a acrescentar <sup>para</sup> ao projeto substitutivo, visam <sup>(alem de tornar ineficaz)</sup> elevar a penalidade de de uma das mais comuns infrações em materia eleitoral: o voto com titulo de ausente ou falecido.

Éis aí uma das formas mais em voga de fraudar o resultado das urnas.

Tenho conhecimento direto de casos em que um só eleitor votou DEZ VEZES, com titulos alheios, porque os mesmos não continham indicações que possibilitassem verificar a identidade do portador.

O preceito final da presente emenda destina-se a acabar com a pratica, profundamente prejudicial, de não se dar boletins, nem se registrar, por qualquer forma digna de credito, o resultado das apurações diarias.

Foi esse sistema irregular, ilegal, que assegurou as alterações dos resultados das apurações, quando se tinham de elaborar os mapas registradores das mesmas.

Houve zonas eleitorais do interior, que somente após dois meses da apuração deram conhecimento aos Tribunais Regionais do resultado dos mapas !

E quantos não foram alterados, ao sabor dos inescrupulosos, que abusaram da fraquesa de Juntas Eleitorais...

É imprescindivel uma rigorosa prescrição para evitar que perdure ~~tão~~ esse meio de deturpar o resultado dos sufragios.

Sala da Comissão, 27-5-1955.

Alencar Araripe

( Alencar Araripe ).





e685

Emenda ao substitutivo apresentado pela Comissão Mista de Reforma Eleitoral ao projeto nº 94/55.

Nº 75

Onde convier:

Art. - São instituídas, de acôrdo com o modelo nº 1, anexo, cédulas oficiais de votação para as eleições de Presidente, Vice-Presidente da República, senadores e seus suplentes, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito.

§ 1º - As cédulas conterão, além da designação da eleição, os nomes dos candidatos registrados, os quais serão precedidos por um espaço demarcado que servirá para o eleitor assinalar seu voto.

§ 2º - O presidente da mesa, depois de rubricar as cédulas e a sobrecarta, as entregará ao eleitor que, passando à cabine indevassável, assinalará à tinta o nome do candidato de sua escolha. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará as cédulas na sobrecarta, fechando-a.

§ 3º - Serão nulas as cédulas em que aparecerem assinalados nomes de candidatos em maior número do que os postos eletivos a serem preenchidos.

§ 4º - A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser êsse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior.

#### JUSTIFICAÇÃO

O não acolhimento da cédula oficial no substitutivo da Comissão Mista não foi pacífico. No plenário da Câmara as opiniões se dividem sendo numerosos os Srs. Deputados que se inclinam pela adoção da iniciativa contida no ante-projeto da Justiça Eleitoral.

Nossa emenda visa a uma fórmula de acomodação na qual, adotando-se a cédula oficial apenas para as eleições majoritárias, seriam conseguidas muitas das indiscutíveis vanta





e686

gens da medida, sem os possíveis inconvenientes que os adversários da cédula oficial indicam nas eleições do sistema proporcional, nas quais podem ser registrados centenas de candidatos. Estamos certos de que a nossa emenda, que será justificada com maior desenvolvimento da tribuna, oferece uma solução intermediária que poderá merecer o voto da maioria.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1955

*Afonso Arinos*  
Afonso Arinos

*Amélio Viana*  
Amélio Viana

*Caetano de Almeida*  
Caetano de Almeida

Nota:

O modelo nº 1 referido no texto da emenda é o mesmo que acompanha o avulso do projeto nº 94/55.



e687

Nº 76

PROJETO Nº 4 601

EMENDA :

Substitua-se o artigo 1º pelo seguinte :

Art. 1º - Para alistar-se deverá o requerente, de próprio punho, preencher em cartório, na presença do escrivão ou funcionário designado pelo Juiz, a fórmula impressa que lhe será fornecida - (modelo anexo) -, exibindo, no ato, os documentos comprobatórios da sua identidade e residência e das suas declarações, fazendo a entrega de três retratos de dimensão 3 x 4.

§ 1º - O escrivão ou funcionário designado, depois de atestar, a seguir, ter sido a fórmula preenchida em sua presença, pelo próprio requerente, tomará a assinatura do mesmo na "folha individual de votação", e do pedido lhe dará o recibo.

§ 2º - Deferido o pedido, o título a que se refere o § 2º, do art. 40, será entregue mediante a apresentação do recibo mencionado no parágrafo anterior, ao próprio eleitor, ou a quem o apresente.

§ 3º - Se indeferido o pedido, e não havendo recibo, será inutilizada, pelo cartório, a "folha individual de votação" com a assinatura do requerente.

§ 4º - As certidões de registro de nascimento feitas fora do prazo legal, na conformidade da legislação vigente, só tem valor, para fins eleitorais, como prova de idade, após um ano da data do mesmo registro.

S.S. 127-5-955

Benami Satiro

*[Handwritten signature]*



2688

Senhor Juiz Eleitoral

.....  
(nome por extenso do requerente)  
....., com.....anos,  
(estado civil) (profissão)  
nascido em..... de ..... de 1....., em.....  
(naturalidade)  
.....  
filho de .....  
e de .....  
residente em.....  
(localidade, rua e numero)  
requer a sua inscrição como eleitor, oferecendo o seguinte...  
... documento.... comprobatório.... das suas declarações.  
.....  
.....  
.....de.....1 95..  
(cidade)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do requerente)

----

Atesto que a presente fórmula foi preenchida, em minha  
presença, e do próprio punho, pelo requerente. Data supra.  
O Escrivão,

Estado de..... Zona Eleitoral

.....  
(nome do alistando)

fez entrega nesta data do seu pedido de inscrição como elei -  
tor. O seu título lhe será entregue mediante a apresentação  
dêste, oportunamente.

.....,..... de.....1 95

\_\_\_\_\_  
ESCRIVÃO



*Adilva*  
*N. 2475*  
*0689*  
Nº 77

ART.

É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos anexos, confeccionadas em papel opaco, e em cores diferentes para cada eleição quando realizada mais de uma simultaneamente.

§ 1º - Para as eleições de Presidente e Vice-Presidente da República, Senadores e seus suplentes, Governador e Vice-Governador, Prefeito e Vice-Prefeito, conterão as cédulas, além da designação da eleição, os nomes impressos dos candidatos registrados (Mod. I); e nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas, e Câmaras Municipais, além da designação da eleição, a relação de todos os Partidos Políticos ou legendas partidárias concorrentes ao pleito. (Mod. II).

§ 2º - Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, mediante sorteio, para o efeito da votação (§ 3º).

§ 3º - Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas, por ele e pelos mesários rubricadas no ato, sob pena de nulidade e responsabilidade - (Cod. Eleitoral, 175, nº 21) -, o eleitor passará à cabine indevasável, onde, à tinta, assinalará, no retângulo correspondente: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X), o nome do candidato de sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, de forma idêntica, o partido ou legenda de sua preferência, podendo substituir a cruz (X), pelo número de ordem do seu candidato, caso em que o voto será contado, também, para o partido ou legenda. A seguir, dobrará e colará a cédula, ou cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente da mesa, corresponderem, em número e cores, às que lhe foram entregues.

§ 4º - Serão nulas as cédulas em que tiver sido assinalada mais de uma legenda, ou mais de um candidato de partido diferente.

§ 5º - As cédulas oficiais serão enviadas, em invólucro fechado, lacrado e rubricado pelo juiz, a ser aberto no início dos trabalhos, em número correspondente aos



0690

dos votantes da seção eleitoral; as não utilizadas ou inutilizadas por qualquer motivo, pela mesma forma, serão devolvidas pelo presidente da mesa, com os demais papéis da eleição, aplicando-se de ofício, por cédula não devolvida, a multa de mil cruzeiros, cobrada executivamente.

S.S. 127-5-955

*Enunciado*  
*1º Enunciado**Entram  
2 modelos.*





Nº 78

C691

Art. 1º - .....

Parágrafo único - As certidões de registro de nascimento feito fora do prazo legal, na conformidade da legislação vigente, só terão valor, para fins eleitorais, como prova de idade, após um ano da data do mesmo registro.

*Emami Sati*  
*Emami Sati* Nº 79

Art. 7º - É instituída a cédula oficial de votação, de acordo com os modelos anexos, confeccionadas em papel opaco, e em cores diferentes para cada eleição quando realizada mais de uma simultaneamente.

*Emami Sati* Nº 80

§ 2º - Os candidatos nas eleições a que se refere a segunda parte do parágrafo anterior, serão registrados por ordem numérica, mediante sorteio, para o efeito da votação. (§ 3º).

*Emami Sati* Nº 81

§ 3º - Recebendo do presidente da mesa receptora a cédula ou cédulas, por ele rubricadas no ato sob pena de nulidade e responsabilidade (Cod. Eleit., art. 175, n. 21), o eleitor passará à cabine indevassável, onde assinalará a tinta: a) nas eleições majoritárias, com uma cruz (X) o nome do candidato da sua escolha; b) nas eleições pelo sistema proporcional, por forma idêntica o partido ou legenda em que vota, e o número com que tiver sido registrado o candidato de sua preferência. A seguir, dobrará e colará a cédula ou cédulas, e saindo da cabine as depositará na urna, depois de verificado pelo presidente corresponderem, em número e cores, às que lhe foram entregues.

#### JUSTIFICAÇÃO

Estas emendas foram sugeridas pelo Ministro Edgar Costa, no pressuposto de ser adotada a cédula oficial, e para melhorar, não só a redação como a própria instituição do sistema.





PROJETO 4.601-A, DE 1954

Emenda nº

C692

Nº 82

Acrescente-se um artigo com a seguinte redação:

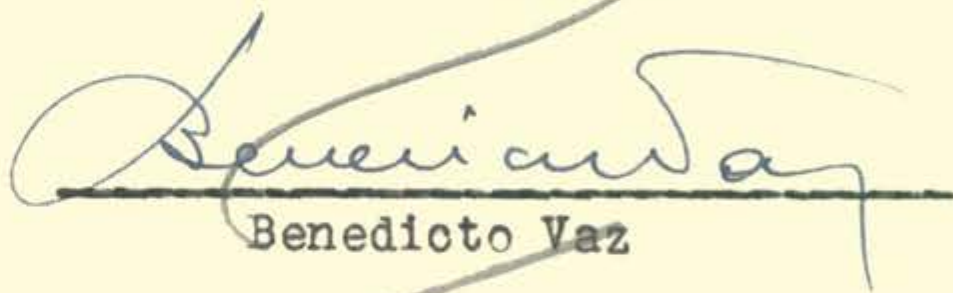
Art. .... - É defeso aos Partidos e aos candidatos, por si ou por interposta pessoa, fazer ou pagar o transporte de eleitores antes, durante ou depois das eleições.

§ 1º - A violação do disposto neste artigo constitui infração penal punida com as penas do art. 175 nº 20 do Código Eleitoral, nelas incorrendo quem proporciona o transporte, o eleitor transportado e o agente transportador.

§ 2º - Além da pena criminal prevista no parágrafo anterior, a violação deste artigo importará:

- 1) se transgressor o candidato, na anulação dos votos que obteve no local do fato;
- 2) se transgressor o Partido, na anulação dos votos obtidos por todos os seus candidatos no local da transgressão.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955.

  
Benedito Vaz

JUSTIFICAÇÃO

Se realmente se quer acabar com a corrupção eleitoral, extinga-se o transporte de eleitores pelos Partidos e pelos candidatos. Porque, no transporte, decisivo é o fator dinheiro. Quem tem mais dinheiro, ganha vantagem, ganha mais votos.

Pedro Dantas, cronista parlamentar do "Diário Carioca", descreveu bem essa corrupção na edição de 25 de outubro do ano passado, sob o título "Despesas Eleitorais". Escreveu ele:

"Entretanto, nunca houve exemplo de corrupção eleitoral como os que se tem registrado nos últimos pleitos. A situação a que chegamos é uma vergonha e tem suscitado um clamor geral contra o poder político do dinheiro em nossas eleições. Nesta parte, o voto secreto falhou, incapaz de evitar o suborno."

E, mais adiante:

"Que mais se gasta, como despesa forçada, numa eleição? No interior, o transporte dos eleito-





e693

- 2 -

*Cunha*

res. O eleitor sabe que seu voto é disputado: exige condução, exige alimentação, calçado e roupas, senão deixa de comparecer. Aqui pertinho, em Friburgo, informa-nos um amigo que lá votou - o Partido ... (ou seus candidatos) alugou 50 carros de praça para o transporte do eleitorado, a quatro mil cruzeiros por unidade. O Partido ... só conseguiu 10, a três mil. Outro Partido tratou apenas três ou quatro, a mil e oitocentos. O pessoal vem controlando, cédulas no bolso, segregados de qualquer contato es-púrio. Em certas zonas, ficam recolhidos a locais de concentração, sob custódia."

São célebres "currais", "viveiros" ou "quartéis"...

E conclui o brilhante jornalista: "O essencial parece que é proibir o transporte a expensas do interessado".

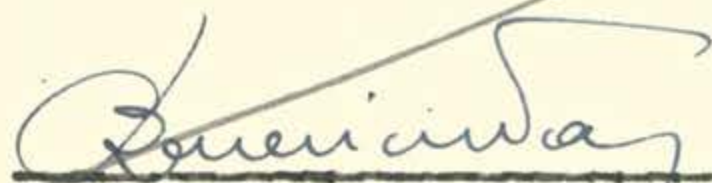
Também assim pensamos. Ou acabamos de uma vez com esse cancro ou então qualquer reforma eleitoral será platônica. Apenas mais um paliativo para responder ao crescente clamor contra a corrupção, o suborno e a fraude eleitoral.

Alega-se que, sem transporte gratuito dado pelos Partidos, o eleitor rural não comparecerá.

Respondemos que a causa do comparecimento não é o transporte oferecido pelos Partidos. Prova disso, é que o eleitorado urbano também não comparece em grande número. Nas eleições municipais de São Paulo, navidas ontem, 22 de maio, dizem as primeiras notícias que a abstenção foi superior a 50%. Por que não compareceu? Falta de transporte? Absolutamente. Não compareceu porque o voto não é realmente obrigatório, porque não há praticamente nenhuma sanção contra os faltosos.

Por outro lado, o habitante da zona rural costuma vir à cidade para suas necessidades normais, nos dias de festas, a suas próprias expensas. Se não vem para votar é que não é obrigado a isso.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1955.

  
Benedicto Vaz





Nº 83

PROJETO Nº 4.601-A/1954

2694

EMENDA Nº

Substitua-se o art. 23 e seu parágrafo único pelos seguintes dispositivos:

Art. 23 - O eleitor que deixar de votar, ou o membro da mesa que não comparecer, incorrerá na multa de Cr\$ 200,00 a Cr\$. 1.000,00, imposta pelo Juiz, pelo simples fato do não comparecimento, independentemente de qualquer processo, à simples vista da relação de faltosos enviada pelo presidente da mesma eleitoral juntamente com os papéis da eleição.

Parágrafo único - O faltoso se eximirá da pena provando justa causa até 60 dias após a eleição.

Art. - Apurada a eleição, o juiz enviará ao representante da Fazenda Nacional na Comarca certidão por ele rubrica da contendo a relação dos faltosos para ser inscrita e que valerá como título de dívida líquida e certa.

Art. - Os funcionários públicos federais, estaduais e municipais, inclusive os das autarquias e das sociedades de economia mista, não poderão praticar ato algum sem que o interessado exiba previamente a prova de que votou na última eleição ou, não tendo votado, de que pagou a respectiva multa ou obteve do juiz o documento de isenção previsto no Art. .

§ 1º - Os instrumentos referentes a esses atos mencionarão expressamente o documento exibido, sob pena de nulidade.

§ 2º - O funcionário que não cumprir o dispositivo deste artigo incorrerá nas penas do artº 175, nº 15 do Código Eleitoral.

§ 3º - Para os efeitos desta lei, considera-se funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função pública, em bora transitória ou sem remuneração dos cofres públicos.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda tem os seguintes objetivos:

1) Tornar real a obrigatoriedade do voto. O projeto pretendeu atingir o mesmo objetivo mas, data venia, o fez de maneira incompleta. É que o projeto preferiu ser casuístico. Por isso mesmo, omissos. Da maneira como está redigido, o projeto quase que só atinge o funcionalismo público e o das sociedades de economia mista, os participantes de concorrência pública aberta pelas pessoas jurídicas de direito público interno (excluídas as autarquias, sociedades de economia mista), os mutuários dos estabelecimen-





0695

tos de crédito do Governo. Isto seria uma restrição odiosa, que pesaria unicamente sobre alguns milhares, quanto que milhões de eleitores, a imensa maioria, ficaria desobrigada praticamente, isto é, sem sanção.

2) Fazer do título de eleitor um documento realmente valioso, imprescindível à vida do cidadão. Para praticar qualquer ato da sua vida civil o interessado terá que provar sua qualidade de eleitor. Mais do que isso, terá que provar sua quitação eleitoral. Isto implicará em se ter obrigado o eleitor a votar, ou a pagar a multa, sem necessidade de qualquer ação judicial. O eleitor pagará a multa para poder praticar o ato que lhe interessa (vender ou comprar imóvel, casar, pagar impostos, registrar filho, etc.).

A situação se inverterá: em vez dos Partidos e candidatos estarem procurando cidadãos para alistar, estes é que terão o máximo interesse em ser eleitores porque, sem isso, não poderão praticar qualquer ato da sua vida civil.

3) Efetivar as sanções contra os faltosos. Como a Justiça é impotente para punir os faltosos pelo sistema da lei atual, cada vez se alastra mais o abstencionismo (30, 40, 60% de não comparecimento). E os que <sup>não</sup> cumprem seus deveres cívicos ficam no mesmo pé de igualdade dos que os cumpre rigorosamente. Pelo sistema proposto não há alternativa: atingidos os 18 anos, o cidadão é forçado a se alistar e a votar.

4) Acabar com a burocracia judiciária. A maioria de milhões de eleitores faltosos (30, 40, 60% em cada eleição) tem ficado impune porque a lei atual se revelou inaplicável. De fato, não é possível à Justiça, em cada eleição, promover vários milhões de processos criminais contra os faltosos, com citações, editais, interrogatórios, audiência de instrução, defesas, arrazoados, sentenças, recursos para os Tribunais (isto em cada caso), com despesas (custas) em cada processo muitíssimo superiores ao valor da multa para, depois de passada em julgado a sentença condenatória, recomeçar-se a via-crucis judiciária para cobrança executiva da multa imposta. Isto é impraticável. Por isso, a lei é morta e nunca pôde ser aplicada.

O dispositivo que se propõe elimina os processos criminais e os executivos para cobrança da multa, porque o faltoso terá que pagá-la para poder praticar os atos da vida civil.





0696

O dispositivo da aplicação automática da multa foi inspirado no Código de Processo Penal quando regula a formação do Tribunal do Juri. Diz o seguinte o § 1º do art. 443 do Código de Processo Penal:

"O jurado incorrerá em multa pelo simples fato do não comparecimento, independentemente de ato do Presidente ou termo especial".

Não se diga, pois, que não há precedente.

Por outro lado, a questão da efetivação da obrigatoriedade do voto tem preocupado os nossos legisladores. Alguns projetos foram apresentados com esse objetivo.

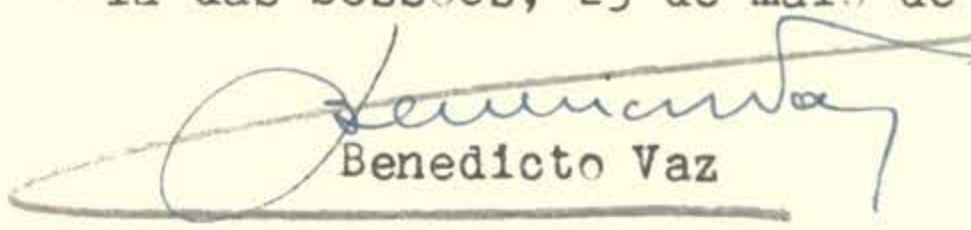
Assim é que, em 15 de março de 1954, o então deputado Alberto Deodato apresentava o projeto nº 4179, que continha dispositivo semelhante ao ora proposto. Assim o justificava:

"... diminui as despesas eleitorais porque o eleitor comparecerá de qualquer modo, sem as exigências de transporte, alimento e dádivas. É um dique à corrupção".

Isto é uma verdade. Atualmente, o voto é obrigatório apenas no papel. De fato, êle é voluntário. Sendo voluntário (praticamente, não há sanção), o comparecimento e o voto constituem uma espécie de favor aos Partidos e aos candidatos. Daí, a corrupção. Quem tiver mais dinheiro e puder proporcionar melhor transporte, melhor alimentação, roupas, calçados, etc., este terá o voto.

Finalmente, o artº 327 do Código Penal inspirou o § 3º do último artigo proposto, que define o funcionário público, para os efeitos da lei.

Sala das Sessões, 23 de maio de 1955.

  
Benedicto Vaz





# Câmara dos Deputados

0697

Projeto de lei n. 4.601-54

Emenda

84  
No ~~101~~

Acrescente-se o seguinte artigo:

" É vedada a ocupação ou utilização, a qualquer título, no todo ou em parte, de próprio pertencente ao patrimônio público, inclusive de autarquias e sociedades de economia mista, por partidos políticos ou organizações de caráter político.

Parágrafo único.- O disposto no artigo será tornado efetivo, a qualquer tempo, pelo órgão competente da Justiça Eleitoral, conforme o âmbito nacional, regional ou municipal do órgão infrator, mediante representação fundamentada da autoridade pública, representante partidário ou de qualquer eleitor".

Justificação

É rigorosamente necessária a adoção do proceito proposto, para evitar a influência do poder público em favor de determinado partido ou organização de caráter político, como comitê, centro cívico, escritório eleitoral, etc

Principalmente no interior do país, onde as autoridades administrativas usam de arbítrio para pressionar o corpo eleitoral, é de grande efeito, para subverter a vontade deste, o conhecimento, através da utilização de bens públicos, como veículos, salas concedidas ou alugadas, de que determinado partido ou entidade a ele vinculada goza de proteção ou simpatia do Governo.

A aprovação da emenda colocará em igualdade de situação todas as organizações partidárias, em seu trabalho de proselitismo das massas populares".

S.S. 27/5/55

Corrado Dutra





Nº 85- 0698

# Câmara dos Deputados

Emendas ao projeto 4.601-E ao substitutivo

Onde ocorrer:

Art... Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargo de representação proporcional, a votação só será dada às legendas e não mais aos candidatos

Nelson Omega

Nº 86

Art... Os partidos, ao fazer o registro <sup>no T.R.E.</sup> para cargos de representação proporcional, poderão, pelo seus <sup>Convenções</sup> Diretores Estaduais, designar candidatos preferenciais por Comarca.

§ único Aos candidatos preferenciais serão atribuídos os votos dados só à legenda, nas sessões das Comarcas designadas pelos Partidos.

N. Omega

Nº 87

Art... As estações de radiodifusão irradiarão gratuitamente durante uma hora por dia e durante dois meses antes de cada pleito um programa organizado pelos Juizes Eleitorais para a divulgação de instruções sobre o pleito e notícias oferecidas pelos diretores municipais dos diferentes partidos sobre os candidatos

Nº 88

Art. Nenhuma estação de radiodifusão ou jornal poderá cobrar para publicidade eleitoral preços maiores que os fixados em suas tabelas, três meses antes do pleito, para a propaganda comercial

Sala das sessões, 27 de maio de 1955

Nelson Omega





Nº 89 2699  
Câmara dos Deputados

Emenda nº —, ao Substituto da  
Comissão Mista de Reforma de Emergência  
da Lei Eleitoral (Resolução nº 8/55)

Acrecenta-se onde couvier:

Artigo - Recebido do presidente da  
mesa receptora a cedula-sobrecarta para  
a eleição majoritária ou cedulas-sobrecartas  
para as eleições proporcionais, <sup>em diferentes cores,</sup> todas por  
ele devidamente rubricadas no averso, sob  
pena de nulidade, o eleitor passará  
à cabine indevassável, onde assinalará  
a tinta:

a) nas eleições majoritárias com  
uma cruz (+) o nome do candidato  
de sua escolha;

b) nas eleições proporcionais por  
forma idêntica, o partido ou legenda  
bem que vota, e o numero com que tiver  
sido registrado o candidato de sua ~~escolha~~  
preferência. A seguir, ainda no gabinete  
indevassável, fechará a cedula-sobrecarta  
ou cedulas-sobrecartas, depositando-as,  
em seguida, numa em cada urna  
distinta, tantas quantas forem as  
eleições.

Sala da Senes, 27 de Maio de 1951

Yukishigue Tamaraka  
Yukishigue Tamaraka





Nº 90 e 700  
Câmara dos Deputados

No substitutivo do projeto 4601-A-54.

*Indicamos*

art. Todas as despesas do alistamento eleitoral, de organização de mesa e de operação de eleição correrão à conta da Justiça Eleitoral.  
§ único. Correrão também à conta da Justiça Eleitoral as despesas de transporte e alimentação do eleitor no distrito eleitoral.

Antes de  
Raimundo de Oliveira  
Nelson Dunga  
Câmara dos

Deputados

S.S. 27 de maio de 1953  
Nelson Dunga  
Nelson Dunga





Nº 91

C701

EMENDA

Ao Projeto nº 4.601, de 1954, que altera disposições do Código Eleitoral.

ACRESCENTE-SE, onde fôr oportuno, o seguinte:

Art. ... Os Juizes Eleitorais designarão dias especiais para AUDIÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO, notificando às Direções dos Diretórios Partidários, que, por seu Delegado, fiscalizarão as mesmas, podendo interpor os recursos previstos pelo Código.

§ 1º. À medida que o serviço o exigir, as audiências de qualificação eleitoral poderão ser marcadas para outros dias da semana, inclusive feriados e domingos;

§ 2º. No interesse públicos os Juizes Eleitorais designarão audiências de qualificação eleitoral nas sedes dos Distritos e povoações do interior de suas Comarcas; notificando previamente as Direções Partidárias;

§ 3º. Os requerimentos de inscrição eleitoral serão entregues pessoalmente ao Juiz, em audiência, ou, fora desta, em Cartório - pelos próprios interessados - com a documentação exigida e duas fotografias;

§ 4º. O Juiz presidente da audiência receberá os requerimentos despachando-os de imediato ou determinando o cumprimento de exigências porventura não observadas e, em seguida, expedirá o TITULO ELEITORAL, que será assinado na sua presença e entregue ao interessado, no qual constará a Secção em que deve votar e a fotografia autenticada pela sua rubrica;

§ 5º. Das audiências de Qualificação Eleitoral o Escrivão respectivo lavrará ata na qual conste o resumo dos trabalhos e serão subscritas pelos Delegados de Partidos presentes;

§ 6º. Os requerimentos de qualificação eleitoral entregues em Cartório serão, na forma da legislação, despachados pelo Juiz, que os anunciará na primeira audiência de qualificação

Dimi Ent.





C702

Art.... Fica proibido aos Partidos por seus Diretórios, encarregados, delegados ou mesmo candidatos a postos eletivos, promoverem o transporte e concentração de eleitores nas vésperas ou no dia das eleições, através dos chamados "Mangueirões", "Viveres", "cural", "quartel" ou "cocho", constituindo a violação deste dispositivo Fraude Eleitoral punível com multa de 5.000,00 a 10.000,00 (cinco a dez mil cruzeiros), cobrável executivamente, destituição dos Diretórios responsáveis e prisão de 1 a 3 meses.

Sala das Sessões, em 27 de maio de 1955,

*Divonsir Côrtes*

Divonsir Côrtes

/JA





Nº 92 e 703

Acrecenta-se onde convier:

"Art. - Em nenhuma hipótese se compreenderá no poder de regulamentar atribuído ao Tribunal Superior Eleitoral o de estabelecer casos de inelegibilidade além dos previstos na Constituição Federal."

### Justificação:

Por ocasião das últimas eleições o T.S.E. deixou instruções nas quais se estabelecia discriminação ideológica para o fim de se permitir ao cidadão no pleno gozo dos seus direitos políticos candidatar-se a cargos eletivos. Estabeleceu-se, assim, a ditadura da polícia política, considerada a última instância em matéria ideológica, que a exerceu ativamente, impedindo a eleição de candidatos dignos e violentando a vontade do povo.

Tal exdruzularia reproduziu o preceito no art. 32 do Projeto 4.601, desprezado pela Comissão Mista. Embora tal dispositivo não chegasse a se transformar em lei, teve fulminada vigência a título de regulamentação do T.S.E., que derogava a letra expressa da Carta Magna, na parte em que dispõe:

"Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos."

Por tudo isso é que salienta OSNY DUARTE PEREIRA:

"Se ninguém poderá ser privado de nenhum dos seus direitos por motivo de convicção política, segue-se indeclinavelmente que nenhuma lei ordinária poderia estabelecer a perda do direito de eleger-se, por motivos ideológicos. A inconstitucionalidade flagrante dispensa quaisquer outros comentários. Por isso que o eminente Professor Pedro Calmon, catedrático de Direito Constitucional, ao confrontar o art. 32 do Projeto Eleitoral com o art. 141, § 8o, da Carta Magna, concluiu: -Inelegibilidades, só as da Constituição".

E' a repetição do abuso de derogar a Constituição através de meras instruções, que se visa evitar com a emenda que torna expressa a proibição até então implícita.

Palacio Tiradentes, 30 de maio de 1955.

Bruzzi Mendonça

Bruzzi Mendonça

João de Deus  
155-





Nº 93

0704

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA  
DE REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

EMENDA ADITIVA

Acrescente-se ao art. 37:

" § 3º - O eleitor que não possuir o dedo a que se refere o art. 37 será assinalado no dedo mínimo da outra mão ou em lugar visível.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda prevê uma hipótese omissa na lei.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

  
BRUZZI DE MENDONÇA





Nº 94

CP5

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA  
DE REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Ao art. 36 dê-se a seguinte redação:

"Art. 36 - A eleição em seção anulada se renovará tantas vezes quantas necessárias a sua validade."

J U S T I F I C A Ç Ã O

Anular a seção em que o adversário possui maioria constitui uma das fraudes mais comuns e frequentes. A emenda visa castigar os que usam esses métodos anti-democráticos.

Uma vez aprovada a emenda tal fraude não mais compensará.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

Bruzzi de Mendonça  
BRUZZI DE MENDONÇA





Nº 95-

0706

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE  
REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL

Emenda substitutiva


Onde se lê no art. 33 "trigésimo dia" diga-se "décimo quinto dia".

JUSTIFICAÇÃO

O prazo de 30 dias para encerramento do registro de candidato é longo.

Melhor será conservar o estabelecido pelo Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955-

  
Bruzzi Mendonça





Nº 96

e707

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE  
REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL

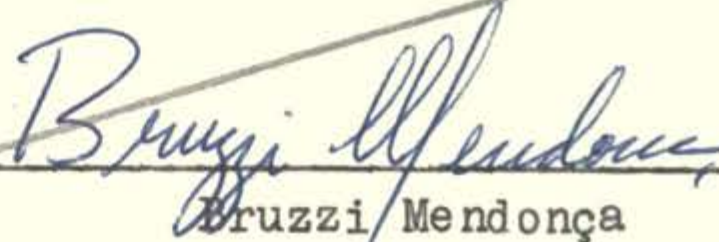
Emenda supressiva

Suprimam-se os §§ 2º e 3º do art. 29.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda que apresentamos ao art. 29 retira aos partidos e coligações políticas a preferência para fornecerem os mesários. Daí a emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

  
Bruzzi Mendonça





Nº 97

0708

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE  
REFORMA DE EMERGÊNCIA DA IEI ELEITORAL

Emenda Parecer da Comissão

Emenda substitutiva

Dê-se ao art. 29 a seguinte redação:

Art. 29. As mesas receptoras serão constituídas por pessoas idôneas, preferentemente que não pertençam a partidos políticos.

JUSTIFICAÇÃO

A paixão partidária poderá influir no ânimo dos mesários impedindo-os de exercerem seus encargos com a isenção com que devem fazê-lo!

Esse o sentido da emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

*Bruzzi Mendonça*

Bruzzi Mendonça





Nº 98

e709

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE  
REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL

Emenda supressiva

Suprima-se o parágrafo único do art. 28.

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo visado por esse artigo já foi atendido pela emenda que apresentamos ao art. 28, facultando aos partidos nomear 2 delegados para cada distrito municipal.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

*Bruzzi Mendonça*

Bruzzi Mendonça





Nº 99

0710

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE  
REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL

Emenda substitutiva

Dê-se ao art. 28 a seguinte redação:

Art. 28. Cada partido poderá nomear 2 delegados em cada distrito e dois fiscais junto a cada mesa receptora.

JUSTIFICAÇÃO

Existem distritos municipais que pela sua extensão reclamam a fiscalização permanente de fiscais e dois fiscais para cada zona são, em numerosos casos, insuficientes.

Uma vez que a fiscalização não prejudica o serviço eleitoral, antes é uma auxiliar dêste, a emenda se justifica plenamente.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

*Bruzzi Mendonça*

Bruzzi Mendonça

Haroldo  
148





Nº 100

2711

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE  
REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL

Ao parágrafo 3º do art. 20 acrescente-se:

"f": aqueles cujo nome não figure, por omissão, na  
lista eleitoral da seção.

JUSTIFICAÇÃO

Uma vez alistado eleitor deve o cidadão ser admitido a votar. Privá-lo desse direito, desde que exiba seu título, constitui violência.

Se seu nome, por omissão na qual não teve participação, não figura nas listas de votação, não será legal, nem justo impedi-lo de exercer o direito de voto. Esse o sentido da emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

*Bruzzi Mendonça*

Bruzzi Mendonça





Nº 101

0712

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE  
REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL

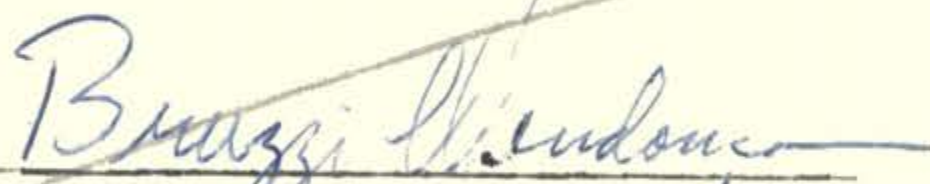
Emenda supressiva

Suprima-se o parágrafo único do art. 19.

JUSTIFICAÇÃO

Vícios ou omissões nas listas de votação não devem constituir motivo para privar o eleitor de votar embora seu voto deva ser tomado com as precauções estabelecidas nos § 5º e 6º do art. 87 do Código Eleitoral. O parágrafo não se justifica e sua supressão impõe-se.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

  
Bruzzi Mendonça





Nº 102

e713

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE  
REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL

Emenda supressiva

Suprimam-se os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 18.

JUSTIFICAÇÃO

É de presumir que uma vez inscrito o eleitor satisfaz os requisitos legais. Qualquer irregularidade constatada, após o alistamento, deverá ser corrigida de conformidade com o disposto no Título II da Parte Terceira do Código Eleitoral que regula o cancelamento e a exclusão do eleitor.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

Bruzzi Mendonça  
Bruzzi Mendonça





Nº 103

-e714

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE  
REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORALEmenda substitutiva

Ao § 1º do art. 17 dê-se a seguinte redação:

"No município em que as listas de eleitores e a sua distribuição pelas seções eleitorais não forem publicadas pela imprensa, o juiz eleitoral determinará o envio de uma via a cada diretório de partido regularmente registrado e mandará afixar outras vias no fôro, sede da Prefeitura e recintos de maior movimento da localidade de livre acesso ao público."

## JUSTIFICAÇÃO

A publicidade de todos os atos eleitorais constitui a maior garantia contra as fraudes. A emenda visa dar a conhecer ao eleitorado em geral o lugar onde votará, sem prejuízo de informações partidárias pois ninguém é obrigado a pertencer a partido político para votar.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

Bruzzi Mendonça





Nº 104

e715

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE  
REFORMA DE EMERGENCIA DA LEI ELEITORAL

Emenda substitutiva ao art. 17

Onde se lê "até 30 dias" diga-se "até 15 dias".

JUSTIFICAÇÃO

Outra emenda que apresentamos reduziu para 30 dias anteriores ao pleito o prazo para encerramento do alistamento.

Esta emenda se harmoniza com aquela.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

*Bruzzi Mendonça*

Bruzzi Mendonça





Nº 105

C716

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE  
REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL

Emenda aditiva ao art. 15.

Dê-se ao art. 15 a seguinte redação:

"Art. 15. O requerimento de segunda via de título eleitoral sob fundamento de perda ou extravio, será sempre apresentado pessoalmente, pelo eleitor, ou por procurador especialmente credenciado para êsse fim."

JUSTIFICAÇÃO

Nada justifica que só o próprio seja obrigado a entregar em cartório o requerimento pedindo segunda via de título eleitoral, máxime quando deverá comparecer, pessoalmente, para assinar a mesma.

Daí a emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955.

*Bruzzi Mendonça*

Bruzzi Mendonça





Nº 106

2717

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE REFORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

Emenda substitutiva ao art. 14:

"Art. 14. Nenhum requerimento de segunda via de título eleitoral sob fundamento de perda ou extravio será recebido dentro de 10 dias anteriores a data da eleição".

JUSTIFICAÇÃO

Infelizmente, em diversos artigos de seu substitutivo, a Comissão Mista endossou a tendência do projeto n. 94-1955, favorável a redução do eleitorado.

Privar o eleitor de votar, de um direito político só porque perdeu seu título, 80 dias antes da eleição é penalidade injusta e inconstitucional.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955.

Bruzzi de Mendonça

BRUZZI DE MENDONÇA





Nº 107

6718

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE RE-  
FORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

Emenda substitutiva à letra c do art. 12.

Onde se lê "3 meses", diga-se : 30 dias.

JUSTIFICAÇÃO

Os direitos inerentes à cidadania são nacionais e não estaduais ou municipais. O cidadão é alistável porque é brasileiro e não porque resida neste ou naquele estado ou município.

O "bairrismo" eleitoral é uma restrição ao direito de cidadania. Mas não pode ter guarida em lei maxime quando os próprios partidos políticos são nacionais.

O prazo de 30 dias fixado pela emenda apenas visa possibilitar o seu alistamento e não credenciá-lo a eleitor por determinada zona eleitoral.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955.

  
BRUZZI DE MENDONÇA





Nº 108

e719

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE RE-  
FORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

Emenda substitutiva à letra b do art. 12.

Dê-se a seguinte redação:

"b - a transcorrência pelo menos <sup>de</sup> 3 meses da ins-  
crição primitiva."

JUSTIFICAÇÃO

Ninguém muda de domicílio para cometer fraude e-  
leitoral. A mudança ocorre por razões de interesse ou conve-  
niência do eleitor e constitui um direito que a Constitui-  
ção assegura a todos os brasileiros e estrangeiros.

Punir o eleitor que muda de domicílio eleitoral  
é um absurdo inconstitucional porque implica na suspensão de  
seus direitos políticos.

A regra é e deve ser a de que todos os brasilei-  
ros em idade de votar que não incidam nas hipóteses previstas  
nos incisos e no parágrafo do art. 132 da Constituição, devem  
votar.

Não pode a lei, sob pretexto de conveniência de  
motivos de natureza burocrática, privar o transferido desse  
direito.

Daí a emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955.

*Bruzzi de Mendonça*

BRUZZI DE MENDONÇA





Nº 109

e720

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE REFORMA  
DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

Emenda substitutiva ao art. 12: letra a:  
Onde se lê: "até 100 dias" diga-se "até 30 dias".

## JUSTIFICAÇÃO

A transferência de um brasileiro de um para outro Estado da Federação não deve ser motivo impeditivo para que ele cumpra o dever e exerça o direito de votar.

O próprio projeto da Comissão o reconhece quando permite a transferência do eleitor, funcionário civil, militar ou autárquico fora do prazo previsto na letra a.

Claro que ao fazê-lo não quiz contemplar as pessoas nele contempladas com um privilégio.

Provada a mudança de domicílio do eleitor, seja ele funcionário civil, militar, autárquico, ou comerciante, capitalista, trabalhador, deve ser permitida a sua transferência a fim de que ele não fique privado de um direito que a Constituição assegura a todos os brasileiros.

Salad das Sessões, em 30 de maio de 1955.

*Bruzzi de Mendonça*  
BRUZZI DE MENDONÇA





Nº 110

2721

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE RE -  
FORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

Emenda substitutiva ao art. 11.

Onde se Lê "dentro dos 100 dias", diga-se "dentro dos 30 dias".

JUSTIFICAÇÃO

A emenda visa dilatar o prazo do alistamento a fim de que possa participar das eleições o maior número de eleitores.

O prazo do art. 11 privaria do direito de se alistarem centenas de milhares de jovens que atinjam a idade eleitoral no seu transcurso.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

*Bruzzi de Mendonça*

BRUZZI DE MENDONÇA





Nº 1111

0722

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE RE -  
FORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

Emenda supressiva.

Suprima-se o art. 10.

JUSTIFICAÇÃO

Uma vez qualificado não é lícito privar o cidadão de exercer o direito de voto, que é também uma obrigação constitucional.

Razões, as mais variadas, podem justificar a atitude de eleitores retardatários.

Puní-los pela forma prevista no art. 10 é uma violência, uma pena de privação de direito político não autorizado pela Constituição.

O eleitor que receba o seu título até as vésperas do pleito deve poder votar.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955.



BRUZZI DE MENDONÇA





Nº 112

C723

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE RE-  
FORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

Emenda Substitutiva:

Onde se lê "até 70 dias" diga-se até 20 dias.

JUSTIFICAÇÃO

O prazo para entrega de título ao eleitor trans-  
ferido deve ser o mesmo que rege a entrega ao eleitor que se  
alistar. Esta emenda se entrosar a que apresentamos ao art. 9º.

Sala das Sessões, em 30 de maio 1955.

*Bruzzi de Mendonça*  
BRUZZI DE MENDONÇA





Nº 113

C724

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE REFORMA  
DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

Emenda Substitutiva ao art. 9º:

Art. 9º. Até 20 dias antes da data marcada para a eleição, todos os que requererem inscrição como eleitor até 30 dias antes, já devem estar devidamente qualificados e os respectivos títulos prontos para serem entregues até 48 horas antes do pleito.

Sala das Sessões, em 30/5 de 1955.

## JUSTIFICAÇÃO

Nada justifica que seja reduzido de 70 dias o prazo para o alistamento.

O propósito de uma lei eleitoral deve ser o de ampliar o corpo de votantes com o maior número de eleitores.

Como está redigido o art. 9º além de encurtar o prazo de alistamento de 70 dias, privando, assim de se alistarem centenas de milhares de brasileiros que completam a idade eleitoral no seu transcurso, ainda subordina a entrega do título à condição de haver o juiz deferido a sua expedição.

Para atender as necessidades do eleitorado deve a Justiça ser aparelhada convenientemente, de sorte a não privar nenhum cidadão do direito de votar.

Esse o sentido da emenda.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955.

BRUZZI DE MENDONÇA





Nº 114

2725

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE REFORMA  
DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

Emenda substitutiva ao art. 8º:

"Art. 8º - Não poderão servir como escrivão eleitoral, juiz eleitoral ou preparador e como funcionário de qualquer órgão da Justiça Eleitoral, sob pena de demissão, os membros dos diretórios dos partidos os candidatos a cargos eletivos e os ascendentes, descendentes ou o colateral destes até o terceiro grau por consanguinidade, ou afinidade.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955

JUSTIFICAÇÃO

Visa o substitutivo, como o próprio art. 8º, impedir que as pessoas nele mencionadas exerçam influência sobre o eleitorado, em favor dos partidos de sua preferência ou de parentes seus.

Como está redigido o art. 8º do substitutivo da Comissão não contempla todas as pessoas em favor das quais é lícito estabelecer um pressuposto de suspeição e facciosismo. A emenda adota o critério seguido pelo Código Civil, do art. 142, quando impede de ser testemunha parentes ora incluídos.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955.

*Bruzzi de Mendonça*  
BRUZZI DE MENDONÇA



EMENDA AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO MISTA DE RE-  
FORMA DE EMERGÊNCIA DA LEI ELEITORAL.

Emenda substitutiva ao art. 5º:

Art. 5º - O título eleitoral quando não fôr entregue por ocasião da assinatura do mesmo, nos termos do art. 4º, poderá sê-lo à pessoa especialmente credenciada pelo eleitor para êsse fim.

JUSTIFICAÇÃO

Não é justo exigir-se que o eleitor perca dias de trabalho e respectivos salários, simplesmente para receber seu título eleitoral.

Em nosso direito positivo a regra é a de que pode o procurador praticar todos os atos jurídicos do procurado com exceção daqueles em que seja indispensável sua presença. Pode representá-lo em juízo ou fora dele, receber, passar recibo, dar quitação, alienar e até mesmo contrair matrimônio.

Nada justifica que se abra exceção a hipótese prevista no art. 5º quando o eleitor, pessoalmente, já compareceu à Cartório para assinar seu título.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 1955.

BRUZZI MENDONÇA





Emenda ao substitutivo apresentado pela Comissão Mista de Reforma Eleitoral ao Projeto nº 94/55.

Onde convier:

Art. - São instituídas, de acôrdo com o modelo nº 1, anexo, cédulas oficiais de votação para as eleições de Presidente, Vice-Presidente da República, senadores e seus suplentes, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito.

§ 1º - As cédulas conterão, além da designação da eleição, os nomes dos candidatos registrados, os quais serão precedidos por um espaço demarcado que servirá para o eleitor assinalar seu voto.

§ 2º - O presidente da mesa, depois de rubricar as cédulas e a sobrecarta, as entregará ao eleitor que, passando à cabine indevassável, assinalará à tinta o nome do candidato de sua escolha. A seguir, ainda no gabinete indevassável, colocará as cédulas na sobrecarta, fechando-a.

§ 3º - Serão nulas as cédulas em que aparecerem assinalados nomes de candidatos em maior número do que os postos eletivos a serem preenchidos.

§ 4º - A impressão das cédulas será feita pela imprensa oficial da União, dos Estados e dos Municípios, podendo, em caso de emergência, ser êsse trabalho requisitado a oficinas particulares, mediante indenização posterior.

JUSTIFICAÇÃO

O não acolhimento da cédula oficial, no substitutivo da Comissão Mista não foi pacífico. No plenário da Câmara as opiniões se dividem sendo numerosos os Srs. Deputados que se inclinam pela adoção da iniciativa contida no ante-projeto da Justiça Eleitoral.

Nossa emenda visa a uma fórmula de acomodação na





qual, adotando-se a cédula oficial apenas para as eleições majoritárias, seriam conseguidas muitas das indiscutíveis vantagens da medida, sem os possíveis inconvenientes que os adversários da cédula oficial indicam nas eleições do sistema proporcional, nas quais podem ser registrados centenas de candidatos. Estamos certos de que a nossa emenda, que será justificada com maior desenvolvimento da tribuna, oferece uma solução intermediária que poderá merecer o voto da maioria.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1955

*Afonso Arinos*

Afonso Arinos

*Emílio Latoro*

*Emílio Latoro*

Nota:

O modelo nº 1 referido no texto da emenda é o mesmo que acompanha o avulso do projeto nº 94/55.





Emenda nº ao Dept 4.601A

Substitua-se o art. 22, pelo seguinte: -

art. 22. O eleitor que deixar de votar sem causa justificada perante o juiz eleitoral, incorrerá em pena de prisão, imposta pelo juiz, dentro de oito dias, a partir da data que lhe for concluída a lista de eleitores faltosos, o que o obrigará para dentro de 15 dias após o pleito.

§ 1.º A pena de prisão será de cinco dias.

§ 2.º A justificativa de que trata este artigo, se não for despachada pelo juiz, se ao requerimento for junta a prova de que o eleitor faltoso apresentou-se à Delegacia Policial da sede da Comarca.

§ 3.º O Juiz eleitoral ao receber o requerimento da justificativa certificará no pé do mesmo a hora de seu recebimento e o fará, imediatamente, concluso ao juiz, que o despachará dentro de 24 horas a partir da data em que o mesmo for recebido.

§ 4.º - A repartição pagadora somente efetuará o pagamento dos mandamentos ao juiz e escrivão relativos ao mês posterior ao pleito, se lhe forem apresentados comprovantes de que os mesmos foram cumpridos ao que estabelece este artigo.

§ 5.º - Sem a prova de ter votado, se for comprovada a pena de que trata este artigo ou justificada a falta, não poderá o eleitor:





0730

- a) inscrever-se em concurso;
- b) investido em função pública de qualquer natureza;
- c) participar de concorrências públicas ou administrativas;
- d) pleitear o gozo de favores ou isenções estabelecidas em lei;
- e) obter passaporte ou carteira profissional;
- f) praticar qualquer ato para o qual se exija prova de quitação com o serviço militar e o imposto de renda.

§ 2º Os que concorrerem para a inobservância das interdições constantes deste artigo incorrerão na pena ~~pecuniária~~ imposta aos faltosos.

Sala das Sessões, 30 de Maio de 1958

Ultimato de Carvalho

*[Assinatura]*

Justificativa - Somente o estabelecimento de prisas para o eleitor faltoso, poderia impedir o poder econômico no resultado do pleito. A abstenção que se tem verificada nas últimas eleições, é uma prova concreta de que a venda dos títulos eleitorais por parte da maioria dos eleitores faltosos, é exigida de serem eleitos aqueles que o possuem. Além disso, tal inovação determinaria a influência do transporte e do "guarrel" ou "curral" nos pleitos eleitorais.

*[Assinatura]*  
Ultimato de Carvalho





Emenda n.º 1 ao Projeto 4.601/77

Requerimento onde consta:

Art. Ficam anistiados todos aqueles  
que incorreram em crime eleitoral até  
a presente data.

Salvador, Bahia, 30.5.57

Ultimo do Cavalheiro

*[Assinatura]*

Justificativa: - Urge dar um paradeiro  
a uma serie de processos eleitoraes que abarro-  
tam os cartorios, sem possibilidade de  
qualquer medida punitiva, face a lei  
que regula o assunto.

Ultimo do Cavalheiro

*[Assinatura]*





Nº 119  
Câmara dos Deputados

0732

Emenda ao substitutivo ao projeto nº 6018-1254  
Eude convis.

Art. Fica abolida a faculdade de  
se constituirem seções especiais.

Smisso. Os eleitores cujos  
nomes hajam sido omitidos na  
lista ou nela figurarem erradamente  
terão o prazo de 10 dias para a apre-  
sentação de reclamação a propósito,  
devendo estas ser resolvidas dentro  
dos 5 dias subsequentes, corrigindo-  
se os erros nas próprias listas e  
formando-se novas seções para os  
excedentes.

Dep. S. S. 25.5.1955

Luiz de Mattos

Justificação.

Câmara  
A utilidade das seções especiais tem  
sido causa de tumulto e ocasionado  
fiquem muito eleitores privados de vo-  
tar. Nas listas têm sido as seções  
de umas certas seções que a emenda  
visa abolir, causando prazo para  
reclamações do que não consta das  
seções organizadas originariamente. Man-  
ter a oportunidade é assegurada, na  
emenda, os eleitores cujos nomes figu-  
rarem erradamente nas listas.

Era ut supra

Luiz de Mattos

Conf





Nº 120

# Câmara dos Deputados

0733

Emenda ao substitutivo ao projeto nº 4601 A. 1955

Redija-se assim o artigo 95:

“ As eleições serão realizadas com a garantia de força federal, posta à disposição das autoridades competentes, sempre que estas a requisitem.”

S. B. 25.5. 1955

Luiz de Mattos

Justificações.

O artigo tal qual está redigido torna obrigatória a presença de força federal nas eleições, prestando-se à interpretação de dever apoiar-se à força federal de cada uma das regiões eleitorais.

Parece-nos mais conveniente com a redação a solução acima indicada para a emenda que consiga a garantia de força federal, sempre que as autoridades competentes a requisitem.

Deo ut supras

Luiz de Mattos

Compro

Arino de Sá





Nº 121

# Câmara dos Deputados

2734

Emenda ao Substitutivo ao projeto n.º 6018-1942

Marquante  
120

No artigo 20, onde se diz:  
« .... salvo as exceções previstas no  
§ 4.º deste artigo », diga-se: « salvo  
as exceções previstas neste artigo ».

SS. 1.º, 2.º, 3.º, 4.º

Junio de Mattos Quino do Brasil

Justificação.

No texto do artigo 20 se ressaltam  
as exceções previstas no seu pará-  
grafo 4.º.

Decontoe, entretanto, que outras  
exceções são previstas nos outros  
parágrafos do mesmo artigo.

Por isso, apresentamos a  
emenda compreensiva de todos  
os parágrafos.

Câmara

Era ut supra  
Junio de Mattos

Era ut supra





Nº 122  
Câmara dos Deputados  
e 735

Emenda ao Substituto do Projeto nº 46017-1955

No artigo 5º, onde se diz: "...pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou por esonivã especialmente designado", diga-se: "...pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador, pelo escrivão, ou por funcionário especialmente designado".

S.S., 25.5.1955

Julio de Matos

Arino de Matos

Justificação.

A emenda acrescenta entre as pessoas incumbidas da entrega do título ao eleitor o funcionário especialmente designado, suplantando o rol previsto no Substituto.

A medida tem apoio nos bons resultados obtidos, na prática, com a colaboração de funcionários designados pela Justiça Eleitoral para esse mister.

Grat ut supra

Julio de Matos





Nº 123  
Câmara dos Deputados

2736

Emenda ao substitutivo ao projeto nº 4601 R, 1955

No artigo 6º, onde se diz: "é juiz eleitoral, o juiz preparador ou o escrivão eleitoral especialmente designado...", diga-se  
"é juiz eleitoral, o juiz preparador, o escrivão eleitoral, ou funcionário especialmente designado..."

S.S., 25.5.1955

Américo de Mattos

Justificação:

A emenda decorre do pensamento contido no parágrafo que se refere ao artigo 6º.

Exa ut supra

Américo de Mattos

Câmara dos





Nº 124

e 737

# Câmara dos Deputados

Emenda ao Substitutivo ao Projeto n.º 4601 B. 1954

Redija-se assim o artigo 27:  
" Nas eleições suplementares, quando se referirem a cargo de representação proporcional, não serão admitidos nem computados votos aos candidatos, visto como a votação e a apuração far-se-ão exclusivamente para as legendas registradas."

55, 25.5.1955

Luís de Mattos Américo de Mattos

Pareceu-nos que o texto do artigo 27 do substitutivo se presta à interpretação ou exclusão da votação, as legendas antes não registradas e não os candidatos individualmente considerados dentro da respectiva legenda.

Por isso, apontamos a sua redação, através da emenda, o período replicativo que consubstancia o pensamento de não serem admitidos nem computados votos aos candidatos, nas eleições suplementares, quando se referirem a cargo de representação proporcional.

Ere ut Supra

Luís de Mattos





Nº 125  
Câmara dos Deputados Ex 38

Emenda ao substitutivo ao projeto n.º 46017 - 1954

Marcant  
120

Substitua-se o parágrafo único do artigo 7.º, pelo seguinte: "Não poderão, todavia, ser localizadas seções eleitorais em fazenda, sítio, ou qualquer outra propriedade rural privada mesmo existindo no local prédio público, quando haja fundado receio de coação, ou fraude, motivado pela localização."

SS., 25.5.1955

Luiz de Mattos Arino de Mattos

Justificação.

O § único do artigo 7.º do substitutivo adota o critério de proibir absolutamente a localização de seções eleitorais em fazenda, sítio, ou qualquer outra propriedade rural privada, mesmo existindo prédio público no local. O rigorismo do critério criará dificuldades em muitos casos e obstará em alguns a instalação de seções eleitorais. Sobre tudo nas regiões distantes das sedes dos distritos, onde, em regra, é usada a propriedade privada para o funcionamento da seção eleitoral. Por isso, a emenda restringe as proibições ao caso, em que haja fundado receio de coação ou fraude, motivado pela localização.

Da ut supra

Luiz de Mattos





228 Nº 126

e739

EMENDAS AO PROJETO Nº 4601 DE DE 1954

ACRESCENTE-SE, ONDE CONVIÉR :

" Art. - Designados os eleitores de cada secção, as respectivas listas, para publicação no Diario da Justiça, serão organizadas obedecendo á ordem alfabetica dos respectivos sobrenomes."

"Art. - Ao deixar a cabine indêvassavel, onde preencherá as listas de votação, cada eleitor receberá do Presidente da Mesa um envelope rubricado, onde colocará as listas, depositando a seguir o referido envelope na urna eleitoral."

" Art. - As listas de votação inscreverão, á frente da legenda partidária, os numeros referentes a cada um dos candidatos."

JUSTIFICAÇÃO

SERÁ FEITA DA TRIBUNA.

Sala das Sessões, 30 de maio de 1955.

Arnaldo Carneiro





Nº 127  
Câmara dos Deputados

Projeto nº 460/ de 1954  
Emenda

6740

Accusante - se onde ouve:

Art. A eleição de deputados federais e estaduais (a fazer) por distritos, fixados pela Justiça Eleitoral, criando-se para esse efeito tantos distritos quantos sejam necessários a preencherem as vagas eleitorais.

31.5.55  
Herbert Levy  
Justificativa

1a.) - ELEIÇÕES POR DISTRITOS - Esta é a medida principal. Possibilitará aos eleitores conhecer os candidatos em quem ~~vai~~ <sup>podem</sup> votar e impedirá a compra de votos. Para isso o Estado será dividido em tantos distritos quantos forem os deputados federais e estaduais a se eleger. No mínimo um distrito para cada deputado federal e dois estaduais. ~~(Li na sua entrevista às "Folhas" que V.S. preconizava a divisão do Estado em poucos distritos, isso, pode ser, facilitaria a ação dos compradores de votos. Em 350.000 eleitores é fácil comprar-se 20.000 votos. Mas em 40.000 é impossível comprar-se 21.000 votos. Os distritos seriam formados por regiões abrangendo 200 a 250 mil habitantes (50.000) eleitores, mais ou menos. Cada Estado teria direito a eleger um deputado federal por 200.000 habitantes e um estadual por 100.000 habitantes, desprezadas as frações. O atual número de deputados é até excessivo, mas, sei que para conseguir fazer passar uma lei será condição "sine qua non" não diminuir o seu número.)~~

A eleição por distritos viria liquidar com os pequenos partidos, com os ~~vira cassaca~~ <sup>pe mudam de legenda</sup> com os cabos eleitorais, além de prestigiar os candidatos de valor que soubessem trabalhar por suas regiões. E, principalmente acabariam os candidatos que caçam alguns votos em cada comarca do Estado. As regiões do País seriam todas representadas no Parlamento. ~~E tantas outras vantagens.~~

Herbert Levy Rubens Levy





Nº 128

# Câmara dos Deputados

Emenda ao projeto n.º 4601

C741

Acrescente-se onde couber:

Art. É expressamente vedado a quem quer que seja oferecer ou proporcionar ao eleitor:

(a) No dia da eleição: transporte, alimentação, bem como concentrá-los por qualquer forma.

(b) Em qualquer fase da eleição: Qualquer vantagem material, pecuniária ou não, tendente a influir na sua escolha.

§ 1.º Pena: 1 a 2 anos de reclusão

§ 2.º Sendo candidato o infrator, a punição referida no § 1.º será promovida em rito sumário, após de que se for condenado, a consequência de perda de seus direitos políticos acarrete o cancelamento de seu registro.

Câmara dos

Sala das Sessões, 31 de Maio de 1955

Dagoberto Salles





Nº 129

C742

Emenda nº.... ao Projeto 4.601-A

Acrescente-se onde convier:-

Art.... Ficam criados seiscentos cartórios **privativos** do serviço eleitoral.

§ 1º - Os cartórios criados são divididos em treis classes, correspondentes às Zonas Eleitoraes, e serão providos por serventuários vitalícios, na forma das Organizações Judiciárias de cada Estado.

§ 2º - Nas Comarcas de 1ª., 2ª. e 3ª. entrâncias haverá 300, 200 e 100 cartórios eleitoraes, respectivamente, distribuídos pelo Tribunal Superior Eleitoral, de acordo com o movimento eleitoral de cada Zona.

§ 3º - Ficam estabelecidos os ~~xxxvencimentos~~ vencimentos de CR\$ 36.000,00, CR\$ 60.000,00 e CR\$ 82.000,00 para os cargos de escrivães do serviço eleitoral nas comarcas de 1ª., 2ª. e 3ª. entrâncias, respectivamente.

§ 4º - Fica aberto o crédito especial de CR\$ 45.000.000,00, com vigência até o ano de 1956, para atender as despesas constantes da presente lei

Sala das Sessões, 31 de Maio de 1955

.....  
(Ultimo de Carvalho)

Justificativa:-

O serviço eleitoral é executado, presentemente, pelos escrivães do Judiciário e do Crime que se revezam no ofício, de dois em dois anos, o que significa que os arquivos eleitoraes rolam de mão em mão e de sala em sala, periodicamente, determinando a irresponsabilidade que se verifica naquele serviço. Além disso, os serventuários designados não são remunerados pelos cofres ~~publicos~~ federaes, porquanto a gratificação que recebem de CR\$ 3.000,00 anuaes, mal dá para o expediente. Vivem, portanto, os escrivães eleitoraes neste dilema: - sacrificar o ofício privativo que lhes dá os meios de subsistência ou sacrificar o serviço eleitoral que lhes priva desses mesmos meios. É claro que ante o instinto de conservação, preferem a primeira hipótese, resultando dessa contingência, a balbúrdia e o descaso que se observa nos cartórios eleitoraes. A despesa que a inovação trará ao erário publico, é, relativamente, sem importancia, tal a sua relevância para o aprimoramento ~~do sistema eleitoral~~ nosso sistema eleitoral e o ato de justiça que ela encerra, pois não se compreende, a não ser no regime comunista, impor a alguém a obrigação de trabalhar de graça.

.....  
Ultimo de Carvalho





Nº 130  
Câmara dos Deputados  
0743

Emenda ao substitutivo ao projeto  
n.º 601 A. 1954.

Acrescenta-se:

Art. "O requerimento de registro do candidato nas eleições para a Câmara dos Deputados, ou para qualquer das assembleias legislativas dos Estados será acompanhado da prova de depósito feito pelo interessado de quantia de cinco mil cruzeiros (Cr\$ 5.000,00), que reverterá em favor da Justiça Eleitoral, no caso de votação do candidato não atingir a um décimo do quociente eleitoral da respectiva circunscrição.

*Câmara dos*  
Sumário. Quando o candidato obtiver votação correspondente a um décimo, ou mais, do sobredito quociente, ser-lhe-á permitido o levantamento do depósito."

SS., 14 de maio de 1954.

Justificação:

A pleora de candidatos nas eleições de representação proporcional sem possibilidades eleitorais tem acarretado uma sobrecarga injustificável de trabalho para a Justiça Eleitoral, influenciando, paralelamente, na aggravação das despesas das eleições.

Parece-nos razoável a instituição de um depósito que reverta em favor da Justiça Eleitoral, quando o candidato



e 744

não obtinha, pelo nº 7, um decimo do quociente  
eleitoral da respectiva circunscrição.

A medida teve sido feita  
em execução em outros países.

Apontam-se como satis-  
fatórios os seus resultados na Inglaterra  
e na França.

A Junta Comissaria Especial e  
o Congresso, a seguir, de vai do conhecimento  
de sua obra.

35 31. 5. 1855

Luiz de Mattos Arino de Mota





*Nº 131* *0745*

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO Nº 4.601-A/54

No § 6º do art. 40, na frase: "Se tem havido culpa ou dolo".... suprimam-se as palavras: "do escrivão, a este ..." e acrescentem-se, em seu lugar, as palavras: "ao responsável".

A frase ficará, portanto, assim redigida:

"Se tiver havido culpa ou dolo, ao responsável se rá aplicadas, na primeira hipótese ... etc..."

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955.

  
Oscar Passos

JUSTIFICAÇÃO

A falta da folha individual de votação pode ser ocasionada por outro interessado, que não seja o escrivão.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955.

  
Oscar Passos





Nº 132

e746

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO Nº 4.601-A/54

Acrescente-se um parágrafo ao art. 28, passando o atual parágrafo único a § 1º:

"§ 2º. Os delegados serão nomeados pelos diretórios regionais e credenciados junto aos juizes eleitorais; os fiscais serão designados pelos diretórios municipais e credenciados junto às mesas receptoras".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955.

  
Oscar PassosJUSTIFICAÇÃO

O Código atual e o substitutivo não esclarecem o assunto.

Dai haver o Juiz eleitoral de Cruzeiro do Sul, Acre, exigido que os fiscais fossem nomeados pelos diretórios regionais, o que impediu a nomeação e a consequente fiscalização das eleições.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 1955.

  
Oscar Passos





Nº 133

e 747

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO Nº 4.601-A/54

Acrescente-se um § ao artigo 17:

"§ 3º - A não inclusão do eleitor inscrito nas listas de eleitores, na de distribuição pelas seções eleitorais, ou na fôlha de votação da seção em que deva votar, implica na infração penal, por parte do Juiz Eleitoral, do nº 15 do art. 175 do Código Eleitoral".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955.


  
Oscar PassosJUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista a limitação muito justificável, contida no art. 19, é preciso impedir, com a presente emenda, que o escrivão propositalmente omita o nome do eleitor da fôlha de votação.

A providência do art. 18 do substitutivo não é suficiente, porque os delegados não podem saber quais os processos despachados e ultimados e quantos eleitores estão inscritos.

A fraude, por esta forma, é sempre possível, se não for impedida pela providência apontada na presente emenda.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955.

  
Oscar Passos





Nº 134 C748

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO Nº 4.601-A/54

Suprima-se o art. 7º do substitutivo, transformando-se em artigo o parágrafo único do art. 7º.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955.

  
Oscar Passos

JUSTIFICAÇÃO

Essa disposição consta do Código Eleitoral, no § 2º do art. 66.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955.

  
Oscar Passos





Nº 135

c749

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO Nº 4.601-A/54

O § 2º do art. 9º passa a ter a seguinte redação:

O Juiz eleitoral ou o funcionário responsável pela transgressão do preceituado neste artigo, ou pela não entrega dos títulos prontos aos eleitores ou delegados de partidos que os procurarem, será punido nos termos do art. 175, § 15 do Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955.

  
Oscar Passos

JUSTIFICAÇÃO

Aí está a grande arma dos escrivães facciosos. Não entregam os títulos aos adversários, sob a alegação de que "não estão prontos".

Em Rio Branco, Acre, isto ocorreu com mais de 600 títulos em 1954.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955

  
Oscar Passos





*Nº 136* *0750*  
EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO Nº 4.601-A/54

Acrescente-se ao final do art. 10, as seguintes palavras: "por culpa própria".

Sala das Sessões, em 31 de *maio* de 1955

*[Assinatura]*  
Oscar Passos

JUSTIFICAÇÃO

Aí está a grande arma dos escrivães facciosos . Não entregam os títulos aos adversários, sob a alegação de que "não estão prontos".

Em Rio Branco, Acre, isto ocorreu com mais de 600 títulos, em 1954.

Sala das Sessões, em 31 de *maio* de 1955

*[Assinatura]*  
Oscar Passos





Nº 137

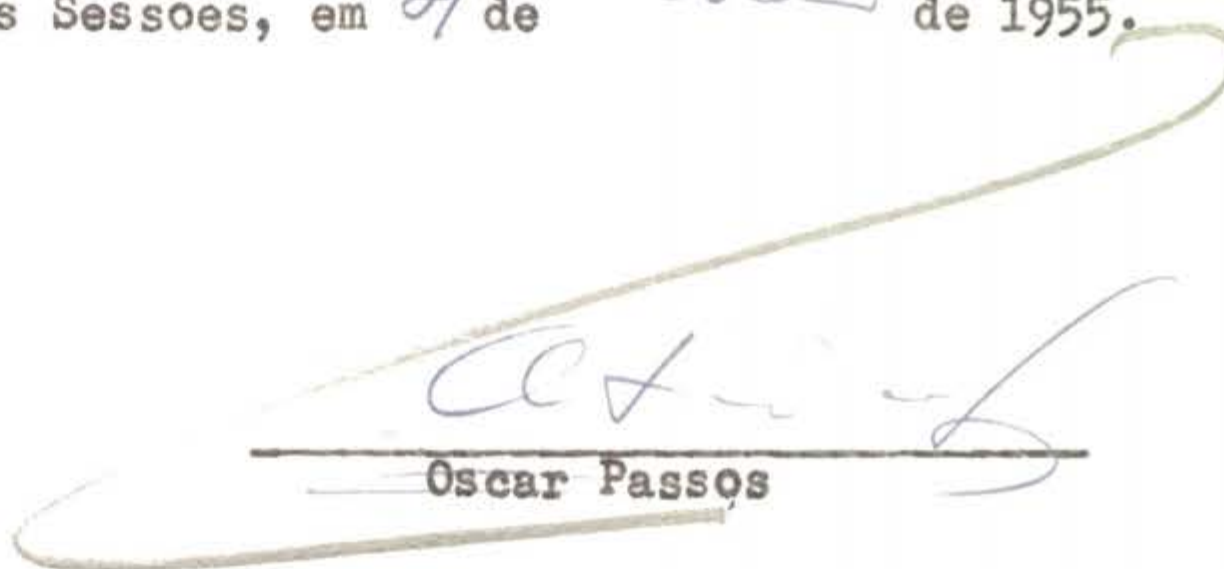
0451

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO Nº 4.601-A/54

O Art. 4º passa a ter a seguinte redação:

O título eleitoral será assinado pelo eleitor em cartório e só depois o será pelo Juiz, sob pena de suspensão disciplinar até 30 dias.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955.

  
Oscar Passos





Nº 138

C752

EMENDA AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO Nº 4.601-A/54

O art. 5º, passa a ter a seguinte redação:

O título eleitoral será entregue pelo juiz eleitoral, pelo juiz preparador ou pelo escrivão designado, ao eleitor em pessoa, ou ao seu procurador ou delegado de partido, sempre, porém, mediante apresentação do talão de recibo, de que trata o artigo 1º.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955

Oscar Passos

JUSTIFICACÃO

Nas regiões de pequena densidade demográfica do interior do País, é demasiado exigir-que o eleitor abandone o seu trabalho e venha pessoalmente à cidade, para receber o título.

Não raro terão de gastar 2, 3 ou mais dias de viagem de ida e outros tantos de regresso, o que prejudicará enormemente o serviço de cada um e redundará em grave prejuízo monetário. Além disso, a exigência constante do projeto dará margem à abstenção do alistamento, o que não poderá ser controlado.

Não é daí que resultam as fraudes, desde que ele venha assinar o título, na presença do Juiz.

A fraude é feita, presentemente, quer através da entrega de títulos em branco, aos delegados do partido "do peito"

BARBOSA  
130

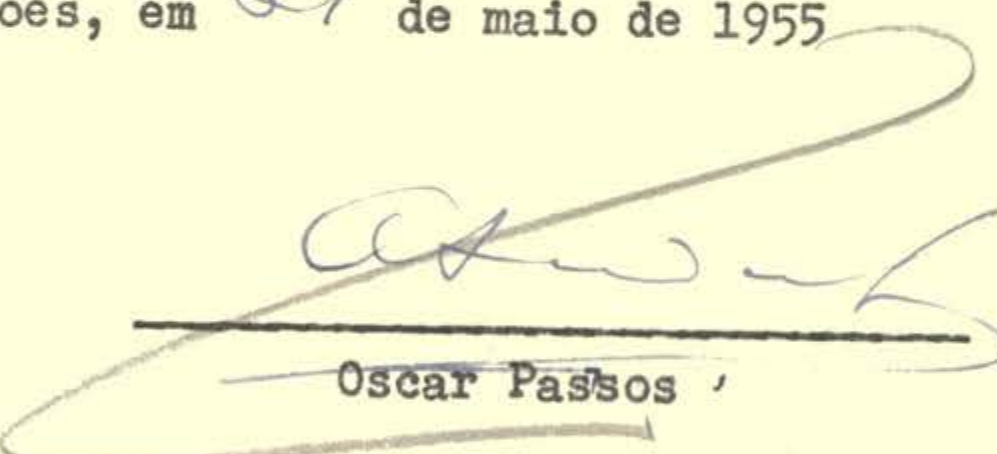




e 753

dos juizes ou dos ~~es~~crivães; quer da retenção indevida dos títulos dos adversários em cartório, títulos estes que "nunca estão prontos"; quer do entrave proposital dos requerimentos de inscrição dos adversários, aos quais os cartórios não fornecem o comprovante de entrega, como exige o Código Eleitoral em seu artigo 35; quer ainda, como decorrência da falta de talão de protocolo, da entrega dos títulos a delegados de partidos contrários, que os sonegam aos seus legítimos donos e não raro, os utilizam para outro eleitor; quer, finalmente, da falta de ordem, em certos cartórios, onde os interessados (adversários) não são propositalmente atendidos com a presteza desejada, obrigados, por isso a voltarem 6, 8 ou mais vezes sem resultado, o que os desanima de conseguirem o almejado título.

Sala das Sessões, em 21 de maio de 1955

  
Oscar Passos





Nº 139

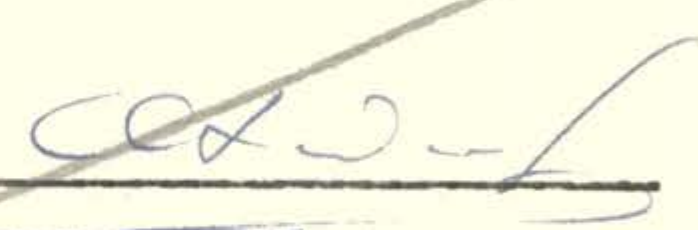
e 754

EMENDA AO SUBSTITUTIVOPROJETO Nº 4601-A /1955

Ao Art. 40 acrescente-se o seguinte parágrafo:

§ 11 - "Nas localidades onde não houver fotografos, fica dispensada a exigência do retrato do eleitor na fôlha individual de votação".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955


  
Oscar Passos

JUSTIFICAÇÃO

Inúmeras localidades do interior não dispõem de fotógrafo.

Como exigir-se retrato do eleitor, na fôlha individual, se êle não tem como consegui-lo ? Será justo, por essa falta, privar-se o cidadão do alistamento eleitoral ?

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955.

  
Oscar Passos





Nº 140

e 755

EMENDA AO SUBSTITUTIVOPROJETO Nº 4 601-A/54

Reduza-se para 5 dias o prazo previsto nos arts. 178, 179, 181 e 182 e para 3 dias o previsto nos arts. 180 e 183 do Código Eleitoral.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955.

  
Oscar Passos

JUSTIFICAÇÃO

Se a lei não coibir, no menor prazo possível, a fraude e a coação, desmoralizado ficará todo o processo eleitoral e falseada a verdade das urnas.

Apesar do aparente rigor inscrito no Código, no "processo das infrações", a coação campeia impunemente, impedindo a livre manifestação da vontade popular.

Em setembro de 1954 apresentei denúncias de coações, exercidas nos municípios de Xapuri, Rio Branco e Cruzeiro do Sul, no Acre. Até hoje, passados 7 meses, 7 longos meses, nenhuma delas foi julgada e em duas, pelo menos, nem o promotor se pronunciou.

A coação surtiu o efeito, ante a morosidade criminosa da própria justiça eleitoral.

Para fazer andar êsses processos, tive de recorrer à autoridade do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral.

A continuar assim, as eleições, como a própria justiça eleitoral, constituirão uma farsa.



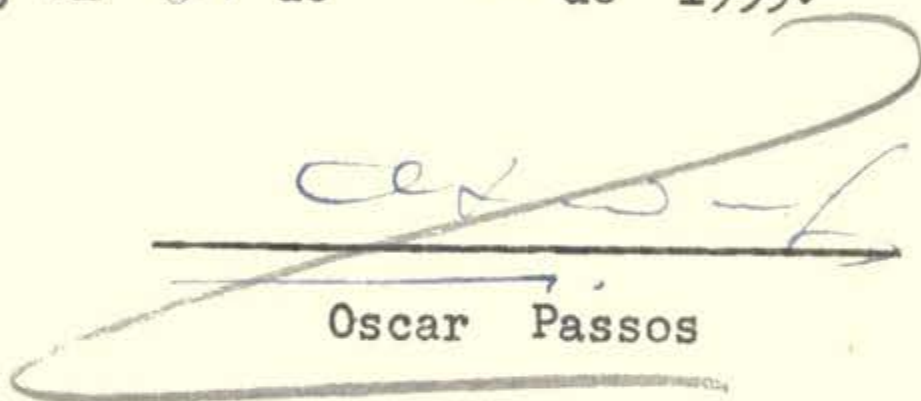


e 756

É imperioso que êsses processos tenham curso ra  
pido e que a coação, quando provada, seja sanada no menor pra  
zo, para não surtir o efeito corrosivo que está causando, n o  
eleitorado.

É imperioso que os órgãos da Justiça eleitoral ,  
em todos os seus escalões, cumpram o seu dever, dentro dos  
prazos inscritos na lei e com a isenção que é de desejar dos  
seus membros.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955.

  
Oscar Passos





Nº 141

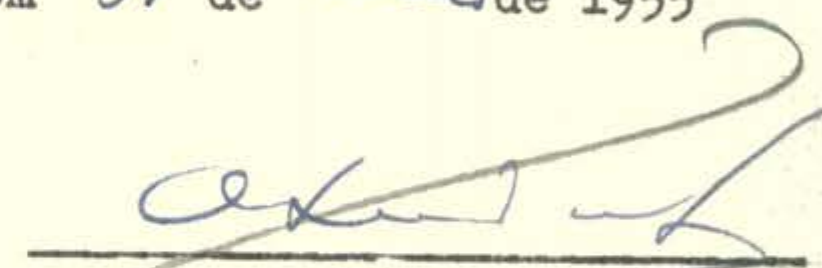
ex 57

EMENDA AO SUBSTITUTIVOPROJETO Nº 4 601-A/54

O art. 46, § 3º do Código Eleitoral passa a ter a seguinte redação:

"Quando os lugares a serem preenchidos nas Câmaras legislativas forem dois, serão êles distribuídos segundo as regras 1 e 2 do art. 59 e quando forem 3 ou mais, serão êles distribuídos pela forma estabelecida no art. 58".

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955

  
Oscar PassosJUSTIFICAÇÃO

A atual redação do § 3º do art. 46 tem dado lugar a controvérsias, que chegaram, mesmo, a dividir meio a meio o Supremo Tribunal Federal.

O entendimento do Superior Tribunal Eleitoral, apoiado na prerrogativa do art. 196 do Código e firmado em copiosa jurisprudência, é pela não aplicação, ao caso de preenchimento de 2 lugares, da regra do § 2º do art. 59, pois que sua aplicação exigiria o estabelecimento do "quociente eleitoral" e, conseqüentemente, fundiria o caso de 2 lugares a preencher - verdadeira exceção - com o de 3 ou mais lugares, que é a regra geral.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955

  
Oscar Passos





Nº 142

e 758

EMENDA AO SUBSTITUTIVOPROJETO Nº 4 601-A/54

O parágrafo único do ar. 183 do Código Eleitoral -  
ral passa a ter a seguinte redação:

"A falta de cumprimento de quaisquer prescri-  
ções ou prazos, contidos nos diversos artigos des-  
te capítulo, seja por parte do órgão do Ministé-  
rio Público, seja pelos Juizes eleitorais, deter-  
mina sua suspensão da função e a imediata aber-  
tura do processo de responsabilidade do faltoso.

A suspensão e o processo serão promovidos pe-  
la autoridade competente, à vista de reclamação  
documentada da parte prejudicada ou de qualquer  
cidadão".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955.

  
Oscar PassosJUSTIFICAÇÃO

Se a lei não coibir, no menor prazo possível, a  
fraude e a coação, desmoralizado ficará todo o processo elei-  
toral e falseada a verdade das urnas.

Apesar do aparente rigor inscrito no Código, no  
"processo das infrações", a coação campeia impunemente, impedin-  
do a livre manifestação da vontade popular.

Em setembro de 1954 apresentei denúncias de coações,  
exercidas nos municípios de Xapuri, Rio Branco e Cruzeiro do



2  
e759

Sul, no Acre. Até hoje, passados 7 meses, 7 longos meses, nenhuma delas foi julgada e em duas, pelo menos, nem o promotor se pronunciou.

A coação surtiu o efeito, ante a morosidade criminosa da própria justiça eleitoral.

Para fazer andar êsses processos, tive de recorrer à autoridade do Egrégio Tribunal Eleitoral.

A continuar assim, as eleições, como a própria justiça eleitoral, constituirão uma farsa.

É imperioso que êsses processos tenham curso rápido e que a coação, quando provada, seja sanada no menor prazo, para não surtir o efeito corrosivo que está causando, no eleitorado.

É imperioso que os órgãos da Justiça eleitoral, em todos os seus escalões, cumpram o seu dever, dentro dos prazos inscritos na lei e com a isenção que é de desejar dos seus membros.

Sala das Sessões, em 31 de Maio de 1955.

  
Oscar Passos





Nº 143

Emenda ao Projeto nº

4.601A.

*Substituição*

*C760*

DAS INFRAÇÕES

Art. - Deixar o responsável de consignar nos assentamentos de sua responsabilidade na repartição pública, autárquica ou empresa particular, a circunstância de ter o eleitor votado ou não:

Pena - reclusão de um a seis meses.

Parágrafo único - Sendo o servidor, público ou autárquico, ou serventário da Justiça, perda do cargo.

Art. - Promover aliciamentos de eleitores, no dia ou na véspera da eleição, inclusive mediante fornecimento de transportes gratuito, refeições coletivas ou outros meios de atração:

Pena - reclusão de um a seis meses.

Parágrafo único - São coautores os motoristas dos veículos, os cozinheiros, os garçons, copeiros ou aqueles que papel semelhante tenham exercido ou de qualquer forma contribuído para o aliciamento.

Art. - Distribuir ou mandar distribuir roupas, brindes, dinheiro, ou qualquer utilidade aos eleitores, durante a campanha eleitoral e no dia da eleição:

Pena - reclusão de um a seis meses.

Parágrafo único - São coautores os intermediários, bem como os comerciantes que saibam da finalidade iniciadora da distribuição.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955

*Jose Bonifacio*  
JOSE BONIFACIO



Nº 144

CÂMARA DOS DEPUTADOS



Emenda ao Projeto nº 4.601 A-

substituição

condição

2761

Art. - O eleitor que deixar de votar não poderá: promover registros públicos, habilitar-se para o casamento, celebrar contratos de qualquer natureza, participar de concorrência públicas ou administrativas, receber vencimentos ou quaisquer dinheiros públicos, inclusive de autarquias e sociedades de economia mista, estabelecer-se como comerciante, extrair passaporte, extrair carteira profissional ou de identidade, matricular-se em estabelecimento de ensino, ocupar cargos públicos ou de empresas particulares, receber salários de empresas particulares, praticar qualquer ato de sua vida civil.

§ 1º - O funcionário ou empresa certificará nos assentamentos de sua responsabilidade, sob as penas da lei, qual a seção e a data em que o eleitor votou e, em caso negativo, mencionará a certidão excusatória.

§ 2º - Estando o cidadão impedido ou dispensado de se alistar, ou de votar, deverá exhibir certidão do cartório e seu domicílio eleitoral em que conste o motivo do impedimento ou da dispensa.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955

  
JOSE BONIFÁCIO





Nº 145

Emenda ao Projeto nº 4.601A

Substituição

Onde convier.

e762

Art. - Os cidadãos se inscreverão eleitores mediante o requerimento, feito do próprio punho, perante o juiz eleitoral, observando-se o seguinte:

- a) o candidato comparecerá perante o juiz munido do necessário para escrever o requerimento e de três retratos 3 por 4, na sede do município, do distrito, ou do povoado, que tenha cem ou mais candidatos, em local previamente designado. Juntará, no ato, a sua prova de maioria eleitoral;
- b) o juiz fornecerá as normas do requerimento que serão copiadas em sua presença pelos candidatos;
- c) o juiz irá despachando os requerimentos a medida em que forem entregues, recebendo o apresentante, recibo do mesmo e dos documentos que oferecer, procedendo na forma do art. 35, da Lei 1.164, de 24.7.950.

Parágrafo único - Sendo notória a maioria do candidato, o juiz poderá dispensar a prova de idade, exigindo, apenas, a identidade do candidato.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955



JOSÉ BONIFÁCIO





Nº 146

Emenda ao Projeto nº 4.601A

e 763

Substitutivobude Guilher

Art. - É incompatível para exercer cargo eletivo aquêle que, durante a campanha eleitoral, ou durante o dia da eleição, tenha:

- a) praticado, ou tentado praticar, corrupção ativa ou passiva;
- b) exercido coação sôbre eleitor, ou praticado fraude eleitoral;
- c) prejudicado, de qualquer forma, os trabalhos eleitorais;
- d) promovido, ou mandado promover, a distribuição de brindes, dinheiro, roupas ou quaisquer utilidades aos ~~XXXX~~ eleitores;
- e) promovido, ou mandado promover, aliciamento de eleitores no dia da eleição, ou na véspera, inclusive mediante transporte gratuito, refeições coletivas, ou quaisquer meios de atração.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1955

Yair Igaris  
JOSE BONIFÁCIO





Nº 147

e.764

EMENDA

AO SUBSTITUTIVO DO PROJETO Nº 4.601-A/1954

Onde convier:

"A gratificação aos escrivães eleitorais será de mil cruzeiros (R\$ 1.000,00).

Sala das Sessões, 31 de maio de 1955

Gabriel Passos  
Ernani Latiro

Gabriel Passos  
Ernani Latiro





Nº- 148  
Câmara dos Deputados 165

Emenda n. ao Substitutivo  
ao Projeto n. 4.601/54.

Referente a :

Art. : O Tribunal Regional de  
qualquer Partido Político em represen-  
tante a Assembleia Legislativa, poderá  
em qualquer época, em reunião  
dos (6) seis dias que precederem as  
eleições, requerer por seu delegado,  
ao Presidente do Tribunal Regional, seja  
afastado qualquer Juiz Eleitoral do  
exercício de suas funções, desde que  
se trate de Juiz que seja parente  
até o 2º grau, inclusive, ainda que  
por afinidade, de membro de Dire-  
tório Municipal ou regional de  
Partido Político registrado ou de  
candidato a qualquer cargo eletivo.

§ 1º) O requerimento, funda-  
mentado ou não, será automatica-  
mente deferido e o Presidente do  
Tribunal dentro de 72 (setenta e  
duas) horas providenciará a substitui-  
ção do Juiz, pelo prazo de 180  
(cento e oitenta dias). O Juiz de  
Zona Eleitoral com jurisdição na  
mesma cidade, município ou  
município vizinho;

§ 2º) Se o requerimento não  
estiver instruído com as certidões





# Câmara dos Deputados

necessárias, ou se, não estiver  
em termos, o Presidente do Tri-  
bunal, dentro de 48 (quarenta  
e oito) horas, despachará, fazendo  
as exigências que se figurem  
indispensáveis.

§ 3º) Até 48 (quarenta e oito) horas  
depois de oferecidas as certidões ou  
satisfeitas as exigências, o Presidente  
do Tribunal providenciará na em-  
formidade do disposto no § 1º  
deste artigo.

~~Justificação  
Foi feita anteriormente, no seno  
da Comissão e em Plenário  
do Poder Judiciário.  
Chagas Rodrigues.~~

art. 26 : Fica mantido o disposto  
no art. 26 e seu parágrafo único  
do Código Eleitoral (Lei n. 1.164 de 24  
de julho de 1950).

~~Justificação  
Foi feita, anteriormente, no seno  
da Comissão e em Plenário.~~

S. Lepski, 31 de Maio de 1975  
Chagas Rodrigues.

Chagas Rodrigues





Nº 149

Câmara dos Deputados

2767

Amenda  
a Projeto N. 4.501-A/1954

Depois do art. 6º do Substitutivo da  
Comissão Mista, acrescenta-se:

Art... Ao receber o título em cartório  
ou não, o eleitor deverá firmar recibo  
que ficará junto ao processo de seu  
atratamento.

§ único. Será cancelado o título cuja  
assinatura não for idêntica à do re-  
querimento de inscrição.

~~Deputados~~  
~~Justiças~~

O Substitutivo ordena que a entrega  
do título se faça sucessivamente mas  
nada providência para tornar efetiva  
a exigência que é exuberante.

Sala das Sessões, 30 de Maio de 1955

Edison Braga

Edison Braga





Nº 150

# Câmara dos Deputados

e 768

Emenda

ao Projeto nº 4.601-A/1954

Do art. 2º, do Substitutivo, da Comissão Mista, insere-se, no princípio, entre as palavras "vedada" e "a votação", o inciso - "sob pena de nulidade".

Justificação

Não basta dizer que é terminantemente proibida a votação sem sessões livres, para que a mesma cumpra o preceito. Deverá ficar expressa a sanção de nulidade.

Câmara dos Deputados, 31 de Maio de 1954

Odilon Braga

Odilon Braga





Nº 151

# Câmara dos Deputados

Projeto n.º 4601, A - 1952  
Emenda ~~aditiva~~.

e 769

Parasculpt. se, onde convier:

"Art. Além do numero de delegado previsto para a respectiva representação no Tribunal Superior Eleitoral, cada Partido poderá nomear um delegado para cada Circunscrição eleitoral, com as mesmas limitações aos respectivos interesses."

S.S., 21 de maio de 1951

Assinado por *Orlando de Mattos*

Justificação:

Injustiça, muitas vezes, se apresenta a *deputados* na solução dos recursos interpostos para o Tribunal Superior Eleitoral, pela deficiência numerica da representação dos Partidos na mais alta Corte da *justiça* eleitoral.

*Câmara dos Deputados*  
Via de regra, a concorrencia é de concorrencia. Se poderes os representantes que, nas respectivas circunscrições, interpuzeram e arrolaram os recursos, para os sustentarem na ~~superior~~ instancia.

Assut supra

Assinado por *Orlando de Mattos*

*Orlando de Mattos*





Nº 152

# Câmara dos Deputados

Projeto n.º 460/A, 1954  
Emenda

0770

Reservado - se, onde convier:

"A urna que contiver votos anulados anulados pela Junta Eleitoral será imediatamente resguardada com os santos que a lei recomenda para a sua inviolabilidade e remetida, dentro de 24 horas ao Tribunal Regional Eleitoral que a manterá sob os cuidados previstos no § 2.º do artigo 90 da Lei n.º 1.164, de 24 de julho de 1950, competindo ao Presidente deste Tribunal designar a pessoa que lhe deva ~~guardar~~ dar guarda."

S.S., 25 de maio de 1955

Américo de Mattos

Américo de Mattos

Justificação

Câmara dos Deputados  
Toda a despesa de Junta, a matéria fica agitada ao Tribunal ad quem, não se justifica mais a permanência de urnas na 1.ª instância, onde, não raro, fica ~~deitada~~ ~~deitada~~ por longo tempo, exposta a violações.

Via ut supra

Américo de Mattos

Américo de Mattos





# Câmara dos Deputados

Nº 153

0771

Emenda ao Projeto nº 4604-A,  
de 1954.

Acrescenta-se ao Artigo 91 do  
Código Eleitoral um parágrafo  
com a designação de 3º, assim  
redigido:

§ 3º - Aplicada, a cada  
um dos membros da Junta, a  
pena de ~~multa~~ 1.000,00, por dia,  
sempre <sup>que</sup> não comparecerem, diária-  
mente, os resultados a que alu-  
de <sup>de</sup> os dois outros parágrafos  
deste artigo.

Sala das Sessões, 21 de maio de 1954.

Leôncio de Carvalho

Aberto Torres





# Câmara dos Deputados

Nº 154

0772

Emenda ao Projeto nº 4.604-A,  
de 1954.

Acrescente-se onde couvier:

Art. Todos os meios de transporte  
de aluguel, existentes nos limites  
de cada município, serão distri-  
buidos, equitativamente, entre os  
partidos registrados, pela Justiça  
 Eleitoral, com prévio ajuste e  
pagamento do preço.

Salvo a das Pessoas 81 e mais do 1º V.  
Faltam dados.

Alberto Torres

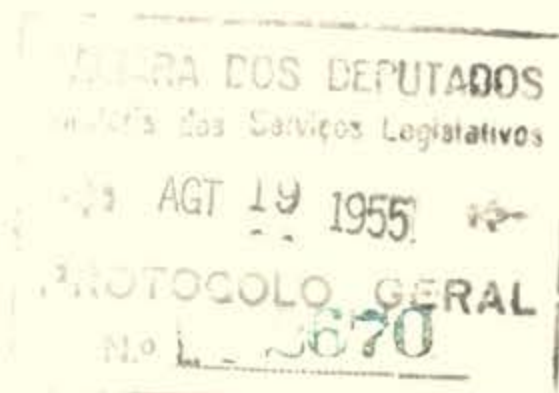


INTEIRADA

4 / 8 / 1955

*J. J. S.*

721



22 de julho de 1955

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para os devidos fins, que nesta data, foi enviado à sanção do Excelentíssimo Senhor Presidente da República o Projeto de Lei de ns. 4 601-C/54 nessa Câmara e 15/54 no Senado, aprovado pelo Congresso Nacional que altera dispositivos do Código Eleitoral, e dá outras providências.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

*Carlos Gomes de Oliveira*  
Senador Carlos Gomes de Oliveira  
1º Secretário

Excelentíssimo Senhor Deputado Barros Carvalho  
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Sr. Presidente -

*Requiere - 22*

*16. 9. 55*

*[Assinatura]*

Tendo sido anexados os projetos de ns.

4.601 de 1954, que altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências

e

4.583 de 1951, que dispõe sobre o registro de partidos políticos,

a ~~aprova~~ção do primeiro determinou a prejudicialidade (Regimento Interno, arts. 112, § 5º, e 165, letra c) do segundo.

Agora, porém, o relator das duas proposições devolveu o respectivo processo com este despacho:

"Sr. Presidente.- Devolvo o presente processo, a fim de que tenha curso sua tramitação. S.S., 12-9-55.- (a) Ulisses Guimarães."

Parece-me, salvo melhor juízo, que se tendo verificado a anexação dos dois projetos e a aprovação de um deles, o outro não deve ter mais andamento, devendo ser arquivado.

Este o meu parecer.

Em 16 de setembro de 1955.

*Nestor Massena*

Nestor Massena  
Secretário-Geral da Presidência



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4.601/54 (DO SENADO)

A Comissão de Constituição e Justiça 24/6/54  
Ao sr. Raul Pilon 27/8/54

Relatório publ. no "D.C.N." de 31/7/54, pag. 5.168 e  
"D.C.N." de 22/10/54

Segundo Relatório publ. no "D.C.N." 18/11/54, pg. 7.638

→ Deferido pela Mesa requerimento da Comissão de  
anexação do de n.º 4.583/54 19/1/55

→ Deferido pela Mesa requerimento da Comissão no  
sentido da remessa do projeto à Comissão  
Mista de Elaboração da Lei Eleitoral 6/5/55

Comissão Especial = Ao sr. Ulisses Guimarães  
Aprovado parecer com substitutivo 13/5/55

4.601-A : Discussão única 20/5/55 a 31/5/55 (enc),  
com 154 emendas à Comissão Mista

Comissão Especial = Ao sr. Ulisses Guimarães  
(cont.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aprovado parecer sobre as emendas 14/6/55

4.601-B = Votação 27/6/55 e 28/6/55 - a redação final

4.601-C = Redução = dispensa de impressão = aprovada em 1/7/55 = ao Senado

=

Lei



CÂMARA DOS DEPUTADOS

4.583/54

(do sr. Coutinho Cavalcante)

A Comissão de Constituição e Justiça 21/6/54  
Ao sr. Bilac Pinto 6/7/54

→ Deferido pela Mesa requerimento da Comissão de anexação ao de n: 4.601/54 19/1/55



# CÂMARA DOS DEPUTADOS

## PROJETO

N.º 4.583 — 1954

Dispõe sobre o registro de partidos políticos

(Do Sr. Coutinho Cavalcanti)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Poderão requerer registro eleitoral, nos termos da legislação em vigor, todos os Partidos Políticos que, em seus programas ou estatutos, se manifestem de acordo com a forma republicana e federativa de governo.

Art. 2.º Como condição do registro deverá o Partido, por seus órgãos dirigentes, proclamar seu respeito aos direitos fundamentais do homem assegurados na Constituição da República e seu reconhecimento de que a pluralidade de partidos é da essência do regime democrático.

§ 2.º O partido cujo registro haja sido cancelado na forma do § 13 do art. 141 da Constituição Federal poderá, obter novo registro, bastando para isso que o requeira ao Tribunal Superior Eleitoral, na forma da lei, satisfazendo a condição do art. 2.º da presente lei.

§ 2.º No caso do cancelamento de registro de Partido com fundamento no parágrafo único, do art. 148, do Código Eleitoral, poderá o registro ser renovado, desde que a direção nacional do partido em causa o requeira, juntando as listas contendo 50.000 assinaturas de eleitores, nos termos do § 2.º do art. 133 do Código Eleitoral.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1954. — Coutinho Cavalcanti. — Campos Vergal. — Flavio Castrioto. — Nestor Duarte. — Joaquim Viegas. — Moreira da Rocha. — Flores da Cunha. — Walter Ataíde. — Vieira Lins. — Cardoso Miranda. — Benedito Mergulhão. — Castilho Cabral. — Monteiro de Castro. — Jarbas Maranhão. — Abelardo Mata. — João Agripino. — Brígido Tinoco. — Nelson Carneiro. — Celso Peçanha. — Ortiz Monteiro. — Mendonça Braga. — Mendonça Júnior. — Euzebio Rocha. — Paulo Couto. — Mario Palmério. — A. Bagueira Leal. — Carlos Valadares. — Salo Brand. — Lício Borralho. — Aliomar Baleeiro. — Roberto Morena. — Lucílio Medeiros. — Anísio Moreira. — Manhães Barreto. — Dilermando Cruz. — Breno Silveira. — Pontes Vieira. — José Fleury. — Lucio Bittencourt. — Paulo Lauro. — Iris Meimberg. — Cunha Bueno. — Emilio Carlos. — José Fontes Romero. — Ranieri Mazzilli. — Chagas Rodrigues. — Alberto Bottino. — Eduardo Catalão. — Nelson Omegna. — Tenório Cavalcanti. — Alfredo Dualibe. — Heráclio Rêgo. — Frota Moreira. — Artur Audrá. — Benjamin Farah. — Ferreira Martins Vieira de Mello. — Epilogo de Campos. — Lima Figueiredo. — Barros de Carvalho. — Ruy de Almeida. — Frota Aguiar. — Agripa Almeida. — Frota Faria. — Menotti del Picchia. —



### Justificação

E' preciso reforçar a democracia e democracia significa a livre competição de tôdas as idéias, de todos os partidos e de tôdas as correntes de pensamento.

Desde que a forma republicana e federativa de governo seja preservada e afirmado o respeito aos direitos fundamentais do homem, entre as quais o da livre atividade política, em partidos diversos; desde que se firme um compromisso solene de acatamento a essas diretrizes mínimas, deve ser registrado qualquer partido mesmo quando haja tido o seu registro cancelado nos termos do § 13 do art. 141 da Constituição Federal.

Dir-se-á que tal lei viria beneficiar o Partido Comunista do Brasil. Ao projeto, o que importa é a defesa do princípio democrático da pluralidade dos partidos políticos que quedaria mutilado se uma decisão judicial, por mais respeitável que seja, pudesse pôr fora da lei, para todo o sempre, não apenas uma agremiação partidária, mas o pensamento político e filosófico por ela representado, o que constituiria odiosa e inconstitucional discriminação ideológica.

Acrescente-se, de resto, qu sómente nos paíes institucionalmente fascistas os Partidos Comunistas não têm vida legal.

Na própria América do Norte, que comanda uma luta sem quartel con-

tro o comunismo, dentro e fora de suas fronteiras, o Partido Comunista existe legalmente, tendo sido repelidas pelo Parlamento tôdas as tentativas que se fizeram no sentido de ser o mesmo pôsto fora da lei.

Se tôdas as correntes políticas debaterem, livremente, no Parlamento ou na praça pública, os problemas nacionais, estará sendo fortalecido o nosso regime democrático, da mesma forma que será êle minado se forem mantidas na ilegalidade correntes de idéias que refletem grandes setores da população brasileira.

Esse o espírito e o objetivo do Projeto que se inspira nos melhores exemplos históricos e políticos de nossos dias praticados na América do Norte, na Inglaterra, França, Itália e em tôdas as democracias modernas.

Por outro lado deve ser assegurado aos partidos que tiveram seus registros cancelados por falta de representante em qualquer das casas do Congresso, o direito de restabelecer tal registro, em caráter definitivo, desde que provem militarem sob sua legenda 50.000 eleitores.

Poderá ocorrer não ter o partido alcançado eleger nenhum representante ao Parlamento, mas nem por isso deve desaparecer, se prova representar o pensamento de 50.000 eleitores.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 1954. — *Coutinho Cavalcanti*



500  
CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

Nº 4.601 - 1954

Altera dispositivos do Código Eleitoral e dá outras providências.

( Do Senado)

(À Comissão de Constituição e Justiça)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Quando o documento que instruir o requerimento de inscrição eleitoral não fôr o referido na letra d, do art. 33, do Código Eleitoral e surgir qualquer dúvida sobre a identidade do alistando, poderá o juiz exigir a apresentação de documento que comprove essa identidade.

Parágrafo único. O juiz fará publicar, quinzenalmente, a lista dos pedidos de inscrição, mencionando os deferidos e os indeferidos.

Art. 2º O escrivão eleitoral, recebendo o requerimento de inscrição, instruído com qualquer dos documentos exigidos pelo art. 33 do Código Eleitoral, dará recibo do mesmo ao apresentante, registrando-o no livro competente e, depois de autuá-lo, o fará concluso ao juiz eleitoral, que dentro do prazo máximo de cinco dias o despachará.

§ 1º Se houver qualquer omissão ou irregularidade, que possa ser sanada, fixará o juiz para isso prazo razoável.

§ 2º Do despacho que indeferir o requerimento de inscrição cabe recurso interposto pelo alistando; e do que o deferir, poderá recorrer qualquer delegado de partido.

Art. 3º O título, que somente será assinado pelo juiz, sob pena de suspensão disciplinar, depois de o ter feito o eleitor, a este será entregue, pessoalmente, pelo próprio juiz eleitoral, pelo



juiz preparador ou pelo escrivão especialmente designado para êsse fim.

Parágrafo único ✓ Tratando-se de eleitor residente na zona rural, a entrega do título, uma vez assinado pelo eleitor e pelo juiz, poderá ser feita a procurador munido de poderes especiais ou a delegado de partido devidamente credenciado perante o juizo da zona eleitoral.

Art. 4º ✓ É vedada a expedição de 2ª via de título, por motivo de perda ou extravio, dentro de 60 (sessenta) dias anteriores à data fixada para a eleição no Estado ou Município em que o pretendente fôr eleitor.

§ 1º ✓ Os pedidos de 2ª via, em qualquer caso, serão apresentados em cartório, pessoalmente, pelo eleitor, instruído o requerimento, no caso de estrago ou inutilização, com a 1ª via do título.

§ 2º ✓ No caso de perda ou extravio do título, o juiz, após receber o requerimento de 2ª via, fará pelo prazo de 5 (cinco) dias, publicar pela imprensa, onde houver, ou por editais, a notícia do extravio ou perda e do requerimento de 2ª via, deferindo o pedido, findo êsse prazo, se não houver impugnação.

Art. 5º ✓ A transferência do domicílio eleitoral somente será permitida após 2 (dois) anos da inscrição primitiva, e 3 (três) meses de residência no novo domicílio, salvo em relação aos servidores públicos, civis ou militares, removidos por motivo de interesse do serviço, e membros de suas respectivas famílias.

§ 1º ✓ É vedada a transferência de circunscrição, zona, município ou Distrito de paz, dentro de prazo inferior a 90 (noventa) dias da realização de qualquer pleito na circunscri -



ção, zona, município ou distrito de paz da nova residência do eleitor.

§ 2º Os pedidos de transferência do domicílio eleitoral serão publicados durante 10 (dez) dias e o despacho que os deferir durante 5 (cinco) só podendo ser expedido o novo título após decorridos, sem impugnação, os referidos prazos.

§ 3º Expedido o novo título o Juiz ordenará a remessa do anterior ao Tribunal Regional competente, para os efeitos do seu cancelamento salvo si se tratar de transferência de município ou distrito de paz, dentro da mesma zona, caso em que não haverá o cancelamento senão na lista de distribuição dos eleitores pelas seções. (Art. 6º letra a).

Art. 6º O Juiz não poderá alterar as listas de distribuição dos eleitores pelas seções da última eleição realizada, salvo:

a) para excluir os mortos, os que forem legalmente transferidos e os que tiverem sido eliminados do alistamento por sentença passada em julgado;

b) para atender a requerimento do eleitor que tenha mudado a residência para lugar mais próximo de outra seção do mesmo distrito.

Art. 7º As mesas receptoras serão constituídas de um presidente, de um primeiro e segundo mesários, de 3 (três) suplentes e de 2 (dois) secretários.

§ 1º Os mesários e seus suplentes serão escolhidos e nomeados pelo juiz dentre os nomes indicados, em lista tríplice, pelos partidos políticos ou aliança, de maneira a que sejam atendidas, sempre que possível, todos os partidos que hajam feito indicação.

§ 2º Não poderão servir na mesma mesa receptora mesários e suplentes pertencentes a um só partido, cabendo ao Juiz, caso apenas 1 (um)



haja feito a indicação de nomes, nomear, para completá-la, pessoas que gozem de boa reputação, mas que não estejam filiadas ao partido já contemplado com a nomeação.

§ 3º *✓* Se nenhum dos partidos fizer, no prazo fixado, a indicação dos nomes a que se refere o § 1º, o juiz fará a nomeação de todos os mesários e suplentes, obedecendo ao disposto no parágrafo anterior.

§ 4º *✓* A indicação dos mesários e seus suplentes deverá ser feita até 5 (cinco) dias antes do prazo a que se refere o art. 69 do Código Eleitoral.

§ 5º *✓* O presidente será escolhido pelo Juiz dentre os mesários indicados e nomeados.

§ 6º *✓* Os Secretários serão nomeados pelo presidente da mesa receptora, não podendo a nomeação recair em pessoas filiadas a um só partido ou a partidos que mantenham aliança entre si, ou tenham candidatos comuns.

§ 7º *✓* Os suplentes substituirão os mesários, observado o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º.

§ 8º *✓* Os secretários serão substituídos pelos eleitores designados no ato da instalação da mesa, não podendo a designação recair em eleitores de um só partido ou do partido a que pertencer o secretário presente.

§ 9º *✓* O presidente, mesário ou secretário que comparecer depois de feita a sua substituição, não poderá tomar parte nos trabalhos da mesa.

Art. 8º *✓* As pessoas nomeadas para constituírem as mesas receptoras que, sem justa causa apresentada nas 48 horas seguintes à falta, deixarem de comparecer no dia e hora determinados para a sua reunião ou abandonarem os trabalhos no decurso da votação, incorrerão em multa de Cr 400,00 (quatrocentos cruzeiros) a Cr 2.000,00 (dois mil cruzeiros) cobrada mediante *executivo fiscal.*



te executivo fiscal.

§ 1º ~~/~~ Se o faltoso fôr funcionário público ou autárquico, a pena de multa será substituída pela de suspensão de 15 (quinze) dias.

§ 2º ~~/~~ As penas previstas neste artigo, serão aplicadas, em dôbro, aos faltosos, se a mesa, pelo motivo do seu não comparecimento, deixar de se reunir.

Art. 9º ~~/~~ Pelas mesas receptoras serão admitidos a fiscalizar as votações, fazer impugnações e formular protestos, os candidatos registrados, os delegados de partidos ou alianças partidárias credenciados perante o juiz eleitoral da zona, e os fiscais nomeados para as respectivas seções.

Parágrafo único ~~/~~ Os partidos ou alianças de partidos, que tenham registrado candidatos, poderão nomear até 3 (três) fiscais para servirem perante cada mesa receptora, os quais revezarão na fiscalização, de maneira a não permanecer no recinto mais de um do mesmo partido ou aliança.

Art. 10 ~~/~~ Somente serão admitidos a votar, em qualquer eleição, os eleitores pertencentes à seção, excetuando-se, apenas, os candidatos, os membros da mesa, os fiscais que perante a mesma servirem, os delegados de partido, os juizes eleitorais, os eleitores cujos nomes hajam sido omitidos na lista ou nela figurem erradamente, e aqueles cuja identidade tenha sido impugnada.

§ 1º ~~/~~ Os membros do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e das Assembleias Legislativas poderão exercer o direito do voto em qualquer localidade da circunscrição que representem.

§ 2º ~~/~~ Os candidatos, os membros da mesa, os fiscais, ou delegados de partido, os juizes eleitorais e os eleitores referidos neste artigo, votarão mediante as cautelas enumeradas no § 4º, do art. 87, do Código Eleitoral, não sendo, porém, os seus votos recolhidos à urna, e sim, a um invólucro especial de papel ou pano forte, o qual será lacrado e rubricado pelos



-6-

membros da mesa e fiscais presentes e encaminhado à junta eleitoral, com a urna e os demais documentos da eleição.

§ 3º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, os juizes eleitorais enviarão aos presidentes das mesas receptoras, juntamente com o material referido no art. 77 do Código Eleitoral um invólucro especial, de pano ou papel forte, com as dimensões de 30 x 20 cms.

Art. 11 Nas cidades, vilas, bairros e subúrbios onde funcionarem mais de 3 (três) seções eleitorais, poderá o juiz fazer instalar uma seção especial para nela votarem os eleitores cujos nomes não figurem na lista da seção a que pertençam, ou nela figurem erradamente, bem como aqueles cuja identidade houver sido impugnada, sendo os votos tomados com as cautelas constantes do § 4º, do art. 87, do Código Eleitoral.

Art. 12 Não se reunindo, por qualquer motivo, a mesa receptora, poderão os eleitores pertencentes à respectiva seção votar na seção mais próxima, sob a jurisdição do mesmo juiz, recolhendo-se os seus votos à urna da seção em que deveriam votar, a qual será transportada para a em que tiverem de votar.

§ 1º As assinaturas dos eleitores serão recolhidas nas fôlhas de votação da seção a que pertencerem, as quais, juntamente com as sobrecartas oficiais e o material restante, acompanharão a urna.

§ 2º O transporte da urna e dos documentos da seção será providenciado pelo membro da mesa ou secretário que comparecer, acompanhando-a os fiscais que o desejarem.

Art. 13 Deverão ser organizadas mesas receptoras nas vilas e nos povoados, assim como nos estabelecimentos de internação coletiva, inclusive leprosários, onde haja pelo menos 50 (cinquenta) eleitores.



Art. 14. Não poderá ser usada a propriedade ou habitação de candidato, de membro de diretório ou delegado permanente de partido político, bem como de parente de qualquer deles, até o 3º (terceiro) grau inclusive, nem de autoridade policial, para nela funcionar mesa receptora.

Art. 15. No ato da votação, poderão os membros da mesa receptora, os candidatos, os fiscais ou delegados de partido, bem como qualquer eleitor da seção, impugnar a identidade do eleitor, desde que o façam, mesmo verbalmente, antes de ser ele admitido a votar.

Art. 16. A incoincidência entre o número de votantes e o de sobrecartas encontradas na urna não constituirá motivo de nulidade da votação desde que não resulte de fraude comprovada.

Art. 17. A Junta Eleitoral deverá concluir os trabalhos de apuração no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1º. Ao presidente da Junta é facultado nomear escrutinadores e auxiliares em número capaz de atender à boa marcha dos trabalhos.

§ 2º. Concluída a apuração de cada urna, um membro da junta para tal designado expedirá boletim do pleito na seção respectiva. Neste boletim consignar-se-á apenas o número de votantes, a votação dos candidatos a cargos isolados e legendas partidárias.

§ 3º. A votação de cada pleiteante figurará na ata prevista no art. 91 do Código Eleitoral.



Art. 18 ✓ É anulável a votação quando se apurar coação ou fraude na votação ou na apuração.

Art. 19 ✓ Não serão registrados diretórios de partidos políticos, cujos pedidos de registro sejam apresentados à justiça eleitoral em prazo inferior a 30 (trinta) dias de qualquer eleição, como não serão admitidas, nesse prazo, quaisquer alterações nos já registrados.

Art. 20 ✓ Nenhum eleitor será admitido a votar sem a apresentação do respectivo título.

Art. 21 ✓ As sobrecartas oficiais para a votação, além de rubricadas pelo presidente da mesa e um dos mesários, serão numeradas de 1 (um) a 9 (nove) sucessivamente, à medida que forem sendo entregues aos eleitores.

Art. 22 ✓ O eleitor que deixar de votar sem causa, justificada perante o juiz eleitoral dentro de 8 (oito) dias da data da eleição, incorrerá na multa de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros), imposta pelo mesmo juiz e cobrável mediante executivo fiscal.

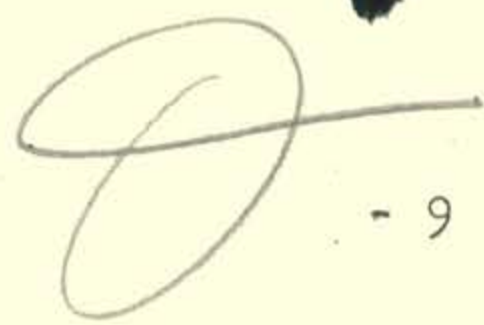
§ 1º ✓ Sem a prova de ter votado ou pago a multa prevista neste artigo, não poderá o eleitor:

- a) inscrever-se em concurso;
- b) ser investido em função pública de qualquer natureza;
- c) participar de concorrências públicas ou administrativas;
- d) pleitear o gozo de favores ou isenções estabelecidas em lei;
- e) obter passaporte ou carteira profissional;
- f) praticar qualquer ato para o qual se exija a prova de quitação com o serviço militar e o imposto de renda.

§ 2º ✓ Os que concorrerem para a inobservância das interdições constantes deste artigo incorrerão na pena pecuniária imposta aos faltosos.



0 8/11/09



Art. 23 ☒ Os brasileiros natos ou naturalizados maiores de 18 anos não poderão, sem a prova de serem eleitores, praticar qualquer dos atos mencionados no § 1º do artigo anterior.

Parágrafo único ☒ Os que concorrerem para a inobservância das interdições constantes do artigo anterior incorrerão na pena pecuniária imposta aos faltosos.

Art. 24 ☒ A nulidade de qualquer ato, não arguida quando de sua prática, ou na primeira oportunidade que para tanto se apresente, não mais poderá ser alegada, salvo se a arguição se basear em motivo superveniente ou de ordem constitucional.

Art. 25 ☒ Os atos requeridos ou propostos em tempo oportuno, mesmo que não sejam apreciados no prazo legal, não prejudicarão aos interessados.

Art. 26 ☒ Não serão admitidos recursos contra a votação ou a apuração, se não tiver havido protestos contra as irregularidades ou nulidades arguidas, perante as mesas receptoras, no ato da votação ou perante as juntas eleitorais, no da apuração.

Art. 27 ☒ São preclusivos os prazos para interposição de recurso, salvo quando neste se discutir matéria constitucional.



Art. 28 <sup>2</sup> Os recursos parciais, no caso de eleições municipais, serão julgados pelos Tribunais Regionais, à medida que derem entrada nas respectivas secretarias, observando-se, quanto ao seu processo, o disposto nos artigos 152 e seguintes do Código Eleitoral.

§ 1º <sup>2</sup> O disposto neste artigo aplica-se ao Tribunal Superior Eleitoral, em se tratando de eleições estaduais e federais.

§ 2º <sup>2</sup> Sómente se aplicará o disposto no artigo 169 do Código Eleitoral aos recursos parciais ainda não distribuídos quando derem entrada nos Tribunais os referentes às diplomações.

§ 3º <sup>2</sup> Ao julgar os recursos de diplomação, os Tribunais Regionais e o Tribunal Superior conhecerão dos recursos parciais referidos no parágrafo anterior, interpostos pelos diplomados que não houverem recorrido da própria diplomação, como matéria de defesa.

§ 4º <sup>2</sup> O Tribunal Superior sómente tomará conhecimento de recursos com relação a eleições municipais nos casos previstos nos números I, II e IV do art. 121 da Constituição Federal.

Art. 29 <sup>2</sup> Além dos ~~embargos~~ <sup>cabidos</sup> de declaração, ~~contra~~ <sup>contra</sup> as decisões do Tribunal Superior Eleitoral quando não forem unânimes, embargos infringentes e de nulidade, interpostos dentro do prazo de tres (3) dias, contado da publicação do acórdão.

§ 1º <sup>2</sup> Articulados os embargos, serão os mesmos contestados em igual prazo, findo o qual com a contestação ou sem ela, apresentá-los á o Relator <sup>em</sup> Mesa para julgamento na primeira sessão, seguinte.



Art. 30 ~~/~~ Nas eleições que se realizarem para o preenchimento dos dois terços do Senado não será apurada a cédula que contiver nomes de candidatos por partidos diferentes, ressalvado o caso de aliança partidária devidamente registrada.

§ 1º ~~/~~ O eleitor poderá, porém, votar em candidatos registrados por partidos diferentes, desde que o faça em cédulas separadas.

§ 2º ~~/~~ Também não poderá conter uma mesma cédula nome de candidato a senador registrado por um partido e de suplente registrado por outro partido.

§ 3º ~~/~~ Em nenhum caso será considerado eleito suplente pertencente a partido diverso do que houver eleito o senador, salvo no caso de aliança partidária.

Art. 31 ~~/~~ As decisões sobre exclusão de eleitores passam à competência dos juizes eleitorais, com recurso voluntário, no prazo de dez dias, para o Tribunal Regional.

Art. 32 ~~/~~ Será negado o registro a candidatos que, pública ou ostensivamente, façam parte, ou sejam adeptos, de partido político cujo registro tenha sido cassado com fundamento no artigo 141, § 13 da Constituição Federal.

Art. 33 ~~/~~ Competirá aos Tribunais Regionais aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão, até 30 (trinta) dias, aos juizes eleitorais, e julgar, em grau de recurso, as que forem por estes aplicadas aos serventuários do juízo eleitoral.

Parágrafo único. Das penas impostas pelos Tribunais Regionais caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o Tribunal Superior.

Art. 34 ~~/~~ As juntas eleitorais decidirão por maioria de votos, cabendo recurso de suas decisões, na forma prescrita pelo Código Eleitoral.



Art. 35 - O Tribunal Superior Eleitoral, ao baixar as instruções para as primeiras eleições que se realizarem após a vigência desta lei, tomará as medidas necessárias para a sua completa execução, inclusive estabelecendo os modelos para o novo material que passa a ser exigido.

Art. 36 - O Presidente e o Vice-Presidente dos Tribunais Regionais serão eleitos por estes, dentre os três desembargadores do Tribunal de Justiça; o terceiro exercerá as funções de corregedor geral da justiça eleitoral da circunscrição a que pertencer, com as atribuições que forem fixadas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 37 - Salvo o requerimento de inscrição eleitoral, que deve ser escrito e assinado do próprio punho do alistando, todos os demais podem ser simplesmente assinados pelo eleitor.

Art. 38 - A expressão "já tiverem exercido o mandato" da letra a do nº I da letra b do nº II do art. 140 da Constituição da República abrange qualquer mandato do Deputado ou Senador do Poder Legislativo da República desde o regime de 1891.

Parágrafo único - O exercício do mandato, nos termos do art. 140 da Constituição, assegura a elegibilidade tanto para o Senado como para a Câmara, qualquer que seja o mandato legislativo federal anteriormente exercido.

Art. 39 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

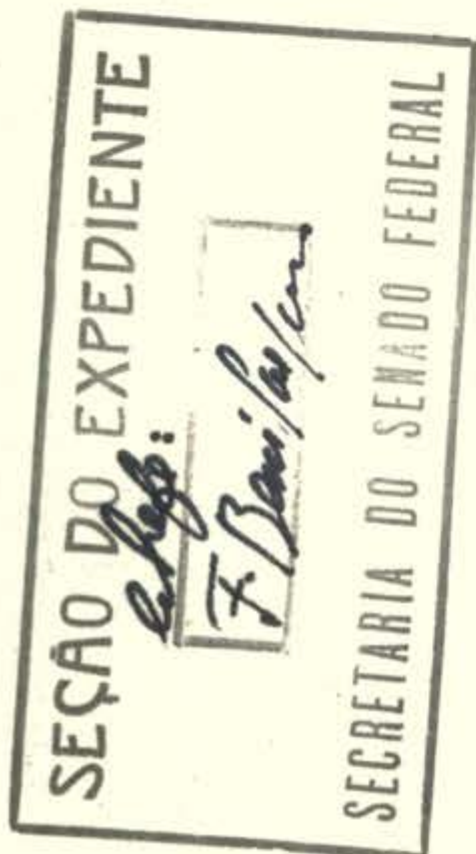
*Senado Federal, em 14 de junho de 1954.*

João Café Filho

Senador Alfredo Neves  
1.º Secretário

*Francisco Galvão*

*Sr. Presidente: Devido o presente projeto, após de ter tido curso na tramitação. S.S. 12-8-154*  
*Myso/ningas.*





# OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS: